OI.
PATROCINADOR
OFICIAL.

SE DEPENDER DA GENTE, NÃO VAI FALTAR COMUNICAÇÃO EM CAMPO.

OI. PATROCINADORA OFICIAL E FORNECEDORA DE TODOS OS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES PARA A COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014™.

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.
TELEMAR NORTE LESTE S.A.
BRASIL TELECOM S.A.
TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2010

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.134/0001-58

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Com a aquisição do controle da Brasil Telecom, em janeiro de 2009, a Oi iniciou um ciclo que a transformou na principal provedora de serviços de telecomunicações do país, com presença nacional e, de fato, a única realmente integrada e *quadruple-play*. Como parte deste processo, ao longo de 2009 a Administração focou na integração entre as operações da Oi e da BrT e em 2010, com a consolidação da integração, foi possível capturar as sinergias operacionais e administrativas, fortalecendo ainda mais a companhia para que continue crescendo e aproveitando as oportunidades que o mercado brasileiro oferece.

Em 2010, do ponto de vista operacional, cabe destacar a expansão de 8,8% da base de clientes de telefonia móvel, que veio acompanhado do crescimento de 4,1% do ARPU (2010: R$22,6) e da melhoria do mix, com o aumento da participação dos serviços de telefonia móvel de pós-pago e de Oi Controle na base total de clientes em 1,0p.p.

Com relação aos serviços de acesso à internet em Banda Larga, em 2010, além do crescimento de 3,4% da base de clientes, avançamos tanto na cobertura, já atingindo mais de quatro mil municípios no Brasil, quanto no processo de investimento em redes de fibras, para a oferta de velocidades mais altas. Hoje a Oi tem a maior rede de acesso à banda larga fixa do Brasil, o que coloca a empresa em uma posição bastante favorável para aproveitar o processo de massificação destes serviços que o país deverá experimentar nos próximos anos.

Ao longo de 2010, evoluímos também na qualidade de nossas operações, inclusive no atendimento ao cliente, o que se reflete na melhoria dos indicadores de qualidade estabelecidos no contrato de concessão. Apoiada na forte geração de caixa e na melhoria da rentabilização de sua base de clientes, traduzidos pelo crescimento de 5,4% no EBITDA consolidado e de 2,3p.p da Margem EBITDA consolidada, a Oi conseguiu reduzir significativamente o nível de endividamento, que havia se elevado quando da aquisição da BrT. A razão entre dívida líquida e EBITDA caiu do nível de 2,2 vezes em dezembro de 2009 para 1,8 vez ao final de 2010. Além disso, tivemos êxito tanto em emissões nacionais (Certificado de Recebíveis Imobiliários) quanto internacionais (*Bonds* em dólares e Euros), que permitiram o alongamento do prazo médio da dívida, bem como a redução do seu custo médio.

Em paralelo, avançamos nos assuntos ligados à Sustentabilidade. Este tema vem ganhando cada vez mais visibilidade e importância na agenda da Companhia, o que se verifica com a implementação crescente de iniciativas vinculadas ao assunto, tais como a revisão e atualização da sua Política de Sustentabilidade, a introdução de metas de Sustentabilidade para os principais executivos da Companhia, bem como a realização do primeiro inventário de gases do efeito estufa, entre outras ações presentes no Programa Oi de Sustentabilidade.

Como resultado da evolução destas ações e do fortalecimento da Sustentabilidade em sua estratégia, a Oi permaneceu pelo terceiro ano consecutivo na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE da BM&FBovespa - e é uma das integrantes da primeira carteira do Índice de Carbono Eficiente, lançada em 2010, cuja iniciativa é resultado de uma parceria entre a BM&FBovespa e o BNDES.

Em síntese, no ano de 2010 a Oi continuou seu movimento estratégico se consolidando como a principal operadora de telecomunicações do Brasil ao mesmo tempo em que melhorou sua rentabilidade e reduziu seu grau de endividamento.

No ano de 2011, a estratégia é dar continuidade a este ciclo, explorando as oportunidades de crescimento com foco nos serviços de banda larga fixa em todo território nacional, na telefonia móvel, principalmente nas Regiões II e III e em TV por assinatura, importante instrumento de proteção do negócio de telefonia fixa. Além disso, o foco na melhoria da qualidade dos serviços da Oi continua sendo prioridade absoluta, vez que a companhia entende que para o crescimento ser sustentável, o cliente deve perceber cada vez mais qualidade no serviço prestado.

Uma importante contribuição para o sucesso dessa estratégia será a entrada da Portugal Telecom na estrutura societária da Oi. Em janeiro de 2011, anunciamos a assinatura dos instrumentos contratuais necessários à implementação desta parceria estratégica, que certamente trará benefícios financeiros e operacionais para a Oi.

Operacionalmente, a entrada deste novo sócio agregará valores significativos para a companhia em termos de qualidade e ofertas de serviços, tecnologia e conhecimento em operações internacionais. A Portugal Telecom tem larga experiência no mercado móvel, de televisão e em banda larga fixa e móvel em Portugal e nos países onde está presente.

Esta aliança permitirá à Oi ampliar sua capacidade de investimento e de expansão nacional nos mercados de banda larga (fixa e móvel 3G), TV por assinatura e serviços convergentes. As duas empresas desenvolverão estratégias de cooperação para ampliar presença não apenas nos mercados em que já atuam mas também em novas frentes.

Além disso, os aumentos de capital homologados em 28 de março de 2011 permitirão à companhia atingir maior robustez financeira para fazer frente aos novos desafios que se apresentam no mercado brasileiro de telecomunicações.

Tudo isso posto, 2011 trará à Oi novos e importantes desafios e estamos confiantes que teremos sucesso mais uma vez na estratégia traçada para o ano.

Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa
Diretor Presidente

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

2 CONJUNTURA ECONÔMICA

Ao final do ano, o Banco Central adotou medidas macroeconômicas com o objetivo de reduzir o acelerado ritmo de crescimento nas concessões de crédito para consumo. Esse movimento foi visto como o início do ciclo de aperto monetário implementado pela Autoridade Monetária. As expectativas de inflação para 2011 continuando a subir alcançando 5,8%, de acordo com a pesquisa FOCUS do Banco Central em 14 de março. O consenso de mercado em termos de atividade para 2011 é um crescimento do PIB acima de 4,5%. Esse forte ritmo de crescimento da economia brasileira é suportado pelo nível da taxa de desemprego, que no mês de novembro atingiu o menor patamar da série iniciada em 2002.

A atividade econômica global seguiu mostrando sinais de forças ao longo de 2010. Os países emergentes continuam crescendo a taxas expressivas e as economias desenvolvidas expandindo em ritmo mais lento e ainda distantes da plena utilização dos fatores produtivos. No entanto, importantes economias avançadas, como é o caso dos Estados Unidos e da Alemanha, têm dado sinais consistentes de aceleração do crescimento. Por outro lado, os países emergentes, particularmente Índia, China e Brasil, estão tendo que lidar com os excessos do crescimento.

3 O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES EM 2010

O total de acessos dos serviços de telecomunicações no Brasil somou cerca de 268,6 milhões em 2010, representados por 42 milhões de linhas fixas em serviço, 203 milhões de usuários móveis, 13,8 milhões de acessos de internet em banda larga fixa e 9,8 milhões de usuários de TV por assinatura.

A evolução de 14,5% ou 34 milhões de acessos em relação a 2009 representa o segundo maior crescimento da história do setor, motivado principalmente por adições líquidas expressivas do segmento móvel.

• Telefonia Fixa

O mercado brasileiro de telefonia fixa encerrou 2010 com 42 milhões de linhas em serviço, evolução de 1,2% sobre o ano anterior. Este segmento encontra-se maduro com crescimentos apenas marginais, uma vez que existe uma tendência mundial de migração de tráfego da telefonia fixa para a telefonia móvel.

As concessionárias de telefonia fixa representavam 77% do total dos acessos fixos em serviço em dezembro/10 versus 80% ao final de 2009.

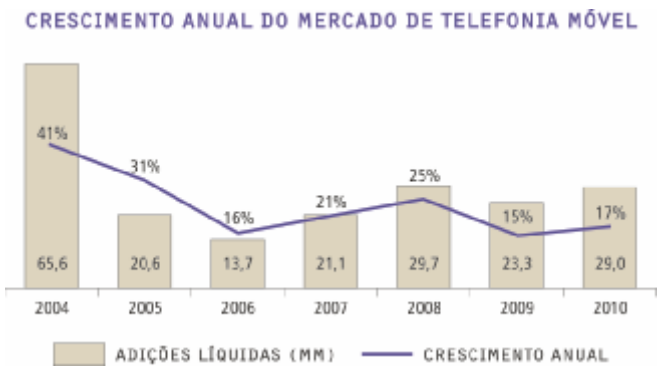
• Telefonia Móvel

Com 203 milhões de usuários em 2010 e taxa de penetração de 104,7% sobre a população, o mercado de telefonia móvel brasileiro apresentou crescimento expressivo por mais um ano, mantendo-se como quinto maior da América Latina e na quinta posição em termos mundiais. As adições líquidas somaram 29 milhões de usuários em 2010, refletindo surpreendente crescimento de 16,6% no ano, superior a 2009, que apresentou adições líquidas de 23,3 milhões e expansão de 15,5%.

Com evolução de 16,1% no ano, o segmento pré-pago representa 82,3% do total de usuários móveis ao final de 2010 (82,5% em 2009)

O segmento pós pago teve evolução de 18,1% superior aos 8,8% em 2009.

Em 2010, cabe destacar a expressiva evolução dos acessos de banda larga móvel. Com quase 12 milhões de novas adições em 2010, os acessos de terceira geração (3G) somaram 18,9 milhões ao final do ano. Deste total, cerca de 4,3 milhões representam *mini-modems* e o restante, acessos 3G através de aparelhos móveis via planos de dados. O significativo crescimento de 170% na base de acessos 3G evidencia o potencial deste mercado.



• Banda Larga Fixa

O mercado de acesso à internet em banda larga manteve-se como uma das alavancas de crescimento do setor em 2010. Ao final de dezembro/10, a base de usuários atingiu cerca de 13,8 milhões de acessos, revelando crescimento de 21,2% frente a dezembro/09, o que representou 2,4 milhões de novos usuários. A penetração dos serviços de banda larga no país, considerando-se as tecnologias de acesso por cabo, ADSL e rádio, situava-se em 24% dos domicílios brasileiros, demonstrando que ainda existe grande potencial de expansão neste mercado.

Cerca de 54% das adições líquidas na base de usuários dos serviços de banda larga fixa ocorreu através da tecnologia ADSL (57% em 2009), que é principal tecnologia de banda larga oferecida pela Oi.

Cabe ressaltar que a desaceleração nas adições líquidas de banda larga fixa verificada a partir de 2010, decorre do fato de que a alternativa de conexão via banda larga móvel aumentou consideravelmente, com ofertas de todas as operadoras móveis no mercado.

• TV por Assinatura

Em 2010, a base de usuários dos serviços de TV por assinatura mostrou evolução recorde com 2,3 milhões de novos acessos. Com crescimento de 30,7% no ano (18,2% em 2009), os acessos de TV por assinatura totalizaram 9,8 milhões de assinantes.

Tal evolução, por mais um ano, foi impulsionada pelo crescimento dos pacotes voltados para as camadas de menor poder aquisitivo da população brasileira, onde ainda existe forte demanda reprimida no país. A taxa de penetração relativamente ao total de domicílios atingiu aproximadamente 17% (13% em 2009), o que comprova o potencial de crescimento deste mercado no país.

Os acessos através da tecnologia DTH (*Direct to Home*), foram responsáveis por 73,9% dos novos usuários, seguido pela tecnologia a cabo, com 29,0%. Cabe ressaltar que as novas entrantes do mercado, dentre as quais a Oi, utilizam a tecnologia DTH.

• Cenário Regulatório

• Contratos de Concessão, PGMU e instrumentos relacionados:

Para 2010 estava prevista a revisão quinqüenal dos Contratos de Concessão do STFC em suas várias modalidades e a reedição dos instrumentos a eles associados, como o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), o Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ), o Regulamento do AICE e o Regulamento do Serviço de Telefonia Fixa Comutada (STFC).

Em 24.11.2010 foi votado, em sessão pública do Conselho Diretor da Anatel, o novo texto do Contrato de Concessão, com alterações importantes, destacando-se a eliminação de cláusula que impossibilita a atuação das concessionárias de STFC no mercado de TV a Cabo.

A assinatura dos novos Contratos de Concessão, inicialmente prevista para 31.12.2010, acabou, no entanto, por ser postergada em virtude das discussões relativas à proposta de novo PGMU, marcadas por divergências quanto aos impactos econômico-financeiros decorrentes do atendimento das metas propostas e, especialmente, quanto à necessidade de equacionamento das fontes de financiamento requeridas para a viabilização do Plano, condição prevista pela Lei Geral de Telecomunicações.

Nesse quadro, foi assinado aditivo contratual, em dezembro de 2010, estabelecendo nova data limite (02/05/11) para a assinatura dos novos Contratos e para a edição dos instrumentos regulatórios relacionados. Negociações entre Concessionárias, Anatel e Poder Executivo foram reiniciadas no início de 2011.

• Plano Geral de Atualização da Regulamentação

Em outubro de 2010, completaram-se dois anos da edição do PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação, momento para o qual se previa a conclusão das ações de curto prazo previstas nesse Plano, incluindo-se novos regulamentos sobre temas de grande importância para o setor. Nem todas essas ações foram finalizadas. O status dos principais temas da agenda é apresentado a seguir.

- Regulamento de LTOG (Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita): dispõe sobre regras para a distribuição da Lista Telefônica e oferta do Serviço de Auxílio à Lista. Consulta Pública (11/2010) já concluída, mas Regulamento ainda não editado.
- Regulamento de Numeração: dispõe sobre solução para assegurar recursos de numeração para serviços de telefonia móvel na capital do Estado de São Paulo (área de código nacional 11). Consulta Pública 13/2010 concluída e Regulamento editado em dezembro de 2010.
- Regulamentos de Fiscalização e Sanções Administrativas (CP 21 e 22/2010): Consultas Públicas finalizadas, mas Regulamentos ainda não editados. Regulamentos deverão apresentar evoluções como mudanças nos critérios de dosimetria das penas, a possibilidade de substituição de sanções pecuniárias por obrigações de fazer e a possibilidade de celebração de termos de ajuste de conduta ou acordos substitutivos em caso de descumprimentos regulamentares por parte das operadoras. No caso do regulamento de fiscalização, a adoção de mecanismo de notificação prévia, diminuindo o fluxo de aplicação de multas e a adoção de soluções alternativas de controvérsias.
- Novo Regulamento de Áreas Locais (CP 23/2010): novo Regulamento, publicado em janeiro de 2011, amplia abrangência geográfica das áreas locais, o que deverá provocar alteração do volume de chamadas de Longa Distância e da remuneração de redes associada a essas chamadas.
- Novo Regulamento de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD): submetido à CP 50/2010 em dezembro no final de 2010, com conclusão prevista para março de 2011. Regulamento em CP propõe alterações relevantes nas condições de oferta de EILD, introduzindo regras mais rígidas para a oferta de EILD especial e ampliando o conceito de EILD padrão.
- Novo Regulamento de Bens Reversíveis: CP 52/2010 também lançada no final de 2010, com conclusão prevista para março de 2011. Regulamento em CP disciplina a concessão de anuência prévia para substituição, oneração e alienação de bens reversíveis. Também prevê condições mais rígidas para o controle dos bens da Concessionária.

• Outros temas

- Banda H: licitação dessa faixa de frequências, última banda disponível para a oferta do SMP com tecnologia de 3ª geração, foi realizada em dezembro de 2010, com limites à participação de prestadoras já licenciadas para esse serviço, impedindo que a Oi disputasse todas as faixas disponíveis. Nas áreas em que pode participar da licitação, a Oi obteve a licença nos setores 22 e 25, que correspondem a pequenas áreas de Mato Grosso do Sul e Goiás. Nextel, principal vencedora do leilão, se tornará a 5ª operadora com abrangência nacional.
- MVNO (*mobile virtual network operator*) : foi aprovada, em novembro de 2010, a Resolução 550 que permite a prestação do SMP por operadoras virtuais (MVNO). Até o final de 2010 ainda não existiam prestadoras dessa natureza em operação.
- Plano Geral de Metas de Competição (PGMC): previsto no PGR como ação de curto prazo, Regulamento do PGMC ainda está em elaboração na Agência. O PGMC definirá os mercados relevantes para o Setor de Telecomunicações, as regras para indicação dos Grupos Empresariais que contêm empresas com Poder de Mercado Significativo (PMS), e obrigações destinadas a incentivar a competição.

4 PERFIL DA EMPRESA

A Oi através de sua holding, Tele Norte Leste (TNL) e suas controladas, dentre as quais, Telemar Norte Leste (TMAR), TNL PCS (Oi móvel) e Brasil Telecom (BRT), oferece um amplo leque de produtos convergentes que incluem serviços tradicionais de telefonia fixa e móvel, transmissão de dados, acesso à internet em banda larga, provedor de internet e TV paga. Estes serviços são ofertados para residências, usuários corporativos de pequeno, médio e grande porte, entidades governamentais e outras empresas de telecomunicações, além de pessoas físicas. A Oi é a principal provedora de serviços de telecomunicações do Brasil. A TMAR detém a concessão para operar telefonia fixa em 16 estados das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, e a BRT possui a concessão de telefonia fixa no Distrito Federal e em mais nove Estados das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país.

Com a aquisição do controle acionário da BRT, a Oi passou a operar em âmbito nacional os serviços de telefonia móvel e de transmissão de dados, com um portfolio unificado em todas as regiões de outorga. A oferta de serviços em âmbito nacional confere à companhia a escala necessária para competir em igualdade de condições com os importantes competidores internacionais presentes no Brasil.

Pioneira e, de fato, a única operadora integrada do país, a Oi acredita que a capacidade de desenvolvimento de ofertas convergentes é importante vantagem competitiva, com vistas à fidelização do cliente.

A partir de 2009 a Oi passou a operar a rede de cabos submarinos de transmissão de fibra óptica da Globenet (controlada integral da BrT) que conecta Brasil, Colômbia, Venezuela, Bermudas e Estados Unidos. As redes das empresas Globenet e Metrored somam-se ao *backbone* de dados da Oi, transformando-se na maior e mais capilar cobertura de dados do país. São mais de 176 mil km, distribuídos em 23,3 mil km de *backbone* internacional (Globenet), 32,6 mil km de *backbone* nacional e 120,3 mil km de redes estaduais e metropolitanas.

Além dos serviços de telecomunicações tradicionais, a Oi presta serviços de TV por assinatura e internet banda larga através da controlada Oi TV para clientes residenciais, comerciais e corporativos nas cidades de Belo Horizonte, Poços de Caldas, Uberlândia e Barbacena, no estado de Minas Gerais. Com a Oi TV integrando o portfólio completo de serviços, a Oi tornou-se a primeira empresa *quadruple play* do Brasil, com oferta combinada de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura. Atualmente os serviços de TV por assinatura, utilizando tecnologia por satélite DTH são oferecidos para cidades do estado do Rio de Janeiro, para o Distrito Federal e outros 13 estados da federação (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe).

A companhia encerrou 2010 com 64,0 milhões de Unidades Geradoras de Receitas, sendo 20 milhões em linhas em serviço fixo ("Oi Fixo"), 39,3 milhões em telefonia móvel ("Oi Móvel"), 4,3 milhões em acessos à internet em banda larga fixa ("Oi Velox") e 275 mil usuários de TV por assinatura ("Oi TV").

A imagem da Oi reflete um estilo de vida ligado à inovação, ousadia, confiabilidade e inteligência. O slogan "simples assim" resume a identidade da empresa. O objetivo da companhia é oferecer o que há de mais moderno em telecomunicações e superar os níveis de exigência dos clientes e do mercado.

Pelo terceiro ano consecutivo, a Oi integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa, refletindo o alto grau de comprometimento da companhia com a responsabilidade social e a adoção de práticas gerenciais sustentáveis. A Oi participa também da primeira carteira do Índice de Carbono Eficiente da BM&F Bovespa.TNL e BrTO têm suas ações negociadas na BM&FBovespa e na NYSE, enquanto as da TMAR são transacionadas apenas na BM&FBovespa.

5 ESTRATÉGIA DA COMPANHIA E NOVOS NEGÓCIOS

As iniciativas das empresas controladas pela TNL visam a alcançar e manter a liderança do mercado e gerar valor para os seus acionistas. Todas essas iniciativas refletem o posicionamento de sua administração, pautado pela agilidade, simplicidade e objetividade.

A estratégia da Oi para manter a liderança do mercado, aumentar a competitividade e melhorar o desempenho financeiro, criando valor para os acionistas e demais *stakeholders*, inclui:

- Foco na convergência: através dela, a Oi consolida a diferenciação que possui no mercado por meio da oferta de pacotes integrados de telefonia fixa, móvel, banda larga e TV por assinatura. A convergência é o principal instrumento para a fidelização de clientes e alavancar vendas, além de garantir sinergias importantes que reduzem custos operacionais da companhia.
- Ampliação da base de clientes e evolução dos serviços de banda larga: por ser importante alavanca de crescimento e elemento essencial no futuro dos serviços integrados de comunicação, o acesso à internet em banda larga é um dos principais instrumentos da nossa estratégia. Para potencializar esse crescimento, a Oi investe continuamente na expansão das suas redes de banda larga (fixa e móvel), na ampliação da oferta de acesso à internet em altas velocidades e na evolução para novas tecnologias. Hoje a Oi possui a maior rede de acesso à banda larga fixa do país, com uma cobertura em mais de 4.300 municípios.
- Atuação em novos negócios e mercados: a busca pela inovação e o crescimento contínuo de novos negócios é parte essencial da estratégia da Oi. Expandir a atuação para novos negócios a partir das plataformas existentes e atuar em segmentos que complementam a oferta de serviços para os clientes são pontos-chave para garantir o crescimento futuro da organização.

A empresa analisa continuamente oportunidades de novos negócios no setor de telecomunicações e em segmentos de serviços adjacentes relevantes, como internet, TI e outros, que apresentem sinergia com os negócios da companhia de modo a alavancar novas fontes de receita e fortalecer seu posicionamento no cenário nacional e internacional de telecomunicações.

- Explorar as oportunidades de crescimento com rentabilidade, como operadora móvel nacional: a diferenciação por meio da convergência e de ofertas inovadoras continua sendo a principal estratégia para consolidar a liderança nesse segmento. A vantagem da convergência e da inovação em ofertas com foco nos serviços e não na venda de aparelho, continuarão a ser diferenciais importantes para ampliar a participação nos mercados em que opera e na rentabilidade das suas operações. A empresa continuará explorando a oferta de serviços de valor adicionado e novos produtos através da sua base de clientes, potencializando ainda mais a expansão de sua receita e rentabilidade.
- Ampliar a eficiência e o controle de custos, mantendo a qualidade dos serviços: as iniciativas para melhoria dos processos internos, com a consequente otimização dos custos e da alocação de recursos, fazem parte da nossa estratégia de aumento da eficiência operacional e ganhos de escala. Assim como a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes continuará a ser prioridade estratégica para a companhia.

6 OI E PORTUGAL TELECOM: PARCERIA E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO

Em 25 de janeiro de 2011, os acionistas controladores da Oi e a Portugal Telecom (PT) assinaram instrumentos contratuais e acordos de acionistas entre as partes, formalizando parceria e investimentos estratégicos por parte da PT e da Oi.

A formalização da operação dá continuidade ao memorando de entendimento entre as empresas anunciadas em 28 de julho de 2010.

Esta parceria permitirá à Oi fortalecer suas operações e capacidade competitiva, aumentar investimentos no Brasil, com foco em banda larga e telefonia móvel, tendo como meta incrementar valor econômico da empresa. Oportunamente, será anunciado um plano detalhado de parceria estratégica entre Oi e Portugal Telecom, onde juntas traçarão planos de intercâmbio tecnológico, de compras conjuntas e de expansão internacional.

O acordo firmado preserva os direitos dos atuais acionistas controladores da Oi, Andrade Gutierrez, La Fonte, Fundação Atlântico, BNDES e Fundos de Pensão, e manterá a companhia sob controle privado nacional. A operação prevê ainda que a Oi irá adquirir participação de até 10% no capital da Portugal Telecom, reforçando as bases desta parceria estratégica. No seu conjunto, a associação entre Oi e Portugal Telecom contempla também benefícios diretos para a sociedade, acionistas, colaboradores e consumidores, e reforça a estrutura financeira da Oi.

A Portugal Telecom possui larga experiência no mercado de telefonia fixa e móvel, de televisão e internet de banda larga em Portugal e nos países onde está presente. Esta parceria permitirá à Oi ampliar sua capacidade de investimento e de expansão nacional nos mercados de banda larga, TV por assinatura, 3G e serviços convergentes. As duas empresas desenvolverão estratégias de cooperação para: (a) ampliar presença nos mercados em que já atuam e em novos; (b) alcançar benefícios de escala, potencializar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento e (c) criar valor para os acionistas.

Após a conclusão de todas as etapas da operação, será criado um comitê de engenharia, redes, tecnologia, inovação e oferta de serviços - que trabalhará em articulação com os comitês existentes – para compartilhar melhores práticas, permitir que as duas companhias se beneficiem de sinergias e tomar decisões a respeito de questões operacionais.

A OPERAÇÃO

A entrada da Portugal Telecom no capital da Oi ocorreu por meio da aquisição direta e indireta de ações das companhias (TNL e TMAR) e da compra de participações em suas empresas controladoras. A operação envolveu compras de participações nos diversos níveis da estrutura societária da Oi e foi estabelecida da seguinte forma:

1. A Portugal Telecom adquiriu participação acionária de 35% nas holdings controladoras da AG Telecom e da LF Tel, que são controladoras da Telemar Participações (TelemarPart).
2. A Portugal Telecom também alcançou participação de 12,1% na Telemar Participações, comprando ações de outros acionistas e participando do aumento de capital da TelemarPart previsto na operação.
3. A operação contou ainda com aumentos de capital na Tele Norte Leste Participações e na Telemar Norte Leste (TMAR), com a emissão de ações ordinárias e preferenciais.

Aumentos de capital

No dia 21/02/2011, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas sobre o início dos Aumentos de Capital da TNL e da TMAR. Os acionistas que eram titulares das ações no encerramento do pregão do dia 21/02/2011 receberam o direito de preferência para subscrever ações no Aumento de Capital. Os acionistas tiveram 30 dias contados a partir do dia 22/02/2011, inclusive, ou seja, até o dia 24/03/2011, para exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações, bem como para manifestar o pedido firme de subscrição de sobras.

O aumento de capital previa a emissão de até 126.218.801 novas ações ordinárias da TNL, ao preço de R$38,55, e até 252.437.601 ações preferenciais da TNL, ao preço de R$28,27, totalizando um Aumento de Capital da TNL de, no máximo, R$12.002.145.758,82.

Na TMAR, o aumento de capital previa a emissão de até 95.159.514 novas ações ordinárias, ao preço de R$63,71, e até 117.117.560 ações preferenciais classe A da TMAR, ao preço de R$50,71, totalizando um Aumento de Capital da TMAR de, no máximo, R$12.001.644.104,54.

Em 25 de março, a TNL e TMAR divulgaram Aviso aos Acionistas sobre o encerramento do prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de ações relativas ao aumento de capital.

Na TNL, foram subscritas, em exercício do direito de preferência, 56.314.613 ações ordinárias e 58.606 ações preferenciais, ao preço de emissão de R$ 38,55 por ação ordinária e R$ 28,27 por ação preferencial, totalizando R$ 2.172.585.122,77.

Além disso, nesse mesmo período, 102.473 ações ordinárias e 28.350.569 ações preferenciais foram objeto de pedido firme de subscrição de sobras, totalizando R$ 805.420.919,78.

Dessa forma, na TNL, considerando o exercício do direito de preferência e o pedido firme de subscrição de sobras, foi subscrito o total de 56.417.086 ações ordinárias e de 28.409.175 ações preferenciais, totalizando um aumento, no valor de R$ 2.978.006.042,55, o que representa 24,81% do montante máximo do Aumento de Capital aprovado.

Na TMAR, foram subscritas, em exercício do direito de preferência, 46.969.013 ações ordinárias e 46.216.078 ações preferenciais classe "A", ao preço de emissão de R$ 63,71 por ação ordinária e R$ 50,71 por ação preferencial classe "A", totalizando R$ 5.336.013.133,61.

Além disso, nesse mesmo período, 108 ações ordinárias e 12.480.778 ações preferenciais classe "A" foram objeto de pedido firme de subscrição de sobras, totalizando R$ 632.907.133,06.

Dessa forma, na TMAR, considerando o exercício do direito de preferência e o pedido firme de subscrição de sobras, foi subscrito o total de 46.969.121 ações ordinárias e de 58.696.856 ações preferenciais classe "A", totalizando um aumento no valor de R$ 5.968.920.266,67, o que representa 49,73% do montante máximo do Aumento de Capital aprovado.

Em 28 de março de 2011 foram realizadas as Reuniões do Conselho de Administração das Companhias para a homologação parcial dos Aumentos de Capital.

Após conclusão da operação, a estrutura acionária da TNL e TMAR passou a ser a seguinte:

TNL	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total	% Total
Telemar Participações	103.813.689	55,51%	--	--	103.813.689	21,78%
PREVI	6.857.087	3,67%	11.730.869	4,05%	18.587.956	3,90%
Luxemburgo Participações	–	–	11.412.900	3,94%	11.412.900	2,39%
LF Tel S.A.	–	–	11.412.700	3,94%	11.412.700	2,39%
Portugal Telecom	20.752.270	11,10%	28.298.549	9,77%	49.050.819	10,29%
Tesouraria	3.020.880	1,62%	6.166.566	2,13%	9.187.446	1,93%
Outros	52.584.892	28,12%	220.611.054	76,17%	273.195.946	57,31%
Total	**187.028.818**	**100,0%**	**289.632.638**	**100,00%**	**476.661.456**	**100,00%**

TMAR	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total	% Total
Tele Norte Leste Participações	150.971.022	98,01%	91.250.247	47,91%	242.221.269	70,31%
Telemar Participações	–	–	13.079.176	6,87%	13.079.176	3,80%
Portugal Telecom	–	–	32.475.534	17,05%	32.475.534	9,43%
Luxemburgo Participações S.A.	–	–	11.240.386	5,90%	11.240.386	3,26%
LF Tel S.A.	–	–	11.240.386	5,90%	11.240.386	3,26%
Outros	3.061.191	1,99%	30.738.889	16,14%	33.800.080	9,81%
Ações em tesouraria	1	0,00%	440.132	0,23%	440.133	0,13%
Total	**154.032.214**	**100,0%**	**190.464.750**	**100,00%**	**344.496.964**	**100,00%**

Com o encerramento da subscrição a Portugal Telecom passou a deter participação direta e indireta de 25,28% no capital total da TMAR. A efetiva transferência das ações para a Portugal Telecom está sujeita à liquidação financeira das aquisições.

7 DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2010, a Oi totalizou 63.956 mil Unidades Geradoras de Receitas (UGRs), registrando expansão de 2.106 mil UGRs, ou 3% frente a 2009, decorrente, principalmente, da contínua expansão da base de clientes de telefonia móvel, além do crescimento da demanda por serviços de acesso à internet em banda larga fixa.

Telefonia Móvel

A base de telefonia móvel cresceu 8,8% no ano de 2010, com adições líquidas de 3.190 mil novos clientes, encerrando o ano com 39.302 mil acessos. Cabe destacar que as adições líquidas do 4T10 representaram 60% das adições líquidas de todo o ano. Este movimento é decorrente da maior agressividade nas ofertas ao final do ano, refletido principalmente na expansão de clientes do plano pré-pago nas Regiões II e III e do plano Oi Controle na Região I.

A base de clientes Oi Controle encerrou o ano de 2010 com 2.131 mil usuários, apresentando um aumento de 45,8% no ano. Neste produto, o cliente autoriza o débito mensal na sua franquia do cartão de crédito, possibilitando uma recorrência de receita similar a dos planos pós-pagos. Ao longo deste ano, a companhia realizou diversas campanhas buscando o aumento das vendas deste produto.

A base de clientes pós-pagos, incluindo o Oi Controle, encerrou o ano com expansão de 15,8% em relação ao 4T09, alcançando um total de 6.697 mil usuários ao final de 2010, o que representava 17,0% da base total de telefonia móvel ao final do ano (16% no 4T09). No ano de 2010, esse crescimento foi impulsionado pelo Oi Controle.

No segmento pré-pago, o número de usuários totalizou 32.605 mil ao final do ano de 2010, representando 83% da base móvel total, um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Ao final de 2010, o produto convergente "Oi Conta Total" possuía 1.439 mil clientes, praticamente estável em relação ao ano anterior. Cabe resaltar que esse produto foi disponibilizado na Região II apenas no final do 3T10.

Banda Larga (Fixa e móvel)

Os acessos à internet banda larga fixa (Oi Velox) somaram, ao final de 2010, 4.354 mil clientes, apresentando acréscimo de 3,4% no comparativo anual (143 mil clientes). No 4T10, esta base representa 21,5% das linhas fixas em serviço (19,5% no 4T09).

Em 2010, o número de usuários do serviço de dados móvel - 3G atingiu 624 mil clientes, incluindo 425 mil clientes de mini modem e 199 mil pacotes de dados no celular, crescimento de 33,0% no ano.

A base de clientes de banda larga, incluindo os acessos fixos e móveis, cresceu 6,4% frente a 2009 totalizando 4.978 mil usuários.

Telefonia Fixa

A base de linhas fixas em serviço registrou decréscimo de 6,0% no ano alcançando 20.025 mil linhas fixas em serviço. Através da oferta de produtos, tais como "Planos alternativos", TV por assinatura e "Oi Conta total", a companhia vem tentando amenizar a tendência histórica de queda de base de clientes de linhas fixas.

Vídeo – Oi-TV

A companhia encerrou o ano de 2010 disponibilizando serviços de TV por assinatura por meio da tecnologia DTH a 14 estados do país (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe) e o Distrito Federal.

Ao final de 2010, a base de assinantes de TV totalizou 275 mil clientes, com adições líquidas de 41 mil clientes no ano. Para 2011, com a finalidade de fidelizar a base de clientes de telefonia fixa, a companhia buscará aprimorar continuamente a abrangência de suas ofertas, concentrando seus esforços em elevar a penetração da Oi TV.

8 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Segundo instrução da CVM, a Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com as normas internacionais (adoção do IFRS - *International Financial Reports Standards*) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Sumário Operacional e Econômico

TNL Consolidado	2009	2010
Indicadores Operacionais		
Clientes - UGR** (mil)	61.850	**63.956**
Oi Fixo	21.293	20.025
Oi Móvel	36.112	39.302
Oi Velox	4.211	4.354
Oi TV	234	275
*** UGR: Unidade Geradora de Receita*		
Informações Financeiras		
Receita Bruta (R$ milhões)	45.863	45.928
Receita Líquida (R$ milhões)	29.997	29.479
EBITDA (R$ milhões)	9.768	10.296
Lucro Líquido (R$ milhões)	5.092	1.750
Patrimônio Líquido (R$ milhões)	20.111	19.974
Dívida Bruta (R$ milhões)	29.918	29.920
Dívida Líquida (R$ milhões)	21.889	18.711
Investimentos (R$ milhões)	5.126	3.090

A receita bruta consolidada foi de R$ 45.928 milhões em 2010, praticamente estável em relação ao ano anterior. A expansão dos serviços móveis, dos serviços de comunicação de dados e TV paga, que juntos já representam 45% da receita bruta, compensou a queda da receita de telefonia fixa.

A receita líquida consolidada totalizou R$29.479 milhões em 2010, com ligeira queda de 1,7% no ano.

As receitas vinculadas ao tráfego de voz na telefonia fixa, como ligações locais, fixo-móvel, longa distância e telefonia pública continuam com tendência de queda. Nos serviços de telefonia fixa, os destaques positivos foram os aumentos na receita de dados, principalmente em função do "Oi Velox", e na receita de "uso de rede".

A telefonia móvel foi outra fonte de crescimento, cuja receita cresceu 12,8% no ano. Os principais destaques de 2010 foram:

- Receitas de "assinaturas" (+13,2%) em função principalmente da expansão de 7% da base média de usuários pós-pagos.
- Receitas de "uso de rede" (+10,8%) justificada pela expansão da base de clientes, principalmente na região III. Cabe ressaltar que esta receita também é beneficiada pelo bônus oferecido por outras operadoras de telefonia móvel para ligações on-net e para telefones fixos. Essas ofertas geram um excesso de cr

Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS ou o U.S. GAAP, a Administração da companhia entende que o EBITDA é um importante indicador para analisar o desempenho econômico operacional e a liquidez da companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Adicionalmente, o EBITDA também é utilizado por determinados investidores e analistas financeiros como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.

	Trimestral			Acumulado ano	
R$ Milhões	**4T09**	**3T10**	**4T10**	**2009**	**2010**
EBITDA					
Lucro (prejuízo) Líquido	(596)	538	284	5.093	1.749
Resultado Financeiro, Líquido	722	524	774	2.387	2.432
Imposto de Renda e C. Social	111	187	(346)	328	(84)
Depreciação e Amortização	1.897	1.546	1.562	7.033	6.199
Total	**2.134**	**2.795**	**2.274**	**14.841**	**10.296**

O lucro líquido, após os impostos, contribuições sociais e participação de minoritários atingiu R$1.750 milhões em 2010.

9 INVESTIMENTOS

Em 2010, os investimentos consolidados totalizaram R$ 3.090 milhões, em linha com a programação orçamentária da companhia, representando 10,5% da receita líquida (17,1% em 2009). O montante representa redução de 40% em relação ao ano anterior.

Vale mencionar que ao longo de 2010, a companhia realizou diversos esforços de otimização da rede combinada da Oi com a BRT, de maneira a capturar sinergias tanto na rede móvel quanto na de dados. Isto possibilitou aumentar a capacidade de investimentos físicos mesmo com uma necessidade de dispêndio de caixa menor do que a do ano de 2009.

	Anual		
R$ Milhões	**2009**	**2010**	**Δ Ano (%)**
Telefonia Fixa	**2.679**	**2.127**	**-20,6**
Expansão e Qualidade	1.150	1.053	-8,4
Dados/Sist. de Comunic./Outros	1.529	1.074	-29,8
Telefonia Móvel	**2.447**	**963**	**-60,6**
Expansão e Qualidade	2.447	963	-60,6
TOTAL	**5.126**	**3.090**	**-39,7**

• Investimentos Operacionais

Telefonia Fixa

Em 2010, as linhas fixas e telefones públicos em serviço totalizam mais de 20 milhões de terminais que são atendidas em mais de 5.600 centrais de comutação. A rede do STFC da Oi atende a 4.844 municípios brasileiros, o que representa cobertura de aproximadamente 77% da população e 87% dos municípios do país.

Durante 2009/2010 foi realizado trabalho de integração das redes de comutação da TMAR e BrTO. Neste mesmo período foram realizados investimentos em equipamentos com tecnologia NGN (*Next Generation Network*) principalmente decorrente de demandas regulatórias para atendimento da portabilidade numérica, representando cerca de 400 mil acessos que permitem aumento de eficiência, com a utilização de infraestrutura baseada em rede IP para transporte e controle das chamadas, e a possibilidade de oferta de novos serviços convergentes.

Além disso, em 2009/2010 a Oi incrementou as suas ofertas convergentes com os serviços Oi Conta Total, planos de longa distância, Oi Velox e Oi TV para os seus clientes de telefonia fixa.

Telefonia Móvel

Após a integração das redes móveis, a Oi passou a operar em âmbito nacional com a oferta de serviços de voz e dados em todas as regiões de outorgas. Esta consolidação foi importante, não só para propiciar a uniformização dos serviços, como também, para integração das operações. Em 2010 foram realizados investimentos significativos para ampliação da capilaridade e capacidade de transmissão das redes 2G e 3G por todo o Brasil. A rede móvel de segunda geração (2G) cobre 3.076 municípios (55,3% do total de municípios do país) através de 12.516 estações rádios base 2G, ao passo que a rede móvel de terceira geração (3G) está disponibilizada em 212 municípios, via 4.839 estações rádio base 3G, as quais permitem velocidades de acesso em banda larga móvel com taxas de até 14 Mbps nas 27 unidades da federação.

A Oi unificou o núcleo da rede de controle de voz e de dados, incluindo as atividades operação e gerência de redes. O início das operações integradas foi um dos fatores que contribuiu para o incremento das adições líquidas de novos usuários, tendo atingido a mais de 39 milhões de usuários em 2010.

As plataformas de serviços foram integradas para permitir a unificação das ofertas da Oi em todas as regiões de outorgas. Os novos planos pré-pagos móveis também foram reunidos em uma arquitetura única de serviços. As plataformas de mensagens de texto e multimídia foram consolidadas com foco na redução dos custos de operação e na melhoria da qualidade dos serviços.

Acesso Banda Larga

Após a integração das redes de acesso xDSL da BrTO com a TMAR para a oferta do serviço Oi VELOX aos mercados residencial e corporativo em 2009, a Oi terminou o ano de 2010 com uma base instalada de 3,6 milhões de acessos na Região I e 2,65 milhões de acessos na Região II para serviços de banda larga fixa de até 14 Mbps.

Com a evolução da rede de acesso xDSL em 2010, a oferta de serviços de Ultra Banda Larga para acessos VDSL2 em até 100 Mbps aumentou para 17 cidades. Para tanto, foram consolidadas as mudanças no modelo de abordagem do cliente de banda larga através da redução da extensão da rede de acesso entre o cliente e o primeiro elemento ativo da planta, com a utilização da tecnologia FTTN (Fiber-to-the-Node/ Fibra óptica até o armário de serviço).

Para a oferta de serviços de Ultra Banda Larga para velocidades de até 100 Mbps foi desenvolvida a utilização da capilaridade de fibra óptica para acessos FTTH (Fiber-to-the-Home/ Fibra até a Casa do usuário) em três cidades da Região I e cinco da Região II.

Rede IP

A rede IP Oi está presente em todo o Brasil, com nove POPs (*point of presence*) de alta capacidade localizados nos estados da BA, CE, MG, PE, PR, RJ, RS e SP e no Distrito Federal com capacidade de 254 Gbps para tráfego nacional e de 219 Gbps de capacidade internacional. A capacidade de interconexão da rede IP entre as Regiões 1 e 2 foi ampliada para 80Gbps. Os caches de conteúdo para aumento da qualidade de experiência do usuário foram ampliados para 60 Gbps de capacidade.

A integração e aumento de capacidade do backbone IP viabiliza a introdução de projetos de maior magnitude de cunho nacional. A rede IP tem vital importância na prestação de serviços tradicionais (acesso Internet) como serviços corporativos e na evolução para acompanhar as principais tendências do mercado tais como Ultra Banda-Larga e IPTV.

Rede de Transporte

A integração das redes de transporte da Oi e da Brasil Telecom resultou numa rede própria de fibras ópticas cobrindo praticamente todo o território nacional, além de fazer conexão internacional com a América do Norte, Venezuela e Bermudas e Colômbia. São mais de 21.950 km de cabos submarinos, 2.000 Km de Backbone terrestre interligando os POPs (*point of presence*) e atualmente com circuitos totalmente protegidos, com redundância e baixa latência, totalizando 23.950 Km (Globenet). *backbone* nacional: aproximadamente 32.000 km e Redes Estaduais/ Metropolitanas: aproximadamente 120.000 km. Sobre este plano de fibras ópticas foram implementados novos equipamentos de transmissão nos principais centros das Regiões I, II e III através do Projeto Sinergia de Transporte, provendo conectividade de serviços para toda a área de atuação da empresa. Adicionalmente, foi aumentado o nível de disponibilidade com a criação de rotas alternativas para o tráfego, através do aproveitamento das conexões entre as redes da Brasil Telecom e da Oi.

Complementando a Rede de Transporte Óptica, a Oi terminou 2010 com capacidade contratada para atendimentos via Sistemas Satélite de 2.381 MHz para banda C e 782,3 MHz para banda Ku, dedicados principalmente a prover meios de transporte para a Região Norte do país, além de prestação de serviços relacionados ao PGMU (Plano Geral de Metas de Universalização).

Desta forma, hoje a Oi possui uma Rede de Transporte com grande capacidade e qualidade para escoar o tráfego demandado pelos serviços prestados pela empresa. O núcleo principal da rede, envolvendo Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Curitiba, tem uma capacidade média de 800 Gbps.

TV por Assinatura

Em 2009 foi promovida a digitalização da planta de rede de TV a Cabo (HFC) em Belo Horizonte. Com esta digitalização há economia no espectro de freqüência, com a possibilidade de oferta de novos serviços sobre a mesma infraestrutura. O processo de substituição de STB (Set Top Box) analógicos pelos digitais continua ao longo do ano de 2010. Esta rede possui atualmente capacidade instalada de aproximadamente 392 mil *homes passed*.

Em 2009 foi lançado o serviço Oi TV utilizando a tecnologia DTH, com oferta de canais via satélite. Este acesso utiliza os satélites Amazonas 1 e 2 para a repetição do sinal que permite uma cobertura nacional e pode evoluir para toda a América Latina. A solução de distribuição de vídeo conta com parceria da Telefonica para o compartilhamento da estrutura de *Head End* de captação e alimentação do sinal via satélite, embora a Oi possua uma grade de programação própria com conteúdo exclusivo.

Em 2010 foi estruturado o *Head End* de forma que o mesmo tenha capacidade de fornecer conteúdos de TV para diversos tipos de dispositivos (TV, *notebooks*, *tablets*, aparelhos móveis, etc) em diversos tipos de rede e acesso: IPTV, banda larga (WEBTV); telefonia móvel 3G (MoTV); cabo (HFC) e satélite (DTH). Sendo contratada a ampliação do *Head End* para fornecimento dos canais em HDTV.

• Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento

Desde a sua criação, a Oi tem se diferenciado por suas ações e atitudes inovadoras.

A inovação está no DNA da Oi e de seus colaboradores, sempre com o foco na oferta de novas soluções e na entrega de benefícios reais para seus clientes que se traduzam em melhores resultados para a companhia e para seus acionistas. Evoluindo nesta visão, em 2009 a empresa criou uma área de gestão de inovação e P&D com a missão de coordenar e fomentar os esforços e projetos desenvolvidos pela companhia.

Utilizando o conceito de "open service innovation" a Oi estabeleceu seu ecossistema através de convênios de cooperação e desenvolvimento tecnológico com centros de pesquisa nacionais e com instituições de ensino e pesquisa através da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP e firmou parceria com a indústria de equipamentos de telecomunicação com tecnologia nacional e com fornecedores nacionais com grande potencial de inovação.

Os investimentos em Inovação e P&D nos projetos desenvolvidos em 2010 somaram R$ 99,3 milhões.

10 ENDIVIDAMENTO

A companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (conversíveis e não conversíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S.GAAP, no entanto a administração da companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

A dívida líquida consolidada encerrou o ano em R$ 18.711 milhões, representando redução de R$ 3.178 milhões em relação ao ano anterior e uma razão Dívida Líquida/EBITDA de 1,8x. A redução no endividamento da companhia está alinhada com a estratégia de desalavancagem em 2010, previamente anunciada pela companhia ao Mercado.

A valorização do real frente a outras moedas e a boa liquidez no mercado de emissões internacionais permitiram a companhia gerenciar seu passivo captando recursos a taxas mais atrativas e pré-pagando as dívidas mais curtas e caras. Esta estratégia permitiu que o prazo médio da dívida pudesse ser alongado, bem como a redução do custo efetivo de 105,6% do DI para o ano de 2010 frente 107% em 2009.

Ao final do ano, 26,2% da dívida total estava contratada em moeda estrangeira. No entanto, em decorrência de operações de proteção cambial (hedge), apenas o equivalente a R$ 625 milhões (US$ 375 milhões; 2,1% do total) representava, de fato, alguma exposição às flutuações cambiais para a companhia. Adicionalmente, é importante mencionar que o fluxo de pagamentos dessas dívidas até agosto/2017 está coberto por contratos de hedge, bem como por aplicações financeiras mantidas em dólares e em euro.

Endividamento - TNL Consolidado

R$ Milhões	**Dez/09**	**Dez/10**
Curto Prazo	8.582	7.667
Longo Prazo	21.336	22.253
Dívida Total	**29.918**	**29.920**
Em moeda nacional	24.137	21.308
Em moeda estrangeira	4.689	7.828
Swap	1.092	784
(–) Caixa	**(8.029)**	**(11.209)**
(=) Dívida Líquida	**21.889**	**18.711**

11 MERCADO DE CAPITAIS E ESTRUTURA ACIONÁRIA

• Capital Social

Ao final de 2010, o capital da companhia, de R$ 5.448.730.783,63, era representado por 391,8 milhões de ações, sendo 130,6 milhões ações ON e 261,2 milhões de ações ON.

Ações TNL	**Ações do Capital Social**	**Em Tesouraria**	**Com Controlador**	**Em circulação**
Ordinárias	130.611.732	3.020.880	68.504.187	59.086.665
Preferenciais	261.223.463	6.182.160	0	255.041.303
Total	**391.835.195**	**9.203.040**	**68.504.187**	**314.127.968**

• Nossas Ações

Os receios com a recuperação da economia dos Estados Unidos, a crise fiscal dos principais países da Europa e o aperto monetário na China fizeram a Bovespa terminar 2010 com valorização módica de 1%.

Em 2010, o setor de telecom, representado pelo índice ITEL teve performance inferior ao Ibovespa registrando perda de 7,4% no ano.

As ações preferenciais e ordinárias ações da Tele Norte Leste encerraram o ano cotadas a R$24,29 e R$32,30, com perdas de 27,5% e 21,2%, respectivamente.

Na Bolsa de Nova York (NYSE), os ADRs da companhia tiveram desvalorização de 31,3%, superior às PNs no mercado local, basicamente em decorrência da desvalorização do dólar frente ao Real, de 4,3%.

• Relações com Investidores

A área de Relações com Investidores da Oi tem como missão desenvolver e executar adequada e consistente política de transparência e de divulgação de informações, além de cultivar estreito relacionamento com os analistas e investidores e ser o principal canal de comunicação da empresa com os agentes do mercado de capitais, nacional e internacional.

Entre as atividades realizadas pela área de RI estão reuniões com investidores nacionais e estrangeiros, encontros da Associação dos Analistas do Mercado de Capitais (APIMEC) e participação em conferências e *roadshows* no Brasil e no exterior, bem como congressos voltados aos profissionais de investimento e do mercado de capitais.

Em 2010, ressaltam-se a participação da equipe de relações com investidores em:

- 22 conferências e 5 *roadshows*, no Brasil e exterior, tendo se reunido com 974 investidores e analistas;
- Inúmeros encontros com pequenos grupos de investidores, com o alcance de 319 participantes nas cinco reuniões públicas na Apimec realizadas nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza e Porto Alegre.
- Oi Investor Day: Contando com a presença de representantes dos acionistas controladores e dos principais executivos da Oi, a companhia realizou dois eventos com a comunidade financeira, o Oi Investor Day, cujo objetivo foi apresentar a evolução financeira, a performance operacional e as estratégias para o futuro da companhia. Os eventos foram realizados em São Paulo, no dia 11/11/2010 e em Nova Iorque no dia 30/11/2010. O evento de São Paulo contou com a presença de 203 participantes e o de Nova Iorque ocorreu teve 156 presentes

• Dividendos

A Administração da Tele Norte Leste Participações (TNLP) submeterá à deliberação da Assembléia Geral Ordinária, a ser convocada, proposta de pagamento de R$339.082 mil a título de dividendos, correspondente ao mínimo legal relativo ao resultado do exercício de 2010.

12 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A boa governança corporativa é condição essencial para as organizações que visam a perenidade dos seus negócios, além de representar um fator relevante para o acesso das empresas ao mercado de capitais e para responder as crescentes demandas da sociedade relativas à responsabilidade socioambiental do mundo corporativo.

A Oi adota o modelo GRC - Governança Corporativa, Riscos e Controles Internos em sua estrutura, visando garantir a transparência de seus negócios, a responsabilidade corporativa e a prestação de contas.

Uma das premissas desse modelo é fortalecer a cultura e as boas práticas de Governança Corporativa e Sustentabilidade na Companhia, desenvolvendo ou promovendo ações internas ou externas, utilizando como referência modelos nacionais e internacionais, intensificando o relacionamento com as entidades de Governança Corporativa no Brasil ou no exterior.

Nesse processo de aculturamento, que vem evoluindo, a Oi desenvolve os seus colaboradores por meio de treinamentos online (*e-learnings*) e presenciais. Desde seus lançamentos, em 2009, cerca de 7700 colaboradores concluíram os *e-learnings* de governança corporativa, gestão de riscos, controles internos, sustentabilidade e política de alçadas e delegação de autoridade. Além disto, cerca de 350 colaboradores receberam treinamentos presenciais. Em 2010, foi realizado o 1º Workshop de Governança, Riscos e Controles para 104 Diretores e Gerentes, com o objetivo de nivelar o conhecimento acerca dos riscos corporativos, orientar o seu gerenciamento e contribuir para a melhoria contínua do modelo de governança, cujos temas integram inclusive o conteúdo programático da Academia de Liderança da Companhia, que neste ano contou com a participação de 102 Executivos.

Além dessas iniciativas, cujo objetivo principal é garantir a adequada gestão de riscos, através de melhores procedimentos e controles internos de seus processos, a Oi busca assegurar a ampla transparência de seus negócios por meio da manutenção de um intenso fluxo de informações públicas, tais como a divulgação de: (i) Resultados Anuais e Trimestrais; (ii) Relatórios Anuais; (iii) arquivamentos realizados perante a SEC, CVM e BM&FBovespa (Atos e Fatos Relevantes, Avisos aos Acionistas, Atas de Assembleia, Atas de reuniões do Conselho de Administração e Comunicados ao Mercado); (iv) apresentações públicas; (v) sua página na internet; (vi) relações com analistas, investidores, agências de classificação de risco, assessorias de imprensa e demais canais de divulgação, com o objetivo de manter um alinhamento entre os interesses dos acionistas, representados pelo Conselho de Administração, e os demais stakeholders da companhia.

A Oi apoiou o 11º Congresso Internacional de Governança Corporativa, promovido pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, fomentando o debate sobre internacionalização, convergência das práticas de governança e mudanças regulatórias.

No sentido de dar transparência às suas práticas, a Oi tem participado dos principais *rankings* e índices de Governança Corporativa e Sustentabilidade, tais como o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE/BM&FBovespa), Índice de Carbono Eficiente (ICO2/BM&FBovespa), a Pesquisa Transparência em Sustentabilidade da Consultoria Management & Excellence. Além disto, respondeu voluntariamente o *Carbon Disclosure Project 8* (questionário sobre mudanças climáticas mundiais).

Como principal integrante do sistema de Governança Corporativa da Oi, o seu Conselho de Administração está estruturado para definir as diretrizes estratégicas e atender os interesses da Companhia, considerando o equilíbrio entre os anseios de seus acionistas e os demais *stakeholders*.

Comitês do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Oi possui atualmente três Comitês de Assessoramento: (i) Comitê de Finanças, Monitoramento e Orçamento; (ii) Comitê de Recursos Humanos e Remuneração; (iii) Comitê de Riscos e Contingências.

O Comitê de Finanças, Monitoramento e Orçamento tem por finalidade auxiliar o Conselho na supervisão dos aspectos financeiros do planejamento estratégico, da estratégia financeira, do orçamento anual, do planejamento tributário e do desempenho do negócio.

O Comitê de Recursos Humanos e Remuneração objetiva auxiliar na supervisão da estratégia de recursos humanos, das questões associadas a mudanças em larga escala da estrutura organizacional, da estratégia de remuneração e da avaliação de desempenho.

O Comitê de Riscos e Contingências auxilia na supervisão do desempenho da auditoria interna, de *compliance* com leis, regulamentações, políticas e código de conduta, do processo de divulgação de informações, do gerenciamento dos riscos corporativos e da gestão e controle de contingências.

Comitê de Governança Corporativa, Divulgação e Sustentabilidade

Esse Comitê é composto pelos Diretores de Controladoria, Gente, Gestão e Qualidade, Jurídico Societário e Relações com Investidores.

Dentre as suas principais atribuições, destaca-se: avaliação da adoção de boas práticas de governança corporativa; garantia e estabelecimento de diretrizes para a elaboração das demonstrações financeiras e a divulgação de informações ao mercado; reporte ao Comitê de Riscos e Contingências do Conselho de Administração do mapa e a evolução da gestão dos riscos e controles, bem como avaliação das questões relativas à sustentabilidade empresarial.

Conselho Fiscal e Canal de Denúncias

Sua principal responsabilidade é monitorar as atividades da administração, examinar as demonstrações financeiras e relatar suas conclusões aos acionistas com reuniões trimestrais em caráter normal, e sempre que necessário em circunstâncias extraordinárias.

Esse Conselho também se reúne periodicamente com auditores independentes para discutir a avaliação e o parecer sobre as demonstrações financeiras e os controles internos.

O escopo do trabalho aumentou em virtude da implantação das exigências da Lei *Sarbanes-Oxley*. A partir daí, o Conselho Fiscal se tornou responsável também por: garantir os procedimentos adequados de divulgação de informações; acompanhar a avaliação da eficiência dos controles internos sobre relatórios financeiros, bem como estabelecer os procedimentos para receber, conservar e dar andamento a queixas relativas a contabilidade, controles internos contábeis ou questões de auditoria.

Pelo quinto ano, desde a sua implantação para atender à Lei Sarbanes-Oxley, o canal de denúncias – disponível no *website* da companhia - não registrou eventos relacionados ao ambiente de controle e aos registros contábeis.

Portal de Governança

Por meio do Portal de Governança, disponibilizado desde 2009, objetiva-se o aprimoramento da comunicação entre os agentes do processo decisório e de controle da organização. Nele, a disponibilização de conteúdos necessários para o Conselho de Administração ocorre de forma ágil e segura, evitando a circulação de documentos por meios impróprios.

Além disso, existe a garantia de que os conselheiros sempre tenham acesso às versões atualizadas dos documentos e que ocorra a otimização dos recursos com impressão, reprodução de cópias de documentos e das horas de trabalho. Um dos principais benefícios deste instrumento é o aprimoramento do processo de governança corporativa, auxiliando os conselheiros e demais administradores no desempenho de suas funções.

Autoavaliação do Conselho de Administração

A aplicação de autoavaliação da atuação do Conselho de Administração* é anual, de acordo com disposto no regimento deste órgão.

Este instrumento é de suma importância para o conhecimento de preceitos sobre o adequado desempenho de suas funções, individuais e coletivas, representando uma das melhores práticas de governança corporativa, conforme estabelece o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

A autoavaliação auxilia ainda no desenvolvimento de um Conselho de Administração mais maduro e mais preparado técnica e estrategicamente.

*Disponibilizada ao Conselho de Administração da Tele Norte Leste Participações S/A e da Brasil Telecom S/A.

Plano de Opção de Compra de Ações

A Assembleia Geral Extraodinária realizada em 11 de abril de 2007 aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do *site* da companhia (www.oi.com.br/ri) e disponível na página da CVM (http://www.cvm.gov.br/). Assim, compete ao Conselho de Administração a gestão do referido plano, devendo este criar periodicamente Programas de Opção de Compra de Ações.

O primeiro Programa de Opção de Compra de Ações, criado em 2007, contemplou cerca de 40 executivos beneficiários que fazem jus à outorga total de ações ordinárias e preferenciais de até 1,99% do capital social da TNL, cuja opção poderá ser exercida em quatro lotes anuais iguais a partir de 2008 e até 2011.

Em 2010, foram exercidas 12.722 opções de ações ON e 96.164 opções de ações PN da TNLP por alguns executivos participantes do plano, em decorrência do exercício de opção de compra do primeiro, segundo e terceiro lotes do programa aprovado.

Gestão de Riscos e Controles Internos

A Oi entende que o gerenciamento dos riscos é parte fundamental das boas práticas de governança corporativa e tem como objetivo preservar a integridade do negócio, de seus ativos materiais, financeiros, e socioambientais, além auxiliar a empresa a atingir os seus objetivos.

O Modelo de Gestão de Riscos, criado na Oi, sustenta-se nos mais modernos conceitos, sendo instrumento essencial para o adequado levantamento, monitoramento e tratamento dos riscos, bem como o aperfeiçoamento das práticas de gestão e melhoria do ambiente de controles, e consequentemente da elevação do nível de governança corporativa, e reconhecimento por parte dos seus *stakeholders*.

A estrutura de gestão de riscos e controles é baseada nos modelos internacionais de referência como o *Internal Control - Integrated Framework*, do *Coso (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), o Cobit (Control Objectives for Information and Related Technology),* do IT *Governance Institute*, e a Norma Brasileira de Gestão de Riscos (ABNT – NBR ISO 31000).

A metodologia de gestão de riscos da Oi compreende o mapeamento dos riscos conforme o nível de avaliação e as particularidades dos processos que se pretende avaliar, o que permite a divisão da estrutura em:

- Riscos Corporativos - percepção da alta direção sobre as incertezas internas e externas capazes de afetar o negócio;
- Riscos de Processos - riscos nos processos da organização, englobando a percepção dos gestores sobre as incertezas capazes de afetar os objetivos desses processos;
- Riscos Socioambientais - impactos (riscos) sofridos pelo meio ambiente e partes interessadas (colaboradores, clientes, comunidade, governo, investidores, fornecedores, etc.) com relação aos aspectos (fatores de riscos) oriundos das atividades desenvolvidas pela companhia;
- Riscos de Recursos - riscos nos ativos da organização (pessoas, instalações, redes, equipamentos, sistemas, fornecedores), englobando a percepção técnica das incertezas capazes de afetar esses recursos.

A publicação e divulgação de informativos via sistema de Intranet, somado a realização de treinamentos e workshops focados em governança corporativa, riscos e controles foram outros fatores que contribuíram para o aculturamento e a consolidação das atividades de gerenciamento dos riscos inerentes aos processos da Oi.

Para mitigar seus riscos, a companhia em processo contínuo desenha e implementa controles, bem como realiza o monitoramento de seu ambiente visando à prevenção de perdas, à salvaguarda de ativos e ao suporte na tomada de decisões executivas. Além disto, o processo envolve a autoavaliação dos gestores, cuja avaliação é independente, conduzida pela Gerência de Controles Internos e por Auditoria Externa.

Todas essas informações são registradas e atualizadas em um Sistema Corporativo de Gestão de Riscos, que permite maior transparência, segurança, confiabilidade e rastreabilidade das informações, contribuindo para a tomada de decisões executivas e a melhoria do ambiente de controles da companhia.

Outra importante ferramenta de riscos e controles da Oi é o Sistema de Política de Alçadas e Delegação de Autoridades (PADA), o qual visa garantir a adequação dos níveis de aprovação inerentes aos processos de maior relevância.

O monitoramento dos controles relacionados ao tratamento e divulgação de informações financeiras tem suportado a manutenção da certificação em conformidade com a legislação americana *Sarbanes-Oxley*.

A administração avaliou e concluiu pela eficácia do ambiente de controles internos da companhia, sobre a divulgação de informações financeiras, em 31 de dezembro de 2010.

Segurança da Informação

A área de Gestão de Segurança de Informações se fez presente nas áreas de Negócios, TI e Engenharia apoiando o desenvolvimento de produtos e serviços, principalmente conscientizando as áreas sobre a importância da segurança da informação e definindo padrões tecnológicos para toda a rede.

As medidas aplicadas à segurança de redes visam minimizar os riscos relacionados à definição dos padrões de segurança e à detecção e prevenção de seus incidentes, bem como ao monitoramento das regras de negócio da companhia.

As medidas adotadas para a segurança de aplicações visam à automação de diversos processos manuais, protegendo as informações da Oi na concepção, desenvolvimento seguro e manutenção do ciclo de vida de produtos e serviços.

No que se refere à gestão de acessos, foram tomadas decisões no sentido de proteger a companhia de acessos indevidos ou vazamento de informações. O desafio em 2010 foi administrar sistemas com milhares de acessos, melhorando os processos, tempos de atendimento e mantendo o nível de confiabilidade das informações de acordo com os regulamentos e em aderência aos padrões nacionais e internacionais de segurança.

Outras atividades permanentes estão relacionadas a políticas e ao *compliance,* por meio da avaliação do nível de conformidade dos controles frente à Política de Segurança de Informações, do plano de continuidade do negócio e da manutenção das iniciativas que visam à conscientização dos colaboradores.

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Pelo terceiro ano consecutivo, a Oi integra a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa. A carteira, com vigência no período de 03/01/2011 a 30/12/2011, é composta por 38 empresas, de 18 setores da economia.

O ISE identifica as empresas listadas que se destacam pelo seu compromisso e alinhamento estratégico com o desenvolvimento sustentável, as quais são diferenciadas pelos investidores que valorizam a responsabilidade socioambiental na obtenção dos seus resultados econômicos, com foco na perenidade do negócio. Criado em 2005, o ISE tornou-se um padrão de comparação de desempenho com outros indicadores de mercado e incentivou a criação de fundos de investimentos responsáveis.

Isso demonstra que a Companhia vem alavancando a Sustentabilidade na sua estratégia, dando continuidade à implementação de boas práticas e reafirmando a importância das ações do Programa Oi de Sustentabilidade.

Os desafios para permanecer nesta carteira são contínuos e inspiram a Companhia a construir um novo modelo de desenvolvimento, buscando a excelência financeira, considerando a sociedade na qual está inserida, respeitando os seres humanos e o meio ambiente.

Participar do ISE é uma decisão estratégica que envolve toda a Companhia. Deste modo, a Oi considera que além do ISE representar uma referência conceituada de mercado e ferramenta fomentadora das melhores práticas de sustentabilidade, ele contribui para o aprimoramento do modelo de gestão da Companhia.

Índice de Carbono Eficiente (ICO2)

Em 2010, a Oi foi selecionada para fazer parte do Índice Carbono Eficiente (ICO2). Iniciativa conjunta da BM&FBOVESPA e BNDES, este índice visa mensurar o retorno de uma carteira teórica constituída por papéis do IBrX-50 (cinquenta ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez), da qual a Oi faz parte, reponderados em função do grau de eficiência da emissão de gases de efeito estufa das empresas.

Este indicador é um instrumento econômico de incentivo para que a Companhia amplie suas práticas de gestão ambiental voltadas para mudanças climáticas, além de sinalizar para os mercados de capitais nacional e internacional que a Oi está alinhada com as mais avançadas discussões sobre as mudanças climáticas.

Ética

O Código de Ética da Oi, um dos principais instrumentos para garantir e reforçar a importância dos princípios éticos na Companhia, implantado em setembro de 2007, é resultado de um processo colaborativo, que envolveu a participação de colaboradores que contribuíram na elaboração de seu conteúdo. É um documento feito por pessoas que compartilham a mesma cultura e focado em ações educativas e não punitivas.

Ao longo dos três anos da adoção do Código de Ética da Oi, o Comitê de Ética – composto por cinco diretores executivos e responsável pela gestão do Código e tratamento dos casos recebidos por meio do canal de denúncias – atuou em 336 casos, dos quais 55 são relativos a 2010.

Esse canal de denúncias, disponível no *website* da companhia, trata de modo confidencial todas as informações recebidas, independentemente da sua forma de registro, se anônima ou identificada.

Em 2010, foi ampliado o número de Agentes de Ética para 38 colaboradores, dos quais 24 são mulheres e 14 são homens. Escolhidos pelo Comitê de Ética e provenientes de diferentes áreas da Companhia, estes Agentes têm o objetivo de disseminar a cultura ética na Oi, orientando os colaboradores sobre questões do dia a dia de trabalho de acordo com as diretrizes do Código de Ética.

A Oi reconhece a importância da ética na gestão da companhia. Logo, mantém uma estrutura permanente de monitoramento e tratamento dos questionamentos recebidos, de forma a garantir a credibilidade do seu Código e da atuação do seu Comitê. As denúncias ou questionamentos podem ser efetuados no *website*, por meio de caixa postal, *e-mail* e formulação de consultas aos Agentes de Ética.

A Oi desenvolve campanhas permanentes de comunicação junto aos colaboradores abrangendo toda a Companhia com o intuito de ampliar a visibilidade dos assuntos abordados pelo Código. Além disto, foram realizados treinamentos presenciais que reuniram 108 colaboradores em diferentes Estados e 1813 colaboradores concluíram o treinamento online (*e-learning*) ao longo de 2010.

Pacto Global

Desde 2009, a Oi é signatária do Pacto Global das Nações Unidas. Com isto, reforçou a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos no âmbito dos Direitos Humanos, Relações de Trabalho, Meio Ambiente e Combate à Corrupção, confirmando a filosofia que pratica em seus negócios.

Em 2010, a Companhia patrocinou a Oficina de Comunicação de Progresso, organizada pelo Instituto Ethos, que reuniu outras empresas signatárias do Pacto Global, com o objetivo de oferecer um melhor entendimento sobre a elaboração do relatório de Comunicação de Progresso, a ser enviado anualmente à ONU. Por meio do apoio a este evento, a Oi deu mais uma demonstração pública de seu empenho em promover as melhores práticas de Governança Corporativa e Sustentabilidade.

A Oi reafirmou seu compromisso com os princípios do Pacto Global, por meio da publicação do seu primeiro Relatório de Comunicação de Progresso, onde relatou as suas iniciativas desenvolvidas em 2009 alinhadas aos dez princípios do Pacto.

ASPECTOS AMBIENTAIS

Inventário de emissão de gases do efeito estufa

A Oi realizou, em 2010, o seu Inventário de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), a partir do que é possível identificar e contabilizar as emissões provenientes da Companhia, resultantes da sua atividade econômica. Além disto, deu publicidade ao seu inventário ao aderir ao Programa Brasileiro GHG Protocol.

Esse levantamento foi baseado na metodologia do GHG Protocol, contemplando os três escopos. Enquanto o Escopo 1 se refere às emissões diretas que, no caso da Oi, leva em consideração aquelas provenientes do consumo de combustível para uso exclusivo dos Colaboradores, os Escopos 2 e 3 se referem às emissões indiretas, sendo o 2 relativo ao consumo de energia elétrica e o 3 às emissões provenientes de serviços de terceiros (manutenção da planta interna e externa, logística, etc) e viagens de negócios dos Colaboradores.

Existe uma série de ações em andamento na Companhia, como parte do mencionado programa corporativo, entre as quais está o desenvolvimento de iniciativas visando à gestão das emissões de gases de efeito estufa, para que seja possível no futuro adotar metas de redução.

O inventário completo pode ser acessado em http://www.ghgprotocolbrasil.com.br/cms/arquivos/oi_2009_aprovado_selo.pdf

Instalação de estações rádio-base (ERBs)

A Oi vem progressivamente buscando a excelência em seus processos de implantação e manutenção de suas estações rádio-base, desenvolvendo estudos que possibilitam tal objetivo.

Alinhada à legislação e à Política Nacional de Meio Ambiente, a Oi vem ampliando e melhorando a qualidade de sua rede, de modo a minimizar as interferências no meio ambiente.

A companhia também cumpre as exigências da Anatel com relação aos limites de radiofrequência para a telefonia móvel, apresentando relatórios referentes à intensidade de campo de radiação não ionizante das ERBs. Além disto, adota medidas para reduzir o nível de ruído dos equipamentos em suas instalações.

A busca constante por melhorias na qualidade dos serviços é reflexo da política de sustentabilidade da Oi, que prevê o respeito ao meio ambiente no desenvolvimento tecnológico, utilizando de forma racional os recursos disponíveis e renováveis. Estes aspectos, alinhados ao cumprimento das obrigações junto aos órgãos gestores e fiscalizadores de nossas atividades, demonstram o comprometimento da empresa com o desenvolvimento sustentável.

Energia elétrica e Eficiência Energética

Entre as ações implementadas pela empresa em suas principais instalações para reduzir o consumo de energia elétrica, destacam-se:

- a substituição dos sistemas de climatização em fim de vida útil e adequação de ambientes;
- a automação dos sistemas de climatização;
- a troca dos sistemas de iluminação.

Essas ações auxiliaram na economia de 18,59 GWh de energia elétrica, em 2010, na Companhia. Além disto, cerca de 15% do consumo de energia elétrica da Oi é suprido por f

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.134/0001-58

Também foi promovida a substituição do modelo de contas do Oi Móvel, que migrou do envelopado para o autoenvelopado, cuja ação reduziu significativamente os custos de emissão de fatura, bem como contribuiu para uma economia de 350 toneladas de papel no ano. Essas mudanças mostram mais uma prática da Companhia, relacionada às diretrizes corporativas de Sustentabilidade, que beneficiam inclusive a redução de custos. Além disto, desde 2010, as contas dos colaboradores são disponibilizadas no site da Oi em formato digital.

Dentro do propósito de Educação para Sustentabilidade de seus colaboradores, a companhia criou o *hotsite* "Responsabilidade no dia a dia", na intranet corporativa, dando maior visibilidade aos principais indicadores de consumo da Companhia relacionados aos aspectos ambientais, tais como água, energia elétrica, coleta seletiva, viagens, entre outros.

O projeto de reaproveitamento de águas pluviais foi concluído no final do ano, e está em fase de testes, assim como o projeto de iluminação sustentável, que propiciou uma redução de 50% na quantidade de lâmpadas utilizadas, equivalentes a 430.730 kw/hora. A utilização destes equipamentos ou mecanismos ecoeficientes permite aos usuários a melhora do desempenho ótico, aumentando o nível de iluminação e diminuindo o consumo de energia.

A Oi realiza o descarte e o gerenciamento ambientalmente adequado de materiais, que consiste na coleta, tratamento e disposição final adequada de lâmpadas fluorescentes, vapor de mercúrio, luz mista, vapor de sódio e demais lâmpadas queimadas.

13 COLABORADORES

A Oi possui em seu Time 11.819 Colaboradores, 417 Estagiários e 77 Aprendizes Técnicos. Do total de Colaboradores, 61% são do sexo masculino e 39% do sexo feminino. Os cargos executivos são integrados por 76% de homens e 24% de mulheres.

A média de idade dos Colaboradores é de 36 anos, com um tempo médio de Empresa de 8 anos. A Oi está presente em 26 estados mais o Distrito Federal, com profissionais alocados em mais de 150 endereços.

Por meio de programas especializados, forma-se uma Equipe de primeira linha: 390 facilitadores de Gestão, 27 Black Belts, 213 Green Belts, 385 líderes de projetos, 250 integrantes do TOP - Times de Otimização de Processos e 234 líderes de processo.

A área de Gente da Companhia trabalha continuamente a adequação da sua estrutura e processos às estratégias de negócios da Companhia, de forma a viabilizar maior eficiência operacional.

Na linha da consolidação de um RH estratégico para a integração da Oi e Brasil Telecom em uma Empresa de atuação nacional, em 2010 foi finalizada a unificação dos processos e procedimentos de gestão de gente. Para isto foi feita a padronização dos sistemas de controle de jornada de trabalho e o modelo de gestão de terceiros, bem como um aprimoramento dos processos de saúde e segurança do trabalho – com 100% da documentação legal atualizada em conformidade com a legislação aplicável.

A Oi trabalha com a Gestão de Carreira cujas principais ferramentas são o processo de recrutamento interno livre e uma estratégia de desenvolvimento profissional que além de orientar o autoconhecimento e desenvolvimento, mostra o caminho para um bom planejamento de carreira. O processo de Análise de Desempenho 360º na Oi é anual e abrange todos os Colaboradores na Companhia. Em 2010, 10.428 Colaboradores (80% da Empresa) participaram das cinco etapas do processo, desde a auto-avaliação até a reunião de *feedback* com o Gestor.

Além disso, em 2010, os programas corporativos atenderam todos colaboradores, de todos os níveis hierárquicos. As ações provenientes do ciclo de avaliação de desempenho nas competências de negócio, juntamente com ações pontuais referentes às competências técnicas e ações de educação continuada somaram 452.560 horas de treinamento.

O programa Geração - que promove o desenvolvimento de jovens talentos - alcançou em 2010 seus maiores índices em comparação com os últimos anos. Só o programa Geração movimenta aproximadamente 684 profissionais, entre jovens talentos envolvidos com seu desenvolvimento e crescimento profissional. Em 2010, foram 31.797 inscritos no programa de estágio no 1º semestre em que foram recrutados 420 estudantes; e no 2º semestre foram 19.406 inscritos para 214 vagas disponíveis. Participaram dos processos para os Programas de *Trainees*, 18.405 candidatos. Destes foram selecionados 11 para o programa *trainee* recém-formado, 11 para o programa *trainee* executivo, com foco em gestão e 30 para o programa *trainee expert*, com foco técnico. Além disso, 940 Colaboradores concorreram a 25 vagas para o programa de desenvolvimento acelerado.

O Recrutamento interno também é prioridade para a Companhia. Em 2010, 82% das vagas abertas para executivos foram preenchidas por candidatos internos, via assessment. No geral, 61,8% das vagas abertas no ano foram preenchidas por Colaboradores, por meio de Recrutamento Interno. Este dado torna-se ainda mais expressivo quando comparamos com o número de pessoas que demonstraram interesse em trabalhar na Oi, ao cadastrarem seus currículos no sistema utilizado pela Empresa (Vagas.com): 368.728 pessoas. No ano, 176 Estagiários foram efetivados como Colaboradores, média de 15 por mês, 39% a mais do que em 2009. Por fim, 2.172 Colaboradores foram promovidos de cargo e de salário. Pensando no bem-estar físico e emocional de seus Colaboradores, a Oi promove uma série de iniciativas que visam à valorização, o cuidado e o reconhecimento do seu capital humano. São vários programas como ginástica laboral, shiatsu, RPG e orientação nutricional, programas para gestantes, entre outros.

Este ano foi um período em que a comunicação com Colaboradores foi pautada por diretrizes de sustentabilidade. Tanto na gestão da cultura de serviços, como a promovida pelo Programa JOIA, como na implantação do programa de inovação ou mesmo em eventos e brindes corporativos. O foco deste ano foi consolidar a visão de mundo e Empresa sustentáveis.

As ações de voluntariado continuam na pauta da Companhia, como o Programa de Voluntariado, que envolve colaboradores que ministram aulas para alunos das escolas públicas. A parceria, firmada desde 2003 com a Junior Achievement tem o objetivo de conscientizar os jovens sobre a importância do desenvolvimento sustentável. Em 2010 o programa foi dividido em dois ciclos com as cartilhas "Nosso Planeta, Nossa Casa" e "Atitude Pelo Planeta" e envolveram cerca 1.009 colaboradores que participaram desta iniciativa solidária.

Além dessa parceria, anualmente, entre os meses de novembro e dezembro, a Oi incentiva seus Colaboradores a participarem da Campanha Natal Sem Fome dos Sonhos, uma parceria da Oi com a ONG Ação da Cidadania. A atividade, que acontece há oito anos, arrecada alimentos, brinquedos e livros que fazem mais feliz o Natal de crianças carentes por todo o Brasil. O objetivo da ação é incentivar a atitude solidária e colaborar na construção de um mundo melhor e mais justo. Ao todo, foram doados em 2010: 1.143 peças de roupas; 2.701 brinquedos; 1.263 livros e 1.900 quilos de alimentos não perecíveis.

14 BALANÇO SOCIAL

Oi Futuro

A atuação da Oi em responsabilidade social se dá por meio do Oi Futuro, uma entidade sem fins lucrativos, pessoa jurídica independente, com estatuto, diretorias, objetivos e programas de ação próprios.

Criado em 2006, ocupando o papel até então desenvolvido pelo Instituto Telemar, que desde a virada do milênio vinha atuando para a abertura de novos horizontes nas áreas de educação e cultura, o Oi Futuro, em linha com a sua missão de democratizar o acesso ao conhecimento para acelerar e promover o desenvolvimento humano, encerrou a década com relevantes projetos nestas duas áreas.

Além disso, em 2010, ampliou o seu escopo de atuação. Passou a incentivar iniciativas também no segmento de esporte – recebendo o Prêmio "Empresário Amigo do Esporte" - e meio ambiente, lançando os primeiros editais de apoio a projetos nestas duas áreas. A área de educação revisou o seu direcionamento estratégico e passou a dar mais ênfase na produção de conteúdo educacional para a melhoria da educação básica no país.

No ano, a abrangência geográfica da atuação do Oi Futuro também se expandiu e ganhou caráter nacional, refletindo a dimensão da Oi que, em 2009, ao incorporar a Brasil Telecom, começou a oferecer serviços em mais nove estados e o Distrito Federal. Ao todo, mais de 4 milhões de pessoas são beneficiadas pelos projetos apoiados nas quatro áreas de atuação do Oi Futuro. Confira a seguir os principais destaques em cada uma delas:

Cultura

O primeiro ano em que o Oi Futuro atuou efetivamente em todas as regiões do país foi 2010, através da gestão do Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados, que alcançou o número recorde de inscrições (5.444) e de projetos patrocinados (259) na história do programa. Este também foi um ano de consolidação dos novos espaços culturais em Ipanema e Belo Horizonte.

Uma importante novidade do ano foi a implantação do Centro de Preservação do Museu das Telecomunicações no Rio de Janeiro, criado dentro das mais modernas técnicas internacionais de acondicionamento, conservação de documentos e objetos museológicos.

Oi Futuro (Centros Culturais)

Em 2010, o Oi Futuro foi indicado para um dos mais importantes prêmios brasileiros na área de cultura. Concedido pela Editora Abril, o 6º Prêmio Bravo! Bradesco Prime de Cultura elegeu o Oi Futuro como um dos três melhores do Brasil na categoria "programação". O reconhecimento dessa excelência resultou em maior visibilidade nacional e internacional, demonstrada pelas exposições procedentes dos Estados Unidos, França, Irã e Itália programadas para os primeiros meses de 2011.

Com um dos mais potentes equipamentos sonoros da cidade, o Oi Futuro Ipanema conquistou músicos, público e crítica apresentando 24 grupos do Rio, São Paulo, Pernambuco, Pará e Distrito Federal. Já o Oi Futuro Flamengo completou cinco anos de atividades com uma programação especial em artes cênicas, incluindo algumas co-produções com outros países, e 13 mostras de grandes artistas visuais, consolidando sua posição de pólo irradiador de arte e tecnologia. O Oi Futuro Belo Horizonte, que abriga o Museu das Telecomunicações, o Teatro Oi Futuro Klauss Vianna e uma galeria de arte, atraiu um público de cerca de 55 mil pessoas que acompanharam uma programação de espetáculos, performances, exposições e debates sobre as mais diversas expressões artísticas, em permanente interface com as novas mídias.

O projeto musical *Multiplicidade*, que desde 2005 vem unindo em um mesmo palco arte visual e sonoridade experimental em espetáculos multimídia, extrapolou os limites do Oi Futuro Flamengo e lotou o Oi Casa Grande com 4 apresentações especiais. A última do ano, com Eumir Deodato, eleito por críticos e pelo voto popular do jornal *O Globo* como um dos dez melhores espetáculos de 2010.

Museu das Telecomunicações

Em seu quarto ano de existência, o Museu das Telecomunicações - tanto no Rio de Janeiro quanto em Belo Horizonte (BH) – intensificou seu programa educativo, fortalecendo laços com as instituições e aprimorando as atividades complementares à visita. No Rio, 13 mil estudantes participaram de visitas orientadas e, em BH, 10 mil alunos. Nas duas cidades, o Museu recebeu mais de 70 mil visitantes.

Neste primeiro ano de funcionamento da Reserva Técnica, já foram tratados mais de 4.000 itens de acervo, tais como: Listas Telefônicas, aparelhos e instrumentos de telefonia, coleção da Revista *Sino Azul* e catalogação de 90% do acervo de Mobiliário. O ano foi marcado também pela implementação da Midiateca, que colocará todo arquivo histórico digitalizado à disposição dos pesquisadores.

Educação

O Oi Futuro investiga como a educação pode interagir com a experiência de um mundo marcado pela tecnologia da informação e da comunicação. Neste sentido, alguns programas já se tornaram emblemáticos na forma de atuação da Companhia.

É o caso do *Oi Tonomundo*, que associa educação à tecnologia e utiliza laboratórios de informática instalados nas regiões mais distantes do país como centros de produção comunitária e universalização do conhecimento. O programa já recebeu mais de 10 prêmios em sua trajetória e transformou-se em política pública para a inclusão digital nos estados de Pernambuco, Espírito Santo e Sergipe e também nas escolas municipais de Fortaleza (CE), Natal (RN), Tiradentes (MG), Belém (PA) e Itaituba (PA).

A *Oi Kabum!* e suas escolas de arte e tecnologia onde jovens são formados em Design Gráfico, Web Design, Áudio Design, Computação Gráfica, Vídeo e Fotografia, também segue sua trajetória bem sucedida e obteve mais um reconhecimento, sendo o vencedor do Prêmio *A Rede 2010*, na categoria *Capacitação* da Modalidade *Setor Privado*. Por ano, cerca de 400 jovens são formados nas unidades *Oi Kabum!* do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Belo Horizonte.

Com foco nas tecnologias de informação e comunicação, o *Nave* – Núcleo Avançado em Educação – um centro de pesquisa e desenvolvimento de soluções didáticas para o ensino médio que tem o objetivo de contribuir para a qualidade e a inovação da educação no Brasil, completou seu sexto ano de existência, sempre atuando por meio de parcerias com as secretarias estaduais de educação, a iniciativa privada e os organismos do terceiro setor. O projeto chamou a atenção da Microsoft que, em 2009, incluiu o Nave como umas das 130 escolas mais inovadoras do mundo e, em 2010, dentro do Programa "Escolas Inovadoras da Microsoft", o elegeu como "Escola Mentora".

O *Oi Conecta*, um programa em parceria com o Governo Federal, leva banda larga a mais de 40 mil escolas públicas, beneficiando cerca de 26 milhões de alunos. Informações detalhadas sobre estes projetos encontram-se disponíveis no site www.oifuturo.org.br/educacao.

Os resultados expressivos destes projetos fizeram com que, em 2010, o Oi Futuro definisse uma ampliação da estratégia de atuação para a área de educação, de forma a colocar mais ênfase na produção de conteúdo relevante para a melhoria da educação básica no Brasil. Foram desenvolvidos conteúdos para as disciplinas de português, matemática e sustentabilidade, que serão compartilhados, via internet, com escolas públicas de todo o país beneficiadas pela instalação de banda larga realizada pela Oi.

Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, o Oi futuro desenvolveu a *Educopédia*, uma plataforma de aulas digitais de cada disciplina, com material de suporte aos professores, planos de aula, jogos pedagógicos e vídeos, com o objetivo de tornar o ensino mais atraente e mobilizador para crianças e adolescentes, além de instrumentalizar o professor. Além disso, a *Educopédia* é mais uma alternativa para o reforço escolar e para os alunos que faltaram às aulas ou que não compreenderam o conteúdo ensinado. As atividades da *Educopédia* incluem planos de aula de todas as disciplinas, de acordo com as orientações curriculares da Secretaria Municipal da Educação. O programa oferece uma opção rápida e fácil para professores que desejam integrar tecnologias à suas aulas. As disciplinas estarão divididas em 32 aulas digitais, que correspondem às semanas do ano letivo.

Também em parceria com a Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro, o Oi futuro realizou pesquisa inédita para entender a relação da comunidade escolar com a tecnologia.

Social

O Oi Futuro dá apoio técnico e financeiro a projetos sociais desenvolvidos por Organizações sem fins lucrativos de todo o país. Anualmente, por meio do programa *Oi Novos Brasis*, são selecionados projetos que utilizam a tecnologia da informação e da comunicação para promoção do desenvolvimento humano.

Em 2010, a sétima edição do edital contou com 756 inscrições, um crescimento de 19% em relação ao ano anterior. Foram selecionados 26 projetos em todas as regiões do país: Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, São Paulo e Tocantins.

Além disso, a Companhia apoiou 27 projetos dos Fundos Públicos da Infância e da Adolescência (FIA), por meio de parceria com os Conselhos Estaduais e Municipais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco e Mato Grosso.

Esportes

Na área de esportes, a Oi, através do Oi Futuro, foi a primeira empresa de telecomunicações a apostar nos projetos sócio-esportivos inseridos na Lei Federal de Incentivo ao Esporte. Em 2010, o Oi Futuro lançou seu primeiro edital de Patrocínio Esportivo Incentivado, selecionando 20 projetos de diversas regiões do país, que receberão o investimento de R$ 3 milhões. O programa, destinado a projetos de desporto e para-desporto, busca apoiar e fomentar o esporte brasileiro através do desenvolvimento de novas tecnologias e de ações esportivas inovadoras e sustentáveis, que possam ser aplicadas em diferentes comunidades. A atuação da Oi na área de Esportes já começou a render reconhecimentos e, em 2010, a empresa recebeu do Ministério do Esporte o selo "Empresário Amigo do Esporte".

Meio Ambiente

O ano marcou também o lançamento do primeiro edital da Oi para a seleção de projetos voltados para a temática ambiental. O Programa Oi de Projetos para o Meio Ambiente 2010 busca apoiar, em todo o país, iniciativas de efeito multiplicador com o objetivo de construir uma nova realidade para as diferentes comunidades, desde as grandes metrópoles até os pontos mais distantes do Brasil, selecionando projetos de conservação e preservação ambiental nas áreas de: financiamento de novos empreendimentos integrando sustentabilidade e conservação ambiental; implementação/fortalecimento de tecnologias sociais que promovam o desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente; uso de novas tecnologias para a preservação ambiental e educação para a sustentabilidade.

15 AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Tele Norte Leste Participações e suas controladas contrataram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Tele Norte Leste Participações se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora (BR GAAP) 2010	2009	01/01/2009	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2010	2009	01/01/2009
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	425.071	396.222	887.405	9.052.200	6.205.528	9.498.392
Aplicações financeiras	10	204.965	1.386	1.522	2.147.606	1.818.841	1.239.557
Instrumentos financeiros derivativos	21	4.869	8.267	14.240	43.797	107.902	73.348
Contas a receber	11				5.893.845	5.941.987	3.896.332
Estoques					98.212	162.774	153.368
Tributos correntes a recuperar	12	13.540	13.197	83.282	1.103.642	507.831	791.856
Outros tributos	13	17.795	17.793	17.793	1.072.440	1.128.742	654.646
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	392.197		250.191			21.241
Depósitos e bloqueios judiciais	14	131	116	62	1.813.162	1.786.814	368.096
Demais ativos	15	62.650	31.077	6.008	947.581	658.057	355.743
		1.121.218	**468.058**	**1.260.503**	**22.172.485**	**18.318.476**	**17.052.579**
Não circulante							
Empréstimos e debêntures com controladas	29	113.840	705.699	1.624.798			
Aplicações financeiras	10				9.092	4.991	1.519
Instrumentos financeiros derivativos	21		941	7.134	23.097	109.397	17.750
Ativo financeiro disponível para venda	1a						2.138.573
Tributos diferidos a recuperar	12	436.444	451.971	394.808	5.623.381	5.727.450	3.276.242
Outros tributos	13				430.837	767.399	335.518
Depósitos e bloqueios judiciais	14	14.867	11.331	8.137	6.453.278	5.468.133	1.841.396
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27				92.619	136.277	
Demais ativos	15	14.423	15.098	15.858	328.822	334.141	358.099
Investimentos	16	12.051.501	10.993.571	7.859.998	54.692	54.695	49.320
Imobilizado	17	8.617	9.861	11.129	23.349.065	25.296.273	12.718.509
Intangível	18	1.257	1.625	2.083	16.600.015	17.785.030	2.755.240
		12.640.949	**12.190.097**	**9.923.945**	**52.964.898**	**55.683.786**	**23.492.166**
Total do ativo		**13.762.167**	**12.658.155**	**11.184.448**	**75.137.383**	**74.002.262**	**40.544.745**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora (BR GAAP) 2010	2009	01/01/2009	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2010	2009	01/01/2009
Circulante							
Salários, encargos sociais e benefícios		409	1.678	1.589	567.556	362.385	273.541
Fornecedores	19			3.243	4.038.747	4.054.785	1.902.629
Empréstimos e financiamentos	20	1.592.453	106.692	205.348	7.144.441	7.964.360	3.545.906
Instrumentos financeiros derivativos	21	17.061	129.182	144.726	566.746	725.732	474.852
Tributos correntes a recolher	12				732.505	187.457	437.052
Outros tributos	13	18.078	4.960	14.762	1.746.476	1.451.544	535.567
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	508.768	136.634	331.596	1.039.407	361.405	510.887
Autorizações e concessões a pagar	22				532.310	315.051	266.632
Programa de refinanciamento fiscal	23	16.528	9.134	16.553	68.471	175.510	143.380
Provisões para fundos de pensão	27				77.941	104.533	
Provisões	24		88		1.692.623	1.515.963	339.854
Demais obrigações	25	3.381	30.352	2.849	1.108.445	1.053.813	719.121
		2.156.678	**418.720**	**720.666**	**19.315.668**	**18.272.538**	**9.149.421**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	231.098	736.752	974.525	21.991.458	20.861.606	16.189.694
Instrumentos financeiros derivativos	21		14.703	72.508	284.180	583.760	125.515
Tributos diferidos a recolher	12				3.331.162	4.005.836	26.041
Outros tributos	13				1.514.290	1.292.385	260.514
Autorizações e concessões a pagar	22				1.593.847	1.517.022	904.071
Programa de refinanciamento fiscal	23	117.923	127.880	115.474	877.831	947.533	504.041
Provisões para fundos de pensão	27				575.365	575.180	
Provisões	24	457	364	681	5.100.751	5.422.679	2.255.870
Demais obrigações	25	76.875	76.545	67.964	579.274	413.205	166.657
		426.353	**956.244**	**1.231.152**	**35.848.158**	**35.619.206**	**20.432.403**
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	**26**						
Capital social		5.448.731	5.448.731	5.448.731	5.448.731	5.448.731	5.448.731
Reservas de capital		142.840	130.722	105.657	142.840	130.722	105.657
Reservas de lucros		6.810.072	6.923.975	4.675.899	6.810.072	6.923.975	4.675.899
Ações em tesouraria		(353.640)	(358.820)	(368.543)	(353.640)	(358.820)	(368.543)
Dividendos adicional proposto				808.677			808.677
Ajuste de avaliação patrimonial		(868.867)	(861.417)		(868.867)	(861.417)	
Outros resultados abrangentes				(612.787)			(612.787)
Prejuízos acumulados				(825.004)			(825.004)
		11.179.136	**11.283.191**	**9.232.630**	**11.179.136**	**11.283.191**	**9.232.630**
Participações dos não controladores					8.794.421	8.827.327	1.730.291
Total do patrimônio líquido		**11.179.136**	**11.283.191**	**9.232.630**	**19.973.557**	**20.110.518**	**10.962.921**
Total do passivo e patrimônio líquido		**13.762.167**	**12.658.155**	**11.184.448**	**75.137.383**	**74.002.262**	**40.544.745**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reserva de Capital: Doações e Subvenções para Investimentos	Reserva de Capital: Reserva de ágio na alienação de ações	Reserva de Capital: Opções de ações	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Investimentos	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendo adicional proposto	Outros resultados abrangentes	Ajuste de avaliação patrimonial	Total da participação dos acionistas controladores	Participações dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1 de janeiro de 2009	**5.448.731**	**25.083**	**4.279**	**76.295**	**379.870**	**4.296.029**	**(368.543)**	**(825.004)**	**808.677**	**(612.787)**		**9.232.630**	**1.730.291**	**10.962.921**
Plano de opções de ações				24.309								24.309		24.309
Exercício de opções de ações			756			(4.109)	9.723					6.370		6.370
Ganhos (Perdas) no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de tributos										2.298		2.298	504	2.802
Realização de perdas com investimentos disponíveis para venda Nota 1(a), líquido de efeito tributário										610.489		610.489	134.019	744.508
Aquisição do controle da BrT – Nota 1 (a)													7.758.294	7.758.294
Aquisição de participações de acionistas não controladores nas OPAs de 23 de junho – Nota 1(a)											(1.358.374)	(1.358.374)	(1.297.695)	(2.656.069)
Ganho de capital na reorganização societária realizada em 30 de setembro – Nota 1(a)											178.227	178.227	(178.227)	
Efeitos tributários decorrentes das OPAs e reorganização societária											395.521	395.521	80.820	476.341
Aquisição de participações de acionistas não controladores – Nota 1 (c)											(76.791)	(76.791)	(16.859)	(93.650)
Aprovação de dividendos adicionais (R$ 2,1140 por ação)									(808.677)			(808.677)	(202.482)	(1.011.159)
Dividendos extraordinários (R$ 3,1281 por ação ON)						(399.069)						(399.069)		(399.069)
Dividendos extraordinários (R$ 3,1281 por ação PN)						(797.494)						(797.494)		(797.494)
Lucro do exercício								4.273.752				4.273.752	818.662	5.092.414
Reserva de investimento						3.448.748		(3.448.748)						
Em 31 de dezembro de 2009	**5.448.731**	**25.083**	**5.035**	**100.604**	**379.870**	**6.544.105**	**(358.820)**				**(861.417)**	**11.283.191**	**8.827.327**	**20.110.518**
Plano de opções de ações				11.838								11.838		11.838
Exercício de opções de ações			280			(2.557)	5.180					2.903		2.903
Outros efeitos de controladores direto ao patrimônio líquido											(7.450)	(7.450)	7.450	
Dividendos extraordinários (R$ 3,1369 por ação ON)						(400.192)						(400.192)		(400.192)
Dividendos extraordinários (R$ 3,1369 por ação PN)						(799.786)						(799.786)		(799.786)
Lucro líquido do exercício								1.427.714				1.427.714	321.782	1.749.496
Destinação dos lucros:														
Reserva legal					71.386			(71.386)						
Dividendos mínimos declarados (R$ 0,8861 por ação)								(339.082)				(339.082)		(339.082)
Reserva de investimento						1.017.246		(1.017.246)						
Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados controladas													(362.138)	(362.138)
	5.448.731	**25.083**	**5.315**	**112.442**	**451.256**	**6.358.816**	**(353.640)**				**(868.867)**	**11.179.136**	**8.794.421**	**19.973.557**
Em 31 de dezembro de 2010	**5.448.731**		**142.840**			**6.810.072**	**(353.640)**				**(868.867)**	**11.179.136**	**8.794.421**	**19.973.557**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora (BR GAAP) 2010	2009	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2010	2009
Receitas de vendas e/ou serviços	**5**			**29.479.382**	**29.996.832**
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	6			(16.638.670)	(18.457.853)
Lucro bruto				**12.840.712**	**11.538.979**
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	16	1.529.434	4.250.185		
Comercialização dos serviços	6			(4.886.331)	(5.301.979)
Gerais e administrativas	6	(32.318)	(37.318)	(2.789.784)	(3.067.350)
Ganho na aquisição de controle - BrT	1(a)				6.683.751
Perdas com investimentos disponíveis para venda	1(a)				(1.128.043)
Outras receitas operacionais	7	30.880	28.491	1.331.997	1.419.198
Outras despesas operacionais	7	(5.327)	(17.947)	(2.399.271)	(2.336.736)
		1.522.669	**4.223.411**	**(8.743.389)**	**(3.731.159)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos		**1.522.669**	**4.223.411**	**4.097.323**	**7.807.820**
Receitas financeiras	8	119.025	238.253	1.929.470	1.601.025
Despesas financeiras	8	(185.105)	(177.605)	(4.361.106)	(3.988.338)
Resultado financeiro		**(66.080)**	**60.648**	**(2.431.636)**	**(2.387.313)**
Lucro antes das tributações		**1.456.589**	**4.284.059**	**1.665.687**	**5.420.507**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	(4)	(4.334)	(688.485)	(874.917)
Diferido	9	(28.871)	(5.973)	772.294	546.824
Lucro líquido do exercício		**1.427.714**	**4.273.752**	**1.749.496**	**5.092.414**
Lucro líquido atribuído aos controladores		1.427.714	4.273.752	1.427.714	4.273.752
Lucro líquido atribuído aos não controladores				321.782	818.662
Lucro básico e diluído por ação:	26(h)				
Ações ordinárias - básicas (R$)		3,73	11,18	3,73	11,18
Ações ordinárias - diluídas (R$)		3,67	11,01	3,67	11,01
Ações preferenciais - básicas (R$)		3,73	11,18	3,73	11,18
Ações preferenciais - diluídas (R$)		3,67	11,01	3,67	11,01

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP) 2010	2009	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2010	2009
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.456.589	4.284.059	1.665.687	5.420.507
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	115.850	(188.362)	2.713.274	1.197.331
Depreciação e amortização	1.612	1.726	6.199.196	7.032.935
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			979.100	1.279.092
Provisões	3.762	25	856.529	642.015
Provisão para fundos de pensão			14.221	5.817
Ganho na aquisição de controle - BrT				(6.683.751)
Perda com ativos financeiros disponíveis para venda				1.128.043
Equivalência patrimonial	(1.529.434)	(4.250.185)		
Reversão de provisão para perdas de investimentos	92.495		3	
Baixa de ativo permanente			84.849	67.591
Provisão de ônus da concessão - ANATEL			157.611	149.243
Participação de empregados e administradores	296	639	318.322	114.092
Ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros	(2.524)	113.187	501.270	1.352.831
Atualização monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	13.964	4.853	84.709	11.048
Atualização monetária de Dividendos e Juros sobre o capital próprio		(1.166)		8.671
Provisão (reversão) de Programa de Refinanciamento Fiscal		19.221	(35.656)	603.119
Apropriação de despesa antecipada	14.095	3.016	860.813	778.245
Remuneração baseada em ações	1.277	2.903	14.173	29.031
Prescrição de dividendos	(3.983)	(26.701)	(34.277)	(69.280)
Outros			(55.699)	149.006
	163.999	**(36.785)**	**14.324.125**	**13.215.586**
Mutações patrimoniais				
Contas a receber			(938.670)	(1.192.104)
Estoques			111.404	27.606
Tributos	(574)	(7.191)	753.614	249.622
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(222.655)	(3.411)	(8.072.097)	(5.474.968)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	22.637	3.591	7.969.896	5.789.302
Despesas antecipadas	(9.970)	(4.242)	(836.030)	(1.005.632)
Fornecedores		(3.243)	608.506	1.134.496
Salários, encargos sociais e benefícios	(1.565)	(550)	(113.151)	(147.059

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.134/0001-58

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	**1.427.714**	**4.273.752**	**1.749.496**	**5.092.414**
Ganhos (Perdas) no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de tributos		2.298		2.802
Realização de perdas com investimentos disponíveis para venda Nota 1 (a)		610.489		744.508
Total do resultado abrangente do exercício	1.427.714	4.886.539	1.749.496	5.839.724
Resultado abrangente atribuído ao controlador	1.427.714	4.886.539	1.427.714	4.886.539
Resultado abrangente atribuído ao não controlador			321.782	953.185

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.
As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

(a) Aquisição do controle da Invitel, BrT Part e BrT

Conforme divulgado no item (a) da Nota 1 - INFORMAÇÕES GERAIS, no dia 8 de janeiro de 2009, a TNL, através de sua controlada indireta Copart 1 adquiriu o controle acionário da Invitel e, por consequência, o da BrT. Os valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle estão resumidos da seguinte maneira:

Invitel	
Caixa e equivalentes de caixa	2.760.840
Aplicações financeiras	775.502
Contas a receber	2.147.627
Depósitos judiciais	3.430.286
Tributos diferidos e a recuperar	2.945.200
Imobilizado e intangível	29.766.881
Outros ativos	392.513
Empréstimos e financiamentos	(5.842.205)
Fornecedores	(1.889.695)
Tributos a recolher	(5.159.670)
Provisões	(4.529.005)
Outros passivos	(2.842.312)
Investimentos anteriores na empresa adquirida a valor justo	(2.142.818)
Participação dos acionistas não controladores	(7.758.294)
Ganho na aquisição do controle - BrT	(6.683.751)
Preço de compra do controle liquidado em caixa	**5.371.099**
Caixa adquirido da controlada	**(2.760.840)**
Caixa pago pela obtenção do controle, líquido do caixa adquirido	**2.610.259**

(b) Transações não-caixa

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Dividendos mínimos declarados	339.082	808.677	339.082	808.677
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados por controladas			362.138	
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	339.082	808.677	(624.544)	(882.444)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tele Norte Leste Participações S.A. ("Companhia" ou "TNL") é uma sociedade por ações, de capital aberto, e foi criada em 22 de maio de 1998, pela cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Telebrás"), tendo como principais atividades a participação em outras sociedades e promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, diretas ou indiretas. A TNL é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425 – 8º andar. A TNL é uma holding controlada pela Telemar Participações S.A. ("TmarPart"), que em 31 de dezembro de 2010 detém 17,48% do capital total e 52,45% do capital votante.

A TNL é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários como companhia aberta e tem suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo. É também registrada na "SEC - *Securities and Exchange Commission*" dos EUA e seus "*ADS's - American Depositary Shares*" - nível II são negociados na "*NYSE - New York Stock Exchange*", através de "*ADR´s - American Depositary Receipts*". Em 31 de dezembro de 2010, 44,85% das ações preferenciais são negociadas na NYSE sob a forma de ADR´s.

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2011.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2010	Indireta 2010	Direta 2009	Indireta 2009
Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR")	Telefonia Fixa – Região I	81,92%		81,99%	
Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP")	Holding		81,64%		81,71%
TNL PCS S.A. ("Oi")	Telefonia Móvel – Regiões I, e III		81,64%		81,71%
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		81,64%		81,71%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		81,64%		81,71%
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		81,64%		81,71%
TNL.Net Participações S.A ("TNL.Net ")	Participações em outras sociedades	100%		100%	
TNL Trading S.A ("TNL Trading")	Importação e exportação de bens de consumo	100%		100%	
TNL PCS Participações S.A ("TCP")	Participações em outras sociedades			100%	
Way TV Belo Horizonte S.A.("Way TV")	Prestação de serviço de telecomunicação		81,64%		100%
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades		81,92%		
TNL Exchange S/A	Holding	100%		100%	
Coari Participações S.A. ("Coari")	Holding		81,92%		81,99%

Empresa	Atividade	Direta 2010	Indireta 2010	Direta 2009	Indireta 2009
Brasil Telecom S.A. ("BrT")	Telefonia Fixa – Região II		40,37%		40,40%
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades		40,37%		
Telemar Internet Ltda ("TMAR Internet")	Internet		81,92%		81,99%
Calais Participações S/A ("Calais")	Holding		81,92%		81,99%
SEREDE – Serviços de Rede S/A ("Serede")	Serviços de Rede		81,92%		81,99%
Companhia AIX de Participações ("AIX") (*)	Tráfego de dados		40,96%		40,96%
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	Telefonia móvel – Região II		40,37%		40,40%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados		40,37%		40,40%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros		40,37%		40,40%
Vant Telecomunicações Ltda ("Vant")	Comunicação multimídia		40,37%		40,40%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing		40,37%		40,40%
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI")	Holding		40,37%		40,40%
IG Participações S.A. ("IGPT")	Holding		40,37%		40,40%
Internet Group do Brasil S.A. ("IG")	Internet		40,37%		40,40%
Nova Tarrafa Participações Ltda ("NTPA")	Holding		40,37%		40,40%
Nova Tarrafa Inc. ("NTInc")	Holding				40,40%
IG Cayman ("IGC")	Holding				40,40%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados		40,37%		40,40%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados		40,37%		40,40%
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2)	Tráfego de dados		40,37%		40,40%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	Tráfego de dados		40,37%		40,40%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	Tráfego de dados		40,37%		40,40%
SPE Desenvolvimento Participações S.A	Investimentos em propriedades		81,92%		
SPE Sudeste Participações S.A	Investimentos em propriedades		81,92%		
SPE São Paulo Participações S/A	Investimentos em propriedades		81,92%		
SPE Nordeste Participações S/A	Investimentos em propriedades		81,92%		
SPE Centro-Oeste Participações S.A	Investimentos em propriedades		40,37%		
SPE Sul Participações S.A	Investimentos em propriedades		40,37%		

(*) A AIX é um investimento em empreendimento controlado em conjunto ("*joint venture*") consolidado pelo método proporcional.

Todas as controladas da TNL são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

1) Sediada em Bermuda
2) Sediada nos Estados Unidos da America
3) Sediada na Venezuela
4) Sediada na Colômbia

(a) Aquisição do controle e reorganização societária da Brasil Telecom

No decorrer dos meses de maio e junho de 2008, foram realizadas sucessivas aquisições de ações preferenciais das empresas Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da Brasil Telecom S.A. ("BrT"), respectivamente. Essas aquisições antecederam a aquisição do controle ocorrida em 8 de janeiro de 2009.

O prazo decorrido até a aquisição se deu em razão da espera pelas autorizações dos órgãos reguladores e de defesa econômica, ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações e CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, respectivamente, necessárias à celebração do acordo de acionistas.

A aquisição do controle da BrT foi realizada em consonância com a estratégia da Administração pela obtenção de novos mercados, expansão da rede e infraestrutura de telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga, internet entre outros, além de ganho em sinergias promovidas pela integração de processos operacionais.

Conforme previsto pelo Fato Relevante divulgado na data da aquisição, a Companhia promoveu a reorganização societária da BrT com vistas à simplificação da estrutura societária, que foi realizada com base nos valores contábeis tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

No quadro abaixo se encontram resumidas as informações relevantes acerca das aquisições de ações e da reorganização societária.

	05 e 06/2008		22/07/2008		08/01/2009		23/06/2009		31/07 e 30/09/2009	
	Aquisições avulsas		OPAs voluntárias		Aquisição do Controle (a.1)		OPAs obrigatórias (a.2)		Reorganização Societária (a.2)	
	BRTP4	BRTO4	BRTP4	BRTO4	Invitel *	BRTP3	BRTP3	BRTO3	BRTO3	BRTO4
Quantidades	55.819.400	45.590.200	20.826.442	13.366.365	57.532.477	12.185.836	40.452.227	630.872	161.359.129	69.718.384
Preço	25,53 **	19,69 **	30,37	23,42	77,04	77,04	64,71	60,64	***	***
Montante total pago	1.425.133	897.775	634.582	313.040	4.432.302	938.797	2.617.664	38.256	****	****
Percentual de ações adquirido	24,3%	14,6%	9,0%	4,3%	100,0%	9,1%	30,2%	0,3%	79,3%	17,4%
Percentual adquirido sobre total de ações	15,4%	8,3%	5,7%	2,2%	100,0%	3,4%	11,1%	0,1%	26,8%	11,6%
Participação acumulada direta sobre as ações	24,3%	14,6%	33,3%	18,9%	100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	32,2%
Participação acumulada direta sobre capital votante					100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	
Participação acumulada direta total	15,4%	8,3%	21,1%	10,5%	100,0%	9,1%	20,2%	10,6%	27,5%	21,8%
Participação acumulada total sobre capital votante					100,0%	60,5%	90,7%	90,2%	79,6%	
Participação acumulada total	**1,3%**		**24,7%**		**40,0%**		**47,0%**		**49,3%**	

* Todas as ações são ordinárias.
** Preços médios.
*** Relação de troca de ações (1,2190981 BRTO3 para uma BRTP3 e; 0,1720066 BRTO3 e 0,9096173 BRTO4 para uma BRTP4).
**** Troca do total das ações detidas da BrT Part. Detidas pela Coari por novas ações emitidas da BrT, e pelas ações da BrT detidas pela BrT Part..

a.1) Aquisição do Controle da BrT

A aquisição da BrT foi registrada de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, incluindo os ativos intangíveis e passivos contingentes. Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	Em 8 de janeiro de 2009
Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.760.840
Aplicações financeiras	775.502
Contas a receber	2.147.627
Outros ativos circulantes	1.914.243
Ativo não circulante	4.850.012
Investimentos	3.744
Imobilizado	13.218.733
Ativos intangíveis	16.548.148
Total dos ativos adquiridos	**42.218.849**
Passivo:	
Passivo circulante	5.668.225
Imposto de renda diferido	4.421.341
Provisão para contingências (i)	4.529.005
Outros passivos	5.644.315
Total dos passivos assumidos	**20.262.886**
Total do ativo líquido	**21.955.963**

(i) A provisão para contingências inclui o montante de R$ 3.075.969 representando o valor justo relacionado a diversas contingências trabalhistas, tributárias e cíveis, cuja avaliação de risco pelos nossos consultores legais externos foi a de perda possível ou remota. Esse montante foi estimado utilizando com base a expectativa futura de fluxo de caixa ao final de cada um dos processos envolvidos e registrado nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com a combinação de negócios da BrT.

Abaixo apresentamos o valor total do valor de aquisição, assim como a determinação do ganho na aquisição do controle - BrT:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	21.955.963
Valor pago pelo controle da Invitel Participações S.A. ("Invitel")	(4.432.302)
Ações da Brasil Telecom Participações S.A. adquiridos por Copart 1 Participações S.A. ("Copart 1")	(938.797)
Valor justo da participação previamente detida por Copart 1 (i)	(1.352.799)
Valor justo da participação previamente detida por Copart 2 Participações S.A. ("Copart 2") (i)	(790.020)
Valor justo das participações dos acionistas não controladores (ii)	(7.758.294)
Valor total investido	**(15.272.212)**
Ganho na aquisição do controle – BrT	**6.683.751**
Perdas nos valores justos das participações previamente detidas	(1.128.043)
Ganho na aquisição de controle - BrT, líquido	**5.555.708**

(i) Os valores justos foram determinados com base no preço de mercado das ações na data de aquisição. Em 1 de janeiro de 2009 o valor das participações previamente detidas a valor justo era de R$ 2.138.573.

(ii) O valor justo da participação de acionistas não controladores foi determinado da seguinte forma:

- para as ações ordinárias, foi utilizado o valor estipulado nas ofertas públicas de aquisição de ações, com base nos requerimentos da CVM.
- para as ações preferenciais, foi utilizado o valor de mercado na data de aquisição.

O ganho registrado na aquisição foi decorrente, principalmente, da diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da Invitel e o valor de mercado da participação dos acionistas não controladores em ações preferenciais da BrT Part e da BrT. O valor justo dos ativos líquidos da Invitel está substancialmente relacionado com o segmento de telefonia fixa que, por natureza, é um investimento de longo prazo e, consequentemente, menos afetado pela crise de crédito global. No entanto, os valores de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part haviam sido severamente impactados pela crise de crédito global. Em 8 de janeiro de 2009, data da aquisição, o valor de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part haviam diminuído 34% e 36%, respectivamente, quando comparados aos seus valores máximos de mercado em 2008.

Com base no cálculo do ganho compra na aquisição do controle da BrT demonstrado anteriormente, a Administração da Companhia reviu sua estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Assim, a Administração reviu os procedimentos utilizados para mensurar os montantes reconhecidos na data de aquisição relativos: (i) ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, (ii) à participação dos acionistas não controladores na data de aquisição, (iii) à participação acionária anterior à aquisição na adquirida, e (iv) ao montante transferido com o objetivo de determinar que todas as informações disponíveis à data de aquisição foram consideradas no registro da combinação de negócios. Considerando que nenhuma informação adicional chamou a atenção da Administração da Companhia, como resultado dessa reavaliação, que poderia alterar os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos em conexão com esta aquisição, em conformidade com o CPC 15 (IFRS 3R), foi reconhecido um ganho no montante de R$ 6.683.752 no resultado do exercício de 2009 da adquirente, Coari.

a.2) Transações de capital subsequentes (OPAs obrigatórias e reorganização societária)

De acordo com o ICPC 09, alterações na participação acionária da controladora enquanto esta permaneça com o controle da subsidiária, devem ser registradas como transações de capital no patrimônio líquido. Portanto, o desembolso de caixa de R$ 2.655.920 foi contraposto ao valor justo das participações dos acionistas não controladores adquirida nas OPAs (R$ 1.297.546), sendo o excesso pago na transação de capital no montante de R$ 1.358.374 registrado a débito na conta de Ajuste de avaliação patrimonial.

Como resultado das incorporações que foram finalizadas em 31 de julho de 2009 e 30 de setembro de 2009, Invitel, Solpart Participações S.A. ("Solpart"), Copart 1 e Copart 2, e BrT Part, respectivamente, foram incorporadas na BrT. A Copart 1 controlava a Invitel desde 8 de janeiro de 2009 e estava sob controle comum com a Copart 2, a incorporação da Invitel, Solpart, Copart 1 na BrT Part e da Copart 2 na BrT em 31 de julho de 2009, e a subsequente incorporação da BrT Part na BrT em 30 de setembro de 2009, representavam reorganizações de empresas sobre controle comum. Após a realização da reorganização societária, houve aumento na participação no patrimônio líquido da BrT de 2,3%. Em decorrência da diferença entre os valores justos das ações envolvidas na troca, foi registrado adicional pago em capital no patrimônio líquido da Companhia o montante credor de R$ 178.227 na conta do patrimônio líquido denominada Ajuste de Avaliação Patrimonial. Nesta transação foi também reconhecido pela Companhia o montante de R$ 395.521 que corresponde a benefício fiscal adicional sobre os ágios apurados nas OPAs de 23 de junho de 2009 (de acordo com o antigo BR GAAP) e que se concretizaram por ocasião das incorporações reversas da reorganização societária ocorrida em 30 de setembro de 2009.

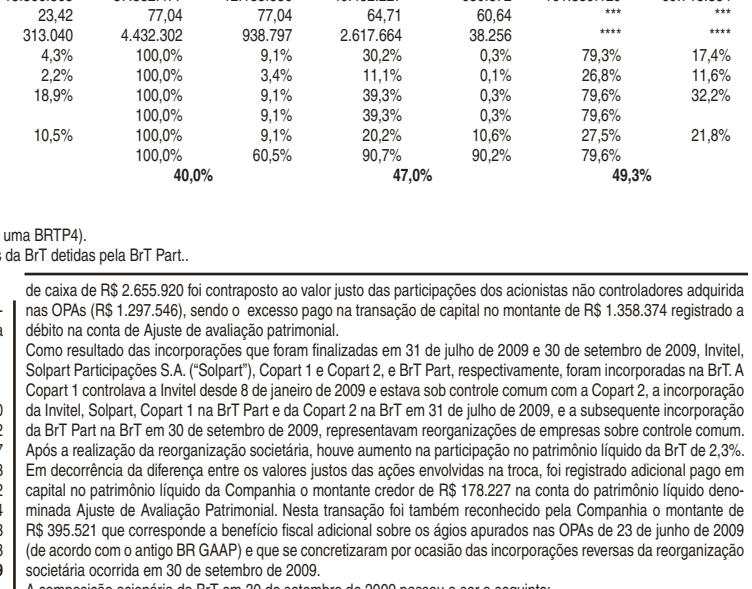
A composição acionária da BrT em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Composição Acionária – Brasil Telecom S.A.

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050	48,20
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940	49,60
Ações em Tesouraria			13.231.556	3,31	13.231.556	2,20
Total	**203.423.176**	**100,00**	**399.597.370**	**100,00**	**603.020.546**	**100,00**

(b) Reorganização societária das empresas do segmento de internet do Grupo BrT

A Administração, visando preparar a Companhia para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela iG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc.



Abaixo estão resumidas as principais informações sobre a reorganização societária das empresas de internet:

Empresa incorporada pela iG Part.	Acervo líquido	Relação de troca *
iG Cayman	(2.785)	2,00399169
Nova Tarrafa Inc.	322	125,12660374

* Quantidade de ações de iG Part. por ação da empresa incorporada.

(c) Aquisição da TNCP, OPA's e reorganização societária da Amazônia Celular S.A. ("Amazônia")

Em 3 de abril de 2008 a TMAR adquiriu o controle acionário da TNCP (e, indiretamente da Amazônia), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Vivo Participações S.A. ("Vivo").

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias			45.928.226	45.862.950
Descontos incondicionais e cancelamentos			(5.608.657)	(4.644.084)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(979.100)	(1.279.092)
Ganho na aquisição de controle - BrT				6.683.751
Perdas com investimentos disponíveis para venda	(6.210)	(211.420)	(534.032)	(1.583.022)
Outras receitas operacionais	30.880	28.491	1.331.998	1.419.198
	24.670	**(182.929)**	**40.138.435**	**46.459.701**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão			(5.070.473)	(5.265.071)
Materiais e energia	(213)	(185)	(962.125)	(942.048)
Custo de mercadorias			(169.558)	(442.842)
Serviços de terceiros	(13.416)	(21.863)	(8.440.826)	(9.086.425)
Outros	(574)	(81)	(471.725)	(517.230)
	(14.203)	**(22.129)**	**(15.114.707)**	**(16.253.616)**
Valor adicionado bruto	10.467	(205.058)	25.023.728	30.206.085
Retenções				
Depreciação e Amortização	(1.612)	(1.726)	(6.199.196)	(7.031.005)
Provisões	(3.766)	37	(1.274.170)	(1.124.960)
Outras despesas	9	(3.747)	(439.576)	(737.941)
	(5.369)	**(5.436)**	**(7.912.942)**	**(8.893.906)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	5.098	(210.494)	17.110.786	21.312.179
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.529.434	4.250.185		
Receitas financeiras	119.025	238.253	1.929.470	1.601.025
	1.648.459	**4.488.438**	**1.929.470**	**1.601.025**
Valor adicionado total a distribuir	**1.653.557**	**4.277.944**	**19.040.256**	**22.913.204**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(11.116)	(13.036)	(1.329.546)	(1.262.013)
Benefícios	(2.310)	(1.768)	(269.298)	(279.378)
FGTS	(667)	(854)	(85.434)	(176.115)
Outros	(3.129)	(2.366)	(282.821)	(337.093)
	(17.222)	**(18.024)**	**(1.967.099)**	**(2.054.599)**
Impostos e taxas				
Federais	(64.216)	(40.523)	(1.399.562)	(1.666.458)
Estaduais	38	35	(9.135.213)	(9.455.781)
Municipais	(1)	(709)	(61.315)	(74.455)
	(64.179)	**(41.197)**	**(10.596.090)**	**(11.196.694)**
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(142.074)	56.448	(3.204.152)	(2.989.470)
Aluguéis e seguros	(2.368)	(1.419)	(1.523.419)	(1.580.027)
	(144.442)	**55.029**	**(4.727.571)**	**(4.569.497)**
Remuneração de capitais próprios				
Participações de acionistas não controladores			(321.782)	(818.662)
Dividendos	(339.082)		(339.082)	
Lucros retidos	(1.088.632)	(4.273.752)	(1.088.632)	(4.273.752)
	(1.427.714)	**(4.273.752)**	**(1.749.496)**	**(5.092.414)**
Valor adicionado distribuído	**(1.653.557)**	**(4.277.944)**	**(19.040.256)**	**(22.913.204)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Em 22 de outubro de 2008 e em 16 de janeiro de 2009, a TMAR realizou OPA's voluntária e obrigatória, respectivamente, nas quais efetuou aquisições de ações da Amazônia e da TNCP, conforme apresentados no quadro abaixo:

	22 de outubro de 2008				16 de janeiro de 2009	
	Preferenciais Amazônia				Ordinárias	
					TNCP	Amazônia
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe E		
Quantidade	64.860	113.571	14.800	174.875	1.175.018	80.868
Preço pago	38,00	38,00	38,00	38,00	87,61	134,00
Representatividade das ações		74,1%			97,9%	34,8%

Como resultado das aquisições efetuadas no âmbito das OPA's obrigatórias e voluntárias, a TMAR passou a ser detentora, após a data de 16 de janeiro de 2009, de 2.467.689 ações ordinárias e de 4.147.288 ações preferenciais da TNCP, bem como de 80.868 ações ordinárias e de 971.791 ações preferenciais da Amazônia, representativas de 98,7% do capital total da TNCP e de 17,9% do capital total da Amazônia.

Após as OPA's obrigatórias, a Companhia registrou ágio no montante de R$ 76.791 na conta de Ajustes de avaliação patrimonial ("Ágio em transações de capital").

Em 9 de março de 2009, a administração da TMAR implementou reorganização societária, tendo como objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia com aqueles relacionados às atividades da Oi, devolvendo à ANATEL, em seguida, as autorizações para o uso de determinadas radiofrequências.

A reorganização societária ocorreu da seguinte forma:

Incorporação de ações da Amazônia pela TNCP

	Ordinárias	Preferenciais
Ações da Amazônia recebidas pela TMAR	151.159	270.798
Ações da TNCP entregues pela TMAR (i)	354.886	1.430.859
Relação de troca para 1 ação da Amazônia (ii)	1,529505	1,151515

(i) Foram emitidas novas ações para a troca.

(ii) A relação de substituição de ações respeitou as espécies de ações existentes, tomando como base:

- para as ações ordinárias, os preços praticados nas OPA's obrigatórias da TNCP e da Amazônia; e
- para as ações preferenciais, os preços praticados nas OPA's voluntárias da TNCP e da Amazônia.

A incorporação de ações da Amazônia resultou no aumento do capital social da TNCP no montante de R$ 32.881.

Aumento de capital da TNCP

A TMAR aumentou sua participação acionária na TNCP, através da integralização de capital na forma de cessão da totalidade do investimento na Oi. Neste procedimento foram emitidas 56.464.204 ações ordinárias e 112.928.407 ações preferenciais da TNCP e o montante total envolvido foi de R$ 8.673.466, que corresponde ao valor contábil do investimento na Oi.

Em decorrência da incorporação das ações da Amazônia e da integralização de capital da controladora TMAR, o capital social da TNCP sofreu um aumento de R$ 8.673.466, passando a ser de R$ 8.791.201, representado por 59.311.566 ações ordinárias e 118.568.472 ações preferenciais, tendo resultado na seguinte composição acionária:

	Ações ON	%	Ações PN	%	Total	%
TMAR	59.055.488	99,57	118.193.342	99,68	177.248.830	99,65
Ações em circulação	256.078	0,43	375.130	0,32	631.208	0,35
Total de ações	**59.311.566**	**100,00**	**118.568.472**	**100,00**	**177.880.038**	**100,00**

Incorporação da Amazônia pela Oi

Na incorporação da Amazônia pela Oi, foram emitidas 92.363.839 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, da Oi, sendo cada ação ordinária ou preferencial de emissão da Amazônia, independentemente de classe, correspondente a 15.686.583 ações ordinárias de emissão da Oi.

As radiofrequências atribuídas à Amazônia foram devolvidas à ANATEL, com a consequente extinção de sua outorga de SMP.

Antes da reestruturação societária o capital social da Oi era R$ 9.612.504, dividido em 6.101.213.226 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da incorporação da Amazônia a valor contábil, o capital social da Oi sofreu um aumento de R$ 131.302, passando a ser de R$ 9.743.805, representado por 6.193.577.065 ações ordinárias. As ações emitidas foram integralizadas com a absorção do patrimônio líquido da Amazônia, sendo 100% das ações da Oi detidas pela TNCP.

Em 22 de abril de 2009, poucos acionistas minoritários não exerceram direito de retirada, tendo integralizado capital na TNCP no montante de R$ 55, passando o capital social total a ser de R$ 8.791.256, sem acarretar em aumento na quantidade de ações.

(d) Reorganização societária da Way TV

Em 25 de setembro de 2008, os Conselhos de Administração da Companhia e da TMAR aprovaram a implementação de reorganização societária relacionada à Way TV, com a finalidade de: (i) aumentar as eficiências operacionais e o aproveitamento de sinergias entre as atividades desenvolvidas pela Oi e Way TV, e (ii) permitir o incremento da oferta de serviços convergentes, principalmente "*quadruple play*". A reorganização encontrava-se condicionada a aprovação da ANATEL e, tal anuência foi concedida em 11 de março de 2010.

Em 1 de outubro de 2010, a TNL efetuou a reorganização societária, que consistiu das seguintes etapas:

- Venda da TNL PSC Participações S.A. ("TNL PCS Part."), subsidiária integral da TNL, para a Oi; e
- Incorporação da TNL PSC Part..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e a aquisição do controle da BrT, anteriormente descrita, contabilizadas de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – "*International Financial Reporting Standards*" emitidos pelo IASB - "*International Accounting Standards Board*" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs e os CPCs. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos técnicos aplicáveis emitidos em 2009 e em 2010. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 3.

b) Principais políticas contábeis

Critérios de Consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 10).

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo o real (R$) a moeda corrente utilizada nas transações.

A Administração considerou, para a definição da moeda funcional, a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa p

Para efeito do cálculo do resultado na combinação de negócios, a Companhia efetua a mensuração das participações de acionistas não controladores pelo seu valor justo. A Companhia se utiliza de julgamento para determinar o modelo que forneça a melhor representação da essência econômica da transação, dentre as seguintes opções: valor de mercado obtido pela cotação das ações da empresa adquirida em Bolsa de Valores ou pela participação proporcional sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("*goodwill*"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento do exercício, cujo valor é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento ou por estimativas considerando a performance histórica. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios são registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes.

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber.

É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação às contas a receber, considerando as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

Contas em atraso	% de perda provisionada
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
De 151 a 180 dias	100

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição a seguir:

• Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.

• Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.

• Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto "*joint ventures*" são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras, enquanto em construção, são capitalizados. Os saldos apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o montante relativo ao valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Invitel, adquiridos em 8 de janeiro de 2009.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou vida útil econômica. Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

• É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.

• A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.

• O software pode ser vendido ou usado.

• Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.

• Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.

• O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os intangíveis em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição (o qual passa a ser o novo valor de custo), e amortizados de acordo com os prazos contratuais e/ou prazos de geração de benefícios econômicos futuros.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia em seus vários segmentos de negócios.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

• Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;

• Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. A Provisão de desmobilização de ativos e os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil foram ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia em razão da fluência da taxa utilizada no cálculo.

Na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data de encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Nestas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de *"hedge" ("hedge accounting")*.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os Instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substancia contratual da transação.

A Companhia e suas controladas possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual a obrigação será liquidada com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

• Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados, são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de contribuições definidas e benefícios definidos.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

• Plano de opção de compra de ações - A Companhia e suas controladas oferecem aos seus administradores planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos, são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção e são liquidadas em ações. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

A controlada BrT possuía plano de opções de compra de ações, outorgadas a administradores e empregados. Estas opções, foram parcialmente liquidadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da alteração do controle acionário.

• Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram, substancialmente, transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seu respectivo prazo de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras. Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", sendo revertidos para "Lucros acumulados", por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que as controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar as controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as praticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC 03 / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados à assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela Administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, conforme mencionado na Nota 2, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações na base de cálculo da provisão. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação do ativo imobilizado

O ativo imobilizado é depreciado, usando o método de depreciação linear no decorrer da vida útil dos ativos. As vidas úteis dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 18.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos, levando-se em consideração as mudanças nas estimativas, com base na obsolescência técnica e avaliação por peritos externos.

Redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade ("*impairment*") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("*goodwill*") a Companhia anualmente testa eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.

Para as combinações de negócios ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia aplicou o CPC 15 / IFRS 3 (R) e alocou ao custo da entidade adquirida BrT o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição Nota 1 (a.1). Esses ativos também são avaliados para fins de "*impairment*".

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 24. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

d) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2011 ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e alterado em outubro de 2010. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização dos ativos financeiros da Companhia. A norma não é aplicável até 1 de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9.

IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma IAS 24 revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. Quando aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IAS 24 (revisado).

IFRIC 14 – Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos para o Provimento de Fundos. Em novembro de 2009 o IFRIC emitiu alterações na interpretação IFRIC 14, permitindo que pagamentos antecipados sejam registrados como ativos quando a entidade é sujeita a requerimentos mínimos de provimento de fundos. As alterações da interpretação IFRIC 14 são efetivas para períodos anuais que se iniciarem em/ou após 1 de janeiro de 2011. A Companhia está avaliando os impactos das alterações da interpretação deste pronunciamento nas suas Demonstrações Financeiras.

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1 de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado. Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008). **Mensuração de participações não controladoras** A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010, de forma retrospectiva. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010. Aplicação prospectiva.
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em *Joint Ventures*", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010, aplicação retroativa.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1 de janeiro de 2011

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. ADOÇÃO DO IFRS e DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ

3.1. Base da transição

Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais.

A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A Administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS naquela data.

Na preparação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

3.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa utilizadas pela Companhia

Combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, ass

d) Combinação de negócios

A conciliação reflete os impactos do reconhecimento da aquisição do controle da BrT pela Coari, em 8 de janeiro de 2009, que compreenderam: (i) reconhecimento integral dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle da BrT, incluindo os ativos intangíveis e passivos contingentes, (ii) os efeitos da avaliação da participação dos acionistas não controladores na data de aquisição a valor de mercado (iii) ganho registrado na data de aquisição do controle decorrente da diferença entre o preço pago na aquisição do controle da BrT, incluindo o valor de mercado da participação dos acionistas não controladores, e o valor justo das participações previamente detidas pela adquirente e valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme comentado na Nota 1(a) e (iv) efeitos das depreciações e amortizações dos ativos reconhecidos a valor justo. De acordo com o antigo BR GAAP, no evento de uma aquisição de participação em controlada ou coligada era realizado o comparativo entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil no percentual de participação da entidade adquirida, quando a diferença era positiva se reconhecia um ágio (proporcionalmente à participação adquirida) que era atribuído a mais valia de ativos, rentabilidade futura ou outros motivos, e quando a diferença era negativa se reconhecia um deságio.

e) Gastos pré-operacionais

Até 1 de janeiro de 2009, nos termos do antigo BR GAAP as controladas da Companhia adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido conforme permitido pelo CPC 13. Conforme requerido pelo IFRS, gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, os saldos consolidados dos gastos pré-operacionais em 1 de janeiro de 2009, bem como a respectiva despesa de amortização reconhecida durante o exercício de 2009, foram ajustados.

f) Diferimento de despesas com subsídios de aparelhos e taxa de ativação

De acordo com o antigo BR GAAP a Oi e a BrT Celular diferiam os gastos com subsídios de aparelhos celulares de planos pós-pagos para segmento corporativo e amortizava pelo período de 12 meses, que era o período de fidelidade acordado no contrato com o cliente. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos dos gastos com subsídios contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

De acordo com o antigo BR GAAP a Oi e a BrT Celular diferiam as despesas com a taxa de ativação e fiscalização da Anatel - FISTEL e amortizava pelo período de 24 meses, que era o período médio de permanência dos clientes na base. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos das despesas com a taxa de ativação do cliente contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

A BrT Celular não constituiu créditos fiscais diferidos, pois não apresenta lucro tributável que suporte sua recuperação.

g) Reconhecimento de receita

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 30 e IAS 18 – Receita, a Companhia ajustou os valores incluídos nas transações multielementos, anteriormente reconhecidos como receita na venda de serviços de telefonia, pela utilização dos serviços pelos clientes.

h) Custo com desmobilização de ativos

A conciliação apresenta o reconhecimento dos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, de acordo com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12 e IFRIC 1.

i) Ágio Oi

De acordo com o antigo BR GAAP a TMAR contabilizou um ágio quando da aquisição da subsidiária Oi em 2003. Uma vez que tal transação foi realizada sem atender à todos os critérios estabelecidos pelas IFRS, a Companhia decidiu por reverter tal ágio na data da transição para as IFRS.

j) Ágio TNCP

De acordo com o antigo BR GAAP a TMAR contabilizou os excedentes pagos na aquisição do controle da TNCP, bem como na OPA realizada em janeiro de 2009 como ativos intangíveis adquiridos fundamentados nas licenças SMP da Amazônia, controlada da TNCP à época. A conciliação apresenta os efeitos da reclassificação da parcela de mais-valia das licenças reconhecida na referida OPA, diretamente ao patrimônio líquido, bem como das diferenças na amortização do ativo, tendo em vista que de acordo com o CPC 36 / IAS 27 e ICPC 09, os excessos pagos em investimentos onde a Companhia já detenha o controle devem ser reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido Ajuste de avaliação patrimonial.

k) Tributos diferidos sobre a renda

A conciliação apresenta as mudanças no imposto de renda e na contribuição social diferidos, de acordo com o CPC 32 (IAS 12), que representam os reflexos tributários sobre os ajustes necessários na convergência das Demonstrações Financeiras para os CPCs e as IFRS.

l) Juros sobre capital próprio e dividendos

Dividendo mínimo obrigatório

De acordo com o antigo BR GAAP, os juros sobre o capital próprio e os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. No caso de juros sobre capital próprio, como a Administração já possui autorização prévia do Conselho de Administração e se beneficia da dedutibilidade fiscal, estes são considerados já declarados.

Dividendos e juros sobre capital prescritos

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 / IAS 39 nos casos em que as obrigações de passivos financeiros deixam de existir os efeitos provenientes desses passivos devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A conciliação apresenta os efeitos dos dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados, anteriormente registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

m) Efeitos dos ajustes sobre a demonstração dos fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da demonstração dos fluxos de caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração, bem como outros efeitos.

n) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima com efeitos anteriores a data de transição foram registrados contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2009 e reclassificados para reservas de lucros.

o) Lucro por ação

Conforme as normas IAS 33 / CPC 41 o lucro por ação básico e diluído passou a ser calculado em base do número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Anteriormente, o cálculo era feito em base do número de ações em circulação na data do encerramento do exercício e não era efetuado o cálculo do lucro por ação diluído.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

Conciliação do patrimônio líquido na data de transição de 1 de janeiro de 2009

	Controladora					
	BR GAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Dividendos (l)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 1/1/2009
Ativo circulante	**2.377.514**	**(219.031)**		**(897.980)**	**(1.117.011)**	**1.260.503**
Caixa e equivalentes de caixa	887.405					887.405
Aplicações financeiras	1.522					1.522
Instrumentos financeiros derivativos		14.240			14.240	14.240
Tributos a recuperar	334.346	(334.346)			(334.346)	
Tributos correntes a recuperar		83.282			83.282	83.282
Outros tributos		17.793			17.793	17.793
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.148.171			(897.980)	(897.980)	250.191
Depósitos e bloqueios judiciais	62					62
Demais ativos	6.008					6.008
Ativo não circulante	**10.156.147**	**240.419**	**(1.370.601)**	**897.980**	**(232.202)**	**9.923.945**
Instrumento financeiro derivativo		7.134			7.134	7.134
Tributos diferidos a recuperar	161.536	233.272			233.272	394.808
Empréstimos e debêntures com controladas	1.624.798					1.624.798
Depósitos e bloqueios judiciais	8.124	13			13	8.137
Demais ativos	15.858					15.858
Investimentos	8.332.619		(1.370.601)	897.980	(472.621)	7.859.998
Imobilizado	11.129					11.129
Intangível	2.083					2.083
Ativo total	**12.533.661**	**21.388**	**(1.370.601)**		**(1.349.213)**	**11.184.448**
Passivo circulante	**1.515.102**	**14.241**		**(808.677)**	**(794.436)**	**720.666**
Empréstimos e financiamentos	335.834	(130.486)			(130.486)	205.348
Instrumentos financeiros derivativos		144.726			144.726	144.726
Fornecedores	3.243					3.243
Tributos a recolher	14.761	(14.761)			(14.761)	
Outros tributos		14.762			14.762	14.762
Programa de refinanciamento fiscal	16.553					16.553
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.140.273			(808.677)	(808.677)	331.596
Salários, encargos sociais e benefícios	1.589					1.589
Demais obrigações	2.849					2.849
Passivo não circulante	**1.224.005**	**7.147**			**7.147**	**1.231.152**
Empréstimos e financiamentos	1.039.899	(65.374)			(65.374)	974.525
Instrumento financeiro derivativo		72.508			72.508	72.508
Provisões	668	13			13	681
Programa de refinanciamento fiscal	115.474					115.474
Demais obrigações	67.964					67.964
Patrimônio líquido	**9.794.554**		**(1.370.601)**	**808.677**	**(561.924)**	**9.232.630**
Capital social	5.448.731					5.448.731
Reservas de lucro (*)	4.675.899		(1.437.791)		(1.437.791)	3.238.108
Reservas de capital	38.467		67.190		67.190	105.657
Dividendo adicional proposto				808.677	808.677	808.677
Ações em tesouraria	(368.543)					(368.543)
Passivo total	**12.533.661**	**21.388**	**(1.370.601)**		**(1.349.213)**	**11.184.448**

(*) Inclui reserva de lucro, outros resultados abrangentes e lucros (prejuízos) acumulados.

	Consolidado												
	BR GAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Combinação de negócios (d)	Ágio TNCP (j)	Diferimento subsídio (f)	Diferimento taxa Fistel (f)	Gastos pré operacionais (e)	Reconhecimento de receita (g)	Ágio Oi (i)	Desmobilização de ativos (h)	Dividendos (e)	Efeito total da mudança para o IFRS	De acordo com o IFRS 1/1/2009
Ativo circulante	**17.811.321**	**(363.964)**				**(269.584)**	**(125.194)**						**(758.742)**	**17.052.579**
Caixa e equivalentes de caixa	9.498.392													9.498.392
Aplicações financeiras	1.239.557													1.239.557
Contas a receber	3.896.332													3.896.332
Estoques	153.368													153.368
Instrumentos financeiros – derivativos		73.348											73.348	73.348
Tributos a recuperar	1.883.814	(1.883.814)											(1.883.814)	
Tributos correntes a recuperar		791.856											791.856	791.856
Outros tributos		654.646											654.646	654.646
Dividendos e juros sobre capital próprio	21.241													21.241
Depósitos e bloqueios judiciais	368.096													368.096
Demais ativos	750.521					(269.584)	(125.194)						(394.778)	355.743
Ativo não circulante	**22.956.296**	**1.248.170**		**(747.310)**	**(2.784)**	**91.657**	**2.361**	**(240.512)**	**87.795**	**18.318**	**78.175**		**535.870**	**23.492.166**
Aplicações financeiras		**1.519**											**1.519**	**1.519**
Instrumentos financeiros – derivativos		17.750											17.750	17.750
Tributos diferidos a recuperar	2.376.616	101.794		384.978		91.657	63.278	121.826	87.795	18.318	29.980		899.626	3.276.242
Outros tributos		335.518											335.518	335.518
Depósitos e bloqueios judiciais	1.048.288	793.108											793.108	1.841.396
Ativo financeiro disponível para venda		3.270.861		(1.132.288)									2.138.573	2.138.573
Demais ativos	420.535	(1.519)					(60.917)						(62.436)	358.099
Investimentos	3.320.181	(3.270.861)											(3.270.861)	49.320
Imobilizado	12.670.314										48.195		48.195	12.718.509
Intangível	2.758.024				(2.784)								(2.784)	2.755.240
Diferido	362.338							(362.338)					(362.338)	
Ativo total	**40.767.617**	**884.206**		**(747.310)**	**(2.784)**	**(177.927)**	**(122.833)**	**(240.512)**	**87.795**	**18.318**	**78.175**		**(222.872)**	**40.544.745**
Passivo circulante	**9.769.618**	**53.746**							**251.966**		**85.250**	**(1.011.159)**	**(620.197)**	**9.149.421**
Empréstimos e financiamentos	3.956.411	(410.505)											(410.505)	3.545.906
Instrumentos financeiros – derivativos		474.852											474.852	474.852
Fornecedores	1.902.629													1.902.629
Tributos a recolher	983.220	(983.220)											(983.220)	
Tributos correntes a recolher		437.052											437.052	437.052
Outros tributos		535.567											535.567	535.567
Programa de refinanciamento fiscal	143.380													143.380
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.522.046											(1.011.159)	(1.011.159)	510.887
Provisões	339.854													339.854
Salários, encargos sociais e benefícios	273.541													273.541
Autorizações e concessões a pagar	266.632													266.632
Demais obrigações	381.905								251.966		85.250		337.216	719.121
Passivo não circulante	**19.586.504**	**830.460**			**(947)**						**16.386**		**845.899**	**20.432.403**
Empréstimos e financiamentos	16.288.459	(98.765)											(98.765)	16.189.694
Instrumentos financeiros derivativos		125.515											125.515	125.515
Provisões	1.623.213	632.657											632.657	2.255.870
Tributos a recolher e diferidos	100.063	(100.063)											(100.063)	
Tributos diferidos a recolher		10.602			(947)						16.386		26.041	26.041
Outros tributos		260.514											260.514	260.514
Programa de refinanciamento fiscal	504.041													504.041
Autorizações e concessões a pagar	904.071													904.071
Demais obrigações	166.657													166.657
Participações minoritárias	**1.820.478**	**(1.820.478)**											**(1.820.478)**	
Patrimônio líquido – Controlador	**9.591.017**			**(612.787)**	**(1.506)**	**(145.898)**	**(100.722)**	**(200.684)**	**(139.747)**	**51.659**	**(17.379)**	**808.677**	**(358.387)**	**9.232.630**
Capital social	5.448.731													5.448.731
Reservas de lucro(*)	4.472.362		(67.190)	(612.787)	(1.506)	(145.898)	(100.722)	(200.684)	(139.747)	51.659	(17.379)		(1.234.254)	3.238.108
Reservas de capital	38.467		67.190										67.190	105.657
Dividendo adicional proposto												808.677	808.677	808.677
Ações em tesouraria	(368.543)													(368.543)
Patrimônio líquido não controlador		**1.820.478**		**(134.523)**	**(331)**	**(32.029)**	**(22.111)**	**(39.828)**	**(24.424)**	**(33.341)**	**(6.082)**	**202.482**	**1.730.291**	**1.730.291**
Total patrimônio líquido	**9.591.017**	**1.820.478**		**(747.310)**	**(1.837)**	**(177.927)**	**(122.833)**	**(240.512)**	**(164.171)**	**18.318**	**(23.461)**	**1.011.159**	**1.371.904**	**10.962.921**
Passivo total	**40.767.617**	**884.206**		**(747.310)**	**(2.784)**	**(177.927)**	**(122.833)**	**(240.512)**	**87.795**	**18.318**	**78.175**		**(222.872)**	**40.544.745**

(*) Inclui reserva de lucro, outros resultados abrangentes e lucros (prejuízos) acumulados.

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	Controladora				
	BR GAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 31/12/2009
Ativo Circulante	**724.044**	**(255.986)**		**(255.986)**	**468.058**
Caixa e equivalentes de caixa	396.222				396.222
Aplicações financeiras	1.386				1.386
Instrumentos financeiros derivativos		8.267		8.267	8.267
Tributos a recuperar	295.243	(295.243)		(295.243)	
Tributos correntes a recuperar		13.197		13.197	13.197
Outros tributos		17.793		17.793	17.793
Depósitos e bloqueios judiciais	116				116
Demais ativos	31.077				31.077
Ativo Não Circulante	**8.786.619**	**265.194**	**3.138.284**	**3.403.478**	**12.190.097**
Instrumento financeiro e derivativos		941		941	941
Tributos diferidos a recuperar	187.718	264.253		264.253	451.971
Empréstimos e debêntures com controladas	705.699				705.699
Depósitos e bloqueios judiciais	11.331				11.331
Demais ativos	15.098				15.098
Investimentos	7.855.287		3.138.284	3.138.284	10.993.571
Imobilizado	9.861				9.861
Intangível	1.625				1.625
Ativo total	**9.510.663**	**9.208**	**3.138.284**	**3.147.492**	**12.658.155**
Passivo circulante	**410.453**	**8.267**		**8.267**	**418.720**

	Controladora				
	BR GAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 31/12/2009
Empréstimos e financiamentos	227.607	(120.915)		(120.915)	106.692
Instrumentos financeiros derivativos		129.182		129.182	129.182
Tributos a recolher	4.960	(4.960)		(4.960)	
Outros tributos		4.960		4.960	4.960
Programa de refinanciamento fiscal	9.134				9.134
Dividendos e juros sobre capital próprio	136.634				136.634
Provisões	88				88
Salários, encargos sociais e benefícios	1.678				1.678
Demais obrigações	30.352				30.352
Passivo não circulante	**955.303**	**941**		**941**	**956.244**
Empréstimos e financiamentos	750.514	(13.762)		(13.762)	736.752
Instrumentos financeiros derivativos		14.703		14.703	14.703
Provisões	364				364
Programa de refinanciamento fiscal	127.880				127.880
Demais obrigações	76.545				76.545
Patrimônio líquido	**8.144.907**		**3.138.284**	**3.138.284**	**11.283.191**
Capital social	5.448.731				5.448.731
Reservas de lucro	3.012.870		3.911.105	3.911.105	6.923.975
Reservas de capital	42.126		88.596	88.596	130.722
Ajuste de avaliação patrimonial			(861.417)	(861.417)	(861.417)
Ações em tesouraria	(358.820)				(358.820)
Passivo total	**9.510.663**	**9.208**	**3.138.284**	**3.147.492**	**12.658.155**

	Consolidado												
	BR GAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Combinação de negócios (d)	Ágio TNCP (j)	Diferimento subsídio (f)	Diferimento taxa Fistel (f)	Gastos pré operacionais (c)	Reconhecimento de receita (g)	Ágio Oi	Desmobilização de ativos (h)	Efeito total da mudança para o IFRS	De acordo com o IFRS 31/12/2009
Ativo Circulante	**18.319.161**	**232.650**				**(80.054)**	**(153.281)**					**(685)**	**18.318.476**
Caixa e equivalentes de caixa	6.205.528												6.205.528
Aplicações financeiras	1.818.841												1.818.841
Contas a receber	5.941.987												5.941.987
Estoques	162.774												162.774
Instrumentos financeiros derivativos		107.902										107.902	107.902
Tributos a recuperar	2.510.081	(2.510.081)										(2.510.081)	
Tributos correntes a recuperar		507.831										507.831	507.831
Outros tributos		1.128.742										1.128.742	1.128.742
Depósitos e bloqueios judiciais	788.558	998.256										998.256	1.786.814
Demais ativos	891.392					(80.054)	(153.281)					(233.335)	658.057
Ativo não circulante	**42.384.752**	**4.015.793**		**9.331.187**	**(81.336)**	**26.614**	**15.096**	**(180.405)**	**65.193**	**13.540**	**93.352**	**13.299.034**	**55.683.786**
Instrumentos financeiros derivativos		109.397										109.397	109.397
Tributos diferidos a recuperar	5.332.344	106.108				26.614	55.968	91.318	65.193	13.540	36.365	395.106	5.727.450
Outros tributos		767.399										767.399	767.399
Depósitos e bloqueios judiciais	2.435.244	3.032.889										3.032.889	5.468.133
Demais ativos	516.281						(40.872)					(40.872)	475.409
Investimentos	54.695												54.695
Imobilizado	22.469.796			2.769.490							56.987	2.826.477	25.296.273
Intangível	11.304.669			6.561.697	(81.336)							6.480.361	17.785.030
Diferido	271.723							(271.723)				(271.723)	
Ativo total	**60.703.913**	**4.248.443**		**9.331.187**	**(81.336)**	**(53.440)**	**(138.185)**	**(180.405)**	**65.193**	**13.540**	**93.352**	**13.298.349**	**74.002.262**
Passivo circulante	**16.854.214**	**1.120.044**							**181.895**		**116.385**	**1.418.324**	**18.272.538**
Empréstimos e financiamentos	8.552.367	(588.007)										(588.007)	7.964.360
Instrumentos financeiros derivativos		725.732										725.732	725.732
Fornecedores	4.054.785												4.054.785
Tributos a recolher	1.484.345	(1.484.345)										(1.484.345)	
Tributos correntes a recolher		187.457										187.457	187.457
Outros tributos		1.451.544										1.451.544	1.451.544
Programa de refinanciamento fiscal	175.510												175.510
Dividendos e juros sobre capital próprio	361.405												361.405
Provisões	688.300	827.663										827.663	1.515.963
Provisões para fundos de pensão	104.533												104.533
Salários, encargos sociais e benefícios	362.385												362.385
Autorizações e concessões a pagar	315.051												315.051
Demais obrigações	755.533								181.895		116.385	298.280	1.053.813
Passivo não circulante	**28.497.952**	**3.128.399**		**3.970.034**	**4.187**						**18.634**	**7.121.254**	**35.619.206**
Empréstimos e financiamentos	21.365.791	(504.185)										(504.185)	20.861.606
Instrumentos financeiros derivativos		583.760										583.760	583.760
Provisões	3.059.494	2.363.185										2.363.185	5.422.679
Tributos a recolher e diferidos	622.681	(622.681)										(622.681)	
Tributos diferidos a recolher		15.935		3.967.080	4.187						18.634	4.005.836	4.005.836
Outros tributos		1.292.385										1.292.385	1.292.385
Programa de refinanciamento fiscal	947.533												947.533
Provisões para fundos de pensão	575.180												575.180
Autorizações e concessões a pagar	1.517.022												1.517.022
Demais obrigações	410.251			2.954								2.954	413.205
Participações minoritárias	**7.357.282**	**(7.357.282)**										**(7.357.282)**	
Patrimônio líquido – Controlador	**7.994.465**			**3.750.056**	**(70.127)**	**(42.936)**	**(99.369)**	**(150.418)**	**(100.472)**	**38.183**	**(36.191)**	**3.288.726**	**11.283.191**
Capital social	5.448.731												5.448.731
Reservas de lucro	2.862.428		(88.596)	4.534.682	6.664	(42.936)	(99.369)	(150.418)	(100.472)	38.183	(36.191)	4.061.547	6.923.975
Reservas de capital	42.126		88.596									88.596	130.722
Ajuste de avaliação patrimonial				(784.626)	(76.791)							(861.417)	(861.417)
Ações em tesouraria	(358.820)												(358.820)
Patrimônio líquido Não controlador		**7.357.282**		**1.611.097**	**(15.396)**	**(10.504)**	**(38.816)**	**(29.987)**	**(16.230)**	**(24.643)**	**(5.476)**	**8.827.327**	**8.827.327**
Total patrimônio líquido	**7.994.465**	**7.357.282**		**5.361.153**	**(85.523)**	**(53.440)**	**(138.185)**	**(180.405)**	**(116.702)**	**13.540**	**(41.667)**	**12.116.053**	**20.110.518**
Passivo total	**60.703.913**	**4.248.443**		**9.331.187**	**(81.336)**	**(53.440)**	**(138.185)**	**(180.405)**	**65.193**	**13.540**	**93.352**	**13.298.349**	**74.002.262**

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora				
	BR GAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Equivalência patrimonial (b)	Dividendos (l)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 31/12/2009
Receitas (despesas) operacionais	**(539.399)**	**4.736.109**	**26.701**	**4.762.810**	**4.223.411**
Resultado de equivalência patrimonial	(485.924)	4.736.109		4.736.109	4.250.185
Gerais e administrativas	(37.318)				(37.318)
Outras receitas operacionais	1.790		26.701	26.701	28.491
Outras despesas operacionais	(17.947)				(17.947)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**(539.399)**	**4.736.109**	**26.701**	**4.762.810**	**4.223.411**
Resultado financeiro	**60.648**				**60.648**
Receita financeira	238.253				238.253
Despesa financeira	(177.605)				(177.605)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	**(478.751)**	**4.736.109**	**26.701**	**4.762.810**	**4.284.059**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(4.334)				(4.334)
Diferido	(5.973)				(5.973)
Lucro (prejuízo) do exercício	**(489.058)**	**4.736.109**	**26.701**	**4.762.810**	**4.273.752**

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.134/0001-58

	Consolidado												
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Combinação de negócios (d)	Ágio TNCP (j)	Diferimento subsídio (f)	Diferimento taxa Fistel (f)	Gastos pré operacionais (e)	Reconhecimento de receita (g)	Ágio Oi (i)	Desmobilização de ativos (h)	Dividendos (i)	Efeito total da mudança para o IFRS	De acordo com o IFRS 31/12/2009
Receita de vendas e/ou serviços	**29.881.462**			**23.410**					**91.960**				**115.370**	**29.996.832**
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(17.215.657)			(1.433.722)	15.097	189.532	(8.043)				(5.060)		(1.242.196)	(18.457.853)
Lucro bruto	**12.665.805**			**(1.410.312)**	**15.097**	**189.532**	**(8.043)**		**91.960**		**(5.060)**		**(1.126.826)**	**11.538.979**
Receitas (despesas) operacionais	**(11.026.003)**		**(22.608)**	**7.181.239**				**90.616**				**45.597**	**7.294.844**	**(3.731.159)**
Resultado de equivalência patrimonial	29.927	16.363	(22.608)									(23.682)	(29.927)	
Comercialização dos serviços	(5.334.686)			32.707									32.707	(5.301.979)
Gerais e administrativas	(3.067.350)													(3.067.350)
Ganho na aquisição de controle BrT				6.683.751									6.683.751	6.683.751
Perdas com investimentos disponíveis para venda				(1.128.043)									(1.128.043)	(1.128.043)
Outras receitas operacionais	1.349.630	289										69.279	69.568	1.419.198
Outras despesas operacionais	(4.003.524)	(16.652)		1.592.824				90.616					1.666.788	(2.336.736)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	**1.639.802**		**(22.608)**	**5.770.927**	**15.097**	**189.532**	**(8.043)**	**90.616**	**91.960**		**(5.060)**	**45.597**	**6.168.018**	**7.807.820**
Resultado financeiro	**(2.384.844)**			**(2.469)**									**(2.469)**	**(2.387.313)**
Receita financeira	1.601.025													1.601.025
Despesa financeira	(3.985.869)			(2.469)									(2.469)	(3.988.338)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	**(745.042)**		**(22.608)**	**5.768.458**	**15.097**	**189.532**	**(8.043)**	**90.616**	**91.960**		**(5.060)**	**45.597**	**6.165.549**	**5.420.507**
Imposto de renda e contribuição social														
Corrente	(826.772)	(48.145)												(874.917)
Diferido	516.173	48.145		124.888	(5.134)	(65.045)	(7.309)	(30.507)	(31.268)	(4.779)	1.660		(17.494)	546.824
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(1.055.641)**		**(22.608)**	**5.893.346**	**9.963**	**124.487**	**(15.352)**	**60.109**	**60.692**	**(4.779)**	**(3.400)**	**45.597**	**6.148.055**	**5.092.414**
Participações minoritárias	619.679		1.202	(1.379.012)	(1.793)	(22.026)	16.360	(10.430)	(15.991)	(8.698)	943	(18.896)	(1.438.341)	(818.662)
Lucro (prejuízo) líquido atribuível ao controlador	**(435.962)**		**(21.406)**	**4.514.334**	**8.170**	**102.461**	**1.008**	**49.679**	**44.701**	**(13.477)**	**(2.457)**	**26.701**	**4.709.714**	**4.273.752**
Atribuível ao não controlador	(619.679)		(1.202)	1.379.012	1.793	22.026	(16.360)	10.430	15.991	8.698	(943)	18.896	1.438.341	818.662

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Fluxos de caixa	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009
Atividades operacionais	2.714.220	(1.631.430)	1.082.790	4.573.923	4.436.878	9.010.801
Atividades de investimentos	57.100	965.532	1.022.632	(5.680.367)	(4.259.580)	(9.939.947)
Atividades de financiamentos	(3.262.503)	665.898	(2.596.605)	(2.186.420)	(177.298)	(2.363.718)

A CVM através da Deliberação nº 656, de 25 de janeiro de 2011, que acrescentou o art 2º-A a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, requer que as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, incluíam nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria".

A seguir apresentamos as conciliações de patrimônio líquido e resultado para os trimestres de 2010 e de 2009.

Conciliação do Patrimônio Líquido

	Nota 3.4	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009
Patrimônio líquido original conforme os BR GAAP		**8.491.281**	**8.406.365**	**7.741.758**	**8.263.608**	**8.169.337**	**8.355.073**
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP		7.617.414	6.438.449	7.837.782	5.018.911	8.158.974	7.384.885
Patrimônio líquido total conforme os BR GAAP		**16.108.695**	**14.844.814**	**15.579.540**	**13.282.519**	**16.328.311**	**15.739.958**
Ajustes:							
Combinação de negócios	(d)	8.869.681	12.814.691	8.409.396	12.292.048	7.955.576	9.774.876
Diferimento do subsídio e da taxa Fistel	(f)	(272.588)	(371.061)	(235.857)	(354.763)	(178.876)	(303.000)
Reconhecimento de receita	(g)	(165.004)	(206.557)	(185.831)	(220.909)	(166.928)	(211.349)
Desmobilização de ativos	(h)	(47.910)	(41.231)	(50.797)	(42.489)	(53.707)	(43.760)
Dividendos	(l)		1.011.159				
Ágio TNCP	(j)	(77.206)	(103.863)	(73.076)	(111.293)	(68.946)	(118.723)
Baixa do diferido	(e)	(249.112)	(339.726)	(226.501)	(316.946)	(203.890)	(294.334)
Tributos diferidos sobre a renda	(k)	(3.541.007)	(3.722.673)	(3.372.206)	(4.478.034)	(3.226.633)	(3.847.763)
		4.516.854	9.040.739	4.265.128	6.767.614	4.056.596	4.955.947
Atribuído a:							
Controlador		3.272.865	4.850.192	3.237.976	2.686.758	3.234.915	3.285.261
Não controladores		1.243.989	4.190.547	1.027.152	4.080.856	821.681	1.670.686
Patrimônio líquido conforme os CPCs e as IFRS		**20.625.549**	**23.885.553**	**19.844.668**	**20.050.133**	**20.384.907**	**20.695.905**
Atribuído a:							
Controlador		11.764.146	13.256.557	10.979.734	10.950.366	11.404.252	11.640.334
Não controladores		8.861.403	10.628.996	8.864.934	9.099.767	8.980.655	9.055.571

Conciliação do Lucro (prejuízo) Líquido

	Nota 3.4	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009
Lucro (prejuízo) original conforme os BR GAAP		**495.974**	**10.845**	**939.812**	**(135.163)**	**1.367.162**	**(70.945)**
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP		259.463	152.758	478.893	(754.151)	785.907	(591.410)
Lucro (prejuízo) total conforme os BR GAAP		**755.437**	**163.603**	**1.418.705**	**(889.314)**	**2.153.069**	**(662.355)**
Ajustes:							
Ativos financeiros disponíveis para venda	(c)		(1.128.043)		(1.128.043)		(1.128.043)
Combinação de negócios	(d)	(423.604)	6.320.931	(883.888)	7.665.695	(1.337.708)	7.340.190
Diferimento do subsídio	(f)	(17.426)	90.665	(3.109)	150.625	17.227	188.572
Diferimento da taxa Fistel	(f)	22.386	(6.030)	41.459	(49.692)	78.104	(35.877)
Reconhecimento de receita	(g)	1.256	77.151	(19.571)	62.798	(670)	72.357
Desmobilização de ativos	(h)	(2.865)	8.215	(5.753)	6.956	(8.663)	5.684
Ágio TNCP	(j)	4.130	(7.430)	8.260	(14.860)	12.390	(22.290)
Baixa do diferido	(e)	22.611	22.613	45.222	45.393	67.833	68.005
Dividendo	(l)		15.342	4.514	42.043	18.385	45.597
Equivalência Patrimonial	(b)	(4.329)	(8.306)	(6.966)	(13.958)	(8.757)	(18.283)
Tributos diferidos sobre a renda	(k)	159.895	80.023	328.696	(318.336)	474.271	(164.350)
		(237.946)	5.465.131	(491.136)	6.448.621	(687.588)	6.351.562
Atribuído a:							
Controlador		(27.042)	4.589.534	(63.173)	4.679.870	(67.929)	4.700.530
Não controladores		(210.904)	875.597	(427.963)	1.768.751	(619.659)	1.651.032
Lucro líquido conforme os CPCs e as IFRS		**517.491**	**5.628.734**	**927.569**	**5.559.307**	**1.465.481**	**5.689.207**
Atribuído a:							
Controlador		468.932	4.600.379	876.639	4.544.707	1.299.233	4.629.585
Não controladores		48.559	1.028.355	50.930	1.014.600	166.248	1.059.622

Os efeitos reconhecidos no resultado da controladora originados pela aplicação dos CPCs nas suas controladas, e que são apresentados em uma linha específica de resultado de equivalência patrimonial, por trimestre estão apresentados a seguir: em 31 de março de 2010 perda de R$ 13.768 (2009 – ganho de R$ 4.602.808); em 30 de junho de 2010 perda de R$ 40.608 (2009 – ganho de R$ 4.679.717); e em 30 de setembro de 2010 perda de R$ 32.090 (2009 – ganho de R$ 4.713.662).

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política") aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "*swaps*", termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Estratégia, Diretor de Relacionamento com Clientes, Diretor de Relação com Investidores, Diretor Tributário e Diretor de Tesouraria do Grupo Oi. O Comitê se reúne mensalmente para supervisionar o enquadramento da Política. Bimestralmente, a Diretoria apresenta ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento da Política.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos "*Swap e NDF* " foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do trimestre. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos adotado para reconhecimento contábil relativos ao prêmio das opções foi o "*Black&Scholes*".

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

			2010		
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	425.071	425.071	9.052.200	9.052.200
Aplicações financeiras	Valor justo	204.965	204.965	2.156.698	2.156.698
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	4.869	4.869	66.894	66.894
Contas a receber	Custo amortizado			5.893.845	5.893.845
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado			4.038.747	4.038.747
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	260.948	264.751	22.157.060	22.008.573
Debêntures (*)	Custo amortizado	1.562.603	1.562.603	6.978.839	7.015.708
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	17.061	17.061	850.926	850.926
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	508.768	508.768	1.039.407	1.039.407
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado			2.126.157	2.126.157

(*) Título sem mercado secundário para estimativa do valor justo

			2009		
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	396.222	396.222	6.205.528	6.205.528
Aplicações financeiras	Valor justo	1.386	1.386	1.823.832	1.823.832
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	9.208	9.208	217.299	217.299
Contas a receber	Custo amortizado			5.941.987	5.941.987
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado			4.054.785	4.054.785
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	843.444	851.217	22.736.476	23.047.847
Debêntures	Custo amortizado			6.089.490	6.125.896
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	143.885	143.885	1.309.492	1.309.492
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	136.634	136.634	361.405	361.405
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado			1.832.073	1.832.073

			01/01/2009		
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	887.405	887.405	9.498.392	9.498.392
Aplicações financeiras	Valor justo	1.522	1.522	1.241.076	1.241.076
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	21.374	21.374	91.098	91.098
Contas a receber	Custo amortizado			3.896.332	3.896.332
Ativo financeiro disponível para venda	Valor justo			2.138.573	2.138.573
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	3.243	3.243	1.902.629	1.902.629
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.179.873	1.139.428	17.451.247	17.444.898
Debêntures	Custo amortizado			2.284.353	2.290.702
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	217.234	217.234	600.367	600.367
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	331.596	331.596	510.887	510.887
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado			1.170.703	1.170.703

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho "*nonperformance risk*", incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs*" representam as melhores estimativas da administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1 de janeiro de 2009:

				Controladora
Descrição	**2010**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	425.071		425.071	
Aplicações financeiras	204.965		204.965	
Instrumentos financeiros derivativos	4.869		4.869	
Total dos ativos	634.905		634.905	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	17.061		17.061	
Total do passivo	17.061		17.061	

				Consolidado
Descrição	**2010**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	9.052.200		9.052.200	
Aplicações financeiras	2.156.698		2.156.698	
Instrumentos financeiros derivativos	66.894		66.894	
Total dos ativos	11.275.792		11.275.792	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	850.926		850.926	
Total do passivo	850.926		850.926	

				Controladora
Descrição	**2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	396.222		396.222	
Aplicações financeiras	1.386		1.386	
Instrumentos financeiros derivativos	9.208		9.208	
Total dos ativos	406.816		406.816	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	143.885		143.885	
Total do passivo	143.885		143.885	

				Consolidado
Descrição	**2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	6.205.528		6.205.528	
Aplicações financeiras	1.823.832		1.823.832	
Instrumentos financeiros derivativos	217.299		217.299	
Total dos ativos	8.246.659		8.246.659	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	1.309.492		1.309.492	
Total do passivo	1.309.492		1.309.492	

				Controladora
Descrição	**01.01.2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	887.405		887.405	
Aplicações financeiras	1.522		1.522	
Instrumentos financeiros derivativos	21.374		21.374	
Total dos ativos	910.301		910.301	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	217.234		217.234	
Total do passivo	217.234		217.234	

				Consolidado
Descrição	**01.01.2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	9.498.392		9.498.392	
Aplicações financeiras	1.241.076		1.241.076	
Instrumentos financeiros derivativos	91.098		91.098	
Ativo financeiro disponível para venda	2.138.573	2.138.573		
Total dos ativos	12.969.139	2.138.573	10.830.566	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	600.367		600.367	
Total do passivo	600.367		600.367	

Determinação do valor justo

Na avaliação efetuada para fins de determinação do valor justo dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(b) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 19,90% do total das nossas disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Consolidado					
	2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	1.811.962	1.811.962	696.617	696.617	811.139	811.139
Aplicações financeiras	418.527	418.527	898	898		

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 22,3% (2009 – 17,0% e 01/01/2009 – 20%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Companhia tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de Moedas do BNDES 91,0% (2009 – 95,0% e 01/01/2009 – 98%) está coberta por operações de proteção nas modalidades "*swap*" cambial, termo em moeda, opção em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item a) acima.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 8)

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ganho/(perda) com *"swap"* cambial	3.145	(111.257)	(250.861)	(1.142.272)
Operações de termo e opção de moeda			(223.154)	(205.867)
	3.145	**(111.257)**	**(474.015)**	**(1.348.139)**

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

						Controladora		
						Valor justo		
			Valor de referência (nocional)			Valores a (pagar)/ a receber		
	Indexador	Vencimento	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contratos de "swap cross currency" US$/ R$ (i)								
Posição ativa	US$ + 5,86% 100,00%	Jan/2011	3.243	9.946	13.630	2.615	26.652	16.997
Posição passiva	CDI	Jan/2011	(3.243)	(9.946)	(13.630)	(7.574)	(40.230)	(32.961)
Valor líquido						**(4.959)**	**(13.578)**	**(15.964)**
Contratos de "swap cross currency" Iene/ R$ (ii)								
Posição ativa	Iene + Iene Libor 6M + 1,25% 85,00% a 90,00%	Jan/2011	33.623	142.321	226.708	23.104	108.082	313.364
Posição passiva	CDI	Jan/2011	(33.623)	(142.321)	(226.708)	(35.014)	(237.671)	(514.634)
Valor líquido						**(11.910)**	**(129.589)**	**(201.270)**
Contratos de "swap cross currency" Iene/ US$ (iii)								
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25% US Libor	Jan/2011	10.436	65.432	73.185	5.004	9.985	120.341
Posição passiva	6m + 3,59%	Jan/2011	(10.436)	(65.432)	(73.185)	(234)	(1.495)	(98.967)
Valor líquido						**4.770**	**8.490**	**21.374**

Contraparte:
(i) - Votorantim
(ii) - Morgan Stanley
(iii) - Goldman Sachs

						Consolidado		
						Valor Justo		
			Valor de referência (nocional)			Valores a (pagar)/ a receber		
	Indexador	Vencimento	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contratos de "swap cross currency" US$/ R$ (i)								
Posição ativa	US$+ US$ Libor 6M + 1,50% a 6,05%	jan/2011 a ago/2019	3.336.897	3.789.425	1.271.843	2.899.475	3.206.043	1.305.463
Posição passiva	70,40% a 110% CDI	jan/2011 a ago/2019	(3.336.897)	(3.789.425)	(1.271.843)	(3.485.337)	(3.871.822)	(1.702.535)
Valor líquido						**(585.862)**	**(665.779)**	**(397.072)**
Contratos de "swap cross currency" Iene/ R$ (ii)								
Posição ativa	Iene+ Iene Libor 6M + 00,48% a 1,92%	jan/2011 a set/2017	354.969	853.974	226.708	327.300	693.199	313.364
Posição passiva	85,00% a 97% CDI	jan/2011 a set/2017	(354.969)	(853.974)	(226.708)	(421.525)	(1.113.676)	(514.634)
Valor líquido						**(94.225)**	**(420.477)**	**(201.270)**
Contratos de "swap cross currency" Iene/ US$ (iii)								
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25% US Libor	Jan/2011	10.436	65.432	73.185	5.004	9.985	120.341
Posição passiva	6M + 3,59%	Jan/2011	(10.436)	(65.432)	(73.185)	(234)	(1.495)	(98.967)
Valor líquido						**4.770**	**8.490**	**21.374**
Contratos a termo de moeda Iene / US$ (iv)								
Posição comprada (Iene)	cotação forward 92,35	Jul/2009			446.342			515.809
Posição vendida (US$)		Jul/2009			(446.342)			(446.187)
Valor líquido								**69.622**

Contraparte:
(i) - ABN, BNP Paribas, Citibank, Deutsche, Itaú, JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard, Votorantim
(ii) - JP Morgan, Morgan Stanley, Santander, Citibank
(iii) - Goldman Sachs
(iv) - Santander

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de "*swap*", a Controlada TMAR pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a TMAR não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes (2009 –R$ 145.262).

Contratos de "*cross currency swap*" US$/R$

A Companhia e suas controladas contrataram operações de "*swap*" cambial ("*plain vanilla*") para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada ou em dólar acrescida de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

Contratos de "*cross currency swap*" Iene/R$

A Companhia e suas controladas contrataram operações de "*swap*" cambial ("*plain vanilla*") para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Iene. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em Iene acrescida de taxa pré-fixada ou em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI para todos os contratos. O risco mais significativo de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do Iene, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos flu

Descrição	Taxa 2010	Taxa 2009	Desvalorização
Cenário Provável			
Dólar	1,6662	1,7412	0%
Iene	0,020500	0,018832	0%
Cesta de Moedas	0,032718	0,033995	0%
Euro	2,2280		0%
Cenário Possível			
Dólar	2,0828	2,1765	25%
Iene	0,025625	0,02354	25%
Cesta de Moedas	0,040898	0,042494	25%
Euro	2,7850		25%
Cenário Remoto			
Dólar	2,4993	2,6118	50%
Iene	0,03075	0,028248	50%
Cesta de Moedas	0,049077	0,050993	50%
Euro	3,3420		50%

Em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Fluxo futuro de pagamentos:

		Controladora 2010		
Descrição	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**Total**
Cenário Provável				
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	22.851	295.631	318.482
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	8.149		8.149
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(284.330)		(284.330)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	38.535		38.535
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(38.535)		(38.535)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(253.330)**	**295.631**	**42.301**
Cenário Possível				
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	28.563	369.539	398.102
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	10.186		10.186
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(355.412)		(355.412)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	48.168		48.168
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(48.169)		(48.169)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(316.664)**	**369.539**	**52.875**
Cenário Remoto				
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	34.276	443.447	477.723
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	12.223		12.223
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(426.495)		(426.495)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	57.802		57.802
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(57.803)		(57.803)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(379.997)**	**443.447**	**63.450**
Impactos				
Cenário Possível - Cenário Provável		**(63.334)**	**73.908**	**10.574**
Dólar		(63.333)	73.908	10.575
Iene		(1)		(1)
Cenário Remoto - Cenário Provável		**(126.667)**	**147.816**	**21.149**
Dólar		(126.666)	147.816	21.150
Iene		(1)		(1)

O valor justo dos instrumentos passivos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos	Controladora	
Descrição	**Risco**	**Saldo em 2010**
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	250.692
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.287)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(284.300)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	38.504
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(28.108)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(25.499)**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	313.365
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.859)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(355.375)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	48.130
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(35.135)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(31.874)**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	376.038
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.430)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(426.450)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	57.756
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(42.162)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(38.248)**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**(6.375)**
Dólar		(8.974)
Iene		2.599
Cenário Remoto - Cenário Provável		**(12.749)**
Dólar		(17.947)
Iene		5.198

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos	Controladora	
Descrição	**Risco**	**Saldo em 2009**
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	261.976
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.626)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(294.854)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	150.373
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(118.066)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(7.197)**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	327.470
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(8.283)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(368.568)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	187.966
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(147.583)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(8.998)**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	392.964
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(9.939)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(442.281)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	225.559
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(177.099)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(10.796)**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**(1.736)**
Dólar		(9.860)
Iene		8.124
Cenário Remoto - Cenário Provável		**(3.471)**
Dólar		(19.719)
Iene		16.248

Fluxo Futuro de pagamentos:

		Consolidado 2010				
Descrição	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	708.479	1.445.243	1.077.399	4.681.499	7.912.620
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.620.604)	(709.393)	(663.991)	(1.548.745)	(5.542.733)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(678.901)				(678.901)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	190.872	210.960	207.337	203.709	812.878
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(124.018)	(80.386)	(79.166)	(77.944)	(361.514)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	10.117				10.117
Dívidas em Euro	Alta do Euro		61.503	111.221	1.766.294	1.939.018
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)				(1.645.721)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(4.159.776)**	**927.927**	**652.800**	**5.024.813**	**2.445.764**
Cenário Possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	885.599	1.806.554	1.346.749	5.851.874	9.890.776
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.275.755)	(886.741)	(829.988)	(1.935.932)	(6.928.416)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(848.626)				(848.626)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	238.590	263.699	259.171	254.636	1.016.096
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(155.022)	(100.483)	(98.957)	(97.430)	(451.892)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	12.646				12.646
Dívidas em Euro	Alta do Euro		76.879	139.026	2.207.868	2.423.773
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)				(2.057.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(5.199.719)**	**1.159.908**	**816.001**	**6.281.016**	**3.057.206**
Cenário Remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.062.719	2.167.865	1.616.099	7.022.248	11.868.931
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.930.906)	(1.064.090)	(995.986)	(2.323.118)	(8.314.100)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(1.018.351)				(1.018.351)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	286.308	316.439	311.005	305.563	1.219.315
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(186.026)	(120.580)	(118.749)	(116.916)	(542.271)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	15.175				15.175
Dívidas em Euro	Alta do Euro		92.255	166.831	2.649.441	2.908.527
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.468.582)				(2.468.582)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(6.239.663)**	**1.391.889**	**979.200**	**7.537.218**	**3.668.644**
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		**(1.039.943)**	**231.981**	**163.201**	**1.256.203**	**611.442**
Dólar		(647.756)	183.963	103.353	783.188	422.748
Iene		16.714	32.642	32.043	31.441	112.840
Cesta		2.529				2.529
Euro		(411.430)	15.376	27.805	441.574	73.325
Cenário Remoto - Cenário Provável		**(2.079.887)**	**463.962**	**326.400**	**2.512.405**	**1.222.880**
Dólar		(1.295.512)	367.925	206.705	1.566.376	845.494
Iene		33.428	65.285	64.085	62.882	225.680
Cesta		5.058				5.058
Euro		(822.861)	30.752	55.610	883.147	146.648

O valor justo dos instrumentos passivos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos

Descrição	Risco	Consolidado Saldo em 2010
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.826.002
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.018.387)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(678.835)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	790.100
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(332.304)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.968
Dívidas em Euro	Alta do Euro	1.674.568
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)
Total vinculado a taxas de câmbio		**625.391**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	7.282.502
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.272.983)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(848.544)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	987.625
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(415.381)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	12.460
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.093.210
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		**781.738**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.739.003
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.527.580)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(1.018.252)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.185.149
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(498.457)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	14.952
Dívidas em Euro	Alta do Euro	2.511.852
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.468.581)
Total vinculado a taxas de câmbio		**938.086**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**156.347**
Dólar		32.195
Iene		114.448
Cesta		2.492
Euro		7.212
Cenário Remoto - Cenário Provável		**312.695**
Dólar		64.391
Iene		228.896
Cesta		4.984
Euro		14.424

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos		Consolidado
Descrição	**Risco**	**Saldo em 2009**
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.759.775
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.191.098)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(696.240)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.014.811
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(703.184)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	49.844
Total vinculado a taxas de câmbio		**233.908**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.699.719
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.988.873)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(870.300)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.268.514
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(878.980)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	62.305
Total vinculado a taxas de câmbio		**292.385**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.639.662
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(4.786.647)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(1.044.360)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.522.216
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(1.054.776)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	74.766
Total vinculado a taxas de câmbio		**350.861**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**58.700**
Dólar		(31.793)
Iene		78.032
Cesta		12.461
Cenário Remoto - Cenário Provável		**117.402**
Dólar		(63.585)
Iene		156.065
Cesta		24.922

(c) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pré e pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Consolidado 2010		2009		01/01/2009	
Ativo	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Equivalentes de caixa	6.890.020	6.890.020	5.281.988	5.281.988	8.560.755	8.560.755
Aplicações financeiras	1.738.171	1.738.171	1.822.934	1.822.934	1.241.076	1.241.076

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América, LIBOR japonesa no caso de parte da dívida expressa em Iene japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a Companhia e suas controladas possuem operações de "*swap*" que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mas "*spread*" para percentual do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, aproximadamente 78,4% (2009 – 89% e 01/01/2009 – 95%) da dívida contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 83,1% (2009 – 98,0% e 01/01/2009 – 97%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia após operações de "*hedge*" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "*hedge*". Porém, como o caixa da Companhia está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, foram registrados em resultado de operações de "*hedge*" (vide Nota 8) uma perda de R$ 621 (2009 – uma perda de R$ 1.930) na controladora e uma perda de R$ 27.255 (2009 – uma perda de R$ 32.837) no consolidado, provenientes das operações de "*swap*" taxa de juros.

			Controladora					
			Valor de referência (nocional)			Valor Justo Valores a (pagar)/a receber		
	Indexador	**Vencimento**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Contratos de "swap" taxa US$ LIBOR/Pré (i)								
Posição ativa	LIBOR US$ 6m	Jan/2011	5.911			5.933		
Posição passiva	US$ 3,77%	Jan/2011	(5.911)			(6.026)		
Valor líquido						**(93)**		

Contraparte:
(i) Goldmans Sachs.

			Consolidado					
			Valor de referência (nocional)			Valor Justo Valores a (pagar)/a receber		
	Indexador	**Vencimento**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Contratos de "swap" taxa US$ LIBOR/Pré (i)								
Posição ativa	LIBOR US$ 3m a LIBOR US$ 6m + 2,50%	jan/2011 a ago/2019	432.928	578.611	488.263	430.320	579.746	478.853
Posição passiva	US$ 3,62% a 5,04%	jan/2011 a ago/2019	(432.928)	(578.611)	(488.263)	(446.310)	(595.174)	(480.878)
Valor líquido						**(15.990)**	**(15.428)**	**(2.025)**
Contratos de "swap" taxa CDI+ "*spread*"/ CDI (ii)								
Posição ativa	CDI + 0,55% 103,80%	Mar/2013	270.000	270.000	270.000	282.571	282.029	282.651
Posição passiva	CDI	Mar/2013	(270.000)	(270.000)	(270.000)	(281.837)	(281.027)	(282.549)
Valor líquido						**734**	**1.002**	**102**

Contraparte:
(i) - Citibank S.A., NY (Goldman Sachs) e Itaú
(ii) - Citibank

Contratos de "*swap*" taxa US$ LIBOR/Pré

A Companhia e suas controladas contrataram operações de "*swap*" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

Contratos de "*swap*" taxa CDI+"*Spread*"/CDI

A controlada TMAR, contratou operação de "*swap*" de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "*spread*". Neste contrato, a Companhia possui posição ativa em CDI mais "*spread*" e posição passiva em percentual do CDI.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia considera que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR (USD e JPY) e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes neste período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de Taxas de juros

Cenário provável			Cenário possível			2010 Cenário remoto		
		USD LIBOR			USD LIBOR			USD LIBOR
CDI	**TJLP**	**6M**	**CDI**	**TJLP**	**6M**	**CDI**	**TJLP**	**6M**
10,64%	6,0%	0,4559%	13,30%	7,5%	0,5699%	15,96%	9,0%	0,6839%

Cenários de Taxas de juros

Cenário provável			Cenário possível			2009 Cenário remoto		
		USD LIBOR			USD LIBOR			USD LIBOR
CDI	**TJLP**	**USD LIBOR**	**CDI**	**TJLP**	**USD LIBOR**	**CDI**	**TJLP**	**USD LIBOR**
8,55%	6,0%	0,42969%	10,68%	7,50%	0,53711%	12,83%	9,0%	0,64453%

Em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR (USD) com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 10.

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

		Controladora 2010 Total
Descrição	**Risco individual**	**até 1 ano**
Cenário Provável		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	84.996
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	5.911
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	212
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	334
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da IENE LIBOR	(335)
Total vinculado a taxas de juros		**91.118**
Cenário Possível		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	89.785
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	5.952
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	
Derivativos (Posição líquida - LIBOR	Queda da US LIBOR	265
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	418
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da IENE LIBOR	(419)
Total vinculado a taxas de juros		**96.001**
Cenário Remoto		
Dívidas em CDI	Alta do CDI	94.477
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	5.992
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	318
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	501
Derivativos (Posição Líquida - Libor)	Queda da IENE LIBOR	(503)
Total vinculado a taxas de juros		**100.785**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**4.883**
CDI		4.830
US Libor		53
IENE LIBOR		
Cenário Remoto - Cenário Provável		**9.667**
CDI		9.562
US Libor		106
IENE LIBOR		(1)

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não havia fluxos de pagamentos vinculados a TJLP ou US LIBOR na Controladora.

		Consolidado 2010				
Descrição	**Risco Individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.199.916	1.486.415	422.472	35.158	3.143.961
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	453.741	586.852	499.886	443.746	1.984.225
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	536.256	697.277	282.637	147.192	1.663.362
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	41.595	61.554	36.786	18.204	158.139
Derivativos (Posição líquida LIBOR)	Queda da US LIBOR	(31.829)	(46.301)	(27.093)	(12.998)	(118.221)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	7.734	9.529	5.906	2.278	25.447
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(2.622)	(3.210)	(1.989)	(767)	(8.588)
Total vinculado a taxas de juros		**2.204.791**	**2.792.116**	**1.218.605**	**632.813**	**6.848.325**
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.406.177	1.812.095	514.472	42.733	3.775.477
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	512.990	721.524	620.416	552.191	2.407.121
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	684.805	990.070	453.994	322.935	2.451.804
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	53.053	80.288	48.000	23.830	205.171
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(40.590)	(60.383)	(35.341)	(17.004)	(153.318)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	10.033	13.069	8.100	3.124	34.326
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(3.401)	(4.400)	(2.727)	(1.052)	(11.580)
Total vinculado a taxas de juros		**2.623.067**	**3.552.263**	**1.606.914**	**926.757**	**8.709.001**
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.609.454	2.133.285	605.310	50.217	4.398.266
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	571.462	855.057	741.891	659.677	2.828.087
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	839.071	1.332.580	670.615	567.857	3.410.123
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	64.934	100.359	60.020	29.886	255.199
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(49.673)	(75.468)	(44.179)	(21.313)	(190.633)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	12.479	17.071	10.581	4.081	44.212
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(4.228)	(5.746)	(3.561)	(1.374)	(14.909)
Total vinculado a taxas de juros		**3.043.499**	**4.357.138**	**2.040.677**	**1.289.031**	**10.730.345**
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		**418.276**	**760.147**	**388.309**	**293.944**	**1.860.676**
CDI		265.510	460.352	212.530	116.020	1.054.412
TJLP		148.549	292.793	171.357	175.743	788.442
US LIBOR		2.697	4.652	2.966	1.620	11.935
IENE LIBOR		1.520	2.350	1.456	561	5.887
Cenário Remoto - Cenário Provável		**838.708**	**1.565.022**	**822.072**	**656.218**	**3.882.020**
CDI		527.259	915.075	424.843	230.990	2.098.167
TJLP		302.815	635.303	387.978	420.665	1.746.761
US LIBOR		5.495	9.638	6.148	3.367	24.648
Iene LIBOR		3.139	5.006	3.103	1.196	12.444

(d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os ratings publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(e) Risco de liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos com terceiros são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da TNL e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos covenants financeiros atrelados as dívidas do grupo estão detalhados na Nota 19, na seção "Covenants".

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(h) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC, que representa o segmento mais expressivo exercido pelas controladas TMAR e BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Contratos de concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

(i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007.Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para a Companhia deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Atualmente estão em discussão com a ANATEL as metas que ser

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.134/0001-58

5. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Consolidado	
	2010	2009
Receita bruta de vendas e /ou serviços	**45.928.226**	**45.862.950**
Deduções da receita bruta		
Tributos	(10.840.187)	(11.222.034)
Outras deduções	**(5.608.657)**	**(4.644.084)**
Receitas de vendas e/ ou serviços	**29.479.382**	**29.996.832**

6. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Depreciação e amortização	(1.612)	(1.726)	(6.199.196)	(7.032.935)
Interconexão			(5.070.473)	(5.265.071)
Serviços de terceiros	(11.624)	(19.458)	(4.959.608)	(4.970.082)
Serviço de manutenção da rede			(2.015.986)	(2.477.026)
Pessoal	(15.649)	(14.482)	(1.620.383)	(1.905.658)
Aluguéis e seguros	(2.368)	(1.419)	(1.523.419)	(1.580.027)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(979.100)	(1.279.092)
Fistel			(649.038)	(622.630)
Publicidade e propaganda	(316)		(536.741)	(639.811)
Materiais	(92)	(16)	(215.225)	(418.488)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL			(157.611)	(149.243)
Custos de aparelhos e outros			(149.211)	(389.701)
Outros custos e despesas	(657)	(217)	(238.794)	(97.418)
	(32.318)	**(37.318)**	**(24.314.785)**	**(26.827.182)**
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas			(16.638.670)	(18.457.853)
Comercialização de serviços			(4.886.331)	(5.301.979)
Gerais e administrativas	(32.318)	(37.318)	(2.789.784)	(3.067.350)
	(32.318)	**(37.318)**	**(24.314.785)**	**(26.827.182)**

7. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Outras receitas operacionais				
Despesas recuperadas	848	1.790	449.009	401.456
Aluguéis de infra-estrutura			324.878	337.898
Multas aplicadas sobre contas vencidas			254.894	281.038
Serviços técnicos administrativos			117.061	112.641
Ganho na alienação de ativo permanente	26.048		61.871	92.845
Dividendos prescritos	3.984	26.701	34.277	69.280
Recuperação de despesas com fundos de pensão			6.231	40.479
Outras receitas			83.776	83.561
	30.880	**28.491**	**1.331.997**	**1.419.198**
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões	(3.762)	(25)	(843.539)	(622.327)
Tributos	(1)	(10.634)	(769.441)	(827.527)
Participação dos empregados no resultado	(296)	(639)	(318.322)	(114.092)
Perda na alienação de ativo permanente			(148.585)	(115.993)
Despesas com cobrança			(75.419)	(79.521)
Descontos concedidos			(60.235)	(45.677)
Despesas com multas	(1)	(2.892)	(25.452)	(136.665)
Remunerações baseadas em ações	(1.277)	(2.903)	(14.173)	(29.031)
Provisão/reversão para perda de investimentos e outras provisões			5.327	(151.827)
Provisões para fundos de pensão			(14.221)	(5.817)
Outras despesas	10	(854)	(135.211)	(208.259)
	(5.327)	**(17.947)**	**(2.399.271)**	**(2.336.736)**

8. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	23.377	16.431	913.751	797.884
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	18.337	20.643	743.168	584.944
Recuperação de despesas			217.194	
Descontos financeiros obtidos	4		42.848	104.311
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	73.569	109.888		1.290
Juros sobre debêntures de empresas ligadas	3.658	89.856		
Outros	80	1.435	12.509	112.596
	119.025	**238.253**	**1.929.470**	**1.601.025**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(63.229)	(28.241)	(1.926.652)	(2.009.708)
Juros sobre debêntures	(62.603)		(718.293)	(421.778)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	2.524	(113.187)	(501.270)	(1.352.831)
Variação cambial de aplicações financeiras em moeda estrangeira	(8.734)	(98.233)	(32.762)	(202.046)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(11)	(11.192)	(498.241)	(623.851)
Atualização monetária de provisões	(4)	62	(417.641)	(482.945)
IRRF, IOF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(41.272)	(33.483)	(353.825)	(248.409)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(13.964)	(4.853)	(84.709)	(11.048)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(2.493)	(53.754)	(4.246)	
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	6.359	165.328	207.146	1.475.454
Outros	**(1.678)**	**(52)**	**(30.613)**	**(111.176)**
	(185.105)	**(177.605)**	**(4.361.106)**	**(3.988.338)**

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos correntes				
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(4)	(4.334)	(688.485)	(874.917)
Tributos diferidos	(28.871)	(5.973)	772.294	546.824
Total	**(28.875)**	**(10.307)**	**83.809**	**(328.093)**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes dos impostos e das participações	**1.456.589**	**4.284.059**	**1.665.687**	**5.420.507**
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			2.800	(172)
Total do resultado tributado	**1.456.589**	**4.284.059**	**1.668.487**	**5.420.335**
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado (10%+15%+9%=34%)	(495.240)	(1.456.580)	(567.286)	(1.842.914)
Equivalência patrimonial	520.008	1.445.063		
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(53.229)		74.866	(6.110)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)			126.931	46.678
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	(409)	1.210	172.849	1.688.835
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS de controladas sem ativo diferido			31.492	19.349
Ativo fiscal diferido não constituído			(19.234)	(265.865)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores (iii)			264.191	31.934
Outros	(5)			
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	(28.875)	(10.307)	83.809	(328.093)
Alíquota efetiva	1,98%	0,24%	(5,02%)	6,05%

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, ICMS, incentivos fiscais e patrocínios.
Em 2009, no consolidado, o principal impacto refere-se ao efeito do registro do Ganho da aquisição do controle – BrT líquido, no montante de R$ 5.555.708, Nota 1 (a).
(iii) Refere-se, basicamente ao novo "Business plan" das controladas TMAR, BrT e BrT Multimídia.
As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

10. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e na data de transição de 1 de janeiro de 2009, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa	661	395	427	350.218	226.923	126.498
Equivalentes de caixa	424.410	395.827	886.978	8.701.982	5.978.605	9.371.894
	425.071	**396.222**	**887.405**	**9.052.200**	**6.205.528**	**9.498.392**
Fundos de investimentos exclusivos	321.734	294.282	392.354	6.037.152	4.107.015	8.192.331
CDB – Certificado de Depósito Bancário	19.048	88.163	482.291	749.892	1.163.166	1.140.874
Time Deposits				1.645.721		
Títulos privados	83.628			157.809		
Operações compromissadas		13.382	12.333	33.785	614.954	35.858
Títulos públicos						33
Outros				77.623	93.470	2.798
Equivalentes de caixa	**424.410**	**395.827**	**886.978**	**8.701.982**	**5.978.605**	**9.371.894**

(b) Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimento exclusivos	204.965	1.378	1.472	1.831.112	1.419.558	1.054.710
Títulos públicos		8	50		107.259	184.847
Títulos privados				325.586	297.015	1.519
Aplicações financeiras	**204.965**	**1.386**	**1.522**	**2.156.698**	**1.823.832**	**1.241.076**
Circulante	204.965	1.386	1.522	2.147.606	1.818.841	1.239.557
Não circulante				9.092	4.991	1.519

c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a TNL e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 31 de dezembro de 2010, a TNL possui aproximadamente 7% (2009 – 5% e 01/01/2009 – 4%), a TMAR 5% (2009 – 46% e 01/01/2009 – 78%), a Oi 42% (2009 – 21% e 01/01/2009 – 18%), a BrT 29% (2009 – 13%) e as demais controladas 17% (2009 – 15%) de participação nas quotas destes fundos.
As carteiras dos fundos exclusivos são compostas pelos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos		
	2010	2009	01/01/2009
Operações compromissadas	5.747.697	2.274.969	3.624.135
CDB – Certificado de Depósito Bancário	265.732	1.182.325	3.590.163
Time Deposits		580.118	809.104
Títulos privados	1.880	42.342	
Títulos públicos	3.256	26.294	156.518
Outros	18.587	967	12.411
Títulos classificados em equivalentes de caixa	**6.037.152**	**4.107.015**	**8.192.331**
Títulos públicos	1.357.585	1.356.185	1.046.233
Títulos privados	55.002	62.475	
Bonds	219.296	898	997
Time Deposits	199.229		
Debêntures			7.480
Títulos classificados em aplicações financeiras	**1.831.112**	**1.419.558**	**1.054.710**
Fundos de investimentos exclusivos	**7.868.264**	**5.526.573**	**9.247.041**

A Companhia, direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "*benchmark*", o CDI no Brasil e a LIBOR no Exterior.

11. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Serviços faturados	4.670.847	4.760.196	3.036.984
Serviços a faturar	1.853.670	1.841.522	977.597
Aparelhos e acessórios vendidos	290.694	282.270	250.764
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(921.366)	(942.001)	(369.013)
Total	**5.893.845**	**5.941.987**	**3.896.332**

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	2010	%	2009	%	01/01/2009	%
A faturar	1.853.670	27,2	1.841.522	26,7	977.597	22,9
A vencer	2.535.391	37,2	2.289.943	33,3	1.553.556	36,4
A receber de outros provedores	685.114	10,1	840.268	12,2	558.721	13,1
Vencidas até 30 dias	786.811	11,5	865.147	12,6	517.383	12,1
Vencidas de 31 a 60 dias	259.374	3,8	294.637	4,3	180.005	4,2
Vencidas de 61 a 90 dias	161.581	2,4	184.756	2,7	110.240	2,6
Vencidas há mais de 90 dias	533.270	7,8	567.715	8,2	367.843	8,7
	6.815.211	**100,0**	**6.883.988**	**100,0**	**4.265.345**	**100**

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	**(369.013)**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.279.092)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa na aquisição da Invitel e BrT	(394.423)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	1.100.527
Saldo em 31/12/2009	**(942.001)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(979.100)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	999.735
Saldo em 31/12/ 2010	**(921.366)**

12.TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora – Ativo			Consolidado – Ativo		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes sobre a renda						
CS a recuperar (i)				236.947	88.689	182.587
IR a recuperar (i)				543.019	210.628	388.148
Impostos retidos na fonte – IR/CS	13.540	13.197	83.282	323.676	208.514	221.121
Circulante	13.540	13.197	83.282	1.103.642	507.831	791.856
Tributos diferidos sobre a renda						
IR sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	2.810	15.531	46.502	3.385.723	2.584.288	1.634.762
CS sobre diferenças temporárias (ii)	1.012	6.174	17.324	205.149	876.123	570.469
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	119.886	128.395	101.817	1.132.341	1.300.515	638.101
CS sobre base negativa (ii)	43.132	45.610	36.042	502.052	490.295	218.739
Provisão excesso business plan				(5.304)	(88.081)	
Outros tributos diferidos (iii)	269.604	256.261	193.123	403.420	564.310	214.171
Não circulante	436.444	451.971	394.808	5.623.381	5.727.450	3.276.242
Adições temporárias por natureza:						
Constituição de provisões diversas		27.879	28.694	33.228	165.065	73.275
Participação nos lucros				95.178	30.404	39.808
Provisão para cobertura insuficiência atuarial				221.999	231.102	
Provisões para contingências	3.664	154		2.114.006	2.191.159	865.045
Provisão para crédito de liquidação duvidosa				594.127	548.212	
Provisão para perdas		583		77.167	53.065	22.401
Variação Cambial		(5.770)	43.143	62.508	13.522	225.320
Convergência ao IFRS - RTT:						
Subsídios				13.145	26.614	91.659
Fistel				29.825	55.968	63.278
Ativo Diferido				60.870	91.318	121.826
Rolagem de Minutos				45.701	44.578	51.931
Agio Oi				23.295	13.540	18.318
ARO				17.444	36.365	29.980
TUP				8.356	20.615	35.864
Combinação de negócios						384.978
Outros	158	(1.141)	(8.011)	194.023	(61.656)	181.548
	3.822	**21.705**	**63.826**	**3.590.872**	**3.460.411**	**2.205.231**

	Consolidado – Passivo		
	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes sobre a renda			
IR a pagar	506.890	119.926	295.900
CS a pagar	225.615	67.531	141.152
Circulante	732.505	187.457	437.052
Tributos diferidos sobre a renda			
IR diferido	2.449.843	2.964.285	19.260
CS diferido	881.319	1.041.553	6.781
Não circulante	3.331.162	4.005.838	26.041
Adições temporárias por natureza:			
Convergência ao IFRS - RTT	47.234	22.821	15.439
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios BrT(*)	3.269.488	3.967.080	
Depreciação/Baixas CME Lei 8200/1991	14.440	15.937	10.602

(*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos na aquisição da BrT.
Antes da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), os montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo e no passivo circulantes e não circulantes, conforme a expectativa de realização. Com a adoção do CPC 32, o montante total do imposto de renda e contribuição social diferidos passou a ser classificado como ativo e passivo não circulantes, incluindo os tributos diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPCs.
(i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
(ii) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.
Os saldos na controladora referem-se em sua totalidade a IR/CS a restituir. Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2010, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R$ 450.268 (2009 - R$ 387.917 e 01/01/2009 - R$ 291.447).
(iii) Referem-se a compensações futuras de créditos fiscais não utilizados de imposto de renda e contribuição social.
A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos

	Controladora	Consolidado
Até 31 de dezembro de:		
2011		900.348
2012		526.965
2013	16.383	772.983
2014	17.423	824.939
2015	30.788	533.993
2016 a 2018	102.246	975.973
2019 a 2021		623.086
	166.840	**5.158.287**

13. OUTROS TRIBUTOS

	Controladora – Ativo			Consolidado – Ativo		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS a recuperar (i)	6	5	3	1.263.733	1.500.056	857.041
PIS/COFINS	7.640	7.640	7.640	136.033	306.505	66.461
Imposto Retido na Fonte				62.565	50.711	35.965
PAES a Recuperar	10.126	10.126	10.126	10.126	10.126	10.126
Outros	23	22	24	30.820	28.743	20.571
	17.795	**17.793**	**17.793**	**1.503.277**	**1.896.141**	**990.164**
Circulante	17.795	17.793	17.793	1.072.440	1.128.742	654.646
Não circulante				430.837	767.399	335.518

	Controladora – Passivo			Consolidado – Passivo		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
PIS/COFINS	15.233	1.238	12.374	1.210.249	698.988	126.015
ICMS				1.044.716	931.374	358.639
FUST/FUNTTEL/Radio difusão				496.296	388.048	23.852
ICMS Convênio Nº 69/1998				257.160	570.075	260.514
Imposto Retido na Fonte	1.699	2.572	1.678	142.883	14.517	16.355
Outros	1.146	1.150	710	109.462	140.927	10.706
	18.078	**4.960**	**14.762**	**3.260.766**	**2.743.929**	**796.081**
Circulante	18.078	4.960	14.762	1.746.476	1.451.544	535.567
Não circulante				1.514.290	1.292.385	260.514

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a lei Complementar nº 102/2000.

14. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Cíveis	5.788	3.311	2.980	4.983.199	4.291.623	457.570
Tributários	8.254	7.820	4.880	1.720.625	1.608.850	981.123
Trabalhistas	825	256	277	1.346.976	1.090.844	483.105
Bloqueios judiciais	131	60	62	215.640	263.630	287.694
Total	**14.998**	**11.447**	**8.199**	**8.266.440**	**7.254.947**	**2.209.492**
Circulante	131	116	62	1.813.162	1.786.814	368.096
Não circulante	14.867	11.331	8.137	6.453.278	5.468.133	1.841.396

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

15. DEMAIS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos a fornecedores	67		975	622.615	265.469	168.276
Adiantamento à FATL	5.704	6.464	7.225	182.252	207.049	233.422
Valores a receber	1.108	1.287		114.033	95.233	97.529
Publicidade e propaganda e patrocínio	488			142.700	145.416	44.935
Adiantamentos a empregados	90	80	52	73.185	66.591	40.433
Incentivos fiscais	9.286	9.286	9.286	52.501	63.792	63.792
Aluguel de postes				23.417	37.694	9
Tributos, taxas e contribuições				17.884	17.120	18.484
Seguros	21	202		11.220	16.229	1.654
Valores a receber de aval concedido a empresas ligadas – partes relacionadas (Nota 29 (e)	55.100	19.975	2.115			
Outros	5.209	8.881	2.213	36.596	77.605	45.306
Total	**77.073**	**46.175**	**21.866**	**1.276.403**	**992.198**	**713.842**
Circulante	62.650	31.077	6.008	947.581	658.057	355.743
Não circulante	14.423	15.098	15.858	328.822	334.141	358.099

Abreviatura:
FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

16. INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Participações avaliadas a:						
Equivalência patrimonial	12.043.869	10.985.939	7.852.366			
Custo de aquisição (i)	77	77	77	40.555	40.558	32.765
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	7.555	7.555	7.555	13.770	13.770	16.231
Outros investimentos				367	367	324
	12.051.501	**10.993.571**	**7.859.998**	**54.692**	**54.695**	**49.320**

(i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da TMAR na Hispamar Satélites S.A. ("Hispamar") que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da TMAR é de 19,04%, não possuindo influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	**7.859.998**	**49.320**
Realização das perdas acumuladas em títulos disponíveis para venda – Nota 1(a)	612.787	
Equivalência patrimonial (i)	4.250.185	
Transferência de passivo a descoberto	8.592	
Aquisição de participações de acionistas não controladores nas OPAs de 23 de junho Nota 1(a)	(1.358.374)	
Ganho de capital registrado na reorganização societária em 30/09/2009 – Nota 1(a)	573.748	
Aquisição de participações de acionistas não controladores nas OPAs de 16/01/2009 – Nota 1(c)	(76.791)	
Aprovação de dividendos excedentes por controladas	(897.980)	
Participações reflexas sobre programas de remuneração baseadas em ações de controladas	21.406	
Aquisição da Z Investimentos pela IGBR		1.528
Aquisição de outros investimentos avaliados pelo custo		3.847
Saldo em 2009	**10.993.571**	**54.695**
Equivalência patrimonial	1.529.434	
Transferência de passivo a descoberto	978	
Participações reflexas sobre programas de remuneração baseadas em ações de controladas	11.128	
Reorganização societária da Way TV - Nota 1(d)	(83.399)	
Alienação de ações da TMAR	(8.736)	
Juros sobre capital próprio propostos pela TMAR	(157.744)	
Dividendos propostos pela TMAR	(234.453)	
Outras alterações de participações societárias	722	(3)
Saldo em 2010	**12.051.501**	**54.692**

Participações avaliadas a equivalência patrimonial:

						Controladora 2010	
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Capital social integralizado	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Qtde. milhares de ações		Participação - %	
Controladas				Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR (i)	14.690.189	7.455.720	1.900.225	107.063	131.768	81,85	97,35
TNL.Net	6.673	24.001	388	24.001		100	100
TNL Trading	(9.577)	55.587	(979)	55.524		100	100

Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Controladora 2010 Provisão para passivo a descoberto
TMAR (i)	1.556.628	12.037.195	
TNL.Net	388	6.674	
TNL Trading	(979)		(9.577)
TNL PCS Participações	(26.603)		
	1.529.434	**12.043.869**	**(9.577)**

						Controladora 2009	
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Capital social integralizado	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Qtde. milhares de ações		Participação - %	
Controladas				Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR (i)	13.255.837	7.434.429	5.216.638	104.228	91.250	81,92	97,35
TNL.Net	6.285	24.001	356	24.001		100	100
TNL Trading	(8.598)	55.587	(8.593)	55.524		100	100
TNL PCS Participações	110.002	166.016	(19.843)	165.986		100	100

Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Controladora 2009 Provisão para passivo a descoberto
TMAR (i)	4.278.264	10.869.652	
TNL.Net	356	6.285	
TNL Trading	(8.593)		(8.598)
TNL PCS Participações	(19.842)	110.002	
	4.250.185	**10.985.939**	**(8.598)**

					Controladora 01/01/2009	
	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Capital social integralizado	Qtde. milhares de ações		Participação - %	
Controladas			Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
TMAR (i)	9.411.417	7.418.989	104.228	91.250	81,92	97,35
TNL.Net	5.929	24.001	24.001		100	100
TNL Trading	(5)	55.587	55.524		100	100
TNL PCS Participações	129.845	165.986	165.986		100	100

Controladas	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Valor do investimento	Controladora 01/01/2009 Provisão para passivo a descoberto
TMAR (i)	250.191	7.724.224	
TNL.Net		5.929	
TNL Trading			(5)
TNL PCS Participações		129.845	
	250.191	**7.859.998**	**(5)**

(i) A equivalência patrimonial na TMAR é calculada pelo percentual de participação direta obtido após exclusão das ações mantidas em tesouraria, sendo de 81,92% (2009 – 81,99%) na TNL.
Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado do investimento na TMAR é de R$ 12.378.049 (2009 – R$ 13.180.042) e foi calculado com base na cotação de fechamento do último dia do exercício de 2010.

17. IMOBILIZADO

						Controladora			
				2010	2009	01/01/2009	2010	2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Taxa anual de depreciação (média *)	Taxa anual de depreciação (média *)
Prédios	24.165	(16.777)	7.388	8.191	8.828	7,25	7,00
Infraestrutura	836	(665)	171	263	350	9,77	12,00
Outros ativos	25.570	(24.512)	1.058	1.407	1.951	14,00	15,00
	50.571	**(41.954)**	**8.617**	**9.861**	**11.129**		

						Consolidado			
				2010	2009	01/01/2009	2010	2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Taxa anual de depreciação (média *)	Taxa anual de depreciação (média *)
Equipamentos de transmissão	25.859.580	(15.577.865)	10.281.715	11.008.425	4.292.524	10,87	12,5
Infraestrutura	22.156.887	(16.700.280)	5.456.607	5.719.503	4.290.976	8,02	12,00
Obras em andamento	2.665.044		2.665.044	2.915.445	958.762		
Equipamentos de comutação automática	13.239.364	(10.836.075)	2.403.289	2.710.236	1.407.501	11,23	20,00
Prédios	4.061.150	(2.287.365)	1.773.785	2.118.830	972.705	7,30	7,00
Outros ativos	2.597.869	(1.829.244)	768.625	823.834	796.041	12,35	15,00
	70.579.894	**(47.230.829)**	**23.349.065**	**25.296.273**	**12.718.509**		

(*) Leva em consideração a nova vida útil econômica dos bens, conforme descrito abaixo em "Informações

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.134/0001-58

Resumo das movimentações dos saldos de intangível

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	**2.083**	**2.755.240**
Adições		44.511
Aquisição do controle da BrT – Nota 1(a)		16.548.148
Baixas		(449)
Transferências		269.376
Despesas de amortização	(458)	(1.831.796)
Saldo em 31/12/2009	**1.625**	**17.785.030**
Adições		72.244
Baixas		
Transferências		486.325
Despesas de amortização	(368)	(1.743.584)
Saldo em 31/12/2010	**1.257**	**16.600.015**

Ágios ("Goodwill")

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") dos negócios adquiridos baseados em projeções de dez anos elaborados por empresas especializadas.

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de ("impairment"), baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos em 30/09/2010	Ágio ("*goodwill*") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV a cabo	82.184	37.691	119.875	130.830
Meios de pagamento	183.471	72.421	255.893	316.547
	265.655	**110.112**	**375.768**	**447.377**

Licenças regulatórias

Concessão / Autorização	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	131.106
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	867.018
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP Oi	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Outras			278.414
Valor justo das licenças da BrT e BrT Celular (i)			14.388.481
SMP da Amazônia Celular (i)			230.030
Total			**17.925.264**

No grupo de licenças regulatórias a Companhia também reconhece os montantes de R$ 10.637.538, R$ 3.700.943 e R$ 230.030, referentes aos valores justos das licenças STFC da BrT e das autorizações SMP da BrT Celular e da Amazônia Celular (incorporada pela Oi), respectivamente, reconhecidas quando da combinação de negócios comentada no item (i) acima. O prazo final das licenças STFC dar-se-ão em 31 de dezembro de 2025 e das autorizações SMP da BrT Celular e da Amazônia Celular, em 30 de abril de 2023 e em 13 de março de 2016, respectivamente.

Para o exercício de 2010, a Companhia realizou a análise do valor recuperável dos ativos de longo prazo utilizando como base projeções de fluxo de caixa descontados de 15 anos, prazo da concessão, no qual a Companhia estima recuperar os valores contábeis dos ativos de longo prazo (imobilizado e intangíveis), aplicando a taxa média de crescimento de 5,13%, taxa de desconto de 9,22%. Os resultados dos testes não apuraram necessidade de registro de qualquer provisão.

Outras informações

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da TNL e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos itens que compõem o ativo intangível. O resultado desta avaliação não promoveu alteração na vida útil dos itens do ativo intangível.

Na análise dos valores recuperáveis dos bens integrantes do ativo intangível (teste de "impairment"), realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi verificada a necessidade de reconhecimento de provisão no montante de R$ 15.249 para parte dos softwares da Amazônia, correspondente à UGC telefonia móvel.

19. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fornecedores de:						
Materiais de infraestrutura e rede				1.486.289	1.628.298	685.247
Repasses (interconexão e cobilling)				982.544	850.970	601.741
Manutenção de planta				317.543	332.477	97.387
Comissões de vendas				302.963	212.186	130.090
Tecnologia da informação				194.496	145.122	64.899
Estoques de aparelhos e simcards				81.847	115.965	17.771
Serviços				52.914	53.732	24.215
Call center				30.053	27.167	88
Aluguel de postes e direito de passagem				12.706	6.949	5.604
Aluguel de URA e sites				7.276	5.762	2.832
Outros			3.243	570.116	676.157	272.755
			3.243	**4.038.747**	**4.054.785**	**1.902.629**

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (inclui debêntures)

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Financiamentos	288.130	314.387	719.751	22.505.500	21.846.083	17.071.928
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	1.065	97.963	57.026	285.660	1.167.173	648.547
Debêntures públicas	1.500.000			6.770.740	5.842.417	2.190.740
Juros provisionados sobre debêntures	62.603			222.497	278.659	99.962
Empréstimos concedidos a controlada		372.873	398.168			
Juros provisionados sobre empréstimos		95.884	52.007			
Arrendamento mercantil				841	7.991	21.972
Custos de transação	(28.247)	(37.663)	(47.079)	(649.339)	(316.357)	(297.549)
Total	**1.823.551**	**843.444**	**1.179.873**	**29.135.899**	**28.825.966**	**19.735.600**
Circulante	1.592.453	106.692	205.348	7.144.441	7.964.360	3.545.906
Não circulante	231.098	736.752	974.525	21.991.458	20.861.606	16.189.694

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora			Consolidado				
	2010	2009	01/01/ 2009	2010	2009	01/01/ 2009	Vencimento	TIR %
Instituições financeiras	289.195	412.350	776.777	16.424.098	16.365.809	14.570.528		
Moeda nacional				8.133.428	11.591.223	10.627.315	Ago/2010 a Dez/2033	9,06%
Moeda estrangeira	289.195	412.350	776.777	8.290.670	4.774.586	3.943.213	Jan/2010 a Abr/2019	4,42%
Debêntures públicas	1.562.603			6.993.237	6.121.076	2.290.702	Mar/2011 a Jul/2021	14,37%
BNDES				6.367.062	6.647.447	3.149.947		
Moeda nacional				6.357.094	6.597.603	3.118.506	Jan/2011 a Dez/2018	9,98%
Cesta de moedas, incluindo dólar				9.968	49.844	31.441	Jan/2011 a Abr/2011	2,47%
Empréstimos concedidos a controlada - em moeda nacional (*)		468.757	450.175					
Arrendamento mercantil				841	7.991	21.972	Jan/2010 a Fev/2012	14,31%
Subtotal	1.851.798	881.107	1.226.952	29.785.238	29.142.323	20.033.149		
Custos de transação	(28.247)	(37.663)	(47.079)	(649.339)	(316.357)	(297.549)		
Total	**1.823.551**	**843.444**	**1.179.873**	**29.135.899**	**28.825.966**	**19.735.600**		

(*) A remuneração dos empréstimos de mútuo equivale a 115% do CDI.

Custos de transações por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Instituições financeiras						
Moeda nacional				157.087	145.890	130.741
Moeda estrangeira	28.247	37.663	47.079	472.813	135.626	157.313
Debêntures públicas				14.398	31.586	6.349
BNDES						
Moeda nacional				5.034	3.175	2.975
Cesta de moedas, incluindo dólar				7	80	171
Total	**28.247**	**37.663**	**47.079**	**649.339**	**316.357**	**297.549**
Circulante	9.415	9.416	9.416	109.065	97.463	90.688
Não circulante	18.832	28.247	37.663	540.274	218.894	206.861

Composição da dívida por moeda / indexador

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
CDI	1.562.602	468.757	450.175	12.449.641	17.059.322	12.765.215
TJLP				5.980.953	6.317.179	3.083.258
Dólar Norte-Americano	250.692	261.976	351.618	5.826.002	3.759.775	2.435.459
IPCA				2.004.961	34.454	32.449
Euro				1.674.568		
Reais				1.049.045	906.938	177.574
Ienes	38.504	150.374	425.159	790.100	1.014.811	1.507.752
UMBNDES - Cesta de moedas do BNDES				9.968	49.844	31.442
Custo de captação	(28.247)	(37.663)	(47.079)	(649.339)	(316.357)	(297.549)
	1.823.551	**843.444**	**1.179.873**	**29.135.899**	**28.825.966**	**19.735.600**

a) Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamentos em moeda nacional

Em dezembro de 2010, a TMAR celebrou contrato de financiamento junto ao Banco da Amazônia ("BASA") no montante de R$ 220,7 milhões. Foi realizado um saque de R$ 94,8 milhões em dezembro. O vencimento dos encargos financeiros será mensal, de fevereiro de 2011 até janeiro de 2028. O principal será pago em 168 parcelas mensais de fevereiro de 2014 até o vencimento em janeiro de 2028. Os juros pagos são remunerados a 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%.

Em maio de 2010, a Companhia realizou a emissão de R$ 1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas dez notas promissórias, em série única, com valor nominal de R$ 150 milhões cada uma. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,15% a.a., por um prazo de até 90 dias, tendo sido liquidada em 19 de agosto de 2010. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 1.609 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em dezembro de 2009, a TMAR, Oi, BrT e BrT Celular celebraram contratos de financiamento com o BNDES, no montante de R$ 4.403 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias, programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a.; e, (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% a.a.. Foi realizado um desembolso total de R$ 1.500 milhões em dezembro de 2009 relativo a estes contratos de financiamento, e em junho de 2010 foram desembolsados R$ 562 milhões (sendo R$ 220 milhões para a TMAR e R$ 342 milhões para a Oi) e em outubro de 2010 foram desembolsados R$ 531 milhões (sendo R$ 269 milhões para a BrT e R$ 262 milhões para a BrT Celular). O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018.

Em novembro de 2009, a TMAR contratou R$ 2.000 milhões junto à Caixa Econômica Federal. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral, de fevereiro de 2010 até novembro de 2011, e mensal de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. O principal será pago em 36 parcelas mensais de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. Os juros pagos são remunerados a 117,5% do CDI a.a.

Em fevereiro de 2009, a Oi celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste ("BNB") no montante de R$ 370 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e modernização da rede de telefonia móvel e implantação da rede de tecnologia 3G. Os saques, nos valores de R$ 149 milhões, R$ 149 milhões e R$ 71 milhões, ocorreram em maio, agosto e novembro de 2009. O saldo devedor é atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até fevereiro de 2011, passando a ser mensal para o período de março de 2011 até fevereiro de 2019. O principal vencerá mensalmente a partir de março de 2011.

Em agosto de 2008, a TMAR realizou a emissão de R$ 3.600 milhões em notas promissórias com vistas à futura aquisição do controle da BrT Part e da BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2008. Essa emissão foi coordenada pelos bancos: Banco Itaú BBA S.A. (coordenador líder), Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A. Os coordenadores contratados foram: Banco Safra de Investimento S.A., ING Bank N.V., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Alfa de Investimento S.A. e Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. Ao todo, foram emitidas 144 notas promissórias, em série única, com valor nominal de R$ 25 milhões cada uma. A operação foi contratada por um prazo de dois anos com um ano de carência para os juros e dois anos para o principal ao custo de CDI + 1,60% a.a. Esta operação foi liquidada em agosto de 2010.

Em maio de 2008, a TMAR captou R$ 4.300 milhões junto ao Banco do Brasil em decorrência da aquisição de participação acionária na BrT Part e na BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2008. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de maio de 2010 até maio de 2016. O principal vencerá em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a.

Em fevereiro de 2008, a BrT Celular contratou financiamento junto ao BNDES de R$ 259 milhões, com captação efetiva de R$ 259 milhões, destinados à adequação da rede de telefonia celular e ao crescimento do tráfego, com a implementação de novos serviços de melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. A remuneração está atrelada à variação da TJLP, acrescida de 3,52% a.a.

O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até setembro de 2010, passando a ser mensal para o período de outubro de 2010 até setembro de 2017. A amortização foi definida em 84 parcelas mensais, que iniciarão em outubro de 2010, vencendo a última em 15 de setembro de 2017.

Em novembro de 2006, a TMAR celebrou contrato de financiamento com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa da TMAR, programadas para o período entre 2006 e 2008. Este contrato está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, destina-se especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de R$ 1.771 milhões; e (ii) sub-crédito B, destina-se à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB), no valor de R$ 200 milhões. Sobre o principal da dívida incidirão: (i) sub-crédito A, juros de 4,50% a.a. acima da TJLP; e (ii) sub-crédito B, juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal do empréstimo deve ser pago em 60 parcelas mensais, que iniciaram em julho de 2009.

Em novembro de 2006 a BrT contratou financiamento junto ao BNDES, de R$ 2.004 milhões, com captação efetiva de R$ 2.055 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 4,3% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até maio de 2009, passando a ser mensal para o período de junho de 2009 até maio de 2014. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.

Financiamentos em moeda estrangeira

Em dezembro de 2010, a TMAR emitiu "Senior Notes" no valor de EUR 750 milhões (R$ 1.687 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,125% a.a., com vencimento final em dezembro de 2017. Os encargos financeiros tem vencimento anual em dezembro, desde dezembro de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 25.663 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em setembro de 2010, a TMAR emitiu "Senior Notes" no valor de US$ 1.000 milhão (R$ 1.707 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,5% a.a., com vencimento final em outubro de 2020. Os encargos financeiros tem vencimento semestral em abril e outubro, desde abril de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 13.684 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Após a emissão, a TMAR iniciou oferta de troca de "Senior Notes" emitidas em abril de 2009 por "Senior Notes" da emissão de 2010, a serem emitidas adicionalmente, de acordo com a adesão à oferta de troca. Em outubro de 2010, ocorreu o fechamento da oferta de troca, sendo o valor adicional de "Senior Notes" emitidos de USD 787 milhões.

A relação de troca entre as notas considerou preço de mercado das notas de 2009 e prêmio adicional àqueles que aderiram na fase inicial da oferta. Foi ofertado US$ 1 de prêmio sobre a cotação do Bond vigente no momento da oferta de troca.Dessa forma, o valor total de "Senior Notes" emitido em setembro de 2010 é de US$ 1.787 milhões, permanecendo um saldo em "Senior Notes" da emissão de abril de 2009 de US$ 142 milhões.

Em abril de 2010 a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Credit Agricole tendo o ONDD – "Office National Du Ducroire" como "export credit agency", no valor de US$ 220 milhões, em dois "tranches" de US$ 110 milhões. Foram desembolsados US$ 46 milhões (R$ 80 milhões) em julho de 2010, em relação à primeira tranche. O vencimento dos encargos financeiros da primeira "tranche" será semestral entre agosto de 2010 até agosto de 2019 e o principal da primeira "tranche" será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O vencimento dos encargos financeiros da segunda "tranche" será semestral entre agosto de 2011 até agosto de 2020 e o principal da primeira "tranche" será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2012. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de "spread" ou sobretaxa de 1,40% a.a.

Em março de 2010 a TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US$ 30 milhões (R$ 53 milhões) em abril de 2010 e US$ 20 milhões (R$ 38 milhões) em maio de 2010. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de setembro de 2010 até setembro de 2015, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de março de 2011.

Em outubro de 2009, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank, no valor de US$ 500 milhões. Foram desembolsados US$ 57 milhões (R$ 104 milhões) em fevereiro de 2010 e US$ 37 milhões (R$ 69 milhões) em maio de 2010. O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre abril de 2010 e outubro de 2016 e o principal vencerá em 11 prestações a partir de abril de 2010. O custo financeiro é de LIBOR acrescido de "spread" ou sobretaxa de 2,5% a.a.

Em agosto de 2009, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit, no valor de US$ 500 milhões. Foram desembolsados US$ 208 milhões (R$ 378 milhões) em fevereiro de 2010 e US$ 27 milhões (R$ 51 milhões) em maio de 2010. Em fevereiro de 2010, a TMAR realizou o primeiro desembolso, no valor de US$ 208 milhões (R$ 378 milhões). O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre fevereiro de 2010 e agosto de 2019 e o principal vencerá em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de "spread" ou sobretaxa de 1,70% a.a.

Em maio de 2009 a TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US$ 26 milhões (R$ 52 milhões) em junho de 2009 e US$ 24 milhões (R$ 41 milhões) em novembro de 2009. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de novembro de 2009 até novembro de 2014, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de maio de 2010.

Em fevereiro de 2009, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank Corporation no valor de US$ 300 milhões, com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Os desembolsos serão feitos à medida que os investimentos forem ocorrendo durante o ano, foram desembolsados US$ 68 milhões (R$ 153 milhões) em março de 2009, US$ 121 milhões (R$ 236 milhões) em junho de 2009, US$ 38 milhões (R$ 74 milhões) em julho de 2009, US$ 23 milhões (42 milhões) em fevereiro de 2010 e US$ 29 milhões (R$ 54 milhões) em maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 2,50% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de abril de 2009 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016, e o principal vencerá em 11 prestações semestrais a partir de abril de 2011 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016.

Em junho de 2008, a TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit no valor de US$ 300 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos daquele ano . Foram desembolsados US$ 87 milhões (R$ 140 milhões) em agosto de 2008, US$ 105 milhões (R$ 258 milhões) em dezembro de 2008, US$ 63 milhões (R$ 117 milhões) em agosto de 2009 e US$ 45 milhões (R$ 76 milhões) em outubro de 2009. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 1,07% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de dezembro de 2008 até dezembro de 2018, e o principal vencerá em 17 prestações anuais a partir de dezembro de 2010.

(b) Debêntures públicas

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a 2ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R$ 1.500 milhões (valor unitário de R$ 10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. As 150 debêntures têm vencimento em 15 de fevereiro de 2011 e remuneração de CDI + 1,10% a.a., com pagamento de juros e principal no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 1.660 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de R$ 2.250 milhões, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de R$10.000,00. A data de emissão foi 15 de abril de 2010 e a colocação foi efetivada em maio de 2010 no valor total de R$ 2.000 milhões. A primeira série de 175.397 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014 e remuneração de CDI + 1,20% a.a., com pagamentos semestrais de juros e amortização do principal no vencimento final. A segunda série de 24.603 debêntures tem vencimento em 15 de abril de 2014 e remuneração de IPCA + 7,98%, com pagamentos anuais de juros sobre o principal atualizado e amortização do principal total no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 13.426 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da TMAR, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em AGO – Assembléia Geral Ordinária, realizada em 23 de março de 2009, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de até R$ 3.000 milhões. A data de emissão foi 6 de abril de 2009 e a colocação foi efetivada em maio de 2009 no valor total de R$ 2.572 milhões (sendo R$ 965 milhões para a 1ª série e R$ 1.607 milhões para a 2ª série). O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de dois anos, um mês e 24 dias e de 2ª série de três anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 115% a.a. e a 120% a.a. da taxa de juros do CDI, respectivamente. Os juros, de ambas as séries, são amortizados junto com o principal no vencimento final. Em 18 de novembro de 2010 a TMAR exerceu o direito de resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures da 1ª e 2ª séries.

Em AGO, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R$ 10, totalizando R$ 2.160 milhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de "spread" de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 13.075 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 1 de junho de 2006, a BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo o total de R$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um "spread" de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 4.087 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

(c) Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da TMAR, da Oi, da BrT e BrT Celular e aval da controladora e das companhias, no montante de R$ 6.367.062. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis da TMAR e Oi e aval da TNL e TMAR, no montante de R$ 455.945.

Certos empréstimos e financiamentos da BrT e BrT Celular eram garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, aval e fiança da BrT e da BrT Part.

Após a incorporação da BrT Part pela BrT, os avais e fianças prestados pela empresa foram substituídos, mediante aprovação dos credores, por avais e fianças da TNL. A prestação de aval e garantias pela TNL foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

As debêntures de emissão da BrT possuía garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela BrT Part. Pela escritura de emissão, a BrT Part, na qualidade de interveniente garantidora, obrigava-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela controlada, relacionadas às suas debêntures.

Após a incorporação da BrT Part pela BrT, os debenturistas da 5ª emissão aprovaram a substituição da garantidora BrT Part pela TNL, no montante de R$ 1.121.928. A garantia prestada pela TNL foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

(d) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 36 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/ 2009
Até um ano	841	6.982	17.419
Mais de um ano e até cinco anos		1.009	4.553
	841	**7.991**	**21.972**

(e) CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em 10 de agosto de 2010, a TMAR e a BrT (controlada indireta da TMAR) transferiram, através de integralização de capital, a propriedade de 162 imóveis bens reversíveis para sua subsidiária integral Copart 4, e a BrT (controlada indireta da TMAR) transferiu a propriedade de 101 bens reversíveis imóveis para sua subsidiária integral Copart 5, respectivamente, cujo valor residual totaliza R$ 385.507 (valor contábil). A integralização de capital foi efetuada nas Copart 4 e Copart 5 com base em laudo de avaliação de empresa especializada dos ativos a valor contábil. A TMAR e a BrT celebraram contratos de 12 anos de locação dos imóveis transferidos às suas controladas e ao final do contrato a propriedade dos referidos imóveis retorna para a TMAR e BrT.

As Copart 4 e Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - Brazillian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos. Nesses contratos, a Companhia e a BrT se comprometem a efetuar o pagamento dos aluguéis a BSCS. Os CRI's foram adquiridos por diversas instituições financeiras no Brasil.

As Copart 4 e Copart 5 receberam o valor do fluxo dos aluguéis adiantado no montante consolidado de R$ 1.584.518, líquidos dos custos da transação (R$ 33.297), decorrente do recebimento antecipado. Esse montante, foi registradao como dívida da obrigação no referido valor com prazo de vencimento de 12 anos. O custo da operação é de 102% do CDI.

Em conexão com a operação do CRI, em AGE realizada em 20 de outubro de 2010, foi aprovada a emissão privada pela TMAR de 999.295 (novecentos e noventa e nove mil, duzentos e noventa e cinco) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais), totalizando R$ 999.295 mil, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados nas necessidades de capital de giro da Companhia, incluindo pagamento de dívidas de curto prazo. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada Copart 4, no valor de R$ 999.295 mil ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

Adicionalmente em AGE realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela Companhia, de 47 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$ 10 milhões, totalizando R$ 470 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da Companhia. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada Copart 5, no valor de R$ 470 milhões, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente, nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

Os ativos e passivos das Copart 4 e Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras das controladoras (TMAR e BrT), devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem nas controladoras.

A dívida de longo prazo, líquida dos custos de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2012	9.416	3.593.171
2013	221.682	4.259.886
2014		4.353.661
2015		1.481.362
2016 em diante		8.303.378
	231.098	**21.991.458**

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

	Controladora	Consolidado
2011	9.415	109.065
2012	9.416	96.452
2013	9.416	86.690
2014		73.688
2015		65.672
2016 em diante		217.772
	28.247	**649.339**

(f) *"Covenants"*

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, da TMAR, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

No fechamento das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 todos os índices foram cumpridos, à ex

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R$ 13.964 (2009 – R$ 4.853) na TNL e R$ 84.709 (2009 – R$ 11.048) no consolidado como "Despesas financeiras", no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (vide Nota 8).
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Controladora	Consolidado
2011	16.528	68.471
2012	9.719	143.327
2013	9.719	90.373
2014	9.719	52.549
2015 a 2017	29.158	157.645
2018 a 2020	29.158	157.645
2021 a 2023	29.158	157.645
2024 e exercícios seguintes	1.292	118.647
	134.451	**946.302**

24. PROVISÕES

(a) Composição do saldo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributárias (vide item (d) (1))						
(i) ICMS				621.889	818.111	377.092
(ii) FUNTTEL				108.046	86.820	62.860
(iii) ISS				74.939	71.378	54.715
(iv) ILL	424	424	424	55.447	50.606	45.860
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)				16.055	13.546	30.101
(vi) FISTEL						123.541
(vii) Demais ações	4	4	4	35.294	31.184	172.429
	428	**428**	**428**	**911.670**	**1.071.645**	**866.598**
Trabalhistas (vide item (d) (2))						
(i) Horas extras			229	612.714	385.389	210.430
(ii) Diferenças salariais				293.365	284.793	156.796
(iii) Adicionais diversos				206.440	202.065	67.063
(iv) Indenizações				172.097	190.211	110.702
(v) Verbas rescisórias				110.648	97.268	41.263
(vi) Complemento de aposentadoria				94.002	84.538	38.938
(vii) Subsidiariedade				88.729	141.537	63.797
(viii) Estabilidade / Reintegração				79.920	75.666	
(ix) FGTS				39.089	49.010	17.645
(x) Multas trabalhistas				26.183	72.051	98.664
(xi) Honorários advocatícios/periciais				11.828	50.551	49.542
(xii) Vínculo empregatício				6.516	20.993	16.417
(xiii) Demais ações			13	83.015	130.261	62.681
			242	**1.824.546**	**1.784.333**	**933.938**
Cíveis (vide item (d) (3))						
(i) Societário				2.415.967	2.443.810	
(ii) Estimativas ANATEL				485.427	356.319	351.542
(iii) Multas ANATEL				340.853	356.371	81.052
(iv) Juizados Especiais Cíveis				181.980	164.406	77.157
(v) Demais ações	29	24	11	632.931	761.758	285.437
	29	**24**	**11**	**4.057.158**	**4.082.664**	**795.188**
	457	**452**	**681**	**6.793.374**	**6.938.642**	**2.595.724**
Circulante		88		1.692.623	1.515.963	339.854
Não circulante	457	364	681	5.100.751	5.422.679	2.255.870

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

				2010
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	911.670	1.824.546	4.057.158	6.793.374
Passivos contingentes	15.304.601	2.546.580	1.371.801	19.222.982

				2009
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	1.071.645	1.784.333	4.082.664	6.938.642
Passivos contingentes	12.926.550	1.564.168	3.629.402	18.120.120

				01/01/2009
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	866.598	933.938	795.188	2.595.724
Passivos contingentes	8.547.876	394.877	2.705.027	11.647.780

c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

				Controladora
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2009	**428**	**242**	**11**	**681**
Adições, líquidas de reversões	81	(69)	13	25
Baixas por pagamento/encerramento	(56)	(130)	(6)	(192)
Atualização monetária (Nota 8)	(25)	(43)	6	(62)
Saldo em 2009	**428**		**24**	**452**
Adições, líquidas de reversões			3.762	3.762
Baixas por pagamento/encerramento			(3.761)	(3.761)
Atualização monetária (Nota 8)			4	4
Saldo em 2010	**428**		**29**	**457**

				Consolidado
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2009	**866.598**	**933.938**	**795.188**	**2.595.724**
Aquisição do controle da BrT (Nota 1 a)	660.730	761.040	3.107.235	4.529.005
Adições, líquidas de reversões	(116.284)	180.196	578.103	642.015
Baixas por pagamento/encerramento	(455.795)	(329.985)	(525.267)	(1.311.047)
Atualização monetária (Nota 8)	116.396	239.144	127.405	482.945
Saldo em 2009	**1.071.645**	**1.784.333**	**4.082.664**	**6.938.642**
Adições, líquidas de reversões (i)	(26.308)	216.330	666.507	856.529
Baixas por pagamento/encerramento	(246.230)	(361.248)	(811.960)	(1.419.438)
Atualização monetária (Nota 8)	112.563	185.131	119.947	417.641
Saldo em 2010	**911.670**	**1.824.546**	**4.057.158**	**6.793.374**

(i) O total das adições líquidas de reversões, no valor de R$ 856.529 (2009 – R$ 642.015) é composto pelas despesas com provisões para perdas em processos judiciais no valor de R$ 843.539 (2009 – R$ 622.327) (vide Nota 7) e pelo valor provisionado referente ao questionamento relativo ao FUNTTEL, registrado em contas de resultado deste tributo, no valor total de R$ 12.990 (2009 - R$ 19.688).

(d) Contingências provisionadas (consolidado)

(1) Tributárias:

(i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
A variação no saldo das contingências fiscais estaduais (débitos de ICMS), no comparativo entre 2010 e 2009, ocorreu em decorrência de: i) decisão administrativa irrecorrível favorável, no estado do Mato Grosso, em processo administrativo sobre crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e ii) pagamento, em anistia, de débitos de ICMS sobre serviços faturados e outras matérias no estado do Rio Grande do Sul, que resultou na reversão de R$ 303.700 da provisão constituída para os débitos respectivos.
(ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).
(iii) ISS – A TMAR e a BrT mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
(iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.
(v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
(vi) FISTEL – Taxa de Fiscalização das Telecomunicações – A Amazônia (incorporada pela Oi) impetrou mandado de segurança questionando a responsabilidade pelo pagamento das taxas de fiscalização sobre as estações móveis que não são de sua titularidade, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores referentes a TFF - Taxa de Fiscalização do Funcionamento e a TFI - Taxa de Fiscalização da Instalação. Em maio de 2009 ocorreu a homologação da desistência da ação e, conseqüentemente os valores depositados foram convertidos em renda da União, razão pela qual foi revertida a provisão respectiva.
(vii) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R$ 10.462 (2009 – R$ 10.462 e 01/01/2009 – R$ 10.462), e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 1.562 (2009 - R$ 3.193 e 01/01/2009 – R$ 9.447).

(2) Trabalhistas:

(i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
(ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
(iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.
(v) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.
(vi) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes as diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
(vii) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
(viii) Estabilidade/reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
(ix) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
(x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.
(xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.
(xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
(xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

(3) Cíveis:

(i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.
A BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais). Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela Brasil Telecom S.A., em benefício de acionistas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.
Com base nas informações atuais, a Companhia julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2010, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.
(ii) Estimativas ANATEL – Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.
(iii) Multas ANATEL – Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.
(iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
(v) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

(e) Contingências não provisionadas

A TNL e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.
Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias

ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R$ 4.645.477(2009 – R$ 4.121.978 e 01/01/2009 – R$ 2.313.719). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.
Tributos municipais – Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R$ 3.047.052 (2009 - R$ 1.992.252 e 01/01/2009 R$ 1.369.427), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.
INSS - Processos no montante aproximado de R$ 1.442.202 (2009 – R$ 1.358.985 e 01/01/2009 – R$ 945.271) relacionados, principalmente, à responsabilidade solidária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R$ 393.332 (2009 – R$ 358.924 e 01/01/2009 – R$ 325.035).
Tributos federais - As autuações de tributos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R$ 3.980.752 (2009 – R$ 3.452.795 e 01/01/2009 – R$ 2.106.546). A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.
Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:
(i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R$ 2.229.872 (2009 – R$ 2.033.758 e 01/01/2009 – R$ 1.842.683), substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela Companhia em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei n° 9.532/1997, que, em seu art. 7°, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da Companhia resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida. Há, portanto, previsão expressa na legislação federal vigente quanto à possibilidade de aproveitamento do ágio pago na aquisição de investimentos. Trata-se de operação usual no mercado e que obedeceu, inclusive, às prescrições da Instrução CVM n° 319/1999. A Companhia conta com pareceres jurídicos de quatro renomados escritórios de advocacia tributária, confirmando a licitude dos procedimentos adotados na operação em questão.
A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R$ 579.075 (2009 – R$ 528.418 e 01/01/2009 – R$ 478.526) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R$ 1.650.797.
(ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006, a TMAR foi autuada pela SRF no montante de R$ 919.544 (2009 – R$ 838.520 e 01/01/2009 – R$ 759.877), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS; em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF´s) por parte da fiscalização. A TMAR levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis às chances de perda nessa autuação.
Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R$ 522.767 (2009 – R$ 476.704 e 01/01/2009 – R$ 431.995) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à TMAR. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da TMAR, permanecendo possível a parcela restante de R$ 396.777.
(iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à TMAR multa no valor histórico de R$ 230.816 (2009 – R$ 214.790 e 01/01/2009 – R$ 194.645) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a controladora TNL.
A empresa obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R$ 89.272 (2009 - R$ 81.406 e 01/01/2009 – R$ 73.771) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R$ 141.544. Os assessores jurídicos da TMAR consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Trabalhistas:

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade solidária, dentre outros, no valor aproximado de R$ 2.546.580 (2009 – R$ 1.564.168 e 01/01/2009 – R$ 394.877).

Cíveis:

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R$ 1.371.801 (2009 – R$ 3.629.402 e 01/01/2009 – R$ 2.705.027).
Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.
Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 45 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a Companhia não possui provisão, já que seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que os processos relacionados aos referidos contratos encontram-se em fase de conhecimento não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da "CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", a Companhia não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada em suas demonstrações financeiras.
Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra TNL, TMAR, Oi a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da Oi para a TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e o mercado financeiro. A TNL e TMAR apresentaram suas defesas e aguardam a decisão judicial de primeira instância. A venda do controle acionário da Oi para a TMAR também é objeto de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação e de outras duas ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, cujos pedidos foram julgados improcedentes em outubro de 2010 pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.
Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

(f) Contingências ativas

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.
PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da TMAR e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R$20.271. (2009 – R$ 19.015 e 01/01/2009 – R$ 18.843).

(g) Garantias

A TNL e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, corresponde a R$ 128.319 (2009 - R$ 36.946) na controladora e R$ 6.555.789 (2009 - R$ 6.421.660) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

25 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos de clientes				323.789	295.411	2.130
Receitas a apropriar (i)				660.326	633.806	475.829
Provisão de desmobilização de ativos				201.796	116.385	85.248
Valores a Pagar – Grupamento de Ações	68.635	68.804	68.937	220.086	220.240	184.838
Valores consorciáveis	718	27.979	506	163.497	60.822	18.141
Outros	10.903	10.114	1.370	118.225	140.354	119.592
Total	**80.256**	**106.897**	**70.813**	**1.687.719**	**1.467.018**	**885.778**
Circulante	3.381	30.352	2.849	1.108.445	1.053.813	719.121
Não circulante	76.875	76.545	67.964	579.274	413.205	166.657

(i) Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

26 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 5.448.731 (2009 – e 01/01/2009 – R$ 5.448.731), composto pelas seguintes ações sem valor nominal.

	Quantidade (em milhares de ações)		
	2010	2009	01/01/2009
Capital total em ações			
Ações ordinárias	130.612	130.612	130.612
Ações preferenciais	261.223	261.223	261.223
Total	**391.835**	**391.835**	**391.835**
Ações em tesouraria			
Ações ordinárias	(3.021)	(3.036)	(3.071)
Ações preferenciais	(6.167)	(6.276)	(6.475)
Total	**(9.188)**	**(9.312)**	**(9.546)**
Ações em circulação			
Ações ordinárias	127.591	127.576	127.541
Ações preferenciais	255.056	254.947	254.748
Total em circulação	**382.647**	**382.523**	**382.289**
Valor patrimonial por ação em circulação (R$)	29,22	29,50	24,15

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações mantidas em tesouraria.
A Companhia esta autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 700 milhões de ações, ordinárias ou preferenciais, não havendo obrigatoriedade de guardar proporção entre elas, observado o limite legal de 2/3 para emissão de ações preferenciais sem direito a voto.
Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre outorga do plano de opção de compras de ações e excluir o direito de preferência para emissão de ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações.
As ações preferenciais sem direito a voto têm prioridade no reembolso de capital sem prêmio e na distribuição de dividendos, sendo a elas assegurado o pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, de 6% em proporção à participação no capital social, ou 3% do valor patrimonial da ação, prevalecendo o que for maior entre os dois critérios.

(b) Ações em tesouraria

O último programa de recompras de ações na TNL foi encerrado em 2005.
No decorrer do ano de 2010, em função do exercício do Programa de Opção de Compra de Ações, foram transferidas ações em tesouraria para os beneficiários do programa. A baixa do saldo de ações em tesouraria foi realizada, no montante de R$ 432 (2009 - R$ 977), em ações ordinárias e, no montante de R$ 4.749 (2009 - R$ 8.746), em ações preferenciais.
O saldo de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2010 era de 9.188 mil ações (2009 - 9.312 mil ações), sendo 3.021 mil (2009 -3.036 mil) ações ordinárias e 6.167 mil (2009 - 6.276 mil) ações preferenciais.
A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações ordinárias	Valor (1)	Ações preferenciais	Valor (1)
Saldo em 31/12/2009	**3.036**	**85.816**	**6.276**	**273.004**
Ações alienadas	(15)	(432)	(109)	(4.749)
Saldo em 31/12/2010	**3.021**	**85.384**	**6.167**	**268.255**

(1) Equivale ao custo das ações alienadas

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R$ por ação)	2010	2009
Médio ponderado	43,50	43,50
Mínimo	34,89	34,89
Máximo	45,28	45,28

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2010		2009		01/01/2009	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade de ações em tesouraria	6.166,5	3.020,8	6.275,7	3.036,2	6.475,6	3.071,7
Cotação por ação na BOVESPA (R$)	24,29	32,30	37,10	44,7	32,21	38,70
Valor de Mercado	149.785	97.572	232.828	135.718	208.579	118.875

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	2010	2009	01/01/2009
Saldo contábil das Reservas de investimentos	6.358.817	6.553.922	4.296.029
Ações em Tesouraria	(353.640)	(358.820)	(368.543)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	**6.005.177**	**6.195.102**	**3.927.486**

(c) Reservas de capital

Reserva de ágio na alienação de ações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, houve novos exercícios do Programa de Opções de ações, resultando no registro de R$ 280 na respectiva reserva devido ao ganho reconhecido na transferência das ações ordinárias aos beneficiários do programa. Foram transferidas 15 mil ações ordinárias pelo valor médio de R$ 28,26 e o custo foi baixado na conta de ações em tesouraria, no montante de R$ 432.
Reserva de doações e subvenções para investimentos
O saldo refere-se basicamente a aplicações em incentivos fiscais - FINOR.

Reserva de opções de ações

Corresponde ao valor justo das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais da Companhia outorgadas aos beneficiários do Plano de Opção de Compras de Ações, apropriados em proporção linear ao decorrer do prazo de prestação de serviços dos beneficiários ("vesting period").
No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reconhecido o montante de R$ 11.838 nesta reserva. As informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, as premissas utilizadas para determinar o valor justo das opções e os valores registrados no resultado da Companhia neste período, encontram-se detalhados na Nota 27 (c).

(d) Reservas de lucros

De acordo com o art. 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo das reservas de lucros supera o valor do capital social da Companhia, de forma que, a próxima Assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5%

patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.
O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.
O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iv) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela Oi em março de 2009) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O novo plano, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.
O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação. A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.
Os planos PBS-Telemar e TelemarPrev foram implementados em setembro de 2000 ainda sob a administração da SISTEL. Conforme facultado pelo art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da SISTEL protocolou em outubro de 2004 o pedido de transferência da administração dos planos PBS-Telemar e TelemarPrev para a FATL. A FATL foi constituída pela TMAR, e foi autorizada pela PREVIC em 12 de janeiro de 2005, a iniciar suas atividades. Em 28 de fevereiro de 2005, foi concluído o processo de transferência da administração dos planos de benefícios PBS-Telemar e TelemarPrev da SISTEL para a FATL.

Planos

(i) PBS-Telemar

Plano de benefício definido, encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev, em setembro de 2000, tendo migrado cerca de 96% dos antigos participantes para o TelemarPrev.
A contribuição dos participantes ativos do plano PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) percentual de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (ii) 1% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA e ao PAMA/PCE, este último no caso de participantes migrados. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev

Plano de contribuição definida, passou a ser patrocinado pela BrT em 2010.
Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.
A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.
Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.
O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28 de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela PREVIC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício saldado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.
Em 18 de setembro de 2008 foi publicada no DOU, a Portaria PREVIC/MPS nº 2.521/2008, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31 de dezembro de 2001. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.
Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005.
As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma "jóia" dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.
Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do plano de benefícios TCSPREV para a FATL.

(iv) PAMEC-BrT – Plano assistencial administrado pela BrT

Plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.
As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da BrT.

(v) BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Companhia e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes.
As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

(vi) Fundador/Alternativo

Plano de benefício definido, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechado ao ingresso de novos participantes, originado da incorporação do plano Fundador-BrT pelo plano Alternativo-BrT, conforme a Portaria PREVIC nº 2.627/2008, constituindo-se em um plano único, sem alteração de regras para os participantes e assistidos, passando a denominar-se plano Fundador/Alternativo.
A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma "jóia", dependendo da idade que ingressou no plano.

Insuficiência atuarial dos planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela BrTPREV, teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em 20 anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/PREVIC/GAB/COA, de 25 de janeiro de 2002, da PREVIC. Desse prazo máximo determinado restam 11 anos para a quitação total.
Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios da Fundação BrTPREV para a FATL.
O plano Fundador/Alternativo está com suas contribuições suspensas judicialmente.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido
Conciliação dos ativos e passivos:

	Controladora					
	PBS-Telemar			TelemarPrev		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	4.879	4.430	4.112	49.500	45.362	39.266
Obrigações atuariais com benefícios a conceder				19.481	16.933	317.627
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**4.879**	**4.430**	**4.112**	**68.981**	**62.295**	**56.893**
Valor justo dos ativos do plano	(6.399)	(5.968)	(5.732)	(89.095)	(83.615)	(73.781)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(1.520)**	**(1.538)**	**(1.620)**	**(20.114)**	**(21.320)**	**(16.888)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.520	1.538	1.620	20.114	21.320	16.888
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido						

	Consolidado - 2010			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.890.956	200.094	1.698.979	353.990
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	414.028	7.780	45.345	66.693
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**2.304.984**	**207.874**	**1.744.324**	**420.683**
Valor justo dos ativos do plano	(2.931.733)	(272.648)	(1.104.844)	(1.242.078)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(626.749)**	**(64.774)**	**639.480**	**(821.395)**
Ganhos atuariais não reconhecidos			10.825	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	626.749	64.774		717.414
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)			**650.305**	**(92.619)**

	Consolidado - 2009			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.547.053	188.168	1.520.800	313.600
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	459.783		74.332	80.773
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**2.006.836**	**188.168**	**1.595.132**	**394.373**
Valor justo dos ativos do plano	(2.674.550)	(253.488)	(937.590)	(1.112.181)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(667.714)**	**(65.320)**	**657.542**	**(717.808)**
Ganhos atuariais não reconhecidos			19.464	12.484
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	667.714	65.320		569.047
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)			**677.006**	**(136.277)**

	Consolidado - 01/01/2009	
	TelemarPrev	PBS-Telemar
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.309.566	171.879
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	516.560	
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**1.826.126**	**171.879**
Valor justo dos ativos do plano	(2.342.647)	(239.577)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(516.521)**	**(67.698)**
Ganhos atuariais não reconhecidos		
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	516.521	67.698
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)		

(i) A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia, no valor de R$ 92.619 (2009 - R$ 136.277), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

Movimentação do passivo/(ativo) atuarial líquido:

	Controladora			
	PBS-Telemar		TelemarPrev	
	2010	2009	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	4.430	4.112	62.295	56.893
Custo dos juros	481	469	6.888	6.504
Custo do serviço corrente			315	403
Benefícios pagos líquidos	(459)	(449)	(3.746)	(4.381)
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	427	298	3.229	2.876
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	4.879	4.430	68.981	62.295
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	5.968	5.732	83.615	73.781
Rendimentos dos ativos do plano	890	685	9.226	14.215
Pagamento de benefícios	(459)	(449)	(3.746)	(4.381)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	6.399	5.968	89.095	83.615
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(1.520)**	**(1.538)**	**(20.114)**	**(21.320)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.520	1.538	20.114	21.320
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido				

	Consolidado - 2010			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.006.758	188.168	1.595.132	394.373
Custo dos juros	221.357	20.580	173.808	42.047
Custo do serviço corrente	10.041	138	4.486	1.973
Benefícios pagos líquidos	(143.688)	(15.781)	(135.297)	(26.849)
Contribuições de participantes vertidas no ano		64	23	
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	210.516	14.705	106.172	9.139
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.304.984	207.874	1.744.324	420.683
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.674.406	253.488	937.590	1.112.181
Rendimentos dos ativos do plano	401.015	26.948	203.989	156.727
Contribuições normais recebidas pelo plano		134	23	19
Patrocinadora		69		19
Participantes		65	23	
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano		7.859		
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora			98.539	
Pagamento de benefícios	(143.688)	(15.781)	(135.297)	(26.849)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.931.733	272.648	1.104.844	1.242.078
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(626.749)**	**(64.774)**	**639.480**	**821.395**
Ganhos atuariais não reconhecidos			10.825	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	626.749	64.774		717.414
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido				
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido			**650.305**	**(92.619)**

	Consolidado - 2009			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.826.126	171.879	1.609.079	412.193
Custo dos juros	208.604	19.765	166.307	43.024
Custo do serviço corrente	13.754	108	4.020	2.428
Benefícios pagos líquidos	(133.336)	(15.486)	(127.637)	(26.039)
Contribuições de participantes vertidas no ano	3	94	86	
Obrigações - (G)/P	91.607			
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial		11.808	(56.723)	(37.233)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.006.758	188.168	1.595.132	394.373
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	2.342.647	239.577	855.792	822.778
Rendimentos dos ativos do plano	465.092	27.309	68.428	314.759
Contribuições normais recebidas pelo plano	3	186	1.149	1.066
Patrocinadora		92	1.063	683
Participantes	3	94	86	383
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano		1.902		
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora			139.858	
Pagamento de benefícios	(133.336)	(15.486)	(127.637)	(26.422)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	2.674.406	253.488	937.590	1.112.181
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(667.648)**	**(65.320)**	**657.542**	**(717.808)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	667.648	65.320		569.047
Ganhos atuariais não reconhecidos			19.464	12.484
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido			**677.006**	**(136.277)**

Despesa reconhecida na demonstração de resultados:

	Consolidado			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
Custo do serviço corrente	4.486	4.020	1.973	2.428
Contribuições dos participantes	(23)	(86)		(383)
Custo dos juros	173.808	166.307		
Rendimento dos ativos do plano	(203.989)	(68.428)		
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	106.172	(56.723)		
Total da despesa reconhecida	**80.454**	**45.090**	**1.973**	**2.045**

A companhia apresentou no exercício de 2010 uma redução do superávit do plano TCSPREV, proveniente de redução na base de participantes do plano e mudanças de algumas premissas, reconhecendo desta forma R$ 43.658 mil, em outras receitas operacionais. Em 2009 foram reconhecidas receitas no montante de R$ 55.024, sendo R$ 40.479 registrados em outras receitas operacionais e R$ 14.545, registrados como receitas financeiras.

Principais premissas atuariais utilizadas:

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPREV, PBS-Telemar, BrTPREV, Alternativo e Fundador e TCSPREV foram as seguintes:

	2010			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	Por Patrocinadora	7,63%	7,95%	7,94%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	10,95%	10,95%	10,95% (Fundador e Alterantivo) e (BrTPREV)	10,95%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado			
Taxa de rotatividade	Saldado	Nula	15% a.a	15% a.a

	2009			
	TelemarPrev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	11,40%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,63%	7,63%	7,63%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	10,96%	10,95%	11,61% (Fundador e Alterantivo) e 11,68% (BrTPREV)	12,09%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício		1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício
Taxa de rotatividade	Saldado	Nula	Saldado	Saldado

Informações adicionais – 2010

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.

b) Os dados cadastrais utilizados são de 30 de setembro de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (SISTEL e PAMEC)

Conciliação dos ativos e passivos:

	Controladora PBS-A	
	2010	2009	01/01/2009
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	8.989	9.116	8.404
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**8.989**	**9.116**	**8.404**
Valor justo dos ativos do plano	(15.013)	(14.220)	(13.856)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(6.024)**	**(5.104)**	**(5.452)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	6.024	5.104	5.452
(=) Passivo atuarial líquido reconhecido			

	Consolidado - 2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.400.770	3.569	20.447	172
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**3.400.770**	**3.569**	**20.447**	**172**
Valor justo dos ativos do plano	(5.679.562)		(40.053)	(1.357)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	**(2.278.792)**	**3.569**	**(19.606)**	**(1.185)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.278.792		19.606	1.157
Ganhos/perdas atuariais não reconhecidas		(568)		28
(=) Passivo atuarial reconhecido		**3.001**		

	Consolidado - 2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.950.336	3.054	16.603	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.328	220
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**2.950.336**	**3.054**	**18.931**	**220**
Valor justo dos ativos do plano	(4.602.138)		(29.733)	(1.230)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	**(1.651.802)**	**3.054**	**(10.802)**	**(1.010)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)				
Ganhos/perdas atuariais não reconhecidas	1.651.802	(347)	10.802	1.010
(=) Passivo atuarial reconhecido		**2.707**		

	Consolidado -01/01/2009		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.279.093	12.397	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		4.238	190
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**2.279.093**	**16.635**	**190**
Valor justo dos ativos do plano	(3.779.550)	(34.558)	(902)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	**(1.500.457)**	**(17.923)**	**(712)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	1.500.457	17.923	712
(=) Passivo atuarial reconhecido			

(i) No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora. Tal plano é composto na sua totalidade por participantes assistidos, inexistindo, portanto, contribuições futuras que pudessem ser compensadas com o superávit existente.

Movimentação do passivo/(ativo) atuarial líquido:

	Controladora PBS-A	
	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	9.116	8.404
Custo dos juros	1.346	969
Custo do serviço corrente		
Benefícios pagos líquidos	(806)	(881)
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(667)	624
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	8.989	9.116
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	14.220	13.856
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	1.599	1.245
Contribuições da patrocinadora		
Pagamento de benefícios	(806)	(881)
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora		
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	15.013	14.220
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(6.024)**	**(5.104)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	6.024	5.104
Ganhos atuariais não reconhecidos		
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido		
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido		

	Consolidado - 2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CEL PREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.950.336	3.054	18.931	220
Custo dos juros	436.235	340	2.082	24
Custo do serviço corrente			73	17
Benefícios pagos líquidos	(304.951)	(88)	(1.426)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			34	8
Transferência das obrigações da AMC				
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	319.150	263	753	(97)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.400.770	3.569	20.447	172
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.602.138		29.733	1.230
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	1.382.375		11.694	100
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano		88	52	27
Patrocinadora		88	18	19
Participantes			34	8
Pagamento de benefícios	(304.951)	(88)	(1.426)	
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora				
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.679.562		40.053	1.357
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(2.278.792)**	**3.569**	**(19.606)**	**(1.185)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.278.792		19.606	1.157
Ganhos atuariais não reconhecidos		(568)		28
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido				
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido		**3.001**		

	Consolidado - 2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CEL PREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.946.795	2.504	16.635	190
Custo dos juros	332.123	264	1.904	22
Custo do serviço corrente			49	15
Benefícios pagos líquidos	(267.835)	(61)	(1.229)	8
Contribuições de participantes vertidas no ano				
Transferência das obrigações da AMC	1.786			
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(62.533)	347	1.572	(15)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.950.336	3.054	18.931	220
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.785.233		34.558	902
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	81.954		(3.623)	300
Contribuições Normais Recebidas pelo Plano		62	70	28
Patrocinadora		62	27	20
Participantes			43	8
Pagamento de benefícios	(267.835)	(62)	(1.272)	
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora	2.786			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.602.138		29.733	1.230
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(1.651.802)**	**3.054**	**(10.802)**	**(1.010)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.651.802		10.802	1.010
Ganhos atuariais não reconhecidos		(347)		
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido		**2.707**		

Despesas reconhecidas na demonstração de resultados:

PAMEC	Consolidado	
	2010	2009
Custo do serviço corrente		
Contribuições dos participantes		
Custo dos juros	340	264
Rendimento dos ativos do plano		
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos	263	347
Total da despesa reconhecida	**603**	**611**

Principais premissas atuariais utilizadas

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos, PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,70%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	N/A	10,41%	10,78%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Zimmermann	AT-2000	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	N/A	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	N/A	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	55 anos
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade para o beneficio saldado

	2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	11,40%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	7,64%	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,61%	N/A	N/A
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	N/A	10,41% AT-2000 segregada por sexo	10,78% AT-2000 segregada por sexo
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	Zimmermann	Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	N/A	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	N/A	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade para o beneficio saldado

N/A = Não Aplicável

Informações adicionais – 2010

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de

TELE NORTE LESTE PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.134/0001-58

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções *"Black&Scholes"* com as seguintes premissas:

	12/04/2007 (TNPL3)				18/09/2008 (TNPL4)			
	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote
Ativo-lastro	67,03	67,03	67,03	67,03	27,51	27,51	27,51	27,51
Preço de exercício	50,98	50,98	50,98	50,98	27,31	27,31	27,31	27,31
Volatilidade esperada	54,10%	46,33%	44,36%	46,70%	0,00%	46,84%	41,08%	41,08%
Taxa de juros livre de riscos	2,43%	1,34%	0,97%	0,78%	0,00%	1,26%	0,85%	0,72%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4		1	2	3
Rendimento de dividendos	11,54%	11,34%	11,19%	11,10%	0,00%	13,84%	14,79%	15,07%
Valor justo na data de outorga	24,22	28,93	33,07	37,43	0,20	4,77	7,99	10,75
	15/03/2010 (TNLP3)				15/03/2010 (TNLP4)			
	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote
Ativo-lastro	39,79	39,79	39,79	39,79	33,45	33,45	33,45	33,45
Preço de exercício	32,56	32,56	32,56	32,56	27,32	27,32	27,32	27,32
Volatilidade esperada	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%
Taxa de juros livre de riscos	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	4
Rendimento de dividendos	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%
Valor justo na data de outorga	8,19	18,43	23,80	28,16	6,93	15,74	20,17	23,79

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações TNLP3 e TNLP4, no montante de R$ 14.173 (2009 – R$ 29.031). O saldo da conta de Reserva de opções de ações no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 112.442 (2009 – R$ 100.604).

Presumindo-se a não pactuação de outros contratos de remuneração baseada em ações, a Companhia deverá registrar, até o final do período de aquisição de direitos ("*vesting period*") dos atuais contratos , despesas no montante de R$ 21.480.

(ii) Planos de outorga de opções de ações assumidos na aquisição do controle da BrT

Plano aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuam válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, não podendo ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

Na data do encerramento exercício findo em 31 de dezembro de 2010, havia opções exercíveis em circulação conforme descrito no programa abaixo:

Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações preferenciais até 31 de dezembro de 2010.

			Em Reais	
			Preço da concessão	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	2010	2009
Saldo no início do exercício	31.643	18,87	20,83	18,87
Opções canceladas	(9.676)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	21.967			

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

	Opções em vigor			Opções exercíveis	
Faixa de preço de exercício na data da concessão	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R$ 10,00 - 19,99	21.967	12	20,83	21.967	20,83

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga						
Concessão		Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (Em milhares de ações)
		33%	22/12/2005	31/12/2011	20,83	7.322
3ª	22/12/04	33%	22/12/2006	31/12/2011	20,83	7.322
		34%	22/12/2007	31/12/2011	20,83	7.323

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "*Black&Scholes*" com as seguintes premissas:

	21/12/2004
Ativo-lastro	13,64
Preço de exercício	17,30
Volatilidade esperada	38,2%
Taxa de juros livre de riscos	8,4%
Vida esperada (em anos)	2
Rendimento de dividendos	3,10%
Valor justo na data de outorga	2,76

Em razão dos contratos de remunerações baseadas em ações preverem a liquidação das opções apenas mediante a transferência de titularidade de ações ("*equity-settled*"), as apropriações do valor justo das opções de ações da TNL e BrT são efetuadas linearmente dentro do prazo de vencimento das opções. As parcelas correspondentes aos beneficiários da TNL, TMAR, Oi e BrT, são contabilizadas, nestas Companhias, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, em conformidade com os requerimentos da Deliberação CVM nº 562/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 (Remunerações Baseadas em Ações).

Plano aprovado em 6 de novembro de 2007

Este plano autorizava a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como UP, a qual englobava ações preferenciais da Companhia e ações ordinárias e preferenciais da BrT Part. O valor correspondente ao número de UP's concedidas não poderia exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da Companhia.

Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao referido plano continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009, as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas. O Programa 1, totalizando 2.817.324 UP's foi liquidado ao valor total de R$ 17.855. O Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2008, contendo 701.601 UP's foi liquidado ao valor total de R$ 4.446.

Foram exercidas 646.585 UP's do Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2007, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Companhia, ao preço de exercício total de R$ 3.572 e valor de custo de R$ 2.487; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da Controladora ao preço de exercício total de R$ 13.733 e valor de mercado de R$ 17.108, acrescidas da importância R$ 130.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia Móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Os demais segmentos operacionais incluem serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos e *Call Center*.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia Fixa/Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Itens não alocados aos segmentos	Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2009	2010	2009
Receitas	**22.655.000**	**23.922.510**	**10.000.802**	**8.796.515**	**1.046.072**	**935.215**	**(4.222.492)**	**(3.657.408)**		**29.479.382**	**29.996.832**
Custos dos serviços prestados	(14.810.879)	(15.818.571)	(5.453.723)	(5.615.782)	(492.195)	(520.416)	4.118.127	3.496.916		(16.638.670)	(18.457.853)
Interconexão	(6.145.820)	(6.014.516)	(2.209.650)	(2.059.833)		(7)	3.284.997	2.809.285		(5.070.473)	(5.265.071)
Depreciação e amortização	(4.397.436)	(4.695.900)	(1.385.700)	(1.657.047)	(13.148)	31.419				(5.796.284)	(6.321.528)
Serviço de manutenção de rede	(1.811.657)	(2.336.931)	(274.815)	(202.769)	(2.136)	(486)	72.622	63.159		(2.015.986)	(2.477.027)
Aluguéis e seguros	(1.278.897)	(1.334.285)	(637.051)	(525.801)	(67.416)	(152.951)	713.752	676.504		(1.269.612)	(1.336.533)
Custos de aparelhos e acessórios	(506)		(179.403)	(383.408)	(15.225)	(14.354)	45.924	18		(149.210)	(397.744)
Outros custos e despesas	(1.176.563)	(1.436.939)	(767.104)	(786.924)	(394.270)	(384.037)	832	(52.050)		(2.337.105)	(2.659.950)
Lucro bruto	**7.844.121**	**8.103.939**	**4.547.079**	**3.180.733**	**553.877**	**414.799**	**(104.365)**	**(160.492)**		**12.840.712**	**11.538.979**
Receitas (Despesas) operacionais											
Comercialização de serviços	**(2.945.369)**	**(3.215.470)**	**(1.981.472)**	**(2.209.629)**	**(394.921)**	**(348.380)**	**435.431**	**471.500**		**(4.886.331)**	**(5.301.979)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(629.763)	(956.468)	(288.500)	(294.475)	(60.603)	(53.780)	(234)	25.631		(979.100)	(1.279.092)
Comissão de vendas	(349.216)	(353.655)	(876.067)	(814.312)	(49.735)	(32.615)	22.328	24.682		(1.252.690)	(1.175.900)
Call Center	(749.691)	(631.907)	(276.157)	(329.223)	(88.143)	(71.758)	341.834	339.633		(772.157)	(693.255)
Postagem e cobrança	(498.100)	(497.769)	(106.572)	(95.468)	(17.016)	(20.139)	4.230	12.032		(617.458)	(601.344)
Publicidade e propaganda	(237.845)	(230.233)	(280.354)	(395.202)	(51.663)	(45.938)	33.122	31.561		(536.740)	(639.812)
Outros serviços de terceiros	(146.966)	(180.758)	(48.361)	(119.150)	(24.835)	(45.152)	15.506	15.848		(204.656)	(329.212)
Outros custos e despesas	(333.788)	(364.680)	(105.461)	(161.799)	(102.926)	(78.998)	18.645	22.113		(523.530)	(583.364)
Gerais e administrativas	**(2.010.889)**	**(2.256.889)**	**(603.978)**	**(624.245)**	**(209.125)**	**(220.035)**	**34.208**	**33.819**		**(2.789.784)**	**(3.067.350)**
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	**(714.980)**	**(448.404)**	**37.385**	**17.064**	**(35.975)**	**(154.761)**	**(353.704)**	**(331.437)**	**5.555.708**	**(1.067.274)**	**4.638.170**
Ganho na aquisição do controle da BrT									6.683.751		6.683.751
Perdas com ativos financeiros disponíveis para venda									(1.128.043)		(1.128.043)
Outras receitas operacionais	1.123.589	1.234.912	335.906	344.016	66.861	27.434	(194.359)	(187.164)		1.331.997	1.419.198
Outras despesas operacionais	(1.838.569)	(1.683.316)	(298.521)	(326.952)	(102.836)	(182.195)	(159.345)	(144.273)		(2.399.271)	(2.336.736)
Resultado financeiro	**(2.558.728)**	**(2.709.992)**	**263.158**	**210.233**	**(124.496)**	**125.836**	**(11.570)**	**(13.390)**		**(2.431.636)**	**(2.387.313)**
Receitas financeiras	1.616.501	1.212.540	730.830	530.888	214.630	477.531	(632.491)	(619.934)		1.929.470	1.601.025
Despesas financeiras	(4.175.229)	(3.922.532)	(467.672)	(320.655)	(339.126)	(351.695)	620.921	606.544		(4.361.106)	(3.988.338)
Resultado antes dos tributos	**(385.845)**	**(526.816)**	**2.262.172**	**574.156**	**(210.640)**	**(182.541)**			**5.555.708**	**1.665.687**	**5.420.507**
Provisão para IR/CSLL	**858.408**	**17.555**	**(580.119)**	**(294.994)**	**(194.480)**	**(50.654)**				**83.809**	**(328.093)**
Resultado líquido	**472.563**	**(509.261)**	**1.682.053**	**279.162**	**(405.120)**	**(233.195)**			**5.555.708**	**1.749.496**	**5.092.414**
Resultado atribuído ao controlador	150.781	(327.340)	1.682.053	279.162	(405.120)	(233.195)			4.555.125	1.427.714	4.273.752
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	321.782	(181.921)							1.000.583	321.782	818.662
Informações adicionais											
Serviços prestados	21.381.236	22.831.203	7.074.684	6.209.974	777.840	587.370				29.233.760	29.628.547
Vendas			245.622	368.285						245.622	368.285
Receita de clientes externos	21.381.236	22.831.203	7.320.306	6.578.259	777.840	587.370				29.479.382	29.996.832
Receita entre segmentos	1.273.764	1.091.307	2.680.496	2.218.256	268.232	347.845					
Receita Total	**22.655.000**	**23.922.510**	**10.000.802**	**8.796.515**	**1.046.072**	**935.215**					
Ativos	55.079.259	56.820.782	23.479.498	20.254.138	4.376.965	3.394.746	(7.798.338)	(6.467.404)		75.137.384	74.002.262
Passivos	52.025.619	52.113.641	6.250.424	5.666.540	4.686.121	2.583.930	(7.798.338)	(6.467.404)		55.163.826	53.896.707
Depreciações e amortizações	4.689.770	5.172.718	1.456.293	1.735.129	53.133	125.087				6.199.196	7.032.934
Acréscimos de Capex	2.025.067	2.621.231	914.493	2.373.180	150.671	131.298				3.090.231	5.125.709

(i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, segue abaixo as principais referentes a estes segmentos:

Outros segmentos	Internet		TV		Meios de pagamento	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita de clientes externos	471.657	472.765	185.287	86.524	24.527	27.620
Receita de juros	18.852	14.433	1.257	742	3.993	20.766
Despesa de juros	2.517	45.060	6.706	5.480	16.210	26.949
Depreciação e amortização	19.760	21.707	11.764	13.093	15.739	16.157
Prejuízo líquido		29.538	82.723	52.400	70.457	96.412
Lucro líquido	73.803					
Ativos	639.819	763.646	311.492	157.678	274.898	349.363
Passivos	166.434	378.845	294.295	164.891	238.862	488.838

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes	
	2010	2009	2010	2009
No país sede da entidade	29.416.111	29.868.669	47.109.980	49.705.533
Em países estrangeiros	63.371	58.513	138.918	114.525
Total	**29.479.382**	**29.927.182**	**47.248.898**	**49.820.058**

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo						
Contas a receber						
TMAR	4.884	4.884				
Empréstimos com controladas						
TMAR		143.860	90.716			
Way TV		58.980	21.151			
TNL Trading	154	90	43			
Oi	113.686					
TNL PCS Participações		92				
	113.840	**203.022**	**111.910**			
Debêntures						
TMAR		502.677	1.512.888			
Dividendos e juros sobre capital próprio						
TMAR	392.197		250.191			
Demais ativos						
Aval						
TMAR	50.437	19.975	2.115			
Oi	4.663					
	55.100	19.975	2.115			
	561.137	**725.674**	**1.877.104**			
Passivo						
Empréstimos e financiamentos						
Oi	468.757	450.175				
Juros sobre capital próprio						
Telemar Participações		186.287	87.388			267.022
	468.757	**636.462**	**87.388**			**267.022**
				2010	**2009**	**2009**
Receita						
Receitas financeiras						
TMAR				60.065	194.787	
Oi				6.785		
TNL Trading				15	8	
TNL PCS Participações					8	
BrT				5.246	1.314	
Way TV				4.506	3.627	
				76.617	**199.744**	
				2010	**2009**	
Custos e despesas						
Despesas financeiras						
Oi				(2.493)	(53.754)	
				(2.493)	**(53.754)**	

(a) Linhas de crédito cedidas pela controladora

As linhas de crédito concedidas pela TNL para as suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2009 – 115% do CDI). Vide Nota 20.

(b) Debênture privada de emissão da controlada TMAR

Em AGE, realizada em 9 de dezembro de 2008, foi aprovada a emissão privada, pela TMAR, de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$ 100, totalizando R$ 3.500.000 (três bilhões e quinhentos milhões), valor que, de acordo com a demanda, pode ser acrescido em até 20%. Em 11 de dezembro de 2008 a Companhia efetuou subscrição no valor principal de R$ 1.500.000. Entretanto, a controlada Oi adquiriu integralmente os títulos subscritos pela Companhia, sendo R$ 1.000.000 em fevereiro de 2009, R$ 100.000 em julho de 2009 e R$ 400.000 em janeiro de 2010. O prazo final de vencimento das debêntures é 11 de dezembro de 2013, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por CDI + 4,0% a.a.

(c) Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, o acionista controlador do BNDESPAR, que em 31 de dezembro de 2010 detinha 16,89% do capital votante da Telemar Participações S.A., acionista controlador da Companhia, empresa holding do Grupo.

O saldo devido pelas sociedades, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 era de R$ 6.367.062 (2009 – R$ 6.647.447) no consolidado e registraram despesas financeiras de R$ 374.318 (2009 –R$ 287.504) no consolidado.

As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES se encontram descritas na Nota 20.

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Benefícios de curto prazo	2.647	2.785	56.307	63.053
Benefício de rescisão de contrato de trabalho				1.364
Remuneração com base em ações (i)	965	1.735	9.650	17.352
	3.612	**4.520**	**65.957**	**81.769**

(i) Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao plano da controlada BrT continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009 (Nota 1(a)), as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas, vide Nota 27.

(e) Garantias

A Companhia é avalista das controladas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular em financiamentos obtidos junto ao BNDES e demais empréstimos, bem como, presta garantia fidejussória por meio de fiança das debêntures públicas da 5ª emissão da BrT. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R$ 48.983 (2009 – R$ 71.218).

Além das garantias em empréstimos bancários, a Companhia concedeu garantias em processos judiciais da TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A" de emissão da própria TMAR. Pela concessão da garantia, a Companhia recebe da TMAR o montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R$ 6.656 (2009 – R$ 6.656).

30. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado	
Modalidade de seguro	**2010**	**2009**
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio – estoques	100.000	60.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	166.620	174.120
Garantia de concessão – TMAR	25.560	25.389
Garantia de concessão - BrT	7.480	98.291
Roubo - estoques	20.000	30.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31 de dezembro de 2010 (ptax) - US$ 1,6662

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, em 29 de setembro de 2010, a Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A e Acordo de Investimentos Cielo S.A., os quais descrevemos abaixo:

(i) A TMAR, BrT, TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), 14 Brasil Telecom Celular S.A., Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora"), Way TV Belo Horizonte S.A. (em conjunto, "Oi") e o Banco do Brasil S.A. celebram Acordo de Parceria Comercial com o objetivo de estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito *"co-branded"* e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia *"Mobile Payment"* para a base de clientes atual e futura da Oi.

(ii) TNL PCS, Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. ("Paggo Acquirer", sociedade controlada pela TNL PCS), Cielo e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar", sociedade controlada pela Cielo) celebraram Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções"). A Paggo Acquirer e a CieloPar deterão, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

A Paggo Soluções (a) será dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de "*Mobile Payment"* originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e (b) promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de adquirência de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

As operações acima serão apresentadas às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE, SDE - Secretaria de Direito Econômico e SEAE - Secretaria de Acompanhamento econômico) nos termos e prazos previstos na legislação em vigor. As Companhias esperam que essas operações sejam implementadas no prazo aproximado de seis meses a contar da data de assinatura.

(b) PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização

Em 3 de setembro de 2010, a ANATEL publicou uma Consulta Pública com propostas de alterações ao PGMU, encerrada em 22 de setembro de 2010, que visa alterar as exigências requeridas para expansão de "Backhaul" e de telefonia pública do PGMU. A proposta prevê a utilização de projeções baseadas no crescimento de demanda desses serviços.

A aprovação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) está programada para o dia 2 de maio de 2011 e atualmente a Anatel, o Ministério das Comunicações e as Concessionárias de Telefonia Fixa estão negociando as propostas de alterações, seus custos e as respectivas fontes de financiamento. A Administração está avaliando os efeitos dessas alterações e não pode assegurar que, se adotadas, essas medidas não necessitarão de investimentos relevantes e adicionais.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aliança industrial entre Portugal Telecom e Grupo Oi

Em 25 de janeiro de 2011, a Portugal Telecom, Portugal Telecom SGPS S.A. - SGPS e sua controlada Bratel Brasil S.A. – Bratel celebraram com as Companhias e com os acionistas diretos e indiretos das Companhias componentes do bloco de controle da Telemar Participações S.A. – TmarPart., AG Telecom Participações – AG, LF Tel S.A. – LF TEL, Fundação Atlântico de Seguridade Social – FATL, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e Fundação dos Economiários Federais – Funcef, os instrumentos contratuais necessários à implementação da aliança industrial entre a Portugal Telecom, SGPS e a TmarPart e suas controladas.

A Aliança Industrial terá por fim o desenvolvimento de um projeto de telecomunicações de projeção global que permita a cooperação em diversas áreas buscando, dentre outros, partilhar das melhores práticas, alcançar benefícios de escala, potenciar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, desenvolver tecnologias, ampliar a presença internacional das Partes, notadamente na América Latina e África, diversificar os serviços, maximizar sinergias e reduzir custos buscando sempre a oferta de melhores serviços e atendimento aos clientes de ambos os grupos e a criação de valor para os seus acionistas.

Nos termos dos instrumentos contratuais celebrados, a Portugal Telecom adquiriu ações de emissão da TmarPart, representativas de 12,07% de seu capital social:

(i) por compra e venda de ações e direitos de subscrição acordada com BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef; e

(ii) por subscrição, em aumento de capital a ser subscrito também por AG, LF TEL e FATL, no valor total de aproximadamente R$ 761 milhões, mediante a emissão de aproximadamente 187 milhões de novas ações ordinárias a serem emitidas pela TmarPart.

Após a concretização das operações de compra e venda e subscrição, o capital social da TmarPart ficou assim dividido entre seus acionistas:

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações Preferenciais	Participação no capital total
AG e Luxemburgo	565.880.372		19,35%
LF TEL	565.880.372		19,35%
BNDESPAR	381.551.841	1.000.000	13,08%
Portugal Telecom	352.856.590		12,07%
FATL	336.439.733		11,50%
Previ	283.380.453		9,69%
Petros	218.777.747		7,48%
Funcef	218.777.747		7,48%
Outros	12		0,00%
Total	**2.923.544.867**	**1.000.000**	**100,00%**

Em decorrência da aquisição pela Portugal Telecom de participação no capital social da TmarPart, foram celebrados aditamentos aos Acordos de Acionistas da TmarPart, com o objetivo de incluir a Portugal Telecom como parte, de forma a garantir todos os direitos até então detidos pelo BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef.

Foram celebrados Contratos de Compra e Venda de Ações e Contratos de Subscrição e Integralização de Ações de Pasa Participações S.A. – AG PASA e de LF, entre a Portugal Telecom, a Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. – AG LTDA e a La Fonte Telecom S.A. – La Fonte, conforme o caso, por meio dos quais a Portugal Telecom adquiriu ações de emissão das referidas companhias, por subscrição e compra e venda, e passou a deter uma participação de 35% do capital social votante da AG PASA e da LF.

Em decorrência da aquisição de participação pela Portugal Telecom na AG PASA e na LF, foram celebrados Acordo de Acionistas da AG PASA, entre a Portugal Telecom e a AG LTDA, e Acordo de Acionistas da LF, entre a Portugal Telecom e a La Fonte, que regularão a relação das partes na qualidade de acionistas de AG PASA e de LF e, indiretamente, da TmarPart.

Com o objetivo de assegurar o fortalecimento da TMAR, face às oportunidades existentes no setor de Telecom no Brasil, assim como propiciar a redução de sua dívida líquida, a sua expansão internacional, bem como seu desenvolvimento operacional, foram deliberados aumentos de capital na TNL e na TMAR, aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 17 de fevereiro de 2011, conforme divulgado através de Aviso aos Acionistas em 21 de fevereiro de 2011.

A Portugal Telecom firmou com a TmarPart e a TNL compromisso de compra e venda de ações preferenciais e/ou ordinárias de emissão da TNL e/ou da TMAR, por meio do qual adquiriu ações com o objetivo de alcançar a participação direta e indireta de pelo menos 22,38%.

Em 25 de março de 2011 a TNL divulgou, através de Aviso aos Acionistas, que, uma vez encerrado o prazo de exercício do direito de preferência e de pedido firme de subscrição de sobras, foram subscritas 56.417.086 novas ações ordinárias e 28.409.175 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 38,55 por cada ação ordinária e R$ 28,27 por cada ação preferencial, totalizando R$ 2.978.006.

Em 25 de março de 2011 a TMAR divulgou, através de Aviso aos Acionistas, que, uma vez encerrado o prazo de exercício do direito de preferência e de pedido firme de subscrição de sobras, foram subscritas 46.969.121 novas ações ordinárias e 58.696.856 novas ações preferenciais classe A, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 63,71 por ação ordinária e de R$ 50,71 por ação preferencial classe A, totalizando até R$ 5.968.920.

Em 28 de março de 2011, os Conselhos de Administração, da TNL e da TMAR, homologaram os aumentos de capital supracitados. Devido à homologação parcial do aumento de capital, o capital social da TNL passa a ser de R$ 7.254.682, dividido em 187.028.818 ações ordinárias e 289.632.638 ações preferenciais. Encerrada a apuração e subscrição das sobras, a Telemar Participações S.A., em conjunto com a sua controlada Valverde Participações S.A., subscreveu um valor total de R$ 2.961.181, correspondente a 56.061.772 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais.

Já o capital social da TMAR, devido à homologação parcial do aumento de capital, passa a ser de R$ 11.631.326, dividido em 154.032.214 ações ordinárias, 189.400.783 ações preferenciais classe "A" e 1.063.967 ações preferenciais classe "B".

Do aumento de capital da TNL, a TmarPart, em conjunto com a sua controlada Valverde Participações S.A., subscreveu um valor total de R$ 2.961.181, correspondente a 56.061.772 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais.

Com o encerramento da subscrição de ações relativas ao aumento de capital da TNL, a Bratel Brasil S.A., controlada da Portugal Telecom SGPS, S.A. adquiriu 20.752.270 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais de emissão da TNL, pelo preço unitário equivalente ao preço de emissão fixado para o aumento de capital da TNL, no valor total de R$ 1.600.000.

No que se refere ao aumento de capital da TMAR, encerrada a apuração e subscrição das sobras, a TNL subscreveu um valor total de R$ 4.624.840, correspondente a 46.743.149 ações ordinárias e 32.475.534 ações preferenciais classe "A". Além disso, a Luxemburgo Participações S.A. subscreveu um valor total de R$ 570.000, correspondente a 11.240.386 ações preferenciais classe "A", tendo a LF Tel S.A. também subscrito R$ 570.000, correspondente a 11.240.386 ações preferenciais classe "A".

Com o encerramento da subscrição, a Bratel Br

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 33.000.118/0001-79

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Com a aquisição do controle da Brasil Telecom, em janeiro de 2009, a Oi iniciou um ciclo que a transformou na principal provedora de serviços de telecomunicações do país, com presença nacional e, de fato, a única realmente integrada e *quadruple-play*. Como parte deste processo, ao longo de 2009 a Administração focou na integração entre as operações da Oi e da BrT e em 2010, com a consolidação da integração, foi possível capturar as sinergias operacionais e administrativas, fortalecendo ainda mais a companhia para que continue crescendo e aproveitando as oportunidades que o mercado brasileiro oferece.

Em 2010, do ponto de vista operacional, cabe destacar a expansão de 8,8% da base de clientes de telefonia móvel, que veio acompanhado do crescimento de 4,1% do ARPU (2010: R$22,6) e da melhoria do mix, com o aumento da participação dos serviços de telefonia móvel de pós-pago e de Oi Controle na base total de clientes em 1,0 p.p.

Em síntese, no ano de 2010 a Oi continuou seu movimento estratégico se consolidando como a principal operadora de telecomunicações do Brasil ao mesmo tempo em que melhorou sua rentabilidade e reduziu seu grau de endividamento.

No ano de 2011, a estratégia é dar continuidade a este ciclo, explorando as oportunidades de crescimento com foco nos serviços de banda larga fixa em todo território nacional, na telefonia móvel, principalmente nas Regiões II e III, e em TV por assinatura, importante instrumento de proteção do negócio de telefonia fixa.

Uma importante contribuição para o sucesso dessa estratégia será a entrada da Portugal Telecom na estrutura societária da Oi. Em janeiro de 2011, anunciamos a assinatura dos instrumentos contratuais necessários à implementação desta parceria estratégica, que certamente trará benefícios financeiros e operacionais para a Oi. Além disso, o aumento de capital, homologado em 28 de março de 2011, permitirá à companhia atingir maior robustez financeira para fazer frente aos novos desafios que se apresentam no mercado brasileiro de telecomunicações.

Tudo isso posto, 2011 trará à Oi novos e importantes desafios e estamos confiantes que teremos sucesso mais uma vez na estratégia traçada para o ano.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

A Telemar Norte Leste e suas controladas encerraram 2010 com 63.956 mil Unidades Geradoras de Receitas (UGRs), registrando expansão de 2.106 mil UGRs, ou 3,4% frente a 2009, decorrente principalmente da contínua expansão da base de clientes de telefonia móvel, além do crescimento da demanda por serviços de acesso à internet em banda larga fixa.

Telefonia Móvel

A base de telefonia móvel cresceu 8,8% no ano de 2010, com adições líquidas de 3.190 mil novos clientes, encerrando o ano com 39.302 mil acessos. Cabe destacar que as adições líquidas do 4T10 representaram 60% das adições líquidas de todo o ano. Este movimento é decorrente da maior agressividade nas ofertas ao final do ano, refletido principalmente na expansão de clientes do plano pré-pago nas Regiões II e III e do plano Oi Controle na Região I.

A base de clientes Oi Controle encerrou o ano de 2010 com 2.131 mil usuários, apresentando um aumento de 45,8% no ano. Neste produto, o cliente autoriza o débito mensal na sua franquia do cartão de crédito, possibilitando uma recorrência de receita similar a dos planos pós-pagos. Ao longo deste ano, a companhia realizou diversas campanhas buscando o aumento das vendas deste produto.

A base de clientes pós-pagos, incluindo o Oi Controle, encerrou o ano com expansão de 15,7% em relação ao 4T09, alcançando um total de 6.697 mil usuários ao final de 2010, o que representava 17,0% da base total de telefonia móvel ao final do ano (16% no 4T09). No ano de 2010, esse crescimento foi impulsionado pelo Oi Controle.

No segmento pré-pago, o número de usuários totalizou 32.605 mil ao final do ano de 2010, representando 83% da base móvel total, um aumento de 7,5% em relação ao mesmo período no ano anterior.

Ao final de 2010, o produto convergente "Oi Conta Total" possuía 1.439 mil clientes, praticamente estável em relação ao ano anterior. Cabe ressaltar que esse produto foi disponibilizado na Região II apenas no final do 3T10.

Banda Larga (Fixa e móvel)

Os acessos à internet banda larga fixa (Oi Velox) somaram, ao final de 2010, 4.354 mil clientes, apresentando acréscimo de 3,4% no comparativo anual (143 mil clientes). No 4T10, esta base representa 21,5% das linhas fixas em serviço (19,5% no 4T09).

Em 2010, o número de usuários do serviço de dados móvel - 3G atingiu 624 mil clientes, incluindo 425 mil clientes de mini modem e 199 mil pacotes de dados no celular, crescimento de 33,0% no ano.

A base de clientes de banda larga, incluindo os acessos fixos e móveis, cresceu 6,4% frente a 2009 totalizando 4.978 mil usuários.

Telefonia Fixa

A base de linhas fixas em serviço registrou decréscimo de 6,0% no ano, alcançando 20.025 mil linhas fixas em serviço. Através da oferta de produtos, tais como "Planos alternativos", TV por assinatura e "Oi Conta total", a companhia vem tentando amenizar a tendência histórica de queda de base de clientes de linhas fixas.

Vídeo – Oi-TV

A companhia encerrou o ano de 2010 disponibilizando serviços de TV por assinatura por meio da tecnologia DTH a 14 estados do país (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Sergipe) e o Distrito Federal.

Ao final de 2010, a base de assinantes de TV totalizou 275 mil clientes, com adições líquidas de 41 mil clientes no ano. Para 2011, com a finalidade de fidelizar a base de clientes de telefonia fixa, a companhia buscará aprimorar continuamente a abrangência de suas ofertas, concentrando seus esforços em elevar a penetração da Oi TV.

3 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Segundo instrução da CVM, a Companhia está apresentando as Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com as normas internacionais (adoção do IFRS – *International Financial Reports Standards*) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

TMAR Consolidada	2009	2010	Δ Ano
Receita Líquida (R$ Milhões)	29.927	29.432	-1,7%
EBITDA (R$ Milhões)	9.794	10.313	5,3%
Margem EBITDA (%)	32,7%	35,0%	2,3 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido (R$ Milhões)	5.093	1.878	-63,1%

A receita bruta consolidada foi de R$ 45.853 milhões em 2010, praticamente estável em relação ao ano anterior. A expansão dos serviços móveis, dos serviços de comunicação de dados e TV paga, que juntos já representam 45% da receita bruta, compensou a queda da receita de telefonia fixa.

A receita líquida consolidada totalizou R$29.432 milhões em 2010, com ligeira queda de 1,7% no ano.

As receitas vinculadas ao tráfego de voz na telefonia fixa, como ligações locais, fixo-móvel, longa distância e telefonia pública continuam com tendência de queda. Nos serviços de telefonia fixa, os destaques positivos foram os aumentos na receita de dados, principalmente em função do "Oi Velox", e na receita de "uso de rede".

A telefonia móvel foi outra fonte de crescimento, cuja receita cresceu 10,7% no ano. Os principais destaques de 2010 foram:

- Receitas de "assinaturas" (+13,2%) em função principalmente da expansão de 7% da base média de usuários pós-pagos.
- Receitas de "uso de rede" (+10,8%) justificada pela expansão da base de clientes, principalmente na região III. Cabe ressaltar que esta receita também é beneficiada pelo bônus oferecido por outras operadoras de telefonia móvel para ligações on-net e para telefones fixos. Essas ofertas geram um excesso de crédito para o usuário e com isso o mesmo tem a possibilidade de realizar mais ligações *off-net*.

-Receita de "Dados/valor adicionado" aumentou 41% no ano, alcançando uma representatividade de 14,1% do total das receitas com serviços móveis em 2010 (11,5% em 2009). Este comportamento é reflexo da expansão da base de assinantes de 3G e aumento no volume de mensagens de texto "SMS".

A receita de telefonia móvel representou 24,4% da receita bruta consolidada (21,7% em 2009).

Os custos e despesas operacionais (ex-depreciação e amortização) somaram R$ 19.118 milhões em 2010, representando uma queda de 5,2% em relação aos custos de 2009, desconsiderando todos os eventos não recorrentes de 2009. Esta queda é reflexo, principalmente, dos ganhos de sinergia com a integração da BrT, que tiveram impacto em praticamente todas as linhas de custos e despesas.

Cabe ressaltar que no ano de 2009, a linha de Outras Despesas (Receitas) Operacionais reflete o efeito não recorrente oriundo da contabilização da combinação de negócios relativa à aquisição da BrT.

Além disso, ao longo de 2009 outros custos também foram impactados por efeitos não recorrentes referentes à: (a) despesas relativas à integração com a BrT; (b) realocação geográfica das posições de atendimento do Call Center; (c) despesas com o PAES; (d) outras despesas relativas à recuperação incerta.

A companhia calcula o EBITDA como sendo o lucro ou prejuízo líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, participações minoritárias e equivalência patrimonial.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S. GAAP, não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. EBITDA não tem um significado padrão e o cálculo de EBITDA da companhia pode não ser comparável ao EBITDA de outras sociedades.

Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS ou o U.S. GAAP, a Administração da companhia entende que o EBITDA é um importante indicador para analisar o desempenho econômico operacional e a liquidez da companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Adicionalmente, o EBITDA também é utilizado por determinados investidores e analistas financeiros como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.

	Trimestral			Acumulado do ano	
R$ Milhões	4T09	3T10	4T10	2009	2010
EBITDA					
Lucro (Prejuízo) Líquido	(614)	574	360	5.093	1.878
Resultado Financeiro, Líquido	783	489	728	2.445	2.360
Imposto de Renda e Contribuição Social	94	199	(387)	316	(113)
Depreciação e Amortização	1.893	1.542	1.559	7.014	6.188
Total	2.156	2.805	2.260	14.867	10.313

Em 2010, o EBITDA consolidado somou R$ 10.313 milhões. A margem EBITDA registrou 35,0%, representando uma expansão de 2.3 p.p em relação à margem EBITDA recorrente de 2009. Esta melhora no EBITDA deve-se basicamente à redução dos custos, devido às sinergias capturadas com a integração das operações da Brasil Telecom com as da Oi.

No EBITDA de 2009, para efeito de comparabilidade, foram expurgados os efeitos não recorrentes citados acima.

O lucro líquido, após os impostos, contribuições sociais e participação de minoritários atingiu R$1.878 milhões em 2010.

4 ENDIVIDAMENTO

A companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (conversíveis e não conversíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S.GAAP, no entanto a administração da companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

A dívida líquida consolidada registrou queda de R$4.804 milhões em 2010, encerrando o ano em R$ 17.624 milhões.

R$ Milhões	dez/09	dez/10	% Dívida Bruta
Curto Prazo	8.354	6.063	21,5%
Longo Prazo	21.701	22.135	78,5%
Dívida Total	**30.055**	**28.198**	**100%**
Em moeda nacional	24.784	19.859	70,4%
Em moeda estrangeira	4.314	7.567	26,8%
Swap	958	772	2,7%
(–) Caixa	**(7.627)**	**(10.574)**	**-37,5%**
(=) Dívida Líquida	22.428	17.624	62,5%

5 MERCADO DE CAPITAIS E ESTRUTURA ACIONÁRIA

Nossas ações

Em 2010, as ações preferenciais (TMAR5) e ordinárias (TMAR3) da Telemar Norte Leste S.A. negociadas na BM&FBovespa tiveram queda de 21,9% e 19,8%, respectivamente.

As ações da TMAR5 e TMAR3 tiveram uma média diária de negociação ao longo de 2010 de R$ 7,2 milhões e R$ 200 mil, respectivamente.

Capital Social

No ano de 2010, o capital subscrito, de R$7.452.236.404,27, era representado por 238,6 milhões de ações, conforme a seguir:

Ações TMAR	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Com Controlador	Em circulação
Ordinárias	107.063.093	1	104.227.873	2.835.219
Preferenciais (A)	130.703.927	223.500	104.329.417	26.151.010
Preferenciais (B)	1.063.967		6	1.063.961
Total	**238.830.987**	**223.501**	**208.557.296**	**30.050.190**

6 DIVIDENDOS

Em dezembro/10, a Diretoria da TMAR aprovou a declaração de JSCP – Juros sobre Capital Próprio, relativo ao exercício de 2010, e imputados aos dividendos obrigatórios de 2010, no valor bruto de R$192.560.000,00, conforme autorizado em Reunião do conselho de Administração realizada em 29/10/2010, equivalentes aos valores por ação a seguir:

Data da aprovação pela diretoria	Data do Ex-JCP	Classe de ação	Valor Bruto por ação (R$)	Valor Líquido de IRRF por ação (R$)	Valor Bruto Total (R$)
14/12/2010	22/12/2010	ON	0,765172936970	0,650396996424	81.921.780,55
14/12/2010	22/12/2010	PNA	0,841690230666	0,715436696067	109.824.100,70
14/12/2010	22/12/2010	PNB	0,765172936970	0,650396996424	814.118,75

A data de pagamento do JSCP será estabelecida pelos órgãos competentes da TMAR e será informada ao Mercado.

7 OI E PORTUGAL TELECOM: PARCERIA E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO

Em 25 de janeiro de 2011, os acionistas controladores da Oi e a Portugal Telecom (PT) assinaram instrumentos contratuais e acordos de acionistas entre as partes, formalizando parceria e investimentos estratégicos por parte da PT e da Oi.

Esta parceria permitirá à Oi fortalecer suas operações e capacidade competitiva, aumentar investimentos no Brasil, com foco em banda larga e telefonia móvel, tendo como meta incrementar valor econômico da empresa.

A formalização da operação dá continuidade ao memorando de entendimento entre as empresas anunciado em 28 de julho de 2010. A entrada da Portugal Telecom no capital da Oi ocorreu por meio da aquisição direta e indireta de ações da companhia e da compra de participações em suas empresas controladas. A operação envolveu compras de participações nos diversos níveis da estrutura societária da Oi e foi estabelecida da seguinte forma:

1. A Portugal Telecom adquiriu participação acionária de 35% nas holdings controladoras da AG Telecom e da LF Tel, que são controladoras da Telemar Participações (TelemarPart).
2. A Portugal Telecom também alcançou participação de 12,1% na Telemar Participações, comprando ações de outros acionistas e participando do aumento de capital da TelemarPart previsto na operação.
3. A operação contou ainda com aumentos de capital na Tele Norte Leste Participações e na Telemar Norte Leste (TMAR) de até R$ 12 bilhões, com a emissão de ações ordinárias e preferenciais.

Aumentos de capital

No dia 21/02/2011, a Companhia divulgou Aviso aos Acionistas sobre o início dos Aumentos de Capital da TNL e da TMAR. Os acionistas que eram titulares das ações no encerramento do pregão do dia 21/02/2011 receberam o direito de preferência para subscrever ações no Aumento de Capital. Os acionistas tiveram 30 dias contados a partir do dia 22/02/2011, inclusive, ou seja, até o dia 24/03/2011, para exercer seus direitos de preferência na subscrição de ações, bem como para manifestar o pedido firme de subscrição de sobras.

Na TMAR, o aumento de capital prevê a emissão de até 95.159.514 novas ações ordinárias, ao preço de R$63,71, e até 117.117.560 ações preferências classe A da TMAR, ao preço de R$50,71, totalizando um Aumento de Capital da TMAR de, no máximo, R$12.001.644.104,54.

Em 25 de março, a TNL e TMAR divulgaram Aviso aos Acionistas sobre o encerramento do prazo de exercício do direito de preferência para subscrição de ações relativas ao aumento de capital.

Na TMAR, foram subscritas, em exercício do direito de preferência, 46.969.013 ações ordinárias e 46.216.078 ações preferenciais classe "A", ao preço de emissão de R$ 63,71 por ação ordinária e R$ 50,71 por ação preferencial classe "A", totalizando R$ 5.336.013.133,61.

Além disso, nesse mesmo período, 108 ações ordinárias e 12.480.778 ações preferenciais classe "A" foram objeto de pedido firme de subscrição de sobras, totalizando R$ 632.907.133,06.

Dessa forma, na TMAR, considerando o exercício do direito de preferência e o pedido firme de subscrição de sobras, foi subscrito o total de 46.969.121 ações ordinárias e de 58.696.856 ações preferenciais classe "A", totalizando um aumento, portanto, no valor de R$ 5.968.920.266,67, o qual excede o montante mínimo e representa 49,73% do montante máximo do Aumento de Capital aprovado.

Após conclusão da operação, a estrutura acionária da TMAR passou a ser a seguinte:

TMAR	Ações ON	% ON	Ações PN	% PN	Total	% Total
Tele Norte Leste Participações	150.971.022	98,01%	91.250.247	47,91%	242.221.269	70,31%
Telemar Participações	–	–	13.079.176	6,87%	13.079.176	3,80%
Portugal Telecom	–	–	32.475.534	17,05%	32.475.534	9,43%
Luxemburgo Participações S.A.	–	–	11.240.386	5,90%	11.240.386	3,26%
LF Tel S.A.	–	–	11.240.386	5,90%	11.240.386	3,26%
Outros	3.061.191	1,99%	30.738.889	16,14%	33.800.080	9,81%
Ações em tesouraria	1	0,00%	440.132	0,23%	440.133	0,13%
Total	**154.032.214**	**100,0%**	**190.464.750**	**100,00%**	**344.496.964**	**100,00%**

Com o encerramento da subscrição, a Portugal Telecom passou a deter participação direta e indireta de 25,28% no capital total da TMAR. A efetiva transferência das ações para a Portugal Telecom está sujeita à liquidação financeira das aquisições.

8 AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Telemar Norte Leste S.A. e suas controladas contrataram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à Tele Norte Leste Participações se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP/IFRS)		
Ativo	Nota	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.152.730	2.589.846	7.819.491	8.621.996	5.804.069	8.605.915
Aplicações financeiras	10	634.994	1.151.883	130.704	1.942.641	1.817.455	1.238.035
Instrumentos financeiros derivativos	20	38.928	99.635	59.108	38.928	99.635	59.108
Contas a receber	11	2.967.518	3.230.655	3.132.945	5.896.592	5.958.504	3.897.171
Estoques		26.789	28.658	21.443	98.212	162.448	153.368
Tributos correntes a recuperar	12	173.071	189.682	431.691	1.089.823	494.334	708.359
Outros tributos	13	374.100	372.908	362.578	1.054.093	1.108.785	636.229
Dividendos e juros sobre o capital próprio		548.832	4.402	78.012			21.241
Depósitos e bloqueios judiciais	14	395.097	486.880	368.503	1.813.031	1.786.671	373.950
Demais ativos	15	432.321	259.671	197.513	940.249	651.369	349.166
		7.744.380	**8.414.220**	**12.601.988**	**21.495.565**	**17.883.270**	**16.042.542**
Não circulante							
Aplicações financeiras	10	5.455	4.991		9.092	4.991	1.519
Instrumentos financeiros derivativos	20	23.097	108.456	10.616	23.097	108.456	10.616
Ativo financeiro disponível para venda	1(a)						2.138.573
Empréstimos e debêntures com controladas		49.739	79.333	20.741		468.756	450.175
Tributos diferidos a recuperar	12	1.697.199	1.436.296	1.325.295	5.186.261	5.249.093	2.862.399
Outros tributos	13	150.541	230.289	231.756	430.839	764.289	335.022
Depósitos e bloqueios judiciais	14	1.975.689	1.622.133	1.593.755	6.438.293	5.451.725	1.824.742
Ativo relacionado aos fundos de pensão	26				92.619	136.277	
Demais ativos	15	205.512	229.993	253.555	314.353	318.995	342.194
Investimentos	16	27.094.511	25.853.046	10.996.735	47.061	47.064	41.691
Imobilizado	17	8.486.741	8.302.346	8.322.309	23.340.448	25.236.642	12.675.924
Intangível	18	365.114	446.720	556.146	16.598.758	17.707.368	2.679.548
		40.053.598	**38.313.603**	**23.310.908**	**52.480.821**	**55.493.656**	**23.362.403**
Total do ativo		**47.797.978**	**46.727.823**	**35.912.896**	**73.976.386**	**73.376.926**	**39.404.945**

		Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP/IFRS)		
Passivo e patrimônio líquido	Nota	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Circulante							
Salários, encargos sociais e benefícios		290.541	169.020	212.287	567.147	359.665	270.795
Fornecedores		1.612.763	1.519.833	1.379.185	4.039.775	4.045.798	1.898.626
Empréstimos e financiamentos	19	4.344.335	6.869.610	3.196.390	5.551.989	7.857.669	3.340.557
Instrumentos financeiros derivativos	20	478.966	463.161	295.121	549.685	596.550	330.126
Tributos correntes a recolher	12	5.579	48	212.224	732.415	187.377	436.976
Outros tributos	13	387.958	306.578	285.768	1.728.400	1.443.246	525.163
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24	591.115	119.901	434.832	922.836	224.772	429.481
Autorizações e concessões a pagar	21	100.852		116.603	532.310	315.051	266.632
Programa de Refinanciamento Fiscal	22	14.926	135.069	126.253	51.259	165.729	126.774
Provisões para fundos de pensão	26				77.941	104.533	
Provisões	23	397.404	291.277	301.409	1.692.623	1.515.398	320.775
Demais obrigações	24	300.412	340.994	382.824	1.162.427	1.093.963	749.682
		8.524.851	**10.215.491**	**6.942.896**	**17.608.807**	**17.909.751**	**8.695.587**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	19	21.117.799	19.522.785	16.801.148	21.874.045	21.240.147	17.268.949
Instrumentos financeiros derivativos	20	284.180	504.165	53.007	284.180	569.056	53.007
Tributos diferidos a recolher	12	35.768	24.631	20.801	3.331.161	4.005.838	26.041
Outros tributos	13	750.953	688.811	258.643	1.514.291	1.290.052	260.514
Autorizações e concessões a pagar	21				1.593.847	1.517.022	904.071
Programa de Refinanciamento Fiscal	22	343.914	443.913	384.822	751.123	811.323	388.566
Provisões para fundos de pensão	26				575.365	575.180	
Provisões	23	1.897.481	2.036.725	2.008.028	5.100.293	5.421.236	2.272.036
Demais obrigações	24	152.843	35.465	32.134	511.657	342.662	97.560
		24.582.938	**23.256.495**	**19.558.583**	**35.535.962**	**35.772.516**	**21.270.744**
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	25						
Capital social		7.445.720	7.434.429	7.418.989	7.445.720	7.434.429	7.418.989
Reservas de capital		2.051.161	2.039.144	2.220.406	2.051.161	2.039.144	2.220.406
Reservas de lucros		6.272.487	4.850.152	383.159	6.272.487	4.850.152	383.159
Ações em tesouraria		(28.657)	(17.366)	(17.366)	(28.657)	(17.366)	(17.366)
Dividendo adicional proposto				1.095.111			1.095.111
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.050.522)	(1.050.522)		(1.050.522)	(1.050.522)	
Outros resultados abrangentes				(747.310)			(747.310)
Prejuízos acumulados				(941.572)			(941.572)
		14.690.189	13.255.837	9.411.417	14.690.189	13.255.837	9.411.417
Participações dos não controladores					**6.141.428**	**6.438.822**	**27.197**
Total do patrimônio líquido		**14.690.189**	**13.255.837**	**9.411.417**	**20.831.617**	**19.694.659**	**9.438.614**
Total do passivo e patrimônio líquido		**47.797.978**	**46.727.823**	**35.912.896**	**73.976.386**	**73.376.926**	**39.404.945**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	Nota	2010	2009	2010	2009
Receitas de vendas e/ou serviços	5	13.370.434	14.069.866	29.431.553	29.927.182
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	6	(7.799.154)	(8.832.393)	(16.597.686)	(18.386.335)
Lucro bruto		**5.571.280**	**5.237.473**	**12.833.867**	**11.540.847**
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	16	1.782.958	6.036.127		
Comercialização dos serviços	6	(1.818.567)	(1.937.896)	(4.867.768)	(5.287.206)
Gerais e administrativas	6	(1.053.466)	(1.286.849)	(2.755.048)	(3.027.938)
Ganho na aquisição de controle - BrT	1 (a)				6.683.751
Perdas com ativos financeiros disponíveis para venda	1 (a)				(1.128.043)
Outras receitas operacionais	7	584.718	579.189	1.301.504	1.381.487
Outras despesas operacionais	7	(998.977)	(1.049.564)	(2.387.246)	(2.309.945)
		(1.503.334)	**2.341.007**	**(8.708.558)**	**(3.687.894)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos		4.067.946	7.578.480	4.125.309	7.852.953
Receitas financeiras	8	836.091	773.385	1.888.659	1.607.518
Despesas financeiras	8	(3.289.668)	(3.183.567)	(4.248.331)	(4.052.097)
Resultado financeiro		**(2.453.577)**	**(2.410.182)**	**(2.359.672)**	**(2.444.579)**
Lucro antes das tributações		**1.614.369**	**5.168.298**	**1.765.637**	**5.408.374**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	(5.532)	(31.890)	(688.481)	(870.583)
Diferido	9	291.388	80.230	801.254	554.947
		285.856	**48.340**	**112.773**	**(315.636)**
Lucro líquido do exercício		**1.900.225**	**5.216.638**	**1.878.410**	**5.092.738**
Lucro líquido atribuído aos controladores		1.900.225	5.216.638	1.900.225	5.216.638
Prejuízo atribuído aos não controladores				(21.815)	(123.900)
Lucro básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R$)	**25 (i)**	**7,97**	**21,88**	**7,97**	**21,88**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Lucro líquido do exercício	1.900.225	5.216.638	1.878.410	5.092.738
Ganhos (Perdas) no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de tributos		2.802		2.802
Realização de perdas com investimentos disponíveis para venda Nota 1 (a)		744.508		744.508
Total do resultado abrangente do exercício	**1.900.225**	**5.963.948**	**1.878.410**	**5.840.048**
Resultado abrangente atribuído ao controlador	1.900.225	5.963.948	1.900.225	5.963.948
Resultado abrangente atribuído ao não controlador			(21.815)	(123.900)

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Reserva de capital						Reserva de lucros									
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Doações e subvenções para investimentos	Juros sobre obras em andamento	Especial Lei nº 8.200/1991	Opções de ações	Legal	Investimentos	Incentivos fiscais	Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendo adicional proposto	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 01 de janeiro de 2009	**7.418.989**	**86.406**	**631.148**	**1.416.549**	**4.363**	**81.940**	**327.422**	**7**	**55.730**	**(17.366)**	**(941.572)**	**(747.310)**		**1.095.111**	**9.411.417**	**27.197**	**9.438.614**
Aumento de capital	15.440								(15.440)								
Absorção de prejuízos anteriores				(206.247)			(327.422)	(7)	(40.290)		573.966						
Plano de opções de ações						26.105									26.105		26.105
Realização reserva Lei nº 8.200/1991					(1.120)						1.120						
Ganhos (Perdas) no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda, líquido de efeito tributário												2.802			2.802		2.802
Realização de perdas acumuladas no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda Nota 1 (a), líquido de efeito tributário												744.508			744.508		744.508
Aquisição de controle BrT - Nota 1 (a)																7.758.294	7.758.294
Aquisição de participações de acionistas não controladores nas OPAs de 23 de junho – Nota 1(a)													(1.656.574)		(1.656.574)	(999.346)	(2.655.920)
Ganho de capital na reorganização societária realizada em 30 de setembro – Nota 1(a)													217.353		217.353	(217.353)	
Efeitos tributários decorrentes das OPAs e reorganização societária													482.348		482.348	(6.071)	476.277
Aquisição de participações de acionistas não controladores - Nota 1 (c)													(93.649)		(93.649)		(93.649)
Aprovação de dividendos propostos														(1.095.111)	(1.095.111)		(1.095.111)
Lucro (prejuízo) do exercício											5.216.638				5.216.638	(123.900)	5.092.738
Reserva de investimento								4.850.152			(4.850.152)						
Em 31 de dezembro de 2009	**7.434.429**	**86.406**	**631.148**	**1.210.302**	**3.243**	**108.045**		**4.850.152**		**(17.366)**			**(1.050.522)**		**13.255.837**	**6.438.822**	**19.694.659**
Aumento de capital	11.291									(11.291)							
Plano de opções de ações						12.885									12.885		12.885
Realização de reserva especial Lei nº 8200/1991					(868)			868									
Lucro líquido do exercício											1.900.225				1.900.225	(21.815)	1.878.410
Destinação do lucro:																	
Reserva legal							95.011				(95.011)						
Divid

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 33.000.118/0001-79

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2010	2009	2010	2009
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.614.369	5.168.298	1.765.637	5.408.374
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	2.179.593	1.151.114	2.169.671	960.759
Depreciação e amortização	1.209.192	1.974.164	6.187.823	7.013.732
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	357.636	487.863	977.743	1.277.830
Provisões	359.515	282.372	848.549	639.211
Ganho na aquisição de controle BrT				(6.683.751)
Perdas com investimentos disponíveis para venda				1.128.043
Provisões para fundos de pensão			14.221	5.817
Equivalência patrimonial	(1.782.958)	(6.036.127)		
Baixa de ativo permanente	10.167	7.795	82.174	74.022
Provisão/reversão para perda de investimentos	(5.327)	62.027	26.052	
Juros e variações monet. s/ emprést. a receber de empresas ligadas	(1.142)	(16.081)	(3.497)	(60.627)
Atualização monetária de provisões	150.175	261.189	417.322	482.777
Juros sobre impostos e contribuições parceladas - Refinanciamento Fiscal	24.698	6.481	69.791	6.195
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	100.852	78.204	157.611	149.243
Participação de empregados e administradores	167.622	49.310	317.781	113.171
Ajustes a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	494.894	1.145.435	503.793	1.239.643
Remuneração baseada em ações	9.600	19.451	12.896	26.128
Apropriação de despesas antecipadas	289.573	287.544	849.313	756.085
Programa de Refinanciamento Fiscal	(37.031)	182.599	(35.275)	572.219
Outros	(2.241)	(30.393)	(81.161)	31.417
	5.139.187	**5.081.245**	**14.280.444**	**13.140.288**
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	23.134	(621.413)	(947.629)	(1.178.518)
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(5.502.449)	(2.962.057)	(7.849.440)	(5.471.557)
Resgates de aplicações financeiras mantidas para negociação	6.146.403	1.976.137	7.947.258	5.785.711
Valores a receber			27.471	(28.001)
Despesas antecipadas	(301.771)	(380.922)	(828.664)	(982.254)
Estoques	1.869	(7.215)	114.580	27.933
Tributos	575.088	127.451	1.294.762	(26.998)
Fornecedores	469.200	367.876	614.623	1.131.645
Salários, encargos sociais e benefícios	(46.101)	(92.577)	(111.191)	(146.112)
Provisões para fundos de pensão			(104.534)	(148.312)
Provisões	(468.399)	(107.985)	(1.000.573)	(377.560)
Outras contas ativas e passivas	(352.801)	12.737	(292.893)	186.523
	544.173	**(1.687.968)**	**(1.136.230)**	**(1.227.500)**
Caixa proveniente das operações				
Encargos financeiros pagos	(3.143.017)	(1.412.198)	(3.727.290)	(1.963.453)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	(12.151)	(25.974)	(381.861)	(433.791)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(113.083)	(21.670)	(267.713)	(452.157)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	8.552	40.150		21.241
	(3.259.699)	**(1.419.692)**	**(4.376.864)**	**(2.828.160)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2.423.661**	**1.973.585**	**8.767.350**	**9.084.628**
Atividades de investimentos				
Créditos com empresas ligadas - liberações	(36.678)	(302.723)		
Créditos com empresas ligadas - recebimentos	67.414	300.212	472.253	42.046
Outros créditos com partes relacionadas		(40.000)		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(1.605.007)	(2.170.758)	(3.556.946)	(5.712.157)
Aquisição do controle da BrT menos caixa líquido incluído na aquisição				(2.610.259)
Aquisição do controle da TCP menos caixa líquido incluído na aquisição			(90.979)	
Aumento de capital em controlada		(9.062.940)		(1.629)
Depósitos e bloqueios judiciais	(672.831)	(668.137)	(1.875.976)	(2.312.177)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	418.423	452.416	830.009	699.039
Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	1.300	17.899	3.608	31.700
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(1.827.379)**	**(11.474.031)**	**(4.218.031)**	**(9.863.437)**
Atividades de financiamentos				
Captações	8.121.051	9.575.930	8.833.089	9.381.892
Autorizações e concessões		(121.752)	(149.614)	(364.244)
Programa de Refinanciamento Fiscal	(207.809)	(121.174)	(209.265)	(121.849)
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing	(8.945.613)	(3.662.064)	(10.203.258)	(6.618.131)
Aquisição de participação de acionistas não controladores				(2.656.837)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(1.027)	(1.400.139)	(2.344)	(1.643.868)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(1.033.398)**	**4.270.801**	**(1.731.392)**	**(2.023.037)**
Fluxo de caixa do exercício	**(437.116)**	**(5.229.645)**	**2.817.927**	**(2.801.846)**
Caixa e equivalente de caixa				
Saldo final	2.152.730	2.589.846	8.621.996	5.804.069
Saldo inicial	2.589.846	7.819.491	5.804.069	8.605.915
Variação no exercício	**(437.116)**	**(5.229.645)**	**2.817.927**	**(2.801.846)**

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

(a) Aquisição do controle da Invitel, BrT Part e BrT

Conforme divulgado no item (a) da Nota 1 – INFORMAÇÕES GERAIS, no dia 8 de janeiro de 2009, a TNL, através de sua controlada indireta Copart 1 adquiriu o controle acionário da Invitel e, por consequência, o da BrT. Os valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle estão resumidos da seguinte maneira:

Invitel	
Caixa e equivalentes de caixa	2.760.840
Aplicações Financeiras	775.502
Contas a receber	2.147.627
Depósitos judiciais	3.430.286
Tributos diferidos e a recuperar	2.945.200
Imobilizado e intangível	29.766.881
Outros ativos	392.513
Empréstimos e financiamentos	(5.842.205)
Fornecedores	(1.889.695)
Tributos a recolher	(5.159.670)
Provisão para perdas em processos judiciais	(4.529.005)
Outros passivos	(2.842.312)
Investimentos anteriores na empresa adquirida a valor justo	(2.142.818)
Participação dos acionistas não controladores	(7.758.294)
Ganho na aquisição de controle - BrT	(6.683.751)
Preço de compra do controle liquidado em caixa	**5.371.099**
Caixa adquirido da controlada	**(2.760.840)**
Caixa pago pela obtenção do controle, líquido do caixa adquirido	**2.610.259**

(b) Aquisição do controle da TCP e Way TV

Conforme divulgado no item (a) da Nota 1 – INFORMAÇÕES GERAIS, no dia 1 de outubro de 2010, a TNCP, através de sua controlada direta Oi adquiriu o controle acionário da TCS e, por consequência, o da Way TV. Os valores contábeis dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle estão resumidos da seguinte maneira:

TCP	
Caixa e equivalentes de caixa	18.468
Clientes	11.813
Tributos	27.109
Ativo imobilizado/intangível	119.875
Empréstimos e financiamentos	(113.121)
Outros ativos e passivos líquidos	45.303
Preço de compra do controle liquidado em caixa	109.447
Caixa adquirido da controlada	(18.468)
Caixa líquido do caixa adquirido	**90.979**

(c) Transações não-caixa

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	(376.270)	(227.228)	(615.598)	(882.647)
Dividendos mínimos declarados	(478.758)		(478.758)	
Dividendos e Juros sobre o capital próprio declarados por controladas e não recebidos	192.560		192.560	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	19.069.370	20.189.075	45.853.279	45.765.189
Descontos incondicionais e cancelamentos	(599.820)	(635.493)	(5.593.272)	(4.632.228)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(357.636)	(487.863)	(977.743)	(1.277.830)
Ganho na aquisição de controle - BrT				6.683.751
Perdas com investimentos disponíveis para venda				(1.128.043)
Outras receitas	584.718	579.189	1.301.504	1.381.488
	18.696.632	**19.644.908**	**40.583.768**	**46.792.327**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(4.146.492)	(3.990.362)	(5.070.473)	(5.265.064)
Materiais e energia	(510.363)	(629.894)	(961.868)	(1.211.217)
Custo de mercadorias			(169.558)	(442.842)
Serviços de terceiros	(3.469.390)	(3.981.013)	(7.728.153)	(8.337.382)
Outros	(216.936)	(152.395)	(1.044.453)	(878.414)
	(8.343.181)	**(8.753.664)**	**(14.974.505)**	**(16.134.919)**
Valor adicionado bruto	**10.353.451**	**10.891.244**	**25.609.263**	**30.657.408**
Retenções				
Depreciação e amortização	(1.209.192)	(1.974.164)	(6.187.823)	(7.013.732)
Provisões	(509.690)	(543.561)	(1.265.871)	(1.121.988)
Outras despesas	(203.706)	(415.951)	(436.491)	(728.878)
	(1.922.588)	**(2.933.676)**	**(7.890.185)**	**(8.864.598)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**8.430.863**	**7.957.568**	**17.719.078**	**21.792.810**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	1.782.958	6.036.127		
Receitas financeiras	836.091	773.385	1.888.659	1.607.518
	2.619.049	**6.809.512**	**1.888.659**	**1.607.518**
Valor adicionado total a distribuir	**11.049.912**	**14.767.080**	**19.607.737**	**23.400.328**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(538.179)	(499.045)	(1.316.147)	(1.245.603)
Benefícios	(98.897)	(124.988)	(266.460)	(276.784)
FGTS	(28.411)	(68.185)	(84.494)	(174.955)
Outros	(100.793)	(125.286)	(279.150)	(333.900)
	(766.280)	**(817.504)**	**(1.946.251)**	**(2.031.242)**
Impostos e taxas				
Federais	(280.387)	(518.960)	(1.407.631)	(1.701.299)
Estaduais	(4.324.111)	(4.655.779)	(9.127.421)	(9.393.315)
Municipais	(43.979)	(18.008)	(60.991)	(72.928)
	(4.648.477)	**(5.192.747)**	**(10.596.043)**	**(11.167.542)**
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(3.089.312)	(2.896.195)	(3.664.376)	(3.531.662)
Aluguéis e seguros	(645.618)	(643.996)	(1.522.657)	(1.577.144)
	(3.734.930)	**(3.540.191)**	**(5.187.033)**	**(5.108.806)**
Remuneração de capitais próprios				
Participações de acionistas não controladores			21.815	123.900
Dividendos	(286.198)		(286.198)	
Juros sobre capital próprio	(192.560)		(192.560)	
Lucros retidos	(1.421.467)	(5.216.638)	(1.421.467)	(5.216.638)
	(1.900.225)	**(5.216.638)**	**(1.878.410)**	**(5.092.738)**
Valor adicionado distribuído	**(11.049.912)**	**(14.767.080)**	**(19.607.737)**	**(23.400.328)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, DE 2009 E 1º DE JANEIRO DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.INFORMAÇÕES GERAIS

A Telemar Norte Leste S.A. ("Companhia" ou "TMAR") é controlada pela Tele Norte Leste Participações S.A. ("TNL"), que em 31 de dezembro de 2010, detém 81,85% do capital total e 97,35% do capital votante. A TMAR é sediada na rua General Polidoro, 99, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil.

A TMAR é a principal prestadora de serviços de telefonia fixa em sua área de atuação - Região I - que compreende os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Roraima e Amapá (exceto no Setor 3 da referida região, que corresponde a 57 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado de Minas Gerais, onde a CTBC - Companhia de Telecomunicações do Brasil Central opera). A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações. A TMAR, também, detém concessão da ANATEL para a prestação do serviço de longa distância nacional na mesma região. Até 20 de julho de 2002 esse serviço era prestado unicamente para a realização de chamadas originadas e terminadas na referida área de atuação. A partir dessa data, a TMAR passou também a explorar o serviço nas chamadas originadas na Região I (exceto Setor 3) e destinadas às demais regiões do país, em função da antecipação das obrigações previstas no PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização, para atendimento até 31 de dezembro de 2003.

Em 22 de dezembro de 2005, foram assinados novos contratos de concessão que passaram a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2006 com vigência até 31 de dezembro de 2025 e a título oneroso a Concessionária deve à ANATEL, a cada biênio, 2% da receita líquida de telecomunicações do ano anterior. Simultaneamente, entraram em vigor as novas metas de universalização e de qualidade, fixadas nos novos PGMU e PGMQ - Plano Geral de Metas de Qualidade.

Em 9 de julho de 2007, foram publicados no DOU - Diário Oficial da União, os aditivos contratuais que contemplaram a transferência da TNL PCS S.A. para a TMAR das autorizações para exploração do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado, nas modalidades: (i) LDN - Longa Distância Nacional: na Região II, Região III e no Setor 3 da Região I e (ii) LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro.

Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2006, com vigência até 31 de dezembro de 2025.

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 28 de março de 2011.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2010	Indireta 2010	Direta 2009	Indireta 2009
Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP")	Holding	99,66%		99,66%	
TNL PCS S.A. ("Oi")	Telefonia Móvel - Regiões I, e III		99,66%		99,66%
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		99,66%		99,66%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda ("Paggo Acquirer")	Sistemas de pagamentos e de crédito		99,66%		99,66%
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora")	Sistemas de pagamentos e de crédito		99,66%		99,66%
TNL PCS Participações S.A ("TCP")	Participações em outras sociedades		99,66%		
Way TV Belo Horizonte S.A.(Way TV)	Prestação de serviço de telecomunicação		99,66%		
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4")	Investimentos em propriedades	100%			
Coari Participações S.A. ("Coari")	Holding	100%		100%	
Brasil Telecom S.A. ("BrT")	Telefonia Fixa - Região II		49,28%		49,28%
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades		49,28%		
Telemar Internet Ltda ("TMAR Internet")	Internet	100%		100%	
Calais Participações S/A ("Calais")	Holding	100%		100%	
SEREDE – Serviços de Rede S/A ("Serede")	Serviços de Rede	100%		100%	
Companhia AIX de Participações ("AIX") (*)	Tráfego de dados	50%		50%	

Empresa	Atividade	Direta 2010	Indireta 2010	Direta 2009	Indireta 2009
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	Telefonia móvel – Região II		49,28%		49,28%
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados		49,28%		49,28%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros		49,28%		49,28%
Vant Telecomunicações Ltda ("Vant")	Comunicação multimídia		49,28%		49,28%
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing		49,28%		49,28%
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI")	Holding		49,28%		49,28%
Agência O Jornal da Internet Ltda	Internet		14,78%		14,78%
iG Participações S.A. ("iGPT")	Holding		49,28%		49,28%
Internet Group do Brasil S.A ("iG")	Internet		49,28%		49,28%
Nova Tarrafa Participações Ltda ("NTPA")	Holding		49,28%		49,28%
Nova Tarrafa Inc. ("NTInc")	Holding				49,28%
IG Cayman ("IGC")	Holding				49,28%
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados		49,28%		49,28%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados		49,28%		49,28%
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2)	Tráfego de dados		49,28%		49,28%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	Tráfego de dados		49,28%		49,28%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	Tráfego de dados		49,28%		49,28%
SPE Desenvolvimento Participações S.A	Investimentos em propriedades	100%			
SPE Sudeste Participações S.A	Investimentos em propriedades	100%			
SPE São Paulo Participações S/A	Investimentos em propriedades	100%			
SPE Nordeste Participações S/A	Investimentos em propriedades	100%			
SPE Centro-Oeste Participações S.A	Investimentos em propriedades	49,28%			
SPE Sul Participações S.A	Investimentos em propriedades	49,28%			

(*) A AIX é um investimento em empreendimento controlado em conjunto ("*joint venture*") consolidado pelo método proporcional.

Todas as controladas da TMAR são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

1) Sediada em Bermuda
2) Sediada nos Estados Unidos da América
3) Sediada na Venezuela
4) Sediada na Colômbia

(a) Aquisição do controle e reorganização societária da Brasil Telecom

No decorrer dos meses de maio e junho de 2008, foram realizadas sucessivas aquisições de ações preferenciais das empresas Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part") e da BrT, respectivamente. Essas aquisições antecederam a aquisição do controle ocorrida em 8 de janeiro de 2009.

O prazo decorrido até a aquisição se deu em razão da espera pelas autorizações dos órgãos reguladores e de defesa econômica, Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, respectivamente, necessárias à celebração do acordo de acionistas.

A aquisição do controle da BrT foi realizada em consonância com a estratégia da Administração pela obtenção de novos mercados, expansão da rede e infraestrutura de telefonia fixa, telefonia móvel, banda larga, internet entre outros, além de ganho em sinergias promovidas pela integração de processos operacionais.

Conforme previsto pelo Fato Relevante divulgado na data da aquisição, a Companhia promoveu a reorganização societária da BrT com vistas à simplificação da estrutura societária, que foi realizada com base nos valores contábeis tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

No quadro abaixo se encontram resumidas as informações relevantes acerca das aquisições de ações e da reorganização societária.

	05 e 06/2008		22/07/2008		08/01/2009		23/06/2009		31/07 e 30/09/2009	
	Aquisições avulsas		OPAs voluntárias		Aquisição do Controle (a.1)		OPAs obrigatórias (a.2)		Reorganização Societária (a.2)	
	BRTP4	BRTO4	BRTP4	BRTO4	Invitel *	BRTP3	BRTP3	BRTO3	BRTO3	BRTO4
Quantidades	55.819.400	45.590.200	20.826.442	13.366.365	57.532.477	12.185.836	40.452.227	630.872	161.359.129	69.718.384
Preço	25,53 **	19,69 **	30,37	23,42	77,04	77,04	64,71	60,64	***	***
Montante total pago	1.425.133	897.775	634.582	313.040	4.432.302	938.797	2.617.664	38.256	****	****
Percentual de ações adquirido	24,3%	14,6%	9,0%	4,3%	100,0%	9,1%	30,2%	0,3%	79,3%	17,4%
Percentual adquirido sobre total de ações	15,4%	8,3%	5,7%	2,2%	100,0%	3,4%	11,1%	0,1%	26,8%	11,6%
Participação acumulada direta sobre as ações	24,3%	14,6%	33,3%	18,9%	100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	32,2%
Participação acumulada direta sobre capital votante					100,0%	9,1%	39,3%	0,3%	79,6%	
Participação acumulada direta total	15,4%	8,3%	21,1%	10,5%	100,0%	9,1%	20,2%	10,6%	27,5%	21,8%
Participação acumulada total sobre capital votante					100,0%	60,5%	90,7%	90,2%	79,6%	
Participação acumulada total		**1,3%**		**24,7%**		**40,0%**		**47,0%**		**49,3%**

* Todas as ações são ordinárias.

** Preços médios.

*** Relação de troca de ações (1,2190981 BRTO3 para uma BRTP3 e; 0,1720066 BRTO3 e 0,9096173 BRTO4 para uma BRTP4).

**** Troca do total das ações detidas da BrT Part. Detidas pela Coari por novas ações emitidas da BrT, e pelas ações da BrT detidas pela BrT Part..

a.1) Aquisição do Controle da BrT

A aquisição da BrT foi registrada de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), considerando o valor justo dos ativos e passivos identificáveis, incluindo os ativos intangíveis e passivos contingentes. Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios eram como segue:

	Em 8 de janeiro de 2009
Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	2.760.840
Aplicações financeiras	775.502
Contas a receber	2.147.627
Outros ativos circulantes	1.914.243
Ativo não circulante	4.850.012
Investimentos	3.744
Imobilizado	13.218.733
Ativos intangíveis	16.548.148
Total dos ativos adquiridos	**42.218.849**
Passivo:	
Passivo circulante	5.668.225
Imposto de renda diferido	4.421.341
Provisão para contingências (i)	4.529.005
Outros passivos	5.644.315
Total dos passivos assumidos	**20.262.886**
Total do ativo líquido	**21.955.963**

(i) A provisão para contingências inclui o montante de R$ 3.075.969 representando o valor justo relacionado a diversas contingências trabalhistas, tributárias e cíveis, cuja avaliação de risco pelos nossos consultores legais externos foi a de perda possível ou remota. Esse montante foi estimado utilizando com base a expectativa futura de fluxo de caixa ao final de cada um dos processos envolvidos e registrado nas demonstrações financeiras da Companhia de acordo com a combinação de negócios da BrT.

Abaixo apresentamos o valor total do valor de aquisição, assim como a determinação do ganho na aquisição do controle - BrT:

Valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos	21.955.963
Valor pago pelo controle da Invitel Participações S.A. ("Invitel")	(4.432.302)
Ações da Brasil Telecom Participações S.A. adquiridos por Copart 11 Participações S.A. ("Copart 1")	(938.797)
Valor justo da participação previamente detida por Copart 1 (i)	(1.352.799)
Valor justo da participação previamente detida por Copart 2 Participações S.A. ("Copart 2") (i)	(790.020)
Valor justo das participações dos acionistas não controladores (ii)	(7.758.294)
Valor total investido	**(15.272.212)**
Ganho na aquisição do controle – BrT	**6.683.751**
Perdas nos valores justos das participações previamente detidas	(1.128.043)
Ganho na aquisição de controle - BrT, líquido	**5.555.708**

(i) Os valores justos foram determinados com base no preço de mercado das ações na data de aquisição. Em 1 de janeiro de 2009 o valor das participações previamente detidas a valor justo era de R$ 2.138.573.

(ii) O valor justo da participação de acionistas não controladores foi determinado da seguinte forma:

- para as ações ordinárias, foi utilizado o valor estipulado nas ofertas públicas de aquisição de ações, com base nos requerimentos da CVM.
- para as ações preferenciais, foi utilizado o valor de mercado na data de aquisição.

O ganho registrado na aquisição foi decorrente, principalmente, da diferença entre o valor justo dos ativos líquidos da Invitel e o valor de mercado da participação dos acionistas não controladores em ações preferenciais da BrT Part. e da BrT. O valor justo dos ativos líquidos da Invitel está substancialmente relacionado com o segmento de telefonia fixa que, por natureza, é um investimento de longo prazo e, consequentemente, menos afetado pela crise de crédito global. No entanto, os valores de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part. haviam sido severamente impactados pela crise de crédito global. Em 8 de janeiro de 2009, data da aquisição, o valor de mercado das ações preferenciais da BrT e BrT Part. haviam diminuído 34% e 36%, respectivamente, quando comparados aos seus valores máximos de mercado em 2008.

Com base no cálculo do ganho compra na aquisição do controle da BrT demonstrado anteriormente, a Administração da Companhia reviu sua estimativa do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Assim, a Administração reviu os procedimentos utilizados para mensurar os montantes reconhecidos na data de aquisição relativos: (i) ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, (ii) à participação dos acionistas não controladores na data de aquisição, (iii) à participação acionária anterior à aquisição na adquirida, e (iv) ao montante transferido com o objetivo de determinar que todas as informações disponíveis à data de aquisição foram consideradas no registro da combinação de negócios. Considerando que nenhuma informação adicional chamou a atenção da Administração da Companhia, como resultado dessa reavaliação, que poderia alterar os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos em conexão com esta aquisição, em conformidade com o CPC 15 (IFRS 3R), foi reconhecido um ganho no montante de R$ 6.683.752 no resultado do exercício de 2009 da adquirente, Coari.

a.2) Transações de capital subsequentes (OPAs obrigatórias e reorganização societária)

De acordo com o ICPC 09, alterações na participação acionária da controladora enquanto esta permaneça com o controle da subsidiária, devem ser registradas como transações de capital no patrimônio líquido. Portanto, o desembolso de caixa de R$ 2.655.920 foi contraposto ao valor justo das participações dos acionistas não controladores adquirida nas OPAs (R$ 999.346), sendo o excesso pago na transação de capital no montante de R$ 1.656.574 registrado a débito na conta de Ajuste de avaliação patrimonial.

Como resultado das incorporações que foram finalizadas em 31 de julho de 2009 e 30 de setembro de 2009, a Invitel, Solpart Participações S,A, ("Solpart"), Copart 1 e Copart 2, e BrT Part, respectivamente, foram incorporadas na BrT. A Copart 1 controlava a Invitel desde 8 de janeiro de 2009 e estava sob controle comum com a Copart 2, a incorporação da Invitel, Solpart, Copart 1 na BrT Part e da Copart 2 na BrT em 31 de julho de 2009, e a subsequente incorporação da BrT Part na BrT em 30 de setembro de 2009, representavam reorganizações de empresas sobre controle comum. Após a realização da reorganização societária, houve aumento na participação no patrimônio líquido da BrT de 2,3%. Em decorrência da diferença entre os valores justos das ações envolvidas na troca, foi registrado adicional pago em capital no patrimônio líquido da Companhia o montante credor de R$ 217.353 na conta do patrimônio líquido denominada Ajuste de Avaliação Patrimonial. Nesta transação foi também reconhecido pela Companhia o montante de R$ 482.348 que corresponde a benefício fiscal adicional sobre os ágios apurados nas OPAs de 23 de junho de 2009 (de acordo com o antigo BR GAAP) e que se concretizaram por ocasião das incorporações reversas da reorganização societária ocorrida em 30 de setembro de 2009.

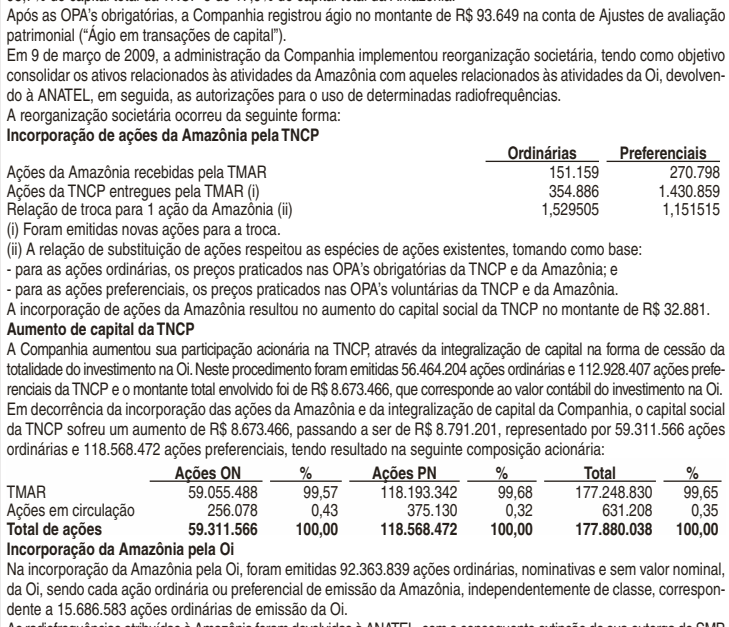
A composição acionária da BrT em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Composição Acionária – Brasil Telecom S.A.

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050	48,20
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940	49,60
Ações em Tesouraria			13.231.556	3,31	13.231.556	2,20
Total	203.423.176	100,00	399.597.370	100,00	603.020.546	100,00

(b) Reorganização societária das empresas do segmento de internet do Grupo BrT

A Administração, visando preparar a Companhia para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela iG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc.



Abaixo estão resumidas as principais informações sobre a reorganização societária das empresas de internet:

Empresa incorporada pela iG Part.	Acervo líquido	Relação de troca *
iG Cayman	(2.785)	2,00399169
Nova Tarrafa Inc.	322	125,12660374

* Quantidade de ações de iG Part. por ação da empresa incorporada.

(c) Aquisição da TNCP, OPA's e reorganização societária da Amazônia Celular S.A. ("Amazônia")

Em 3 de abril de 2008 a TMAR adquiriu o controle acionário da TNCP (e, indiretamente da Amazônia), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Vivo Participações S.A. ("Vivo").

Em 22 de outubro de 2008 e em 16 de janeiro de 2009, a Companhia realizou OPA's voluntária e obrigatória, respectivamente, nas quais efetuou aquisições de ações da Amazônia e da TNCP, conforme apresentados no quadro abaixo:

	22 de outubro de 2008				16 de janeiro de 2009	
	Preferenciais				Ordinárias	
	Amazônia				TNCP	Amazônia
	Classe A	Classe B	Classe C	Classe E		
Quantidade	64.860	113.571	14.800	174.875	1.175.018	80.868
Preço pago	38,00	38,00	38,00	38,00	87,61	134,00
Representatividade das ações		74,1%			97,9%	34,8%

Como resultado das aquisições efetuadas no âmbito das OPA's obrigatórias e voluntárias, a Companhia passou a ser detentora, após a data de 16 de janeiro de 2009, de 2.467.689 ações ordinárias e de 4.147.288 ações preferenciais da TNCP, bem como de 80.868 ações ordinárias e de 971.791 ações preferenciais da Amazônia, representativas de 98,7% do capital total da TNCP e de 17,9% do capital total da Amazônia.

Após as OPA's obrigatórias, a Companhia registrou ágio no montante de R$ 93.649 na conta de Ajustes de avaliação patrimonial ("Ágio em transações de capital").

Em 9 de março de 2009, a administração da Companhia implementou reorganização societária, tendo como objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia com aqueles relacionados às atividades da Oi, devolvendo à ANATEL, em seguida, as autorizações para o uso de determinadas radiofrequências.

A reorganização societária ocorreu da seguinte forma:

Incorporação de ações da Amazônia pela TNCP

	Ordinárias	Preferenciais
Ações da Amazônia recebidas pela TMAR	151.159	270.798

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e a aquisição do controle da BrT, anteriormente descritas, contabilizadas de acordo com o CPC 15 (IFRS 3R), conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – *"International Financial Reporting Standards"* emitidos pelo IASB - *"International Accounting Standards Board"* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs e os CPCs. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos técnicos aplicáveis emitidos em 2009 e em 2010. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 3.

b) Principais políticas contábeis

Critérios de Consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 10).

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influência:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores,
- juros, investimentos e financiamentos

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R$).

A Companhia possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pela IAS 29 / CPC 02 (R), tendo inflação acumulada nos últimos três anos superando 100%.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial, em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2010, ser de R$ 1.689 (2009 - R$ 2.625).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados à moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), uma vez que as controladas no exterior são consideradas extensão das operações de sua controladora brasileira.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

Aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2009

Para aquisições efetuadas a partir de 1 de janeiro de 2009, a Companhia identifica a adquirente e registra o valor justo nas Demonstrações Consolidadas de: ativos adquiridos (incluindo intangíveis), passivos assumidos, ativos e passivos contingentes, contraprestações transferidas incluindo os valores de participações previamente detidas, e o valor das participações de acionistas não controladores na companhia adquirida. Quando o valor pago excede aos ativos líquidos deduzidos das participações de acionistas não controladores, o valor excedente aos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrado como ágio, caso contrário, o ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido na demonstração de resultados.

Para mensurar os valores justos dos ativos e passivos em cada combinação de negócios, a Companhia faz uso de laudos técnicos de especialistas em avaliação.

Para efeito do cálculo do resultado na combinação de negócios, a Companhia efetua a mensuração das participações de acionistas não controladores pelo seu valor justo. A Companhia se utiliza de julgamento para determinar o modelo que forneça a melhor representação da essência econômica da transação, dentre as seguintes opções: valor de mercado obtido pela cotação das ações da empresa adquirida em Bolsa de Valores ou pela participação proporcional sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura *("goodwill")*, a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo na data de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme item abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações pelas controladas estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento do exercício, cujo valor é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento ou por estimativas considerando a performance histórica. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes.

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber.

É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação às contas a receber, considerando as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

Contas em atraso	% de perda provisionada
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
De 151 a 180 dias	100

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas e controladas em conjunto *("joint ventures")* são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras, enquanto em construção, são capitalizados. Os saldos apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o montante relativo ao valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Invitel, adquiridos em 8 de janeiro de 2009.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os intangíveis em uma combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição (o qual passa a ser o novo valor de custo), e amortizados de acordo com os prazos contratuais e/ou prazos de geração de benefícios econômicos futuros.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia em seus vários segmentos de negócios.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. A Provisão de desmobilização de ativos e os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil foram ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia em razão da fluência da taxa utilizada no cálculo.

Na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data de encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Nestas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de *"hedge" ("hedge accounting")*.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os Instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substancia contratual da transação.

A Companhia e suas controladas possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual as obrigações serão liquidadas com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de contribuições definidas e benefícios definidos.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

- No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.
- Plano de opção de compra de ações - A Companhia e suas controladas oferecem aos seus administradores planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos, são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção e são liquidadas em ações. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

A controlada BrT possuía plano de opções de compra de ações, outorgadas a administradores e empregados. Estas opções foram parcialmente liquidadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da alteração do controle acionário.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios, são contabilizados como "Despesas financeiras", sendo revertidos para "Lucros acumulados", por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os exercícios, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que as controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar as controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 / IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela Administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, conforme mencionado na Nota 2, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações na base de cálculo da provisão. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação do ativo imobilizado

O ativo imobilizado é depreciado, usando o método de depreciação linear no decorrer da vida útil dos ativos. As vidas úteis dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 17.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos, levando-se em consideração as mudanças nas estimativas, com base na obsolescência técnica e avaliação por peritos externos.

Redução do valor recuperável dos ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade *("impairment")* dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (*"goodwill"*) a Companhia anualmente testa eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.

Para as combinações de negócios ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia aplicou o CPC 15 / IFRS 3 (R) e alocou ao custo da entidade adquirida BrT o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição Nota 1 (a.1). Esses ativos também são avaliados para fins de *"impairment"*.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 23. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

d) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

**(i) Normas, alterações e

• a Companhia e suas controladas optaram pela não adoção do valor justo como custo atribuído ao ativo imobilizado conforme incentivado pelo ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43, considerando que, o método de custo, deduzido de depreciação com base na vida útil estimada e, quando aplicável, deduzido da provisão para perdas do valor recuperável do ativo, é o melhor método para avaliar seu ativo imobilizado. A Administração da Companhia entende que tal valor representa melhor a essência econômica de suas operações. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado líquido estão de acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas no Brasil. Cabe destacar que, o ativo imobilizado da controlada BrT está registrado contabilmente pelo valor justo (na data de aquisição) oriundo da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, em consequência da aquisição descrita na Nota1(a), ocorrido em 08 de janeiro de 2009.

3.3. Exceções da aplicação retrospectiva utilizadas pela Companhia

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas Demonstrações Financeiras em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("antigo BRGAAP"). As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao antigo BRGAAP nessas áreas:

• Exceção da contabilização de hedge uma vez que a Companhia não adota essa prática, que é opcional.

• Reversão de ativos e passivos financeiros.

3.4. Conciliação entre antigo BR GAAP e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

a) Reclassificações

Depósitos judiciais

De acordo com o antigo BR GAAP, os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões e tributos com exigibilidade suspensa eram apresentados reduzindo as obrigações. De acordo com os CPC 26 e IAS 1, esses valores foram reclassificados para os ativos circulante e não circulante, uma vez que não existe exigência específica da norma contábil para a demonstração líquida das contingências.

Tributos sobre a renda e diferidos

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, os tributos sobre a renda são apresentados de forma segregada de outros tributos. Adicionalmente, os ativos e passivos de tributos diferidos devem ser classificados como ativos e passivos não circulantes, sendo a parcela anteriormente classificada como circulante no antigo BR GAAP reclassificado.

Participação de acionistas não controladores

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, a participação dos acionistas não controladores são apresentadas como parte integrante do patrimônio líquido. Anteriormente tais participações eram apresentadas entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.

Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o CPC 40 e IFRS 7, o valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo por meio do resultado devem ser apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos, anteriormente apresentados no grupo de empréstimos e financiamentos, foram reclassificados e apresentados em grupo separado no balanço patrimonial, sendo a parcela a receber reconhecida no ativo.

b) Equivalência patrimonial

A conciliação apresenta o reconhecimento dos efeitos de equivalência patrimonial sobre os ajustes provenientes da adoção dos CPCs e IFRS nas sociedades controladas.

Adicionalmente, de acordo com o CPC 18 / IAS 28 os efeitos registrados em outros resultados abrangentes e contas do patrimônio líquido das controladas, coligadas e "joint ventures", foram reconhecidos de forma reflexa em outros resultados abrangentes e nas respectivas contas do patrimônio líquido da controladora.

c) Valor justo de investimentos avaliados a custo

Até 31 de dezembro de 2008, os investimentos relacionados às aquisições voluntárias das ações preferenciais da BrT e da BrT Part, anteriores a aquisição do controle, eram contabilizados pelo método do custo de aquisição. De acordo com o CPC 38 e IAS 39 esses investimentos foram considerados em 1 de janeiro de 2009 como títulos disponíveis para venda e foram registrados pelo seu valor de justo em contrapartida a outros resultados abrangentes. O saldo acumulado em outros resultados abrangentes em 1 de janeiro de 2009 foi realizado na demonstração de resultados de 2009 em razão da combinação de negócios de 8 de janeiro de 2009 comentada na Nota 1(a) e no item (d) abaixo.

d) Combinação de negócios

A conciliação reflete os impactos do reconhecimento da aquisição do controle da BrT pela Coari, em 8 de janeiro de 2009, que compreenderam: (i) reconhecimento integral dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle da BrT, incluindo os ativos intangíveis e passivos contingentes, (ii) os efeitos da avaliação da participação dos acionistas não controladores na data de aquisição a valor de mercado (iii) ganho registrado na data de aquisição do controle decorrente da diferença entre o preço pago na aquisição do controle da BrT, incluindo o valor de mercado da participação dos acionistas não controladores, e o valor justo das participações previamente detidas pela adquirente e valor justo dos ativos líquidos adquiridos, conforme comentado na Nota 1(a) e (iv) efeitos das depreciações e amortizações dos ativos reconhecidos a valor justo. De acordo com o antigo BR GAAP, no evento de uma aquisição de participação em controlada ou coligada era realizado o comparativo entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido contábil no percentual de participação da entidade adquirida, quando a diferença era positiva se reconhecia um ágio (proporcionalmente à participação adquirida) que era atribuído a mais valia de ativos, rentabilidade futura ou outros motivos, e quando a diferença era negativa se reconhecia um deságio.

e) Gastos pré-operacionais

Até 1 de janeiro de 2009, nos termos do antigo BR GAAP as controladas da Companhia adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido conforme permitido pelo CPC 13. Conforme requerido pelo IFRS, gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, os saldos consolidados dos gastos pré-operacionais em 1 de janeiro, bem como a respectiva despesa de amortização reconhecida durante o exercício de 2009, foram ajustados.

f) Diferimento de despesas com subsídios de aparelhos e taxa de ativação

De acordo com o antigo BR GAAP a Oi e a BrT Celular diferiam os gastos com subsídios de aparelhos celulares de planos pós-pagos para segmento corporativo e amortizava pelo período de 12 meses, que era o período de fidelidade acordado no contrato com o cliente. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos dos gastos com subsídios contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

De acordo com o antigo BR GAAP a Oi e a BrT Celular diferiam as despesas com a taxa de ativação e fiscalização da ANATEL - FISTEL e amortizava pelo período de 24 meses, que era o período médio de permanência dos clientes na base. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos das despesas com a taxa de ativação do cliente contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

A BrT Celular não constituiu créditos fiscais diferidos, pois não apresenta lucro tributável que suporte sua recuperação.

g) Reconhecimento de receita

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 30 e IAS 18 – Receita, a Companhia ajustou os valores incluídos nas transações multielementos, anteriormente reconhecidos como receita na venda de serviços de telefonia, pela utilização dos serviços pelos clientes.

h) Custo com desmobilização de ativos

A conciliação apresenta o reconhecimento dos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, de acordo com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12 e IFRIC 1.

i) Ágio Oi

De acordo com o antigo BR GAAP a Companhia contabilizou um ágio quando da aquisição da subsidiária Oi em 2003. Uma vez que tal transação foi realizada sem atender à todos os critérios estabelecidos pelas IFRS, a Companhia decidiu por reverter tal ágio na data da transição para as IFRS.

j) Ágio TNCP

De acordo com o antigo BR GAAP a Companhia contabilizou os excedentes pagos na aquisição do controle da TNCP, bem como na OPA realizada em janeiro de 2009 como ativos intangíveis adquiridos fundamentados nas licenças SMP da Amazônia, controlada da TNCP à época. A conciliação apresenta os efeitos do desreconhecimento da parcela de mais-valia das licenças reconhecida na referida OPA, bem como das diferenças na amortização do ativo, tendo em vista que de acordo com o CPC 36 / IAS 27 e ICPC 09, os excessos pagos em investimentos onde a Companhia já detenha o controle devem ser reconhecidos diretamente em conta específica do patrimônio líquido Ajuste de avaliação patrimonial.

k) Tributos diferidos sobre a renda

A conciliação apresenta as mudanças no imposto de renda e na contribuição social diferidos, de acordo com o CPC 32 (IAS 12), que representam os reflexos tributários sobre os ajustes necessários na convergência das Demonstrações Financeiras para os CPCs e as IFRS.

l) Juros sobre capital próprio e dividendos

Dividendo mínimo obrigatório

De acordo com o antigo BR GAAP, os juros sobre o capital próprio e os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. No caso de juros sobre capital próprio, como a Administração já possui autorização prévia do Conselho de Administração e se beneficia da dedutibilidade fiscal, estes são considerados já declarados.

Dividendos e juros sobre capital prescritos

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 / IAS 39 nos casos em que as obrigações de passivos financeiros deixam de existir os efeitos provenientes desses passivos devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A conciliação apresenta os efeitos dos dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados, anteriormente registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

m) Efeitos dos ajustes sobre a demonstração dos fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da Demonstração dos fluxos de caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração, bem como outros efeitos.

n) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima com efeitos anteriores a data de transição foram registrados contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2009 e reclassificados para reservas de lucros.

o) Lucro por ação

Conforme as normas IAS 33 / CPC 41 o lucro por ação básico e diluído passou a ser calculado em base do número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Anteriormente, o cálculo era feito com base no número de ações em circulação na data do encerramento do exercício e não era efetuado o cálculo do lucro por ação diluído.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

Conciliação do patrimônio líquido na data de transição de 1 de janeiro de 2009

Controladora

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Ativos financeiros disponíveis para venda (c)	Gastos pré-operacionais (e)	Diferimento do subsídio e da taxa Fistel (f)	Reconhecimento de receita (g)	Desmobilização de ativos (h)	Ágio Oi (i)	Ágio TNCP (j)	Dividendos (l)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 1/1/2009
Ativo circulante	**12.694.672**	**(126.144)**									**33.460**	**(92.684)**	**12.601.988**
Caixa e equivalentes de caixa	7.819.491												7.819.491
Aplicações financeiras	130.704												130.704
Contas a receber	3.132.945												3.132.945
Estoques	21.443												21.443
Instrumentos financeiros derivativos		59.108										59.108	59.108
Tributos a recuperar	979.521	(979.521)										(979.521)	
Tributos correntes sobre a renda		431.691										431.691	431.691
Outros tributos		362.578										362.578	362.578
Depósitos e bloqueios judiciais	368.503												368.503
Demais ativos	242.065										33.460	33.460	275.525
Ativo não circulante	**23.872.005**	**842.988**		**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**	**36.372**	**50.329**	**(185.219)**	**(2.784)**	**(33.460)**	**(561.097)**	**23.310.908**
Empréstimos a controladas	20.741												20.741
Instrumentos financeiros derivativos		10.616										10.616	10.616
Tributos diferidos sobre a renda	1.260.876	(46.504)					70.311	22.294	18.318			64.419	1.325.295
Outros tributos		231.756										231.756	231.756
Depósitos e bloqueios judiciais	946.635	647.120										647.120	1.593.755
Demais ativos	253.555												253.555
Investimentos	12.541.745			(747.310)	(221.253)	(300.760)	(33.939)	(4.751)	(203.537)		(33.460)	(1.545.010)	10.996.735
Imobilizado	8.289.523							32.786				32.786	8.322.309
Intangível	558.930									(2.784)		(2.784)	556.146
Ativo total	**36.566.677**	**716.844**		**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**	**36.372**	**50.329**	**(185.219)**	**(2.784)**		**(653.781)**	**35.912.896**
Passivo circulante	**7.711.384**	**39.506**					**206.797**	**80.320**			**(1.095.111)**	**(768.488)**	**6.942.896**
Empréstimos e financiamentos	3.441.404	(245.014)										(245.014)	3.196.390
Instrumentos financeiros derivativos		295.121										295.121	295.121
Fornecedores	1.379.185												1.379.185
Tributos a recolher	508.593	(508.593)										(508.593)	
Tributos correntes sobre a renda		212.224										212.224	212.224
Outros tributos		285.768										285.768	285.768
Programa de refinanciamento Fiscal	126.253												126.253
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.529.943										(1.095.111)	(1.095.111)	434.832
Provisões	301.409												301.409
Salários, encargos sociais e benefícios	212.287												212.287
Autorizações e concessões a pagar	116.603												116.603
Demais obrigações	95.707						206.797	80.320				287.117	382.824
Passivo não circulante	**18.871.045**	**677.338**						**11.147**		**(947)**		**687.538**	**19.558.583**
Empréstimos e financiamentos	16.834.538	(33.390)										(33.390)	16.801.148
Instrumentos financeiros derivativos		53.007										53.007	53.007
Provisões	1.521.359	486.669										486.669	2.008.028
Tributos a recolher e diferidos	98.192	(98.192)										(98.192)	
Tributos diferidos sobre a renda		10.601						11.147		(947)		20.801	20.801
Outros tributos		258.643										258.643	258.643
Programa de Refinanciamento Fiscal	384.822												384.822
Demais obrigações	32.134												32.134
Patrimônio líquido	**9.984.248**			**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**	**(170.425)**	**(41.138)**	**(185.219)**	**(1.837)**	**1.095.111**	**(572.831)**	**9.411.417**
Capital social	7.418.989												7.418.989
Reservas de lucro	383.159		(20.940)	(747.310)	(221.253)	(300.760)	(170.425)	(41.138)	(185.219)	(1.837)		(1.688.882)	(1.305.723)
Reservas de capital	2.199.466		20.940									20.940	2.220.406
Dividendo adicional proposto											1.095.111	1.095.111	1.095.111
Ações em tesouraria	(17.366)												(17.366)
Passivo total	**36.566.677**	**716.844**		**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**	**36.372**	**50.329**	**(185.219)**	**(2.784)**		**(653.781)**	**35.912.896**

Consolidado

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Ativos financeiros disponíveis para venda (c)	Gastos pré-operacionais (e)	Diferimento do subsídio e da taxa Fistel (f)	Reconhecimento de receita (g)	Desmobilização de ativos (h)	Ágio Oi (i)	Ágio TNCP (j)	Dividendos (l)	Efeito total das mudanças das IFRS	De acordo com as IFRS 1/1/2009
Ativo circulante	**16.576.741**	**(139.419)**	**-**	**-**	**-**	**(394.780)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(534.199)**	**16.042.542**
Caixa e equivalentes de caixa	8.605.915												8.605.915
Aplicações financeiras	1.238.035												1.238.035
Contas a receber	3.897.171												3.897.171
Estoques	153.368												153.368
Instrumentos financeiros derivativos		59.108										59.108	59.108
Tributos a recuperar	1.543.115	(1.543.115)										(1.543.115)	
Tributos correntes sobre a renda		708.359										708.359	708.359
Outros tributos		636.229										636.229	636.229
Depósitos e bloqueios judiciais	373.950												373.950
Demais ativos	765.187					(394.780)						(394.780)	370.407
Ativo não circulante	**23.258.996**	**999.983**		**(747.310)**	**(221.253)**	**94.020**		**87.795**		**78.175**	**(185.219)**	**(2.784)**	**103.407**	**23.362.403**
Empréstimos a controladas	450.175												450.175
Instrumentos financeiros derivativos		10.616										10.616	10.616
Tributos diferidos sobre a renda	2.210.983	(136.496)			384.978	111.904	154.937		87.795	29.980	18.318	651.416	2.862.399
Outros tributos		335.022										335.022	335.022
Depósitos e bloqueios judiciais	1.033.901	790.841										790.841	1.824.742
Ativo financeiro disponível para venda		3.270.861			(1.132.288)							2.138.573	2.138.573
Demais ativos	404.630						(60.917)					(60.917)	343.713
Investimentos	3.312.552	(3.270.861)										(3.270.861)	41.691
Imobilizado	12.831.266								48.195	(203.537)		(155.342)	12.675.924
Intangível	2.682.332										(2.784)	(2.784)	2.679.548
Diferido	333.157					(333.157)						(333.157)	
Ativo total	**39.835.737**	**860.564**		**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**		**87.795**		**78.175**	**(185.219)**	**(2.784)**	**(430.792)**	**39.404.945**
Passivo circulante	**9.391.800**	**39.504**						**258.220**		**106.525**			**(696.213)**	**8.695.587**
Empréstimos e financiamentos	3.620.576	(280.019)											(280.019)	3.340.557
Instrumentos financeiros derivativos		330.126											330.126	330.126
Fornecedores	1.898.626													1.898.626
Tributos a recolher	972.742	(972.742)											(972.742)	
Tributos correntes a recolher		436.976											436.976	436.976
Outros tributos a recolher		525.163											525.163	525.163
Programa de Refinanciamento Fiscal	126.774													126.774
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.529.943											(1.100.462)	(1.100.462)	429.481
Provisões	320.775													320.775
Salários, encargos sociais e benefícios	270.795													270.795
Autorizações e concessões a pagar	266.632													266.632
Demais obrigações	384.937							258.220		106.525			364.745	749.682
Passivo não circulante	**20.434.245**	**821.060**								**16.386**		**(947)**	**836.499**	**21.270.744**
Empréstimos e financiamentos	17.302.339	(33.390)											(33.390)	17.268.949
Instrumentos financeiros derivativos		53.007											53.007	53.007
Provisões	1.641.646	630.390											630.390	2.272.036
Tributos a recolher e diferidos	100.063	(100.063)											(100.063)	
Tributos diferidos sobre a renda		10.602								16.386		(947)	26.041	26.041
Outros tributos		260.514											260.514	260.514
Programa de Refinanciamento Fiscal	388.566													388.566
Autorizações e concessões a pagar	904.071													904.071
Demais obrigações	97.560													97.560
Participações minoritárias	**25.444**	**(25.444)**											**(25.444)**	
Patrimônio líquido controlador	**9.984.248**			**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**	**(170.425)**	**(41.138)**	**(185.219)**	**(1.837)**	**1.095.111**	**(572.831)**	**9.411.417**
Capital social	7.418.989													7.418.989
Reservas de lucro	383.159		(20.940)	(747.310)	(221.253)	(300.760)	(170.425)	(41.138)	(185.219)	(1.837)		(1.688.882)	(1.305.723)	
Reservas de capital	2.199.466		20.940									20.940	2.220.406	
Dividendo adicional proposto											1.095.111	1.095.111	1.095.111	
Ações em tesouraria	(17.366)													(17.366)
Patrimônio líquido não controlador		**25.444**						**(3.598)**			**5.351**	**27.197**	**27.197**	
Total do patrimônio líquido	**9.984.248**	**25.444**		**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**	**(170.425)**	**(44.736)**	**(185.219)**	**(1.837)**	**1.100.462**	**(545.634)**	**9.438.614**	
Passivo total	**39.835.737**	**860.564**		**(747.310)**	**(221.253)**	**(300.760)**	**87.795**	**78.175**	**(185.219)**	**(2.784)**		**(430.792)**	**39.404.945**	

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

Controladora

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Combinação de negócios (d)	Gastos pré-operacionais (e)	Diferimento do subsídio e da taxa Fistel (f)	Reconhecimento de receita (g)	Desmobilização de ativos (h)	Ágio Oi (i)	Ágio TNCP (j)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 31/12/2009
Ativo circulante	**8.354.766**	**59.454**									**59.454**	**8.414.220**
Caixa e equivalentes de caixa	2.589.846											2.589.846
Aplicações financeiras	1.151.883											1.151.883
Contas a receber	3.230.655											3.230.655
Estoques	28.658											28.658
Instrumentos financeiros derivativos		99.635									99.635	99.635
Tributos a recuperar	605.209	(605.209)									(605.209)	
Tributos correntes sobre a renda		189.682									189.682	189.682
Outros tributos		372.908									372.908	372.908
Depósitos e bloqueios judiciais	484.442	2.438									2.438	486.880
Demais ativos	264.073											264.073
Ativo não circulante	**33.338.047**	**892.394**		**4.558.009**	**(163.493)**	**(173.545)**	**49.956**	**30.472**	**(136.901)**	**(81.336)**	**4.975.556**	**38.313.603**
Empréstimos a controladas	79.333											79.333
Instrumentos financeiros derivativos		108.456									108.456	108.456
Tributos diferidos sobre a renda	1.528.573	(187.670)					58.643	23.210	13.540		(92.277)	1.436.296
Outros tributos		230.289									230.289	230.289
Depósitos e bloqueios judiciais	880.814	741.319									741.319	1.622.133
Demais ativos	234.984											234.984
Investimentos	21.816.322			4.558.009	(163.493)	(173.545)	(8.687)	(25.119)	(150.441)		4.036.724	25.853.046
Imobilizado	8.269.965							32.381			32.381	8.302.346
Intangível	528.056									(81.336)	(81.336)	446.720
Ativo total	**41.692.813**	**951.848**		**4.558.009**	**(163.493)**	**(173.545)**	**49.956**	**30.472**	**(136.901)**	**(81.336)**	**5.035.010**	**46.727.823**
Passivo circulante	**9.652.287**	**122.463**					**172.484**	**68.257**			**363.204**	**10.215.491**
Empréstimos e financiamentos	7.203.313	(333.703)									(333.703)	6.869.610
Instrumentos financeiros derivativos		463.161									463.161	463.161
Fornecedores	1.519.833											1.519.833
Tributos a recolher	313.621	(313.621)									(313.621)	
Tributos correntes sobre a renda		48									48	48
Outros tributos		306.578									306.578	306.578
Programa de Refinanciamento Fiscal	135.069											135.069
Dividendos e juros sobre o capital próprio	119.901											119.901
Provisões	291.277											291.277
Salários, encargos sociais e benefícios	169.020											169.020
Demais obrigações	100.253						172.484	68.257			240.741	340.994
Passivo não circulante	**22.411.913**	**829.385**						**11.010**		**4.187**	**844.582**	**23.256.495**
Empréstimos e financiamentos	19.948.317	(425.532)									(425.532)	19.522.785
Instrumentos financeiros derivativos		504.165									504.165	504.165
Provisões	1.650.795	385.930									385.930	2.036.725
Tributos a recolher e diferidos	333.423	(333.423)									(333.423)	
Tributos diferidos sobre a renda		9.434						11.010		4.187	24.631	24.631
Outros tributos		688.811									688.811	688.811
Programa de Refinanciamento Fiscal	443.913											443.913
Demais obrigações	35.465											35.465
Patrimônio líquido	**9.428.613**			**4.558.009**	**(163.493)**	**(173.545)**	**(122.528)**	**(48.795)**	**(136.901)**	**(85.523)**	**3.827.224**	**13.255.837**
Capital social	7.434.429											7.434.429
Reservas de capital	2.011.550		27.594								27.594	2.039.144
Reserva de Lucros			(27.594)	5.514.882	(163.493)	(173.545)	(122.528)	(48.795)	(136.901)	8.126	4.850.152	4.850.152
Ajuste de avaliação patrimonial				(956.873)						(93.649)	(1.050.522)	(1.050.522)
Ações em tesouraria	(17.366)											(17.366)
Passivo total	**41.692.813**	**951.848**		**4.558.009**	**(163.493)**	**(173.545)**	**49.956**	**30.472**	**(136.901)**	**(81.336)**	**5.035.010**	**46.727.823**

Consolidado

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Combinação de negócios (d)	Gastos pré-operacionais (e)	Diferimento do subsídio e da taxa Fistel (f)	Reconhecimento de receita (g)	Desmobilização de ativos (h)	Ágio Oi (i)	Ágio TNCP (j)	Efeito total das mudanças das IFRS	De acordo com as IFRS 31/12/2009
Ativo circulante	**17.621.754**	**494.851**				**(233.335)**					**261.516**	**17.883.270**
Caixa e equivalentes de caixa	5.804.069											5.804.069
Aplicações financeiras	1.817.455											1.817.455
Contas a receber	5.958.504											5.958.504
Estoques	162.448											162.448
Instrumentos financeiros derivativos		99.635									99.635	99.635
Tributos a recuperar	2.206.159	(2.206.159)									(2.206.159)	
Tributos correntes sobre a renda		494.334									494.334	494.334
Outros tributos		1.108.785									1.108.785	1.108.785
Depósitos e bloqueios judiciais	788.415	998.256									998.256	1.786.671
Demais ativos	884.704					(233.335)					(233.335)	651.369
Ativo não circulante	**42.603.645**	**3.740.855**		**9.331.187**	**(164.049)**	**41.710**	**65.193**	**93.352**	**(136.901)**	**(81.336)**	**12.890.011**	**55.493.656**
Empréstimos a controladas	468.756											468.756
Instrumentos financeiros derivativos		108.456									108.456	108.456
Tributos diferidos sobre a renda	5.129.767	(161.249)			82.895	82.582	65.193	36.365	13.540		119.326	5.249.093
Outros tributos		764.289									764.289	764.289
Depósitos e bloqueios judiciais	2.422.366	3.029.359									3.029.359	5.451.725
Demais ativos	501.135					(40.872)					(40.872)	460.263
Investimentos	47.064											47.064
Imobilizado	22.560.606			2.769.490				56.987	(150.441)		2.676.036	25.236.642
Intangível	11.227.007			6.561.697						(81.336)	6.480.361	17.707.368
Diferido	246.944				(246.944)						(246.944)	
Ativo total	**60.225.399**	**4.235.706**		**9.331.187**	**(164.049)**	**(191.625)**	**65.193**	**93.352**	**(136.901)**	**(81.336)**	**13.151.527**	**73.376.926**
Passivo circulante	**16.481.016**	**1.111.777**					**191.748**	**125.210**			**1.428.735**	**17.909.751**
Empréstimos e financiamentos	8.324.761	(467.092)									(467.092)	7.857.669
Instrumentos financeiros derivativos		596.550									596.550	596.550
Fornecedores	4.045.798											4.045.798
Tributos a recolher	1.475.967	(1.475.967)									(1.475.967)	
Tributos correntes sobre a renda		187.377									187.377	187.377
Outros tributos		1.443.246									1.443.246	1.443.246
Programa de Refinanciamento Fiscal	165.729											165.729
Dividendos e juros sobre o capital próprio	224.772											224.772
Provisões	687.735	827.663									827.663	1.515.398
Provisão para fundos de pensão	104.533											104.533
Salários, encargos sociais e benefícios	359.665											359.665
Autorizações e concessões a pagar	315.051											315.051
Demais obrigações	777.005						191.748	125.210			316.958	1.093.963
Passivo não circulante	**28.655.732**	**3.123.929**		**3.970.034**				**18.634**		**4.187**	**7.116.784**	**35.772.516**
Empréstimos e financiamentos	21.730.570	(490.423)									(490.423)	21.240.147
Instrumentos financeiros derivativos		569.056									569.056	569.056
Provisões	3.058.716	2.362.520									2.362.520	5.421.236
Provisão para fundos de pensão	575.180											575.180
Tributos a recolher e diferidos	623.213	(623.213)									(623.213)	
Tributos diferidos sobre a renda		15.937		3.967.080				18.634		4.187	4.005.838	4.005.838
Outros tributos		1.290.052									1.290.052	1.290.052
Programa de Refinanciamento Fiscal	811.323

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 33.000.118/0001-79

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora												
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Equivalência patrimonial (b)	Ativos financeiros disponíveis para venda (c)	Combinação de negócios (d)	Gastos pré-operacionais (e)	Diferimento do subsídio e da taxa Fistel (f)	Reconhecimento de receita (g)	Desmobilização de ativos (h)	Ágio Oi (i)	Ágio TNCP (j)	Dividendos (l)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 31/12/2009
Receita líquida de vendas e/ou serviços	**14.035.553**						**34.313**					**34.313**	**14.069.866**
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(8.897.493)							(3.094)	53.097	15.097		65.100	(8.832.393)
Lucro bruto	**5.138.060**						**34.313**	**(3.094)**	**53.097**	**15.097**		**99.413**	**5.237.473**
Receitas (despesas) operacionais	**(3.391.571)**	**(6.654)**	**(1.128.043)**	**6.633.396**	**57.042**	**126.184**	**31.868**	**(956)**			**19.741**	**5.732.578**	**2.341.007**
Resultado de equivalência patrimonial	323.290	(6.654)	(1.128.043)	6.633.396	57.042	126.184	31.868	(956)				5.712.837	6.036.127
Comercialização de serviços	(1.937.896)												(1.937.896)
Gerais e administrativas	(1.286.849)												(1.286.849)
Outras receitas operacionais	559.448										19.741	19.741	579.189
Outras despesas operacionais	(1.049.564)												(1.049.564)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos	**1.746.489**	**(6.654)**	**(1.128.043)**	**6.633.396**	**57.042**	**126.184**	**66.181**	**(4.050)**	**53.097**	**15.097**	**19.741**	**5.831.991**	**7.578.480**
Receita financeira	773.385												773.385
Despesa financeira	(3.183.567)												(3.183.567)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	**(663.693)**	**(6.654)**	**(1.128.043)**	**6.633.396**	**57.042**	**126.184**	**66.181**	**(4.050)**	**53.097**	**15.097**	**19.741**	**5.831.991**	**5.168.298**
Imposto de renda e Contribuição Social Corrente	(31.890)												(31.890)
Diferido	100.756						(11.667)	1.054	(4.779)	(5.134)		(20.526)	80.230
Lucro (prejuízo) do exercício	**(594.827)**	**(6.654)**	**(1.128.043)**	**6.633.396**	**57.042**	**126.184**	**54.514**	**(2.996)**	**48.318**	**9.963**	**19.741**	**5.811.465**	**5.216.638**

	Consolidado												
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Ativos financeiros disponíveis para venda (c)	Combinação de negócios (d)	Gastos pré-operacionais (e)	Diferimento do subsídio e da taxa Fistel (f)	Reconhecimento de receita (g)	Desmobilização de ativos (h)	Ágio Oi (i)	Ágio TNCP (j)	Dividendos (l)	Efeito total das mudanças das IFRS	De acordo com as IFRS 31/12/2009
Receita líquida de vendas e/ou serviços	**29.811.811**				**23.411**			**91.960**					**115.371**	**29.927.182**
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(17.197.236)				(1.433.722)		181.489		(5.060)	53.097	15.097		(1.189.099)	(18.386.335)
Lucro bruto	**12.614.575**				**(1.410.311)**		**181.489**	**91.960**	**(5.060)**	**53.097**	**15.097**		**(1.073.728)**	**11.540.847**
Receitas (despesas) operacionais	**(10.980.265)**		**(6.655)**	**(1.128.043)**	**8.309.282**	**86.215**						**31.572**	**7.292.371**	**(3.687.894)**
Resultado de equivalência patrimonial	315	17.346	(6.655)									(11.006)	(315)	
Comercialização dos serviços	(5.319.913)				32.707								32.707	(5.287.206)
Gerais e administrativas	(3.027.938)													(3.027.938)
Ganho na aquisição do controle da BrT					6.683.751								6.683.751	6.683.751
Perdas com ativos financeiros disponíveis para venda				(1.128.043)									(1.128.043)	(1.128.043)
Outras receitas operacionais	1.338.621	288										42.578	42.866	1.381.487
Outras despesas operacionais	(3.971.350)	(17.634)			1.592.824	86.215							1.661.405	(2.309.945)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos	**1.634.310**		**(6.655)**	**(1.128.043)**	**6.898.971**	**86.215**	**181.489**	**91.960**	**(5.060)**	**53.097**	**15.097**	**31.572**	**6.218.643**	**7.852.953**
Receita financeira	1.607.518													1.607.518
Despesa financeira	(4.049.628)				(2.469)								(2.469)	(4.052.097)
Lucro (prejuízo) antes das tributações	**(807.800)**		**(6.655)**	**(1.128.043)**	**6.896.502**	**86.215**	**181.489**	**91.960**	**(5.060)**	**53.097**	**15.097**	**31.572**	**6.216.174**	**5.408.374**
Imposto de renda e Contribuição Social Corrente	(870.583)													(870.583)
Impostos diferidos	570.945				124.888	(29.011)	(72.354)	(31.268)	1.660	(4.779)	(5.134)		(15.998)	554.947
Lucro (prejuízo) do exercício atribuído ao controlador	**(1.107.438)**		**(6.655)**	**(1.128.043)**	**7.021.390**	**57.204**	**109.135**	**60.692**	**(3.400)**	**48.318**	**9.963**	**31.572**	**6.200.176**	**5.092.738**
Atribuído ao: Não controlador	**(512.611)**				**387.993**	**162**	**(17.049)**	**6.178**	**(404)**			**11.831**	**388.711**	**(123.900)**

A CVM através da Deliberação nº 656, de 25 de janeiro de 2011, que acrescentou o art 2º-A a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, requer que as companhias abertas que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras do exercício social iniciado a partir de primeiro de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, incluiam nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

A seguir apresentamos as conciliações de patrimônio líquido e resultado para os trimestres de 2010 e de 2009.

Conciliação do Patrimônio Líquido

	Nota 3.4	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009
Patrimônio líquido original conforme os BR GAAP		10.020.380	9.993.722	10.569.047	9.820.997	11.119.254	9.910.211
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP		5.813.646	4.639.479	5.935.248	3.252.863	6.157.394	5.600.948
Patrimônio líquido total conforme os BR GAAP		15.834.026	14.633.201	16.504.295	13.073.860	17.276.648	15.511.159
Ajustes:							
Combinação de negócios	(d)	8.869.681	12.814.691	8.409.396	12.292.048	7.955.576	9.774.876
Ágio TNCP	(j)	(77.206)	(103.863)	(73.076)	(111.293)	(68.946)	(118.723)
Diferimento do subsídio e da taxa Fistel	(f)	(272.588)	(371.061)	(235.857)	(354.763)	(178.876)	(303.000)
Gastos pré-operacionais	(e)	(225.389)	(311.603)	(203.835)	(290.050)	(182.281)	(268.496)
Reconhecimento de receita	(g)	(165.004)	(206.557)	(185.831)	(220.909)	(166.928)	(211.349)
Ágio Oi	(i)	(137.166)	(190.263)	(123.892)	(176.989)	(110.618)	(163.715)
Desmobilização de ativos	(h)	(47.910)	(41.231)	(50.797)	(42.489)	(53.707)	(43.760)
Dividendos	(l)		1.100.462				
Tributos diferidos sobre a renda	(k)	(3.549.073)	(3.732.234)	(3.379.912)	(4.487.179)	(3.233.980)	(3.856.548)
		4.395.345	**8.958.341**	**4.156.196**	**6.608.376**	**3.960.240**	**4.809.285**
Atribuído a:							
Controlador		3.827.879	5.799.166	3.800.668	3.067.093	3.812.272	3.812.321
Não controladores		567.466	3.159.175	355.528	3.541.283	147.968	996.964
Patrimônio líquido conforme os CPCs e as IFRS		20.229.371	23.591.542	20.660.491	19.682.236	21.236.888	20.320.444
Atribuído a:							
Controlador		13.848.259	15.792.888	14.369.715	12.888.090	14.931.526	13.722.532
Não controladores		6.381.112	7.798.654	6.290.776	6.794.146	6.305.362	6.597.912

Conciliação do Lucro (prejuízo) Líquido

	Nota 3.4	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
		2010	2009	2010	2009	2010	2009
Lucro (prejuízo) original conforme os BR GAAP		588.046	2.328	1.131.502	(175.259)	1.680.167	(109.508)
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP		153.609	152.338	275.211	(722.061)	483.460	(571.696)
Lucro (prejuízo) total conforme os BR GAAP		741.655	154.666	1.406.713	(897.320)	2.163.627	(681.204)
Ajustes:							
Equivalência patrimonial	(b)	(1.277)	(2.445)	(2.056)	(4.108)	(2.584)	(5.381)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(c)		(1.128.043)		(1.128.043)		(1.128.043)
Combinação de negócios	(d)	(423.604)	6.320.931	(883.888)	7.665.695	(1.337.708)	7.340.190
Ágio TNCP	(j)	4.130	(7.430)	8.260	(14.860)	12.390	(22.290)
Diferimento do subsídio	(f)	(17.426)	90.665	(3.109)	150.625	17.227	188.572
Diferimento da taxa Fistel	(f)	22.386	(6.030)	41.459	(49.692)	78.104	(35.877)
Gastos pré-operacionais	(e)	21.554	21.554	43.107	43.107	64.661	64.661
Reconhecimento de receita	(g)	1.256	77.151	(19.571)	62.798	(670)	72.357
Ágio Oi	(i)	13.274	13.274	26.548	26.548	39.822	39.822
Desmobilização de ativos	(h)	(2.865)	8.214	(5.751)	6.955	(8.662)	5.685
Dividendos	(l)		11.831	2.944	11.831	16.815	31.572
Tributos diferidos sobre a renda	(k)	160.254	80.384	329.414	(317.558)	475.349	(163.214)
		(222.318)	5.480.056	(462.643)	6.453.298	(645.256)	6.388.054
Atribuído a:							
Controlador		(13.920)	5.619.543	(42.293)	5.717.211	(31.215)	5.781.206
Não controladores		(208.398)	(139.487)	(420.350)	736.087	(614.041)	606.848
Lucro líquido conforme os CPCs e as IFRS		519.337	5.634.722	944.070	5.555.978	1.518.371	5.706.850
Atribuído a:							
Controlador		574.126	5.621.871	1.089.209	5.541.952	1.648.952	5.671.698
Não controladores		(54.789)	12.851	(145.139)	14.026	(130.581)	35.152

Os efeitos reconhecidos no resultado da controladora originados pela aplicação dos CPCs nas suas controladas, e que são apresentados em uma linha específica de resultado de equivalência patrimonial, por trimestre estão apresentados a seguir: em 31 de março de 2010 perda de R$ 32.578 (2009 - ganho de R$ 5.597.435); em 30 de junho de 2010 perda de R$ 75.976 (2009 - ganho de R$ 5.698.841); e em 30 de setembro de 2010 perda de R$ 82.736 (2009 - ganho de R$ 5.733.356).

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Fluxos de caixa	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009
Atividades operacionais	2.311.060	(337.475)	1.973.585	4.736.623	4.348.005	9.084.628
Atividades de investimentos	(12.030.462)	556.431	(11.474.031)	(5.578.307)	(4.285.130)	(9.863.437)
Atividades de financiamentos	4.489.757	(218.956)	4.270.801	(1.960.162)	(62.875)	(2.023.037)

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política") aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de risco de acordo com a Diretriz de risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como *"swaps"*, termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Estratégia, Diretor de Relacionamento com Clientes, Diretor de Relação com Investidores, Diretor Tributário e Diretor de Tesouraria do Grupo Oi. O Comitê se reúne mensalmente para supervisionar o enquadramento da Política. Bimestralmente, a Diretoria apresenta ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento da Política.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos *"Swap"* e "NDF" foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício.

O método utilizado para o cálculo de valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos adotado para reconhecimento contábil relativos ao prêmio das opções foi o *"Black&Scholes"*.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são iguais aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		2010			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	2.152.730	2.152.730	8.621.996	8.621.996
Aplicações financeiras	Valor justo	640.449	640.449	1.951.733	1.951.733
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	62.025	62.025	62.025	62.025
Contas a receber	Custo amortizado	2.967.518	2.967.518	5.896.592	5.896.592
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	1.612.763	1.612.763	4.039.775	4.039.775
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	17.253.610	18.257.498	22.505.649	22.810.156
Debêntures	Custo amortizado	8.208.524	8.781.213	6.592.167	7.013.391
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	763.146	763.146	833.865	833.865
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	304.918	304.918	545.261	545.261
Autorizações e concessões a pagar(*)	Custo amortizado	100.852	100.852	2.126.157	2.126.157

		2009			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	2.589.846	2.589.846	5.804.069	5.804.069
Aplicações financeiras	Valor justo	1.156.874	1.156.874	1.822.446	1.822.446
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	208.091	208.091	208.091	208.091
Contas a receber	Custo amortizado	3.230.655	3.230.655	5.958.504	5.958.504
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	1.519.833	1.519.833	4.045.798	4.045.798
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	17.988.139	18.256.615	22.505.649	22.808.935
Debêntures	Custo amortizado	8.404.256	8.782.095	6.592.167	7.014.612
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	967.326	967.326	1.165.606	1.165.606
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	119.901	119.901	224.772	224.772
Autorizações e concessões a pagar (*)	Custo amortizado			1.832.073	1.832.073

		01/01/2009			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	7.819.491	7.819.491	8.605.915	8.605.915
Aplicações financeiras	Valor justo	130.704	130.704	1.239.554	1.239.554
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	69.724	69.724	69.724	69.724
Contas a receber	Custo amortizado	3.132.945	3.132.945	3.897.171	3.897.171
Ativo financeiro disponível para venda	Valor Justo	–	–	2.138.573	2.138.573
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	1.379.185	1.379.185	1.898.626	1.898.626
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	16.200.297	14.687.111	16.812.265	15.298.793
Debêntures	Custo amortizado	3.797.241	3.797.538	3.797.241	3.797.527
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	348.128	348.128	383.133	383.133
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	434.832	434.832	429.481	429.481
Autorizações e concessões a pagar (*)	Custo amortizado	116.603	116.603	1.170.703	1.170.703

(*) As Autorizações e concessões a pagar não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho *("nonperformance risk")*, incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *"input"* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 - Os *"inputs"* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 - Os *"inputs"* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *"inputs"* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *"inputs"* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 - Os *"inputs"* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e em 1 de janeiro de 2009:

				Controladora
Descrição	**2010**	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	2.152.730		2.152.730	
Aplicações financeiras	640.449		640.449	
Instrumentos financeiros derivativos	62.025		62.025	
Total dos ativos	**2.855.204**		**2.855.204**	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	763.146		763.146	
Total do passivo	**763.146**		**763.146**	

				Consolidado
Descrição	**2010**	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	8.621.996		8.621.996	
Aplicações financeiras	1.951.733		1.951.733	
Instrumentos financeiros derivativos	62.025		62.025	
Total dos ativos	**10.635.754**		**10.635.754**	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	833.865		833.865	
Total do passivo	**833.865**		**833.865**	

				Controladora
Descrição	**2009**	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	2.589.846		2.589.846	
Aplicações financeiras	1.156.874		1.156.874	
Instrumentos financeiros derivativos	208.091		208.091	
Total dos ativos	**3.954.811**		**3.954.811**	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	967.327		967.327	
Total do passivo	**967.327**		**967.327**	

				Consolidado
Descrição	**2009**	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	5.804.069		5.804.069	
Aplicações financeiras	1.822.446		1.822.446	
Instrumentos financeiros derivativos	208.091		208.091	
Total dos ativos	**7.834.606**		**7.834.606**	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	1.165.606		1.165.606	
Total do passivo	**1.165.606**		**1.165.606**	

				Controladora
Descrição	**01.01.2009**	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	7.819.491		7.819.491	
Aplicações financeiras	130.704		130.704	
Instrumentos financeiros derivativos	69.724		69.724	
Ativo financeiro disponível para venda				
Total dos ativos	**8.019.919**		**8.019.919**	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	348.128		348.128	
Total do passivo	**348.128**		**348.128**	

				Consolidado
Descrição	**01.01.2009**	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	8.605.915		8.605.915	
Aplicações financeiras	1.239.554		1.239.554	
Instrumentos financeiros derivativos	69.724		69.724	
Ativo financeiro disponível para venda	2.138.573	2.138.573		
Total dos ativos	**12.053.766**	**2.138.573**	**9.915.193**	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	383.133		383.133	
Total do passivo	**383.133**		**383.133**	

Ajuste a valor presente

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(b) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 19,2% do total das nossas disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Consolidado					
	2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	1.811.374	1.811.374	402.658	402.658	418.049	418.049
Aplicações financeiras	218.443	218.443				

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 22,7% (2009 - 15,0% e 01/01/2009 - 15%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Companhia tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de Moedas do BNDES 90,2% (2009 - 94,5% e 01/01/2009 - 59%) está coberta por operações de proteção nas modalidades *"swap"* cambial, termo em moeda, opções em moeda e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram registrados em resultado nas operações com instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo (vide Nota 8):

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Ganho (perda) com "*swap*" cambial	(245.115)	(921.365)	(253.889)	(1.035.591)
Operações de termo e opção de moedas	(223.154)	(193.637)	(223.154)	(201.489)
	(468.269)	**(1.115.002)**	**(477.043)**	**(1.237.080)**

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos resumidos a seguir:

						Controladora			
						Valor justo			
			Valor de referência (nocional)			Valores a (pagar)/ a receber			
	Indexador	Vencimento	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contratos de "*swap cross currency*" US$/R$ (i)									
Posição ativa	US$ US$ Libor 6M 1,07% a 6,05% % CDI	jan/2011 ago/2019	3.333.653	3.779.480	1.164.734	2.896.860	3.197.903	1.196.352
Posição passiva	CDI -1,50% a 110,00%	jan/2011 ago/2019	(3.333.653)	(3.779.480)	(1.164.734)	(3.477.762)	(3.850.678)	(1.542.589)
Valor líquido						**(580.902)**	**(652.775)**	**(346.237)**
Contratos de "*swap cross currency*" lene/R$ (ii)									
Posição ativa	lene Libor 6M	set/2017 set/2017	267.235	546.311		259.800	462.272	
Posição passiva	% CDI	set/2017	(267.235)	(546.311)		(271.398)	(554.861)	
Valor líquido						**(11.598)**	**(92.589)**	
Contratos a termo de moeda lene / US$ (ii)									
Posição ativa	cotação forward 92,35	Jul/2009			446.432			515.809
Posição passiva					(446.432)			(446.189)
Valor líquido									**69.620**

Contraparte:

(i) - ABN, BNP Paribas, Citibank, Deutsche, Itaú, JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard e Votorantim.

(ii) - Santander

						Consolidado			
						Valor justo			
			Valor de referência (nocional)			Valores a (pagar)/ a receber			
	Indexador	Vencimento	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contratos de "*swap cross currency*" US$/R$ (i)									
Posição ativa	US$ US$ Libor 6M 1,07% a 6,05% % CDI	jan/2011 ago/2019	3.333.653	3.779.480	1.258.214	2.896.860	3.197.893	1.258.465
Posição passiva	CDI -1,50% a 110,00%	jan/2011 ago/2019	(3.333.653)	(3.779.480)	(1.258.214)	(3.477.762)	(3.850.668)	(1.639.707)
Valor líquido						**(580.902)**	**(652.755)**	**(381.242)**
Contratos de "*swap cross currency*" lene/R$ (ii)									

Contraparte:
(i) - Barclays, Banco Espirito Santo, BNP Paribas, Bradesco, BTG Pactual, Citibank, Deutsche, HSBC, ITAU BBA, JP Morgan, Merril Lynch, Morgan Stanley, Santander, Votorantim

Contratos de NDF "Non Deliverable Forward" US$/R$

A TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF "Non Deliverable Forward" no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face à exposição atual da companhia ao dólar desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra a companhia.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) deste período. Para o cenário provável, foi utilizado a mesma taxa de Dólar de 31 de dezembro de 2010. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de câmbio

Descrição	Taxa 2010	Taxa 2009	Desvalorização
Cenário Provável			
Dólar	1,6662	1,7412	0%
Iene	0,020500	0,018832	0%
Cesta de Moedas	0,032718	0,033995	0%
Euro	2,2280		0%
Cenário Possível			
Dólar	2,0828	2,1765	25%
Iene	0,025625	0,02354	25%
Cesta de Moedas	0,040898	0,042494	25%
Euro	2,7850		25%
Cenário Remoto			
Dólar	2,4993	2,6118	50%
Iene	0,03075	0,028248	50%
Cesta de Moedas	0,049077	0,050993	50%
Euro	3,3420		50%

Em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Fluxo futuro de pagamentos:

Controladora

Descrição	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2010 Total
Cenário provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	683.810	1.148.849	1.077.338	4.681.499	7.591.496
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.628.753)	(709.393)	(663.991)	(1.548.745)	(5.550.882)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(310.034)				(310.034)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	107.509	210.960	207.337	203.709	729.515
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(40.876)	(80.386)	(79.166)	(77.944)	(278.372)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	903				903
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro		61.503	111.221	1.766.294	1.939.018
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)				(1.645.721)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(3.833.162)**	**631.533**	**652.739**	**5.024.813**	**2.475.923**
Cenário possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	854.763	1.436.061	1.346.672	5.851.874	9.489.370
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.285.941)	(886.741)	(829.988)	(1.935.932)	(6.938.602)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(387.542)				(387.542)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	134.386	263.699	259.171	254.636	911.892
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(51.095)	(100.483)	(98.957)	(97.430)	(347.965)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	1.129				1.129
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro		76.879	139.026	2.207.868	2.423.773
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)				(2.057.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(4.791.451)**	**789.415**	**815.924**	**6.281.016**	**3.094.904**
Cenário remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.025.715	1.723.274	1.616.006	7.022.248	11.387.243
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.943.129)	(1.064.090)	(995.986)	(2.323.118)	(8.326.323)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(465.051)				(465.051)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	161.263	316.439	311.005	305.563	1.094.270
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(61.313)	(120.580)	(118.749)	(116.916)	(417.558)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	1.355				1.355
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro		92.255	166.831	2.649.441	2.908.527
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.468.581)				(2.468.581)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(5.749.741)**	**947.298**	**979.107**	**7.537.218**	**3.713.882**
Impactos						
Cenário possível - Cenário provável		**(958.289)**	**157.882**	**163.185**	**1.256.203**	**618.981**
Dólar		(563.743)	109.864	103.337	783.188	432.646
Iene		16.658	32.642	32.043	31.441	112.784
Cesta		226				226
Euro		(411.430)	15.376	27.805	441.574	73.325
Cenário remoto - Cenário provável		**(1.916.579)**	**315.765**	**326.368**	**2.512.405**	**1.237.959**
Dólar		(1.127.488)	219.728	206.673	1.566.376	865.289
Iene		33.317	65.285	64.085	62.882	225.569
Cesta		452				452
Euro		(822.860)	30.752	55.610	883.147	146.649

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos

Controladora

Descrição	Risco	Saldo em 2010
Cenário provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.572.693
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.016.100)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(310.034)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	707.050
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(259.800)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	900
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro	1.674.568
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)
Total vinculado a taxas de câmbio		**723.556**
Cenário possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	6.965.866
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.270.125)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(387.542)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	883.812
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(324.751)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	1.125
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro	2.093.210
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		**904.444**
Cenário remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.359.039
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.524.150)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(465.051)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.060.575
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(389.701)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	1.350
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro	2.511.852
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.648.582)
Total vinculado a taxas de câmbio		**905.332**
Impactos		
Cenário possível - Cenário provável		**180.888**
Dólar		61.640
Iene		111.811
Cesta		225
Euro		7.212
Cenário remoto - Cenário provável		**361.776**
Dólar		123.279
Iene		223.624
Cesta		450
Euro		14.423

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos

Controladora

Operação	Risco	Saldo em 2009
Cenário provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.126.427
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.184.472)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(314.235)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	741.779
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(462.273)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	12.155
Total vinculado a taxas de câmbio		**(80.619)**
Cenário possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.908.034
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.980.590)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(392.794)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	927.224
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(577.841)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	15.194
Total vinculado a taxas de câmbio		**(100.773)**
Cenário remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.689.640
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(4.776.708)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(471.352)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.112.669
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(693.409)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	18.232
Total vinculado a taxas de câmbio		**(120.928)**
Impactos		
Cenário possível - Cenário provável		**(20.034)**
Dólar		(93.014)
Iene		69.942
Cesta		3.038
Cenário remoto - Cenário provável		**(40.067)**
Dólar		(186.028)
Iene		139.884
Cesta		6.077

Fluxo futuro de pagamentos:

Consolidado

Descrição	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2010 Total
Cenário provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	685.628	1.149.612	1.077.399	4.681.499	7.594.138
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(2.628.753)	(709.393)	(663.991)	(1.548.745)	(5.550.882)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(394.273)				(394.273)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	152.337	210.960	207.337	203.709	774.343
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(85.482)	(80.386)	(79.166)	(77.944)	(322.978)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	10.117				10.117
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro		61.503	111.221	1.766.294	1.939.018
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)				(1.645.721)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(3.906.147)**	**632.296**	**652.800**	**5.024.813**	**2.403.762**
Cenário possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	857.036	1.437.015	1.346.749	5.851.874	9.492.674
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.285.941)	(886.741)	(829.988)	(1.935.932)	(6.938.602)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(492.841)				(492.841)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	190.422	263.699	259.171	254.636	967.928
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(106.853)	(100.483)	(98.957)	(97.430)	(403.723)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	12.646				12.646
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro		76.879	139.026	2.207.868	2.423.773
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)				(2.057.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(4.882.682)**	**790.369**	**816.001**	**6.281.016**	**3.004.704**
Cenário remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.028.443	1.724.418	1.616.099	7.022.248	11.391.208
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.943.129)	(1.064.090)	(995.986)	(2.323.118)	(8.326.323)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(591.409)				(591.409)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	228.506	316.439	311.005	305.563	1.161.513
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(128.223)	(120.580)	(118.749)	(116.916)	(484.468)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	15.175				15.175
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro		92.255	166.831	2.649.441	2.908.527
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.468.581)				(2.468.581)
Total vinculado a taxas de câmbio		**(5.859.218)**	**948.442**	**979.200**	**7.537.218**	**3.605.642**
Impactos						
Cenário possível - Cenário provável		**(976.535)**	**158.073**	**163.201**	**1.256.203**	**600.942**
Dólar		(584.348)	110.055	103.353	783.188	412.248
Iene		16.714	32.642	32.043	31.441	112.840
Cesta		2.529				2.529
Euro		(411.430)	15.376	27.805	441.574	73.325
Cenário remoto - Cenário provável		**(1.953.071)**	**316.146**	**326.400**	**2.512.405**	**1.201.880**
Dólar		(1.168.697)	220.109	206.705	1.566.376	824.493
Iene		33.428	65.285	64.085	62.882	225.680
Cesta		5.058				5.058
Euro		(822.860)	30.752	55.610	883.147	146.649

O valor justo dos instrumentos passivos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos

Consolidado

Descrição	Risco	Saldo em 2010
Cenário provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.575.310
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.016.100)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(394.273)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	751.596
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(304.197)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	9.968
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro	1.674.568
Caixa em Euro	Queda do Euro	(1.645.721)
Total vinculado a taxas de câmbio		**651.151**
Cenário possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	6.969.138
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(6.270.125)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(492.841)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	939.494
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(380.246)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	12.460
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro	2.093.210
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.057.151)
Total vinculado a taxas de câmbio		**813.939**
Cenário remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.362.965
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(7.524.150)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(591.409)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.127.393
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(456.295)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	14.952
Dívidas em Euro	Alta da Cesta de Euro	2.511.852
Caixa em Euro	Queda do Euro	(2.468.581)
Total vinculado a taxas de câmbio		**976.727**
Impactos		
Cenário possível - Cenário provável		**162.788**
Dólar		41.235
Iene		111.849
Cesta		2.492
Euro		7.212
Cenário remoto - Cenário provável		**325.576**
Dólar		82.469
Iene		223.699
Cesta		4.984
Euro		14.424

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos

Consolidado

Operação	Risco	Saldo em 2009
Cenário provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.497.798
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.184.472)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(401.386)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	864.438
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(585.117)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	49.844
Total vinculado a taxas de câmbio		**241.105**
Cenário possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	4.372.247
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(3.980.590)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(501.732)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.080.547
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(731.397)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	62.305
Total vinculado a taxas de câmbio		**301.380**
Cenário remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	5.246.697
Derivativos (posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(4.776.708)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(602.079)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	1.296.657
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(877.676)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta	74.766
Total vinculado a taxas de câmbio		**361.657**
Impactos		
Cenário possível - Cenário provável		**60.436**
Dólar		(21.933)
Iene		69.908
Cesta		12.461
Cenário remoto - Cenário provável		**120.872**
Dólar		(43.866)
Iene		139.817
Cesta		24.921

(c) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pré e pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

Consolidado

	2010 Valor contábil	2010 Valor justo	2009 Valor contábil	2009 Valor justo	01/01/2009 Valor contábil	01/01/2009 Valor justo
Ativo						
Equivalentes de caixa	6.461.072	6.461.072	5.175.413	5.175.413	8.080.534	8.080.534
Aplicações financeiras	1.733.290	1.733.290	1.822.446	1.822.446	1.239.554	1.239.554

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América, LIBOR japonesa no caso de parte da dívida expressa em Iene japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, a Companhia e suas controladas possuem operações de "*swap*" que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais "*spread*" para percentual do CDI.

Em 31 de dezembro de 2010, aproximadamente 77,9% (2009 – 89,0% e 01/01/2009 – 98%) da dívida contratada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 82,8% (2009 – 96,0% e 01/01/2009 – 99%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento da Companhia após operações de "*hedge*" é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de "*hedge*". Porém, como o caixa da Companhia está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material para a Companhia

Em 31 de dezembro de 2010, foram registrados em resultado de operações de "*hedge*" (vide Nota 8) uma perda de R$ 26.625 (2009 – uma perda de R$ 30.433) na controladora e uma perda de R$ 26.750 (2009 – uma perda de R$ 30.708) no consolidado, provenientes das operações de "*swap*" taxa de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

Controladora e Consolidado

			Valor de referência (nocional)			Valor justo		
	Indexador	Vencimento	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Contratos de "swap" taxa US$ LIBOR/ Pré (i)								
Posição ativa	US$ Libor 3M 2,50%	fev/2012 a fev/2016	427.018	560.080	446.811	424.387	561.214	437.393
Posição passiva	US$ 3,62% a 5,04%	fev/2012 a fev/2016	(427.018)	(560.080)	(446.811)	(440.283)	(576.088)	(439.282)
Valor líquido						**(15.896)**	**(14.874)**	**(1.889)**
Contratos de "swap" taxa CDI+spread/ CDI (ii)								
Posição ativa	CDI 0,55% % CDI	mar/2013	270.000	270.000	270.000	282.571	282.029	282.651
Posição passiva	103,80%	mar/2013	(270.000)	(270.000)	(270.000)	(281.837)	(281.027)	(282.549)
Valor líquido						**734**	**1.002**	**102**

Contraparte:
(i) - Citibank S.A., NY (Goldman Sachs) e Itaú.
(ii) - Citibank

Contratos de "*swap*" taxa US$ LIBOR/Pré

A Companhia contratou operações de "*swap*" de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a Companhia possui posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexado a LIBOR.

Contratos de "*swap*" taxa CDI + "*spread*"/CDI

A Companhia contratou operação de "*swap*" de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais "*spread*". Neste contrato, a Companhia possui posição ativa em CDI mais "*spread*" e posição passiva em percentual do CDI.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia considera que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR (USD e JPY) e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2010. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

2010

Cenários de taxas de juros

Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	USD LIBOR 6M
10,64%	6,0%	0,4559%	13,30%	7,5%	0,5699%	15,96%	9,0%	0,6838%

2009

Cenários de taxas de juros

Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	USD LIBOR	CDI	TJLP	USD LIBOR	CDI	TJLP	USD LIBOR
8,55%	6,00%	0,42969%	10,68%	7,50%	0,53711%	12,83%	9,00%	0,64453%

Em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR (USD) com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 10.

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

Controladora

Descrição	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	2010 Total
Cenário provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	988.706	1.385.546	422.472	35.158	2.831.882
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	384.205	586.852	499.886	443.746	1.914.689
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	224.593	277.107	103.902	56.199	661.801
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	41.573	61.550	36.786	18.204	158.113
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(32.041)	(46.301)	(27.093)	(12.998)	(118.433)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	6.794	9.529	5.906	2.278	24.507
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(2.287)	(3.210)	(1.989)	(767)	(8.253)
Total vinculado a taxas de juros		**1.611.543**	**2.271.073**	**1.039.870**	**541.820**	**5.464.306**
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.169.579	1.692.828	514.472	42.733	3.419.612
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	442.816	721.524	620.416	552.191	2.336.947
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	287.343	396.550	167.472	122.325	973.690
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	53.025	80.281	48.000	23.830	205.136
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(40.855)	(60.383)	(35.341)	(17.004)	(153.583)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	8.858	13.069	8.100	3.124	33.151
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(2.982)	(4.400)	(2.727)	(1.052)	(11.161)
Total vinculado a taxas de juros		**1.917.784**	**2.839.469**	**1.320.392**	**726.147**	**6.803.792**
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.347.829	1.995.836	605.310	50.217	3.999.192
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	500.661	855.057	741.891	659.677	2.757.286
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	352.698	537.028	247.916	214.414	1.352.056
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	64.900	100.351	60.020	29.886	255.157
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(49.991)	(75.468)	(44.179)	(21.313)	(190.951)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	11.068	17.071	10.581	4.081	42.801
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(3.725)	(5.746)	(3.561)	(1.374)	(14.406)
Total vinculado a taxas de juros		**2.223.440**	**3.424.129**	**1.617.978**	**935.588**	**8.201.135**
Impactos						
Cenário possível - Cenário provável		**306.241**	**568.396**	**280.522**	**184.327**	**1.339.486**
CDI		239.484	441.954	212.530	116.020	1.009.988
TJLP		62.750	119.443	63.570	66.126	311.889
US LIBOR		2.638	4.649	2.966	1.620	11.873
IENE LIBOR		1.369	2.350	1.456	561	5.736
Cenário remoto - Cenário provável		**611.897**	**1.153.056**	**578.108**	**393.768**	**2.736.829**
CDI		475.579	878.495	424.843	230.990	2.009.907
TJLP		128.105	259.921	144.014	158.215	690.255
US LIBOR		5.377	9.634	6.148	3.367	24.526
IENE LIBOR		2.836	5.006	3.103	1.196	12.141

Consolidado

Descrição	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	2010 Total
Cenário provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.114.920	1.486.415	422.472	35.158	3.058.965
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	447.830	586.852	499.886	443.746	1.978.314
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	536.256	697.277	282.637	147.192	1.663.362
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	41.595	61.554	36.786	18.204	158.139
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(32.041)	(46.301)	(27.093)	(12.998)	(118.433)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	7.399	9.529	5.906	2.278	25.112
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(2.287)	(3.210)	(1.989)	(767)	(8.253)
Total vinculado a taxas de juros		**2.113.672**	**2.792.116**	**1.218.605**	**632.813**	**6.757.206**
Cenário possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.316.392	1.812.095	514.472	42.733	3.685.692
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	507.038	721.524	620.416	552.191	2.401.169
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	684.805	990.070	453.994	322.935	2.451.804
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	53.053	80.288	48.000	23.830	205.171
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da US LIBOR	(40.855)	(60.383)	(35.341)	(17.004)	(153.583)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta da IENE LIBOR	9.615	13.069	8.100	3.124	33.908
Derivativos (posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(2.982)	(4.400)	(2.727)	(1.052)	(11.161)
Total vinculado a taxas de juros		**2.527.066**	**3.552.263**	**1.606.914**	**926.757**	**8.613.000**
Cenário remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	1.514.977	2.133.285	605.310	50.217	4.303.789
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	565.470	855.057	741.891	659.677	2.822.095
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	839.071	1.332.580	670.615	567.857	3.410.123
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	64.934	100.359	60.020	29.886	255.199
Derivativos (posição líquida

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os "*ratings*" publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(e) Risco de liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos com terceiros são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos "*covenants*" financeiros atrelados as dívidas do grupo estão detalhados na Nota 19, na seção "*Covenants*".

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(h) Risco de aspecto regulatório

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC, que representa o segmento mais expressivo exercido pela Companhia e sua controlada BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

(i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para a Companhia deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Atualmente estão em discussão com a ANATEL as metas que serão imputadas para o período 2011 a 2015, cuja implementação deverá ocorrer a partir de maio de 2011. Essas metas deverão incorporar uma expansão na oferta de telefonia em áreas rurais e uma nova definição para o AICE – Acesso Individual Classe Especial, destinada exclusivamente aos usuários integrantes do cadastro de programas sociais do Governo Federal.

(ii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;

(iii) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

(iv) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e

(v) A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, que deve ser desenvolvido a partir de 2011, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação, com provável aplicação a partir de 2013.

(i) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio (Patrimônio Líquido, lucros acumulados e reservas de lucros) de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Total sobre o EBITDA (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA, índice de cobertura de juros e Relação Dívida sobre o Patrimônio líquido, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA	entre 2x e 3x
Dívida Líquida/EBITDA	entre 1,4 x e 2x
Relação Dívida/Patrimônio Líquido	entre 40%-60% e 60%-40%
Índice de cobertura de juros (*)	maior que 4

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

5. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas e /ou serviços	19.069.370	20.189.075	45.853.279	45.765.189
Deduções da receita bruta				
Tributos	(5.099.116)	(5.483.716)	(10.828.454)	(11.205.779)
Outras deduções	(599.820)	(635.493)	(5.593.272)	(4.632.228)
Receitas de vendas e/ ou serviços	**13.370.434**	**14.069.866**	**29.431.553**	**29.927.182**

6. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	2010	2009	2010	2009
Depreciação e amortização	(1.209.192)	(1.974.164)	(6.187.823)	(7.013.732)
Interconexão	(4.146.492)	(3.990.362)	(5.070.473)	(5.265.064)
Serviços de terceiros	(2.065.317)	(2.179.940)	(4.900.359)	(4.886.000)
Serviço de manutenção da rede	(1.210.540)	(1.555.082)	(2.015.986)	(2.477.026)
Pessoal	(589.058)	(748.743)	(1.601.353)	(1.886.126)
Aluguéis e seguros	(645.618)	(643.996)	(1.522.657)	(1.577.144)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(357.636)	(487.863)	(977.743)	(1.277.830)
Fistel	(23.174)	(23.394)	(649.021)	(622.629)
Publicidade e propaganda	(132.635)	(143.311)	(535.345)	(636.784)
Materiais	(97.763)	(181.282)	(215.098)	(413.658)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	(100.852)	(78.204)	(157.611)	(149.243)
Custos de aparelhos e outros			(149.211)	(389.701)
Outros custos e despesas	(92.910)	(50.797)	(237.822)	(106.542)
	(10.671.187)	**(12.057.138)**	**(24.220.502)**	**(26.701.479)**
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(7.799.154)	(8.832.393)	(16.597.686)	(18.386.335)
Comercialização de serviços	(1.818.567)	(1.937.896)	(4.867.768)	(5.287.206)
Gerais e administrativos	(1.053.466)	(1.286.849)	(2.755.048)	(3.027.938)
	(10.671.187)	**(12.057.138)**	**(24.220.502)**	**(26.701.479)**

7. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Outras receitas operacionais				
Despesas recuperadas	218.601	140.827	448.724	390.748
Aluguéis de infra-estrutura	155.861	170.458	324.878	337.898
Multas aplicadas sobre contas vencidas	133.317	140.181	254.719	280.753
Serviços técnicos e administrativos	64.723	56.525	117.061	92.845
Dividendos prescritos	2.944	19.741	30.294	42.578
Ganho na alienação de ativo permanente	6.442	24.732	61.871	112.641
Recuperação de despesas com fundos de pensão			6.231	40.479
Outras receitas	2.830	26.725	57.726	83.545
	584.718	**579.189**	**1.301.504**	**1.381.487**
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	(346.525)	(263.989)	(835.559)	(620.828)
Tributos	(271.525)	(300.864)	(770.298)	(815.123)
Participações dos empregados nos resultados	(167.622)	(49.310)	(317.781)	(113.171)
Perda na alienação de ativo permanente	(7.849)	(14.851)	(148.716)	(115.948)
Despesas com cobrança	(91.264)	(85.525)	(75.419)	(79.521)
Descontos concedidos	(55.634)	(44.871)	(60.235)	(45.677)
Despesas com multas	(6.181)	(46.250)	(25.422)	(127.097)
Remunerações baseadas em ações	(9.600)	(19.451)	(12.896)	(26.128)
Provisão/reversão para perda de investimentos e outras provisões	5.327	(148.101)	5.327	(151.827)
Provisão para fundos de pensão			(14.221)	(5.817)
Outras despesas	(48.104)	(76.352)	(132.026)	(208.808)
	(998.977)	**(1.049.564)**	**(2.387.246)**	**(2.309.945)**

8. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	359.698	386.435	889.587	780.944
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	276.901	244.656	724.001	562.726
Recuperação de despesas	158.579		217.194	
Descontos financeiros obtidos	23.845	86.351	42.837	104.304
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	7.267	25.529	2.493	53.751
Outros	9.801	30.414	12.547	105.793
	836.091	**773.385**	**1.888.659**	**1.607.518**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.382.700)	(1.582.060)	(1.867.669)	(1.981.467)
Juros sobre debêntures	(655.690)	(812.220)	(655.690)	(511.634)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(494.894)	(1.145.435)	(503.793)	(1.239.643)
Variação cambial de aplicações financeiras em moeda estrangeira	(24.029)	(103.814)	(24.029)	(103.814)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(52.913)	(140.982)	(498.039)	(607.193)
Atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais	(150.175)	(261.189)	(417.322)	(482.777)
IRRF, IOF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(175.025)	(185.984)	(311.206)	(213.454)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(536.831)	(106.542)	(72.645)	(106.516)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados – Refinanciamento fiscal	(24.698)	(6.481)	(69.791)	(6.195)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	213.228	1.167.001	200.786	1.310.126
Outros	(5.941)	(5.861)	(28.933)	(109.530)
	(3.289.668)	**(3.183.567)**	**(4.248.331)**	**(4.052.097)**

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos correntes				
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(5.532)	(31.890)	(688.481)	(870.583)
Tributos diferidos	291.388	80.230	801.254	554.947
Total	**285.856**	**48.340**	**112.773**	**(315.636)**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes dos impostos e das participações	**1.614.369**	**5.168.298**	**1.765.637**	**5.408.374**
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			2.800	(173)
Total do resultado tributado	**1.614.369**	**5.168.298**	**1.768.437**	**5.408.201**
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado (10%+15%+9%=34%)	(548.885)	(1.757.221)	(601.269)	(1.838.788)
Equivalência patrimonial	606.206	2.052.283		
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	65.469	(6.110)	128.095	(6.110)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	1.190		126.907	46.678
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	41.034	(119.770)	182.306	(195.514)
Exclusão permanente do ganho na aquisição do controle BrT				2.272.476
Adição permanente da realização de perdas com ativos financeiros disponíveis para venda				(383.535)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS de controladas sem ativo diferido			31.444	19.088
Ativo fiscal diferido não constituído		(120.842)	(18.901)	(261.865)
Ativo fiscal diferido constituído relativo a exercícios anteriores (iii)	120.842		264.191	31.934
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	**285.856**	**48.340**	**112.773**	**(315.636)**
Alíquota efetiva	**(17,71%)**	**(0,92%)**	**(6,38%)**	**5,84%**

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.

(ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, ICMS, incentivos fiscais e patrocínios.
Em 2009, no consolidado, o principal impacto refere-se ao efeito do registro do Ganho da aquisição do controle – BrT líquido, no montante de R$ 5.555.708, nota 1 (a).

(iii) Refere-se basicamente as empresas TMAR, BrT e MRED em virtude do novo Business Plan das empresas.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

10. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e na data de transição de 1 de janeiro de 2009 são classificados como mantidos para negociação, sendo mensurados pelo valor justo.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa	159.379	36.536	74.136	349.550	225.998	107.332
Equivalentes de caixa	1.993.351	2.553.310	7.745.355	8.272.446	5.578.071	8.498.583
	2.152.730	**2.589.846**	**7.819.491**	**8.621.996**	**5.804.069**	**8.605.915**
Fundos de investimentos exclusivos	88.670	1.787.270	7.178.264	5.715.417	3.812.733	7.799.977
CDB – Certificado de Depósito Bancário	156.611	436.407	566.234	730.844	1.075.003	675.064
Time Deposits	1.645.721			1.645.721		
Operações compromissadas	28.075	329.516	825	28.660	596.866	20.711
Títulos privados	74.181			74.181		
Títulos públicos			32			33
Outros	93	117		77.623	93.469	2.798
Equivalentes de caixa	**1.993.351**	**2.553.310**	**7.745.355**	**8.272.446**	**5.578.071**	**8.498.583**

(b) Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimento exclusivos	318.500	752.609	115.669	1.626.146	1.418.181	1.054.835
Títulos públicos		107.250	15.035		107.250	183.200
Títulos privados	321.949	297.015		325.587	297.015	1.519
Aplicações financeiras	**640.449**	**1.156.874**	**130.704**	**1.951.733**	**1.822.446**	**1.239.554**
Circulante	634.994	1.151.883	130.704	1.942.641	1.817.455	1.238.035
Não circulante	5.455	4.991		9.092	4.991	1.519

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a TMAR e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 31 de dezembro de 2010, a TMAR possui aproximadamente 5% (2009 – 46% e 01/01/2009 – 78%), a Oi 42 % (2009 – 21 % e 01/01/2009 – 18%), a BrT 29% (2009 – 13%), e as demais controladas 17 % (2009 – 15 %) de participação nas quotas destes fundos, somando 93 % (2009 – 95 % e 01/01/2009 – 96%) no consolidado da TMAR.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos		
	2010	2009	01/01/2009
Operações compromissadas	5.747.697	2.274.969	3.624.135
CDB – Certificado de Depósito Bancário	265.732	1.182.325	3.590.163
Time Deposits		580.118	809.104
Títulos privados	1.880	42.342	
Títulos públicos	3.256	26.294	156.518
Outros	18.587	967	12.411
Títulos classificados em equivalentes de caixa	**6.037.152**	**4.107.015**	**8.192.331**
Títulos públicos	1.357.585	1.356.185	1.046.233
Títulos privados	55.002	62.475	
Bonds	219.296	898	997
Time Deposits	199.229		
Debêntures			7.480
Títulos classificados em aplicações financeiras	**1.831.112**	**1.419.558**	**1.054.710**
Fundos de investimentos exclusivos	**7.868.264**	**5.526.573**	**9.247.041**

A Companhia direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como "*benchmark*", o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

11. CONTAS A RECEBER

	Controladora			Consolidaddo		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Serviços faturados	2.526.984	2.704.576	2.584.962	4.673.594	4.775.997	3.035.892
Serviços a faturar	663.418	776.021	765.348	1.853.670	1.841.215	977.597
Aparelhos e acessórios vendidos				290.694	282.270	250.764
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(222.884)	(249.942)	(217.365)	(921.366)	(940.978)	(367.082)
	2.967.518	**3.230.655**	**3.132.945**	**5.896.592**	**5.958.504**	**3.897.171**

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora					
	2010	%	2009	%	01/01/2009	%
A faturar	663.418	20,8	776.021	22,3	765.348	22,8
A vencer	1.227.943	38,5	1.227.639	35,3	1.151.542	34,4
A receber de outros provedores	613.481	19,2	678.496	19,5	560.141	16,7
Vencidas até 30 dias	354.873	11,1	408.681	11,7	444.728	13,3
Vencidas de 31 a 60 dias	109.788	3,4	136.808	3,9	146.198	4,4
Vencidas de 61 a 90 dias	60.181	1,9	74.176	2,1	80.318	2,4
Vencidas há mais de 90 dias	160.718	5,0	178.776	5,2	202.035	6,0
	3.190.402	**100,0**	**3.480.597**	**100,0**	**3.350.310**	**100,0**

	Consolidado					
	2010	%	2009	%	01/01/2009	%
A faturar	1.853.670	27,2	1.841.215	26,7	977.597	22,9
A vencer	2.551.536	37,4	2.317.224	33,6	1.538.842	36,1
A receber de outros provedores	685.114	10,0	840.268	12,2	572.343	13,4
Vencidas até 30 dias	785.580	11,5	863.679	12,5	517.383	12,1
Vencidas de 31 a 60 dias	258.935	3,8	293.925	4,2	180.005	4,2
Vencidas de 61 a 90 dias	161.239	2,4	184.162	2,7	110.240	2,6
Vencidas há mais de 90 dias	521.884	7,7	559.009	8,1	367.843	8,7
	6.817.958	**100,0**	**6.899.482**	**100,0**	**4.264.253**	**100,0**

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	(217.365)	(367.082)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(487.863)	(1.277.830)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa da Aquisição Invitel/BrT		(394.423)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	455.286	1.098.357
Saldo em 2009	(249.942)	(940.978)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(357.636)	(977.743)
Incorporação WAY TV		(829)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	384.694	998.184
Saldo em 2010	**(222.884)**	**(921.366)**

12. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recuperar						
CS a recuperar (i)	12.143	13.446	105.845	236.920	88.651	182.551
IR a recuperar (i)	63.055	33.689	228.758	542.966	210.550	388.075
Impostos retidos na fonte – IR/CS	97.873	142.547	97.088	309.937	195.133	137.733
Circulante	**173.071**	**189.682**	**431.691**	**1.089.823**	**494.334**	**708.359**
Tributos diferidos a recuperar						
IR sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	1.059.383	949.849	974.793	3.382.913	2.562.521	1.580.778
CS sobre diferenças temporárias (ii)	314.884	299.702	334.826	204.137	867.758	550.529
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	162.877	75.363		1.012.455	1.163.481	533.635
CS sobre base negativa (ii)	131.361	68.764		458.920	441.575	181.747
Provisão excesso Business Plan				(5.304)	(88.081)	
Outros tributos diferidos (iii)	28.694	42.618	15.676	133.140	301.839	15.710
Não circulante	**1.697.199**	**1.436.296**	**1.325.295**	**5.186.261**	**5.249.093**	**2.862.399**
Adições temporárias por natureza:						
Provisões diversas	68.014	31.672	37.711	4.457	176.833	23.198
Participação nos lucros				95.178	30.404	39.808
Prov. p/ cobert. insuf. atuarial				221.999	231.102	
Provisão para contingência	612.757	638.371	651.856	2.113.868	2.191.005	684.813
Provisões para devedores duvidosos	358.321	337.020	304.976	594.127	557.699	326.369
Provisões para perdas	20.098	20.255	12.658	77.456	55.437	21.818
Variação cambial	139.651	87.848	182.177	99.988	19.292	182.177
Convergência ao IFRS - RTT:						
Títulos disponíveis para venda						384.978
Subsídios e fistel				42.970	82.582	154.937
Gastos pré-operacionais				60.870	82.893	111.904
TUP	8.356	18.042	35.864	8.356	20.615	35.864
Reconhecimento de receita	38.081	40.601	34.447	45.701	44.578	51.931
Ágio Oi		13.540	18.318	23.295	13.540	18.318
Desmobilização de ativo	14.027	23.210	22.294	17.444	36.365	29.980
Outros	114.962	38.992	9.318	181.341	(112.066)	65.212
	1.374.267	**1.249.551**	**1.309.619**	**3.587.050**	**3.430.279**	**2.131.307**

	Passivo					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recolher						
Imposto de renda a pagar	4.723	48	146.715	506.830	119.873	295.850
Contribuição social a pagar	856		65.509	225.585	67.504	141.126
Circulante	**5.579**	**48**	**212.224**	**732.415**	**187.377**	**436.976**
Tributos diferidos a recolher						
IR diferido (ii)	26.340	18.222	15.382	2.449.843	2.964.285	19.260
CS diferido (ii)	9.428	6.409	5.419	881.318	1.041.553	6.781
Não circulante	**35.768**	**24.631**	**20.801**	**3.331.161**	**4.005.838**	**26.041**
Adições temporárias por natureza:						
Convergência ao IFRS - RTT	26.746	15.197	10.200	47.234	22.821	15.439
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios BrT				3.269.487	3.967.080	
Depreciação/baixas CME Lei nº 8200/91	9.022	9.434	10.601	14.440	15.937	10.602

Antes da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), os montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo e no passivo circulantes e não circulantes, conforme a expectativa de realização. Com a adoção do CPC 32, o montante total do imposto de renda e contribuição social diferidos passou a ser classificado como ativo e passivo não circulantes, incluindo os tributos diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPCs.

(i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.

(ii) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2010, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R$ 430.038 (2009 - R$ 364.724 e 01/01/2009 – R$ 64.366).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos:

	Controladora	Consolidado
Até 31 de dezembro de:		
2011	55.169	955.517
2012	80.219	591.217
2013	205.916	788.807
2014	201.610	836.948
2015	180.586	530.917
2016 a 2018	571.963	901.767
2019 a 2021	337.274	386.274
	1.632.737	**4.991.447**

(iii) Referem-se a compensações futuras de créditos fiscais não utilizados de imposto de renda e contribuição social.

13. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS a recuperar (i)	467.054	543.698	543.443	1.263.728	1.495.338	856.476
Impostos retidos na fonte	28.869	29.196	21.971	62.565	50.711	35.965
PIS/COFINS	25.377	27.521	26.147	80.205	296.695	56.667
Outros	3.341	2.782	2.773	78.434	30.330	22.143
	524.641	**603.197**	**594.334**	**1.484.932**	**1.873.074**	**971.251**
Circulante	374.100	372.908	362.578	1.054.093	1.108.785	636.229
Não circulante	150.541	230.289	231.756	430.839	764.289	335.022

	Passivo					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
PIS/COFINS	397.406	218.356	73.209	1.195.016	696.216	113.070
ICMS	246.920	163.603	172.670	1.044.716	929.222	363.645
FUST/FUNTEL/Rádio Difusão	228.487	182.023	18.018	496.297	386.174	23.828
ICMS Convênio nº 69/1998	195.686	362.811	258.643	257.160	570.075	260.514
Outros	70.412	68.596	21.871	249.502	151.611	24.620
	1.138.911	**995.389**	**544.411**	**3.242.691**	**2.733.298**	**785.677**
Circulante	387.958	306.578	285.768	1.728.400	1.443.246	525.163
Não circulante	750.953	688.811	258.643	1.514.291	1.290.052	260.514

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

14. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Cíveis	529.083	467.411	457.096	4.977.409	4.287.069	511.579
Tributários	933.358	877.363	742.617	1.712.253	1.597.332	916.761
Trabalhistas	702.837	509.419	480.000	1.346.152	1.090.445	482.722
Bloqueios judiciais	205.508	254.820	282.545	215.510	263.550	287.630
Total	**2.370.786**	**2.109.013**	**1.962.258**	**8.251.324**	**7.238.396**	**2.198.692**
Circulante	395.097	486.880	368.503	1.813.031	1.786.671	373.950
Não circulante	1.975.689	1.622.133	1.593.755	6.438.293	5.451.725	1.824.742

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

15. DEMAIS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos a fornecedores	187.757	57.441	39.210	631.348	265.227	164.862
Adiantamento à FATL	160.032	182.105	205.755	176.549	200.584	226.197
Publicidade e propaganda e patrocínio	116.433	64.665	39.190	142.212	145.416	44.935
Créditos a receber	45.386	24.971	23.168	112.924	93.946	97.529
Adiantamentos a empregados	40.911	33.542	33.102	73.094	66.335	40.093
Incentivos fiscais	43.169	54.459	54.459	43.169	54.459	54.459
Aluguel de postes	24	27		23.417	37.694	9
Tributos, taxas e contribuições	8.583	9.335	9.255	17.884	17.120	18.484
Seguros	6.062	11.316	466	11.199	15.995	1.654

						Controladora 01/01/2009	
			Qtde. milhares de Ações			Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Capital social integralizado	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
Oi	8.179.067	9.612.504	6.101.213			100,0	100,0
Coari	2.534.952	3.271.124	5.500	11.000		100,0	100,0
Amazônia	106.416	231.432		972		16,5	
AIX (ii)	117.791	460.929	298.563			50,0	50,0
TNCP	115.310	84.851	1.293	4.147		81,2	51,9
Oi Internet	65.480	188.903	188.903		188.903	100,0	100,0
Serede	5.547	3.599	3.000			100,0	100,0
Calais	(37)	241	5.033	10.067		100,0	100,0

	Controladora 01/01/2009		
Controladas	Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
Oi		8.179.067	
Coari	3.552	2.534.952	
Amazônia		17.559	
AIX (ii)		58.895	
TNCP	7.327	93.632	
Oi Internet		65.480	
Serede	297	5.547	
Calais			(37)
	11.176	**10.955.132**	**(37)**

(i) Corresponde ao resultado gerado pela controlada nos dois primeiros meses de 2009, período em que a TMAR participava diretamente no capital da Oi.

(ii) O objeto social da AIX é o provimento de infra-estrutura de dutos para instalação de fibras ópticas ao longo das principais rodovias do estado de São Paulo.

Os componentes do ativo e do passivo, bem como as receitas e as despesas da AIX, foram agregados às Demonstrações Financeiras, na proporção de 50% da participação da Companhia no capital social dessa sociedade, conforme requerido pelo CPC 19 – Investimento em Empreendimentos Controlados em Conjunto e estão apresentados a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
Ativo circulante	4.820	6.360	7.462
Ativo não circulante	72.016	77.775	82.742
Passivo circulante	5.727	6.336	2.228
Passivo não circulante	2.209	11.790	29.080
Patrimônio líquido	68.900	66.008	58.896
		2010	**2009**
Receitas		29.916	28.563
Despesas		(20.647)	(14.568)
Lucro do exercício		**9.269**	**13.995**

Em 31 de dezembro de 2010, o valor de mercado do investimento na TNCP é de R$ 6.540.507 (2009 – R$ 6.867.254) e foi calculado com base na cotação de fechamento do último dia do exercício de 2010.

17. IMOBILIZADO

			Controladora				
			2010	2009	01/01/2009	2010	2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Taxa anual de depreciação (média *)	Taxa anual de depreciação (média *)
Equipamentos de transmissão	12.831.391	(10.284.853)	2.546.538	2.292.299	2.481.542	11,00	12,50
Infraestrutura	18.385.541	(15.175.966)	3.209.575	3.369.322	3.888.701	7,66	12,00
Obras em andamento	1.267.845		1.267.845	1.235.635	412.597		
Prédios	2.455.225	(1.757.552)	697.673	723.774	772.667	7,25	7,00
Equipamentos de comutação automática	9.793.323	(9.254.462)	538.861	506.485	540.738	12,78	20,00
Outros ativos	1.471.586	(1.245.337)	226.249	174.831	226.064	13,33	15,00
	46.204.911	**(37.718.170)**	**8.486.741**	**8.302.346**	**8.322.309**		

			Consolidado				
			2010	2009	01/01/2009	2010	2009
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Taxa anual de depreciação (média *)	Taxa anual de depreciação (média *)
Equipamentos de transmissão	25.859.580	(15.577.865)	10.281.715	10.979.535	4.283.306	10,92	12,50
Infraestrutura	22.156.051	(16.699.615)	5.456.436	5.701.837	4.269.766	8,02	12,00
Obras em andamento	2.665.044		2.665.044	2.912.477	958.051		
Equipamentos de comutação automática	13.239.364	(10.836.075)	2.403.289	2.710.204	1.407.456	11,23	20,00
Prédios	4.036.985	(2.270.588)	1.766.397	2.110.639	963.877	7,30	7,00
Outros ativos	2.572.299	(1.804.732)	767.567	821.950	793.468	12,35	15,00
	70.529.323	**(47.188.875)**	**23.340.448**	**25.236.642**	**12.675.924**		

(*) Leva em consideração a nova vida útil econômica dos bens, conforme descrito abaixo em "Informações adicionais".

Resumo das movimentações dos saldos de imobilizado

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	**8.322.309**	**12.675.924**
Adições	1.857.342	4.904.904
Aquisição do controle da BrT – Nota 1(a)		13.218.733
Baixas	(14.851)	(115.499)
Transferências	(41.454)	(261.726)
Despesas de depreciação	(1.821.000)	(5.185.694)
Saldo em 2009	**8.302.346**	**25.236.642**
Adições	1.311.918	3.083.826
Baixas	(7.849)	(148.716)
Transferências	(48.814)	(430.334)
Aquisição da TNL PCS Part. pela Oi		46.638
Despesas de depreciação	(1.070.860)	(4.447.608)
Saldo em 2010	**8.486.741**	**23.340.448**

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da TMAR e da BrT que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo residual dos bens reversíveis da Companhia e da controlada BrT R$ 4.928.850 (2009 - R$ 5.465.020 e 01/01/2009 – R$ 5.878.065), e da controlada BrT R$ 3.292.438 (2009 - R$ 4.189.204), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da BrT.

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos bens que compõem o ativo imobilizado. O resultado desta avaliação promoveu uma mudança na estimativa de vida útil econômica dos bens, sendo seu efeito refletido através de uma redução nas despesas de depreciação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R$ 1.185.516, se comparado com o exercício de 2009.

Entretanto, na controlada BrT, a alteração da vida útil dos bens do ativo imobilizado foi realizada a partir de 30 de setembro de 2009 e está em consonância com o Laudo de Avaliação, emitido por empresa especializada, no qual estão evidenciados os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle da BrT Part, promovendo efeitos nas Demonstrações Financeiras da BrT a partir de 1 de outubro de 2009.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R$ 93.411 (31/12/2009 – R$ 62.215) pela Companhia e R$ 203.967 (31/12/2009 – R$ 172.013) nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Na análise dos valores recuperáveis dos bens integrantes do ativo imobilizado (teste de "*impairment*"), realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi verificada a necessidade de reconhecimento de provisão no montante de R$ 21.318 para os equipamentos de comutação automática e transmissão relacionada à rede TDMA da Amazônia.

Contrato de arrendamento mercantil operacional

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do exercício no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica "Aluguéis e seguros" na Nota 6), totalizando R$ 3.458 (2009 – R$ 2.737) na controladora. Todos os contratos de arrendamento mercantil operacional da Companhia e de suas controladas são canceláveis.

18. INTANGÍVEL

				Controladora			
			2010	2009	01/01/2009	2010	2009
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Taxa anual de amortização (média *)	Taxa anual de amortização (média *)
Sistemas de processamento de dados	1.352.214	(1.161.658)	190.556	245.239	325.663	20,00	20,00
Licenças regulatórias	230.030	(73.749)	156.281	186.004	215.478	7,75	10,00
Marcas e patentes	6.410	(5.340)	1.070	1.069	1.069		
Outros ativos	115.217	(98.010)	17.207	14.408	13.936	12,00	20,00
	1.703.871	**(1.338.757)**	**365.114**	**446.720**	**556.146**		

				Consolidado			
			2010	2009	01/01/2009	2010	2009
	Custo	Amortização acumulada	Valor residual	Valor residual	Valor residual	Taxa anual de amortização (média *)	Taxa anual de amortização (média *)
Licenças regulatórias	17.925.264	(2.898.907)	15.026.357	16.107.251	2.003.775	9,00	5,88
Sistemas de processamento de dados	3.338.713	(2.289.602)	1.049.111	1.028.666	580.868	20,00	20,00
Goodwill	118.159	(8.047)	110.112	72.422	72.422		
Marcas e patentes	122.187	(5.340)	116.847	116.846	1.084		
Carteiras de clientes	381.515	(292.494)	89.021	241.627		40,00	
Outros ativos	349.111	(141.801)	207.310	140.556	21.399	12,00	20,00
	22.234.949	**(5.636.191)**	**16.598.758**	**17.707.368**	**2.679.548**		

Resumo das movimentações dos saldos de intangível

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	**556.146**	**2.679.548**
Adições	2.850	35.334
Ajuste de aquisição da BrT		16.548.148
Baixas		(449)
Transferências	40.888	272.825
Despesas de amortização	(153.164)	(1.828.038)
Saldo em 2009	**446.720**	**17.707.368**
Adições	1.254	72.244
Transferências	55.472	486.621
Aquisição da TCP pela Oi		72.740
Despesas de amortização	(138.332)	(1.740.215)
Saldo em 2010	**365.114**	**16.598.758**

Ágios ("*Goodwill*")

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado ("*goodwill*").

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de "*impairment*", baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos em 30/09/2010	Ágio ("*goodwill*") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
TV a cabo	82.184	37.691	119.875	130.830
Meios de pagamento	183.471	72.421	255.893	316.547
	265.655	**110.112**	**375.768**	**447.377**

Licenças regulatórias

Para o exercício de 2010, a Companhia realizou a análise do valor recuperável dos ativos de longo prazo utilizando como base projeções de fluxo de caixa descontados de 15 anos, prazo da concessão, no qual a Companhia estima recuperar os valores contábeis dos ativos de longo prazo (imobilizado e intangíveis), aplicando a taxa média de crescimento de 5,13%, taxa de desconto de 9,22%. Os resultados dos testes não apuraram necessidade de registro de qualquer provisão.

Concessão / Autorização	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	131.106
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	867.018
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP Oi (Amazônia)	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Outras licenças			278.414
Valor justo das licenças da BrT (i)			14.338.481
SMP da Amazônia Celular (i)			230.030
Total			**17.925.264**

No grupo de licenças regulatórias a Companhia também reconhece os montantes de R$ 10.637.538, R$ 3.700.943 e R$ 230.030, referentes aos valores justos das licenças STFC da BrT e das autorizações SMP BrT Celular e da Amazônia Celular (incorporada pela Oi), respectivamente, reconhecidas quando da combinação de negócios comentada no item (i) acima. O prazo final das licenças STFC dar-se-ão em 31 de dezembro de 2025 e das autorizações SMP da BrT Celular e da Amazônia Celular, em 30 de abril de 2023 e em 13 de março de 2016, respectivamente.

Outras informações

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos itens que compõem o ativo intangível. O resultado desta avaliação não promoveu alteração na vida útil dos itens do ativo intangível.

Na análise dos valores recuperáveis dos bens integrantes do ativo intangível (teste de "*impairment*"), realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foi verificada a necessidade de reconhecimento de provisão no montante de R$ 15.249 para parte dos softwares da Amazônia, correspondente à UGC telefonia móvel.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(inclui debêntures)

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Financiamentos	17.562.164	16.955.114	15.703.023	22.217.369	21.435.811	16.279.518
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	227.713	1.117.848	629.751	284.595	1.165.095	664.180
Debêntures	7.297.141	7.762.417	3.690.740	5.270.740	6.242.350	3.690.740
Juros provisionados sobre debêntures	924.337	671.403	112.850	159.894	381.403	112.850
Empréstimos	50.036	123.864	78.609	113.686	123.864	78.609
Juros provisionados sobre empréstimos		19.996	12.107		19.996	12.107
Arrendamento mercantil	336	1.856	18.260	841	7.991	21.972
Custos de transação	(599.593)	(260.103)	(247.802)	(621.091)	(278.694)	(250.470)
Total	**25.462.134**	**26.392.395**	**19.997.538**	**27.426.034**	**29.097.816**	**20.609.506**
Circulante	4.344.335	6.869.610	3.196.390	5.551.989	7.857.669	3.340.557
Não circulante	21.117.799	19.522.785	16.801.148	21.874.045	21.240.147	17.268.949

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora			Consolidado				
	2010	2009	01/01/ 2009	2010	2009	01/01/ 2009	Vencimento	TIR %
Instituições financeiras	15.040.423	14.943.170	13.696.373	16.134.902	15.953.459	13.793.749		
Moeda nacional	7.086.112	11.074.965	10.627.315	8.133.428	11.591.223	10.627.314	Ago/2010 a Dez/2033	11,47
Moeda estrangeira	7.954.311	3.868.205	3.069.058	8.001.474	4.362.236	3.166.435	Jan/2010 a Abr/2019	2,09
BNDES	2.749.454	3.129.792	2.636.401	6.367.062	6.647.447	3.149.949		
Moeda nacional	2.748.554	3.117.637	2.604.958	6.357.094	6.597.603	3.118.508	Jan/2011 a Dez/2018	11,04
Cesta de moedas, incluindo dólar	900	12.155	31.443	9.968	49.844	31.441	Jan/2011 a Abr/2011	2,53
Mútuo com controlada Moeda nacional (*)	50.036	143.860	90.716	113.686	143.860	90.716		
Debêntures públicas	4.337.780	5.030.490	2.290.702	5.430.634	6.121.076	2.290.702	Mar/2011 a Jul/2021	11,01
Debêntures privadas	3.883.698	3.403.330	1.512.888		502.677	1.512.888		
Arrendamento mercantil	336	1.856	18.260	841	7.991	21.972	Jan/2010 a Fev/2012	7,74
Subtotal	**26.061.727**	**26.652.498**	**20.245.340**	**28.047.125**	**29.376.510**	**20.859.976**		
Custos de transação	(599.593)	(260.103)	(247.802)	(621.091)	(278.694)	(250.470)		
Total	**25.462.134**	**26.392.395**	**19.997.538**	**27.426.034**	**29.097.816**	**20.609.506**		

(*) A remuneração dos empréstimos de mútuo equivale a 115% do CDI.

Custos de transações por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/ 2009	2010	2009	01/01/ 2009
Instituições financeiras	585.971	230.379	240.975	601.652	243.853	240.975
Moeda nacional	141.843	140.718	130.741	157.087	145.890	130.741
Moeda estrangeira	444.128	89.661	110.234	444.565	97.963	110.234
BNDES	668	160	478	5.041	3.255	3.146
Moeda nacional	661	80	307	5.034	3.175	2.975
Cesta de moedas, incluindo dólar	7	80	171	7	80	171
Debêntures públicas	12.954	29.564	6.349	14.398	31.586	6.349
Total	**599.593**	**260.103**	**247.802**	**621.091**	**278.694**	**250.470**
Circulante	96.572	83.085	80.839	99.649	88.046	81.272
Não circulante	503.021	177.018	166.963	521.442	190.648	169.198

Composição da dívida por moeda / indexador

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/ 2009	2010	2009	01/01/ 2009
CDI	13.727.416	19.365.931	14.365.107	11.000.724	17.561.998	14.368.819
TJLP	2.507.813	2.877.133	2.604.958	5.980.953	6.317.179	3.083.259
Dólar Norte-Americano	5.572.693	3.126.427	1.986.466	5.575.310	3.497.798	2.083.841
IPCA	1.457.512	34.454	32.448	2.004.961	34.454	32.448
Euro	1.674.568			1.674.568		
Reais	413.775	494.619	142.326	1.049.045	1.050.799	177.574
Ienes	707.050	741.779	1.082.593	751.596	864.438	1.082.593
UMBNDES - Cesta de moedas do BNDES	900	12.155	31.442	9.968	49.844	31.442
Custo de captação	(599.593)	(260.103)	(247.802)	(621.091)	(278.694)	(250.470)
	25.462.134	**26.392.395**	**19.997.538**	**27.426.034**	**29.097.816**	**20.609.506**

(a) Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

Em dezembro de 2010, a Companhia celebrou contrato de financiamento junto ao Banco da Amazônia ("BASA") no montante de R$ 220,7 milhões. Foi realizado um saque de R$ 94,8 milhões em dezembro. O vencimento dos encargos financeiros será mensal, de fevereiro de 2011 até janeiro de 2028. O principal será pago em 168 parcelas mensais de fevereiro de 2014 até o vencimento em janeiro de 2028. Os juros pagos são remunerados a 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%.

Em dezembro de 2009, a Companhia, Oi, BrT e BrT Celular celebraram contratos de financiamento com o BNDES, no montante de R$ 4.403 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias, programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a.; e, (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% a.a. Foi realizado um desembolso total de R$ 1.500 milhões em dezembro de 2009 relativo a estes contratos de financiamento, e em junho de 2010 foram desembolsados R$ 562 milhões (sendo R$ 220 milhões para a Companhia e R$ 342 milhões para a Oi) e em outubro de 2010 foram desembolsados R$ 531 milhões (sendo R$ 269 milhões para a BrT e R$ 262 milhões para a BrT Celular). O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018.

Em novembro de 2009, a Companhia contratou R$ 2.000 milhões junto à Caixa Econômica Federal. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral, de fevereiro de 2010 até novembro de 2011, e mensal de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. O principal será pago em 36 parcelas mensais de dezembro de 2011 até o vencimento em novembro de 2014. Os juros pagos são remunerados a 117,5% do CDI a.a.

Em fevereiro de 2009, a Oi celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste ("BNB") no montante de R$ 370 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e modernização da rede de telefonia móvel e implantação da rede de tecnologia 3G. Os saques, nos valores de R$ 149 milhões, R$ 149 milhões, e R$ 71 milhões, ocorreram em maio, agosto e novembro de 2009. O saldo devedor é atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até fevereiro de 2011, passando a ser mensal para o período de março de 2011 até fevereiro de 2019. O principal vencerá mensalmente a partir de março de 2011.

Em agosto de 2008, a Companhia realizou a emissão de R$ 3.600 milhões em notas promissórias com vistas à futura aquisição do controle da BrT Part e da BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2008. Essa emissão foi coordenada pelos bancos: Banco Itaú BBA S.A. (coordenador líder), Banco Santander S.A., Banco Bradesco BBI S.A. e Banco ABN AMRO Real S.A. Os coordenadores contratados foram: Banco Safra de Investimento S.A., ING Bank N.V., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Banco Alfa de Investimento S.A. e Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A. Ao todo, foram emitidas 144 notas promissórias, em série única, com valor nominal de R$ 25 milhões cada uma. A operação foi contratada por um prazo de dois anos com um ano de carência para os juros e dois anos para o principal ao custo de CDI + 1,60% a.a. Esta operação foi liquidada em agosto de 2010.

Em maio de 2008, a Companhia captou R$ 4.300 milhões junto ao Banco do Brasil em decorrência da aquisição de participação acionária na BrT Part e na BrT e demais atos relacionados no Fato Relevante divulgado pela Companhia em 25 de abril de 2008. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de maio de 2010 até maio de 2016. O principal vencerá em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a.

Em fevereiro de 2008, a BrT Celular contratou financiamento junto ao BNDES de R$ 259 milhões, com captação de R$ 259 milhões, destinados à adequação da rede de telefonia celular e ao crescimento do tráfego, com a implementação de novos serviços de melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. A remuneração está atrelada à variação da TJLP, acrescida de 3,52% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até setembro de 2010, passando a ser mensal para o período de outubro de 2010 até setembro de 2017. A amortização foi definida em 84 parcelas mensais, que iniciarão em outubro de 2010, vencendo a última em 15 de setembro de 2017.

Em novembro de 2006, a Companhia celebrou contrato de financiamento com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da rede de telecomunicação fixa da Companhia, programadas para o período entre 2006 e 2008. Este contrato está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, destina-se especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de R$ 1.771 milhões; e (ii) sub-crédito B, destina-se à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB), no valor de R$ 200 milhões. Sobre o principal da dívida incidirão: (i) sub-crédito A, juros de 4,50% a.a. acima da TJLP; e (ii) sub-crédito B, juros de 2,50% a.a. acima da TJLP. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até junho de 2009, passando a ser mensal para o período de julho de 2009 até junho de 2014. O principal do empréstimo deve ser pago em 60 parcelas mensais, que iniciaram em julho de 2009.

Em novembro de 2006 a BrT contratou financiamento junto ao BNDES, de R$ 2.004 milhões, com captação efetiva de R$ 2.055 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 4,3% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até maio de 2009, passando a ser mensal para o período de junho de 2009 até maio de 2014. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.

Financiamento em moeda estrangeira

Em dezembro de 2010, a Companhia emitiu "*Senior Notes*" no valor de EUR 750 milhões (R$ 1.687 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,125% a.a., com vencimento final em dezembro de 2017. Os encargos financeiros tem vencimento anual em dezembro, desde dezembro de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 25.663 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em setembro de 2010, a Companhia emitiu "*Senior Notes*" no valor de US$ 1.000 milhão (R$ 1.707 milhões), com o objetivo de alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,5% a.a., com vencimento final em outubro de 2020. Os encargos financeiros tem vencimento semestral em abril e outubro, desde abril de 2011 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R$ 13.684 mil estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Após a emissão, a Companhia iniciou a oferta de troca de "*Senior Notes*" emitidas em abril de 2009, no valor de US$ 750 milhões (R$ 1.661 milhões), juros de 9,5% a.a. e vencimento final em 2019, por "*Senior Notes*" emitidas adicionalmente, de acordo com a adesão à oferta de troca. Em outubro de 2010, ocorreu o fechamento da oferta de troca, sendo o valor adicional de "*Senior Notes*" emitidos de US$ 787 milhões. A relação de troca entre as notas considerou preço de mercado das notas de 2009 e prêmio adicional àqueles que aderiram na fase inicial da oferta. Foi ofertado US$ 1 de prêmio sobre a cotação do Bond vigente no momento da oferta de troca. Dessa forma, o valor total de "*Senior Notes*" emitido em setembro de 2010 é de US$ 1.787 milhões, permanecendo um saldo em "*Senior Notes*" da emissão de abril de 2009 de US$ 142 milhões.

Em dezembro de 2010, a Brasil Telecom S.A. liquidou antecipadamente a totalidade das "*Senior Notes*" emitidas em fevereiro de 2004 no valor de US$ 200 milhões com juros de 9,375%a.a.

Em abril de 2010 a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Credit Agricole tendo o ONDD – Office National Du Ducroire como "*export credit agency*", no valor de US$ 220 milhões, em dois "*tranches*" de US$ 110 milhões. Foram desembolsados US$ 46 milhões (R$ 80 milhões) em julho de 2010, em relação à primeira "*tranche*". O vencimento dos encargos financeiros da primeira "*tranche*" será semestral entre agosto de 2010 até agosto de 2019 e o principal da primeira "*tranche*" será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O vencimento dos encargos financeiros da segunda "*tranche*" será semestral entre agosto de 2011 até agosto de 2020 e o principal da primeira "*tranche*" será pago em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2012. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de "*spread*" ou sobretaxa de 1,40% a.a.

Em março de 2010 a Companhia assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US$ 30 milhões (R$ 53 milhões) em abril de 2010 e US$ 20 milhões (R$ 38 milhões) em maio de 2010. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de setembro de 2010 até setembro de 2015, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de março de 2011.

Em outubro de 2009, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank, no valor de US$ 500 milhões. Foram desembolsados US$ 57 milhões (R$ 104 milhões) em fevereiro de 2010 e US$ 37 milhões (R$ 69 milhões) em maio de 2010. O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre abril de 2010 e outubro de 2016 e o principal vencerá em 11 prestações a partir de abril de 2010. O custo financeiro é de LIBOR acrescido de "*spread*" ou sobretaxa de 2,5% a.a.

Em agosto de 2009, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit, no valor de US$ 500 milhões. Foram desembolsados US$ 208 milhões (R$ 378 milhões) em fevereiro de 2010 e US$ 27 milhões (R$ 51 milhões) em maio de 2010. O vencimento dos encargos financeiros será semestral entre fevereiro de 2010 e agosto de 2019 e o principal vencerá em 17 prestações semestrais a partir de agosto de 2011. O custo do financiamento é de LIBOR acrescida de "*spread*" ou sobretaxa de 1,70% a.a.

Em maio de 2009 a Companhia assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US$ 50 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Foram desembolsados US$ 26 milhões (R$ 52 milhões) em junho de 2009 e US$ 24 milhões (R$ 41 milhões) em novembro de 2009. A operação tem juros de 5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de novembro de 2009 até novembro de 2014, e o principal vencerá em dez prestações semestrais a partir de maio de 2010.

Em fevereiro de 2009, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao China Development Bank Corporation no valor de US$ 300 milhões, com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. Os desembolsos serão feitos à medida que os investimentos forem ocorrendo durante o ano, foram desembolsados US$ 68 milhões (R$ 153 milhões) em março de 2009, US$ 121 milhões (R$ 236 milhões) em junho de 2009, US$ 38 milhões (R$ 74 milhões) em julho de 2009 e US$ 23 milhões (R$ 42 milhões) em fevereiro de 2010 e US$ 29 milhões (R$ 54 milhões) em maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 2,50% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de abril de 2009 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016, e o principal vencerá em 11 prestações semestrais a partir de abril de 2011 até outubro de 2015, com um pagamento final em fevereiro de 2016.

Em junho de 2008, a Companhia assinou contrato de financiamento junto ao Finnish Export Credit no valor de US$ 300 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos daquele ano. Foram desembolsados US$ 87 milhões (R$ 140 milhões) em agosto de 2008, US$ 105 milhões (R$ 258 milhões) em dezembro de 2008, US$ 63 milhões (R$ 117 milhões) em agosto de 2009 e US$ 45 milhões (R$ 76 milhões) em outubro de 2009. A operação foi contratada ao custo de LIBOR + 1,07% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral, de dezembro de 2008 até dezembro de 2018, e o principal vencerá em 17 prestações anuais a partir de dezembro de 2010.

(b) Debêntures

Debêntures públicas

Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária no valor de R$ 2.250 milhões, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de R$10.000,00. A data de emissão foi 15 de abril de 2010 e a colocação foi efetivada em maio de 2010 no valor total de R$ 2.000 milhões. A primeira série de 175.397

A dívida de longo prazo, líquida dos custos de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2012	2.409.745	3.716.272
2013	2.779.083	4.019.372
2014	7.614.241	4.353.661
2015	1.134.456	1.481.362
2016 em diante	7.180.274	8.303.378
	21.117.799	**21.874.045**

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	Controladora	Consolidado
2011	96.572	99.649
2012	84.286	87.036
2013	74.710	77.274
2014	71.376	73.688
2015	63.716	65.672
2016 em diante	208.933	217.772
	599.593	**621.091**

(f) "*Covenants*"

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e a emissão de Debêntures, da Companhia, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

No fechamento das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010 todos os índices foram cumpridos, à exceção do índice mencionado abaixo.

Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia não cumpriu com o "*covenant*" do "Debt Service coverage ratio", definido no contrato com o JBIC. No entanto, em 30 de novembro de 2010 a Telemar recebeu o "*waiver*" pela antecipação de não cumprimento do referido "*covenant*" o JBIC renunciou a este direito para a apuração de 31 de dezembro de 2010. A Companhia prevê que em 31 de março de 2011 volte a cumprir o "*covenant*" do "Debt Service coverage", definido no contrato entre a Companhia e JBIC. Em paralelo a empresa já iniciou o processo de solicitação de alteração deste índice de forma a adéqua-lo ao praticado pela empresa em contratos similares. Entretanto, não há garantias de sucesso para essa solicitação. Caso o credor não conceda o "*waiver*" em um eventual descumprimento futuro do referido "*covenant*", a Companhia pretende exercer o seu direito de pré-pagar essa dívida. A Companhia entende que o referido pré-pagamento evitaria o desencadeamento de cláusulas de "*cross-default*" ou "*cross-acceleration*" contidas em outros contratos de dívida. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010 desta parcela é de R$ 604.292, classificado no passivo circulante.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativos						
Contratos de *"swap"* - cambial	48.207	207.070		48.207	207.070	
Contratos de *"swap"* - taxa de juros	734	1.021	102	734	1.021	102
Contratos de *"Non DeliverableForward" - NDF*	13.084		69.622	13.084		69.622
	62.025	**208.091**	**69.724**	**62.025**	**208.091**	**69.724**
Circulante	38.928	99.635	59.108	38.928	99.635	59.108
Não circulante	23.097	108.456	10.616	23.097	108.456	10.616
Passivos						
Contratos de *"swap"* - cambial	640.707	952.433	346.237	711.426	1.150.713	381.242
Contratos de *"swap"* - taxa de juros	15.896	14.893	1.891	15.896	14.893	1.891
Contratos de "*Non DeliverableForward*" - NDF	106.543			106.543		
	763.146	**967.326**	**348.128**	**833.865**	**1.165.606**	**383.133**
Circulante	478.966	463.161	295.121	549.685	596.550	330.126
Não circulante	284.180	504.165	53.007	284.180	569.056	53.007

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
SMP (i)				1.964.831	1.824.985	1.039.232
Concessões STFC (ii)	100.852		116.603	157.612		116.603
Outras autorizações (iii)				3.714	7.088	14.868
	100.852		**116.603**	**2.126.157**	**1.832.073**	**1.170.703**
Circulante	100.852		116.603	532.310	315.051	266.632
Não circulante				1.593.847	1.517.022	904.071

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões.

(i) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I, II e III do PGA foram assinados em 29 de abril de 2008 pela Oi e BrT Celular, demandando um investimento total de R$ 867.018 e R$ 488.235, respectivamente. No ato da assinatura dos termos as companhias desembolsaram 10% do valor ofertado. Sobre o saldo devedor incide a variação do IST, acrescido de juros de 1% a.m., conforme as regras previstas no edital de licitação, com vencimentos finais em 2016 e 2015, respectivamente. As autorizações do SMP contratadas pela Oi e BrT Celular junto a ANATEL em 2003, 2004 e 2002, 2004, respectivamente, estão representadas pelos termos que totalizaram R$ 331.433. Tais autorizações referem-se à exploração do SMP pelo período de 15 anos na mesma área de atuação em que as companhias possuem concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido nos passivos das controladas para serem amortizados em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimentos previstos para o exercício de 2011 (saldo de uma parcela), 2011 a 2012 (saldo de duas parcelas), respectivamente, relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m.

Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas de 2G (GSM) para exploração de SMP em São Paulo e aumento de banda em alguns estados da Região I do PGA (Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Roraima, Bahia, Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte) foram assinados em 7 de dezembro de 2007 pela Oi, demandando um investimento total de R$ 131.106. Em 7 de dezembro de 2007, a Oi desembolsou 10% do valor ofertado e quitou os 90% restantes, sem correção, em 10 de setembro de 2008, conforme as regras previstas no edital de licitação.

(ii) A concessão do STFC refere-se à provisão constituída pela Companhia e sua controlada BrT de acordo com o regime de competência, tomando por base a aplicação de 1% sobre a receita líquida de tributos. De acordo com o contrato de concessão vigente, o pagamento em favor da ANATEL terá vencimento a cada biênio, definido para o mês de abril dos anos ímpares e será equivalente a 2% da receita líquida apurada no exercício imediatamente anterior.

(iii) O valor de outras autorizações pertence à BrT Multimídia e se refere à outorga de autorização de uso de blocos de radiofrequência associada à exploração do serviço de comunicação multimídia. O valor contratado foi de R$ 9.110 e sobre tal obrigação incide variação do IGP-DI acrescida de 1% a.m. A liquidação do saldo dessa obrigação ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas, sempre no mês de maio.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
Até 31 de dezembro de:		
2011	100.852	532.310
2012		342.795
2013		310.768
2014		312.098
2015		312.098
2016		312.098
2017		1.330
2018		1.330
2019		1.330
	100.852	**2.126.157**

22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

PAES – REFIS II

A TMAR, a Oi e a iG Brasil aderiram ao PAES - Parcelamento Especial, (também conhecido como REFIS II - Programa de Refinanciamento Fiscal), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos da TMAR e da Oi no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

A TMAR e a Oi optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB. No caso da Oi o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a TMAR.

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, o saldo de parcelamento da controlada iG Brasil foi migrado, conforme abaixo, remanescendo apenas a TMAR ainda no PAES, cujo refinanciamento encontra-se pactuado em 120 meses.

Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

A TMAR e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, §9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. Os pedidos de parcelamento foram formalizados entre os dias 11 de novembro e 30 de novembro de 2009. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

As controladas BrT e iG Brasil, optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento. Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

Em função do Novo Parcelamento foram inscritos R$ 572.219 no consolidado, dos quais R$ 312.205 já haviam sido provisionados em parcelamentos anteriores (REFIS e PAES), em "Outros tributos" e em "Provisões".

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
PAES	211.368	396.383	511.075	219.380	404.833	515.340
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	147.472	182.599		583.002	572.219	
	358.840	**578.982**	**511.075**	**802.382**	**977.052**	**515.340**
Circulante	14.926	135.069	126.253	51.259	165.729	126.774
Não circulante	343.914	443.913	384.822	751.123	811.323	388.566

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

				2010	2009	01/01/2009
	Principal	Multas	Juros	Total	Total	Total
COFINS	305.072	26.837	104.590	436.499	491.810	298.393
CPMF	31.905	3.294	9.660	44.859	85.677	106.265
Imposto de renda	84.760	9.078	38.917	132.755	196.028	52.480
INSS	14.673	4.411	16.727	35.811	52.778	18.565
IOF	3.992	399	1.542	5.933	51.004	14.909
Contribuição social	22.410	2.777	10.642	35.829	11.506	21.811
PIS	51.052	3.812	17.543	72.407	75.586	2.917
OUTROS	16.860	2.472	18.957	38.289	12.663	
	530.724	**53.080**	**218.578**	**802.382**	**977.052**	**515.340**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os pagamentos foram liquidados, sem atraso no montantes de R$ 207.809 (2009 – R$ 121.174 e 01/01/2009 – R$ 122.743) na controladora e R$ 209.265 (2009 – R$ 121.849 e 01/01/2009 – R$ 123.250) no consolidado, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R$ 24.698 na controladora (2009 – R$ 6.481) e R$ 69.791 no consolidado (2009 – R$ 6.195) como "Despesas financeiras", no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (vide Nota 8).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
Até 31 de dezembro de:		
2011	14.926	51.259
2012	98.123	132.923
2013	47.103	79.969
2014	10.661	42.145
2015 a 2017	31.982	126.434
2018 a 2020	31.982	126.434
2021 a 2023	31.982	126.434
2024 e exercícios seguintes	92.081	116.784
	358.840	**802.382**

23. PROVISÕES

(a) Composição do saldo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributárias (vide item (d) (1))						
(i) ICMS	245.107	239.319	263.608	618.045	817.795	376.468
(ii) FUNTTEL	108.046	86.820	63.428	108.046	86.820	63.823
(iii) ISS	67.916	59.582	54.041	78.325	70.903	55.172
(iv) ILL	55.447	50.606	45.860	55.023	50.606	45.870
(v) INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	14.823	12.678	29.654	16.385	12.243	29.654
(vi) FISTEL						123.541
(vii) Demais ações	19.546	19.890	163.790	35.418	32.485	169.567
	510.885	**468.895**	**620.381**	**911.242**	**1.070.852**	**864.095**
Trabalhistas (vide item (d) (2))						
(i) Horas extras	376.757	203.310	208.791	612.714	385.298	210.186
(ii) Diferenças salariais	170.741	165.571	156.049	293.365	284.974	156.796
(iii) Adicionais diversos	84.039	139.857	98.293	206.440	201.933	98.664
(iv) Indenizações	103.284	97.024	110.027	172.097	190.082	110.703
(v) Verbas rescisórias	27.198	45.936	41.039	110.648	97.180	41.263
(vi) Complemento de aposentadoria	46.602	44.255	38.820	94.002	84.538	38.939
(vii) Subsidiariedade	4.461	62.427	62.236	88.729	141.537	63.797
(viii) Estabilidade / reintegração				79.920		
(ix) FGTS	7.370	18.387	17.503	39.089	48.961	17.645
(x) Multas trabalhistas	21.848	67.627	66.568	26.183	72.041	67.063
(xi) Honorários advocatícios/periciais	10.429	47.847	49.370	11.828	50.550	49.542
(xii) Vínculo empregatício	2.772	18.812	16.281	6.516	20.992	16.417
(xiii) Demais ações	24.659	72.612	62.302	83.015	205.744	62.681
	880.160	**983.665**	**927.279**	**1.824.546**	**1.783.830**	**933.696**
Cíveis (vide item (d) (3))						
(i) Societário				2.415.967	2.443.810	
(ii) Estimativas ANATEL	308.399	348.020	345.288	485.427	356.290	351.537
(iii) Multas ANATEL	253.699	149.781	78.345	340.853	356.302	81.051
(iv) Juizados Especiais Cíveis	33.229	45.558	59.970	181.980	163.894	77.031
(v) Demais ações	308.513	332.083	278.174	632.901	761.656	285.401
	903.840	**875.442**	**761.777**	**4.057.128**	**4.081.952**	**795.020**
	2.294.885	**2.328.002**	**2.309.437**	**6.792.916**	**6.936.634**	**2.592.811**
Circulante	397.404	291.277	301.409	1.692.623	1.515.398	320.775
Não circulante	1.897.481	2.036.725	2.008.028	5.100.293	5.421.236	2.272.036

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

				2010
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	911.242	1.824.546	4.057.128	6.792.916
Passivo contingente	12.947.056	2.546.580	1.371.750	16.865.386

				2009
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	1.070.852	1.783.830	4.081.952	6.936.634
Passivo contingente	11.050.314	1.563.031	1.814.492	14.427.837

				01/01/2009
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	864.095	933.696	795.020	2.592.811
Passivo contingente	7.127.740	394.877	1.131.005	8.653.622

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

			Controladora	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2009	**620.381**	**927.279**	**761.777**	**2.309.437**
Adições, líquidas de reversões (i)	8.381	126.594	147.397	282.372
Baixas por pagamento/encerramentos	(196.375)	(232.223)	(96.398)	(524.996)
Atualização monetária (Nota 8)	36.508	162.015	62.666	261.189
Saldo em 2009	**468.895**	**983.665**	**875.442**	**2.328.002**
Adições, líquidas de reversões (i)	98.133	47.247	214.135	359.515
Baixas por pagamento/encerramentos	(94.048)	(233.019)	(215.740)	(542.807)
Atualização monetária (Nota 8)	37.905	82.267	30.003	150.175
Saldo em 2010	**510.885**	**880.160**	**903.840**	**2.294.885**

(i) O total das adições líquidas de reversões, no valor de R$ 359.515 (2009 – R$ 282.372), na controladora é composto pelas despesas com provisões para perdas em processos judiciais no valor de R$ 346.525 (2009 – R$ 263.989), (vide Nota 7), e pelo valor provisionado referente ao questionamento relativo ao FUNTTEL, registrado em conta de resultado desse tributo, no valor total de R$ 12.990 (2009 –R$ 18.383).

			Consolidado	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2009	**864.095**	**933.696**	**795.020**	**2.592.811**
Aquisição do controle da BrT – Nota 1 a)	660.730	761.040	3.107.235	4.529.005
Adições, líquidas de reversões (i)	(117.679)	179.742	577.148	639.211
Baixas por pagamento/encerramentos	(452.526)	(329.816)	(524.828)	(1.307.170)
Atualização monetária (Nota 8)	116.232	239.168	127.377	482.777
Saldo em 2009	**1.070.852**	**1.783.830**	**4.081.952**	**6.936.634**
Adições, líquidas de reversões (i)	(30.838)	213.838	665.549	848.549
Baixas por pagamento/encerramentos	(241.312)	(357.997)	(810.280)	(1.409.589)
Atualização monetária (Nota 8)	112.540	184.875	119.907	417.322
Saldo em 2010	**911.242**	**1.824.546**	**4.057.128**	**6.792.916**

(i) O total das adições líquidas de reversões, no valor de R$ 848.549 (2009 – R$ 639.211) é composto pelas despesas com provisões para perdas em processos judiciais no valor de R$ 835.559 (2009 – R$ 620.828), (vide Nota 7), e pelo valor provisionado referente ao questionamento relativo ao FUNTTEL, registrado em conta de resultado desse tributo, no valor total de R$ 12.990 (2009 –R$ 18.383).

(d) Contingências provisionadas (consolidado)

(1) Tributárias:

(i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.

A variação no saldo das contingências fiscais estaduais (débitos de ICMS), no comparativo entre 2010 e 2009, ocorreu em decorrência de: (i) decisão administrativa irrecorrível favorável, no estado do Mato Grosso, em processo administrativo sobre crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e (ii) pagamento, em anistia, de débitos de ICMS sobre serviços faturados e outras matérias no estado do Rio Grande do Sul, que resultou na reversão de R$ 303.700 da provisão constituída para os débitos respectivos.

(ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).

(iii) ISS – A TMAR e a BrT mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como aluguéis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.

(iv) ILL - A TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto. Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

(v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, à parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.

(vi) FISTEL – Taxa de Fiscalização das Telecomunicações – A Amazônia (incorporada pela Oi) impetrou mandado de segurança questionando a responsabilidade pelo pagamento das taxas de fiscalização sobre as estações móveis que não são de sua titularidade, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores referentes a TFF - Taxa de Fiscalização do Funcionamento e a TFI - Taxa de Fiscalização da Instalação. Em maio de 2009 ocorreu a homologação da desistência da ação e, consequentemente os valores depositados foram convertidos em renda da União, razão pela qual foi revertida a provisão respectiva.

(vii) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R$ 10.462 (2009 – R$ 10.462 e 01/01/2009 – R$ 10.462) e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 1.562 (2009 - R$ 3.193 e 01/01/2009 – R$ 9.447).

(2) Trabalhistas:

(i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.

(ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.

(iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.

(iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.

(v) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.

(vi) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes as diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.

(vii) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.

(viii) Estabilidade / reintegração – Refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;

(ix) FGTS - Reclamações referentes as diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.

(x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.

(xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.

(xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.

(xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

(3) Cíveis:

(i) Societário - Contratos de Participação Financeira – Os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais). Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela Brasil Telecom S.A, em benefício de acionistas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Companhia julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2010, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

(ii) Estimativas ANATEL - Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.

(iii) Multas ANATEL - Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

(iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

(v) Demais ações - Refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros.

(e) Contingências não provisionadas

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

ICMS – Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R$ 4.338.984 (2009 -R$ 4.122.638 e 01/01/2009 – R$ 2.313.719). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Tributos municipais - Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R$ 3.048.143 (2009 - R$1.992.252 e 01/01/2009 – R$ 1.369.427), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R$ 1.441.752 (2009 - R$1.358.985 e 01/01/2009 – R$ 945.271) relacionados, principalmente, à responsabilidade solidária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R$ 393.176 (2009 - R$ 358.674 e 01/01/2009 – R$ 325.035).

Tributos federais - Autuações de tributos federais, são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R$ 3.579.856 (2009 - R$ 3.081.239 e 01/01/2009 – R$ 2.050.508). A administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como boas chances de êxito nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

(i) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006 a TMAR foi autuada pela SRF no montante de R$ 919.544 (2009 - R$ 838.520 e 01/01/2009 – R$ 759.877), referente à diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF`s) por parte da fiscalização. A Companhia levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis as chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R$ 522.767 (2009 - R$ 476.704 e 01/01/2009 – R$ 431.995) o valor autuado, tendo sido interposto recur

(b) Ações em tesouraria

Em 7 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a reabertura do programa de recompra de ações para posterior cancelamento ou manutenção em tesouraria, pelo prazo de 365 dias contados a partir da data desta deliberação, e o limite máximo de 284 mil ações ordinárias, 2.616 mil ações preferenciais classe "A" e 106 mil ações preferenciais classe "B", que correspondem, para cada espécie e classe, menos de 10% das ações em circulação, tendo sido compradas até 31 de dezembro de 2008, 223 mil ações preferenciais classe "A".

Em AGE, realizada em 4 de janeiro de 2008 foi aprovado a conversão de 47 mil ações preferenciais classe "B" da Companhia, em 47 mil ações preferenciais classe "A", conforme aviso aos acionistas publicado em 21 de junho de 2007.

Em AGE, realizada em 4 de janeiro de 2008, foi aprovado o cancelamento da totalidade das ações mantidas em tesouraria até a data de 31 de dezembro de 2007, sendo 2.929 mil ações preferenciais classe "A", um mil ações preferenciais classe "B" e 124 mil ações ordinárias, em contrapartida a conta de "Reserva de investimentos".

As ações em tesouraria foram recompradas com base nos recursos originários das reservas de capital.

A posição das ações em tesouraria é como segue abaixo:

	Ações Preferenciais	Valor(1)
Saldo em 01/01/2009	223	17.366
Ações alienadas		
Saldo em 31/12/2009	223	17.366
Ações alienadas		
Saldo em 31/12/2010	**223**	**28.657**

(1) Equivale ao custo das ações alienadas

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R$ por ação)	**2010**	**2009**
Médio Ponderado	77,76	77,76
Mínimo	76,50	76,50
Máximo	78,96	78,96

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2010 Preferenciais	2009 Preferenciais	01/01/2009 Preferenciais
Quantidade de ações em tesouraria	223,5	223,5	223,5
Cotação por ação na BOVESPA (R$)	47,76	62,21	55,5
Valor de Mercado	10.674	13.903	12.404

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos da reserva que deu origem a recompra:

	2010	2009	01/01/2009
Saldo das reservas de capital	2.051.161	2.039.144	2.220.406
Ações em tesouraria	(28.657)	(17.366)	(17.366)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	**2.022.504**	**2.021.778**	**2.203.040**

(c) Reservas de capital

Reserva de ágio na subscrição de ações

Representa o excesso do preço de emissão de novas ações em relação ao valor nominal da parcela destinada ao capital social.

Reserva de doações e subvenções para investimentos

O saldo refere-se, basicamente, a aplicações em incentivos fiscais - FINAM, FINOR, FUNRES e lucro da exploração (o último até 31 de dezembro de 2007).

Através de laudos constitutivos, emitidos por inventariante extrajudicial da extinta SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, em decorrência da designação estabelecida na Portaria nº 370/2002, a Companhia tornou-se beneficiária da redução do imposto de renda a pagar em função do lucro da exploração em dez de suas 16 filiais. Os benefícios concedidos são calculados às seguintes alíquotas:

Para as atividades de manutenção de planta de telefonia:

- 25% de janeiro de 2004 a 31 de dezembro de 2008; e
- 12,5% de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2013.

Para as atividades de ampliação da planta de telefonia, os benefícios são calculados a 75%, com vigência até 31 de dezembro de 2010.

A base de cálculo deste benefício é o lucro líquido antes do imposto de renda, ajustado pelos ganhos e perdas de equivalência patrimonial e outros resultados aplicáveis, conforme estabelecido na Lei nº 7.959/1989.

O lucro da exploração a partir do exercício de 2008 passou a ser registrado em reserva de lucros, em consonância com as disposições da Lei nº 11.638/2007.

Reserva de opções de ações

Corresponde ao valor justo das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais da controladora TNL outorgadas aos beneficiários do Plano de Opção de Compras de Ações, apropriados em proporção linear ao decorrimento do prazo de prestação de serviços dos beneficiários ("vesting period"). No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi reconhecido o montante de R$ 12.885 (2009 – R$ 26.105) nesta reserva, sendo R$ 9.960 da própria empresa e R$ 2.925 a titulo de reserva reflexa das empresas controladas. As informações sobre o Plano de Opção de Compra de Ações, as premissas utilizadas para determinar o valor justo das opções e os valores registrados no resultado da Companhia neste exercício, encontram-se detalhados na Nota 25 (c).

Reserva de juros sobre obras em andamento

Corresponde à contrapartida do excesso dos juros calculados mensalmente à taxa de 12% a.a. incidentes sobre os saldos de obras em andamento da Companhia, conforme definido na Portaria nº 21/1994 e Portaria nº 3/1994 expedidas pelo Ministério das Comunicações. Os juros cobrados a 12% a.a. que excediam a despesa financeira sobre os empréstimos para financiar as obras em andamento eram contabilizados nesta conta de reserva de capital. Esses juros foram calculados pela Companhia até 31 de dezembro de 1999.

Reserva especial Lei nº 8.200/1991

A reserva foi criada em virtude dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente, cuja finalidade foi a compensação das distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991. A reserva é realizada com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem.

(d) Reservas de lucros

Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para fins de aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos destina-se a reter recursos na Companhia para fazer face aos orçamentos de capital próprio e de suas controladas. Os recursos foram aplicados na expansão da planta de telefonia fixa, em conexão com as metas de universalização da ANATEL e investimentos na planta de telefonia móvel.

Reserva de incentivos fiscais

De acordo com o art. 195-A da Lei nº 11.638/2007, a Assembleia Geral da Companhia poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, após a aprovação do Pronunciamento Técnico CPC nº 07 (Subvenções e Assistências Governamentais) através da Deliberação CVM nº 555/2008, o montante do benefício fiscal lucro da exploração passou a ser destinado a esta reserva.

(e) Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidas as contrapartidas dos ajustes aos valores justos de certos ativos e passivos. No exercício de 2009 foram reconhecidos nesta rubrica: (i) os ágios apurados em aquisições de ações dos acionistas não controladores da TNCP e Amazônia nas OPAs realizadas em 16 de janeiro de 2009 no montante total de R$ 93.649; (ii) os ágios apurados em aquisições de ações dos acionistas não controladores da BrT Part e BrT nas OPAs realizadas em 23 de junho de 2009 no montante total de R$ 1.656.574; (iii) a diferença entre o valor justo das ações envolvidas na troca de ações da BrT Part. por parte dos acionistas não controladores da BrT na reorganização societária ocorrida em 30 de setembro de 2009, no montante de R$ 217.353; e (iv) o benefício fiscal adicional sobre os ágios apurados nas OPAs de 23 de junho de 2009 (de acordo com o antigo BR GAAP) e que se concretizaram por ocasião das incorporações reversas da reorganização societária ocorrida em 30 de setembro de 2009 no montante de R$ 482.348, conforme descrito na Nota 1(a).

(f) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. A Companhia não apurou efeitos de outros resultados abrangentes para o exercício de 2010. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia transferiu dos resultados abrangentes para o resultado do exercício as perdas acumuladas com ativos financeiros disponíveis para venda, face à aquisição do controle da BrT descrita na Nota 1(a).

(g) Direito das ações, dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Em 29 de outubro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a declaração de JSCP – Juros sobre Capital Próprio, relativo ao exercício de 2010, no valor bruto de R$ 192.560.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R$ 1.900.225. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício foi destinado da seguinte forma: (i) constituição da reserva legal no montante de R$ 95.011 (ii) constituição da reserva de investimentos no montante de R$ 1.326.457, e (iii) dividendo mínimo obrigatório de R$ 451.303, sobre o qual serão imputados os Juros Sobre Capital Próprio declarados no exercício de 2010 no valor de R$ 192.560, líquido do imposto de renda retido na fonte no montante de R$ 27.454.

Os lucros acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, no montante de R$ 4.851.020, serão destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício. Desta forma, levando em consideração que foi reconhecido um prejuízo de R$ 573.966 no exercício social de 2009 de acordo com o antigo BR GAAP, a destinação final do exercício de 2009 foi de uma constituição da reserva de investimento no montante de R$ 4.276.186.

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	2010	2009 (BR GAAP antigo)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	1.900.225	(594.827)
Reserva legal - 5%	(95.011)	
Lucro líquido ajustado	**1.805.214**	
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	451.303	
Juros sobre o capital próprio bruto	192.560	
IRRF s/ Juros sobre o capital próprio	(27.454)	
Juros sobre o capital próprio líquido	**165.106**	
Dividendos provisionados em complemento aos juros sobre o capital próprio	286.197	
Total da remuneração dos acionistas	451.303	

Os dividendos mínimos estatutários para as ações preferenciais classe "A" foram calculados como segue:

	2010
Patrimônio líquido	14.976.388
Total de ações em circulação	238.608
Total de ações preferenciais classe "A" em circulação (*)	130.481
Base de cálculo	8.189.707
Percentual do dividendo fixo estatutário	3%
Dividendo fixo estatutário	245.691

Os dividendos fixos estatutários para as ações preferenciais classe "B" foram calculados como segue:

	2010
Capital social subscrito	7.445.720
Total de ações em circulação	238.608
Total de ações preferenciais classe "B" em circulação	1.064
Base de cálculo	33.201
Percentual do dividendo fixo estatutário	10%
Dividendo fixo estatutário	3.320

Segue o demonstrativo dos dividendos e juros sobre capital próprio do exercício de 2010:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais PNA	PNB	Total
Juros sobre o capital próprio (Líquido do imposto de renda)				
Deliberado em 29 de outubro de 2010	69.727	94.678	700	165.105
Dividendos (valores históricos)				
Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2010)	121.156	162.422	2.620	286.198
	190.883	**257.100**	**3.320**	**451.303**

	2010 Valor por ação/em Reais		
	Ordinárias	PNA	PNB
Juros sobre o capital próprio (valores históricos)			
14 de dezembro de 2010	0,651269	0,725608	0,657605
Dividendos (valores históricos)			
Propostos em 31 de dezembro de 2010	1,131631	1,244794	2,462884

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio a pagar pela Companhia, que estão demonstrados no passivo circulante, são compostos como segue:

Ano-base da proposta	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
2010	475.185		
2009			
2008	96.605	87.586	382.340
2007	19.325	19.374	19.630
2006		12.941	13.044
2005			19.818
	591.115	**119.901**	**434.832**

(h) Dividendos prescritos

Referem-se aos dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas após o período de três anos contados a partir da data em que essas remunerações são postas à disposição dos acionistas.

(i) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. Uma vez que a Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é calculado de forma similar ao lucro básico por ação.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.900.225	5.216.638
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	853.082	2.342.831
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	1.047.143	2.873.807
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	107.063.093	107.063.093
Ações preferenciais – básicas e diluídas	131.418.025	131.327.762
Lucro por ação:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	7,97	21,88
Ações preferenciais – básicas e diluídas	7,97	21,88

26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2010.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
PBS-A	TMAR e BrT	Sistel
PAMA	TMAR e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TMAR	FATL
TelemarPrev	TMAR, BrT, Oi e Oi Internet	FATL
PBS-TNCP	Oi	Sistel
CELPREV	Oi	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
PAMEC	BrT	BrT

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração das Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda.

Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir (os valores de 2008 não estão sendo apresentados, tendo em vista que a BrT, patrocinadora dos planos, foi adquirida somente durante o exercício de 2009):

	Consolidado 2010	2009
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	650.305	677.006
Plano PAMEC	3.001	2.707
Total	**653.306**	**679.713**
Circulante	77.941	104.533
Não circulante	575.365	575.180

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado 2010	2009
Plano TCSPREV	92.619	136.277
Total	**92.619**	**136.277**
Não circulante	92.619	136.277

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2010, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

(ii) PAMA

O plano de assistência médica ao aposentado e o PCE - Plano de Coberturas Especiais, ambos de contribuição definida, mantidos solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de dezembro de 2000, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31 de dezembro de 2001 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela FATL) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBS's patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações.

Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004, de dezembro de 2005 a abril de 2006 e de junho a novembro de 2008, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). A opção dos participantes pela migração resultou em contribuição dos mesmos para o PAMA/PCE.

As contribuições para este plano, correspondem a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da BrT, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31 de dezembro de 2001, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Pela utilização de recursos do PAMA, os participantes compartilham com uma parcela de seus custos individuais utilizados do plano. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE. Para as patrocinadoras, a opção dos participantes em migrar para o PAMA/PCE não altera a contribuição patronal de 1,5% mencionada.

(iii) PBS-TNCP

Plano de beneficio definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(iv) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela Oi em março de 2009) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O novo plano, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Os planos PBS-Telemar e TelemarPrev foram implementados em setembro de 2000 ainda sob a administração da SISTEL. Conforme facultado pelo art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da SISTEL protocolou em outubro de 2004 o pedido de transferência da administração dos planos PBS-Telemar e TelemarPrev para a FATL. A FATL foi constituída pela TMAR, e foi autorizada pela PREVIC em 12 de janeiro de 2005, a iniciar suas atividades. Em 28 de fevereiro de 2005, foi concluído o processo de transferência da administração dos planos de benefícios PBS-Telemar e TelemarPrev da SISTEL para a FATL.

Planos

(i) PBS-Telemar

O Plano de beneficio definido, encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde a criação do TelemarPrev, em setembro de 2000, tendo migrado cerca de 96% dos antigos participantes para o TelemarPrev.

A contribuição dos participantes ativos do plano PBS-Telemar corresponde ao somatório de: (i) percentual de 0,5% a 1,5% incidente sobre o salário-de-participação (de acordo com a idade do participante); (ii) 1% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a metade da Unidade Padrão e (iii) 11% incidente sobre o salário-de-participação que ultrapassar a Unidade Padrão. A contribuição das patrocinadoras equivale a 9,5% sobre a folha de salário dos empregados participantes ativos do plano, dos quais 8% são destinados ao plano PBS-Telemar e 1,5% ao PAMA e ao PAMA/PCE, este último no caso de participantes migrados. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

(ii) TelemarPrev

Plano de contribuição definida, passou a ser patrocinado pela BrT em 2010.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.

Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

(iii) TCSPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28 de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela PREVIC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício saldado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18 de setembro de 2008 foi publicada no DOU, a Portaria PREVIC/MPS nº 2.521/2008, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31 de dezembro de 2001. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma "jóia" dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do plano de benefícios TCSPREV para a FATL.

(iv) PAMEC-BrT – Plano assistencial administrado pela BrT

Plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT – plano previdencial TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da BrT.

(v) BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Companhia e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

(vi) Fundador/Alternativo

Plano de benefício definido, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechado ao ingresso de novos participantes, originado da incorporação do plano Fundador-BrT pelo plano Alternativo-BrT, conforme a Portaria PREVIC nº 2.627/2008, constituindo-se em um plano único, sem alteração de regras para os participantes e assistidos, passando a denominar-se plano Fundador/Alternativo.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma "jóia", dependendo da idade que ingressou no plano.

Insuficiência atuarial dos planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela BrTPREV, teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em 20 anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/PREVIC/GAB/COA, de 25 de janeiro de 2002, da PREVIC. Desse prazo máximo determinado restam 11 anos para a quitação total.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios da Fundação BrTPREV para a FATL.

O plano Fundador/Alternativo está com suas contribuições suspensas judicialmente.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (FATL)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido

Conciliação dos ativos e passivos:

	Controladora - 2010					
	PBS-Telemar			TelemarPrev		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	202.995	183.738	167.767	1.814.654	1.486.041	1.258.642
Obrigações atuariais com benefícios a conceder				380.184	424.288	479.916
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**202.995**	**183.738**	**167.767**	**2.194.838**	**1.910.329**	**1.738.558**
Valor justo dos ativos do plano	(266.249)	(247.520)	(233.845)	(2.782.959)	(2.537.759)	(2.224.660)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(63.254)**	**(63.782)**	**(66.078)**	**(588.121)**	**(627.430)**	**(486.102)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	63.254	63.782	66.078	588.121	627.430	486.102
Valor não registrado						
Ganhos atuariais não reconhecidos						
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido						

	Consolidado - 2010			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.841.456	195.215	1.698.979	353.990
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	394.547	7.780	45.345	66.693
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**2.236.003**	**202.995**	**1.744.324**	**420.683**
Valor justo dos ativos do plano	(2.842.638)	(266.249)	(1.104.844)	(1.242.078)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(606.635)**	**(63.254)**	**639.480**	**(821.395)**
Ganhos atuariais não reconhecidos			10.825	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	606.635	63.254		717.414
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)			**650.305**	**(92.619)**

	Consolidado - 2009			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.501.691	183.738	1.520.800	313.600
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	442.850		74.332	80.773
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**1.944.541**	**183.738**	**1.595.132**	**394.373**
Valor justo dos ativos do plano	(2.590.935)	(247.520)	(937.590)	(1.112.181)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(646.394)**	**(63.782)**	**657.542**	**(717.808)**
Valor não registrado	751.700			
Ganhos atuariais não reconhecidos	(105.306)		19.464	12.484
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19		63.782		569.047
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)			**677.006**	**(136.277)**

	Consolidado - 01/01/2009	
	TelemarPrev	PBS-Telemar
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.270.358	167.767
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	498.933	
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**1.769.291**	**167.767**
Valor justo dos ativos do plano	(2.268.964)	(233.845)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	**(499.673)**	**(66.078)**
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	499.673	66.078
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido (i)		

(i) A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as dispos

Despesa reconhecida na demonstração de resultados:

	Consolidado - 2010			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV (i)
Custo do serviço corrente			4.486	1.973
Contribuições dos participantes			(23)	
Custo dos juros			173.808	
Rendimento dos ativos do plano			(203.989)	
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos			106.172	
Total da despesa reconhecida			80.454	1.973

	Consolidado - 2009			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV
Custo do serviço corrente			4.020	2.428
Contribuições dos participantes			(86)	(383)
Custo dos juros			166.307	
Rendimento dos ativos do plano			(68.428)	
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos			(56.723)	
Total da despesa reconhecida			45.090	2.045

(i) A companhia apresentou no exercício de 2010 uma redução do superávit do plano TCSPREV, proveniente de redução na base de participantes do plano e mudanças de algumas premissas, reconhecendo desta forma R$ 43.658 mil, em outras receitas operacionais. Em 2009 foram reconhecidas receitas no montante de R$ 55.024, sendo R$ 40.479 registrados em outras receitas operacionais e R$ 14.545, registrados como receitas financeiras.

Principais premissas atuariais utilizadas

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos TelemarPrev, PBS-Telemar, BrTPREV, Alternativo e Fundador e TCSPREV foram as seguintes:

	2010			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	10,77%	10,77%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	Por Patrocinadora	7,63%,	7,95%	7,94%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	10,95%	10,95%	10,95% (Fundador e Alterantivo) e (BrTPREV)	10,95%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss 5% a.a. nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	Saldado	Nula	15% a.a	15% a.a

	2009			
	Telemar Prev	PBS-Telemar	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	11,40%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,63%	7,63%	7,63%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	10,96%	10,95%	11,61% (Fundador e Alternativo) 11,68% (BrTPREV)	12,09%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss 1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade	Winklevoss	Winklevoss 1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade	Winklevoss 1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade
Taxa de rotatividade	e para o Benefício Saldado	Nula	e para o Benefício Saldado	e para o Benefício Saldado

Informações adicionais – 2010

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.

b) Os dados cadastrais utilizados são de 31 de setembro de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (SISTEL e PAMEC)

Conciliação dos ativos e passivos:

	Controladora PBS-A		
	2010	2009	01/01/2009
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.677.686	2.317.152	2.270.689
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.677.686	2.317.152	2.270.689
Valor justo dos ativos do plano	(4.471.954)	(3.614.455)	(3.765.694)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido	(1.794.268)	(1.297.303)	(1.495.005)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.794.268	1.297.303	1.495.005
(=) Passivo atuarial líquido reconhecido			

	Consolidado - 2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	3.391.781	3.569	20.447	172
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	3.391.781	3.569	20.447	172
Valor justo dos ativos do plano	(5.664.550)		(40.053)	(1.357)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	(2.272.769)	3.569	(19.606)	(1.185)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.272.769		19.606	1.157
Ganhos atuariais não reconhecidos				28
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido		(568)		
(=) Passivo atuarial líquido reconhecido		3.001		

	Consolidado - 2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.941.220	3.054	16.603	220
Obrigações atuariais com benefícios a conceder			2.328	
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.941.220	3.054	18.931	220
Valor justo dos ativos do plano	(4.587.918)		(29.733)	(1.230)
(=) passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	(1.646.698)	3.054	(10.802)	(1.010)
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido	1.646.698		10.802	1.010
Ganhos atuariais não reconhecidos		(347)		
(=) Passivo atuarial líquido reconhecido		2.707		

	Consolidado - 01/01/2009		
	PBS-A	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	2.270.689	12.397	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder		4.238	190
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	2.270.689	16.635	190
Valor justo dos ativos do plano	(3.765.694)	(34.558)	(902)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido (i)	(1.495.005)	(17.923)	(712)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) (incluindo as recomendações do IFRIC 14)	1.495.005	17.923	712
(=) Passivo atuarial reconhecido			

(i) No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora. Tal plano é composto na sua totalidade por participantes assistidos, inexistindo, portanto, contribuições futuras que pudessem ser compensadas com o superávit existente.

Movimentação do passivo/(ativo) atuarial líquido:

	Controladora PBS-A	
	2010	2009
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.317.152	2.270.689
Custo dos juros	342.560	262.172
Custo do serviço corrente		
Benefícios pagos líquidos	(240.112)	(211.358)
Entrada/(Saída) de transferências líquidas (incluindo o efeito de fusões, aquisições e alienações)		
Transferência das obrigações da AMC		1.786
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	258.086	(6.137)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.677.686	2.317.152
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.614.454	3.765.694
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	1.097.611	57.333
Contribuições da patrocinadora		
Pagamento de benefícios	(240.111)	(211.358)
Impacto decorrente de aquisições / alienações		
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora		2.786
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.471.954	3.614.455
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(1.794.268)	(1.297.303)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.794.268	1.297.303
Ganhos atuariais não reconhecidos		
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido		
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido		

	Consolidado - 2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.941.220	3.054	18.931	220
Custo dos juros	434.889	340	2.082	24
Custo do serviço corrente			73	17
Benefícios pagos líquidos	(304.146)	(88)	(1.426)	
Contribuições de participantes vertidas no ano			34	8
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	319.817	263	753	(97)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	3.391.780	3.569	20.447	172
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.587.918		29.733	1.230
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	1.380.778		11.694	100
Contribuições normais recebidas pelo plano		88	52	27
Patrocinadora		88	18	19
Participantes			34	8
Pagamento de benefícios	(304.146)	(88)	(1.426)	
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora				
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	5.664.550		40.053	1.357
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(2.272.770)	3.569	(19.606)	(1.185)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	2.272.770		19.606	1.185
Ganhos atuariais não reconhecidos		(568)		
Valor não registrado devido ao limite sobre benefício definido				
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido		3.001		

	Consolidado - 2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	2.938.391	2.504	16.635	190
Custo dos juros	331.153	264	1.904	22
Custo do serviço corrente			49	15
Benefícios pagos líquidos	(266.954)	(61)	(1.272)	8
Contribuições de participantes vertidas no ano			43	
Transferência das obrigações da AMC	1.786			
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(63.156)	347	1.572	(15)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	2.941.220	3.054	18.931	220
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	4.771.376		34.558	902
Rendimentos (perdas) dos ativos do plano	80.710		(3.623)	300
Contribuições normais recebidas pelo plano		62	70	28
Patrocinadora		62	27	20
Participantes			43	8
Pagamento de benefícios	(266.954)	(62)	(1.272)	
Ativos do plano transferidos para a patrocinadora	2.786			
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	4.587.918		29.733	1.230
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(1.646.698)	3.054	(10.802)	(1.010)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	1.646.698		10.802	1.010
Ganhos atuariais não reconhecidos		(347)		
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido reconhecido		2.707		

Despesa reconhecida na demonstração de resultados:

	Consolidado PAMEC	
	2010	2009
Custo do serviço corrente		
Custo dos participantes		
Custo dos juros	340	264
Rendimento dos ativos do plano		
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos	263	347
Total da despesa reconhecida	603	611

Principais premissas atuariais utilizadas:

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos PBS-A, PAMEC, PBS-TNCP e CELPREV foram as seguintes:

	2010			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	10,70%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,50%	N/A	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	N/A	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	N/A	10,41%	10,78%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	N/A	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de rotatividade	Nula	N/A	Nula	1,5% a.a., Nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício saldado

	2009			
	PBS-A	PAMEC	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	11,40%	11,40%	12,50%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	7,64%	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	7,64%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,76%	N/A	10,41%	10,78%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000 Zimmermann	AT-2000 Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	N/A	N/A	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	N/A	N/A	Winklevoss	Winklevoss
Idade de início dos benefícios	N/A	N/A	N/A	N/A
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	1,5% a.a., Nula a partir dos 50 anos de idade para o benefício saldado

N/A = Não Aplicável

Informações adicionais – 2010

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.

b) Os dados cadastrais utilizados para o PBS-A e PAMEC são de 31 de agosto de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Os valores acima não consideram os ativos e passivos do plano PAMA, pelo fato de ser multipatrocinado e semelhante aos planos de "contribuição definida" (o pagamento dos benefícios está limitado ao montante das contribuições recebidas pelo plano), não existindo quaisquer obrigações além dos saldos existentes.

Política de investimentos dos planos

A estratégia de investimento dos planos de pensão está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de pensão, gerente de investimento e um membro designado pelo conselho deliberativo. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	100%	100%	76%	85%	100%	100%	75%
Renda variável	25%	25%	20%	12%	25%	25%	9%
Investimentos estruturados	10%	10%	2%	2%	10%	10%	11%
Imóveis	2%	2%			2%	2%	4%
Empréstimos a participantes	2%	2%	2%	1%	2%	2%	1%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	PBS-Telemar	Telemar Prev	CEL PREV	PBS-TNCP	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCS PREV	PBS-A
Renda fixa	84%	84%	81%	89%	84%	84%	75%
Renda variável	13%	13%	17%	10%	12%	12%	9%
Investimentos estruturados	2%	2%			2%	2%	11%
Imóveis	1%	1%			1%	1%	4%
Empréstimos a participantes			2%	1%	1%	1%	1%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

(b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R$ 299.883 (2009 – R$ 102.522 e 01/01/2009 – R$ 120.845)

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a reversões ou complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

(i) Plano de outorga de opções de ações da TNL

A AGE realizada em 11 de abril de 2007, aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do site da Companhia e disponível na página da CVM (www.cvm.gov.br), atribui ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano, ou por opção deste, deliberar a gestão a um Comitê formado por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles membro efetivo. Em reunião realizada em 12 de abril de 2007, o Conselho de Administração elegeu os membros do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações para atribuir ao Comitê poderes de estabelecer periodicamente os Programas de Opção de Compra de Ações.

Os beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 fazem jus a uma outorga total correspondente de até 1,31% do capital social subscrito e integralizado da TNL, perfazendo uma reserva de 5.120 mil ações ordinárias (TNLP3). O programa é oferecido aos administradores da TNL, TMAR e Oi.

O preço de concessão foi baseado na média ponderada da cotação na BOVESPA nos 30 dias imediatamente anteriores à data da concessão, e será atualizado de acordo com a variação do IGP-M.

Em reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, realizada em 18 de setembro de 2008, foi deliberado aditar o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 12 de abril de 2007, e outorgar aos beneficiários também a opção de compra de 2.713 mil ações preferenciais (TNLP4) da Companhia, total correspondente a 0,68% do capital social subscrito e integralizado, ao preço de exercício de R$ 27,31. As opções começaram a ser exercidas desde a data de sua outorga, condicionando o exercício das opções preferenciais ao exercício das opções ordinárias. As demais condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2007 não foram alteradas e continuam vigentes.

Os quadros a seguir resumem as operações efetuadas com as ações ordinárias e preferenciais até 31 de dezembro de 2010.

Ações ordinárias – TNLP3

			Em Reais	
			Preço da concessão	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	2010	2009
Concedidas em abril de 2007	5.120	50,98	65,27	58,63
Opções exercidas	(214)			
Opções canceladas	(1.720)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	3.186			

Ações preferenciais – TNLP4

			Em Reais	
			Preço da concessão	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	2010	2009
Concedidas em setembro de 2008	2.714	27,31	30,21	27,14
Opções exercidas	(309)			
Opções canceladas	(702)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	1.703			

Ações ordinárias – TNLP3

			Em Reais	
			Preço da concessão	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	2010	2009
Concedidas em março de 2010	702	32,56	35,27	
Opções exercidas	(6)			
Opções canceladas				
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	696			

Ações preferenciais – TNLP4

			Em Reais	
			Preço da concessão	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	2010	2009
Concedidas em março de 2010	371	27,32	29,59	
Opções exercidas				
Opções canceladas				
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	371			

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram exercidas 12.722 opções de ações ordinárias (31/12/2009 – 201.679) e 96.164 (31/12/2009 – 212.931) em opções de ações preferenciais, tendo sido a operação liquidada mediante a transferência das ações em tesouraria da TNL aos beneficiários do plano.

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

		Opções em vigor			Opções exercíveis	
Faixa de preço de exercício na data da concessão	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R$ 20,00 a 29,99	371	76	29,59	371	29,59
R$ 30,00 a 39,99	696	76	35,27	696	35,27
R$ 30,00 a 39,99	1.703	52	30,21	1.703	30,21
R$ 60,00 a 70,00	3.186	52	65,27	3.186	65,27

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá da forma e prazos apresentados a seguir:

			Outorga			
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Ordinárias	12/04/2007	25%	12/04/2008	12/04/2012	65,27	722
		25%	12/04/2009	12/04/2013	65,27	808
		25%	12/04/2010	12/04/2014	65,27	822
		25%	12/04/2011	12/04/2015	65,27	834

			Outorga			
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Preferenciais	18/09/2008	25%	18/09/2008	12/04/2012	30,21	377
		25%	12/04/2009	12/04/2013	30,21	442
		25%	12/04/2010	12/04/2014	30,21	442
		25%	12/04/2011	12/04/2015	30,21	442

			Outorga			
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Ordinárias	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	35,27	171
		25%	12/04/2011	12/04/2015	35,27	175
		25%	12/04/2012	12/04/2016	35,27	175
		25%	12/04/2013	12/04/2017	35,27	175

			Outorga			
	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Preferenciais	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	29,59	92
		25%	12/04/2011	12/04/2015	29,59	93
		25%	12/04/2012	12/04/2016	29,59	93
		25%	12/04/2013	12/04/2017	29,59	93

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "Black&Scholes" com as seguintes premissas:

	12/04/2007 (TNLP3)				18/09/2008 (TNLP4)			
	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote
Ativo-lastro	67,03	67,03	67,03	67,03	27,51	27,51	27,51	27,51
Preço de exercício	50,98	50,98	50,98	50,98	27,31	27,31	27,31	27,31
Volatilidade esperada	54,10%	46,33%	44,36%	46,70%	0,00%	46,84%	41,08%	41,08%
Taxa de juros livre de riscos	2,43%	1,34%	0,97%	0,78%	0,00%	1,26%	0,85%	0,72%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4		1	2	3
Rendimento de dividendos	11,54%	11,34%	11,19%	11,10%	0,00%	13,84%	14,79%	15,07%
Valor justo na data de outorga	24,22	28,93	33,07	37,43	0,20	4,77	7,99	10,75

	15/03/2010 (TNLP3)				15/03/2010 (TNLP4)			
	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote	1° lote	2° lote	3° lote	4° lote
Ativo-lastro	39,79	39,79	39,79	39,79	33,45	33,45	33,45	33,45
Preço de exercício	32,56	32,56	32,56	32,56	27,32	27,32	27,32	27,32
Volatilidade esperada	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%
Taxa de juros livre de riscos	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	4
Rendimento de dividendos	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%
Valor justo na data de outorga	8,19	18,43	23,80	28,16	6,93	15,74	20,17	23,79

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações TNLP3 e TNLP4, no montante de R$ 12.896 (2009 – R$ 26.128). O saldo da conta de Reserva de opções de ações no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 120.930 (2009 – R$ 108.045 e 01/01/2009 – R$ 81.940).

Presumindo-se a não pactuação de outros contratos de remuneração baseada em ações, a Companhia deverá registrar, até o final do período de aquisição de direitos ("*vesting period*") dos atuais contratos, despesas no montante de R$ 19.332.

(ii) Planos de outorga de opções de ações assumidos na aquisição do controle da BrT

Plano aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuam válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, não podendo ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

Na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, havia opções exercíveis em circulação conforme descrito no programa abaixo:

Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações preferenciais até 31 de dezembro de 2010.

			Em Reais	
			Preço da concessão	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	2010	2009
Saldo no início do exercício	31.643	18,87	20,83	18,87
Opções canceladas	(9.676)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	21.967			

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

	Opções em vigor			Opções exercíveis	
Faixa de preço de exercício na data da concessão	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R$ 10,00 - 19,99	21.967	12	20,83	21.967	20,83

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga					
Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (Em Reais)	Opções (Em milhares de ações)
	33%	22/12/2005	31/12/2011	20,83	7.322
3ª 22/12/04	33%	22/12/2006	31/12/2011	20,83	7.322
	34%	22/12/2007	31/12/2011	20,83	7.323

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "*Black&Scholes*" com as seguintes premissas:

	21/12/2004
Ativo-lastro	13,64
Preço de exercício	17,30
Volatilidade esperada	38,2%
Taxa de juros livre de riscos	8,4%
Vida esperada (em anos)	2
Rendimento de dividendos	3,10%
Valor justo na data de outorga	2,76

Em razão dos contratos de remunerações baseadas em ações preverem a liquidação das opções apenas mediante a transferência de titularidade de ações ("*equity-settled*"), as apropriações do valor justo das opções de ações da TNL e BrT são efetuadas linearmente dentro do prazo de vencimento das opções. As parcelas correspondentes aos beneficiários da TNL, TMAR, Oi e BrT, são contabilizadas, nestas Companhias, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, em conformidade com os requerimentos da Deliberação CVM nº 562/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 (Remunerações Baseadas em Ações).

Plano aprovado em 6 de novembro de 2007

Este plano autorizava a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como UP, a qual englobava ações preferenciais da Companhia e ações ordinárias e preferenciais da BrT Part. O valor correspondente ao número de UP's concedidas não poderia exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da Companhia.

Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao referido plano continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009, as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas. O Programa 1, totalizando 2.817.324 UP's foi liquidado ao valor total de R$ 17.855. O Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2008, contendo 701.601 UP's foi liquidado ao valor total de R$ 4.446.

Foram exercidas 646.585 UP's do Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2007, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Companhia, ao preço de exercício total de R$ 3.572 e valor de custo de R$ 2.487; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da Controladora ao preço de exercício total de R$ 13.733 e valor de mercado de R$ 17.108, acrescidas da importância R$ 130.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Os demais segmentos operacionais incluem serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos e *Call Center*.

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 33.000.118/0001-79

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia Fixa/ Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Itens não alocados aos segmentos	Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2009	2010	2009
Receitas	22.655.000	23.922.510	10.000.802	8.796.515	1.046.072	858.072	(4.270.321)	(3.649.915)		29.431.553	29.927.182
Custos dos serviços prestados	(14.808.894)	(15.868.221)	(5.453.889)	(5.615.775)	(494.014)	(443.372)	4.159.111	3.541.033		(16.597.686)	(18.386.335)
Interconexão	(6.145.820)	(6.014.516)	(2.209.650)	(2.059.827)			3.284.997	2.809.279		(5.070.473)	(5.265.064)
Depreciação e amortização	(4.395.452)	(4.692.436)	(1.385.865)	(1.657.047)	(14.967)	35.332	7.002			(5.789.282)	(6.314.151)
Serviço de manutenção de rede	(1.811.657)	(2.336.931)	(274.815)	(202.769)	(2.136)	(486)	72.622	63.160		(2.015.986)	(2.477.026)
Aluguéis e seguros	(1.278.897)	(1.334.285)	(637.051)	(525.801)	(67.416)	(142.523)	710.249	667.523		(1.273.115)	(1.335.086)
Custos de aparelhos e acessórios	(506)		(179.403)	(375.365)	(15.225)	(14.354)	45.922	18		(149.212)	(389.701)
Outros custos e despesas	(1.176.562)	(1.490.053)	(767.105)	(794.966)	(394.270)	(321.341)	38.319	1.053		(2.299.618)	(2.606.307)
Lucro bruto	7.846.106	8.054.289	4.546.913	3.180.740	552.058	414.700	(111.210)	(108.882)		12.833.867	11.540.847
Receitas (Despesas) operacionais											
Comercialização de serviços	(2.945.369)	(3.215.472)	(1.981.472)	(2.209.629)	(392.795)	(333.606)	451.868	471.501		(4.867.768)	(5.287.206)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(629.763)	(956.468)	(288.500)	(294.475)	(60.603)	(52.518)	1.123	25.631		(977.743)	(1.277.830)
Comissão de vendas	(349.216)	(353.655)	(876.067)	(814.312)	(49.588)	(32.463)	24.708	24.682		(1.250.163)	(1.175.748)
Call Center	(749.691)	(631.907)	(276.157)	(329.223)	(87.529)	(64.820)	347.611	339.633		(765.766)	(686.317)
Postagem e cobrança	(498.100)	(497.769)	(106.572)	(95.468)	(16.254)	(18.454)	5.695	12.033		(615.231)	(599.658)
Publicidade e propaganda	(237.845)	(230.233)	(280.354)	(395.202)	(51.346)	(42.910)	34.198	31.560		(535.347)	(636.785)
Outros serviços de terceiros	(146.966)	(180.758)	(48.361)	(119.150)	(24.675)	(44.909)	15.698	15.849		(204.304)	(328.968)
Outros custos e despesas	(333.788)	(364.682)	(105.461)	(161.799)	(102.800)	(77.532)	22.835	22.113		(519.214)	(581.900)
Gerais e administrativas	(2.010.889)	(2.256.890)	(603.978)	(624.245)	(178.860)	(180.622)	38.679	33.819		(2.755.048)	(3.027.938)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	(699.333)	(438.423)	37.385	16.022	(50.571)	(123.010)	(373.223)	(383.047)	5.555.708	(1.085.742)	4.627.250
Ganho na aquisição do controle da BrT									6.683.751		6.683.751
Perdas com ativos financeiros disponíveis para venda									(1.128.043)		(1.128.043)
Outras receitas operacionais	1.123.589	1.197.900	335.906	342.974	35.981	27.777	(193.972)	(187.164)		1.301.504	1.381.487
Outras despesas operacionais	(1.822.922)	(1.636.323)	(298.521)	(326.952)	(86.552)	(150.787)	(179.251)	(195.883)		(2.387.246)	(2.309.945)
Resultado financeiro	(2.558.728)	(2.709.991)	263.158	210.233	(57.988)	68.570	(6.114)	(13.391)		(2.359.672)	(2.444.579)
Receitas financeiras	1.672.807	1.229.280	730.830	530.888	48.694	215.080	(563.672)	(367.730)		1.888.659	1.607.518
Despesas financeiras	(4.231.535)	(3.939.271)	(467.672)	(320.655)	(106.682)	(146.510)	557.558	354.339		(4.248.331)	(4.052.097)
Resultado antes dos tributos	(368.213)	(566.487)	2.262.006	573.121	(128.156)	(153.968)			5.555.708	1.765.637	5.408.374
Provisão para IR/CSLL	915.001	(160.072)	(580.119)	(294.995)	(222.109)	139.431				112.773	(315.636)
Resultado líquido	546.788	(726.559)	1.681.887	278.126	(350.265)	(14.537)			5.555.708	1.878.410	5.092.738
Resultado atribuído ao controlador	568.603	(602.659)	1.681.887	278.126	(350.265)	(14.537)			5.555.708	1.900.225	5.216.638
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	(21.815)	(123.900)								(21.815)	(123.900)
Informações adicionais											
Serviços prestados	21.381.236	22.831.203	7.074.684	6.209.974	730.011	517.720				29.185.930	29.558.897
Vendas			245.622	368.285						245.622	368.285
Receita de clientes externos	21.381.236	22.831.203	7.320.306	6.578.259	730.011	517.720				29.431.552	29.927.182
Receita entre segmentos	1.273.764	1.091.307	2.680.496	2.218.256	316.061	340.352					
Receita Total	22.655.000	23.922.510	10.000.802	8.796.515	1.046.072	858.072					
Ativos	55.064.816	56.802.979	23.479.498	20.254.138	2.656.728	1.542.661	(7.224.656)	(5.222.852)		73.976.386	73.376.926
Passivos	52.020.752	52.123.113	6.250.424	5.666.540	2.098.249	1.115.467	(7.224.656)	(5.222.852)		53.144.769	53.682.268
Depreciações e amortizações	4.692.129	5.112.256	1.456.776	1.792.627	38.918	108.849				6.187.823	7.013.732
Acréscimos de Capex	2.025.067	2.621.231	914.493	2.373.180	150.671	131.298				3.090.231	5.125.709

(i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, segue abaixo as principais referentes a estes segmentos:

Outros segmentos	Internet		TV		Meios de pagamento	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receita de clientes externos	471.657	472.765	185.287	86.524	24.527	27.620
Receita de juros	18.852	14.433	1.257	742	3.993	20.766
Despesa de juros	2.517	45.060	6.706	5.480	16.210	26.949
Depreciação e amortização	19.760	21.707	11.764	13.093	15.739	16.157
Prejuízo líquido		29.538	82.723	52.400	70.457	96.412
Lucro líquido	73.803					
Ativos	639.819	763.646	311.492	157.678	274.898	349.363
Passivos	166.434	378.845	294.295	164.891	238.862	488.838

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes	
	2010	2009	2010	2009
No país sede da entidade	29.416.111	29.868.669	47.109.980	49.705.533
Em países estrangeiros	63.371	58.513	138.918	114.525
Total	**29.479.482**	**29.927.182**	**47.248.898**	**49.820.058**

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo						
Contas a receber						
TNL Contax	5.001	3.194	1.625			
Oi	162.584	430.732	254.671			
Oi Internet	20.151	12.006	7.278			
Serede		110	84			
BrT	3.783	10.833				
BrT Celular	6.420	2.067				
Way TV	1	1	1.013			
	197.940	**458.943**	**264.671**			
Empréstimos com controladas						
Oi			7.770	113.686		
Oi Internet		37.702	102			
Coari	1.314	293	64			
Serede			227			
BrT		227				
TNCP		1.108	12.541			
Calais	1.766	3	38			
	3.080	**39.333**	**20.742**	**113.686**		
Dividendos a receber						
Serede	27		297			
TNCP	546.604		30.313			
Coari			3.552			
AIX	2.201	3.324				
	548.832	**3.324**	**34.162**			
Adiantamento para futuro aumento de capital						
TNCP	40.000	40.000				
Demais ativos						
Oi	3.229	3.271		4.463		
	3.229	3.271		4.463		
	246.477	**544.871**	**329.964**	**118.149**		

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Passivo						
Fornecedores						
TNL	4.884	4.884				
TNL Contax	10.853	9.779	9.856			
Oi	43.496	244.321	338.560			
Oi Internet	3.035	21.735	12.849			
AIX		1.477	5.412			
Serede	203	5.276	5.441			
Amazônia			17.013			
Way TV	11.682	8.261	2.632			
BrT	3.783	19.525				
BrT CS	9.411	22.808				
iG Brasil	5.857	3.335				
	93.204	**341.401**	**391.763**			
Empréstimos e financiamentos						
Oi					468.757	450.175
TNL		143.860	90.716			
		143.860	90.716		468.757	450.175
Dividendos e juros sobre capital próprio						
TNL	392.197		250.191			
TMAR Part	26.692		80.735	26.692		80.735
	418.889		**330.926**	**26.692**		**80.735**
Debêntures						
TNL		502.677	1.512.888			
Oi	1.972.563	1.225.903				
BrT		1.342.313				
BrT Celular	1.911.134	332.436				
	3.883.697	**3.403.329**	**1.512.888**			
Demais obrigações						
TNL	50.437	19.975	2.115			
	4.446.227	**3.908.565**	**3.226.388**	**26.692**	**468.757**	**530.910**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita				
Receita dos serviços prestados				
TNL Contax		27.569	28.429	
Oi		278.010	339.824	
Oi Internet		19.820	80.433	
Serede		1.113	1.174	
Way TV		202	3.352	
Amazônia			617	
BrT		23.260	28.200	
BrT Celular		1.214	742	
iG Brasil		4.319	6.436	
BrT Multimídia		2.391	9.629	
VANT			127	
		357.898	**498.963**	
Receitas financeiras				
Oi		6.171	20.714	6.785
Oi Internet		579	964	
Coari		86	24	
Calais		54	4	
BrT		3	68	5.246
BrT Celular			5	
Serede		143	22	
Amazônia			2.301	
TNCP		1	1.420	
Way TV				4.506
Solpart			6	
		7.037	**25.528**	**16.537**
		364.935	**524.491**	**12.031**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custos e despesas				
Custos dos serviços prestados				
TNL Contax	(128.036)	(173.374)		
Oi	(2.074.595)	(1.876.000)		
Serede	(40.424)	(63.187)		
AIX	(12.178)	(12.535)		
Way TV	(3.421)	(5.629)		
Amazônia		(4.356)		
BrT	(127.158)	(57.834)		
BrT Celular	(76.182)	(67.354)		
BrT CS	(136.388)	(56.365)		
iG Brasil	(10.503)	(7.818)		
BrT Multimídia	(145)	(1.074)		
	(2.609.030)	**(2.325.526)**		
Comercialização dos serviços				
TNL Contax	(477.563)	(573.180)		
Oi Internet	(7.862)	(16.825)		
	(485.425)	**(590.005)**		
Outras despesas operacionais				
Fundação Atlântico	(31.937)	(49.905)		
TNL Contax	(121.914)	(28.439)		
	(153.851)	**(78.344)**		
Despesas financeiras				
Oi	(240.325)	(127.440)	(2.493)	(53.754)
Oi Internet	(10)			
BrT	(189.463)	(20.407)		
BrT Celular	(46.922)	(32.436)		
BrT Multimídia		(5)		
TNL	(60.065)	(194.787)		
BrT Part		(121.909)		
	(536.785)	**(496.984)**	**(2.493)**	**(53.754)**
	(3.732.286)	**(3.490.859)**	**(2.493)**	**(53.754)**

(a) Linhas de crédito cedidas pela controladora

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2009 – 115 % do CDI e 01/01/2009 – CDI + 4% a.a.). Vide Nota 19.

(b) Debêntures

Em 9 de dezembro de 2008 e em 20 de outubro de 2010, a Companhia efetuou emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações (vide Nota 19 (b)).

(c) Contratos de financiamentos com o BNDES

Foram firmados contratos de financiamentos com o BNDES, o acionista controlador do BNDESPAR, que em 31 de dezembro de 2010 detinha 16,89% do capital votante da Telemar Participações S.A., acionista controlador da TNL, empresa holding do Grupo.

O saldo devido pela Companhia e suas controladas, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 era de 6.367.062 (2009 – R$ 6.647.447) no consolidado e de R$ 2.749.454 (2009 – R$ 3.129.792) na controladora, e registraram despesas financeiras de R$ 279.267 (2009 – R$ 251.600) na controladora e R$ 374.318 (2009 – R$ 287.504) no consolidado. As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES se encontram descritas na Nota 19.

(d) Aluguel de infra-estrutura de transmissão

A AIX presta serviços para a TMAR referentes à locação de dutos para transmissão de tráfegos originados com o CSP 31 fora da rede local da Região I. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, esses custos totalizam R$ 12.178 (2009 - R$ 12.535) e estão classificados como "Aluguéis e seguros".

Principais transações com partes relacionadas

2010	Oi	Oi Internet	TNL Contax	Serede	BrT	BrT Celular	BrT CS
Receitas							
Receitas dos serviços prestados							
EILD	19.448						
Interconexão	258.934				29.795		
Comissão de cobrança	8.270	6.691			451	1.214	
Aluguel de infra estrutura, torres e plataforma 102	15.860						
Acesso de banda larga		12.588					
	302.512	**19.279**			**30.246**	**1.214**	
Despesas							
Custos dos serviços prestados							
Remuneração de uso de rede	2.193.392				(125.959)	(80.666)	
EILD							(136.540)
Comissão de cobrança	35.543				(1.199)	(2.333)	
WLL	13.200						
Serviço de manutenção da planta				(72.622)			
	2.242.135			**(72.622)**	**(127.158)**	**(82.999)**	**(136.540)**
Comercialização							
Call center			(398.823)				
Apoio a venda			(21.488)				
Tele cobrança			(86.002)				
Comissão de vendas		(8.754)					
		(8.754)	**(506.313)**				

2009	Oi	Oi Internet	TNL Contax	Serede	BrT	BrT Celular	BrT CS
Receitas							
Receitas dos serviços prestados							
EILD	35.374						
Interconexão	251.967				27.540		
Comissão de cobrança	11.229	7.505			660	742	
Aluguel de infra estrutura, torres e plataforma 102	18.415						
Acesso de banda larga		65.801					
	316.985	**73.306**			**28.200**	**742**	
Despesas							
Custos dos serviços prestados							
Remuneração de uso de rede	1.598.381				56.698	66.397	
EILD	39.139				319		56.365
Comissão de cobrança	34.297				817	957	
Campanha de fidelização	3.699						
WLL	13.196						
Serviço de manutenção da planta				64.267			
	1.688.712			**64.267**	**57.834**	**67.354**	**56.365**
Comercialização							
Call center			333.352				
Apoio a venda			23.770				
Tele cobrança			96.680				
Comissão de vendas		16.885					
		16.885	**453.802**				

(e) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Benefícios de curto prazo	5.873	10.743	53.660	60.268
Outros benefícios de longo prazo				1.364
Remuneração com base em ações (i)	4.488	8.070	8.685	15.617
	10.361	**18.813**	**62.345**	**77.249**

(i) Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao plano da controlada BrT continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009 (Nota 1(a)), as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas, vide Nota 25.

(f) Garantias

Os financiamentos contratados junto ao BNDES e demais empréstimos possuem garantias de aval da TNL. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R$ 48.983 (2009 - R$ 71.218). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais para BrT ao custo de 0,5%a.a. calculados sobre o saldo devedor. As receitas relativas a esses avais totalizaram R$1.210 em 2010.

A TNL concedeu garantias em processos judiciais da Companhia mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe "A" de emissão da própria Companhia. Pela concessão da garantia, a Companhia remunera a TNL no montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pela garantia obtida, despesas no montante de R$ 6.656 (2009 – R$ 6.656).

Garantias concedidas

A Companhia é avalista da controlada Oi em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNB. Os contratos possuem, além do aval da Companhia, garantias de recebíveis da própria controlada Oi.

29. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado	
Modalidade de seguro	**2010**	**2009**
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio – estoques	100.000	60.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	166.620	174.120
Garantia de concessão – TMAR	25.560	25.389
Garantia de concessão - BrT	7.480	98.291
Roubo - estoques	20.000	30.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2010 (ptax) - US$ 1,6662

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, em 29 de setembro de 2010, a Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A. e Acordo de Investimentos Cielo S.A., os quais descrevemos abaixo:

(i) A TMAR, BrT, TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), 14 Brasil Telecom Celular S.A., Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora"), Way TV Belo Horizonte S.A. (em conjunto, "Oi") e o Banco do Brasil S.A. celebram Acordo de Parceria Comercial com o objetivo de estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito *"co-branded"* e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia *"Mobile Payment"* para a base de clientes atual e futura da Oi.

(ii) TNL PCS, Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. ("Paggo Acquirer", sociedade controlada pela TNL PCS), Cielo e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar", sociedade controlada pela Cielo) celebraram Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções"). A Paggo Acquirer e a CieloPar deterão, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

A Paggo Soluções (a) será dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de *"Mobile Payment"* originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e (b) promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de adquirência de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

As operações acima serão apresentadas às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE, SDE - Secretaria de Direito Econômico e SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico) nos termos e prazos previstos na legislação em vigor.

As Companhias esperam que essas operações sejam implementadas no prazo aproximado de seis meses a contar da data de assinatura.

b) PGMU - Plano Geral de Metas de Universalização

Em 3 de setembro de 2010, a ANATEL publicou uma Consulta Pública com propostas de alterações ao PGMU, encerrada em 22 de setembro de 2010, que visa alterar as exigências requeridas para expansão de *"Backhaul"* e de telefonia pública do PGMU. A proposta prevê a utilização de projeções baseadas no crescimento de demanda desses serviços.

A aprovação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) está programada para o dia 2 de maio de 2011 e atualmente a ANATEL, o Ministério das Comunicações e as Concessionárias de Telefonia Fixa estão negociando as propostas de alterações, seus custos e as respectivas fontes de financiamento. A Administração está avaliando os efeitos dessas alterações e não pode assegurar que, se adotadas, essas medidas não necessitarão de investimentos relevantes e adicionais.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aliança industrial entre Portugal Telecom e Grupo Oi

Em 25 de janeiro de 2011, a Portugal Telecom, Portugal Telecom SGPS S.A. - SGPS e sua controlada Bratel Brasil S.A. - Bratel celebraram com as Companhias e com os acionistas diretos e indiretos das Companhias componentes do bloco de controle da Telemar Participações S.A. - TmarPart., AG Telecom Participações - AG, LF Tel S.A. - LF TEL, Fundação Atlântico de Seguridade Social - FATL, BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros e Fundação dos Economiários Federais - Funcef, os instrumentos contratuais necessários à implementação da aliança industrial entre a Portugal Telecom, SGPS e a TmarPart e suas controladas.

A Aliança Industrial terá por fim o desenvolvimento de um projeto de telecomunicações de projeção global que permita a cooperação em diversas áreas buscando, dentre outros, partilhar das melhores práticas, alcançar benefícios de escala, potencial iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, desenvolver tecnologias, ampliar a presença internacional das Partes, notadamente na América Latina e África, diversificar os serviços, maximizar sinergias e reduzir custos buscando sempre a oferta de melhores serviços e atendimento aos clientes de ambos os grupos e a criação de valor para os seus acionistas.

Nos termos dos instrumentos contratuais celebrados, a Portugal Telecom adquiriu ações de emissão da TmarPart, representativas de 12,07% de seu capital social:

(i) por compra e venda de ações e direitos de subscrição acordada com BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef; e

(ii) por subscrição, em aumento de capital a ser subscrito também por AG, LF TEL e FATL, no valor total de aproximadamente R$ 761 milhões, mediante a emissão de aproximadamente 187 milhões de novas ações ordinárias a serem emitidas pela TmarPart.

Após a concretização das operações de compra e venda e subscrição, o capital social da TmarPart ficou assim dividido entre seus acionistas:

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações preferenciais	Participação no capital total
AG e Luxemburgo	565.880.372		19,35%
LF TEL	565.880.372		19,35%
BNDESPAR	381.551.841	1.000.000	13,08%
Portugal Telecom	352.856.590		12,07%
FATL	336.439.733		11,50%
Previ	283.380.453		9,69%
Petros	218.777.747		7,48%
Funcef	218.777.747		7,48%
Outros	12		0,00%
Total	**2.923.544.867**	**1.000.000**	**100,00%**

Em decorrência da aquisição pela Portugal Telecom de participação no capital social da TmarPart, foram celebrados aditamentos aos Acordos de Acionistas da TmarPart, com o objetivo de incluir a Portugal Telecom como parte, de forma a garantir todos os direitos até então detidos pelo BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef.

Foram celebrados Contratos de Compra e Venda de Ações e Contratos de Subscrição e Integralização de Ações de Pasa Participações S.A. – AG PASA e de LF, entre a Portugal Telecom, a Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. – AG LTDA e a La Fonte Telecom S.A. – La Fonte, conforme o caso, por meio dos quais a Portugal Telecom adquiriu ações de emissão das referidas companhias, por subscrição e compra e venda, e passou a deter uma participação de 35% do capital social votante da AG PASA e da LF.

Em decorrência da aquisição de participação pela Portugal Telecom na AG PASA e na LF, foram celebrados Acordo de Acionistas da AG PASA, entre a Portugal Telecom e a AG LTDA, e Acordo de Acionistas da LF, entre a Portugal Telecom e a La Fonte, que regularão a relação das partes na qualidade de acionistas de AG PASA e de LF e, indiretamente, da TmarPart.

Com o objetivo de assegurar o fortalecimento da TMAR, face às oportunidades existentes no setor de Telecom no Brasil, assim como propiciar a redução de sua dívida líquida, a sua expansão internacional, bem como seu desenvolvimento operacional, foram deliberados aumentos de capital na TNL e na TMAR, aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 17 de fevereiro de 2011, conforme divulgado através de Aviso aos Acionistas em 21 de fevereiro de 2011.

A Portugal Telecom firmou com a TmarPart e a TNL compromisso de compra e venda de ações preferenciais e/ou ordinárias de emissão da TNL e/ou da TMAR, por meio do qual adquiriu ações com o objetivo de alcançar a participação direta e indireta de pelo menos 22,38%.

Em 25 de março de 2011 a TNL divulgou, através de Aviso aos Acionistas, que, uma vez encerrado o prazo de exercício do direito de preferência e de pedido firme de subscrição de sobras, foram subscritas 56.417.086 novas ações ordinárias e 28.409.175 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 38,55 por cada ação ordinária e R$ 28,27 por cada ação preferencial, totalizando R$ 2.978.006.

Em 25 de março de 2011 a TMAR divulgou, através de Aviso aos Acionistas, que, uma vez encerrado o prazo de exercício do direito de preferência e de pedido firme de subscrição de sobras, foram subscritas 46.969.121 novas ações ordinárias e 58.696.856 novas ações preferenciais classe A, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 63,71 por ação ordinária e de R$ 50,71 por ação preferencial classe A, totalizando até R$ 5.968.920.

Em 28 de março de 2011, os Conselhos de Administração, da TNL e da TMAR, homologaram os aumentos de capital supracitados.

Devido à homologação parcial do aumento de capital, o capital social da TNL passa a ser de R$ 7.254.682, dividido em 187.028.818 ações ordinárias e 289.632.638 ações preferenciais. Encerrada a apuração e subscrição das sobras, a Telemar Participações S.A., em conjunto com a sua controlada Valverde Participações S.A., subscreveu um valor total de R$ 2.961.181, correspondente a 56.061.772 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais.

Já o capital social da TMAR, devido à homologação parcial do aumento de capital, passa a ser de R$ 11.631.326, dividido em 154.032.214 ações ordinárias, 189.400.783 ações preferenciais classe "A" e 1.063.967 ações preferenciais classe "B".

Do aumento de capital da TNL, a TmarPart, em conjunto com a sua controlada Valverde Participações S.A., subscreveu um valor total de R$ 2.961.181, correspondente a 56.061.772 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais.

Com o encerramento da subscrição de ações relativas ao aumento de capital da TNL, a Bratel Brasil S.A., controlada da Portugal Telecom SGPS, S.A. adquiriu 20.752.270 ações ordinárias e 28.298.549 ações preferenciais de emissão da TNL, pelo preço unitário equivalente ao preço de emissão fixado para o aumento de capital da TNL, no valor total de R$ 1.600.000.

No que se refere ao aumento de capital da TMAR, encerrada a apuração e subscrição das sobras, a TNL subscreveu um valor total de R$ 4.624.840, correspondente a 46.743.149 ações ordinárias e 32.475.534 ações preferenciais classe "A". Além disso, a Luxemburgo Participações S.A. subscreveu um valor total de R$ 570.000, correspondente a 11.240.386 ações preferenciais classe "A", tendo a LF Tel S.A. também subscrito R$ 570.000, correspondente a 11.240.386 ações preferenciais classe "A".

Com o encerramento da subscrição, a Bratel Brasil S.A., controlada da Portugal Telecom SGPS, S.A. adquiriu 32.475.534 ações preferenciais classe "A" de emissão da TMAR, pelo preço unitário equivalente ao preço de emissão fixado para o aumento de capital da TMAR, no valor total de R$ 1.646.834.

Com a aquisição de ações da TMAR, da TNL, da TmarPart, da PASA Participações S.A. e EDSP75 Participações S.A., a participação direta e indireta da Portugal Telecom na TMAR, em bases totalmente diluídas, passou a ser de 25,28% do capital total. A conclusão das aquisições das ações ora divulgadas será realizada até o dia 1º de abril de 2011.

A referida participação da Portugal Telecom na TMAR é resultado de: (1) uma participação direta de 35% no capital da AG Telecom Participações S.A.; (2) uma participação direta de 35% na LF Tel S.A.; (3) uma participação direta de 12,07% no capital da TmarPart; (4) uma participação direta de 10,49% no capital da TNL (excluídas as ações em tesouraria), e (5) uma participação direta de 9,43% no capital da TMAR (excluídas as ações em tesouraria).

As composições do capital social de TNL e TMAR, após os aumentos de capital, estão descritas nas tabelas abaixo. Informações completas sobre as composições acionárias das Companhias estarão disponíveis no Formulário de Referência no site da CVM dentro do prazo previsto na regulamentação aplicável.

TNL:

| Acionistas |

BRASIL TELECOM S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1 MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O ano de 2009 foi marcado pela aquisição do controle desta companhia seguido pela integração das operações das duas empresas (Oi e BrT), pela consolidação de uma marca única (Oi) e finalmente o relançamento do portifólio de produtos Oi na Região II.

Em 2010, demos prosseguimento ao processo de integração dos produtos que foi iniciado em 2009. Em março/10 foi lançado o portfólio Corporativo na Região II e ao longo do 2T10 foram lançadas as novas ofertas para o segmento Empresarial, melhorando significativamente o grau de competitividade das ofertas para este segmento. Nosso produto convergente "Oi Conta Total" foi lançado ao final do 3T10, com o objetivo de melhorar nosso posicionamento no segmento pós-pago, bem como ajudar a defender a base de telefonia fixa. Além disso, com a conclusão da integração, em 2010 foi possível capturar as sinergias operacionais e administrativas, fortalecendo ainda mais a companhia.

Em paralelo, avançamos nos assuntos ligados à Sustentabilidade. Este tema vem ganhando cada vez mais visibilidade e importância na agenda da Companhia, o que se verifica com a implementação crescente de iniciativas vinculadas ao assunto, tais como a revisão e atualização da sua Política de Sustentabilidade, a introdução de metas de Sustentabilidade para os principais executivos da Companhia, bem como a realização do primeiro inventário de gases do efeito estufa, entre outras ações presentes no Programa de Sustentabilidade do Grupo Oi.

Para o ano de 2011, a estratégia é dar continuidade a este ciclo, explorando as oportunidades de crescimento, principalmente nos serviços de banda larga fixa e telefonia móvel. Além disso, o foco na melhoria da qualidade dos serviços da companhia continua sendo prioridade, uma vez que a companhia entende que para o crescimento ser sustentável o cliente deve perceber cada vez mais qualidade no serviço prestado.

2 REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

No dia 25/03/2010, o Conselho da Administração da TMAR examinou e aprovou a proposta de novas relações de substituição dentro do processo de incorporação das ações da BrT na Coari e, desta companhia, na TMAR. As novas razões de troca propostas foram ajustadas para refletir alterações nas provisões para contingências judiciais cíveis da Brasil Telecom S.A. ("BrT") referentes a demandas relacionadas a direitos dos titulares dos Planos de Expansão.

A companhia contratou um banco de investimentos para o cálculo das novas relações de troca contemplando tais efeitos. O ajuste simulou como seriam as cotações das ações das duas empresas caso as contingências estivessem no Patrimônio Líquido da BrT antes do Fato Relevante quando do anúncio da intenção de compra daquela companhia (25/04/2008).

A novas relações de troca foram submetidas à Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da BRT realizada em 16.06.2010. Nesta ocasião, os acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e preferenciais da BRT não aprovaram a proposta de novas relações indiretas de substituição entre ações da BRT e da TMAR, que seriam aplicáveis à última etapa da Reorganização Societária.

Tendo em vista a rejeição das novas relações de substituição, a TMAR informou que a simplificação societária, conforme proposta e divulgada em Fato Relevante datado de 25 de abril de 2008, foi suspensa por prazo indeterminado.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Indicadores Operacionais	2009	2010
Clientes - UGR** (mil) (a+b+c)	16.838	**16.905**
(a) Oi Fixo	7.742	7.202
(b) Oi Velox	1.943	1.929
(c) Oi Móvel	7.153	7.774
Pré-pago	*6.124*	*6.787*
Pós-pago	*1.029*	*987*

*** UGR: Unidade Geradora de Receita*

A Brasil Telecom encerrou o ano de 2010 com 16.905 mil Unidades Geradoras de Receitas (UGRs), sendo 7.202 mil na telefonia fixa, 1.929 mil no serviço de banda-larga fixa e 7.774 mil acessos móveis.

A base de linhas fixas em serviço registrou decréscimo de 7%. A companhia continua a ofertar produtos com o objetivo de reter os usuários, tais como "Planos alternativos", TV por assinatura e "Oi Conta Total" (produto convergente), que foi disponibilizado a partir do 3T10, visando amenizar a tendência natural de queda deste serviço.

A base de usuários de banda-larga fixa (Oi Velox) manteve-se praticamente estável. Esperamos que o lançamento de nosso produto convergente "Oi Conta Total" favoreça a retomada do crescimento neste serviço.

Na telefonia móvel, a base de clientes cresceu 8,7% atingindo 7.774 mil acessos (621 mil novos acessos). O segmento pré pago foi o grande responsável pelo desempenho, com crescimento de 10,9% no ano. Ao final de 2010, a base pré-paga representava 87% do total de acessos móveis (86% ao final de 2009).

4 DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

BRTO Consolidado	2009	2010
Receita Líquida (R$ milhões)	10.920	**10.263**
EBITDA (R$ milhões)	4.068	3.516
Margem EBITDA (%)	37,3%	34,3%
Lucro Líquido (R$ milhões)	(1.019,3)	1.970,9

A Receita líquida consolidada foi de R$ 10.263 milhões em 2010, inferior em 5,8% ao ano anterior.

A companhia calcula o EBITDA como sendo o lucro ou prejuízo líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, participações minoritárias e equivalência patrimonial.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S. GAAP, não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. EBITDA não tem um significado padrão e o cálculo de EBITDA da companhia pode não ser comparável ao EBITDA de outras sociedades.

Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as IFRS ou o U.S. GAAP, a Administração da companhia entende que o EBITDA é um importante indicador para analisar o desempenho econômico operacional e a liquidez da companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado.

Adicionalmente, o EBITDA também é utilizado por determinados investidores e analistas financeiros como indicador de desempenho operacional de sociedades e/ou de seu fluxo de caixa.

	Trimestral			Acumulado ano	
R$ Milhões	4T09	3T10	4T10	2009	2010
EBITDA					
Lucro (Prejuízo) Líquido	252	541	705	(1.019)	**1.971**
Resultado Financeiro, Líquido	69	(18)	(8)	281	80
Imposto de Renda e Contribuição Social	285	254	(134)	(339)	408
Depreciação e Amortização	325	261	267	1.808	1.057
Total	**931**	**1.037**	**829**	**732**	**3.516**

O EBITDA Recorrente totalizou R$3.516 milhões em 2010, inferior em 13% ao ano anterior. No EBITDA de 2009, para efeito de comparabilidade, foram expurgados os efeitos não recorrentes, referentes às provisões de contingências trabalhistas, tributárias e principalmente as cíveis referentes ao plano de expansão. Foram desconsiderados também, os ajustes contábeis referentes à equalização contábil entre Oi e BrT.

Em 2010, a companhia registrou Lucro líquido de 1.970,9 milhões, revertendo o prejuízo de 1.034 milhões do ano anterior. Cabe ressaltar que o ano de 2009 teve impacto de custos não recorrentes descritos acima.

5 ENDIVIDAMENTO

R$ Milhões	dez/09	dez/10	% Dívida Bruta
Curto Prazo	1.003	1.115	25,1%
Longo Prazo	3.637	3.321	74,9%
Dívida Total	**4.640**	**4.436**	**100%**
Em moeda nacional	3.721	4.309	97,1%
Em moeda estrangeira	722	56	1,3%
Swap	197	71	1,6%
(–) Caixa	**(3.775)**	**(5.960)**	**134,4%**
(=) Dívida Líquida	**865**	**(1.524)**	**34,4%**

A companhia calcula a dívida líquida como sendo o saldo de empréstimos e financiamentos, que considera o saldo de instrumentos financeiros derivativos e debêntures (conversíveis e não conversíveis), deduzidos dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Outras empresas podem calcular a dívida líquida de maneira diferente da companhia.

A dívida líquida não é uma medida segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, pelas IFRS ou pelo U.S.GAAP, no entanto a administração da companhia entende que a medição da Dívida Líquida é útil tanto para companhia quanto para os investidores e analistas financeiros, na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

6 INVESTIMENTOS

R$ Milhões	2009	2010	%
Telefonia Fixa	**668**	**764**	**84%**
Expansão e Qualidade da Rede	194	404	44%
Outros	473	360	39%
Telefonia Móvel	**440**	**151**	**16%**
Expansão e Qualidade	440	151	16%
Total	**1.107**	**915**	**100%**

7 MERCADO DE CAPITAIS E ESTRUTURA ACIONÁRIA

Nossas ações:

Em 2010, as ações preferenciais (BRTO4) e ordinárias (BRTO3) da BRTO negociadas na BM&FBovespa tiveram queda de 24,6% e 41,9%, respectivamente.

As ações da BRTO4 e BRTO3 tiveram uma média diária de negociação ao longo de 2010 de R$ 10,9 milhões e R$ 1,9 milhão, respectivamente.

Capital Social:

Ações BRTO	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Com Controlador	Em Circulação
Ordinárias	203.423.176	–	161.990.002	41.433.174
Preferenciais	399.597.370	13.231.556	128.675.049	257.690.765
Total	**603.020.546**	**13.231.556**	**290.665.051**	**299.123.939**

Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:

Em dezembro/10, a Diretoria da BRT aprovou a declaração de JSCP – Juros sobre Capital Próprio, relativo ao exercício de 2010, e imputados aos dividendos obrigatórios de 2010, no valor bruto de R$363.177.000,00, conforme autorizado em Reunião do conselho de Administração realizada em 17/11/2010, equivalentes aos valores por ação a seguir:

Data da aprovação pela diretoria	Data do Ex-JCP	Classe de ação	Valor Bruto por ação (R$)	Valor Líquido de IRRF por ação (R$)	Valor Bruto Total (R$)
09/12/2010	22/12/2010	ON	0,615774465372	0,523408295566	125.262.797,45
09/12/2010	22/12/2010	PN	0,615774465372	0,523408295566	237.914.202,55

No dia 12/01/2011, a Diretoria da BRT deliberou o início do pagamento parcial de JSCP no dia 21/01/2011. O pagamento parcial foi de R$106.052.355,90, equivalentes aos valores por ação a seguir:

Data da deliberação do pagamento	Data do pagamento	Classe de ação	Valor Bruto por ação (R$)	Valor Líquido de IRRF por ação (R$)	Valor Bruto Total (R$)
12/01/2011	21/01/2011	ON	0,179814065196	0,152841955417	36.578.348,23
12/01/2011	21/01/2011	PN	0,179814065196	0,152841955417	69.474.007,67

A data de pagamento do restante do JSCP será estabelecida pelos órgãos competentes da BRT e será informada ao Mercado.

Adicionalmente, a Administração da Brasil Telecom submeterá à deliberação da Assembléia Geral Ordinária, a ser convocada, proposta de pagamento de R$176.482 mil a título de dividendos, que, somado aos Juros sobre Capital Próprio já anunciados, correspondente ao mínimo legal relativo ao resultado do exercício de 2010.

8 AUDITORIA EXTERNA

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Brasil Telecom contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a Deloitte não prestou "outros serviços" não diretamente vinculados à auditoria das demonstrações financeiras. A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à BRT se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

9 AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia durante todo o período pós privatização em geral e, particularmente, em 2010. Agradecemos, em especial, aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal na condução de nossas operações.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora (BR GAAP) 2010	2009	01/01/2009	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2010	2009	01/01/2009
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	1.788.001	705.836	580.978	3.216.937	1.717.441	1.478.558
Aplicações financeiras	10	582.115	118.476	135.672	832.077	381.951	561.867
Instrumentos financeiros derivativos	21			29.179			29.179
Contas a receber	11	1.718.789	1.769.378	1.959.083	2.069.908	1.992.141	2.210.090
Estoques		4.243	2.280	4.748	14.323	42.063	54.048
Tributos correntes a recuperar	13	214.748	66.950	5.583	334.954	122.852	18.919
Outros tributos	14	294.748	331.128	327.151	416.674	461.591	452.788
Créditos com empresas ligadas	12	1.548	29.008				
Depósitos e bloqueios judiciais	15	1.357.777	1.229.797	985.647	1.383.914	1.253.316	996.031
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27			15.874			15.874
Demais ativos	16	217.290	130.218	115.654	218.010	155.707	143.184
		6.179.259	**4.383.071**	**4.159.569**	**8.486.797**	**6.127.062**	**5.960.538**
Não circulante							
Créditos com empresas ligadas	12		1.342.313		1.911.134	1.674.750	
Tributos diferidos a recuperar	13	4.276.901	4.731.748	840.329	5.276.443	5.680.495	1.714.512
Outros tributos	14	130.661	320.432	238.929	173.051	387.107	294.819
Depósitos e bloqueios judiciais	15	4.217.356	3.642.084	2.648.503	4.266.022	3.670.954	2.669.999
Ativo relacionado aos fundos de pensão	27	90.249	136.277	108.064	92.619	136.277	108.064
Demais ativos	16	27.769	30.658	24.470	39.446	42.856	37.561
Investimentos	17	5.753.558	3.921.658	3.996.416	5.370	5.374	3.744
Imobilizado	18	3.771.471	3.747.467	4.340.560	5.316.799	5.266.641	5.911.584
Intangível	19	376.108	508.794	562.203	1.318.433	1.572.404	1.632.218
		18.644.073	**18.381.431**	**12.759.474**	**18.399.317**	**18.436.858**	**12.372.501**
Total do ativo		**24.823.332**	**22.764.502**	**16.919.043**	**26.886.114**	**24.563.920**	**18.333.039**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora (BR GAAP) 2010	2009	01/01/2009	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2010	2009	01/01/2009
Circulante							
Salários, encargos sociais e benefícios		99.091	68.972	142.855	171.782	120.082	193.394
Fornecedores		1.328.617	1.131.439	1.333.291	1.636.598	1.554.278	1.889.543
Empréstimos e financiamentos	20	1.561.691	1.368.640	1.378.424	1.044.226	869.963	670.707
Instrumentos financeiros e derivativos	21	70.719	133.389	89.920	70.719	133.389	89.920
Tributos correntes a recolher	13	106.621	10.826	26.922	196.844	38.547	31.693
Outros tributos	14	735.994	659.790	646.855	856.290	793.374	777.377
Dividendos e juros sobre o capital próprio	26	568.840	104.779	261.066	568.840	104.779	261.066
Autorizações e concessões a pagar	22	56.759		65.578	183.627	99.240	160.074
Programa de Refinanciamento Fiscal	23	32.801	27.704	4.381	35.046	29.683	4.434
Provisões para fundos de pensão	27	74.080	104.533	148.391	77.941	104.533	148.391
Provisões	24	1.198.211	1.162.254	417.970	1.236.971	1.194.716	440.873
Demais obrigações	25	476.464	338.353	292.015	611.805	381.088	394.306
		6.309.888	**5.110.679**	**4.807.668**	**6.690.689**	**5.423.672**	**5.061.778**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	20	2.562.163	3.031.407	3.679.402	3.320.860	3.572.606	3.993.198
Instrumentos financeiros derivativos	21		64.891	132.153		64.891	132.153
Tributos diferidos a recolher	13	9.630	8.885	9.346	11.216	8.885	9.346
Outros tributos	14	604.692	508.592	378.447	692.711	549.006	406.264
Autorizações e concessões a pagar	22				573.004	609.848	623.585
Programa de Refinanciamento Fiscal	23	365.296	327.347		394.916	355.051	713
Provisões para fundos de pensão	27	575.365	575.180	607.400	575.365	575.180	607.400
Provisões	24	3.000.678	3.184.912	965.333	3.059.896	3.238.767	1.008.091
Demais obrigações	25	59.132	47.486	57.881	230.618	260.377	214.754
		7.176.956	**7.748.700**	**5.829.962**	**8.858.586**	**9.234.611**	**6.995.504**
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	26						
Capital social		3.731.059	3.731.059	3.470.758	3.731.059	3.731.059	3.470.758
Reservas de capital		5.869.560	5.869.560	1.490.375	5.869.560	5.869.560	1.490.375
Reservas de lucros		1.885.511	454.146	1.392.690	1.885.511	454.146	1.392.690
Ações em tesouraria		(149.642)	(149.642)	(152.129)	(149.642)	(149.642)	(152.129)
Dividendos adicionais propostos				79.719			79.719
		11.336.488	**9.905.123**	**6.281.413**	**11.336.488**	**9.905.123**	**6.281.413**
Participações dos não controladores					351	514	(5.656)
Total do patrimônio líquido		11.336.488	9.905.123	6.281.413	11.336.839	9.905.637	6.275.757
Total do passivo e patrimônio líquido		**24.823.332**	**22.764.502**	**16.919.043**	**26.886.114**	**24.563.920**	**18.333.039**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora (BR GAAP) 2010	2009	Consolidado (BR GAAP/IFRS) 2010	2009
Receitas de vendas e/ou serviços	5	8.373.022	8.996.288	10.263.292	10.919.890
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	6	(3.825.128)	(4.546.882)	(4.732.081)	(5.764.221)
Lucro bruto		**4.547.894**	**4.449.406**	**5.531.211**	**5.155.669**
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	17	298.385	(78.157)		
Comercialização dos serviços	6	(862.766)	(1.072.013)	(1.025.010)	(1.417.845)
Gerais e administrativas	6	(1.194.179)	(1.128.191)	(1.538.941)	(1.434.808)
Outras receitas operacionais	7	469.582	578.968	523.962	659.940
Outras despesas operacionais	7	(771.530)	(3.759.327)	(1.031.692)	(4.039.605)
		(2.060.508)	**(5.458.720)**	**(3.071.681)**	**(6.232.318)**
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos tributos		**2.487.386**	**(1.009.314)**	**2.459.530**	**(1.076.649)**
Receitas financeiras	8	795.731	434.951	979.455	630.247
Despesas financeiras	8	(927.452)	(754.651)	(1.059.710)	(911.596)
Resultado financeiro	8	**(131.721)**	**(319.700)**	**(80.255)**	**(281.349)**
Lucro (prejuízo) antes das tributações		**2.355.665**	**(1.329.014)**	**2.379.275**	**(1.357.998)**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	(69.266)	(448.012)	(149.117)	(449.903)
Diferido	9	(315.376)	755.715	(259.298)	788.590
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**1.971.023**	**(1.021.311)**	**1.970.860**	**(1.019.311)**
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos controladores		1.971.023	(1.021.311)	1.971.023	(1.021.311)
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos não controladores				(163)	2.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação:	26 (f)				
Ações ordinárias - básicas		3,34	(1,85)	3,34	(1,85)
Ações ordinárias - diluídas		3,34	(1,85)	3,34	(1,85)
Ações preferenciais - básicas		3,34		3,34	
Ações preferenciais - diluídas		3,34		3,34	

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores																
	Reservas de capital									Reservas de lucro							
	Capital social	Doações e subvenções para investimento	Ágio na subscrição de ações	Especial de ágio na incorporação	Especial de incorporação – Acervo líquido	Juros sobre obras em andamento	Correção monetária especial – Lei 8.200/1991	Opções de ações	Outras reservas	Legal	Investimentos	Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1 de janeiro de 2009	**3.470.758**	**123.558**	**458.684**			**745.756**	**31.287**	**5.803**	**125.287**	**400.646**	**1.031.302**	**(152.129)**	**79.719**	**(39.258)**		**6.281.413**	**(5.656)**	**6.275.757**
Incorporações																		
Copart 2 (a)				240.485	2.378											242.863		242.863
Brasil Telecom Participações S.A. (b)	260.301			2.727.344	1.413.592									82.637		4.483.874	4.170	4.488.044
Prejuízo líquido do exercício														(1.021.311)		(1.021.311)	2.000	(1.019.311)
Absorção do prejuízo do exercício										(17.119)	(1.031.302)			1.048.421				
Constituição de reserva de investimentos											70.619			(70.619)				
Aprovação de dividendos propostos (R$ 0,2992)													(79.719)			(79.719)		(79.719)
Exercício de opções de ações									1.085			2.487				3.572		3.572
Plano de opções de ações								(5.699)						130		(5.569)		(5.569)
Em 31 de dezembro de 2009	**3.731.059**	**123.558**	**458.684**	**2.967.829**	**1.415.970**	**745.756**	**31.287**	**104**	**126.372**	**383.527**	**70.619**	**(149.642)**				**9.905.123**	**514**	**9.905.637**
Lucro líquido do exercício														1.971.023		1.971.023	(163)	1.970.860
Destinação do lucro do exercício:																		
Constituição de reserva de investimentos											1.431.365			(1.431.365)				
Dividendos declarados														(176.482)		(176.482)		(176.482)
Juros sobre o capital próprio (R$ 0,6157)														(363.176)		(363.176)		(363.176)
	3.731.059	**123.558**	**458.684**	**2.967.829**	**1.415.970**	**745.756**	**31.287**	**104**	**126.372**	**383.527**	**1.501.984**	**(149.642)**				**11.336.488**	**351**	**11.336.839**
Em 31 de dezembro de 2010	**3.731.059**					**5.869.560**					**1.885.511**	**(149.642)**				**11.336.488**	**351**	**11.336.839**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BRASIL TELECOM S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2010	2009	2010	2009
Atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	2.355.665	(1.329.014)	2.379.275	(1.357.998)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	246.285	60.641	299.175	99.226
Depreciação e amortização	717.593	1.192.081	1.056.740	1.807.851
Perdas sobre contas a receber	280.886	473.114	351.535	575.912
Provisões	392.570	3.316.626	405.093	3.339.706
Provisão para fundos de pensão	10.361	5.817	14.221	5.817
Provisão para Programa de Refinanciamento Fiscal		350.729		379.707
Equivalência patrimonial	(298.385)	78.157		
Perda na baixa de ativo permanente	8.859	21.455	81.135	76.295
Provisão de ônus da concessão	56.759	71.038	56.759	71.038
Participação de empregados e administradores	65.045	30.995	102.555	45.243
Provisão de swap/hedge	8.899	94.208	8.899	94.208
Atualização monetária de créditos com empresas ligadas e debêntures privadas	(190.591)	(41.291)	(236.385)	(72.727)
Atualização monetária de provisões	239.787	199.796	254.038	210.505
Atualização monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	38.563		41.627	58
Outros	99.811	2.117	199.303	173.112
	4.032.107	**4.526.469**	**5.013.970**	**5.447.953**
Mutações patrimoniais				
Contas a receber	(231.057)	(284.169)	(430.742)	(359.403)
Estoques	(1.963)	2.436	11.614	2.511
Tributos	334.240	(81.288)	397.194	(123.177)
Aplicações financeiras mantidas para negociação	(1.147.245)	(977.854)	(1.664.381)	(1.610.034)
Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	710.701	1.049.782	1.271.121	1.877.766
Despesas antecipadas	(65.765)	(104.923)	(113.590)	(270.282)
Fornecedores	(107.330)	31.705	(51.722)	(28.296)
Salários, encargos sociais e benefícios	(34.926)	(121.420)	(50.855)	(135.609)
Provisões	(442.923)	(267.781)	(457.522)	(277.985)
Provisão para fundos de pensão	(104.534)	(148.312)	(104.534)	(148.312)
Outras contas ativas e passivas	165.852	96.367	237.936	143.546
	(924.950)	**(805.457)**	**(955.481)**	**(929.275)**
Caixa proveniente das operações				
Encargos financeiros pagos	(406.737)	(527.857)	(459.094)	(489.216)
Imposto de renda e contribuição social pagos-Empresa	(9.402)	(321.163)	(90.231)	(351.600)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(72.472)	(74.827)	(93.438)	(104.658)
	(488.611)	**(923.847)**	**(642.763)**	**(945.474)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2.618.546**	**2.797.165**	**3.415.726**	**3.573.204**
Atividades de investimentos				
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(290.469)	(730.685)	(754.515)	(1.396.752)
Créditos entre empresas ligadas e debêntures - Liberações	(106.603)	(120.393)		(300.000)
Créditos entre empresas ligadas e debêntures - Recebimentos	135.192	92.384		
Recursos obtidos na venda de ativo permanente	2.188	6.184	2.308	8.168
Depósitos e bloqueios judiciais	(1.113.381)	(1.447.025)	(1.136.319)	(1.503.027)
Resgates judiciais de depósitos e bloqueios judiciais	324.813	179.966	328.085	186.496
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(1.048.260)**	**(2.019.569)**	**(1.560.441)**	**(3.005.115)**
Atividades de financiamentos				
Captações líquidas de custos	781.204	494.167	1.040.255	754.214
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, derivativos e leasing	(1.267.923)	(1.027.778)	(1.279.033)	(866.982)
Autorizações e concessões		(91.077)	(114.726)	(188.269)
Programa de Refinanciamento Fiscal	(57)	(59)	(940)	(178)
Exercício de opções de ações		3.572		3.572
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(1.345)	(267.506)	(1.345)	(267.506)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(488.121)**	**(888.681)**	**(355.789)**	**(565.149)**
Fluxo de caixa do exercício	**1.082.165**	**111.085**	**1.499.496**	**2.940**
Caixa e equivalente de caixa				
Saldo final	1.788.001	705.836	3.216.937	1.717.441
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos por incorporação – BrT Part		235.943		235.943
Saldo inicial	705.836	580.978	1.717.441	1.478.558
Variação no exercício	**1.082.165**	**111.085**	**1.499.496**	**2.940**

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

Transações não-caixa

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Aumento de capital em controlada com direitos a receber (Nota 12)	1.531.775			
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)	304.508	(233.664)	134.042	(307.076)
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não pagos	539.658		539.658	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias	14.947.950	15.212.411	17.619.050	17.820.920
Descontos incondicionais e devoluções	(3.396.267)	(2.721.910)	(3.709.934)	(2.958.049)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(280.886)	(473.114)	(351.535)	(575.912)
Outras receitas	469.582	578.968	523.962	659.940
	11.740.379	**12.596.355**	**14.081.543**	**14.946.899**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão	(1.993.150)	(2.012.970)	(1.981.928)	(2.025.529)
Materiais e energia	(279.276)	(282.699)	(364.401)	(425.202)
Custos de mercadorias vendidas			(54.273)	(100.699)
Serviços de terceiros	(2.187.063)	(2.216.685)	(2.454.502)	(2.531.857)
Outros	(88.296)	(97.082)	(217.067)	(213.375)
	(4.547.785)	**(4.609.436)**	**(5.072.171)**	**(5.296.662)**
Valor adicionado bruto	**7.192.594**	**7.986.919**	**9.009.372**	**9.650.237**
Retenções				
Depreciação e amortização	(717.593)	(1.192.081)	(1.056.740)	(1.807.851)
Provisões	(632.357)	(3.516.422)	(659.131)	(3.550.211)
Outras despesas	(154.117)	(226.486)	(233.562)	(323.965)
	(1.504.067)	**(4.934.989)**	**(1.949.433)**	**(5.682.027)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**5.688.527**	**3.051.930**	**7.059.939**	**3.968.210**
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	298.385	(78.157)		
Receitas financeiras	795.731	434.951	979.455	630.247
	1.094.116	**356.794**	**979.455**	**630.247**
Valor adicionado total a distribuir	**6.782.643**	**3.408.724**	**8.039.394**	**4.598.457**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(284.272)	(285.117)	(561.686)	(546.668)
Benefícios	(63.652)	(83.491)	(155.425)	(172.167)
FGTS	(22.600)	(67.902)	(42.644)	(89.383)
Outros	(56.384)	(60.546)	(112.364)	(110.445)
	(426.908)	**(497.056)**	**(872.119)**	**(918.663)**
Impostos e taxas				
Federais	(746.656)	(110.910)	(925.650)	(233.147)
Estaduais	(2.671.078)	(2.956.280)	(3.040.539)	(3.303.659)
Municipais	(6.568)	(6.665)	(25.071)	(28.290)
	(3.424.302)	**(3.073.855)**	**(3.991.260)**	**(3.565.096)**
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(685.256)	(552.192)	(802.813)	(698.038)
Aluguéis, arrendamentos e seguros	(275.154)	(306.932)	(402.342)	(435.971)
	(960.410)	**(859.124)**	**(1.205.155)**	**(1.134.009)**
Remuneração de capitais próprios				
Participação de acionistas não controladores			163	(2.000)
Dividendos	(176.482)		(176.482)	
Juros sobre o capital próprio	(363.176)		(363.176)	
Prejuízos (Lucros) retidos	(1.431.365)	1.021.311	(1.431.365)	1.021.311
	(1.971.023)	**1.021.311**	**(1.970.860)**	**1.019.311**
Valor adicionado distribuído	**(6.782.643)**	**(3.408.724)**	**(8.039.394)**	**(4.598.457)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil Telecom S.A. ("Companhia" ou "BrT") é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

Os contratos de concessão vigentes, na modalidade de serviços local e de longa distância, entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2006, com vigência até 31 de dezembro de 2025. Informações adicionais sobre esses contratos estão citadas na Nota 4 (h).

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - "*Securities and Exchange Commission*" dos EUA, tendo suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, e negocia seus ADR´s "*American Depositary Receipts*" na NYSE - Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A partir de 30 de setembro de 2009 o controle da Companhia passou a ser exercido diretamente pela Coari Participações S.A. ("Coari"), cuja participação societária representa 79,63% do capital votante e 48,20% do capital total. Até a citada data, a Companhia era controlada pela Brasil Telecom Participações S.A. ("BrT Part"), sociedade constituída em 22 de maio de 1998 em decorrência do processo de privatização do Sistema Telebrás.

A reorganização societária que resultou no controle direto da Companhia pela Coari está apresentada em comentários específicos desta nota – vide item "b", e teve por origem a compra da Brasil Telecom pela Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") que, em 8 de janeiro de 2009, adquiriu através de sua controlada indireta, Copart 1 Participações S.A. ("Copart 1"), o controle acionário da BrT Part e da Companhia.

A troca do controle da Brasil Telecom para a TMAR consistiu na aquisição de 100% das ações da Invitel S.A. ("Invitel"), na época detentora de 99,99% das ações da Solpart Participações S.A. ("Solpart"), que por sua vez possuía 51,41% do capital votante e 18,93% do capital total da BrT Part.

O Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia (o "Contrato"), firmado em 25 de abril de 2008, foi divulgado através de fato relevante das companhias relacionadas ao evento na mesma data, sendo complementarmente publicados novos fatos relevantes relativos a eventos ou fatos inerentes ao respectivo Contrato.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro 99.

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 18 de março de 2011.

As participações em controladas da Companhia estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2010	Indireta 2010	Direta 2009	Indireta 2009
14 Brasil Telecom Celular S.A. ("BrT Celular")	Telefonia móvel – Região II	100%		100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia")	Tráfego de dados	90,46%	100%	90,46%	
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card")	Serviços financeiros	100%		100%	
Vant Telecomunicações Ltda	Comunicação multimídia	99,99%		99,99%	
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center")	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI")	Holding	100%		100%	
Agência O Jornal da Internet Ltda	Internet	30%		30%	
iG Participações S.A. (iG Part)	Holding	0,16%	100%		100%
Internet Group do Brasil S.A. (iG Brasil)	Internet	13,64%	100%	13,64%	100%
Nova Tarrafa Participações Ltda (NTPA)	Holding	100%		100%	
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS")	Tráfego de dados	99,99%		99,99%	
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. ("BrT SCS Bermuda") (1)	Tráfego de dados	100%		100%	
Brasil Telecom of America Inc. ("BrT of America") (2)	Tráfego de dados	100%		100%	
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (3)	Tráfego de dados	100%		100%	
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal ("BrT Colômbia") (4)	Tráfego de dados	100%		100%	
SPE Centro-Oeste Participações S.A.	Imobiliária	100%			
SPE Sul Participações S.A.	Imobiliária	100%			
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5")	Investimentos em propriedades	100%			

Todas as controladas da BrT são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

1) Sediada em Bermuda
2) Sediada nos Estados Unidos da America
3) Sediada na Venezuela
4) Sediada na Colômbia

(a) Reorganização societária da Companhia

A reorganização societária teve como objetivo a otimização da estrutura de controle, simplificação das participações societárias entre as empresas e o aproveitamento da sinergia entre as atividades aumentando a eficiência operacional. A reorganização foi realizada com base nos valores contábeis tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum.

A reorganização foi realizada em duas fases, ocorridas em 31 de julho e 30 de setembro de 2009, conforme descrito nas linhas abaixo:

(i) Incorporação da Invitel pela sua controlada Solpart, com a absorção do patrimônio da Invitel pela Solpart e a consequente extinção da Invitel em 31 de julho de 2009.

(ii) Incorporação da Solpart pela sua controladora Copart 1, com a absorção do patrimônio da Solpart pela Copart 1 e a consequente extinção da Solpart em 31 de julho de 2009.

(iii) Incorporação da Copart 1 pela BrT Part, com a absorção do patrimônio da Copart 1 pela BrT Part, por meio da qual a Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 1, recebeu ações da BrT Part em substituição às suas ações da Copart 1, que foi extinta em 31 de julho de 2009.

(iv) Incorporação da Copart 2 pela Companhia, com a absorção do patrimônio da Copart 2, por meio da qual a Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 2, recebeu ações da Companhia em substituição às suas ações da Copart 2, que foi extinta em 31 de julho de 2009.

(v) Incorporação da BrT Part pela Companhia, com a absorção do patrimônio da BrT Part, que foi extinta em 30 de setembro de 2009. Desta forma a Coari passou a deter 48,20% do patrimônio da Companhia.

Após realizadas todas as incorporações, a Companhia incorporou um acervo líquido total no montante de R$ 4.726.737, distribuído da seguinte forma:

Caixa e equivalentes a caixa	235.943
Aplicações financeiras	1.346.085
Depósitos judiciais	118.714
Outros ativos circulantes	51.161
Tributos correntes sobre a renda	20.899
Tributos diferidos sobre a renda	3.334.343
Outros tributos	(119.991)
Outros ativos não circulantes	21
Imobilizado	3.371
Intangível	10
Passivo circulante	(138.766)
Provisões	(3.671)
Passivo não circulante	(121.382)
Acervo líquido incorporado	**4.726.737**

(i) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da BrT registrados pelas empresas incorporadas, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil anteriormente às deliberações dos pronunciamentos técnicos CPC 15 e CPC 18, bem como a interpretação ICPC 09, tendo-se sido observada a adoção da Companhia ao RTT - Regime Tributário Transitório.

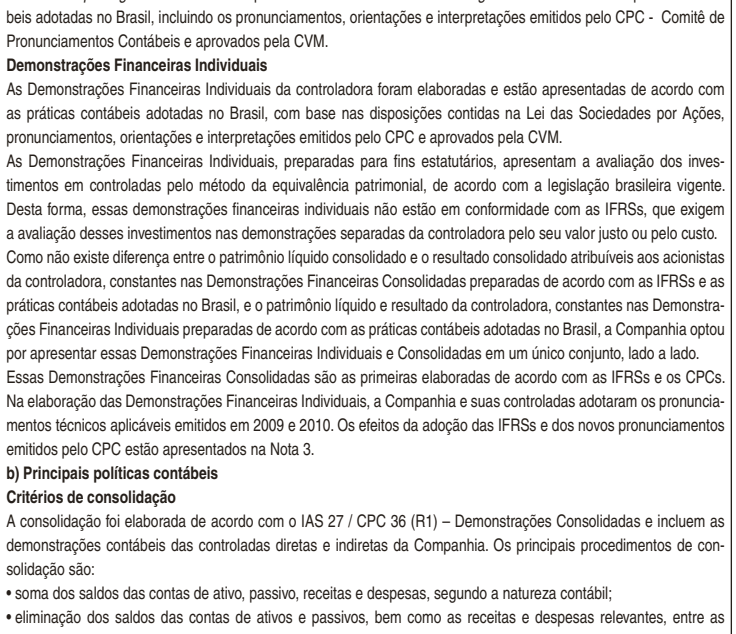
A composição acionária da BrT em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Composição Acionária – Brasil Telecom S.A.

Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050	48,20
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940	49,60
Ações em Tesouraria			13.231.556	3,31	13.231.556	2,20
Total	**203.423.176**	**100,00**	**399.597.370**	**100,00**	**603.020.546**	**100,00**

(b) Reorganização societária das empresas do segmento de internet do Grupo BrT

A Administração, visando preparar a Companhia para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela iG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc. Essas reestruturações foram realizadas com base nos valores contábeis tendo em vista serem operações entre entidades sob controle comum, conforme abaixo demonstrado.



Abaixo estão resumidas as principais informações sobre a reorganização societária das empresas de internet:

Empresa incorporada pela iG Part	Acervo líquido	Relação de troca *
iG Cayman	(2.785)	2,00399169
Nova Tarrafa Inc.	322	125,12660374

* Quantidade de ações de iG Part por ação da empresa incorporada.

2.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - *International Financial Reporting Standards* emitidos pelo IASB – "*International Accounting Standards Board*" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs e os CPCs. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos técnicos aplicáveis emitidos em 2009 e 2010. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 3.

b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R1) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 10).

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R$).

A Companhia possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29/CPC 02 (R2), tendo inflação acumulada nos últimos três anos superando 100%.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2010, ser de R$ 1.689 (2009 – R$ 2.625).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

Aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2009

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura ("*goodwill*"), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios, cujo valor é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento ou por estimativas considerando a performance histórica. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes.

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Uma provisão para redução ao valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais do seu contas a receber.

O critério adotado para constituição da provisão de créditos de liquidação duvidosa considera as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

Contas em atraso	% de perda provisionada
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
Acima de 150 dias	100

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.
A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.
Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.
Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia em seus vários segmentos de negócios.
As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.
As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. A provisão de desmobilização de ativos foi ajustada a valor presente.
Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia em razão da fluência da taxa utilizada no cálculo.
Na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.
Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida em moeda estrangeira.
Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.
Nestas demonstrações financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de *"hedge" ("hedge accounting")*.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os Instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substancia contratual da transação.
A Companhia e suas controladas possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual a obrigações será liquidada com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.
O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.
No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.
No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

- Plano de opção de compra de ações - A Companhia possuía plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, liquidadas em ações. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções é determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.

Até a alteração do controle da Companhia, ocorrida em janeiro de 2009, a Companhia manteve para seus administradores e empregados, opções de compra de ações de sua então controladora – BrT Part, classificadas como liquidadas em ações e em dinheiro. Tais opções foram parcialmente exercidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da alteração do controle da Companhia.
O valor justo dos serviços recebidos dos empregados e administradores em troca da garantia de opções é reconhecido como despesa durante o período de aquisição de direito à opção. A Companhia revisa a estimativa do número de opções que são esperadas para aquisição, e reconhece os impactos desta revisão no resultado. As opções liquidadas em ações são registradas em despesa em contrapartida a um aumento no patrimônio líquido.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.
A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.
As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como adiantamento de clientes e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.
As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.
As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras. Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como "Despesas financeiras", sendo revertidos para "Lucros acumulados", por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os períodos apresentados, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as práticas contábeis internacionais representam informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03/IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.
Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados à assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, conforme mencionado na Nota 2, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.
A Administração da Companhia inclui entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações na base de cálculo da provisão. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação do ativo imobilizado

O ativo imobilizado é depreciado, usando o método de depreciação linear no decorrer da vida útil dos ativos. As vidas úteis dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 18.
As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos, levando-se em consideração as mudanças nas estimativas, com base na obsolescência técnica e avaliação por peritos externos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.
Os testes de recuperabilidade ("*impairment*") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("*goodwill*") a Companhia anualmente testa eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.
Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 24. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.
A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

d) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(i) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2011 ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.
IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e alterado em outubro de 2010. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização dos ativos financeiros da Companhia. A norma não é aplicável até 1 de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9.
IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.
A norma IAS 24 revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. Quando aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IAS 24 (revisado).
"Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia está avaliando os impactos das alterações da interpretação deste pronunciamento nas suas Demonstrações Financeiras.

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1 de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	**Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado.** Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações", IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", que eliminam a isenção da contraprestação contingente, não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (como revisado em 2008).	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010 de forma retrospectiva.
	Mensuração de participações não controladoras A escolha de mensurar as participações não controladoras ao valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos no caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010. Aplicação prospectiva.
IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros"	Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados com os instrumentos financeiros.	1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.
IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras"	Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.	1 de janeiro de 2011, aplicação retroativa.
IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas"	Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em *Joint Ventures*", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente.	Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1 de julho de 2010, aplicação retroativa.
IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes"	O significado de "valor justo" é esclarecido no contexto de mensuração de concessão de créditos nos programas de fidelização de clientes.	1 de janeiro de 2011, aplicação prospectiva.

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. ADOÇÃO DO IFRS E DOS CPCs PELA PRIMEIRA VEZ

3.1 Base da transição

Aplicação dos CPCs 37 e 43 e do IFRS 1

As Demonstrações Financeiras Consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais em conformidade com os CPCs e os IFRSs. A Companhia aplicou os CPCs 37 e 43 e o IFRS 1 na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas.
As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras Demonstrações Individuais Anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou os CPCs 37 a 43 na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais.
A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs e o IFRS naquela data.
Na preparação dessas Demonstrações Financeiras, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias relevantes e certas isenções opcionais em relação à aplicação completa retrospectiva.

3.2. Isenções da aplicação retrospectiva completa utilizadas pela Companhia

Combinação de negócios

A Companhia aplicou a isenção de combinação de negócios descrita no IFRS 1 e no CPC 37 e, assim sendo, não reapresentou as combinações de negócios que ocorreram antes de 1 de janeiro de 2009, data de transição. A Companhia manteve em suas Demonstrações Financeiras apenas saldos de ativos reconhecidos em conformidade com os CPC e as IFRS nas combinações de negócios anteriores à data de transição.

Diferenças acumuladas de conversão

A Companhia optou por fixar em zero os ajustes de conversão acumulada de anos anteriores para a data de transição de 1 de janeiro de 2009. Essa isenção foi aplicada a todas as controladas.

Custo com desmobilização de ativos

A Companhia optou por reconhecer a obrigação existente relacionada aos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, bem como a depreciação acumulada correspondente, na data de transição.

Isenções opcionais remanescentes não utilizadas pela Companhia

- a Companhia adota a regra de diferimento dos ganhos e perdas atuariais, aplicando-se as regras do corredor, onde somente são reconhecidos os ganhos e perdas atuariais que superem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício projetado acumulado, dos dois, o maior. De forma que, a isenção de reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais acumulados anteriores a 1 de janeiro de 2009 contra lucros acumulados não foi utilizada.
- pagamento baseado em ações e a contabilização dos arrendamentos mercantis, uma vez que as práticas contábeis brasileiras e os IFRSs já se encontram alinhadas com relação a essas transações para 2009;
- ativos e passivos de controladas e coligadas reconhecidos de acordo com o IFRS 1 / CPC 37 em data de transição posterior a da Companhia, uma vez que a Companhia, as controladas e coligadas adotaram a mesma data de transição para o IFRS. Desta forma os ativos e passivos das controladas e coligadas estão consistentes com as Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- instrumentos financeiros compostos porque a Companhia e suas controladas não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição;
- ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01/IFRIC 12, já que a Companhia e suas controladas não possuem contratos firmados sob o escopo desta interpretação; e
- a Companhia e suas controladas optaram pela não adoção do valor justo como custo atribuído ao ativo imobilizado conforme incentivado pelo ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43, considerando que, o método de custo, deduzido de depreciação com base na vida útil estimada e, quando aplicável, deduzido da provisão para perdas do valor recuperável do ativo, é o melhor método para avaliar seu ativo imobilizado. A Administração da Companhia entende que tal valor representa melhor a essência econômica de suas operações. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado líquido estão de acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas no Brasil.

3.3 Exceções da aplicação retrospectiva utilizadas pela Companhia

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas Demonstrações Financeiras em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").
As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

- Exceção da contabilização de hedge uma vez que a Companhia não adota essa prática, que é opcional.
- Reversão de ativos e passivos financeiros.
- Participação de não controladores.

3.4 Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

a) Reclassificações

Depósitos judiciais

De acordo com o BR GAAP antigo, os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões e tributos com exigibilidade suspensa eram apresentados reduzindo as obrigações. De acordo com os CPC 26 e IAS 1, esses valores foram reclassificados para os ativos circulante e não circulante, uma vez que não existe exigência especifica de norma contábil para a demonstração líquida das contingências.

Tributos sobre a renda e diferidos

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, os tributos sobre a renda são apresentados de forma segregada de outros tributos. Adicionalmente, os ativos e passivos de tributos diferidos devem ser classificados como ativos e passivos não circulantes, sendo a parcela anteriormente classificada como circulante no antigo BR GAAP reclassificado.

Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o CPC 40 e IFRS 7, o valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo por meio do resultado devem ser apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos, anteriormente apresentados no grupo de empréstimos e financiamentos, foram reclassificados e apresentados em grupo separado no balanço patrimonial, sendo a parcela a receber reconhecida no ativo.

Participação de acionistas não controladores

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, a participação dos acionistas não controladores são apresentadas como parte integrante do patrimônio líquido. Anteriormente tais participações eram apresentadas entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.

b) Equivalência patrimonial

A conciliação apresenta o reconhecimento dos efeitos de equivalência patrimonial sobre os ajustes provenientes da adoção dos CPCs e IFRS nas sociedades controladas.

c) Reestruturação societária

De acordo com o ICPC 09 e com as regras internacionais de contabilidade, não é permitido o procedimento de "*push down accounting*" de ativos reconhecidos em combinações de negócios quando da incorporação da empresa adquirente pela empresa adquirida ("incorporação reversa"), entretanto quando há evidência de efetivos benefícios econômicos a serem auferidos pela incorporação dos ativos reconhecidos, como no caso provável de redução futura de tributos, apenas os benefícios fiscais devem ser registrados na conta de "Tributos diferidos sobre a renda", se atendidas as condições de reconhecimento previstas no CPC 32 (IAS 12).

A conciliação apresenta os efeitos do desreconhecimento da mais-valia do ativo imobilizado reconhecida nas incorporações mencionadas na Nota 1, e o reconhecimento dos benefícios fiscais originados das mais-valias reconhecidas na aquisição da BrT registradas pelas empresas incorporadas.

d) Diferimento de despesas com subsídios de aparelhos e taxa de ativação

De acordo com o antigo BR GAAP a BrT Celular diferia os gastos com subsídios de aparelhos celulares de planos pós-pagos para segmento corporativo e amortizava pelo período de 12 meses, que era o período de fidelidade acordado no contrato com o cliente. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos dos gastos com subsídios contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

De acordo com o antigo BR GAAP a BrT Celular diferia as despesas com a taxa de ativação e fiscalização da ANATEL - FISTEL e amortizava pelo período de 24 meses, que era o período médio de permanência dos clientes na base. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas não apresentam vínculo direto com o contrato de prestação de serviços e, portanto, são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos das despesas com a taxa de ativação do cliente contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

A BrT Celular não constituiu créditos fiscais diferidos, pois não apresenta lucro tributável que suporte sua recuperação.

e) Reconhecimento de receita

TUP - Telefone de uso Público

De acordo com o antigo BR GAAP a TMAR e a BrT reconheciam as receitas com vendas de cartões TUP quando os mesmos eram vendidos, enquanto que os custos eram reconhecidos quando os cartões eram utilizados. De acordo com o CPC 30 e IAS 18 – Receita as receitas com venda de cartões TUP foram mensuradas e reconhecidas com base na estimativa de consumo dos minutos pelos clientes.

f) Custo com desmobilização de ativos

A conciliação apresenta o reconhecimento dos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, de acordo com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12 e IFRIC 1.

g) Tributos diferidos sobre a renda

A conciliação apresenta as mudanças no Imposto de Renda e na Contribuição Social diferidos, de acordo com o CPC 32 (IAS 12), que representam os reflexos tributários sobre os ajustes necessários na convergência das Demonstrações Financeiras para os CPCs e as IFRS, quando aplicável.

h) Juros sobre capital próprio e dividendos

Dividendo mínimo obrigatório

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado.

No caso de juros sobre capital próprio, como a Administração já possui autorização prévia do Conselho de Administração e se beneficia da dedutibilidade fiscal, estes são considerados já declarados.

Dividendos e juros sobre capital prescritos

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 / IAS 39 nos casos em que as obrigações de passivos financeiros deixam de existir os efeitos provenientes desses passivos devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A conciliação apresenta os efeitos dos dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados, anteriormente registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

i) Efeitos dos ajustes sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração.

j) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima com efeitos anteriores a data de transição foram registrados contra lucros acumulados em 1 de janeiro de 2009 e reclassificados para reservas de lucros.

k) Lucro por ação

Conforme as normas IAS 33 / CPC 41 o lucro por ação básico e diluído passou a ser calculado em base do número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Anteriormente, o cálculo era feito em base do número de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

Conciliação do Patrimônio Líquido na data de transição em 1 de janeiro de 2009

Controladora

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Reconhecimento de receitas (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 1/1/2009
Ativo Circulante	**4.187.677**	**(28.108)**				**(28.108)**	**4.159.569**
Caixa e equivalentes de Caixa	580.978						580.978
Aplicações Financeiras	135.672						135.672
Contas a Receber	1.959.083						1.959.083
Estoques	4.748						4.748
Tributos a recuperar	672.655	(672.655)				(672.655)	
Tributos correntes a recuperar		5.583				5.583	5.583
Outros tributos		327.151				327.151	327.151
Depósitos e bloqueios judiciais	673.834	311.813				311.813	985.647
Demais Ativos	160.707						160.707
Ativo Não Circulante	**11.954.849**	**777.950**	**16.625**	**10.050**		**804.625**	**12.759.474**
Tributos Diferidos e a recuperar	717.761	(717.761)				(717.761)	
Outros tributos		1.057.683	16.625	4.950		1.079.258	1.079.258
Depósitos e bloqueios judiciais	2.210.475	438.028				438.028	2.648.503
Demais Ativos	132.534						132.534
Investimentos	3.998.596			(2.180)		(2.180)	3.996.416
Imobilizado	4.333.280			7.280		7.280	4.340.560
Intangível	562.203						562.203
Ativo Total	**16.142.526**	**749.842**	**16.625**	**10.050**		**776.517**	**16.919.043**
Passivo Circulante	**4.515.842**	**308.086**	**48.898**	**14.561**	**(79.719)**	**291.826**	**4.807.668**
Empréstimos e Financiamentos	1.468.344	(89.920)				(89.920)	1.378.424
Instrumentos financeiros derivativos		89.920				89.920	89.920
Fornecedores	1.333.291						1.333.291
Tributos a Recolher	584.096	(584.096)				(584.096)	
Tributos correntes a recolher		26.922				26.922	26.922
Outros tributos		646.855				646.855	646.855
Programa de refinanciamento fiscal	4.381						4.381
Dividendos e juros sobre capital próprio	340.785				(79.719)	(79.719)	261.066
Provisões	199.565	218.405				218.405	417.970
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	142.855						142.855
Provisões para fundos de pensão	148.391						148.391
Autorizações e concessões a pagar	65.578						65.578
Demais Obrigações	228.556		48.898	14.561		63.459	292.015
Passivo Não Circulante	**5.385.732**	**441.754**		**2.475**		**444.229**	**5.829.962**
Empréstimos e Financiamentos	3.811.555	(132.153)				(132.153)	3.679.402
Instrumentos financeiros derivativos		132.153				132.153	132.153
Provisões	674.290	291.043				291.043	965.333
Tributos diferidos a recolher	234.607	(234.607)				(234.607)	
Outros tributos		385.318		2.475		387.793	387.793
Provisões para fundos de pensão	607.400						607.400
Demais Obrigações	57.880						57.880
Patrimônio Líquido	**6.240.952**		**(32.273)**	**(6.985)**	**79.719**	**40.461**	**6.281.413**
Capital social	3.470.758						3.470.758
Reservas de capital	1.338.246						1.338.246
Reservas de lucros	1.431.948		(32.273)	(6.985)		(39.258)	1.392.690
Dividendo adicional proposto					79.719	79.719	79.719
Passivo Total	**16.142.526**	**749.840**	**16.625**	**10.051**		**776.516**	**16.919.043**

Consolidado

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Reconhecimento de receitas (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 1/1/2009
Ativo Circulante	**6.107.462**	**(146.924)**				**(146.924)**	**5.960.538**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.478.558						1.478.558
Aplicações Financeiras	561.867						561.867
Contas a Receber	2.210.090						2.210.090
Estoques	54.048						54.048
Tributos a recuperar	935.690	(935.690)				(935.690)	
Tributos correntes a recuperar		18.919				18.919	18.919
Outros tributos		452.788				452.788	452.788
Depósitos e bloqueios judiciais	678.972	317.059				317.059	996.031
Demais Ativos	188.237						188.237
Ativo Não Circulante	**11.432.476**	**908.989**	**16.625**	**14.411**		**940.025**	**12.372.501**
Tributos Diferidos a Recuperar	1.523.772	(1.523.772)				(1.523.772)	
Outros tributos		1.987.755	16.625	4.951		2.009.331	2.009.331
Depósitos e bloqueios judiciais	2.224.993	445.006				445.006	2.669.999
Demais Ativos	145.625						145.625
Investimentos	3.744						3.744
Imobilizado	5.902.124			9.460		9.460	5.911.584
Intangível	1.632.218						1.632.218
Ativo Total	**17.539.938**	**762.065**	**16.625**	**14.411**		**793.101**	**18.333.039**
Passivo Circulante	**4.759.943**	**313.735**	**48.898**	**18.921**	**(79.719)**	**301.835**	**5.061.778**
Empréstimos e Financiamentos	760.627	(89.920)				(89.920)	670.707
Instrumentos financeiros derivativos		89.920				89.920	89.920
Fornecedores	1.889.543						1.889.543
Tributos a Recolher	717.911	(717.911)				(717.911)	
Tributos correntes a recolher		31.693				31.693	31.693
Outros tributos		777.377				777.377	777.377
Programa de refinanciamento fiscal	4.434						4.434
Dividendos e juros sobre capital próprio	340.785				(79.719)	(79.719)	261.066
Provisões	218.297	222.576				222.576	440.873
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	193.394						193.394
Provisões para fundos de pensão	148.391						148.391
Autorizações e concessões a Pagar	160.074						160.074
Demais Obrigações	326.487		48.898	18.921		67.819	394.306
Passivo Não Circulante	**6.539.043**	**453.985**		**2.475**		**456.460**	**6.995.504**
Empréstimos e Financiamentos	4.125.351	(132.153)				(132.153)	3.993.198
Instrumentos financeiros derivativos		132.153				132.153	132.153
Provisões	710.380	297.711				297.711	1.008.091
Tributos diferidos a recolher	262.517	(262.517)				(262.517)	
Outros tributos		413.135		2.475		415.610	415.610
Programa de refinanciamento fiscal	713						713
Provisões para fundos de pensão	607.400						607.400
Autorizações e concessões a Pagar	623.585						623.585
Demais Obrigações	214.753						214.754
Participações minoritárias	(5.656)	5.656				5.656	
Patrimônio Líquido	**6.240.952**	**(5.656)**	**(32.273)**	**(6.985)**	**79.719**	**34.805**	**6.275.757**
Capital social	3.470.758						3.470.758
Reservas de Capital	1.338.246						1.338.246
Reservas de lucros	1.431.948		(32.273)	(6.985)		(39.258)	1.392.690
Dividendo adicional proposto					79.719	79.719	79.719
Patrimônio Líquido - Não Controlador		(5.656)					(5.656)
Passivo Total	**17.539.938**	**762.065**	**16.625**	**14.411**		**793.101**	**18.333.039**

Conciliação do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2009

Controladora

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Reestruturação societária (e)	Diferimento subsídio (d)	Diferimento taxa Fistel (d)	Reconhecimento de receita (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009
Ativo Circulante	**3.751.720**	**631.351**							**631.351**	**4.383.071**
Caixa e equivalentes de Caixa	705.836									705.836
Aplicações Financeiras	118.476									118.476
Contas a Receber	1.769.378									1.769.378
Estoques	2.280									2.280
Tributos a recuperar	711.360	(711.360)							(711.360)	
Tributos correntes a recuperar		66.950							66.950	66.950
Outros tributos		331.128							331.128	331.128
Depósitos e bloqueios judiciais	285.164	944.633							944.633	1.229.797
Demais Ativos	159.226									159.226
Ativo Não Circulante	**17.012.706**	**2.533.395**	**(1.145.728)**	**(1.777)**	**(29.539)**	**2.573**	**9.801**		**1.368.725**	**18.381.431**
Tributos Diferidos e a recuperar	4.140.948	(4.140.948)							(4.140.948)	
Outros tributos		4.454.230	590.224			2.573	5.152		5.052.179	5.052.179
Créditos com controladas	1.342.313									1.342.313
Depósitos e bloqueios judiciais	1.421.971	2.220.113							2.220.113	3.642.084
Demais Ativos	166.936									166.935
Investimentos	3.955.331			(1.777)	(29.539)		(2.357)		(33.673)	3.921.658
Imobilizado	5.476.413		(1.735.952)				7.006		(1.728.946)	3.747.467
Intangível	508.794									508.794
Ativo Total	**20.764.426**	**3.164.746**	**(1.145.728)**	**(1.777)**	**(29.539)**	**2.573**	**9.801**		**2.000.076**	**22.764.504**
Passivo Circulante	**4.147.048**	**940.905**				**7.570**	**15.156**		**963.631**	**5.110.679**
Empréstimos e Financiamentos	1.502.029	(133.389)							(133.389)	1.368.640
Instrumentos financeiros derivativos		133.389							133.389	133.389
Fornecedores	1.131.439									1.131.439
Tributos a Recolher	551.409	(551.409)							(551.409)	
Tributos correntes a recolher		10.826							10.826	10.826
Outros tributos		659.790							659.790	659.790
Programa de refinanciamento fiscal	27.704									27.704
Dividendos e juros sobre capital próprio	104.779									104.779
Provisões	340.556	821.698							821.698	1.162.254
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	68.972									68.972
Provisões para fundos de pensão	104.533									104.533
Demais Obrigações	315.627					7.570	15.156		22.726	338.353
Passivo Não Circulante	**5.522.477**	**2.223.840**					**2.383**		**2.226.223**	**7.748.700**
Empréstimos e Financiamentos	3.096.298	(64.891)							(64.891)	3.031.407
Instrumentos financeiros derivativos		64.891							64.891	64.891
Provisões	1.240.059	1.944.853							1.944.853	3.184.912
Tributos diferidos a recolher	236.107	(236.107)							(236.107)	
Outros tributos		515.094					2.383		517.477	517.477
Programa de refinanciamento fiscal	327.347									327.347
Provisões para fundos de pensão	575.180									575.180
Demais Obrigações	47.486									47.486
Patrimônio Líquido	**11.094.901**		**(1.145.728)**	**(1.777)**	**(29.539)**	**(4.997)**	**(7.737)**		**(1.189.778)**	**9.905.123**
Capital social	3.731.059									3.731.059
Reservas de capital	6.980.315		(1.260.397)						(1.260.397)	5.719.918
Reservas de lucros	383.527		114.669	(1.777)	(29.539)	(4.997)	(7.737)		70.619	454.146
Passivo Total	**20.764.426**	**3.164.745**	**(1.145.728)**	**(1.777)**	**(29.539)**	**2.573**	**9.802**		**2.000.076**	**22.764.502**

Consolidado

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Reestruturação societária (e)	Diferimento subsídio (d)	Diferimento taxa Fistel (d)	Reconhecimento de receita (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009
Ativo Circulante	**5.607.544**	**543.280**		**(1.777)**	**(21.985)**				**519.518**	**6.127.062**
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.717.441									1.717.441
Aplicações Financeiras	381.951									381.951
Contas a Receber	1.992.141									1.992.141
Estoques	42.063									42.063
Tributos a recuperar	1.001.255	(1.001.255)							(1.001.255)	
Tributos correntes a recuperar		122.852							122.852	122.852
Outros tributos		461.591							461.591	461.591
Depósitos e bloqueios judiciais	293.224	960.092							960.092	1.253.316
Demais Ativos	179.469			(1.777)	(21.985)				(23.762)	155.707
Ativo Não Circulante	**16.927.409**	**2.645.816**	**(1.145.728)**		**(7.554)**	**2.573**	**14.342**		**1.509.449**	**18.436.858**
Tributos Diferidos a Recuperar	5.052.839	(5.052.839)							(5.052.839)	
Outros tributos		5.469.651	590.224			2.573	5.154		6.067.602	6.067.602
Créditos com controladas	1.674.750									1.674.750
Depósitos e bloqueios judiciais	1.441.950	2.229.004							2.229.004	3.670.954
Demais Ativos	186.687				(7.554)				(7.554)	179.133
Investimentos	5.374									5.374
Imobilizado	6.993.405		(1.735.952)				9.188		(1.726.764)	5.266.641
Intangível	1.572.404									1.572.404
Ativo Total	**22.534.953**	**3.189.096**	**(1.145.728)**	**(1.777)**	**(29.539)**	**2.573**	**14.342**		**2.028.967**	**24.563.920**
Passivo Circulante	**4.440.041**	**956.365**				**7.570**	**19.696**		**983.631**	**5.423.672**
Empréstimos e Financiamentos	1.003.352	(133.389)							(133.389)	869.963
Instrumentos financeiros derivativos		133.389							133.389	133.389
Fornecedores	1.554.278									1.554.278
Tributos a Recolher	703.219	(703.219)							(703.219)	
Tributos correntes a recolher		38.547							38.547	38.547
Outros tributos		793.374							793.374	793.374
Programa de refinanciamento fiscal	29.683									29.683
Dividendos e juros sobre capital próprio	104.779									104.779
Provisões	367.053	827.663							827.663	1.194.716
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	120.082									120.082
Provisões para fundos de pensão	104.533									104.533
Autorizações e concessões a Pagar	99.240									99.240
Demais Obrigações	353.822					7.570	19.696		27.266	381.088
Passivo Não Circulante	**7.000.011**	**2.232.217**					**2.383**		**2.234.600**	**9.234.611**
Empréstimos e Financiamentos	3.637.497	(64.891)							(64.891)	3.572.606
Instrumentos financeiros derivativos		64.891							64.891	64.891
Provisões	1.285.319	1.953.448							1.953.448	3.238.767
Tributos diferidos a recolher	276.225	(276.225)							(276.225)	
Outros tributos		555.508					2.383		557.891	557.891
Programa de refinanciamento fiscal	355.051									355.051
Provisões para fundos de pensão	575.180									575.180
Autorizações e concessões a Pagar	609.848									609.848
Demais Obrigações	260.377									260.377
Participações minoritárias	514	(514)							(514)	
Patrimônio Líquido	**11.094.901**	**514**	**(1.145.728)**	**(1.777)**	**(29.539)**	**(4.997)**	**(7.737)**		**(1.189.264)**	**9.905.637**
Capital social	3.731.059									3.731.059
Reservas de Capital	6.980.315		(1.260.397)						(1.260.397)	5.719.918
Reservas de lucros	383.527		114.669	(1.777)	(29.539)	(4.997)	(7.737)		70.619	454.146
Patrimônio Líquido - Não Controlador		514							514	514
Passivo Total	**22.534.953**	**3.189.096**	**(1.145.728)**	**(1.777)**	**(29.539)**	**2.573**	**14.342**		**2.028.967**	**24.563.920**

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

Controladora

	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reestruturação societária (e)	Diferimento subsídio (d)	Diferimento taxa Fistel (d)	Reconhecimento de receita (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**8.954.960**				**41.328**			**41.328**	**8.996.288**
Custo Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas	(4.719.752)	173.741				(871)		172.870	(4.546.882)
Lucro bruto	**4.235.208**	**173.741**			**41.328**	**(871)**		**214.198**	**4.449.406**
Receitas (despesas) operacionais	**(5.438.728)**		**(1.777)**	**(29.539)**		**(177)**	**11.501**	**(19.992)**	**(5.458.720)**
Resultado de Equivalência Patrimonial	(46.664)		(1.777)	(29.539)		(177)		(31.493)	(78.157)
Comercialização dos serviços	(1.072.013)								(1.072.013)
Gerais e Administrativas	(1.128.191)								(1.128.191)
Outras despesas operacionais	(3.191.860)						11.501	11.501	(3.180.359)
Resultado financeiro	**(319.700)**								**(319.700)**
Receita Financeira	434.951								434.951
Despesa Financeira	(754.651)								(754.651)
Resultado operacional	**(1.523.220)**	**173.741**	**(1.777)**	**(29.539)**	**41.328**	**(1.048)**	**11.501**	**194.206**	**(1.329.014)**
Prejuízo antes das tributações	**(1.523.220)**	**173.741**	**(1.777)**	**(29.539)**	**41.328**	**(1.048)**	**11.501**	**194.206**	**(1.329.014)**
Corrente	(448.012)								(448.012)
Diferido	828.543	(59.072)			(14.052)	296		(72.828)	755.715
Prejuízo do exercício	**(1.142.689)**	**114.669**	**(1.777)**	**(29.539)**	**27.276**	**(752)**	**11.501**	**121.378**	**(1.021.311)**

BRASIL TELECOM S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 76.535.764/0001-43

	Consolidado								
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reestruturação societária (e)	Diferimento subsídio (d)	Diferimento taxa Fistel (d)	Reconhecimento de receita (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPC´s	De acordo com os CPC´s 31/12/2009
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	**10.878.562**				**41.328**			**41.328**	**10.919.890**
Custo dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas	(5.905.598)	173.741	(1.777)	(29.539)		(1.048)		**141.377**	(5.764.221)
Lucro bruto	**4.972.964**	**173.741**	**(1.777)**	**(29.539)**	**41.328**	**(1.048)**		**182.705**	**5.155.669**
Receitas (despesas) operacionais	**(6.243.819)**						**11.501**	**11.501**	**(6.232.318)**
Resultado de Equivalência Patrimonial									
Comercialização dos serviços	(1.417.845)								(1.417.845)
Gerais e Administrativas	(1.434.808)								(1.434.808)
Outras despesas operacionais	(3.391.166)						11.501	**11.501**	(3.379.665)
Resultado financeiro	**(281.349)**								**(281.349)**
Receita Financeira	630.247								630.247
Despesa Financeira	(911.596)								(911.596)
Resultado operacional	**(1.552.204)**	**173.741**	**(1.777)**	**(29.539)**	**41.328**	**(1.048)**	**11.501**	**194.206**	**(1.357.998)**
Prejuízo antes das tributações	**(1.552.204)**	**173.741**	**(1.777)**	**(29.539)**	**41.328**	**(1.048)**	**11.501**	**194.206**	**(1.357.998)**
Corrente	(449.903)								(449.903)
Diferido	861.418	(59.072)			(14.052)	296		(72.828)	788.590
Prejuízo do exercício	**(1.140.689)**	**114.669**	**(1.777)**	**(29.539)**	**27.276**	**(752)**	**11.501**	**121.378**	**(1.019.311)**
Prejuízo líquido atribuído aos controladores	(1.142.689)	114.669	**(1.777)**	**(29.539)**	**27.276**	**(752)**	**11.501**	**121.378**	**(1.021.311)**
Prejuízo líquido atribuído aos não controladores	2.000								**2.000**

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Fluxos de caixa	**BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009**	**Efeito total das mudanças dos CPC´s**	**De acordo com os CPC´s 31/12/2009**	**BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009**	**Efeito total das mudanças dos CPC´s**	**De acordo com os CPC´s 31/12/2009**
Atividades operacionais	2.720.779	76.386	2.797.165	3.237.051	336.153	3.573.204
Atividades de investimentos	(2.162.054)	142.485	(2.019.569)	(2.987.888)	(17.228)	(3.005.116)
Atividades de financiamentos	(712.223)	(176.458)	(888.681)	(288.637)	(276.512)	(565.149)

A CVM através da Deliberação nº 656, de 25 de janeiro de 2011, que acrescentou o art 2º-A a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, requer que as companhias abertas que, até a data da apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício social iniciado a partir de 1 de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, incluam nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

A seguir apresentamos as conciliações de patrimônio líquido e resultado para os trimestres de 2010 e de 2009.

Conciliação do Patrimônio Líquido

	Controladora e Consolidado					
	Em 31 de março		Em 30 de junho		Em 30 de setembro	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Patrimônio Líquido original conforme BRGAAP	**11.395.059**	**6.170.899**	**11.631.888**	**4.733.047**	**12.066.553**	**10.979.494**
Participações minoritárias original conforme o BRGAAP	484	(5.555)	455	(3.335)	424	479
Patrimônio Líquido conforme BRGAAP	**11.395.543**	**6.165.344**	**11.632.343**	**4.729.712**	**12.066.977**	**10.979.973**
Reestruturação societária	(1.051.503)		(948.316)		(849.423)	(1.257.159)
Diferimento subsídio	(2.232)		(2.557)		(3.509)	(2.405)
Diferimento taxa Fistel	(30.145)		(26.814)	(25.337)	(24.647)	(31.635)
Reconhecimento de receita	(16.314)	(12.778)	(15.668)	(16.475)	(9.125)	(12.942)
Desmobilização de ativos	(8.068)	(7.170)	(8.402)	(7.357)	(8.739)	(7.546)
Dividendos		79.719				
Patrimônio Líquido conforme IFRS	**10.287.281**	**6.225.115**	**10.630.586**	**4.680.543**	**11.171.534**	**9.668.286**
Atribuído a:						
Controlador	**10.286.797**	**6.230.670**	**10.630.131**	**4.683.878**	**11.171.110**	**9.667.807**
Não controladores	**484**	**(5.555)**	**455**	**(3.335)**	**424**	**479**

Conciliação do Lucro (prejuízo) Líquido

	Controladora e Consolidado					
	Em 31 de março		Em 30 de junho		Em 30 de setembro	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Lucro (prejuízo) Líquido conforme BRGAAP	**300.158**	**(79.557)**	**536.987**	**(1.517.409)**	**944.304**	**(1.258.096)**
Participações minoritárias original conforme os BR GAAP	(29)	45	(60)	1.421	(90)	1.964
Lucro (prejuízo) Líquido conforme BRGAAP	**300.129**	**(79.512)**	**536.927**	**(1.515.988)**	**944.214**	**(1.256.132)**
Reestruturação societária	94.225		197.412		296.305	3.239
Diferimento subsídio	(455)		(780)		(1.732)	(2.405)
Diferimento taxa Fistel	(606)		2.725	(25.337)	4.892	(31.635)
Reconhecimento de receita	(11.317)	19.495	(10.671)	15.798	(4.128)	19.331
Desmobilização de ativos	(331)	(185)	(665)	(372)	(1.002)	(561)
Dividendos		11.501		11.501	27.350	11.501
Lucro líquido conforme os CPCs e as IFRS	**381.645**	**(48.701)**	**724.948**	**(1.514.398)**	**1.265.899**	**(1.256.662)**
Atribuído a:						
Controlador	381.674	(48.746)	725.008	(1.515.819)	1.265.989	(1.258.626)
Não controladores	(29)	45	(60)	1.421	(90)	1.964

Os efeitos reconhecidos no resultado da controladora originados pela aplicação dos CPCs nas suas controladas, e que são apresentados em uma linha especifica de resultado de equivalência patrimonial, por trimestre estão apresentados a seguir: 31 de março de 2010, ganho de R$ 1.162 (2009 – uma perda de R$ 44), 30 de junho de 2010, ganho de R$ 1.743 (2009 – uma perda de R$ 25.425) e 30 de setembro de 2010, ganho de R$ 2.856 (2009 – uma perda de R$ 34.172)

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela administração. A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como *"swaps"*, termo de moedas e opções. A TNL e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Estratégia e Diretor de Tesouraria do Grupo Oi. O Comitê se reúne mensalmente para supervisionar o enquadramento da Política. Bimestralmente, a Diretoria apresenta ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento da Política.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos *"swap"* foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2010			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	1.788.001	1.788.001	3.216.937	3.216.937
Aplicações financeiras	Valor justo	582.115	582.115	832.077	832.077
Contas a receber	Custo amortizado	1.718.789	1.718.789	2.069.908	2.069.908
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado	1.548	1.548	1.911.134	2.042.397
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	1.328.617	1.328.617	1.636.598	1.636.598
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado	3.031.001	3.031.001	3.272.233	3.272.233
Debêntures	Custo amortizado	1.092.853	1.123.890	1.092.853	1.123.890
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	70.719	70.719	70.719	70.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	568.840	568.840	568.840	568.840
Participação no resultado	Custo amortizado	60.197	60.197	96.344	96.344
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	56.759	56.759	756.631	756.631

(*) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, que não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes significativos de valor justo.

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		2009			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	705.836	705.836	1.717.441	1.717.441
Aplicações financeiras	Valor justo	118.476	118.476	381.951	381.951
Contas a receber	Custo amortizado	1.769.378	1.769.378	1.992.141	1.992.141
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado	1.371.321	1.523.456	1.674.750	1.864.563
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	1.131.439	1.131.439	1.554.278	1.554.278
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	3.309.461	3.384.650	3.351.983	3.430.927
Debêntures	Custo amortizado	1.090.586	1.135.191	1.090.586	1.135.191
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	198.280	198.280	198.280	198.280
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	104.779	104.779	104.779	104.779
Participação no resultado	Custo amortizado	23.698	23.698	36.474	36.474
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado			709.088	709.088

	Mensuração contábil	Controladora		Consolidado	
		01/01/2009			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	580.978	580.978	1.478.558	1.478.558
Aplicações financeiras	Valor justo	135.672	135.672	561.867	561.867
Contas a receber	Custo amortizado	1.959.083	1.959.083	2.210.090	2.210.090
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	29.179	29.179	29.179	29.179
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	1.333.291	1.333.291	1.889.543	1.889.543
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	3.965.920	3.990.937	3.571.999	3.597.016
Debêntures	Custo amortizado	1.091.906	1.058.712	1.091.906	1.058.712
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	222.073	222.073	222.073	222.073
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	261.066	261.066	261.066	261.066
Participação no resultado	Custo amortizado	62.579	62.579	20.984	20.984
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	65.578	65.578	783.659	783.659

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*nonperformance risk*"), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os "*inputs*" inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses "*inputs*" representam as melhores estimativas da administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Nossos equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado. Nossos instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2010. 2009 e na data de transição de 1 de ianeiro de 2009:

	Controladora			
Descrição	**2010**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.788.001		1.788.001	
Aplicações financeiras	582.115		582.115	
Total dos ativos	2.370.116		2.370.116	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	70.719		70.719	
Total do passivo	70.719		70.719	

Contraparte: Citibank, JP Morgan e Santander.

A Companhia contratou em 2004 operações de "*swap*" cambial ("*plain vanilla*") para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em Iene com vencimento final em março de 2011. De acordo com esses contratos, a Companhia possui posição ativa em Iene, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo, assim, contra o risco de variação cambial do Iene versus o Real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de Iene acrescido de 1,9% a.a. para uma taxa média ponderada de 95,9% do CDI no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e não há a exigência de margem de garantia nesses contratos.

Tendo em vista que os fluxos da posição ativa dos contratos de *"swap"* serão compensados pelos fluxos passivos da dívida denominada em Ienes, a Companhia considera que o risco de estar passiva em taxa de juros de um dia (CDI) é a elevação do CDI. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item a) acima.

Em 31 de dezembro de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos uma perda de R$ 8.899 (2009 – uma perda de R$ 100.930) na controladora e uma perda de R$ 8.899 (2009 – uma perda de R$ 100.930) no consolidado (vide Nota 8).

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) do encerramento do exercício. Para o cenário provável, foi utilizada a mesma taxa de Dólar do encerramento do exercício. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de câmbio

	Taxa		
Descrição	**2010**	**2009**	**Desvalorização**
Cenário Provável			
Dólar	1,6662	1,7412	0%
Iene	0,0203	0,018832	0%
Cesta de Moedas	0,033457	0,033995	0%
Cenário Possível			
Dólar	2,0828	2,1765	25%
Iene	0,025375	0,02354	25%
Cesta de Moedas	0,041821	0,042494	25%
Cenário Remoto			
Dólar	2,4993	2,6118	50%
Iene	0,03045	0,028248	50%
Cesta de Moedas	0,050186	0,050993	50%

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do exercício e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

	Controladora				
			Fluxo futuro de pagamentos por período		
Operação	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Total**
Cenário Provável					
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.818	763	62	**2.643**
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.828			**44.828**
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.606)			**(44.606)**
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.213			**9.213**
Total vinculado a taxas de câmbio		**11.253**	**763**	**62**	**12.078**
Cenário Possível					
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.273	954	78	**3.305**
Dívidas em Iene	Alta do Iene	56.035			**56.035**
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.758)			**(55.758)**
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.516			**11.516**
Total vinculado a taxas de câmbio		**14.066**	**954**	**78**	**15.098**

	Consolidado				
			Fluxo futuro de pagamentos por período		
Descrição	**2010**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.216.937		3.216.937	
Aplicações financeiras	832.077		832.077	
Total dos ativos	4.049.014		4.049.014	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	70.719		70.719	
Total do passivo	70.719		70.719	

	Consolidado			
Descrição	**2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	705.836		705.836	
Aplicações financeiras	118.476		118.476	
Total dos ativos	824.312		824.312	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	198.280		198.280	
Total do passivo	198.280		198.280	

	Consolidado			
Descrição	**2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.717.441		1.717.441	
Aplicações financeiras	381.951		381.951	
Total dos ativos	2.099.392		2.099.392	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	198.280		198.280	
Total do passivo	198.280		198.280	

	Consolidado			
Descrição	**01/01/2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	580.978		580.978	
Aplicações financeiras	135.672		135.672	
Instrumentos financeiros derivativos	29.179		29.179	
Total dos ativos	745.829		745.829	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	222.073		222.073	
Total do passivo	222.073		222.073	

	Consolidado			
Descrição	**01/01/2009**	**Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)**	**Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)**	**Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)**
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.478.558		1.478.558	
Aplicações financeiras	561.867		561.867	
Instrumentos financeiros derivativos	29.179		29.179	
Total dos ativos	2.069.604		2.069.604	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	222.073		222.073	
Total do passivo	222.073		222.073	

Ajuste a valor presente

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(b) Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 1,3% (2009 – 11,9% e 01/01/2009 – 16,7%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a Companhia tem contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de moedas do BNDES 100,0% (2009 – 39,4% e 01/01/2009 – 60,5%) está coberta por operações de proteção nas modalidades *"swap"* cambial e aplicações em moeda estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade *"swap"* cambial são registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Controladora e Consolidado										
			Valor de referência (nocional)			Valor justo			Valores a pagar ou a receber no período ("*accrual*")	
	Indexador	**Vencimento**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**Valor a receber / (recebido)**	**Valor a pagar / (pago)**
Contratos de *"swap"*										
Posição ativa										
Moeda estrangeira – Iene (i)	VC + 1,9%	Mar/2011	54.111	165.342	280.703	44.396	122.845	277.774	44.195	
Posição passiva										
Taxa de juros – CDI (i)	93,2% a 97,0% CDI	Mar/2011	(54.111)	(165.342)	(280.703)	(115.115)	(321.125)	(499.428)		(115.225)
Valor líquido						**(70.719)**	**(198.280)**	**(221.654)**	**(71.030)**	
Contratos de opções										
Posição titular - compra										
Moeda estrangeira - Dólar		Fev/2009			US$ 80.000			29.179		
Posição lançadora - venda										
Moeda estrangeira - Dólar		Fev/2009			US$ (64.000)			(419)		

(i) "*Swap*" de Iene para CDI ("*plain vanilla*")

	Controladora				
			Fluxo futuro de pagamentos por período		
Operação	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Total**
Cenário Remoto					
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.727	1.145	93	**3.965**
Dívidas em Iene	Alta do Iene	67.242			**67.242**
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.909)			**(66.909)**
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.820			**13.820**
Total vinculado a taxas de câmbio		**16.880**	**1.145**	**93**	**18.118**
Impactos					
Cenário Possível - Cenário Provável		**2.813**	**191**	**16**	**3.020**
Dólar		455	191	16	662
Iene		55			55
Cesta		2.303			2.303
Cenário Remoto - Cenário Provável		**5.627**	**382**	**31**	**6.040**
Dólar		909	382	31	1.322
Iene		111			111
Cesta		4.607			4.607

Inexistem fluxos em períodos superiores a cinco anos.

	Consolidado					
			Fluxo futuro de pagamentos por período			
Operação	**Risco individual**	**Até 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Maiores que 5 anos**	**Total**
Cenário Provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.818	763	62		**2.643**
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(84.239)				**(84.239)**
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.828				**44.828**
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.606)				**(44.606)**
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.213				**9.213**
Total vinculado a taxas de câmbio		**(72.986)**	**763**	**62**		**(72.161)**
Cenário Possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.273	954	78		**3.305**
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(105.299)				**(105.299)**
Dívidas em Iene	Alta do Iene	56.035				**56.035**
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.758)				**(55.758)**
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.516				**11.516**
Total vinculado a taxas de câmbio		**(91.233)**	**954**	**78**		**(90.201)**
Cenário Remoto						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.727	1.145	93		**3.965**
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(126.359)				**(126.359)**
Dívidas em Iene	Alta do Iene	67.242				**67.242**
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.909)				**(66.909)**
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.820				**13.820**
Total vinculado a taxas de câmbio		**(109.479)**	**1.145**	**93**		**(108.241)**
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		**(18.247)**	**191**	**16**		**(18.040)**
Dólar		(20.605)	191	16		(20.398)
Iene		55				55
Cesta		2.303				2.303
Cenário Remoto - Cenário Provável		**(36.493)**	**382**	**31**		**(36.080)**
Dólar		(41.211)	382	31		(40.798)
Iene		111				111
Cesta		4.607				4.607

O valor justo dos instrumentos sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreriam os seguintes impactos nos cenários estimados:

Controladora

Impactos no valor justo dos instrumentos passivos

Operação	Risco	Saldo em 2010
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
Total vinculado a taxas de câmbio		**11.835**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
Total vinculado a taxas de câmbio		**14.794**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
Total vinculado a taxas de câmbio		**17.753**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**2.959**
Dólar		654
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
Cenário Remoto - Cenário Provável		**5.918**
Dólar		1.309
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

Controladora

Impactos no Valor Justo dos Instrumentos Passivos

Operação	Risco	Saldo em 2009
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	371.475
Dívidas em Iene	Alta do Iene	122.709
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(122.845)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	37.689
Total vinculado a taxas de câmbio		**409.028**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	464.344
Dívidas em Iene	Alta do Iene	153.386
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(153.556)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	47.111
Total vinculado a taxas de câmbio		**511.285**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	557.213
Dívidas em Iene	Alta do Iene	184.064
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(184.268)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	56.534
Total vinculado a taxas de câmbio		**613.543**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**102.257**
Dólar		92.869
Iene		(34)
Cesta de Moedas		9.422
Cenário Remoto - Cenário Provável		**204.515**
Dólar		185.738
Iene		(68)
Cesta de Moedas		18.845

Consolidado

Impactos no valor justo dos instrumentos passivos

Operação	Risco	Saldo em 2010
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(84.239)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
Total vinculado a taxas de câmbio		**(72.404)**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(105.299)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
Total vinculado a taxas de câmbio		**(90.505)**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(126.359)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
Total vinculado a taxas de câmbio		**(108.606)**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**(18.101)**
Dólar		(20.406)
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
Cenário Remoto - Cenário Provável		**(36.202)**
Dólar		(40.811)
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

Consolidado

Impactos no Valor Justo dos Instrumentos Passivos

Operação	Risco	Saldo em 2009
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	371.475
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(87.151)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	122.709
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(122.845)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	37.689
Total vinculado a taxas de câmbio		**321.877**
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	464.344
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(108.939)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	153.386
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(153.556)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	47.111
Total vinculado a taxas de câmbio		**402.346**
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	557.212
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(130.726)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	184.064
Derivativos (Posição Líquida - Iene)	Queda do Iene	(184.267)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	56.534
Total vinculado a taxas de câmbio		**482.817**
Impactos		
Cenário Possível - Cenário Provável		**80.469**
Dólar		71.081
Iene		(34)
Cesta de Moedas		9.422
Cenário Remoto - Cenário Provável		**160.939**
Dólar		142.162
Iene		(68)
Cesta de Moedas		18.845

(c) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's), geridos exclusivamente para a Companhia e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia também possui um empréstimo concedido para a empresa produtora de listas telefônicas, remunerado pelo IGP-DI. São mantidos ainda, títulos de renda fixa (CDB´s) aplicados junto ao Banco de Brasília S.A., relacionados à garantia ao incentivo creditício concedido pelo Governo do Distrito Federal, cujo programa denomina-se PRO - DF - Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico e Sustentável do Distrito Federal, sendo a remuneração desses títulos equivalente entre 94% a 97% da taxa SELIC.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e consequentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanco:

	Controladora					
	2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos						
Equivalentes de caixa	1.714.227	1.714.227	599.719	599.719	430.818	430.818
Aplicações financeiras	582.115	582.115	118.476	118.476	135.672	135.672
Empréstimos e financiamentos	1.548	1.548	1.371.321	1.523.456		
Outros ativos	15.195	15.195	10.246	10.246	6.868	6.868
Total	**2.313.085**	**2.313.085**	**2.099.762**	**2.251.897**	**573.358**	**573.358**
Circulante	2.300.727	2.300.727	749.182	749.182	568.248	568.248
Não circulante	12.358	12.358	1.350.580	1.502.715	5.110	5.110

	Consolidado					
	2010		2009		01/01/2009	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos						
Equivalentes de caixa	3.086.764	3.086.764	1.542.545	1.542.545	1.310.720	1.310.720
Aplicações financeiras	832.077	832.077	381.951	381.951	561.867	561.867
Empréstimos e financiamentos – Debênture privada	1.911.134	2.042.397	1.674.750	1.864.563		
Outros ativos	23.202	23.202	16.692	16.692	6.868	6.868
Total	**5.853.177**	**5.984.440**	**3.615.938**	**3.805.751**	**1.879.455**	**1.879.455**
Circulante	3.921.679	3.921.678	1.926.476	2.027.603	1.874.345	1.874.345
Não circulante	1.931.498	2.062.762	1.689.462	1.778.148	5.110	5.110

Passivos

A Companhia possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional vinculados aos indexadores TJLP (Taxa de Juros em Longo Prazo), UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CDI (Certificados de Depósito Interbancário) e IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna), e financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos indexadores YEN LIBOR e LIBOR. A Companhia também possui exposição ao CDI advinda da contratação de operações de "*swap*", contratadas com o objetivo de proteção de seu passivo vinculado a Ienes, conforme citado na Nota 4 (b). A Companhia não possui outras operações de derivativos para proteção do seu passivo contra o risco de taxa de juros.

Adicionalmente, a Companhia emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI, capitalizado de um "*spread*" de 3,5% a.a. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem aumentos nessas taxas. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício, a administração estimou cenários de variação nas taxas DI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de juros

Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
10,64%	6,00%	13,30%	7,50%	15,96%	9,00%

Em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 10.

Controladora

Fluxo futuro de pagamentos de juros por período

Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 Anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	126.214	100.869			**227.083**
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	63.624				**63.624**
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	149.253	164.388	31.889	15.762	**361.292**
Total vinculado a taxas de juros		**339.091**	**265.257**	**31.889**	**15.762**	**651.999**
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	146.813	119.267			**266.080**
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.222				**64.222**
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	191.697	244.133	57.600	34.309	**527.739**
Total vinculado a taxas de juros		**402.732**	**363.400**	**57.600**	**34.309**	**858.041**
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	167.148	137.449			**304.597**
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.809				**64.809**
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	236.165	340.104	91.196	60.137	**727.602**
Total vinculado a taxas de juros		**468.122**	**477.553**	**91.196**	**60.137**	**1.097.008**
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		**63.641**	**98.143**	**25.711**	**18.547**	**206.042**
CDI		21.197	18.398			**39.595**
TJLP		42.444	79.745	25.711	18.547	**166.447**
Cenário Remoto - Cenário Provável		**129.031**	**212.296**	**59.307**	**44.375**	**445.009**
CDI		42.119	36.580			**78.699**
TJLP		86.912	175.716	59.307	44.375	**366.310**

Consolidado

Fluxo futuro de pagamentos de juros por período

Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	126.214	100.869			**227.083**
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	63.624				**63.624**
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	217.456	277.255	104.426	51.857	**650.994**
Total vinculado a taxas de juros		**407.294**	**378.124**	**104.426**	**51.857**	**941.701**
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	146.813	119.267			**266.080**
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.222				**64.222**
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	277.954	396.807	168.943	115.424	**959.128**
Total vinculado a taxas de juros		**488.989**	**516.074**	**168.943**	**115.424**	**1.289.430**
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	167.148	137.449			**304.597**
Derivativos (posição líquida - CDI)	Alta do CDI	64.809				**64.809**
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	340.870	537.451	250.718	204.128	**1.333.167**
Total vinculado a taxas de juros		**572.827**	**674.900**	**250.718**	**204.128**	**1.702.573**
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável		**81.695**	**137.950**	**64.517**	**63.567**	**347.729**
CDI		21.197	18.398			**39.595**
TJLP		60.498	119.552	64.517	63.567	**308.134**
Cenário Remoto - Cenário Provável		**165.533**	**296.776**	**146.292**	**152.271**	**760.872**
CDI		42.119	36.580			**78.699**
TJLP		123.414	260.196	146.292	152.271	**682.173**

(d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os *"ratings"* publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(e) Risco de liquidez

A Companhia utiliza o fluxo de caixa gerado a partir das operações e financiamentos externos para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, pagar dívidas com antecedência e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 24.

(h) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações , como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

(i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para a Companhia deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Atualmente estão em discussão com a ANATEL as metas que serão imputadas para o período 2011 a 2015, cuja implementação deverá ocorrer a partir de maio de 2011. Essas metas deverão incorporar uma expansão na oferta de telefonia em áreas rurais e uma nova definição para o AICE – Acesso Individual Classe Especial, destinada exclusivamente aos usuários integrantes do cadastro de programas sociais do Governo Federal.

(ii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;

(iii) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

(iv) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis; e

(v) A criação de conselho de usuários em cada concessão.

As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, que deve ser desenvolvido a partir de 2011, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação, com provável aplicação a partir de 2013.

(i) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros) de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Total sobre o *EBITDA* (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida liquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA*, índice de cobertura de juros e Relação Dívida sobre o Patrimônio líquido, conforme abaixo:

Dívida Bruta/*EBITDA*	entre 2x e 3x
Dívida Líquida/*EBITDA*	entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*)	maior que 4

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

5. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVICOS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita bruta de vendas e/ou serviços	**14.947.950**	**15.212.411**	**17.619.050**	**17.820.920**
Deduções da receita bruta	**(6.574.928)**	**(6.216.123)**	**(7.355.758)**	**(6.901.030)**
Tributos	(3.178.661)	(3.494.213)	(3.645.824)	(3.942.981)
Outras deduções	(3.396.267)	(2.721.910)	(3.709.934)	(2.958.049)
Receitas de vendas e/ou serviços	**8.373.022**	**8.996.288**	**10.263.292**	**10.919.890**

6. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Serviços de terceiros	(1.859.680)	(1.879.506)	(2.120.354)	(2.168.414)
Interconexão	(1.993.150)	(2.012.970)	(1.981.928)	(2.025.529)
Depreciação e amortização	(717.593)	(1.192.081)	(1.056.740)	(1.807.851)
Pessoal	(351.502)	(460.244)	(755.344)	(867.603)
Aluguéis e seguros	(275.154)	(306.932)	(402.342)	(435.971)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(280.886)	(473.114)	(351.535)	(575.912)
Publicidade e propaganda	(90.288)	(56.264)	(151.847)	(144.575)
FISTEL	(17.904)	(16.823)	(116.239)	(116.088)
Materiais	(72.307)	(76.920)	(108.543)	(160.504)
Meios de conexão	(153.217)	(191.973)	(102.572)	(128.526)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	(56.759)	(71.038)	(56.759)	(71.038)
Custo de aparelhos e outros			(47.760)	(88.615)
Outros custos e despesas	(13.633)	(9.221)	(44.069)	(26.248)
Total	**(5.882.073)**	**(6.747.086)**	**(7.296.032)**	**(8.616.874)**
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(3.825.128)	(4.546.882)	(4.732.081)	(5.764.221)
Comercialização dos serviços	(862.766)	(1.072.013)	(1.025.010)	(1.417.845)
Gerais e administrativas	(1.194.179)	(1.128.191)	(1.538.941)	(1.434.808)
Total	**(5.882.073)**	**(6.747.086)**	**(7.296.032)**	**(8.616.874)**

7. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Outras receitas operacionais				
Despesas recuperadas	112.884	2.957	136.374	4.169
Multas	82.803	93.913	91.523	107.676
Aluguel de infra-estrutura operacional e outros	138.242	129.816	90.042	89.693
Serviços técnicos e administrativos	62.011	49.357	64.492	50.674
Receitas na baixa de imobilizado	10.754	18.145	54.015	93.350
Recebimento em duplicidade	21.262	22.252	23.289	26.310
Tributos recuperados	1.342	190.600	15.883	208.748
Recuperação de despesas com fundos de pensão	3.861	40.479	6.231	40.479
Outras receitas	36.423	31.449	42.113	38.841
Total	**469.582**	**578.968**	**523.962**	**659.940**
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões	(392.570)	(3.316.626)	(405.093)	(3.339.706)
Tributos	(149.437)	(179.403)	(276.261)	(324.874)
Participação de empregados e administradores	(65.045)	(30.995)	(102.555)	(45.243)
Baixa de imobilizado	(8.855)	(22.038)	(83.387)	(78.300)
Custas processuais	(50.260)	(48.803)	(51.024)	(49.911)
Multas	(30.952)	(78.854)	(34.845)	(94.336)
Provisões para fundos de pensão	(10.361)	(5.817)	(14.221)	(5.817)
Doações e patrocínios	(2.875)	(14.642)	(5.653)	(15.824)
Outras despesas	(61.175)	(62.149)	(58.653)	(85.594)
Total	**(771.530)**	**(3.759.327)**	**(1.031.692)**	**(4.039.605)**

8. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Atualização monetária de depósitos judiciais	329.078	253.652	333.058	255.798
Rendimentos de aplicações financeiras	164.247	44.618	286.523	145.832
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	190.591	41.291	236.385	72.727
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	35.085	54.619	43.205	62.824
Juros e variações monetárias s/ impostos e contribuições	25.678	34.395	31.843	40.597
Descontos financeiros obtidos	797	2.483	2.147	12.324
Outras receitas financeiras	50.255	3.893	46.294	40.145
Total	**795.731**	**434.951**	**979.455**	**630.247**
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(254.062)	(247.302)	(285.547)	(256.700)
Atualização monetária de provisões	(239.787)	(199.796)	(254.038)	(210.505)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(57.180)	(70.989)	(163.828)	(177.276)
Juros sobre debêntures	(141.776)	(140.873)	(141.776)	(140.873)
Juros sobre impostos e contribuições	(97.977)	(95.823)	(108.743)	(104.885)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(8.899)	(100.930)	(8.899)	(100.930)
Variação cambial sobre Investimentos no exterior			(6.791)	(49.869)
IRRF sobre operações financeiras e encargos bancários	(2.409)	(2.663)	(2.859)	(3.053)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	(1.790)	187.034	(1.977)	186.257
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(51.193)	(57.212)	(3)	(94)
Outras despesas financeiras	(72.379)	(26.097)	(85.249)	(53.668)
Total	**(927.452)**	**(754.651)**	**(1.059.710)**	**(911.596)**

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos correntes	(69.266)	(448.012)	(149.117)	(449.903)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(69.266)	(448.012)	(149.117)	(449.903)
Tributos diferidos	(315.376)	755.715	(259.298)	788.590
Total	**(384.642)**	**307.703**	**(408.415)**	**338.687**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes dos impostos e das participações	2.355.665	(1.329.014)	2.379.275	(1.357.998)
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			2.800	(3.170)
Total do resultado tributado	2.355.665	(1.329.014)	2.382.075	(1.361.168)
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(800.926)	451.865	(809.906)	462.797
Equivalência patrimonial	101.451	(26.573)		
Efeitos tributários do JSCP	123.480		123.480	
Exclusões (adições) permanentes	103.272	(29.508)	122.959	(45.049)
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL			24.332	19.088
Ativo fiscal diferido não constituído (i)		(88.081)	(5.304)	(98.149)
Ativo fiscal diferido constituído	88.081		136.024	
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	**(384.642)**	**307.703**	**(408.415)**	**338.687**
Alíquota efetiva	16,33%	23,15%	17,15%	24,88%

(i) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização. Vide maiores informações na Nota 13.

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

10. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e na data de transição de 1 de janeiro de 2009, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa e contas bancárias	73.774	106.117	150.160	130.173	174.896	167.838
Equivalentes de caixa	1.714.227	599.719	430.818	3.086.764	1.542.545	1.310.720
Total	**1.788.001**	**705.836**	**580.978**	**3.216.937**	**1.717.441**	**1.478.558**

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos	1.662.265	599.207	248.198	2.778.089	1.134.355	562.537
CDB – Certificado de Depósito Bancário	51.672	512	182.620	234.577	319.767	639.160
Investimentos no exterior	290			74.098	88.423	109.023
Equivalentes de caixa	**1.714.227**	**599.719**	**430.818**	**3.086.764**	**1.542.545**	**1.310.720**

(b) Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos	582.115	118.476	135.672	832.077	381.951	561.867
Aplicações financeiras	**582.115**	**118.476**	**135.672**	**832.077**	**381.951**	**561.867**
Circulante	582.115	118.476	135.672	832.077	381.951	561.867

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a BrT e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 31 de dezembro de 2010, a BrT possui aproximadamente 62% (2009 – 48% e 01/01/2009 – 24%), a controlada BrT Celular 22% (2009 – 32% e 01/01/2009 – 29%), e as demais controladas 16% (2009 – 20% e 01/01/2009 – 47%) de participação nas quotas destes fundos.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresentam os saldos dos fundos consolidados:

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos		
	2010	2009	01/01/2009
Operações compromissadas	2.658.069	807.224	542.950
Títulos privados	119.466	325.022	19.587
Títulos públicos		1.585	
Outros	554	524	
Títulos classificados em equivalentes de caixa

Subscrição pela BrT Celular

A BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009, 2.885 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela TMAR, pelo valor nominal unitário de R$ 104, importando no montante de R$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para a data de 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures.

13. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

Ativo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recuperar						
IR a recuperar	125.374	43.736		193.070	65.833	3.728
CS a recuperar	49.674	12.090		71.673	20.966	2.287
IRRF/CSLL – Impostos retidos na fonte (ii)	39.700	11.124	5.583	70.211	36.053	12.904
Circulante	**214.748**	**66.950**	**5.583**	**334.954**	**122.852**	**18.919**
Tributos diferidos a recuperar						
IR sobre diferenças temporárias e créditos fiscais – ágio incorporado (i)	3.142.734	3.428.566	628.171	3.259.485	3.504.754	685.200
CS sobre diferenças temporárias e créditos fiscais – ágio incorporado (i)	1.085.054	1.198.201	198.504	1.110.269	1.223.366	215.481
IR sobre prejuízos fiscais (i)		2.649		600.424	582.933	540.801
CS sobre base negativa (i)				229.533	217.078	198.495
Provisão para perda de recuperabilidade		(88.081)		(5.304)	(88.081)	
Outros tributos diferidos (iii)	49.113	190.413	13.654	82.036	240.445	74.535
Não circulante	**4.276.901**	**4.731.748**	**840.329**	**5.276.443**	**5.680.495**	**1.714.512**
Adições temporárias por natureza:	**4.227.788**	**4.626.767**	**826.675**	**4.369.754**	**4.728.120**	**900.681**
Provisões	1.423.267	1.487.179	421.438	1.448.449	1.502.605	430.122
Provisões para exigibilidade suspensa de FUST, PIS e COFINS (Principal)	156.621	100.944	72.558	182.538	116.819	82.323
Provisões para fundos de pensão	220.811	231.102	256.969	221.999	231.102	256.969
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	166.239	165.022	116.465	192.828	181.577	132.450
Convergência ao IFRS - (RTT)	27.702	16.552	20.264	43.635	18.524	33.890
Variações cambiais	(49.884)	(80.160)		(39.663)	(68.556)	
Reclassificação ágio da licença e mais-valia	2.466.662	2.805.764		2.466.662	2.805.764	
Outros	(183.630)	(99.636)	(61.019)	(146.694)	(59.715)	(35.073)

Passivo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recolher						
Imposto de renda a pagar	76.758		21.733	145.133	20.570	25.205
Contribuição social a pagar	29.863	10.826	5.189	51.711	17.977	6.488
Circulante	**106.621**	**10.826**	**26.922**	**196.844**	**38.547**	**31.693**
Tributos diferidos a recolher						
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Lei nº 8.200/1991	5.418	6.503	6.871	5.418	6.503	6.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos – RTT	4.212	2.382	2.475	5.798	2.382	2.475
Não circulante	**9.630**	**8.885**	**9.346**	**11.216**	**8.885**	**9.346**

Antes da adoção do CPC 32 (IAS 12), os montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo e no passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. Com a adoção do CPC 32, o montante total do imposto de renda e contribuição social diferidos passou a ser classificado como ativo e passivo não circulante, incluindo os tributos diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPC's.

(i) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente, será suficiente para absorver esses créditos tributários como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos e crédito fiscal incorporado, líquidos da provisão reconhecida:

	Controladora	Consolidado
2011	484.214	551.538
2012	540.828	725.318
2013	500.902	781.007
2014	472.117	812.267
2015	417.391	511.941
De 2016 a 2018	762.176	762.176
De 2019 a 2021	485.540	485.540
De 2022 a 2024	422.402	422.402
De 2025 e exercícios seguintes	142.218	142.218
Total	**4.227.788**	**5.194.407**
Não circulante	**4.227.788**	**5.194.407**

A recuperação prevista no valor de R$ 726.163 a partir do ano de 2021 decorre de:

(i) R$ 20.074 referentes à provisão para cobertura da insuficiência atuarial de fundos de pensão, cuja obrigação está sendo liquidada financeiramente de acordo com o prazo máximo remanescente de 11 anos, em linha com o prazo delimitado pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Não obstante ao limite de tempo estabelecido pela PREVIC e de acordo com os lucros fiscais futuros estimados, a Companhia apresenta condições de plena compensação fiscal em prazo inferior a dez anos, caso opte por antecipar integralmente a quitação da dívida; e (ii) R$ 706.089 relativos à parte da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e no ágio do imobilizado mais valia, com aproveitamento fiscal previsto para os exercícios de 2021 a 2034.

Em 31 de dezembro de 2010, em conformidade com a Instrução CVM nº 319/1999, alterada pela Instrução CVM nº 349/2001, no âmbito das incorporações descritas na Nota 1 (b), os saldos (i) da licença do STFC registrada na Companhia através das incorporações da Copart 2 e BrT Part, no montante de R$ 2.076.984, foi transferido do intangível para o ativo de tributos sobre o lucro. (ii) O montante de R$ 389.678 foi transferido do imobilizado para o ativo não circulante de tributos sobre o lucro.

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram histórico de rentabilidade e ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizaram R$ 51.602 (2009 - R$ 106.215 e 01/01/2009 – R$ 124.715).

(ii) A Companhia e suas controladas registram créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios.

(iii) Referem-se a compensações futuras de créditos fiscais não utilizados de imposto de renda e contribuição social.

14. OUTROS TRIBUTOS

Ativo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS a recuperar (i)	357.630	433.222	503.325	496.577	593.764	644.121
PIS e COFINS	65.647	217.421	62.086	84.178	247.052	97.987
Outros	2.132	917	669	8.970	7.882	5.499
Total	**425.409**	**651.560**	**566.080**	**589.725**	**848.698**	**747.607**
Circulante	294.748	331.128	327.151	416.674	461.591	452.788
Não circulante	130.661	320.432	238.929	173.051	387.107	294.819

Passivo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS	517.614	469.015	477.756	596.297	540.384	555.137
ICMS Convênio nº 69/1998	30.482	139.303	147.198	31.788	139.821	147.657
PIS e COFINS	601.224	392.651	262.955	688.288	443.290	301.323
Tributos com exigibilidade suspensa	147.977	126.852	97.856	178.843	146.460	114.931
Outros	43.389	40.561	39.537	53.785	72.425	64.593
Total	**1.340.686**	**1.168.382**	**1.025.302**	**1.549.001**	**1.342.380**	**1.183.641**
Circulante	735.994	659.790	646.855	856.290	793.374	777.377
Não circulante	604.692	508.592	378.447	692.711	549.006	406.264

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Cíveis	4.326.630	3.739.400	2.781.859	4.376.651	3.770.823	2.802.545
Trabalhistas	626.136	568.407	505.753	636.118	576.521	512.183
Tributárias	622.367	564.074	346.538	637.167	576.926	351.302
Total	**5.575.133**	**4.871.881**	**3.634.150**	**5.649.936**	**4.924.270**	**3.666.030**
Circulante	1.357.777	1.229.797	985.647	1.383.914	1.253.316	996.031
Não circulante	4.217.356	3.642.084	2.648.503	4.266.022	3.670.954	2.669.999

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

16. DEMAIS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamento e valores a recuperar de fornecedor	106.372	38.100	4.605	126.015	38.719	16.936
Valores a receber	81.684	46.691	44.873	52.224	35.823	42.041
Adiantamentos a empregados	17.799	18.837	32.873	24.447	33.419	41.376
Publicidade e propaganda e patrocínio	5.128	12.885	5.146	9.560	24.182	5.286
Editoração de listas telefônicas	8.218	5.651	4.417	8.218	5.651	4.417
Manutenção de softwares	4.144	14.285	16.815	7.068	19.797	23.813
Seguros	2.952	693	7.107	4.173	1.704	8.107
Notas promissórias		5.025	9.356		5.025	9.356
Outros	18.762	18.709	14.932	25.751	34.243	29.413
Total	**245.059**	**160.876**	**140.124**	**257.456**	**198.563**	**180.745**
Circulante	217.290	130.218	115.654	218.010	155.707	143.184
Não circulante	27.769	30.658	24.470	39.446	42.856	37.561

17. INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	5.749.706	3.917.802	3.992.690			
Participações avaliadas pelo custo de aquisição	3.699	3.703	3.703	5.199	5.203	3.703
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	130	130		130	130	
Outros investimentos	23	23	23	41	41	41
Total	**5.753.558**	**3.921.658**	**3.996.416**	**5.370**	**5.374**	**3.744**

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	**3.996.416**	**3.744**
Equivalência patrimonial	(78.157)	
Acervos incorporados na reorganização societária de 31/07 e 30/09/2009 - Nota 1(a)	3.031	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	238	
Aquisição da Z Investimentos pela IGBR		1.500
Aquisição de outros investimentos avaliados pelo custo	130	130
Saldo em 2009	**3.921.658**	**5.374**
Equivalência patrimonial	298.385	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	2.287	
Aumento de capital da BrT Celular	1.531.775	
Outras alterações de participações societárias	(547)	(4)
Saldo em 2010	**5.753.558**	**5.370**

Os principais dados relativos às participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

	Controladora						
	2010						
	Quantidade em milhares					Participação - %	
	Ações						
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	4.426.743	2.410	4.473.443			100	100
BrTI	375.935	13.047	685.154			100	100
BrT CS	466.404	147.460			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	441.244	135.565			399.253	90,46	90,46
VANT	(2.287)	(2.048)	141.511.999			99,99	99,99
BrT Call Center	20.395	759	11.270	22.370		100	100
BrT Card	8.648	513			7.499.999	100	100
iG Brasil	280.576	21.151	112.047.365			13,64	13,64
iG Participações	88.542	6.610				0,16	0,16
NTPA	14.008	10.547			32.645.507	100	100

	Controladora		
	2010		
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	2.410	4.426.743	
BrTI	13.047	375.935	
BrT CS	147.460	466.404	
BrT Multimídia	122.631	399.145	
VANT	(2.048)		(2.287)
BrT Call Center	759	20.395	
BrT Card	513	8.648	
iG Brasil	2.886	38.283	
iG Participações	11	145	
NTPA	10.547	14.008	
NTIN	169		
Total	**298.385**	**5.749.706**	**(2.287)**

	Controladora						
	2009						
	Quantidade em milhares					Participação - %	
	Ações						
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	2.892.558	(179.439)	4.473.443			100	100
BrTI	362.888	29.895	685.154			100	100
BrT CS	318.943	52.636			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	305.679	24.303			399.253	90,46	90,46
VANT	(238)	(4.701)	141.511.999			99,99	99,99
BrT Call Center	19.635	(2.245)	11.270	22.370		100	100
BrT Card	8.135	459			7.499.999	100	100
iG Brasil	259.425	18.716	112.047.365			13,64	13,64
NTPA	3.461	3.720			32.645.507	100	100
NTIN	270	43					

	Controladora		
	2009		
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	(179.439)	2.892.558	
BrTI	29.895	362.888	
BrT CS	52.636	318.943	
BrT Multimídia	21.984	276.514	
VANT (i)	(4.701)		(238)
BrT Call Center	(2.245)	19.635	
BrT Card	459	8.135	
iG Brasil	2.554	35.399	
NTPA	694	3.460	
NTIN	6	270	
Total	**(78.157)**	**3.917.802**	**(238)**

	Controladora						
	01/01/2009						
	Quantidade em milhares					Participação - %	
	Ações						
Controladas	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	3.077.903	3.077.903	4.473.443			100	100
BrTI	332.993	332.993	685.154			100	100
BrT CS	266.307	266.307			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	281.376	254.530			399.253	90,46	90,46
VANT	4.462	4.462	141.511.999			99,99	99,99
BrT Call Center	21.880	21.880	11.270	22.370		99,99	99,99
BrT Card	7.676	32.845			7.499.999	99,99	99,99
iG Brasil	240.709	7.676	112.047.365			13,65	13,65

18. IMOBILIZADO

	Controladora						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2009	**549.662**	**5.067.204**	**13.804.179**	**3.710.505**	**1.008.787**	**1.535.087**	**25.675.424**
Adições	451.730	984	85.993	2.352	775	18.759	560.593
Reorganização societária - Nota 1(a)						55.098	55.098
Baixas	(5.354)	(6.514)	(181.239)	(19.542)	(177)	(26.732)	(239.558)
Transferências	(790.448)	48.018	408.326	122.978	16.591	56.114	(138.421)
Saldo em 31/12/2009	**205.590**	**5.109.692**	**14.117.259**	**3.816.293**	**1.025.976**	**1.638.326**	**25.913.136**
Adições	489.490	44	106.661	9.503	469	15.107	621.274
Baixas	(3.963)	(2.870)	(62.480)	(6.565)	(947)	(11.103)	(87.928)
Transferências	(241.765)	5.646	145.847	46.366	479	5.612	(37.815)
Saldo em 31/12/2010	**449.352**	**5.112.512**	**14.307.287**	**3.865.597**	**1.025.977**	**1.647.942**	**26.408.667**
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2009		**(4.915.693)**	**(11.852.761)**	**(2.695.324)**	**(578.986)**	**(1.292.100)**	**(21.334.864)**
Despesas de depreciação		(39.963)	(682.090)	(170.143)	(8.587)	(102.701)	(1.003.484)
Reorganização societária - Nota 1(a)						(51.728)	(51.728)
Baixas		6.268	171.186	17.235	47	22.784	217.520
Transferências		21.740	15.350	(20.442)	(849)	(8.912)	6.887
Saldo em 31/12/2009		**(4.927.648)**	**(12.348.315)**	**(2.868.674)**	**(588.375)**	**(1.432.657)**	**(22.165.669)**
Despesas de depreciação		(22.770)	(297.731)	(153.029)	(21.000)	(56.123)	(550.653)
Baixas		2.872	54.564	10.999	736	9.902	79.073
Transferências		(7.225)	13.990	(4.660)	(18.459)	16.407	53
Saldo em 31/12/2010		**(4.954.771)**	**(12.577.492)**	**(3.015.364)**	**(627.098)**	**(1.462.471)**	**(22.637.196)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 01/01/2009	**549.662**	**151.511**	**1.951.418**	**1.015.181**	**429.801**	**242.987**	**4.340.560**
Saldo em 31/12/2009	**205.590**	**182.044**	**1.768.944**	**947.619**	**437.601**	**205.669**	**3.747.467**
Saldo em 31/12/2010	**449.352**	**157.741**	**1.729.795**	**850.233**	**398.879**	**185.471**	**3.771.471**
Taxa anual de depreciação (média)		20,0%	18,4%	8,5%	4,6%	20,0%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	Consolidado						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2009	**1.009.957**	**5.303.104**	**15.464.379**	**4.009.961**	**1.056.103**	**1.839.243**	**28.682.747**
Adições	1.000.926	984	120.578	3.726	3.588	27.867	1.157.669
Reorganização societária - Nota 1(a)						55.098	55.098
Baixas	(7.775)	(11.750)	(331.167)	(20.621)	(177)	(31.194)	(402.684)
Transferências	(1.461.106)	114.296	765.722	172.405	16.728	77.399	(314.556)
Saldo em 31/12/2009	**542.002**	**5.406.634**	**16.019.512**	**4.165.471**	**1.076.242**	**1.968.413**	**29.178.274**
Adições	770.911	44	122.013	12.424	1.660	26.421	933.473
Baixas	(48.114)	(2.870)	(205.682)	(7.793)	(947)	(14.386)	(279.792)
Transferências	(526.737)	60.759	277.200	59.840	460	54.125	(74.353)
Saldo em 31/12/2010	**738.062**	**5.464.567**	**16.213.043**	**4.229.942**	**1.077.415**	**2.034.573**	**29.757.602**
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2009		**(5.027.908)**	**(12.854.444)**	**(2.822.428)**	**(598.797)**	**(1.467.586)**	**(22.771.163)**
Despesas de depreciação		(90.715)	(970.104)	(201.079)	(12.613)	(145.778)	(1.420.289)
Reorganização societária - Nota 1(a)						(51.728)	(51.728)
Baixas		10.599	270.568	17.377	47	26.242	324.833
Transferências		21.740	15.350	(20.443)	(848)	(9.085)	6.714
Saldo em 31/12/2009		**(5.086.284)**	**(13.538.630)**	**(3.026.573)**	**(612.211)**	**(1.647.935)**	**(23.911.633)**
Despesas de depreciação		(45.942)	(389.735)	(180.284)	(25.411)	(83.975)	(725.347)
Baixas		2.872	170.897	11.562	736	10.338	196.405
Transferências		(7.226)	13.527	(4.674)	(18.462)	16.607	(228)
Saldo em 31/12/2010		**(5.136.580)**	**(13.743.941)**	**(3.199.969)**	**(655.348)**	**(1.704.965)**	**(24.440.803)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 01/01/2009	**1.009.957**	**275.196**	**2.609.935**	**1.187.533**	**457.306**	**371.657**	**5.911.584**
Saldo em 31/12/2009	**542.002**	**320.350**	**2.480.882**	**1.138.898**	**464.031**	**320.478**	**5.266.641**
Saldo em 31/12/2010	**738.062**	**327.987**	**2.469.102**	**1.029.973**	**422.067**	**329.608**	**5.316.799**
Taxa anual de depreciação (média)		20,0%	18,4%	8,5%	4,6%	20,0%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

(*) Leva em consideração a nova vida útil econômica dos bens, conforme descrito abaixo em "Informações adicionais".

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo residual dos bens reversíveis é de R$ 3.292.438 (2009 – R$ 4.189.204 e 01/01/2009 – R$ 3.001.610), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

A Companhia alterou a vida útil dos bens que compõem seu ativo imobilizado a partir de 30 de setembro de 2009. A alteração da vida útil dos bens do ativo imobilizado está em consonância com o Laudo de Avaliação, emitido por empresa especializada, no qual estão evidenciados os valores justos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle da BrT Part, promovendo efeito nas Demonstrações Financeiras da BrT a partir de 1 de outubro de 2009.

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos bens que compõem o ativo imobilizado. O resultado desta avaliação promoveu uma mudança na estimativa de vida útil econômica dos bens, sendo seu efeito refletido através de uma redução nas despesas de depreciação, para o exercício de 2010, de R$ 349.885, se comparado com 2009.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R$ 22.793 (2009 - R$ 27.700) pela Companhia e R$ 45.506 (2009 - R$ 47.220) nas Demonstrações Consolidadas, na taxa média de 13,00%.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador.

19. INTANGÍVEL

	Controladora				
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2009	**122.974**	**8.075**	**1.921.293**	**66.356**	**2.118.698**
Adição		6.833	1.150	1.116	9.099
Reorganização Societária	9.391		148	3.738	13.277
Baixa			(448)		(448)
Transferências		35.797	121.304	(24.138)	132.963
Saldo em 2009	**132.365**	**50.705**	**2.043.447**	**47.072**	**2.273.589**
Adição			11		11
Baixa			(8)		(8)
Transferências		31.445	(8.225)	11.072	34.292
Saldo em 2010	**132.365**	**82.150**	**2.035.225**	**58.144**	**2.307.884**
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2009	**(111.356)**		**(1.429.028)**	**(16.111)**	**(1.556.495)**
Despesas de amortização			(182.661)	(5.936)	(188.597)
Reorganização Societária	(9.391)		(148)	(3.728)	(13.267)
Baixa			448		448
Transferências			(22.127)	15.243	(6.884)
Saldo em 2009	**(120.747)**		**(1.633.516)**	**(10.532)**	**(1.764.795)**
Despesas de amortização			(162.990)	(3.950)	(166.940)
Baixa			8		8
Transferências			9.078	(9.127)	(49)
Saldo em 2010	**(120.747)**		**(1.787.420)**	**(23.609)**	**(1.931.776)**
Intangível líquido					
Saldo em 01/01/2009	**11.618**	**8.075**	**492.265**	**50.245**	**562.203**
Saldo em 2009	**11.618**	**50.705**	**409.931**	**36.540**	**508.794**
Saldo em 2010	**11.618**	**82.150**	**247.805**	**34.535**	**376.108**
Taxa anual de amortização (média)			20,00%	20,00%	

	Consolidado					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2009	**491.676**	**13.770**	**2.524.598**	**884.004**	**23.414**	**3.937.462**
Adições		6.833	2.699		1.798	11.330
Reorganização Societária	9.391		148		3.738	13.277
Baixa			(459)			(459)
Transferências	32.458	86.922	241.065	(153)	(23.947)	336.345
Saldo em 2009	**533.525**	**107.525**	**2.768.051**	**883.851**	**5.003**	**4.297.955**
Adições			1.224			1.224
Baixa			(8)			(8)
Transferências		44.598	18.598		13.002	76.198
Saldo em 2010	**533.525**	**152.123**	**2.787.865**	**883.851**	**18.005**	**4.375.369**
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2009	**(417.133)**		**(1.743.005)**	**(138.913)**	**(6.193)**	**(2.305.244)**
Despesas de amortização			(329.029)	(58.227)	(306)	(387.562)
Reorganização Societária	(9.391)		(148)		(3.728)	(13.267)
Baixa			10			10
Transferências	(26.507)		(3.121)		10.140	(19.488)
Saldo em 2009	**(453.031)**		**(2.075.293)**	**(197.140)**	**(87)**	**(2.725.551)**
Despesas de amortização			(268.522)	(58.344)	(4.527)	(331.393)
Baixa			8			8
Transferências			9.078		(9.078)	
Saldo em 2010	**(453.031)**		**(2.334.729)**	**(255.484)**	**(13.692)**	**(3.056.936)**
Intangível líquido						
Saldo em 01/01/2009	**74.543**	**13.770**	**781.593**	**745.091**	**17.221**	**1.632.218**
Saldo em 2009	**80.494**	**107.525**	**692.758**	**686.711**	**4.916**	**1.572.404**
Saldo em 2010	**80.494**	**152.123**	**453.136**	**628.367**	**4.313**	**1.318.433**
Taxa anual de amortização (média)			19,99%	5,93%	19,51%	

Licenças regulatórias

	Consolidado		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Concessão / Autorização			
Radiofreqüências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofreqüências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofreqüências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Custos de transação capitalizados às autorizações BrT Celular			81.523
Outras licenças			93.967
Total			**883.851**

Ágios ("*Goodwill*")

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura *("goodwill")* dos negócios adquiridos baseados em projeções de dez anos elaborados por empresas especializadas.

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de *("impairment")*, baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, com utilização de perpetuidade no último ano, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 7,7% para provedor de internet e 2,5% para multimídia, taxa de desconto de 12%, com utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

	Saldo dos ativos alocado a UGC em 30/09/2010	Ágio ("*goodwill*") alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
Unidade Geradora de Caixa (UGC)				
Provedor de internet - Região II (*)	78.368	73.143	151.511	1.463.874
Multimídia - Região II	198.928	7.351	206.279	464.554
Total	**277.296**	**80.494**	**357.790**	**1.928.428**

(*) Ágio alocado no segmento de internet, divulgado em "outros segmentos".

Outras informações

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de suas controladas, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos itens que compõem o ativo intangível. O resultado desta avaliação não promoveu alteração na vida útil dos itens do ativo intangível.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(Inclui debêntures)

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Financiamentos	2.433.639	2.744.843	3.164.815	3.236.944	3.286.412	3.479.037
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	45.474	53.566	89.134	49.634	71.964	93.685
Debêntures	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000	1.080.000
Juros provisionados sobre debêntures	12.853	10.586	11.906	12.853	10.586	11.906
Empréstimos	477.804	484.354	660.726		210	
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos	87.423	32.893	51.487		17	
Arrendamento mercantil		4.132	12.698		4.132	12.698
Juros provisionados e outros encargos sobre arrendamento mercantil		423	1.731

Em novembro de 2006 a BrT contratou financiamento junto ao BNDES de R$ 2.004 milhões, com captação efetiva de R$ 2.055 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 4,3% a.a. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até maio de 2009, passando a ser mensal para o período de junho de 2009 até maio de 2014. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que se iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.
Ainda em novembro de 2006 a BrT contratou financiamento junto ao BNDES de R$ 100 milhões, com captação efetiva de R$ 55 milhões, remunerada pela TJLP acrescida de 2,3% a.a. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que se iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014.

Financiamento em moeda estrangeira

Em dezembro de 2010, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade das *"Senior Notes"* emitidas em fevereiro de 2004 no valor de US$ 200 milhões com juros de 9,375%a.a..

Debêntures públicas

Quarta emissão pública: 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R$ 10, perfazendo o total de R$ 1.080 milhões, ocorrida em 1 de junho de 2006. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um "*spread*" de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 não existiam debêntures desta emissão em tesouraria.
As debêntures emitidas pela Companhia e suas controladas, não possuem cláusulas de repactuação.

Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento de 36 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.
O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	Controladora e Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Até um ano		4.555	10.674
Mais de um ano e até cinco anos			3.755
Total		**4.555**	**14.429**

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em 10 de agosto de 2010, a Companhia transferiu, através de integralização de capital, a propriedade de 101 bens reversíveis para sua subsidiária integral Copart 5, cujo valor residual totaliza R$ 83.572 (valor contábil). A integralização de capital foi efetuada na Copart 5 com base em laudo de avaliação de empresa especializada dos ativos a valor contábil. A Companhia celebrou contratos de 12 anos de locação dos imóveis transferidos à sua controlada e ao final do contrato a propriedade dos referidos imóveis retorna para a Companhia.
A Copart 5 cedeu os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS -Brazillian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos. Nesses contratos, a Companhia se compromete a efetuar o pagamento dos aluguéis a BSCS. Os CRI's foram adquiridos por diversas instituições financeiras no Brasil.
A Copart 5 recebeu o valor do fluxo dos aluguéis adiantado no montante de R$ 510.519, líquidos dos custos da transação (R$ 10.728). Decorrente do recebimento antecipado, esse montante foi registrado como dívida com prazo de vencimento de 12 anos. O custo da operação é equivalente a 102% do CDI.
Em conexão com a operação do CRI, em AGE – Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela Companhia, de 47 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$ 10 milhões, totalizando R$ 470 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da Companhia. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada Copart 5, no valor de R$ 470 milhões, ocorreu no mesmo dia. O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. As debêntures são remuneradas por 103% do CDI-CETIP e os juros serão pagos semestralmente, nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.
Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora BrT), devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Cronograma de pagamento

A dívida de longo prazo, líquida dos custos de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
	2010	
2012	898.608	1.012.315
2013	896.020	1.009.727
2014	281.074	392.581
2015	94.870	201.977
2016 e exercícios seguintes	391.591	704.260
Total	**2.562.163**	**3.320.860**

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

	Controladora	Consolidado
	2010	
2011	1.936	2.070
2012	1.587	1.721
2013	1.377	1.512
2014	1.102	1.236
2015	1.117	1.251
2016 e exercícios seguintes	6.220	6.555
Total	**13.339**	**14.345**

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e sua controlada BrT Celular e aval das controladoras no montante de R$ 2.588.066 (2009 – R$ 2.737.935 e 01/01/2009 – R$ 2.655.191).
Certos empréstimos e financiamentos contraídos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, avais e fianças. Após a incorporação da BrT Part pela Companhia, os avais e fianças prestados anteriormente pela BrT Part foram substituídos, mediante aprovação dos credores, por avais e fianças da TNL, matéria que foi devidamente aprovada por seu Conselho de Administração.
As debêntures públicas possuíam garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela BrT Part. Pela escritura da emissão, a controladora, na qualidade de interveniente garantidora, obrigava-se para com os titulares das debêntures como fiadora e principal pagadora solidariamente responsável por todas as obrigações assumidas pela Companhia relacionadas a essas debêntures. Após a incorporação da BrT Part pela Companhia, os debenturistas da 4ª emissão pública aprovaram a substituição da garantidora BrT Part pela TNL. A garantia prestada pela TNL foi devidamente aprovada por seu Conselho de Administração no montante de R$ 1.080.000.
As operações do CRI possuem garantias em aval da controladora TMAR. Para maiores detalhes vide Nota 29.

"Covenants"

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e a emissão de Debêntures, da Companhia e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.
No fechamento das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 todos os índices foram cumpridos.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativos						
Opções de Dólar			29.179			29.179
Total			**29.179**			**29.179**
Circulante			29.179			29.179
Passivos						
Opções de Dólar			419			419
Swaps de moeda cruzada – Iene x CDI	70.719	198.280	221.654	70.719	198.280	221.654
Total	**70.719**	**198.280**	**222.073**	**70.719**	**198.280**	**222.073**
Circulante	70.719	133.389	89.920	70.719	133.389	89.920
Não Circulante		64.891	132.153		64.891	132.153

A Companhia possui dívidas expressas em Ienes e foram contratadas operações de "*swap*" para proteção contra flutuações do Iene. A exposição resultante após os contratos de "*swap*" está atrelada à taxa de cotação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) brasileiro da CETIP (Central de Custódia e Liquidação). A descrição destes instrumentos derivativos está apresentada na Nota 4 (b).

22. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
SMP (i)				696.159	702.000	707.999
Concessões do STFC	56.759		65.578	56.759		65.578
Outras autorizações				3.713	7.088	10.082
Total	**56.759**		**65.578**	**756.631**	**709.088**	**783.659**
Circulante	56.759		65.578	183.627	99.240	160.074
Não circulante				573.004	609.848	623.585

(i) As autorizações do SMP contratadas pela BrT Celular junto a ANATEL em 2002 e 2004, estão representadas pelos termos que na época totalizaram R$ 220.119. Tais autorizações referem-se à exploração do SMP pelo período de 15 anos na mesma área de atuação em que a Companhia possui concessão para a telefonia fixa. Do valor contratado, 10% foram pagos no ato da assinatura contratual, sendo que o saldo restante foi integralmente reconhecido no passivo da Controlada para ser amortizado em parcelas anuais, iguais e sucessivas, com vencimento previsto para o exercício de 2010 (saldo de uma parcela) e 2011 a 2012 (saldo de duas parcelas), relacionados com os exercícios sociais em que os termos foram assinados. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m. O saldo atualizado destas autorizações representa R$ 23.924 (2009 - R$ 114.659 e 01/01/2009 – R$ 199.110).
Em 29 de abril de 2008 a BrT Celular adquiriu novas autorizações para exploração da rede 3G, no valor de R$ 488.235, pagando no ato da assinatura dos termos 10% do total, restando o saldo a pagar nos exercícios sociais de 2010 a 2016 (saldo de sete parcelas). Sobre o saldo devedor incide a variação do IST – Índice de Serviços de Telecomunicações, acrescida de 1% a.m. O saldo atualizado das autorizações atribuídas à rede 3G representa R$ 672.235 (2009 - R$ 587.341 e 01/01/2009 – R$ 508.889).
A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2011	56.759	183.627
2012		124.848
2013		112.039
2014		112.039
2015		112.039
2016		112.039
Total	**56.759**	**756.631**

23. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.
Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.
Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.
Em função do novo parcelamento foram inscritos R$ 350.729 na Companhia e R$ 379.707 no consolidado, dos quais R$ 255.992 na Companhia e R$ 292.731 no consolidado, já haviam sido provisionados, em "Outros tributos" e em "Provisões".
Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
REFIS II - PAES	4.336	4.322	4.381	4.336	5.027	5.147
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	393.761	350.729		425.626	379.707	
Total	**398.097**	**355.051**	**4.381**	**429.962**	**384.734**	**5.147**
Circulante	32.801	27.704	4.381	35.046	29.683	4.434
Não circulante	365.296	327.347		394.916	355.051	713

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	Consolidado					
				2010	2009	01/01/2009
	Principal	Multas	Juros	Total	Total	Total
COFINS	165.090	13.566	49.015	227.671	203.547	269
CPMF	175	67	242	484	432	
Imposto de renda	67.881	5.446	25.975	99.302	88.721	370
Contribuição social	17.108	1.812	7.657	26.577	23.841	63
INSS – SAT	6.826	3.454	16.936	27.216	20.410	
PIS	35.287	2.825	10.013	48.125	47.221	4.445
Outros	341	27	219	587	562	
Total	**292.708**	**27.197**	**110.057**	**429.962**	**384.734**	**5.147**

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado
2011	32.801	35.046
2012	28.778	31.082
2013	28.778	31.082
2014	28.778	31.082
2015 a 2017	86.334	93.245
2018 a 2020	86.334	93.245
2021 a 2023	86.334	93.245
2024 e exercícios seguintes	19.960	21.935
Total	**398.097**	**429.962**

24. PROVISÕES

Composição do saldo

		Controladora			Consolidado		
	Natureza	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	Trabalhista						
(i)	Horas extras	229.040	178.277	88.139	232.483	180.935	90.466
(ii)	Diferença salariais	119.255	115.728	50.738	122.016	118.309	54.238
(iii)	Adicionais diversos	117.945	101.679	45.158	121.886	104.323	47.239
(iv)	Subsidiariedade	83.506	77.968	43.617	84.244	78.628	44.267
(v)	Verbas rescisórias	80.247	46.771	43.454	82.779	50.837	46.825
(vi)	Estabilidade / Reintegração	79.615	75.517	41.607	79.920	75.666	41.965
(vii)	Indenizações	66.985	46.493	19.376	67.885	49.291	19.902
(viii)	Complemento de aposentadoria	47.363	40.246	26.706	47.368	40.250	26.706
(ix)	FGTS	31.434	30.241	18.005	31.459	30.316	18.017
(x)	Multas trabalhistas	4.118	3.952	1.912	4.242	4.050	1.963
(xi)	Vínculo empregatício	1.866	1.769	1.027	3.742	2.027	1.249
(xii)	Honorários advocatícios/periciais	1.338	2.176	1.570	1.375	2.516	1.570
(xiii)	Demais ações	57.425	56.033	32.423	57.814	56.502	32.293
	Total	**920.137**	**776.850**	**413.732**	**937.213**	**793.650**	**426.700**
	Tributária						
(i)	ICMS	227.997	448.357	165.063	254.917	470.215	3.411
	ISS	956	1.312	5.112	8.006	9.595	183.605
(ii)	FUST				4.164	3.801	500
(ii)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	301	280	26.485	972	280	29.180
	Demais ações	4.200	1.453	46.079	5.823	2.690	53.170
	Total	**233.454**	**451.402**	**242.739**	**273.882**	**486.581**	**269.866**
	Cível						
(i)	Societário	2.415.967	2.443.810	310.038	2.415.967	2.443.810	310.038
(ii)	Estimativas ANATEL	158.000	135.166	75.870	160.640	138.987	76.197
(iii)	Juizado Especial	102.262	75.479	13.731	120.355	90.449	13.980
(iv)	Multas ANATEL	75.931	59.147	67.911	79.455	62.261	72.940
(v)	Demais ações	293.138	405.312	259.282	309.355	417.745	279.243
	Total	**3.045.298**	**3.118.914**	**726.832**	**3.085.772**	**3.153.252**	**752.398**
	Total das provisões	**4.198.889**	**4.347.166**	**1.383.303**	**4.296.867**	**4.433.483**	**1.448.964**
	Circulante	1.198.211	1.162.254	417.970	1.236.971	1.194.716	440.873
	Não circulante	3.000.678	3.184.912	965.333	3.059.896	3.238.767	1.008.091

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

	2010			
Risco	**Trabalhista**	**Tributária**	**Cível**	**Total**
Provisões	937.213	273.882	3.085.772	**4.296.867**
Passivos contingentes	2.205.808	2.435.016	779.905	**5.420.729**
	2009			
Risco	**Trabalhista**	**Tributária**	**Cível**	**Total**
Provisões	793.650	486.581	3.153.252	**4.433.483**
Passivos contingentes	1.128.980	1.778.465	661.727	**3.569.172**
	01/01/2009			
Risco	**Trabalhista**	**Tributária**	**Cível**	**Total**
Provisões	426.700	269.866	752.398	**1.448.964**
Passivos contingentes	632.838	1.672.260	1.220.372	**3.525.470**

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	Controladora			
	Trabalhista	**Tributária**	**Cível**	**Total**
Saldo em 01/01/2009	**413.732**	**242.739**	**726.832**	**1.383.303**
Atualização monetária	74.564	67.724	57.508	199.796
Adições, líquidas de reversões	380.769	237.058	2.698.799	3.316.626
Acréscimos por Incorporação da BrT Part	223	3.306	142	3.671
Baixas por pagamentos / encerramentos	(92.438)	(99.425)	(364.367)	(556.230)
Saldo em 2009	**776.850**	**451.402**	**3.118.914**	**4.347.166**
Atualização monetária	100.516	57.623	81.648	239.787
Adições, líquidas de reversões	163.605	(137.612)	366.577	392.570
Baixas por pagamentos / encerramentos	(120.834)	(137.959)	(521.841)	(780.634)
Saldo em 2010	**920.137**	**233.454**	**3.045.298**	**4.198.889**

	Consolidado			
	Trabalhista	**Tributária**	**Cível**	**Total**
Saldo em 01/01/2009	**426.700**	**269.866**	**752.398**	**1.448.964**
Atualização monetária	76.393	73.223	60.889	210.505
Adições, líquidas de reversões	385.313	239.761	2.714.632	3.339.706
Acréscimos por Incorporação da BrT Part	223	3.306	142	3.671
Baixas por pagamentos / encerramentos	(94.979)	(99.575)	(374.809)	(569.363)
Saldo em 2009	**793.650**	**486.581**	**3.153.252**	**4.433.483**
Atualização monetária	102.392	64.352	87.294	254.038
Adições, líquidas de reversões	164.332	(137.535)	378.296	405.093
Baixas por pagamentos / encerramentos	(123.161)	(139.516)	(533.070)	(795.747)
Saldo em 2010	**937.213**	**273.882**	**3.085.772**	**4.296.867**

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas

Trabalhista

(i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
(ii) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
(iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
(iv) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
(v) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
(vi) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
(vii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
(viii) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
(ix) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.
A BrT ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;
(x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verba do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
(xi) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
(xii) Honorários advocatícios/periciais - parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
(xiii) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.
Após a aquisição do controle da Companhia pela TMAR, em 8 de janeiro de 2009, foi alterado o critério de avaliação de chances de perda prováveis relativas às contingências trabalhistas, de forma a alinhar essas políticas com as adotadas pela TMAR, levando em consideração o mérito das ações judiciais em curso. Como conseqüência dessas alterações aumentou a provisão para processos trabalhistas no primeiro semestre de 2009 em R$ 334.136 (R$ 220.529 líquidos dos efeitos tributários).

Tributária

(i) Tributos estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais que, com base na avaliação da administração atual da Companhia e de seus atuais assessores jurídicos, mudou a estimativa de risco das contingências relacionadas, passando a avaliá-las como de risco provável. Esta mudança de estimativa gerou um aumento nas provisões para contingências tributárias, em 31 de março de 2009, no montante de R$ 387.124 (R$ 255.534, líquido dos efeitos tributários).
A variação no saldo das contingências fiscais estaduais (débitos de ICMS) ocorreu em decorrência de: i) decisão administrativa irrecorrível favorável, no estado do Mato Grosso, em processo administrativo sobre crédito de ICMS na aquisição de energia elétrica e ii) pagamento, em anistia, de débitos de ICMS sobre serviços faturados e outras matérias no estado do Rio Grande do Sul, que resultou na reversão de R$ 303.700 da provisão constituída para os débitos respectivos.
(ii) Tributos federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

Cível

(i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.
A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais)
Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça , que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela BrT, em benefício de acionistas da CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.
Com base nas informações atuais, a Companhia julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2010, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.
(i) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
(ii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
(iii) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
(iv) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Contingências não provisionadas

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.
Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade solidária, dentre outros, no valor aproximado de R$ 2.205.808 (2009 - R$ 1.128.980 e 01/01/2009 – R$ 632.838).

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:
(i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R$ 1.119.720 (2009 - R$ 708.944 e 01/01/2009 – R$ 855.630);
(ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R$ 356.878 (2009 - R$ 282.211 e 01/01/2009 – R$ 179.301);
(iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário-de-contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R$ 308.273 (2009 - R$ 285.871 e 01/01/2009 – R$ 274.133); e
(iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R$ 650.145 (2009 - R$ 501.439 e 01/01/2009 – R$ 363.196).

Cível

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:
Ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R$ 779.905 (2009 - R$ 661.727 e 01/01/2009 – R$ 1.220.372).

Cartas de fiança

Com relação às contingências passivas, a Companhia mantém contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas pela Companhia e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 corresponde a R$ 2.142.892 (2009 - R$ 2.339.509 e 01/01/2009 – R$ 2.351.546) e R$ 2.184.978 (2009 - R$ 2.356.120 e 01/01/2009 – R$ 2.569.471) relativos ao consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

a. Contingências ativas

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.
PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa não reconhecida contabilmente, é de R$ 19.784 (2009 - R$ 18.533 e 01/01/2009 – R$ 18.367) e de R$ 20.271 (2009 - R$ 19.015 e 01/01/2009 – R$ 18.843) para o consolidado.

25. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamento de clientes	29.064	33.358	37.717	316.006	338.591	268.398
Retenção de terceiros	124.389	71.296	104.562	133.914	77.786	111.323
Grupamento de ações - Recompra	117.516	75.837	5.864	117.516	75.837	5.864
Outros tributos retidos na fonte	72.475	19.690	48.582	80.307	30.828	59.548
Valores a pagar a partes relacionadas	53.539	88.607		36.591		
Receitas a apropriar	36.451	7.570	48.898	36.451	7.570	48.898
Valores a restituir de clientes	27.645	27.239	37.360	35.954	31.607	39.621
Provisão p/ desmobilização de ativos	21.956	15.158	14.561	29.384	19.697	18.921
Outros	52.561	47.084	52.352	56.300	59.549	56.487
Total	**535.596**	**385.839**	**349.896**	**842.423**	**641.465**	**609.060**
Circulante	476.464	338.353	292.015	611.805	381.088	394.306
Não circulante	59.132	47.486	57.881	230.618	260.377	214.754

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 3.731.059 (2009 - R$ 3.731.059 e 01/01/2009 – R$ 3.470.758), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)		

Os lucros acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, no montante de R$ 70.719 serão destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976

	2010	2009
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**1.971.023**	
Apropriação à Reserva legal		
Lucro líquido ajustado	**1.971.023**	
Dividendos obrigatórios (25% do Lucro Líquido Ajustado)	**492.755**	

Dividendos e JSCP - Juros Sobre o Capital Próprio Creditados

A Companhia creditou Juros sobre o Capital Próprio a seus acionistas durante o exercício de 2010, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado. Na data de encerramento do exercício, os JSCP creditados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, foram imputados aos dividendos e integram a proposta para destinação de resultados aprovada pela AGO de acionistas.

	2010	2009
JSCP creditados	**363.176**	
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	(46.903)	
JSCP líquidos	**316.273**	
Dividendos provisionados, em complemento aos JSCP	**176.482**	
Total da remuneração dos acionistas	**492.755**	
Ações ordinárias	168.601	
Ações preferenciais	324.154	

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais do exercício de 2010 foram calculados como segue:

	2010
I - Critério de 6% a.a. sobre o capital social	
Capital social subscrito	3.731.059
Total de ações em circulação (*)	589.789
Total de ações preferenciais em circulação (*)	386.366
Base de cálculo	2.444.185
Percentual do dividendo mínimo estatutário	6%
Dividendo mínimo estatutário	146.651
II - Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação	
Patrimônio líquido	11.512.969
Total de ações em circulação (*)	589.789
Total de ações preferenciais em circulação (*)	386.366
Base de cálculo	7.542.050
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Dividendo mínimo estatutário	226.261

(*) em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos e juros sobre o capital próprio do exercício:

	2010		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Juros sobre o capital próprio (Líquido do imposto de renda)			
Deliberado em 17 de novembro de 2010	**107.730**	**208.543**	**316.273**
Dividendos (valores históricos)			
Dividendos propostos (em 31 de dezembro de 2010)	60.870	115.612	**176.482**
	168.600	**324.155**	**492.755**
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	203.423	386.366	
Remuneração total por ação (Em Reais)			

	2010		2009	
Juros sobre o capital próprio	**Valor bruto**	**Valor líquido**	**Valor bruto**	**Valor líquido**
Ordinárias	0,615774	0,523408		
Preferenciais	0,615774	0,523408		
Totalidade das ações	1,231548	1,046816		

	2010	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Juros sobre o capital próprio (Líquido do imposto de renda)		
Deliberado em 9 de dezembro de 2010	0,523408	0,523408
Dividendos (valores históricos)		
Dividendos propostos (em 31 de dezembro de 2010)	0,299229	0,299229

(f) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia possui categoria de ações potenciais diluídas provenientes de opções de compra de ações, mencionado na Nota 27, que foi considerado no cálculo do lucro por ação diluído.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2010	2009 (*)
Lucro (prejuizo) atribuível aos acionistas da Companhia	1.971.023	(1.021.311)
Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias - básicas e diluídas	679.822	(1.021.311)
Lucro alocado às ações preferenciais - básicas e diluídas	1.291.201	
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias - básicas	203.423.176	245.749.226
Ações ordinárias - diluídas	203.423.176	245.749.226
Ações preferenciais - básicas	386.365.814	305.438.721
Ações preferenciais - diluídas	386.387.781	305.438.721
Lucro por ação:		
Ações ordinárias - básicas	3,34	(1,85)
Ações ordinárias - diluídas	3,34	(1,85)
Ações preferenciais - básicas	3,34	
Ações preferenciais - diluídas	3,34	

(*) De acordo com a legislação societária, os acionistas detentores de ações preferenciais não estão contratualmente obrigados a absorver prejuízos, sendo esses prejuízos atribuídos exclusivamente aos acionistas detentores de ações ordinárias.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2010.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	BrT	FATL
PAMEC	BrT	BrT
PBS-A	BrT	Sistel
PAMA	BrT	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 2010, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	646.444	677.006	753.287	650.305	677.006	753.287
Plano PAMEC	3.001	2.707	2.504	3.001	2.707	2.504
Total	**649.445**	**679.713**	**755.791**	**653.306**	**679.713**	**755.791**
Circulante	74.080	104.533	148.391	77.941	104.533	148.391
Não circulante	575.365	575.180	607.400	575.365	575.180	607.400

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido compõe a rubrica de outros ativos e se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Plano TCSPREV	90.249	136.277	123.938	92.619	136.277	123.938
Total	**90.249**	**136.277**	**123.938**	**92.619**	**136.277**	**123.938**
Circulante			15.874			15.874
Não circulante	90.249	136.277	108.064	92.619	136.277	108.064

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

BrTPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Companhia e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes. O BrTPREV atende atualmente cerca de 15,42% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Fundador/Alternativo

Plano de benefício definido, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechado ao ingresso de novos participantes, originado da incorporação do plano Fundador-BrT pelo plano Alternativo-BrT, conforme a Portaria PREVIC nº 2.627/2008, constituindo-se em um plano único, sem alteração de regras para os participantes e assistidos, passando a denominar-se plano Fundador/Alternativo. Atualmente, esse plano atende cerca de 0,20% do quadro de empregados.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma "jóia", dependendo da idade que ingressou no plano.

TCSPREV

Plano de contribuição definida e benefícios saldados lançado em 28 de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela PREVIC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício saldado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18 de setembro de 2008 foi publicada no DOU, a Portaria PREVIC/MPS nº 2.521/2008, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31 de dezembro de 2001. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 51,47% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma "jóia" dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do plano de benefícios TCSPREV para a Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade patrocinada pelo Grupo Oi, novo controlador da Companhia.

TelemarPrev

Plano de contribuição definida, passou a ser patrocinado pela BrT em 2010.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.

Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

Plano assistencial administrado pela Companhia

PAMEC-BrT – Plano de Assistência Médica ao Complementado (benefício definido)

O plano de beneficio definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao Grupo PBT-BrT – plano previdencial TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL

Planos

PBS-A

O plano de beneficio definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2010, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

PAMA

O plano de assistência médica ao aposentado e o PCE – Plano de Coberturas Especiais, ambos de contribuição definida, mantidos solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de dezembro de 2000, aos assistidos do Grupo PBS-TCS, incorporado em 31 de dezembro de 2001 ao TCSPREV (plano atualmente administrado pela FATL) e aos assistidos dos planos de benefícios definidos PBS's patrocinados por outras empresas, junto à SISTEL e outras fundações. Conforme avaliação jurídica e atuarial, a responsabilidade da Patrocinadora está exclusivamente limitada a contribuições futuras. Nos períodos de março a julho de 2004, de dezembro de 2005 a abril de 2006 e de junho a novembro de 2008, ocorreu a migração opcional incentivada dos aposentados e pensionistas usuários do PAMA, para novas condições de cobertura (PCE). A opção dos participantes pela migração resultou em contribuição dos mesmos para o PAMA/PCE.

As contribuições para este plano, correspondem a 1,5% sobre a folha salarial dos participantes ativos vinculados aos planos PBS, segregados e patrocinados pelas diversas empresas patrocinadoras. No caso da BrT, o PBS-TCS foi incorporado ao plano TCSPREV em 31 de dezembro de 2001, passando a constituir um grupo interno do mesmo. Pela utilização de recursos do PAMA, os participantes compartilham com uma parcela de seus custos individuais utilizados do plano. Também são realizadas contribuições pelos aposentados e pensionistas usuários que migraram para o PAMA/PCE. Para as patrocinadoras, a opção dos participantes em migrar para o PAMA/PCE não altera a contribuição patronal de 1,5% mencionada.

Insuficiência atuarial dos planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela BrTPREV, teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em 20 anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/PREVIC/GAB/COA, de 25 de janeiro de 2002, da PREVIC. Desse prazo máximo determinado restam 11 anos para a quitação total.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios da Fundação BrTPREV para a Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade patrocinada pelo Grupo Oi, novo controlador da Companhia.

O plano Fundador/Alternativo está com suas contribuições suspensas judicialmente.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (BrTPREV e Fundação 14)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido:

	Controladora					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	BrTPREV, Alternativo e Fundador			TCSPREV		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.698.140	1.520.800	1.529.300	353.887	313.600	271.700
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	42.647	74.332	79.779	65.718	80.773	140.493
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**1.740.787**	**1.595.132**	**1.609.079**	**419.605**	**394.373**	**412.193**
Valor justo dos ativos do plano	**(1.102.591)**	**(937.590)**	**(855.792)**	**(1.238.897)**	**(1.112.181)**	**(822.778)**
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	**638.196**	**657.542**	**753.287**	**(819.292)**	**(717.808)**	**(410.585)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	8.248	19.464		11.628	12.484	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19				717.415	569.047	286.647
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido [1]	**646.444**	**677.006**	**753.287**	**(90.249)**	**(136.277)**	**(123.938)**

	Consolidado					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	BrTPREV, Alternativo e Fundador			TCSPREV		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.698.979	1.520.800	1.529.300	353.990	313.600	271.700
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	45.345	74.332	79.779	66.693	80.773	140.493
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**1.744.324**	**1.595.132**	**1.609.079**	**420.683**	**394.373**	**412.193**
Valor justo dos ativos do plano	**(1.104.844)**	**(937.590)**	**(855.792)**	**(1.242.078)**	**(1.112.181)**	**(822.778)**
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	**639.480**	**657.542**	**753.287**	**(821.395)**	**(717.808)**	**(410.585)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	10.825	19.464		11.362	12.484	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19				717.414	569.047	286.647
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido [1]	**650.305**	**677.006**	**753.287**	**(92.619)**	**(136.277)**	**(123.938)**

[1] A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas demonstrações contábeis da Companhia, no valor de R$ 92.619 (2009 - R$ 136.277 e 01/01/2009 – R$ 123.938), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	Controladora			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**1.589.251**	**1.609.079**	**392.875**	**412.193**
Custo dos juros	173.142	166.307	41.892	43.024
Custo do serviço corrente	3.532	4.020	2.062	2.428
Benefícios pagos líquidos	(135.207)	(127.551)	(26.842)	(26.039)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	110.069	(56.723)	9.618	(37.233)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**1.740.787**	**1.595.132**	**419.605**	**394.373**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**934.120**	**855.792**	**1.107.955**	**822.778**
Rendimentos dos ativos do plano	205.140	68.428	157.783	314.759
Contribuições normais recebidas pelo plano		1.149		1.066
Patrocinadora		1.063		683
Participantes		86		383
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	98.538	139.858		
Pagamento de benefícios	(135.207)	(127.637)	(26.841)	(26.422)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**1.102.591**	**937.590**	**1.238.897**	**1.112.181**
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**638.196**	**657.542**	**(819.292)**	**(717.808)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	8.248	19.464	11.628	12.484
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			717.415	569.047
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	646.444	677.006	(90.249)	(136.277)

	Consolidado			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**1.595.132**	**1.609.079**	**394.373**	**412.193**
Custo dos juros	173.808	166.307	42.047	43.024
Custo do serviço corrente	4.486	4.020	1.973	2.428
Benefícios pagos líquidos	(135.274)	(127.551)	(26.849)	(26.039)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	106.172	(56.723)	9.139	(37.233)
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**1.744.324**	**1.595.132**	**420.683**	**394.373**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**937.590**	**855.792**	**1.112.181**	**822.778**
Rendimentos dos ativos do plano	203.989	68.428	156.727	314.759
Contribuições normais recebidas pelo plano	23	1.149	19	1.066
Patrocinadora		1.063	19	683
Participantes	23	86		383
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	98.539	139.858		
Pagamento de benefícios	(135.297)	(127.637)	(26.849)	(26.422)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**1.104.844**	**937.590**	**1.242.078**	**1.112.181**
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**639.480**	**657.542**	**(821.395)**	**(717.808)**
Ganhos atuariais não reconhecidos	10.825	19.464	11.362	12.484
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			717.414	569.047
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	650.305	677.006	(92.619)	(136.277)

	Controladora			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BrT[1]				
Custo do serviço corrente	3.532	4.020	2.062	2.428
Contribuições dos participantes		(86)		(383)
Custo dos juros	173.142	166.307		
Rendimento dos ativos do plano	(205.140)	(68.428)		
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	110.069	(56.723)		
Total da despesa reconhecida	**81.603**	**45.090**	**2.062**	**2.045**

	Consolidado			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
DESPESA RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA BrT[1]				
Custo do serviço corrente	4.486	4.020	1.973	2.428
Contribuições dos participantes	(23)	(86)		(383)
Custo dos juros	173.808	166.307		
Rendimento dos ativos do plano	(203.989)	(68.428)		
Perdas (Ganhos) atuariais reconhecidos	106.172	(56.723)		
Total da despesa reconhecida	**80.454**	**45.090**	**1.973**	**2.045**

[1] A Companhia apresentou no exercício de 2010 uma redução do superávit do plano TCSPREV, proveniente de redução na base de participantes do plano e mudanças de algumas premissas, reconhecendo desta forma R$ 43.658 mil, em outras receitas operacionais. Em 2009 foram reconhecidas receitas no montante de R$ 55.024, sendo R$ 40.479 registrados em outras receitas operacionais e R$ 14.545, registrados como receitas financeiras.

	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2010	2009	2010	2009
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial (6% + Inflação)	10,77%	11,40%	10,77%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,95%	7,63%	7,94%	7,63%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	10,95% (Fundador e Alternativo) (BrTPREV)	11,61% (Fundador e Alternativo) (BrTPREV)	10,95%	12,09%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	15% a.a	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado	15% a.a	1,5% a.a.; nula a partir dos 50 anos de idade e para o Benefício Saldado

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2010

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.

b) Os dados cadastrais utilizados são de 30 de setembro de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	Controladora					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	PBS-A			PAMEC		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	714.094	624.068	667.702	3.569	3.054	2.504
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**714.094**	**624.068**	**667.702**	**3.569**	**3.054**	**2.504**
Valor justo dos ativos do plano	**(1.192.596)**	**(973.464)**	**(1.005.683)**			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido[1]	**(478.502)**	**(349.396)**	**(337.981)**	**3.569**	**3.054**	**2.504**
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas				(568)	(347)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	478.502	349.396	337.981			
(=) Passivo atuarial reconhecido				**3.001**	**2.707**	**2.504**

	Consolidado					
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
	PBS-A			PAMEC		
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS						
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	714.094	624.068	667.702	3.569	3.054	2.504
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	**714.094**	**624.068**	**667.702**	**3.569**	**3.054**	**2.504**
Valor justo dos ativos do plano	**(1.192.596)**	**(973.464)**	**(1.005.683)**			
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido[1]	**(478.502)**	**(349.396)**	**(337.981)**	**3.569**	**3.054**	**2.504**
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas				(568)	(347)	
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	478.502	349.396	337.981			
(=) Passivo atuarial reconhecido				**3.001**	**2.707**	**2.504**

[1] No caso do ativo atuarial líquido do Plano PBS-A não há reconhecimento contábil na Patrocinadora. Tal plano é composto na sua totalidade por participantes assistidos, inexistindo, portanto, contribuições futuras que pudessem ser compensadas com o superávit existente.

	Controladora			
	PBS-A		PAMEC	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**624.068**	**667.702**	**3.054**	**2.504**
Custo dos juros	67.994	68.981	340	264
Custo do serviço corrente				
Benefícios pagos líquidos	(64.034)	(55.596)	(88)	(61)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	86.066	(57.019)	263	347
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**714.094**	**624.068**	**3.569**	**3.054**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**973.464**	**1.005.683**		
Rendimentos dos ativos do plano	283.166	23.377		
Contribuições da patrocinadora			88	62
Pagamento de benefícios	(64.034)	(55.596)	(88)	(62)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**1.192.596**	**973.464**		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(478.502)**	**(349.396)**	**3.569**	**3.054**
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(568)	(347)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	478.502	349.396		
(=) Passivo atuarial reconhecido			**3.001**	**2.707**

	Consolidado			
	PBS-A		PAMEC	
	2010	2009	2010	2009
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	**624.068**	**667.702**	**3.054**	**2.504**
Custo dos juros	67.994	68.981	340	264
Custo do serviço corrente				
Benefícios pagos líquidos	(64.034)	(55.596)	(88)	(61)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	86.066	(57.019)	263	347
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	**714.094**	**624.068**	**3.569**	**3.054**
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	**973.464**	**1.005.683**		
Rendimentos dos ativos do plano	283.166	23.377		
Contribuições da patrocinadora			88	62
Pagamento de benefícios	(64.034)	(55.596)	(88)	(62)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**1.192.596**	**973.464**		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	**(478.502)**	**(349.396)**	**3.569**	**3.054**

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.
O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações preferenciais até 31 de dezembro de 2010:

	Em Reais			
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão 2010	2009
Saldo no início do exercício	31.643	18,87	20,83	18,87
Opções exercidas				
Opções canceladas	(9.676)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	21.967			

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

	Opções em vigor			Opções exercíveis	
Faixa de preço de exercício na data da concessão	Quantidade em milhares de ações	Prazo remanescente (em meses)	Preço de exercício	Quantidade em milhares de ações	Preço de exercício
R$ 10,00 - 19,99	21.967	12	20,83	21.967	20,83

A aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga					Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (Em milhares de ações)
Concessão		Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício		
		33%	22/12/2005	31/12/2011	20,83	7.322
3ª	22/12/04	33%	22/12/2006	31/12/2011	20,83	7.322
		34%	22/12/2007	31/12/2011	20,83	7.323

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções *"Black&Scholes"* com as seguintes premissas:

	21/12/2004
Ativo-lastro	13,64
Preço de exercício	17,30
Volatilidade esperada	38,2%
Taxa de juros livre de riscos	8,4%
Vida esperada (em anos)	2
Rendimento de dividendos	3,10%
Valor justo na data de outorga	2,76

Em razão dos contratos de remunerações baseadas em ações preverem a liquidação das opções apenas mediante a transferência de titularidade de ações ("*equity-settled*"), as apropriações do valor justo das opções de ações da BrT são efetuadas linearmente dentro do prazo de vencimento das opções. As parcelas correspondentes aos beneficiários da BrT, são contabilizadas, no resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido, em conformidade com os requerimentos da Deliberação CVM nº 562/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC 10 (Remunerações Baseadas em Ações).

Plano aprovado em 6 de novembro de 2007

Este plano autorizava a outorga de opções, permitindo aos participantes do plano, sob certas condições, a oportunidade de adquirir ou subscrever, no futuro, a um valor pré-estabelecido, ações integrantes de uma cesta de ações definidas como UP, a qual englobava ações preferenciais da Companhia e ações ordinárias e preferenciais da BrT Part. O valor correspondente ao número de UP's concedidas não poderia exceder o limite máximo de 10% do valor patrimonial das ações de cada espécie de ação da Companhia.
Os programas de outorgas de opções de compras de ações vinculados ao referido plano continham cláusulas que previam a antecipação dos vencimentos das opções, no caso de alteração do controle acionário direto ou indireto da Companhia. Com a efetivação da troca de controle, em 8 de janeiro de 2009, as opções de ações dos programas foram integralmente exercidas. O Programa 1, totalizando 2.817.324 UP's foi liquidado ao valor total de R$ 17.855. O Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2008, contendo 701.601 UP's foi liquidado ao valor total de R$ 4.446. Foram exercidas 646.585 UP's do Programa 2, referente à outorga realizada em 1 de julho de 2007, liquidadas mediante: (i) entrega de ações preferenciais mantidas em tesouraria pela Companhia, ao preço de exercício total de R$ 3.572 e valor de custo de R$ 2.487; e (ii) entrega de ações ordinárias e preferenciais da Controladora ao preço de exercício total de R$ 13.733 e valor de mercado de R$ 17.108, acrescidas da importância R$ 130.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgáveis estão resumidos a seguir:

• Telefonia fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;

• Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e

• Outros: Inclui serviços de provedor internet e "*Call Center*".

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receitas	8.892.546	9.430.649	1.937.384	1.893.947	629.096	676.600	(1.195.734)	(1.081.306)	10.263.292	10.919.890
Custos dos serviços prestados	**(4.014.929)**	**(4.744.443)**	**(1.379.072)**	**(1.516.340)**	**(323.272)**	**(315.008)**	**985.192**	**811.570**	**(4.732.081)**	**(5.764.221)**
Interconexão	(1.993.150)	(2.012.970)	(575.441)	(560.017)			586.663	547.458	(1.981.928)	(2.025.529)
Depreciação e amortização	(582.962)	(900.230)	(222.654)	(454.485)	(1.334)	(1.402)			(806.950)	(1.356.117)
Serviço de manutenção de rede	(561.727)	(758.065)	(54.514)	(67.601)	(170)				(616.411)	(825.666)
Aluguéis e seguros	(514.208)	(562.395)	(327.395)	(192.446)	(28.349)	(20.956)	398.511	260.819	(471.441)	(514.978)
Custos de aparelhos e acessórios			(47.778)	(88.633)			18	18	(47.760)	(88.615)
Outros custos e despesas	(362.882)	(510.783)	(151.290)	(153.158)	(293.419)	(292.650)		3.275	(807.591)	(953.316)
Lucro bruto	**4.877.617**	**4.686.206**	**558.312**	**377.607**	**305.824**	**361.592**	**(210.542)**	**(269.736)**	**5.531.211**	**5.155.669**
Receitas (Despesas) operacionais	(2.128.843)	(2.321.755)	(575.156)	(684.667)	(287.410)	(333.428)	427.458	487.197	(2.563.951)	(2.852.653)
Comercialização de serviços	**(858.912)**	**(1.116.729)**	**(402.523)**	**(523.537)**	**(124.787)**	**(188.055)**	**361.212**	**410.476**	**(1.025.010)**	**(1.417.845)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(271.062)	(508.066)	(62.783)	(45.869)	(17.456)	(21.891)	(234)	(86)	(351.535)	(575.912)
Comissão de vendas	(716)		(12.149)			(4.583)			(12.865)	(4.583)
Contact Center	(290.045)	(272.971)	(61.349)	(65.820)	(17.112)	(15.933)	323.411	320.843	(45.095)	(33.881)
Postagem e cobrança	(20)	(2.532)		(703)		(10)			(20)	(3.245)
Publicidade e propaganda	(82.344)	(40.464)	(43.649)	(88.335)	(25.208)	(16.443)			(151.201)	(145.242)
Outros serviços de terceiros	(124.562)	(144.164)	(146.645)	(193.020)	(13.372)	(35.543)	16.913	28.608	(267.666)	(344.119)
Outros custos e despesas	(90.163)	(148.532)	(75.948)	(129.790)	(51.639)	(93.652)	21.122	61.111	(196.628)	(310.863)
Gerais e administrativas	**(1.269.931)**	**(1.205.026)**	**(172.633)**	**(161.130)**	**(162.623)**	**(145.373)**	**66.246**	**76.721**	**(1.538.941)**	**(1.434.808)**
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	**(268.085)**	**(3.142.321)**	**(16.743)**	**(11.225)**	**(9.911)**	**(8.670)**	**(212.991)**	**(217.449)**	**(507.730)**	**(3.379.665)**
Outras receitas operacionais	**515.878**	**633.518**	**89.402**	**117.296**	**43.631**	**14.673**	**(124.949)**	**(105.547)**	**523.962**	**659.940**
Outras despesas operacionais	**(783.963)**	**(3.775.839)**	**(106.145)**	**(128.521)**	**(53.542)**	**(23.343)**	**(88.042)**	**(111.902)**	**(1.031.692)**	**(4.039.605)**
Resultado financeiro	**(108.946)**	**(323.085)**	**17.360**	**70.018**	**15.419**	**(30.270)**	**(4.088)**	**1.988**	**(80.255)**	**(281.349)**
Receitas financeiras	843.669	459.265	180.495	176.070	20.055	15.195	(64.764)	(20.283)	979.455	630.247
Despesas financeiras	(952.615)	(782.350)	(163.135)	(106.052)	(4.636)	(45.465)	60.676	22.271	(1.059.710)	(911.596)
Resultado antes dos tributos	**2.371.743**	**(1.100.955)**	**(16.227)**	**(248.267)**	**23.922**	**(10.776)**	**(163)**	**2.000**	**2.379.275**	**(1.357.998)**
Provisão para IR/CSLL	(418.691)	263.272	18.637	68.828	(8.361)	6.587			(408.415)	338.687
Lucro (prejuízo) do exercício	1.953.052	(837.683)	2.410	(179.439)	15.561	(4.189)	(163)	2.000	1.970.860	(1.019.311)
Resultado atribuído ao controlador	1.953.052	(837.683)	2.410	(179.439)	15.561	(4.189)			1.971.023	(1.021.311)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores							(163)	2.000	(163)	2.000
Informações adicionais										
Serviços prestados	8.469.721	9.129.900	1.437.478	1.350.471	310.238	334.550			10.217.437	10.814.921
Vendas			45.855	104.969					45.855	104.969
Receita de clientes externos	**8.469.721**	**9.129.900**	**1.483.333**	**1.455.440**	**310.238**	**334.550**			**10.263.292**	**10.919.890**
Receita entre segmentos	106.404	91.789			17.128	29.259				
Receita entre outros segmentos	316.422	208.961	454.052	438.508	301.730	312.791				
Receita total	8.892.547	9.430.650	1.937.385	1.893.948	629.096	676.600				
Ativos	20.957.896	19.870.655	6.725.886	5.054.828	623.379	796.265	(1.421.047)	(1.157.828)	26.886.114	24.563.920
Passivos	14.465.053	13.261.070	2.297.555	2.159.913	207.714	395.128	(1.421.047)	(1.157.828)	15.549.275	14.658.283
Depreciações e amortizações	775.545	1.269.455	264.219	520.082	16.976	18.314			1.056.740	1.807.851
Acréscimos de Capex	751.566	582.005	150.607	439.605	85.486	85.503			987.659	1.107.113
Provisões	390.618	3.313.445	14.006	20.659	468	5.601			405.093	3.339.706

(i) O segmento de serviços financeiros, apesar de não possuir relevância e de não ser analisado individualmente pela Administração, apresentou lucro no exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Desse modo, para atender as exigências do item 13 (b) (i) do CPC 22/IFRS 8, as principais informações relativas a este segmento estão demonstradas abaixo:

	2009
Receita de juros	713
Despesa de juros	26
Resultado do segmento reportável	459
Ativos do segmento reportável	8.148

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.
Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.
Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes	
Informações geográficas	2010	2009	2010	2009
No país sede da entidade	10.199.921	10.861.377	6.501.685	6.569.894
Em países estrangeiros	63.371	58.513	138.918	114.525
Total	**10.263.292**	**10.919.890**	**6.640.603**	**6.684.419**

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo						
Contas a receber	**77.434**	**140.009**	**158.515**	**33.984**	**49.988**	
BrT Call Center	6.033	4.251	31			
BrTI	915	641	97.901			
BrT CS	3	1.027	128			
iG Brasil	4.102	23.775	29.503			
BrT Multimídia	3.959	10.898	1.988			
BrT Celular	58.041	72.304	27.820			
VANT	246	2.840	1.144			
iG Part	8	5				
TMAR	3.783	19.525		19.051	45.668	
Oi Internet	41	2.608				
Oi Móvel	303	2.135		14.933	4.320	
Empréstimos com controlada	**1.548**	**29.008**				
BrT Call Center	4	29.008				
VANT	1.544					
Debêntures		**1.342.313**		**1.911.134**	**1.674.749**	
TMAR		1.342.313		1.911.134	1.674.749	
Outros	**53.305**	**21.981**	**24.871**			
BrT Call Center	26.625	15.825	7.140			
BrT of America	60	625	83			
BrTI	245	132	194			
Brt Part			1.637			
BrT Bermudas	27	28	37			
BrT CS	90	17	20			
BrT Venezuela	8	9	12			
iG Brasil	228	129				
IG Cayman		1	1			
BrT Multimídia	5.013	1.684	281			
BrT Celular	21.009	3.530	15.449			
VANT		1	17			
Passivo						
Fornecedores	**145.324**	**167.128**	**81.596**	**31.491**	**22.784**	
BrT Call Center	46.419	74.069	26.457			
BrTI		164	153			
BrT CS	4.391	16.736				
iG Brasil	12.206	4.533	12.178			
BrT Multimídia	5.397	20.352	5.430			
BrT Celular	51.468	32.802	37.378			
TMAR	3.783	10.833		10.203	12.900	
Oi Móvel	17.774	4.031		21.288	9.884	
TNL Contax	3.886	3.608				
Empréstimos e financiamentos	**565.227**	**517.248**	**712.213**			
BrT Celular	565.227	517.021	712.213			
TMAR		227				
Demais obrigações	**37.280**	**95.336**	**9.859**			
BrT Call Center		1.627				
BrTI	10.210	6.536				
BrT Bermudas	5.962	6.760	9.859			
iG Brasil	27	2				
BrT Multimídia	16.353	8.310				
BrT Celular	2.324	72.101				
VANT	2.404					

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Receita dos serviços prestados	**526.559**	**356.289**	**449.069**	**244.825**
BrTI	6.366	7.171		
BrT Bermudas	538	685		
BrT CS	227	260		
iG Brasil	17.556	45.730		
BrT Multimídia	5.676	8.813		
BrT Celular	318.465	184.695		
VANT	379	1.694		
TMAR	127.158	57.834	350.376	190.445
Oi Internet		193		
Oi Móvel	50.192	49.214	98.693	54.380
TNL Contax	2			
Outras receitas operacionais	**53.784**	**45.691**		
Brt Call Center	8.644	7.659		
BrTI	22	45		
BrT CS	5	13		
iG Brasil	2.740	3.687		
BrT Multimídia	2.200	2.189		
Nova Tarrafa Inc.	198			
BrT Celular	39.970	32.093		
VANT		4		
iG Part	5	1		
Receitas financeiras	**190.591**	**41.291**	**236.385**	**72.734**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
BrT Call Center	1.073	998		
BrT Multimídia				
BrT Celular				
VANT	55			
TMAR	189.463	40.293	236.385	72.734
Custos/Despesas				
Custos dos serviços prestados	**(699.135)**	**(662.456)**	**(164.041)**	**(118.516)**
BrT Of America	(2.165)	(7.032)		
BrT CS	(59.570)	(68.239)		
BrT Multimídia	(37.974)	(37.884)		
BrT Celular	(468.787)	(451.268)		
TMAR	(23.260)	(28.200)	(31.184)	(45.134)
Oi Móvel	(107.379)	(69.833)	(132.857)	(73.382)
Comercialização dos serviços	**(334.171)**	**(315.559)**		
BrT Call Center	(274.475)	(271.144)		
BrT Participações	(37)			
iG Brasil	(12.055)	(19.528)		
BrT Multimídia	(27)	(19)		
BrT Celular	(3.325)	(5.475)		
VANT	(28)			
TNL Contax	(44.224)	(19.393)		
Despesas gerais e administrativas	**(23.878)**	**(19.064)**		
BrT Call Center	(3.284)	(2.594)		
BrT Multimídia	(1.051)			
BrT Celular	(19.543)	(16.470)		
Outras despesas operacionais	**(18)**	**(413)**		
BrT Call Center	(15)			
iG Brasil		(413)		
BrT Celular	(1)			
BrT Multimídia	(2)			
VANT				
Despesas financeiras	**(51.193)**	**(57.212)**	**(3)**	**(1.392)**
BrT Part		(3.819)		
BrT Celular	(51.190)	(52.011)		
TNL		(1.314)		(1.319)
TMAR	(3)	(68)	(3)	(73)

(a) Linhas de créditos
As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas.
O contrato de mútuo com a controlada BrT Call Center, com prazo de vencimento para a data de 19 de maio de 2010, teve sua taxa alterada em 1de julho de 2009, passando para a taxa de remuneração correspondente a 115% da Taxa DI.
O primeiro contrato de mútuo com a controlada BrT Celular, com o prazo de vencimento para a data de 16 de abril de 2010 tem taxa de remuneração correspondente a 101,75% da Taxa DI.
O segundo contrato de mútuo com a controlada BrT Celular, com o prazo de vencimento para a data de 14 de dezembro de 2010 teve sua taxa alterada em 1de julho de 2009, passando para a taxa de remuneração correspondente a 115% da Taxa DI.
(b) Debêntures privadas de emissão da TMAR
A Companhia adquiriu, com a incorporação da BrT Part, os direitos junto à controladora indireta referentes à subscrição de debêntures privadas não conversíveis em ações, no valor de R$ 1.200.000, da emissão da TMAR. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.
Transação da BrT Celular
A controlada BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009 debêntures privadas não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2008 pela TMAR, no valor de R$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o montante atualizado das debêntures a receber era de R$ 1.911.134, sendo contabilizada uma receita financeira de R$ 236.385.
(c) Contratos de financiamentos com o BNDES
A Companhia e a controlada BrT Celular firmaram contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 31,4% (2009 – 31,4%) do capital votante da TmarPart, empresa holding do Grupo e, por conseqüência, é uma empresa ligada da Companhia.
O saldo devido pela Companhia e a controlada BrT Celular, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 era de R$ 1.844 milhões (2009 – R$ 2.247 milhões e 01/01/2009 – R$ 2.394 milhões), na controladora e R$ 2.588 milhões (2009 – R$ 2.738 milhões e 01/01/2009 – R$ 2.655 milhões), no consolidado. Até o final do exercício, foram registradas despesas financeiras de R$ 172 milhões (2009 – R$ 200 milhões), na controladora e R$ 201 milhões (2009 – R$ 205 milhões), no consolidado.
As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES se encontram descritas na Nota 20.
(d) Aluguel de infra-estrutura de transmissão
As transações realizadas com a TMAR e Oi, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.
As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.
(e) Remuneração do pessoal-chave da administração
As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Salários e demais benefícios de curto prazo	2.107	5.460	2.589	7.074
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho		1.055		1.364
Remuneração com base em ações	1.610	2.895	1.978	3.556
Total	**3.717**	**9.410**	**4.567**	**11.994**

(f) Garantias
Os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos possuem garantias e de aval da TNL. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R$ 5.477 (2009 – R$ 1.287). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As despesas relativas a esses avais totalizaram R$1.210 em 2010.

30. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Companhia e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.
As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	Consolidado	
Modalidade de seguro	2010	2009
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	166.620	174.120
Incêndio – estoques	100.000	60.000
Roubo - estoques	20.000	30.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Garantia de concessão	7.480	98.291
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2010 (ptax) - US$ 1,6662

31. OUTRAS INFORMAÇÕES
(a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo
Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, em 29 de setembro de 2010, a Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A. e Acordo de Investimentos Cielo S.A., os quais descrevemos abaixo:
(i) A TMAR, BrT, TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), 14 Brasil Telecom Celular S.A., Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora"), Way TV Belo Horizonte S.A. (em conjunto, "Oi") e o Banco do Brasil S.A. celebram Acordo de Parceria Comercial com o objetivo de estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito *"co-branded"* e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia *"Mobile Payment"* para a base de clientes atual e futura da Oi.
(ii) TNL PCS, Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. ("Paggo Acquirer", sociedade controlada pela TNL PCS), Cielo e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar", sociedade controlada pela Cielo) celebraram Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções"). A Paggo Acquirer e a CieloPar deterão, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.
A Paggo Soluções (a) será dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de "*Mobile Payment*" originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e (b) promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de adquirência de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.
As operações acima serão apresentadas às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, SDE - Secretaria de Direito Econômico e SEAE - Secretaria de Acompanhamento econômico) nos termos e prazos previstos na legislação em vigor.
As Companhias esperam que essas operações sejam implementadas no prazo aproximado de seis meses a contar da data de assinatura.
(b) PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização
Em 3 de setembro de 2010, a ANATEL publicou uma Consulta Pública com propostas de alterações ao PGMU, encerrada em 22 de setembro de 2010, que visa alterar as exigências requeridas para expansão de *"Backhaul"* e de telefonia pública do PGMU. A proposta prevê a utilização de projeções baseadas no crescimento de demanda desses serviços.
A aprovação do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU III) esta programada para o dia 2 de maio de 2011 e atualmente a ANATEL, o Ministério das Comunicações e as Concessionárias de Telefonia Fixa estão negociando as propostas de alterações, seus custos e as respectivas fontes de financiamento. A Administração está avaliando os efeitos dessas alterações e não pode assegurar que, se adotadas, essas medidas não necessitarão de investimentos relevantes e adicionais.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aliança industrial entre Portugal Telecom e Grupo Oi
Em 25 de janeiro de 2011, a Portugal Telecom, Portugal Telecom SGPS S.A. - SGPS e sua controlada Bratel Brasil S.A. – Bratel celebraram com as Companhias e com os acionistas diretos e indiretos das Companhias componentes do bloco de controle da Telemar Participações S.A. – TmarPart., AG Telecom Participações – AG, LF Tel S.A. – LF TEL, Fundação Atlântico de Seguridade Social – FATL, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e Fundação dos Economiários Federais – Funcef, os instrumentos contratuais necessários à implementação da aliança industrial entre a Portugal Telecom, SGPS e a TmarPart e suas controladas.
A Aliança Industrial terá por fim o desenvolvimento de um projeto de telecomunicações de projeção global que permita a cooperação em diversas áreas buscando, dentre outros, partilhar das melhores práticas, alcançar benefícios de escala, potenciar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, desenvolver tecnologias, ampliar a presença internacional das Partes, notadamente na América Latina e África, diversificar os serviços, maximizar sinergias e reduzir custos buscando sempre a oferta de melhores serviços e atendimento aos clientes de ambos os grupos e a criação de valor para os seus acionistas.
De forma a fortalecer a estrutura de capital das Empresas Oi, a Aliança Industrial envolverá a participação direta e indireta da Portugal Telecom na TMAR, em bases totalmente diluídas, de, pelo menos, 22,38%, mediante o dispêndio pela SGPS do valor total de R$ 8.321 milhões, sem ocasionar, contudo, a transferência do controle das empresas do Grupo Oi.
Nos termos dos instrumentos contratuais celebrados, a Portugal Telecom adquirirá ações de emissão da TmarPart, representativas de 12,07% de seu capital social:
(i) por compra e venda de ações e direitos de subscrição acordada com BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef; e
(ii) por subscrição, em aumento de capital a ser subscrito também por AG, LF TEL e FATL, no valor total de aproximadamente R$ 761 milhões, mediante a emissão de aproximadamente 187 milhões de novas ações ordinárias a serem emitidas pela TmarPart.
Após a concretização das operações de compra e venda e subscrição, o capital social da TmarPart ficará assim dividido entre seus acionistas:

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações referenciais	Participação no capital total
AG	565.880.372		19,35%
LF TEL	565.880.372		19,35%
BNDESPAR	381.551.841	1.000.000	13,08%
Portugal Telecom	352.856.590		12,07%
FATL	336.439.733		11,50%
Previ	283.380.453		9,69%
Petros	218.777.747		7,48%
Funcef	218.777.747		7,48%
Outros	12		0,00%
Total	**2.923.544.867**	**1.000.000**	**100,00%**

Em decorrência da aquisição pela Portugal Telecom de participação no capital social da TmarPart, foram celebrados aditamentos aos Acordos de Acionistas da TmarPart, com o objetivo de incluir a Portugal Telecom como parte, de forma a garantir todos os direitos até então detidos pelo BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef. Tais acordos de acionistas permanecerão com eficácia suspensa até a data em que for efetivada a aquisição das ações pela Portugal Telecom.
Com o objetivo de assegurar o fortalecimento da TMAR, face às oportunidades existentes no setor de *Telecom* no Brasil, assim como propiciar a redução de sua dívida líquida, a sua expansão internacional, bem como seu desenvolvimento operacional, serão deliberados aumentos de capital na TNL e na TMAR, como segue:
Aumento de capital da TNL com base no capital autorizado, mediante a emissão de até 126.218.801 novas ações ordinárias e até 252.437.601 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 38,5462 por cada ação ordinária e R$ 28,2634 por cada ação preferencial, totalizando até R$ 12 bilhões. O preço por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da TNL, com base na média das cotações diárias de mercado das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores a 28 de julho de 2010, data em que foi divulgado o aumento do capital da TNL. A TmarPart subscreverá, no mínimo, R$ 1.361 milhões em novas ações da TNL emitidas, sendo que, independentemente do exercício do direito de preferência na subscrição das novas ações pelos demais acionistas da TNL, a TmarPart subscreverá ações ordinárias da TNL em quantidade suficiente para lhe garantir a manutenção do controle acionário da TNL.
Aumento de capital da TMAR com base no capital autorizado, mediante a emissão de até 95.159.514 novas ações ordinárias e até 117.117.560 novas ações preferenciais classe A, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 63,7038 por ação ordinária e de R$ 50,7010 por ação preferencial classe A, totalizando até R$ 12 bilhões. O preço por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da TMAR, com base na média das cotações diárias de mercado das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores a 28 de julho de 2010, data em que foi divulgado o aumento do capital da TMAR. A TNL subscreverá, no mínimo, R$ 2.961 milhões em novas ações da TMAR emitidas, sendo que, independentemente do exercício do direito de preferência na subscrição das novas ações pelos demais acionistas da TMAR, a TNL subscreverá ações ordinárias da TMAR em quantidade suficiente para, no mínimo, lhe garantir a manutenção do controle acionário da TMAR.
Os referidos aumentos de capital foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, da TNL e da TMAR, em reuniões realizadas em 17 de fevereiro de 2011. Tais aumentos de capital serão efetivados quando do encerramento do prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas não controladores.
A Portugal Telecom firmou com a TmarPart e a TNL compromisso de compra e venda de ações preferenciais e/ou ordinárias de emissão da TNL e/ou da TMAR, por meio do qual adquirirá ações até o limite do valor total de R$ 8.321 milhões. A quantidade de ações ordinárias e preferenciais de cada companhia emissora variará em função do exercício de preferência nos aumentos de capital pelos acionistas de TNL e TMAR.
Os aumentos de capital acima referidos, quando deliberados, serão objeto de Avisos aos Acionistas, dos quais constarão todas as condições destes aumentos de capital, bem como as informações para exercício de direito de preferência.
Foram, ainda, celebrados Contratos de Compra e Venda de Ações e Contratos de Subscrição e Integralização de Ações de Pasa Participações S.A. – AG PASA e de LF, entre a Portugal Telecom, a Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. – AG LTDA e a La Fonte Telecom S.A. – La Fonte, conforme o caso, por meio dos quais a Portugal Telecom adquirirá ações de emissão das referidas companhias, por subscrição e compra e venda, e passará a deter uma participação de 35% do capital social votante da AG PASA e da LF.
Em decorrência da aquis

TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001-29

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,
Em conformidade com a legislação em vigor e com as disposições estatutárias, submetemos à apreciação dos Senhores o relatório da Administração, as demonstrações financeiras consolidadas da TNCP - Tele Norte Celular Participações S.A., juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

1 REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA WAY TV

Em 25 de setembro de 2008, os Conselhos de Administração da TNL e da TMAR aprovaram a implementação de reorganização societária relacionada à Way TV, com a finalidade de: (i) aumentar as eficiências operacionais e o aproveitamento de sinergias entre as atividades desenvolvidas pela Oi e Way TV, e (ii) permitir o incremento da oferta de serviços convergentes, principalmente "quadruple play". A reorganização encontrava-se condicionada a aprovação da ANATEL e, tal anuência foi concedida em 11 de março de 2010.

Em 1 de outubro de 2010, a TNL efetuou a reorganização societária, que consistiu das seguintes etapas:
• Venda da TNL PSC Participações S.A. ("TNL PCS Part."), subsidiária integral da TNL, para a Oi; e
• Incorporação da TNL PSC Part..
Por se tratar de operações entre entidades sobre controle comum não houve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

2 AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381/2003 informamos que a Tele Norte Celular Participações e suas controladas contrataram a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A política da companhia quanto à contratação de serviços não relacionados aos de auditoria junto à TNCP se fundamenta nos princípios de independência e transparência do auditor externo. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

3 AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores e órgãos públicos pelo apoio e confiança com que distinguiram a nossa companhia durante todo o período pós-privatização em geral e, particularmente, em 2010. Agradecemos em especial aos nossos colaboradores pelo empenho, comprometimento, dedicação e esforço pessoal.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP / IFRS)		
Ativo	**Nota**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	10	648	3.248	605	3.181.817	1.486.169	19.041
Aplicações financeiras	10			1.116	475.569	283.621	1.576
Contas a receber	11				1.260.148	1.199.022	74.649
Estoques	15				53.461	89.477	17.875
Tributos correntes a recuperar	12	79.150	324	287	547.344	182.395	9.151
Outros tributos a recuperar	13				256.661	269.121	17.295
Dividendos e juros sobre o capital próprio		446.675					
Depósitos e bloqueios judiciais	14				33.885	46.310	
Demais ativos	16	8	8	1.022	297.604	240.769	19.762
		526.481	**3.580**	**3.030**	**6.106.489**	**3.796.884**	**159.349**
Não circulante							
Aplicações financeiras	10				3.637		
Empréstimos com empresas ligadas	28			12.583	2.022.599	1.694.660	
Tributos diferidos a recuperar	12	10.153	58.728	54.583	676.792	932.999	118.504
Outros tributos a recuperar	13	1.611	1.611	1.595	107.231	147.957	5.357
Depósitos e bloqueios judiciais	14	56	56		193.153	155.826	155.935
Demais ativos	16	12	13	83	66.689	25.807	6.942
Investimentos	17	10.646.222	9.130.156	79.767	86	87	78
Imobilizado	18				5.566.808	5.519.537	155.374
Intangível	19				1.987.412	1.873.247	11.547
		10.658.054	**9.190.564**	**148.611**	**10.624.407**	**10.350.120**	**453.737**
Total do ativo		**11.184.535**	**9.194.144**	**151.641**	**16.730.896**	**14.147.004**	**613.086**

		Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP / IFRS)		
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**	**2010**	**2009**	**01/01/2009**
Circulante							
Salários, encargos sociais e benefícios		82	23	12	73.151	38.633	4.942
Fornecedores		387	376	761	1.119.045	1.366.165	69.629
Empréstimos e financiamentos	20				163.661	118.575	97.375
Instrumentos financeiros derivativos	4						35.005
Tributos correntes a recolher	12	113.373			471.944	148.782	
Outros tributos	13	48.787	180		411.500	288.050	3.126
Dividendos e juros sobre o capital próprio		548.590	1.142	9.027	548.590	1.142	9.027
Autorizações e concessões a pagar	21				247.831	215.811	14.868
Programa de Refinanciamento Fiscal	22				1.287	978	
Provisões	23				57.933	28.908	
Receitas a apropriar					326.071	314.221	
Demais obrigações	24	13.773	13.879	13.990	96.539	209.201	33.721
		724.992	**15.600**	**23.790**	**3.517.552**	**2.730.466**	**267.693**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	20		1.108	12.541	1.369.143	1.046.502	12.541
Tributos diferidos a recolher	12				14.690	5.242	
Outros tributos	13				71.148	103.168	3.742
Autorizações e concessões a pagar	21				1.020.842	907.173	
Programa de Refinanciamento Fiscal	22				11.772	9.686	
Provisões	23				141.028	143.397	184.902
Outras obrigações com partes relacionadas		40.000	40.000		40.000	40.000	
Demais obrigações	24				125.178	23.934	2.250
		40.000	**41.108**	**12.541**	**2.793.801**	**2.279.102**	**203.435**
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	25						
Capital social		8.791.256	8.791.256	84.851	8.791.256	8.791.256	84.851
Reservas de capital		205.327	202.031	48.498	205.327	202.031	48.498
Reservas de lucros		1.030.159	144.149	2.039	1.030.159	144.149	2.039
Dividendo adicional proposto		392.801		28.420	392.801		28.420
Prejuízos acumulados				(48.498)			(48.498)
		10.419.543	**9.137.436**	**115.310**	**10.419.543**	**9.137.436**	**115.310**
Participações dos não controladores							26.648
Total do patrimônio líquido		**10.419.543**	**9.137.436**	**115.310**	**10.419.543**	**9.137.436**	**141.958**
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.184.535**	**9.194.144**	**151.641**	**16.730.896**	**14.147.004**	**613.086**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP/IFRS)	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.989.229	748.972	2.577.393	1.116.510
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	2	52	(67.283)	(53.782)
Depreciação e amortização			864.064	812.929
Perdas sobre contas a receber			246.108	229.929
Provisões			63.617	63.694
Equivalência patrimonial	(2.038.270)	(756.448)		
Perda/ganho na baixa de ativo permanente			(6.072)	18.850
Atualização monetária do programa de refinanciamento fiscal			1.098	92
Participação dos empregados e administradores			46.259	13.919
Remuneração baseada em ações			3.296	6.677
Apropriação ao resultado das despesas antecipadas		1.022	519.686	554.906
Provisão para perdas em estoques			(30.715)	40.792
Outros			24.639	3.540
	(49.039)	**(6.402)**	**4.242.090**	**2.808.056**
Mutações patrimoniais				
Contas a receber			(283.571)	(150.221)
Aplicações financeiras mantidas para negociação			(682.610)	(885.523)
Resgate de aplicação financeira mantidas para negociação		1.137	529.735	878.669
Despesas antecipadas			(527.164)	(678.898)
Estoques			70.233	(22.649)
Tributos	48.604	4.513	(60.267)	193.252
Fornecedores	11	(385)	120.024	643.113
Salários, encargos sociais e benefícios	59	11	(12.633)	(30.129)
Provisões			(53.756)	(2.558)
Outras contas ativas e passivas	(40)	77	(28.183)	(7.263)
	48.634	**5.353**	**(928.192)**	**(62.207)**
Caixa proveniente das operações				
Encargos financeiros pagos		(110)	(125.184)	(59.571)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa			(294.252)	(108.444)
Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	(9)	(24)	(60.449)	(63.606)
	(9)	**(134)**	**(479.885)**	**(231.621)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(414)**	**(1.183)**	**2.834.013**	**2.514.228**
Atividades de investimentos				
Créditos com pessoas ligadas - liberações			(556.335)	(100.080)
Créditos com pessoas ligadas - recebimentos		14.074	472.266	40.163
Aquisição do controle da TCP líquido do caixa adquirido			(90.979)	
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível			(1.196.600)	(1.890.870)
Redução dos investimentos permanentes			1	
Depósitos e bloqueios judiciais	(56)	(56)	(65.542)	(249.900)
Resgates de depósitos e bloqueios judiciais			82.559	39.013
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(56)**	**14.018**	**(1.354.630)**	**(2.161.674)**
Atividades de financiamentos				
Captações		751	349.759	801.558
Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e leasing	(1.110)	(13.638)	(97.070)	(317.396)
Autorizações e concessões			(34.887)	(54.221)
Programa de Refinanciamento Fiscal – REFIS			(517)	(497)
Outras obrigações com partes relacionadas		40.000		40.000
Pagamento de dividendos e JCP	(1.020)	(37.360)	(1.020)	(37.359)
Aumento (redução) de capital		55		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**(2.130)**	**(10.192)**	**216.265**	**432.085**
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos pela consolidação na participação da Oi				682.489
Fluxo de caixa do período	**(2.600)**	**2.643**	**1.695.648**	**1.467.128**
Caixa e equivalente de caixa				
Saldo final	648	3.248	3.181.817	1.486.169
Saldo inicial	3.248	605	1.486.169	19.041
Variação no período	**(2.600)**	**2.643**	**1.695.648**	**1.467.128**

Divulgação adicional a demonstração do fluxo de caixa
(a) Transacões não-caixa

	Consolidado	
	2010	**2009**
Variação entre investimento econômico e financeiro (Ativo imobilizado e intangível)	(361.600)	(543.470)
Dividendos/JCP propostos e não pagos	548.468	1.055
Dividendos/JCP não recebidos	525.500	
Aumento de capital pela incorporação de investimento da Oi		8.672.466
Aumento de capital pela relação de troca entre Amazônia para a TNCP sobre não controladores		32.881

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa
(a) Aquisição do controle da TCP e Way TV
Conforme divulgado no item (a) da Nota 1 – INFORMAÇÕES GERAIS, no dia 1 de outubro de 2010, a TNCP, através de sua controlada direta Oi adquiriu o controle acionário da TCS e, por consequência, o da Way TV. Os valores contábeis dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição do controle estão resumidos da seguinte maneira:

TCP	
Caixa e equivalentes de caixa	18.468
Clientes	11.813
Tributos	27.109
Ativo imobilizado/intangível	119.875
Empréstimos e financiamentos	(113.121)
Outros ativos e passivos líquidos	45.303
Preço de compra do controle liquidado em caixa	**109.447**
Caixa adquirido da controlada	(18.468)
Caixa líquido do caixa adquirido	**90.979**
(b) Aquisição do controle da Oi	
TCS	
Caixa e equivalentes de caixa	682.489
Outros ativos circulantes	2.460.074
Ativos não circulantes	9.035.451
Total do ativo	**12.178.014**
Passivos circulantes	1.849.101
Passivos não circulantes	1.508.591
Patrimônio líquido	8.820.322
Total do Passivo	**12.178.014**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP / IFRS)	
	Nota	**2010**	**2009**	**2010**	**2009**
Receita de vendas e/ou serviços	5			8.554.542	6.233.665
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	6			(4.042.587)	(3.230.365)
Lucro bruto				**4.511.955**	**3.003.300**
Receitas (despesas) operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	17	2.038.270	756.448		
Comercialização dos serviços	6		(400)	(1.660.074)	(1.571.125)
Gerais e administrativas	6	(423)	(6.823)	(529.439)	(463.878)
Outras receitas operacionais	7	1		292.208	218.948
Outras despesas operacionais	7	(12)		(219.300)	(181.007)
		2.037.836	**749.225**	**(2.116.605)**	**(1.997.062)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos		**2.037.836**	**749.225**	**2.395.350**	**1.006.238**
Receitas financeiras	8	6	1.396	552.132	308.216
Despesas financeiras	8	(48.613)	(1.649)	(370.089)	(197.944)
		(48.607)	**(253)**	**182.043**	**110.272**
Lucro antes das tributações		**1.989.229**	**748.972**	**2.577.393**	**1.116.510**
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	9	(113.373)		(458.047)	(175.006)
Diferido	9	(48.575)	8.531	(292.065)	(179.219)
		(161.948)	**8.531**	**(750.112)**	**(354.225)**
Lucro líquido do exercício		**1.827.281**	**757.503**	**1.827.281**	**762.285**
Lucro líquido atribuído aos controladores		1.827.281	757.503	1.827.281	757.503
Lucro líquido atribuído aos não controladores					4.782
Lucro básico e diluído por ação (ordinária e preferencial) (R$)	25 (f)	**10,27**	**7,11**	**10,27**	**7,11**

A Companhia não possui resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2010	**2009**	**2010**	**2009**
Receitas				
Vendas de serviços e mercadorias			12.037.698	8.723.570
Descontos incondicionais e cancelamentos			(1.276.508)	(873.152)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(246.108)	(229.929)
Outras receitas	1		292.208	218.948
	1		**10.807.290**	**7.839.437**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos com interconexão			(1.622.298)	(1.226.263)
Materiais e energia			(108.238)	(150.987)
Custo de mercadorias			(160.834)	(149.826)
Serviços de terceiros	(269)	(1.094)	(2.082.233)	(1.750.917)
Outros	(76)	(5.062)	(565.564)	(449.016)
	(345)	**(6.156)**	**(4.539.167)**	**(3.727.009)**
Valor adicionado bruto	**(344)**	**(6.156)**	**6.268.123**	**4.112.428**
Retenções				
Depreciação e amortização			(864.064)	(812.929)
Provisões			(76.710)	(75.508)
Outras despesas	(2)		(36.999)	(39.301)
	(2)		**(977.773)**	**(927.738)**
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(346)	(6.156)	5.290.350	3.184.690
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	2.038.270	756.448		
Receitas financeiras	6	1.396	552.132	308.216
	2.038.276	**757.844**	**552.132**	**308.216**
Valor adicionado total a distribuir	**2.037.930**	**751.688**	**5.842.482**	**3.492.906**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	(90)	(117)	(171.630)	(136.392)
Benefícios		(44)	(20.877)	(19.411)
FGTS			(10.616)	(13.524)
Outros	(18)	(23)	(36.276)	(32.995)
	(108)	**(184)**	**(239.399)**	**(202.322)**
Impostos e taxas				
Federais	(210.528)	8.651	(1.062.318)	(525.827)
Estaduais			(1.759.146)	(1.261.658)
Municipais	(10)		12.579	(3.151)
	(210.538)	**8.651**	**(2.808.885)**	**(1.790.636)**
Remuneração de capital de terceiros				
Juros e demais encargos financeiros	(3)	(1.649)	(306.171)	(186.130)
Aluguéis e seguros		(1.003)	(660.746)	(551.533)
	(3)	**(2.652)**	**(966.917)**	**(737.663)**
Remuneração de capitais próprios				
Participações de acionistas não controladores				(4.782)
Dividendos	(826.781)	(1.054)	(826.781)	(1.054)
Lucros retidos	(1.000.500)	(756.449)	(1.000.500)	(756.449)
	(1.827.281)	**(757.503)**	**(1.827.281)**	**(762.285)**
Valor adicionado distribuído	**(2.037.930)**	**(751.688)**	**(5.842.482)**	**(3.492.906)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuído à participação dos controladores										
			Reserva de capital			Reserva de lucros					
	Capital social	**Reserva de ágio na subscrição de ações**	**Reserva de ágio na incorporação de ações**	**Opções de ações**	**Legal**	**Investimentos**	**Lucros a realizar**	**Dividendo adicional proposto**	**Lucros (prejuízos) acumulados**	**Total da participação acionistas controladores**	**Participação dos Acionistas não controladores**	**Total do patrimônio líquido**
Em 01 de janeiro de 2009	**84.851**		**48.498**		**2.039**			**28.420**	**(48.498)**	**115.310**	**26.648**	**141.958**
Aumento de capital - Incorporação Oi	8.706.405									8.706.405		8.706.405
Constituição de reserva de investimentos						102				102		102
Constituição de reserva de ágio na alienação de ações		146.856								146.856		146.856
Reorganização societária Amazônia Celular (Nota 1(a))									(1.451)	(1.451)	(31.430)	(32.881)
Efeitos de adoção do IFRS da controlada Oi adquirida em março de 2009				6.677					(564.491)	(557.814)		(557.814)
Aprovação de dividendos propostos								(28.420)		(28.420)		(28.420)
Lucro líquido do exercício									757.503	757.503	4.782	762.285
Destinação dos lucros:												
Reserva legal					27.518				(27.518)			
Constituição de reserva de lucros a realizar							114.490		(114.490)			
Dividendos pagos									(1.055)	(1.055)		(1.055)
Em 31 de dezembro de 2009	**8.791.256**	**146.856**	**48.498**	**6.677**	**29.557**	**102**	**114.490**			**9.137.436**		**9.137.436**
Plano de opções de ações				3.296						3.296		3.296
Lucro líquido do exercício									1.827.281	1.827.281		1.827.281
Destinação dos lucros:												
Reserva legal					91.364				(91.364)			
Reversão de reserva de lucros a realizar							(114.490)		114.490			
Dividendo mínimo obrigatório (R$ 3,0837)									(548.470)	(548.470)		(548.470)
Dividendo adicional proposto (R$ 2,2085)								392.801	(392.801)			
Reserva de investimentos						909.136			(909.136)			
	8.791.256	**146.856**	**48.498**	**9.973**	**120.921**	**909.238**		**392.801**		**10.419.543**		**10.419.543**
Em 31 de dezembro de 2010	**8.791.256**			**205.327**			**1.030.159**	**392.801**		**10.419.543**		**10.419.543**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010, 2009 E 1 DE JANEIRO DE 2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Tele Norte Celular Participações S.A. ("TNCP") é uma sociedade por ações de capital aberto, atuando como holding direta da TNL PCS S.A. ("Oi"). A participação da TNCP na Oi passou a ser de 100%, após o processo de incorporação de ações detalhado na Nota 1(a).
A TNCP é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, na Rua General Polidoro, 99 e é controlada pela Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") que detém 99,57% do capital votante e 99,65% do capital total da Companhia.
As Demonstrações Financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 18 de março de 2011.
As controladas diretas e indiretas da TNCP são sediadas no Brasil e as participações nas empresas estão demonstradas abaixo:

		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa	**Atividade**	**2010**	**2010**	**2009**	**2009**
TNL PCS S.A. ("Oi")	Telefonia Móvel - Regiões I e III	100%		100%	
TNL PCS Participações S.A.	Holding		100%		
Way TV Belo Horizonte S.A. ("Way TV")	Telefonia Fixa e transmissão de dados - Minas Gerais		100%		
Paggo Soluções S/A	Financeiro		100%		
Paggo Empreendimentos S.A. ("Paggo")	Sistemas de pagamentos e de crédito		100%		100%
Paggo Administradora de Crédito Ltda.	Investimentos em propriedades		100%		100%
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda.	Investimentos em propriedades		100%		100%
SPE São Paulo Participações S/A	Imobiliária	100%			

(a) Aquisição da TNCP, OPA's e reorganização societária da Amazônia Celular S.A. ("Amazônia")
Em 3 de abril de 2008 a TMAR adquiriu o controle acionário da TNCP (e, indiretamente da Amazônia), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Vivo Participações S.A. ("Vivo").
Em 22 de outubro de 2008 e em 16 de janeiro de 2009, a TMAR realizou OPA's voluntária e obrigatória, respectivamente, nas quais efetuou aquisições de ações da Amazônia e da TNCP, conforme apresentados no quadro abaixo:

	22 de outubro de 2008				16 de janeiro de 2009	
	Preferenciais Amazônia				Ordinárias	
	Classe A	**Classe B**	**Classe C**	**Classe E**	**TNCP**	**Amazônia**
Quantidade	64.860	113.571	14.800	174.875	1.175.018	80.868
Preço pago	38,00	38,00	38,00	38,00	87,61	134,00
Representatividade das ações		74,1%			97,9%	34,8%

Como resultado das aquisições efetuadas no âmbito das OPA's obrigatórias e voluntárias, a TMAR passou a ser detentora, após a data de 16 de janeiro de 2009, de 2.467.689 ações ordinárias e de 4.147.288 ações preferenciais da TNCP, bem como de 80.868 ações ordinárias e de 971.791 ações preferenciais da Amazônia, representativas de 98,7% do capital total da TNCP e de 17,9% do capital total da Amazônia.
Em 9 de março de 2009, a administração da TMAR implementou reorganização societária, tendo como objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia com aqueles relacionados às atividades da Oi, devolvendo à ANATEL, em seguida, as autorizações para o uso de determinadas radiofrequências.
A reorganização societária ocorreu da seguinte forma:
Incorporação de ações da Amazônia pela TNCP

	Ordinárias	**Preferenciais**
Ações da Amazônia recebidas pela TMAR	151.159	270.798
Ações da TNCP entregues pela TMAR (i)	354.886	1.430.859
Relação de troca para 1 ação da Amazônia (ii)	1,529505	1,151515

(i) Foram emitidas novas ações para a troca.
(ii) A relação de substituição de ações respeitou as espécies de ações existentes, tomando como base:
- para as ações ordinárias, os preços praticados nas OPA's obrigatórias da TNCP e da Amazônia; e
- para as ações preferenciais, os preços praticados nas OPA's voluntárias da TNCP e da Amazônia
A incorporação de ações da Amazônia resultou no aumento do capital social da TNCP no montante de R$ 32.881.

Aumento de capital da TNCP

A TMAR aumentou sua participação acionária na TNCP, através da integralização de capital na forma de cessão da totalidade do investimento na Oi. Neste procedimento foram emitidas 56.464.204 ações ordinárias e 112.928.407 ações preferenciais da TNCP e o montante total envolvido foi de R$ 8.673.466, que corresponde ao valor contábil do investimento na Oi.

Em decorrência da incorporação das ações da Amazônia e da integralização de capital da controladora TMAR, o capital social da TNCP sofreu um aumento de R$ 8.673.466, passando a ser de R$ 8.791.256, representado por 59.311.566 ações ordinárias e 118.568.472 ações preferenciais, tendo resultado na seguinte composição acionária:

	Ações ON	%	Ações PN	%	Total	%
TMAR	59.055.488	99,57	118.193.342	99,68	177.248.830	99,65
Ações em circulação	256.078	0,43	375.130	0,32	631.208	0,35
Total de ações	**59.311.566**	**100,00**	**118.568.472**	**100,00**	**177.880.038**	**100,00**

Incorporação da Amazônia pela Oi

Na incorporação da Amazônia pela Oi, foram emitidas 92.363.839 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, da Oi, sendo cada ação ordinária ou preferencial de emissão da Amazônia, independentemente de classe, correspondente a 15.686.583 ações ordinárias de emissão da Oi.

As radiofrequências atribuídas à Amazônia foram devolvidas à ANATEL, com a consequente extinção de sua outorga de SMP.

Antes da reestruturação societária o capital social da Oi era R$ 9.612.504, dividido em 6.101.213.226 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em decorrência da incorporação da Amazônia a valor contábil, o capital social da Oi sofreu um aumento de R$ 131.302, passando a ser de R$ 9.743.805, representado por 6.193.577.065 ações ordinárias. As ações emitidas foram integralizadas com a absorção do patrimônio líquido da Amazônia, sendo 100% das ações da Oi detidas pela TNCP.

Em 22 de abril de 2009, poucos acionistas minoritários não exerceram direito de retirada, tendo integralizado capital na TNCP no montante de R$ 55, passando o capital social total a ser de R$ 8.791.256, sem acarretar em aumento na quantidade de ações.

(b) Reorganização societária da Way TV

Em 25 de setembro de 2008, os Conselhos de Administração da TNL e da TMAR aprovaram a implementação de reorganização societária relacionada à Way TV, com a finalidade de: (i) aumentar as eficiências operacionais e o aproveitamento de sinergias entre as atividades desenvolvidas pela Oi e Way TV, e (ii) permitir o incremento da oferta de serviços convergentes, principalmente "*quadruple play*". A reorganização encontrava-se condicionada a aprovação da ANATEL e, tal anuência foi concedida em 11 de março de 2010.

Em 1 de outubro de 2010, a TNL efetuou a reorganização societária, que consistiu das seguintes etapas:

- Venda da TNL PSC Participações S.A. ("TNL PCS Part."), subsidiaria integral da TNL, para a Oi; e
- Incorporação da TNL PSC Part..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS - "*International Financial Reporting Standards*" emitidos pelo IASB - "*International Accounting Standards Board*" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM..

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as IFRSs e os CPCs. Na elaboração das Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos técnicos aplicáveis emitidos em 2009 e em 2010, Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota 3.

b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R1) e IAS 27 – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 10).

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação).

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado, e ativos intangíveis que não ágio.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo na data de encerramento do exercício apresentado e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme comentado no item abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus efeitos reconhecidos na conta de ajuste de avaliação patrimonial, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento do exercício, cujo valor é apurado por meio de valorização das leituras realizadas nas datas de encerramento ou por estimativas considerando a performance histórica. Os respectivos tributos são também apurados e contabilizados por competência. As contas a receber decorrentes da comercialização de aparelhos celulares e acessórios estão registradas pelos valores das vendas realizadas, no momento em que as mercadorias são entregues e aceitas pelos clientes.

Os encargos das contas em atraso são reconhecidos contabilmente quando da emissão da conta do primeiro ciclo de faturamento subsequente ao pagamento da conta vencida.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída com o intuito de reconhecer prováveis perdas com relação às contas a receber, considerando as medidas que são tomadas para limitar os serviços proporcionados a clientes com contas vencidas e para cobrar tais contas, a começar quando o atraso é superior a 60 dias, aumentando progressivamente, como segue:

Contas em atraso	% de perda provisionada
De 1 a 60 dias	Zero
De 61 a 90 dias	40
De 91 a 120 dias	60
De 121 a 150 dias	80
De 151 a 180 dias	100

A partir de 181 dias em atraso, as contas a receber e respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa são revertidas no balanço patrimonial.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante, conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição;
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição, e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia;
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos, basicamente, incentivos fiscais, são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto, são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado, pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo;
- O software pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software;
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso.

Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia em seus vários segmentos de negócios.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. A provisão de desmobilização de ativos foi ajustada a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável, a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia em razão da fluência da taxa utilizada no cálculo.

Na avaliação da Companhia, nenhum outro ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data de encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos. Nessas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de "*hedge*" ("*hedge accounting*").

Provisões e passivos contingentes

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de contribuições definidas e benefícios definidos.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

- Plano de opção de compra de ações - A controladora TNL oferece aos seus administradores planos de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos, são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção e são liquidadas em ações. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 562/2008.
- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico, em consonância com a Lei nº 10.101/2000 e com o estatuto social.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis para venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram, substancialmente, transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares.

Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com os respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Para atendimento às disposições societárias, os juros sobre o capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como "Despesas financeiras", sendo revertidos para "Lucros acumulados", por serem, em essência, distribuições de resultados. Para não afetar os índices financeiros e permitir a comparabilidade entre os exercícios, as reversões estão sendo apresentadas no grupo de despesas financeiras, anulando seus efeitos.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado. Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que as controladas irão cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar as controladas por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as praticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as praticas contábeis internacionais representam informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03/IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates de depósitos judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, conforme mencionado na Nota 2, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações na base de cálculo da provisão. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Vida útil do ativo imobilizado

O ativo imobilizado é depreciado, usando o método de depreciação linear no decorrer da vida útil dos ativos. As vidas úteis dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 18.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis dos ativos, levando-se em consideração as mudanças nas estimativas, com base na obsolescência técnica e avaliação por peritos externos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade ("*impairment*") dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida ("*goodwill*") a Companhia anualmente testa eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e saída de caixas projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 23. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

d) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

(i) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis iniciados em 1 de janeiro de 2011 ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização dos ativos financeiros da Companhia. A norma não é aplicável até 1 de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IFRS 9.

IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009. Substitui o IAS 24, "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em 2003. O IAS 24 (revisado) é obrigatório para períodos iniciando em ou após 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia, no todo ou em parte, é permitida.

A norma IAS 24 revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas do governo. A Companhia aplicará a norma revisada a partir de 1 de janeiro de 2011. Quando aplicada, a Companhia e a controladora precisarão divulgar quaisquer transações entre suas controladas e coligadas. A Companhia ainda avaliará o impacto total do IAS 24 (revisado).

"Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação". Sem as alterações, as entidades não podem reconhecer como um ativo pagamentos antecipados voluntários para contribuições mínimas de provimento de fundos. Essa não era a intenção quando o IFRIC 14 foi emitido, e as alterações corrigem isso. As alterações entram em vigor em períodos anuais iniciando em 1 de janeiro de 2011. Aplicação prévia é permitida. As alterações devem ser aplicadas retroativamente ao primeiro período comparativo apresentado. A Companhia aplicará essas alterações no período de apresentação dos relatórios financeiros que iniciará em 1º de janeiro de 2011.

Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 1 de janeiro de 2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

Norma	Principais exigências	Aplicações
IFRS 3 - "Combinações de Negócios"	Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado. Esclarece que as

• a Companhia e suas controladas optaram pela não adoção do valor justo como custo atribuído ao ativo imobilizado conforme incentivado pelo ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27, 37 e 43, considerando que, o método de custo, deduzido de depreciação com base na vida útil estimada e, quando aplicável, deduzido da provisão para perdas do valor recuperável do ativo, é o melhor método para avaliar seu ativo imobilizado. A Administração da Companhia entende que tal valor representa melhor a essência econômica de suas operações. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado líquido estão de acordo com as práticas contábeis atualmente adotadas no Brasil.

3.3. Exceções da aplicação retrospectiva utilizadas pela Companhia

A Companhia aplicou a seguinte exceção obrigatória na aplicação retrospectiva.

Exceção das estimativas

As estimativas utilizadas na preparação destas Demonstrações Financeiras em 1 de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

As outras exceções obrigatórias não se aplicaram, pois não houve diferenças significativas com relação ao BR GAAP antigo nessas áreas:

• Exceção da contabilização de *hedge* uma vez que a Companhia não adota essa prática, que é opcional.

• Reversão de ativos e passivos financeiros.

3.4. Conciliação entre BR GAAP antigo e IFRS/CPCs

Abaixo seguem explicações sobre os ajustes relevantes nos balanços patrimoniais e na demonstração do resultado, e depois as conciliações apresentando a quantificação dos efeitos da transição.

a) Reclassificações

Depósitos judiciais

De acordo com o BR GAAP antigo, os valores dos depósitos judiciais vinculados às provisões para contingências e tributos com exigibilidade suspensa eram apresentados reduzindo as obrigações. De acordo com os CPC 26 e IAS 1, esses valores foram reclassificados para os ativos circulante e não circulante, uma vez que não é notada autorização específica para a demonstração líquida das contingências.

Tributos sobre a renda e diferidos

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, os tributos sobre a renda são apresentados de forma segregada de outros tributos. Adicionalmente, os ativos e passivos de tributos diferidos devem ser classificados como ativos e passivos não circulantes, sendo a parcela anteriormente classificada como circulante no antigo BR GAAP reclassificado.

Instrumentos financeiros

De acordo com o CPC 40 e IFRS 7, o valor contábil dos instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo por meio do resultado devem ser apresentados de forma segregada no balanço patrimonial. Os instrumentos financeiros derivativos, anteriormente apresentados no grupo de empréstimos e financiamentos, foram reclassificados e apresentados em grupo separado no balanço patrimonial.

Participação de acionistas não controladores

De acordo com o CPC 26 e IAS 1, a participação dos acionistas não controladores são apresentadas como parte integrante do patrimônio líquido. Anteriormente tais participações eram apresentadas entre o passivo não circulante e o patrimônio líquido.

b) Equivalência patrimonial

A conciliação apresenta o reconhecimento dos efeitos de equivalência patrimonial sobre os ajustes provenientes da adoção dos CPCs e IFRS nas sociedades controladas.

Adicionalmente, de acordo com o CPC 18 / IAS 28 os efeitos registrados em contas do patrimônio líquido da investida, foram reconhecidos de forma reflexa em outros resultados abrangentes e nas respectivas contas do patrimônio líquido da controladora.

c) Gastos pré-operacionais

Até 1 de janeiro de 2009, nos termos do antigo BR GAAP as controladas da Companhia adotavam como prática contábil a capitalização de gastos pré-operacionais no grupo de ativo diferido conforme permitido pelo CPC 13. Conforme requerido pelo IFRS, gastos pré-operacionais que não possam ser atribuídos ao custo de bens do ativo imobilizado ou à formação de ativos intangíveis, devem ser lançados como despesa imediatamente. Dessa forma, os saldos consolidados dos gastos pré-operacionais em 1 de janeiro de 2009, bem como a respectiva despesa de amortização reconhecida durante o exercício de 2009, foram ajustados.

d) Diferimento de despesas com subsídios de aparelhos e taxa de ativação

De acordo com o BR GAAP antigo a Oi diferia os gastos com subsídios de aparelhos celulares de planos pós-pagos para segmento corporativo e amortizava pelo período de 12 meses, que era o período de fidelidade acordado no contrato com o cliente. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos dos gastos com subsídios contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

De acordo com BR GAAP antigo a Oi diferia as despesas com a taxa de ativação e fiscalização da Anatel - FISTEL e amortizava pelo período de 24 meses, que era o período médio de permanência dos clientes na base. De acordo com o CPC 04 e IAS 38 essas despesas são registradas diretamente no resultado quando incorridas.

A conciliação apresenta os efeitos das despesas com a taxa de ativação do cliente contabilizados como custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas.

e) Reconhecimento de receita

Rolagem de minutos

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 30 e IAS 18 - Receita, a Companhia ajustou os valores incluídos nas transações multielementos, anteriormente reconhecidos como receita na venda de serviços de telefonia, pela utilização dos serviços pelos clientes.

f) Custo com desmobilização de ativos

A conciliação apresenta o reconhecimento dos custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de itens do ativo imobilizado, de acordo com os requerimentos exigidos pelo ICPC 12 e IFRIC 1.

g) Tributos diferidos sobre a renda

A conciliação apresenta as mudanças no Imposto de Renda e na Contribuição Social diferidos, de acordo com o CPC 32 (IAS 12), que representam os reflexos tributários sobre os ajustes necessários na convergência das Demonstrações Financeiras para os CPCs e as IFRS, quando aplicável.

h) Juros sobre capital próprio e dividendos

Dividendo mínimo obrigatório

De acordo com o BR GAAP antigo, os juros sobre o capital próprio e os dividendos eram reconhecidos no final do exercício, ainda que os dividendos não tivessem sido oficialmente declarados, o que ocorrerá no exercício seguinte. De acordo com o IFRS, os dividendos são reconhecidos somente quando se constitui a obrigação legal. Dessa forma, qualquer proposta para pagamento acima do dividendo mínimo obrigatório, somente é reconhecido quando declarado. No caso de juros sobre capital próprio, como a Administração já possui autorização prévia do Conselho de Administração e se beneficia da dedutibilidade fiscal, estes são considerados declarados.

Dividendos e juros sobre capital prescritos

De acordo com os requerimentos estabelecidos pelo CPC 38 / IAS 39 nos casos em que as obrigações de passivos financeiros deixam de existir os efeitos provenientes desses passivos devem ser reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

A conciliação apresenta os efeitos dos dividendos e juros sobre capital próprios não reclamados, anteriormente registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

i) Efeitos dos ajustes sobre a demonstração dos fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas mantiveram-se inalterados na adoção pela primeira vez do IFRS e dos CPCs, entretanto, a apresentação da Demonstração dos fluxos de caixa sofre alterações devido aos ajustes que impactam algumas das rubricas desta demonstração.

j) Lucros acumulados

Exceto pelos itens de reclassificação, todos os ajustes acima com efeitos anteriores a data de transição foram registrados contra prejuízos acumulados em 1 de janeiro de 2009 e reclassificados para reservas de lucros.

k) Lucro por ação

Conforme as normas IAS 33 / CPC 41 o lucro por ação básico e diluído passou a ser calculado em base do número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício. Anteriormente, o cálculo era feito em base do número de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

As seguintes conciliações apresentam a quantificação do efeito da transição para os CPCs e o IFRS nas seguintes datas:

Conciliação do patrimônio líquido na data de transição de 1 de janeiro de 2009

	Controladora				
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Dividendos (h)	Efeito total das mudanças dos CPCs	De acordo com os CPCs 1/1/2009
Ativo circulante	**3.030**				**3.030**
Caixa e equivalentes de caixa	605				605
Aplicação financeira	1.116				1.116
Tributos a recuperar	287	(287)		(287)	
Tributos correntes a recuperar		287		287	287
Demais ativos	1.022				1.022
Ativo não circulante	**148.611**				**148.611**
Tributos diferidos a recuperar	56.178	(1.595)		(1.595)	54.583
Outros tributos a recuperar		1.595		1.595	1.595
Empréstimos com controladas	12.583				12.583
Demais ativos	83				83
Investimentos	79.767				79.767
Ativo total	**151.641**				**151.641**
Passivo circulante	**52.210**		**(28.420)**	**(28.420)**	**23.790**
Fornecedores	761				761
Dividendos e juros sobre o capital próprio	37.447		(28.420)	(28.420)	9.027
Demais ativos	14.002				14.002
Passivo não circulante	**12.541**				**12.541**
Empréstimos e financiamentos	12.541				12.541
Patrimônio líquido	**86.890**		**28.420**	**28.420**	**115.310**
Capital social	84.851				84.851
Reservas de capital	48.498				48.498
Reservas de lucros	2.039				2.039
Dividendo adicional proposto			28.420	28.420	28.420
Prejuízos acumulados	(48.498)				(48.498)
Passivo total	**151.641**				**151.641**

	Consolidado				
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2008	Reclassificações (a)	Dividendos (h)	Efeito total da mudança para o IFRS	De acordo com o IFRS 1/1/2009
Ativo circulante	**159.349**				**159.349**
Caixa e equivalentes de caixa	19.041				19.041
Aplicações financeiras	1.576				1.576
Contas a receber	74.649				74.649
Estoques	17.875				17.875
Tributos a recuperar	26.446	(26.446)		(26.446)	
Tributos correntes a recuperar		9.151		9.151	9.151
Outros tributos a recuperar		17.295		17.295	17.295
Demais ativos	19.762				19.762
Ativo não circulante	**297.802**	**155.935**		**155.935**	**453.737**
Tributos diferidos a recuperar	123.861	(5.357)		(5.357)	118.504
Outros tributos a recuperar		5.357		5.357	5.357
Depósitos e bloqueios judiciais		155.935		155.935	155.935
Demais ativos	6.942				6.942
Outros investimentos	78				78
Imobilizado	155.374				155.374
Intangível	11.547				11.547
Ativo total	**457.151**	**155.935**		**155.935**	**613.086**
Passivo circulante	**296.113**		**(28.420)**	**(28.420)**	**267.693**
Empréstimos e financiamentos	132.380	(35.005)		(35.005)	97.375
Instrumentos financeiros derivativos		35.005		35.005	35.005
Fornecedores	69.629				69.629
Tributos a recolher	3.126	(3.126)		(3.126)	
Outros tributos		3.126		3.126	3.126
Dividendos e juros sobre o capital próprio	37.447		(28.420)	(28.420)	9.027
Salários, encargos sociais e benefícios.	4.942				4.942
Autorizações e concessões a pagar	14.868				14.868
Demais obrigações	33.721				33.721
Passivo não circulante	**47.500**	**155.935**		**155.935**	**203.435**
Empréstimos e financiamentos	12.541				12.541
Provisões	28.967	155.935		155.935	184.902
Tributos a recolher	3.742	(3.742)		(3.742)	
Outros tributos		3.742		3.742	3.742
Demais obrigações	2.250				2.250
Participação de minoritários	**26.648**	**(26.648)**		**(26.648)**	
Patrimônio líquido	**86.890**	**26.648**	**28.420**	**55.068**	**141.958**
Capital social	84.851				84.851
Reservas de capital	48.498				48.498
Reservas de lucro	2.039				2.039
Dividendo adicional proposto			28.420	28.420	28.420
Prejuízos acumulados	(48.498)				(48.498)
Participação de acionistas não controladores		26.648		26.648	26.648
Passivo total	**457.151**	**155.935**		**155.935**	**613.086**

Conciliação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009

	Controladora				
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência Patrimonial (b)	Efeito total das mudança dos CPCs	De acordo com os CPCs 31/12/2009
Ativo circulante	**29.685**	**(26.105)**		**(26.105)**	**3.580**
Caixa e equivalentes de caixa	3.248				3.248
Tributos a recuperar	26.429	(26.429)		(26.429)	
Tributos correntes a recuperar		324		324	324
Demais ativos	8				8
Ativo não circulante	**9.516.583**	**26.105**	**(352.124)**	**(326.019)**	**9.190.564**
Tributos diferidos a recuperar	34.234	24.494		24.494	58.728
Outros tributos a recuperar		1.611		1.611	1.611
Demais ativos	69				69
Investimentos	9.482.280		(352.124)	(352.124)	9.130.156
Ativo total	**9.546.268**		**(352.124)**	**(352.124)**	**9.194.144**
Passivo circulante	**15.600**				**15.600**
Fornecedores	376				376
Tributos correntes a recolher	180				180
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.142				1.142
Demais obrigações	13.902				13.902
Passivo não circulante	**41.108**				**41.108**
Empréstimos e financiamentos	1.108				1.108
Adiantamento para futuro aumento capital	40.000				40.000
Patrimônio líquido	**9.489.560**		**(352.124)**	**(352.124)**	**9.137.436**
Capital social	8.791.256				8.791.256
Reservas de capital	195.354		6.677	6.677	202.031
Reservas de lucros	502.950		(358.801)	(358.801)	144.149
Passivo total	**9.546.268**		**(352.124)**	**(352.124)**	**9.194.144**

	Consolidado									
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Reclassificações (a)	Equivalência patrimonial (b)	Diferimento subsídio (d)	Diferimento taxa Fistel (d)	Gastos pré operacionais (c)	Reconhecimento de receita (e)	Desmobilização de ativos (f)	Efeito total da mudança para o IFRS	De acordo com o IFRS 31/12/2009
Ativo circulante	**4.245.776**	**(239.319)**		**(78.277)**	**(131.296)**				**(448.892)**	**3.796.884**
Caixa e equivalentes de caixa	1.486.169									1.486.169
Aplicações financeiras	283.621									283.621
Contas a receber	1.199.022									1.199.022
Estoques	89.477									89.477
Tributos a recuperar	726.562	(726.562)							(726.562)	
Tributos correntes a recuperar		182.395							182.395	182.395
Outros tributos a recuperar		269.121							269.121	269.121
Depósitos e bloqueios judiciais	10.583	35.727							35.727	46.310
Demais ativos	450.342			(78.277)	(131.296)				(209.573)	240.769
Ativo não circulante	**10.102.411**	**333.099**		**26.614**	**22.650**	**(162.049)**	**3.976**	**23.419**	**247.709**	**10.350.120**
Tributos diferidos a recuperar	628.458	127.089		26.614	55.968	82.893	3.976	8.001	304.541	932.999
Outros tributos a recuperar		147.957							147.957	147.957
Empréstimos com empresas ligadas	1.694.660									1.694.660
Depósitos e bloqueios judiciais	97.773	58.053							58.053	155.826
Despesas antecipadas	58.774				(33.318)				(33.318)	25.456
Demais ativos	351									351
Investimentos	87									87
Imobilizado	5.504.119							15.418	15.418	5.519.537
Intangível	1.873.247									1.873.247
Diferido	244.942					(244.942)			(244.942)	
Ativo total	**14.348.187**	**93.780**		**(51.663)**	**(108.646)**	**(162.049)**	**3.976**	**23.419**	**(201.183)**	**14.147.004**
Passivo circulante	**2.678.545**	**2**					**11.694**	**40.225**	**51.921**	**2.730.466**
Empréstimos e financiamentos	118.575									118.575
Fornecedores	1.366.165									1.366.165
Tributos a recolher	436.830	(436.830)							(436.830)	
Tributos correntes a recolher		148.782							148.782	148.782
Outros tributos		288.050							288.050	288.050
Programa de refinanciamento fiscal	978									978
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.142									1.142
Provisões	28.908									28.908
Salários, encargos sociais e benefícios	38.633									38.633
Autorizações e concessões a pagar	215.811									215.811
Receitas a apropriar	302.527						11.694		11.694	314.221
Demais obrigações	168.976							40.225	40.225	209.201
Passivo não circulante	**2.180.082**	**93.778**						**5.242**	**99.020**	**2.279.102**
Empréstimos e financiamentos	1.046.502									1.046.502
Provisões	121.237	22.160							22.160	143.397
Tributos diferidos a recolher	31.550	(31.550)						5.242	(26.308)	5.242
Outros tributos		103.168							103.168	103.168
Programa de refinanciamento fiscal	9.686									9.686
Autorizações e concessões a pagar	907.173									907.173
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.000									40.000
Demais obrigações	23.934									23.934
Patrimônio líquido	**9.489.560**			**(51.663)**	**(108.646)**	**(162.049)**	**(7.718)**	**(22.048)**	**(352.124)**	**9.137.436**
Capital social	8.791.256									8.791.256
Reservas de capital	195.354		6.677						6.677	202.031
Reservas de lucro	502.950		(6.677)	(51.663)	(108.646)	(162.049)	(7.718)	(22.048)	(358.801)	144.149
Passivo total	**14.348.187**	**93.780**		**(51.663)**	**(108.646)**	**(162.049)**	**3.976**	**23.419**	**(201.183)**	**14.147.004**

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora		
	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Equivalência patrimonial (b)	De acordo com os CPCs 31/12/2009
Custo de bens e/ou serviços vendidos	(4.611)		(4.611)
Prejuízo operacional bruto	**(4.611)**		**(4.611)**
Receitas (despesas) operacionais	**548.145**	**205.691**	**753.836**
Comercialização dos serviços	(400)		(400)
Gerais e administrativas	(2.212)		(2.212)
Resultado de equivalência patrimonial	550.757	205.691	756.448
Resultado financeiro	**(253)**		**(253)**
Receita financeira	1.396		1.396
Despesa financeira	(1.649)		(1.649)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**543.281**	**205.691**	**748.972**
Imposto de renda e contribuição social	8.531		8.531
Lucro líquido do exercício	**551.812**	**205.691**	**757.503**

	Consolidado									
	De acordo com BRGAAP 31/12/2009	Equivalência patrimonial (b)	Diferimento subsídio (d)	Diferimento taxa Fistel (d)	Gastos pré operacionais (c)	Reconhecimento de receita (e)	Desmobilização de ativos (f)	Dividendos (h)	Efeito total da mudança para o IFRS	De acordo com o IFRS 31/12/2009
Receita líquida de vendas e/ou serviços	**6.193.936**					**39.729**			**39.729**	**6.233.665**
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(3.442.252)		191.309	21.496			(918)		211.887	(3.230.365)
Lucro operacional bruto	**2.751.684**		**191.309**	**21.496**		**39.729**	**(918)**		**251.616**	**3.003.300**
Receitas (despesas) operacionais	**(2.060.863)**	**(7.793)**			**71.594**				**63.801**	**(1.997.062)**
Comercialização dos serviços	(1.571.125)									(1.571.125)
Gerais e administrativas	(463.878)									(463.878)
Outras receitas operacionais	217.906							1.042	1.042	218.948
Outras despesas operacionais	(252.601)				71.594				71.594	(181.007)
Resultado da equivalência patrimonial	8.835	(7.793)						(1.042)	(8.835)	
Resultado financeiro	**110.272**									**110.272**
Receita financeira	309.244									309.244
Despesa financeira	(198.972)									(198.972)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**801.093**	**(7.793)**	**191.309**	**21.496**	**71.594**	**39.729**	**(918)**		**315.417**	**1.116.510**
Imposto de renda e contribuição social										
Corrente	(175.006)									(175.006)
Diferido	(69.493)		(65.045)	(7.309)	(24.176)	(13.508)	312		(109.726)	(179.219)
Lucro antes das participações minoritárias	**556.594**	**(7.793)**	**126.264**	**14.187**	**47.418**	**26.221**	**(606)**		**205.691**	**762.285**
Participações minoritárias	(4.782)									(4.782)
Lucro líquido do exercício	**551.812**	**(7.793)**	**126.264**	**14.187**	**47.418**	**26.221**	**(606)**		**205.691**	**757.503**
Atribuível a:										
Acionistas controladores	551.812	(7.793)	126.264	14.187	47.418	26.221	(606)		205.691	757.503
Acionistas não controladores	4.782									4.782

Conciliação dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009

	Controladora			Consolidado		
Fluxos de caixa	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC´s 31/12/2009	De acordo com os CPC´s 31/12/2009	BRGAAP originalmente apresentado 31/12/2009	Efeito total das mudanças dos CPC´s 31/12/2009	De acordo com os CPC´s 31/12/2009
Atividades operacionais	61.421	(62.604)	(1.183)	2.404.154	110.074	2.514.228
Atividades de investimentos	(3.551)	17.569	14.018	(1.019.337)	(1.142.337)	(2.161.674)
Atividades de financiamentos	(55.227)	45.035	(10.192)	82.311	349.774	432.085
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos pela consolidação na participação da Oi					682.489	682.489

A CVM através da Deliberação nº 656, de 25 de janeiro de 2011, que acrescentou o art. 2º à Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, requer que as companhias abertas que, até a data da apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício social iniciado a partir de 1 de janeiro de 2010, não tiverem reapresentado os seus ITR de 2010, incluam nessas demonstrações anuais nota explicativa evidenciando, para cada trimestre de 2010 e 2009, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

Estas Informações Trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

A seguir apresentamos as conciliações de patrimônio líquido e resultado para os trimestres de 2010 e de 2009.

Conciliação do patrimônio líquido

	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Patrimônio Líquido conforme BR GAAP	**9.900.235**	**9.005.652**	**10.343.665**	**9.066.526**	**10.850.412**	**9.336.806**
Diferimento subsídio	(65.069)	(118.088)	(53.199)	(78.514)	(39.149)	(51.882)
Diferimento taxa Fistel	(93.470)	(126.813)	(83.080)	(138.907)	(60.325)	(125.633)
Baixa do Diferido	(147.848)	(204.651)	(133.647)	(190.451)	(119.446)	(176.250)
Reconhecimento de receita	(597)	(19.320)	(13.445)	(14.692)	(11.737)	(14.993)
Desmobilização de ativos	(5.777)	(4.900)	(6.200)	(5.050)	(6.627)	(5.203)
Dividendos		28.420				
Patrimônio Líquido conforme IFRS	**9.587.474**	**8.560.300**	**10.054.094**	**8.638.912**	**10.613.128**	**8.962.845**

Conciliação do lucro (prejuízo) líquido

	Em 31 de Março		Em 30 de Junho		Em 30 de Setembro	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Lucro Líquido conforme BR GAAP	**410.675**	**71.789**	**854.105**	**132.608**	**1.360.852**	**402.888**
Equivalência Patrimonial	(1.277)	(2.453)	(2.056)	(4.122)	(2.584)	(5.400)
Diferimento subsídio	(10.065)	59.839	(1.537)	99.413	12.513	126.045
Diferimento taxa Fistel	15.175	(3.980)	25.565	(16.074)	48.320	(2.800)
Baixa do Diferido	14.201	4.815	28.402	19.016	42.603	33.217
Reconhecimento de receita	7.121	14.619	(5.727)	19.247	(4.019)	18.946
Desmobilização de ativos	(420)	(149)	(843)	(299)	(1.270)	(452)
Lucro Líquido conforme os CPCs e as IFRS	**435.410**	**144.480**	**897.909**	**249.789**	**1.456.415**	**572.444**
Atribuído a:						
Controlador		139.698		245.006		567.662
Não controladores		4.782		4.783		4.782

Os efeitos da adoção dos CPCs nas controladas apresentados acima no consolidado foram reconhecidos como equivalência patrimonial no resultado e no balanço patrimonial da controladora.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS (CONSOLIDADO)

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela administração. A Companhia tinha como política um limite máximo de exposição em moeda estrangeira equivalente a 12% da dívida bruta do Grupo Oi. Em 1 de outubro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi ("Política"), que passou a formalizar a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de risco de acordo com a Diretriz de risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "*swaps*", termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Estratégia e Diretor de Tesouraria do Grupo Oi. O Comitê se reúne mensalmente para supervisionar o enquadramento da Política. Bimestralmente, a Diretoria apresenta ao Conselho de Administração relatórios de acompanhamento da Política.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são iguais aos valores contábeis.
Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		Consolidado 2010	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	3.181.817	3.181.817
Aplicações financeiras	Valor justo	479.206	479.206
Contas a receber	Custo amortizado	1.260.148	1.260.148
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	1.119.045	1.119.045
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.532.804	1.532.804
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	548.590	548.590
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	1.268.673	1.268.673

		Consolidado 2009	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	1.486.169	1.486.169
Aplicações financeiras	Valor justo	283.621	283.621
Contas a receber	Custo amortizado	1.199.022	1.199.022
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	1.366.165	1.366.165
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.165.077	1.170.343
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	1.142	1.142
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	1.122.984	1.122.984

		Consolidado 01/01/2009	
	Mensuração contábil	Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	19.041	19.041
Aplicações financeiras	Valor justo	1.576	1.576
Contas a receber	Custo amortizado	74.649	74.649
Passivo			
Fornecedores	Custo amortizado	69.629	69.629
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	109.916	94.014
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	9.027	9.027
Autorizações e concessões a pagar	Custo amortizado	14.868	14.868

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*"nonperformance risk"),* incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.
O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de "*input*" significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:
Nível 1 - Os "*inputs*" são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.
Nível 2 - Os "*inputs*" são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os "*inputs*" do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou "*inputs*" que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.
Nível 3 - Os *"inputs"* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *inputs* representam as melhores estimativas da administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.
De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Nossos equivalentes de caixa e aplicações financeiras são classificados como Nível 1, pois são mensurados utilizando preços de mercado. Nossos instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.
A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1 de janeiro de 2009:

			Consolidado	
Descrição	2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	3.181.817		3.181.817	
Aplicações financeiras	479.206		479.206	
Total dos ativos	**3.661.023**		**3.661.023**	
Passivo				
Instrumentos derivativos				
Total do passivo				

			Consolidado	
Descrição	2009	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	1.486.169		1.486.169	
Aplicações financeiras	283.621		283.621	
Total dos ativos	**1.769.790**		**1.769.790**	
Passivo				
Instrumentos derivativos				
Total do passivo				

			Consolidado	
Descrição	1 de janeiro de 2009	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes à caixa	19.041		19.041	
Aplicações financeiras	1.576		1.576	
Total dos ativos	**20.617**		**20.617**	
Passivo				
Instrumentos derivativos	35.005		35.005	
Total do passivo	**35.005**		**35.005**	

Ajuste a valor presente

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:
- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(b) Risco de taxa de câmbio

Até 14 de janeiro de 2009, a Amazônia possuía títulos de dívida contratados em moeda estrangeira ("*bonds*"). O risco vinculado a esse passivo surgia em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que pudessem aumentar o saldo deste. Para minimizar esse tipo de risco, a Amazônia contratou operações de proteção cambial.
As informações sobre os referidos contratos de "*swap*" estão resumidos a seguir:

Contratos de *"Swap"*	Indexador 2009	Indexador 01/01/2009	Valor de referência (nocional) 2009	Valor de referência (nocional) 01/01/2009	Valor Justo a receber/ (a pagar) 2009	Valor Justo a receber/ (a pagar) 01/01/2009
Posição Ativa		Dólar norte americano		40.000		92.113
Posição Passiva		74,80% a 75,25% do CDI		(92.792)		(127.118)
Valor líquido						**(35.005)**

Contraparte Banco Votorantim S.A. e Unibanco S.A.

(c) Risco de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade da Companhia computar prejuízos derivados de flutuações nas taxas de juros, aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes.
A principal dívida é representada pelo financiamento junto ao BNDES, sujeito a taxas de juros flutuantes com base na TJLP. Uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros, conforme quadro abaixo:

Fluxo futuro de pagamentos de juros por período

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Administração estimou cenários de variação nas taxas TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2010. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de Taxas de Juros

	TJLP
Cenário provável	6,0%
Cenário possível	7,5%
Cenário remoto	9,0%

Em 31 de dezembro de 2010, a administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.
O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.
Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.
Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 10.

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

					Consolidado 2010	
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	94.206	142.915	74.309	39.136	**350.566**
Cenário Possível						
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	119.509	196.714	117.578	85.185	**518.986**
Cenário Remoto						
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	145.503	258.101	171.981	149.314	**724.899**
Impactos						
Cenário possível - Cenário provável						
TJLP		25.303	53.799	43.269	46.049	**168.420**
Cenário remoto - Cenário provável						
TJLP		51.297	115.186	97.671	110.178	**374.332**

(d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas nas suas realizações.

(e) Risco de liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos com terceiros são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Oi poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.
O risco de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos "*covenants*" financeiros atrelados as dívidas do grupo estão detalhados na Nota 19, na seção "*Covenants*".

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(i) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros) de acordo com melhores práticas de mercado.
O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.
A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.
Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Total sobre o EBITDA (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida liquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA, índice de cobertura de juros e Relação Dívida sobre o Patrimônio líquido, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA	entre 2x e 3x
Dívida Líquida/EBITDA	entre 1,4 x e 2x
Relação Dívida/Patrimônio Líquido	entre 40%-60% e 60%-40%
Índice de cobertura de juros(*)	maior que 4

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

5. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Consolidado	
	2010	2009
Receita bruta de vendas e/ou serviços	12.037.698	8.723.570
Deduções da receita bruta		
Tributos	(2.206.648)	(1.616.753)
Outras deduções	(1.276.508)	(873.152)
Receitas de vendas e/ou serviços	**8.554.542**	**6.233.665**

6. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	2010	2009	2010	2009
Interconexão			(1.622.298)	(1.226.263)
Serviços de terceiros	(239)	(701)	(1.448.195)	(1.237.743)
Depreciação e amortização			(864.064)	(812.929)
Aluguéis e seguros		(1.003)	(660.746)	(551.533)
Fistel			(483.367)	(369.565)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(246.108)	(229.929)
Serviço de manutenção da rede			(237.091)	(125.128)
Publicidade e propaganda		(273)	(230.527)	(244.807)
Pessoal	(108)	(184)	(189.844)	(181.725)
Custos de aparelhos e outros			(141.534)	(131.847)
Materiais			(26.129)	(74.447)
Outros custos e despesas	(76)	(5.062)	(82.197)	(79.452)
	(423)	**(7.223)**	**(6.232.100)**	**(5.265.368)**
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas			(4.042.587)	(3.230.365)
Comercialização de serviços		(400)	(1.660.074)	(1.571.125)
Gerais e administrativas	(423)	(6.823)	(529.439)	(463.878)
	(423)	**(7.223)**	**(6.232.100)**	**(5.265.368)**

7. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Outras receitas operacionais				
Aluguel de infra-estrutura			104.238	74.165
Despesas recuperadas	1		80.554	35.868
Serviços técnicos e administrativos			43.444	35.502
Multas sobre contas vencidas			29.273	22.114
Ganho na alienação de ativo permanente				18.906
Dividendos prescritos				1.042
Outras receitas			34.699	31.351
	1		**292.208**	**218.948**
Outras despesas operacionais				
Tributos	(10)		(69.129)	(57.416)
Provisões para perdas em processos judiciais			(63.617)	(63.694)
Participação dos empregados no resultado			(46.259)	(13.919)
Despesas com cobranças			(8.270)	(9.300)
Perda na alienação de ativo permanente			(20.137)	(10.626)
Despesas com multas	(2)		(4.257)	(3.929)
Remunerações baseadas em ações			(3.296)	(6.677)
Provisão para perda de investimentos e outras provisões				(3.717)
Outras despesas			(4.335)	(11.729)
	(12)		**(219.300)**	**(181.007)**

8. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas		1.352	242.864	175.949
Rendimentos de aplicações financeiras	6	44	238.903	85.058
Juros sobre contas a receber com atraso			26.135	25.112
Descontos financeiros obtidos			17.374	5.631
Juros e variações monetárias sobre outros ativos			16.706	15.197
Outros			10.150	1.269
	6	**1.396**	**552.132**	**308.216**
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(2)		(194.776)	(119.823)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros			(57.647)	(1.740)
IOF, IRRF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(48.610)		(72.295)	(19.268)
financeiras e encargos bancários	(48.610)		(72.295)	(19.268)
Juros sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(1)	(1.420)	(14.099)	(30.397)
Atualização monetária de provisões para perdas em processos judiciais			(13.093)	(11.815)
Descontos financeiros concedidos a terceiros			(12.063)	(11.547)
Variação cambial sobre outros passivos		(43)	(5.048)	(2.516)
Operações de instrumentos financeiros derivativos				(394)
Outros		(186)	(1.068)	(444)
	(48.613)	**(1.649)**	**(370.089)**	**(197.944)**

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária combinada de 34%. Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Tributos correntes				
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(113.373)		(458.047)	(175.006)
Tributos diferidos	(48.575)	8.531	(292.065)	(179.219)
Total	**(161.948)**	**8.531**	**(750.112)**	**(354.225)**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Resultado antes dos impostos e das participações	**1.989.229**	**748.972**	**2.577.393**	**1.116.510**
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL				2.997
Total do resultado tributado	**1.989.229**	**748.972**	**2.577.393**	**1.119.507**
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributado (10%+15%+9%=34%)	(676.338)	(254.650)	(876.314)	(380.632)
Equivalência patrimonial	693.012	257.192		
Efeito tributário dos juros sobre o capital próprio	(178.670)			
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)			125.672	46.678
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	48	5.989	22.462	(54.635)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS				
Ativo fiscal diferido não constituído			(44.199)	
Ativo fiscal diferido constituído			7.302	31.934
Outros			14.965	2.430
Efeito de IRPJ e CSLL na demonstração de resultado	(161.948)	8.531	(750.112)	(354.225)
Alíquota efetiva	8,1%	1,1%	(29,1%)	(32,1%)

(i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
(ii) Refere-se, substancialmente, às adições e exclusões permanentes relativas a multas indedutíveis, ICMS sobre incentivos fiscais, despesas com patrocínio e provisão para passivo a descoberto.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT - Regime Tributário Transitório.

10. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e na data de transição de 01 de janeiro de 2009, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Caixa	443	3.248	93	57.989	12.682	2.929
Equivalentes de caixa	205		512	3.123.828	1.473.487	16.112
	648	**3.248**	**605**	**3.181.817**	**1.486.169**	**19.041**
Fundos de investimentos exclusivos				2.848.658	891.108	
CDB - Certificado de Depósito Bancário	205		512	273.796	314.714	16.112
Operações compromissadas				585	267.350	
Títulos públicos						
Outros				789	315	
Equivalentes de caixa	**205**		**512**	**3.123.828**	**1.473.487**	**16.112**

(b) Aplicações financeiras

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Fundos de investimento exclusivos			1.116	475.569	283.621	1.576
Títulos privados				3.637		
Aplicações financeiras			**1.116**	**479.206**	**283.621**	**1.576**
Circulante			1.116	475.569	283.621	1.576
Não circulante				3.637		

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresentam os saldos dos fundos consolidados:

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos		
	2010	2009	01/01/2009
Operações compromissadas	5.747.697	2.274.969	3.624.135
CDB – Certificado de Depósito Bancário	265.732	1.182.325	3.590.163
Time Deposits		580.118	809.104
Títulos privados	1.880	42.342	
Títulos públicos	3.256	26.294	156.518
Outros	18.587	967	12.411
Títulos classificados em equivalentes de caixa	**6.037.152**	**4.107.015**	**8.192.331**
Títulos públicos	1.357.585	1.356.185	1.046.233
Títulos privados	55.002	62.475	
Time Deposits	199.229		
Bonds	219.296	898	997
Debêntures			7.480
Títulos classificados em aplicações financeiras	1.831.112	1.419.558	1.054.710
Fundos de investimentos exclusivos	**7.868.264**	**5.526.573**	**9.247.041**

A controlada Oi possui aproximadamente 42% (2009 - 21% e 01/01/2009 - 18%) das quotas dos fundos de investimentos exclusivos consolidados do Grupo Oi.

11. CONTAS A RECEBER

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Serviços faturados	739.426	751.775	93.232
Serviços a faturar	360.646	294.278	15.938
Aparelhos e acessórios vendidos	289.629	280.092	9.384
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(129.553)	(127.123)	(43.905)
Total	**1.260.148**	**1.199.022**	**74.649**

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	2010	%	2009	%	01/01/2009	%
A faturar	360.646	25,95	294.278	22,19	15.938	13,44
A vencer	387.476	27,88	441.509	33,29	35.718	30,13
A receber de outros provedores	349.309	25,14	377.204	28,44	29.164	24,60
Vencidas até 30 dias	99.715	7,18	64.419	4,86	4.759	4,01
Vencidas de 31 a 60 dias	38.505	2,77	27.920	2,11	1.893	1,60
Vencidas de 61 a 90 dias	17.170	1,24	17.668	1,33	2.490	2,10
Vencidas há mais de 90 dias	136.880	9,85	103.147	7,78	28.592	24,12
	1.389.701	**100,00**	**1.326.145**	**100,00**	**118.554**	**100,00**

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2009	(43.905)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(229.929)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa da Aquisição Oi	(128.918)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	275.629
Saldo em 2009	(127.123)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(246.108)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa da Aquisição WAY TV	(829)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	244.507
Saldo em 2010	**(129.553)**

12. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

Ativo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recuperar						
CS a recuperar (i)				149.738	53.920	
IR a recuperar (i)			287	277.535	110.718	
Impostos retidos na fonte - IRRF	79.150	324		120.071	17.757	9.151
Circulante	79.150	324	287	547.344	182.395	9.151
Tributos diferidos a recuperar						
IR/CS diferidos - adições temporárias (ii)	4.762	4.738		312.669	348.794	
IR/CS diferidos - prejuízos fiscais e base negativa de CS (ii)	5.391	53.990	54.583	341.875	568.188	118.504
Outros Tributos Diferidos (i)				22.248	16.017	
Não circulante	10.153	58.728	54.583	676.792	932.999	118.504
Adições temporárias por natureza:						
Provisões diversas	151	127		26.785	19.892	
Provisão para contingências				52.662	50.030	
Provisão para devedores duvidosos				42.978	40.321	
Provisão para perdas				14.046	16.658	
IFRS-RTT - Custo com desmobilização de ativos				60.870	8.001	
IFRS-RTT - Reconhecimento de receita				29.825	82.892	
IFRS-RTT - Diferimento de despesas com subsidios de aparelhos				3.417	26.614	
IFRS-RTT – Diferimento de taxa de ativação Fistel				7.620	3.975	
IFRS-RTT - Baixa de ativo diferido				13.145	55.968	
Amortização Ágio	4.611	4.611		4.611	4.611	
Outros				56.710	39.832	

Passivo

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributos correntes a recolher						
Imposto de renda a pagar	83.356			314.303	99.256	
Contribuição social pagar	30.017			157.641	49.526	
Circulante	113.373			471.944	148.782	
Tributos diferidos a recolher						
IR e CS diferidos (ii)				14.690	5.242	
Não circulante				14.690	5.242	
Adições temporárias por natureza:						
IFRS - RTT				14.690	5.242	

Antes da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 32 (Tributos sobre o Lucro), os montantes do imposto de renda e contribuição social diferidos eram classificados no ativo e passivo circulante e não circulante, conforme a expectativa de realização. Com a adoção do CPC 32, o montante total do imposto de renda e contribuição social diferidos passou a ser classificado como ativo e passivo não circulante, incluindo os tributos diferidos apurados na aplicação dos ajustes dos CPCs.
(i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
(ii) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Até 31 de dezembro de:	Controladora	Consolidado
2011	10.153	615.230
2013		221
2014		2.900
2016 a 2018		4.132
2019 a 2021		17.371
	10.153	**639.854**

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2010, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R$ 116.168 (2009 - R$ 88.435 e 01/01/2009 – R$ 47.797).
Em atendimento ao requerimento da CVM, previsto no processo CVM nº RJ2008/10638, a Companhia divulga, nesta nota explicativa, a respeito do êxito obtido no aproveitamento do benefício fiscal do ágio registrado na Companhia através da incorporação aprovada em AGE realizada em 28 de dezembro de 1999 e procedida no início do exercício de 2000.
Segue abaixo o detalhamento do montante do ágio, o valor do ágio amortizado, o respectivo benefício fiscal e sua realização:

Ágio	147.932
Menos: Amortização acumulada	(147.932)
Total do crédito fiscal	**50.334**
Benefício fiscal realizado:	
. em exercícios anteriores a 2010	1.835
. no exercício de 2010	48.499

No encerramento do exercício de 2008, a Administração da Companhia preparou um estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto da reorganização societária, realizada em 9 de março de 2009, conforme descrita na Nota 1 (b).
Em 22 de dezembro de 2010, o Conselho da Administração da Oi, subsidiária integral da Companhia, aprovou a declaração de JSCP - Juros sobre Capital Próprio, relativo ao exercício de 2010, no valor bruto de R$ 525.500. Os lucros tributáveis na Companhia oriundos de Juros sobre o capital próprio declarado pela controlada Oi foram suficientes para possibilitar a realização integral do crédito fiscal no exercício de 2010.

13. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS a recuperar (i)				300.081	356.941	10.328
Impostos retidos na fonte - IRRF				17.378	13.484	1.596
PIS/COFINS				28.198	28.846	
Outros	1.611	1.611	1.595	18.235	17.807	10.728
	1.611	**1.611**	**1.595**	**363.892**	**417.078**	**22.652**
Circulante				256.661	269.121	17.295
Não Circulante	1.611	1.611	1.595	107.231	147.957	5.357

	Passivo					
	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
ICMS				201.035	231.081	
ICMS convênio nº 69/1998				29.727	67.443	
PIS/COFINS	48.609			89.588	32.861	
FUST/FUNTEL/Radio fusão				47.555	40.024	
Imposto retido na fonte	128	130		79.174	22	
Outros	50	50		35.569	19.787	6.868
	48.787	**180**		**482.648**	**391.218**	**6.868**
Circulante	48.787	180		411.500	288.050	3.126
Não circulante				71.148	103.168	3.742

(i) Corresponde aos créditos do ICMS apurados na entrada de bens destinados ao ativo imobilizado, conforme previsto na Lei Complementar nº 102/2000.

Além disso, os créditos de ICMS provenientes das compras de aparelhos e acessórios para revenda também são registrados nesta rubrica, sendo compensados com o ICMS devido quando da venda dessas mercadorias.

14. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Tributários				141.301	142.640	155.935
Cíveis	56	56		71.441	48.663	
Trabalhistas				4.327	2.114	
Bloqueios judiciais				9.969	8.719	
Total	**56**	**56**		**227.038**	**202.136**	**155.935**
Circulante				33.885	46.310	
Não circulante	56	56		193.153	155.826	155.935

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

15. ESTOQUES

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Aparelhos celulares e acessórios	41.851	129.168	28.223
Aparelhos DTH e acessórios	32.215	11.629	
Provisão para ajuste ao valor recuperável	(20.605)	(51.320)	(10.348)
	53.461	**89.477**	**17.875**

16. DEMAIS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Adiantamentos a fornecedores				299.711	160.767	
Publicidade e propaganda e patrocínio				16.219	57.266	
Adiantamento à FATL				14.554	16.517	
Créditos a receber	12	13	83	9.628		6.942
Tributos, taxas e contribuições				9.230	9.230	16.229
Adiantamentos a empregados	8	8		7.317	6.512	
Seguros				1.026	3.174	
Aluguel de postes				161		
Outros			1.022	6.447	13.110	3.533
Total	**20**	**21**	**1.105**	**364.293**	**266.576**	**26.704**
Circulante	8	8	1.022	297.604	240.769	19.762
Não circulante	12	13	83	66.689	25.807	6.942

Abreviatura:

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

17. INVESTIMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	10.646.222	9.130.156	79.767			
Outros investimentos				86	87	78
	10.646.222	**9.130.156**	**79.767**	**86**	**87**	**78**

A movimentação dos investimentos da TNCP decorre, substancialmente, do resultado de equivalência patrimonial de sua controlada Oi.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2009 - Reapresentado	79.767	78
Equivalência patrimonial	756.448	
Efeitos da adoção inicial do IFRS da controlada Oi adquirida em março de 2009 registrado contra lucros acumulados	(564.543)	
Aumento de capital recebido através de participação societária na Oi - Nota 1(a)	8.673.521	
Ágio na subscrição de ações de controladas	146.856	
Aumento de capital por incorporação de ações da Amazônia - Nota 1(a)	32.881	
Participações reflexas sobre programas de remuneração baseadas em ações de controladas	6.677	
Reorganização societária Amazônia Celular - Nota 1(a)	(1.451)	9
Saldo em 2009 - Reapresentado	9.130.156	87
Equivalência patrimonial	2.038.270	
Participações reflexas sobre programas de remuneração baseadas em ações de controladas	3.296	
Juros sobre capital próprio propostos pela Oi	(525.500)	
Outros investimentos avaliados pelo custo		(1)
Saldo em 2010	10.646.222	86

	Controladora 2010				
				Participação - %	
Controlada	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Capital total	Capital votante
Oi	10.646.222	2.038.270	6.101.213	100	100

	Controladora 2009				
				Participação - %	
Controlada	Patrimônio líquido	Lucro líquido do período	Quantidade em milhares de ações ordinárias	Capital total	Capital votante
Oi (jan/2009 - dez/2009)	9.130.156	742.134	6.101.213	100	100
Amazônia (mar/2009 - dez/2009)		14.314			

	Controladora 01/01/2009				
				Participação - %	
Controlada	Patrimônio líquido	Quantidade em milhares de ações Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Amazônia	106.415	2.039	2.374	74,96	89,78

	Controladora			
	Equivalência patrimonial		Valor do investimento	
Controladas	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Oi	2.038.270	742.134	10.646.222	9.130.156	
Amazônia		14.314			79.767
	2.038.270	**756.448**	**10.646.222**	**9.130.156**	**79.767**

18. IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2009	**27.450**	**250.233**	**443.850**	**70.346**	**9.017**	**71.951**	**872.847**
Incorporação da Oi	629.511	1.354.720	3.123.876	1.419.468	71.420	346.251	6.945.246
Adições	1.561.877	26.581	18.752	23.429	2.455	8.016	1.641.110
Transferências	(1.075.452)	242.045	571.651	135.739	102.423	2.016	(21.578)
Baixa			(1.377)	(400)			(1.777)
Saldo em 31/12/2009	**1.143.386**	**1.873.579**	**4.156.752**	**1.648.582**	**185.315**	**428.234**	**9.435.848**
Incorporação da TNL							
PCS Part.	1.339	127	93.120	285		2.020	96.891
Adições	786.166		8.368	37.180		1.682	833.396
Transferências	(1.271.823)	76.641	685.527	225.970	2.255	50.219	(231.211)
Baixa			(5.207)			(149)	(5.356)
Saldo em 31/12/2010	**659.068**	**1.950.347**	**4.938.560**	**1.912.017**	**187.570**	**482.006**	**10.129.568**
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2009		**(198.789)**	**(401.863)**	**(54.548)**	**(6.472)**	**(55.801)**	**(717.473)**
Incorporação da Oi		(545.651)	(1.184.473)	(676.706)	(6.702)	(204.360)	(2.617.892)
Despesas de depreciação		(126.553)	(299.182)	(111.009)	(12.782)	(46.055)	(595.581)
Transferências		(373)	(1.334)	14.476	1.707	124	14.600
Baixa			34	1			35
Saldo em 31/12/2009		**(871.366)**	**(1.886.818)**	**(827.786)**	**(24.249)**	**(306.092)**	**(3.916.311)**
Incorporação da TNL							
PCS Part.		(104)	(48.284)	(258)		(1.607)	(50.253)
Despesas de depreciação		(121.338)	(326.551)	(114.142)	(18.689)	(19.774)	(600.494)
Transferências		(41)	(1.307)	(182)	1.490	40	
Baixa			4.149			149	4.298
Saldo em 31/12/2010		**(992.849)**	**(2.258.811)**	**(942.368)**	**(41.448)**	**(327.284)**	**(4.562.760)**
Imobilizado líquido							
Saldo em 01/01/2009	27.450	51.444	41.987	15.798	2.545	16.150	155.374
Saldo em 31/12/2009	1.143.386	1.002.213	2.269.934	820.796	161.066	122.142	5.519.537
Saldo em 31/12/2010	659.068	957.498	2.679.749	969.649	146.122	154.722	5.566.808
Taxa anual de depreciação (média) 2010		10%	10,80%	8,27%	7,33%	11%	
Taxa anual de depreciação (média) 2009		16,25%	16,25%	15%	5%	15%	

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de sua controlada, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos bens que compõem o ativo imobilizado da Oi. O resultado desta avaliação promoveu uma mudança na estimativa de vida útil econômica dos bens, sendo seu efeito refletido através de uma redução nas despesas de depreciação para o exercício de 2010, de R$ 85.420, se comparado com 2009.

Segue resumo do Laudo de Avaliação conforme quadro abaixo:

SEGMENTO	VIDA ÚTIL (nova)
EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS	31 anos
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS:	
Comutação, Transmissão e Dados - Bastidor	20 anos
Comutação, Transmissão e Dados - Demais equipamentos	10 anos
Infra-estrutura (Energia e Climatização) - Torres	25 anos
Infra-estrutura (Energia e Climatização) – Demais equipamentos	20 anos
Infra-estrutura (Demais segmentos)	VU original (de 0 a 25 anos)
Programação/Software/Upgrades	VU original (5 ou 10 anos)

VU - Vida útil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a controlada Oi capitalizou encargos financeiros às obras em andamento no montante de R$ 65.050 (2009 – 62.578), nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador.

19. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio ("*Goodwill*")	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros ativos	Total
Custo do intangível					
Saldo em 01/01/2009		**138.162**		**12.616**	**150.778**
Incorporação "Oi"	80.469	464.152	2.426.025	3.030	2.973.676
Adição		14.878		724	15.602
Reversão de ajuste ao valor recuperável				(6.984)	(6.984)
Transferência		6.974		38	7.012
Saldo em 2009	**80.469**	**624.166**	**2.426.025**	**9.424**	**3.140.084**
Incorporação TWAY	37.690	11.924	38.009	14.009	101.632
Adição		60.688	8.868		69.556
Reversão de ajuste ao valor recuperável				4.287	4.287
Transferência		230.357		795	231.152
Saldo em 2010	**118.159**	**927.135**	**2.472.902**	**28.515**	**3.546.711**
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2009		**(126.643)**		**(12.588)**	**(139.231)**
Amortização Acum Incorporação "Oi"	(8.047)	(234.443)	(665.933)	(1.830)	(910.253)
Despesas de amortização		(74.462)	(141.631)	(1.260)	(217.353)
Saldo em 2009	**(8.047)**	**(435.548)**	**(807.564)**	**(15.678)**	**(1.266.837)**
Amortização Acum Incorporação TWAY		(3.425)	(17.762)	(7.705)	(28.892)
Despesas de amortização		(92.731)	(170.331)	(508)	(263.570)
Saldo em 2010	**(8.047)**	**(531.704)**	**(995.657)**	**(23.891)**	**(1.559.299)**
Intangível líquido					
Saldo em 01/01/2009		**11.519**		**28**	**11.547**
Saldo em 2009	**72.422**	**188.618**	**1.618.461**	**(6.254)**	**1.873.247**
Saldo em 2010	**110.112**	**395.431**	**1.477.245**	**4.624**	**1.987.412**
Taxa anual de amortização (média)		20%	7%	20%	

Ágios ("*Goodwill*")

Em 17 de dezembro de 2007, a Oi adquiriu a parcela cindida da Paggo Participações S.A., pelo valor de R$ 75.000, registrando ágio de R$ 72.422, fundamentado pelo laudo de avaliação emitido por empresa especializada, opinião baseada na projeção de geração de benefícios econômicos futuros pelo período de dez anos.

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de *("impairment")*, baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, com utilização de perpetuidade no último ano, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento, taxa de desconto de 12%, com utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo

Unidade Geradora de Caixa (UGC)	Saldo dos ativos em 30/09/2010	Ágio ("*Goodwill*") alocado à UGC (*)	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
Meios de pagamento	111.049	72.422	183.471	316.547
TV a cabo	82.184	37.690	119.875	130.830

(*) Ágio alocado aos segmentos de Meios de pagamento e TV a cabo.

Licenças Regulatórias

Concessão / Autorização	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	1.102.007
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	66.096
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	45.218
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	131.106
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	867.018
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	126.820
Radiofrequências e SMP Oi	07/12/2007	07/12/2022	8.868
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	3.906
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	16.669
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	535
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	1.735
DTH	11/11/2008	16/10/2023	470
Custos de transações capitalizados às licenças Way TV			1.428
Ajuste valor justo autorizações (Incorporação TCP)			13.728
Ajuste ao valor presente radiofrequencias 2G Oi Região 3			(11.625)
Custos de transação capitalizados às autorizações Oi			98.914
Outras Licenças			9
Total			**2.472.902**

Outras informações

Em dezembro de 2009 foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de sua controlada, o laudo de avaliação da vida útil econômica dos bens que compõem o ativo intangível. O resultado desta avaliação não promoveu alteração na vida útil dos itens do ativo intangível.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Financiamentos				1.412.256	1.153.828	93.480
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos				13.510	15.977	3.895
Empréstimos com empresas ligadas	1.012	12.083		113.686	1.012	12.083
Juros provisionados sobre empréstimos	96	458			96	458
Arrendamento mercantil				505	1.580	
Custos de transação				(7.153)	(7.416)	
Total	**1.108**	**12.541**		**1.532.804**	**1.165.077**	**109.916**
Circulante				163.661	118.575	97.375
Não circulante	1.108	12.541		1.369.143	1.046.502	12.541

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora			Consolidado				
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009	Vencimento	TIR %
BNDES								
Moeda nacional				1.029.545	779.720		Jan/2011 a Dez/2018	11,04
Instituições financeiras								
Moeda nacional				396.221	390.085		Ago/2010 a Dez/2033	11,47
Moeda estrangeira						97.375		
Arrendamento mercantil				505	1.580		Jan/2010 a Fev/2012	7,74
Mútuo com controladora - Moeda nacional (*)	1.108	12.541		113.686	1.108	12.541	Jan/2011	
Subtotal	1.108	12.541		1.539.957	1.172.493	109.916		
Custos de transação				(7.153)	(7.416)			
Total	**1.108**	**12.541**		**1.532.804**	**1.165.077**	**109.916**		

(*) A remuneração dos empréstimos de mútuo equivale a 115% do CDI.

Custos de transações por natureza

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
BNDES			
Moeda nacional	2.402	2.244	
Instituições financeiras			
Moeda nacional	4.751	5.172	
Total	**7.153**	**7.416**	
Circulante	1.006	985	
Não circulante	6.147	6.431	

Composição da dívida por moeda / indexador

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Reais						
TJLP				999.922	764.931	
Taxa pré-fixada				539.530	404.874	
CDI	1.108	12.541		505	2.688	12.541
Dólar Norte-Americano						
Dolar + 8,75% aa.						97.375
Custo de captação				(7.153)	(7.416)	
	1.108	**12.541**		**1.532.804**	**1.165.077**	**109.916**

(a) Descrição das principais captações de empréstimos e financiamentos

Em dezembro de 2009, a Oi celebrou contrato de financiamento com o BNDES, no montante de R$ 642 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede e atendimento às obrigações regulatórias da Oi programadas para o período compreendido entre 2009 e 2011. Este contrato está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a.; e, (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% a.a. Foram realizados desembolsos de R$ 300 milhões em dezembro de 2009 e R$ 342 milhões em junho de 2010, relativos a este contrato de financiamento. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018.

Em fevereiro de 2009 a Oi celebrou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste ("BNB") no montante de R$ 370 milhões, com o objetivo de financiar a expansão e modernização da rede de telefonia móvel e implantação da rede de tecnologia 3G. Os saques, nos valores de R$ 149 milhões e R$71 milhões, ocorreram em maio, agosto e novembro de 2009. O saldo devedor é atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até fevereiro de 2011, passando a ser mensal para o período de março de 2011 até fevereiro de 2019. O principal vencerá mensalmente a partir de março de 2011.

(b) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 36 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do exercício durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
Até um ano	505	1.355	
Mais de um ano e até cinco anos		225	
	505	**1.580**	

A dívida de longo prazo, líquida dos custos de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	Consolidado
2012	344.271
2013	230.561
2014	230.537
2015	144.929
2016 em diante	418.845
	1.369.143

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	Consolidado
2011	1.006
2012	1.029
2013	1.052
2014	1.076
2015	705
2016 em diante	2.285
	7.153

(c) Garantias

Os financiamentos do BNDES e os empréstimos do BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., nos montantes de R$ 1.029 e R$ 377, respectivamente, possuem garantias em recebíveis da Oi e aval da TMAR.

(d) "*Covenants*"

O contrato de financiamento com o BNDES, apurados pelos números consolidados da TNL e o contrato BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A exigem cumprimento de índices financeiros, apurados semestralmente em junho e dezembro, os quais foram cumpridos no encerramento do trimestre findo em 31 de dezembro de 2010.

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/ 2009
Direito de Uso Oi - 3G (i)	1.192.370	1.025.539	
Direito de Uso Oi (ii)	76.303	97.445	
Direito de Uso Amazônia (iii)			14.868
	1.268.673	**1.122.984**	**14.868**
Circulante	247.831	215.811	14.868
Não circulante	1.020.842	907.173	

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de serviço de SMP, obtidas através de leilões.

(i) Os termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP nas áreas das Regiões I e III do PGA (Nota 18) foram assinados em 29 de abril de 2008, demandando um investimento total de R$ 867.018. Em 28 de abril de 2008, a Oi desembolsou 10% do valor ofertado, reconhecendo o saldo restante no passivo, com vencimentos finais em 2016. O saldo devedor é atualizado pelo IST, acrescido de juros de 1% a. m.

(ii) Dos termos de autorização do Direito de Uso de radiofrequências para os contratos assinados em julho de 2003 e janeiro de 2004, a Oi pagou 10% sobre o valor contratual, na assinatura do contrato, reconhecendo o saldo restante no passivo, com vencimentos finais em 2011 e 2012, respectivamente. O saldo devedor é atualizado pelo IGP-DI, acrescido de juros de 1% a.m.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:

	Consolidado
2011	247.831
2012	217.947
2013	198.728
2014	200.059
2015 e exercícios seguintes	404.108
Total	**1.268.673**

22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

REFIS II - PAES

A Controlada Oi aderiu ao PAES - Parcelamento Especial, (também conhecido como REFIS II - Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, a Oi estava obrigada a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluída do programa caso atrasasse esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorresse.

O refinanciamento foi pactuado em 120 meses, tendo sido liquidados, sem atraso no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, R$ 517 (2009 - R$ 497 e 01/01/2009 - R$ 507), em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

A RFB - Receita Federal do Brasil e a PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos da controlada Oi no PAES, de modo que o saldo do referido parcelamento foi consolidado em valor superior àquele incluído pela empresa. A Oi optou pela discussão judicial de diferenças apontadas pela SRF, de modo que o parcelamento já se encontra liquidado.

Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

A controlada Oi aderiu ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, §9 da Lei, a empresa é obrigada a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluída do programa caso mantenha em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

O refinanciamento foi pactuado em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas Portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. O pedido de parcelamento foi formalizado em 26 de novembro de 2009. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

Em função do Novo Parcelamento foram inscritos R$ 7.182 na Oi que não haviam sido provisionados em "Provisões". No primeiro trimestre de 2010, a Oi complementou o valor de adesão ao Novo Parcelamento, no montante de R$ 1.384, em virtude de reavaliação da esfera de contencioso, após avaliação dos processos.

Os valores do PAES e do novo parcelamento são compostos como segue:

	Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009
PAES	3.156	3.480	
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	9.903	7.184	
	13.059	**10.664**	
Circulante	1.287	978	
Não circulante	11.772	9.686	

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

				2010	2009	01/01/2009
	Principal	Multas	Juros	Total	Total	Total
COFINS	4.441	628	3.296	8.365	7.177	
IRPJ	723	163	1.099	1.985	1.489	
PIS	824	118	784	1.726	1.402	
CPMF	249	25	44	318	434	
MULTA	52	6	55	113	87	
CSLL	12	9	39	60	41	
IPI	5	1	7	13	10	
CONDECINE	320	5	92	417		
INSS	57		5	62	24	
	6.683	**955**	**5.421**	**13.059**	**10.664**	

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 R$1.098 (2009 - R$ 92) como "Despesas financeiras".

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	Consolidado
2011	2.021
2012	2.021
2013	1.260
2014	716
2015 a 2017	2.148
2018 a 2020	2.148
2021 a 2023	2.148
2024 e exercícios seguintes	597
Total	**13.059**

23. PROVISÕES

(a) Composição do saldo

		Consolidado		
		2010	2009	01/01/2009
	Tributárias			
(i)	FISTEL			123.541
(ii)	ICMS	118.001	108.261	54.331
	ISS	1.905	1.653	1.142
	Demais ações	6.487	5.385	492
		126.393	**115.299**	**179.506**
	Trabalhistas			
	Horas extras	2.336	465	348
	Indenizações	832	742	403
	Bônus	514		
	Verbas rescisórias	486	278	33
	Diferenças salariais	421	620	534
	Adicionais Diversos	408	451	
	FGTS	197	181	
	Multas trabalhistas	44	134	14
	Honorários advocatícios / periciais	6	130	43
	Subsidiariedade	1	111	
	Vínculo Empregatício		7	
	Demais ações	**10**	**863**	**123**
		5.255	**3.982**	**1.498**
	Cíveis			
(i)	Juizado Especial Cível	28.383	27.850	
(ii)	Multa ANATEL	7.699	5.274	
(iii)	Estimativa ANATEL	16.387	8.270	
	Demais ações	14.844	11.630	3.898
		67.313	**53.024**	**3.898**
		198.961	**172.305**	**184.902**
	Circulante	57.933	28.908	
	Não circulante	141.028	143.397	184.902

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

				2010
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	126.393	5.255	67.313	198.961
Passivos contingentes	485.077	79.301	95.788	660.166
				2009
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisões	115.299	3.982	53.024	172.305
Passivos contingentes	339.314	6.208	89.240	434.762
				01/01/2009
	Tributárias	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Provisões	179.506	1.498	3.898	184.902
Passivos contingentes	308.592			308.592

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2009	**179.506**	**1.498**	**3.898**	**184.902**
Incorporacao Contingencia Oi em 28.02.2009	94.387	1.218	31.649	127.254
Adições, líquidas de reversões (Nota 7)	14.600	2.191	46.903	63.694
Baixa por pagamento / encerramento	(180.956)	(1.903)	(32.500)	(215.359)
Atualização monetária (Nota 8)	7.762	978	3.074	11.814
Saldo em 2009	**115.299**	**3.982**	**53.024**	**172.305**
Incorporação Contingência TWAY 01.10.2010	873	1.939	1.311	4.123
Adições, líquidas de reversões (Nota 7)	8.626	2.353	52.638	63.617
Baixa por pagamento / encerramento	(8.680)	(3.226)	(42.271)	(54.177)
Atualização monetária (Nota 8)	10.275	207	2.611	13.093
Saldo em 2010	**126.393**	**5.255**	**67.313**	**198.961**

(d)Contingências provisionadas (consolidado):

(1) Tributárias:

(i) FISTEL – Taxa de Fiscalização das Telecomunicações – A Amazônia (incorporada pela Oi) impetrou mandado de segurança questionando a responsabilidade pelo pagamento das taxas de fiscalização sobre as estações móveis que não são de sua titularidade, passando a provisionar e depositar judicialmente os valores referentes a TFF - Taxa de Fiscalização do Funcionamento e a TFI - Taxa de Fiscalização da Instalação. Em maio de 2009 ocorreu a homologação da desistência da ação e, conseqüentemente os valores depositados foram convertidos em renda da União, em contrapartida a baixa da provisão.

(ii) Autuações fiscais de ICMS – Refere-se à provisão considerada suficiente pela administração para fazer face às autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS

Foram ajuizadas, pela Amazônia (incorporada pela Oi), ações judiciais para a discussão da ilegalidade da incidência do ICMS sobre assinatura e serviços de valor adicionado, bem como a legalidade da incidência do referido imposto sobre valores referentes à habilitação.

A Administração mantém provisões para os valores em discussão, por entender que estes valores constituem uma obrigação legal, nos termos da Deliberação CVM nº 489/2005. Em 30 de maio de 2009, a Administração reclassificou o valor de R$ 55.291 da rubrica "Provisões" para rubrica de "Demais obrigações".

(2) Trabalhistas:

As contingências trabalhistas correspondem a processos movidos por ex-empregados ou prestadores de serviços da Amazônia, principalmente pelos ex-colaboradores do antigo "*call center*", que foi extinto. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a provisão registrada é suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes destes processos.

(3) Cíveis:

(i) As contingências cíveis correspondem em sua maioria a processos em curso nos Juizados Especiais Cíveis e Varas Cíveis, de natureza consumista, movidos por clientes (pessoas jurídicas e pessoas físicas).

(ii) Multas ANATEL - Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.

(iii) Estimativas ANATEL - Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.

(e) Passivos Contingentes:

A TNCP e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências não provisionadas estão resumidas abaixo:

(i) ICMS: estas autuações alcançam o montante aproximado de R$ 309.728 (31/12/2009 – R$ 206.632 e 01/01/2009 – R$ 187.363), e se referem a questionamento sobre a incidência deste tributo sobre determinados tipos de receitas de serviços.

(ii) ISS: estas autuações alcançam o montante aproximado de R$ 102.699 (31/12/2009 – R$ 93.372 e 01/01/2009 – R$ 72.876), e se referem a questionamento da incidência deste tributo sobre algumas receitas de serviços de comunicação.

(iii) Outros tributos federais: estas autuações alcançam o montante aproximado de R$ 72.650 (31/12/2009 – R$ 39.310 e 01/01/2009 – R$ 48.353), e se referem, substancialmente a cobranças de FUST, FUNTTEL e Cofins.

24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora			Consolidado		
	2010	31/12/2009	01/01/2009	2010	31/12/2009	01/01/2009
Adiantamentos de clientes				70.724	22.718	
Arrecadação em duplicidade./contestações				56.777	134.979	
Provisão de desmobilização de ativos				53.130	40.225	
Valores a Pagar – Grupamento de ações	13.564	13.670	13.767	13.564	13.670	14.792
Consignação em favor de terceiros	6	6		12.962	15.710	
Obrigações com empresas associadas				7.892	3.271	13.413
Outros	203	203	223	6.668	2.562	7.766
Total	**13.773**	**13.879**	**13.990**	**221.717**	**233.135**	**35.971**
Circulante	13.773	13.879	13.990	96.539	209.201	33.721
Não circulante				125.178	23.934	2.250

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R$ 8.791.256 (2009 - R$ 8.791.256 e 01/01/2009 – R$ 84.851), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)		
	2010	2009	01/01/2009
Capital total em ações			
Ações ordinárias	59.312	59.312	2.492
Ações preferenciais	118.568	118.568	4.209
Total	**177.880**	**177.880**	**6.701**
Ações em tesouraria			
Ações ordinárias	3	3	
Ações preferenciais	19	19	
Total	**22**	**22**	
Ações em circulação			
Ações ordinárias	59.309	59.309	2.492
Ações preferenciais	118.549	118.549	4.209
Total em circulação	**177.858**	**177.858**	**6.701**
Valor patrimonial por ação em reais	58,58	51,47	17,21

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

Em 9 de março de 2009, a administração da TMAR implementou a reorganização societária, tendo como objetivo consolidar os ativos relacionados às atividades da Amazônia com aqueles relacionados às atividades da Oi, conforme detalhado na Nota 1(a). Em decorrência da incorporação das ações da Amazônia e da integralização de capital da controladora TMAR, o capital social da TNCP sofreu um aumento de R$ 8.706.350. Em 22 de abril de 2009, os acionistas minoritários subscreveram ações da TNCP no montante de R$ 55. Desta forma, o capital social subscrito e totalmente integralizado passou a ser de R$ 8.791.256, representado por 59.311.566 ações ordinárias e 118.568.472 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembléia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 19 de dezembro de 2002, tendo em vista a nova redação do art. 17 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/2001, a Assembléia Geral de Acionistas aprovou modificações nas regras de pagamento dos dividendos das ações preferenciais da TNCP, as quais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, e no pagamento de dividendos mínimos, não cumulativos, segundo os critérios abaixo, alternativamente, considerado aquele que representar o maior valor:

• 6% a.a. sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da TNCP; ou

• Direito de participar do dividendo mínimo obrigatório, de acordo com os seguintes critérios:

(a) Prioridade no recebimento de dividendos mínimos não cumulativos correspondentes a 3% do valor do patrimônio líquido da ação; e

(b) Direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com o item "a".

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a TNCP, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, sendo este aumentado até o montante necessário para pagamento do dividendo mínimo prioritário das ações preferenciais.

(b) Reservas de capital

Reserva de ágio na subscrição de ações

Em virtude da reorganização societária, foi constituída reserva de ágio na subscrição de ações no montante de R$ 146.856, vide Nota 1(a).

Reserva de ágio na incorporação de ações

Reserva criada em função do ágio decorrente da reorganização, inicialmente foi registrado integralmente em contrapartida a reserva de capital - reserva especial de ágio, de acordo com a Instrução CVM Nº 319/99, sendo que a parcela correspondente ao benefício fiscal efetivo será capitalizada anualmente, em proveito do acionista controlador. Será observado, quanto ao preço de emissão, um dos critérios estabelecidos no parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/76. Aos acionistas minoritários será assegurado o direito de preferência na aquisição das ações emitidas, na forma do artigo 171, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76.

A Companhia optou por adotar a Instrução CVM nº 349/2001 a partir da data do início do exercício de 2000, ajustando suas demonstrações financeiras de 2000 para refletir, como ativo e como reserva especial de ágio, apenas o montante relativo ao benefício fiscal esperado com o aproveitamento fiscal do ágio originalmente contabilizado na Telpart Participações S.A., acionista controlador.

(c) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.

(d) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. A Companhia não apurou efeitos de outros resultados abrangentes em nenhum dos exercícios apresentados.

(e) Direito das ações e dividendos

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R$ 1.827.281. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO, o saldo do lucro do exercício foi destinado da seguinte forma: (i) constituição da reserva legal no montante de R$ 91.364 (ii) constituição da reserva de investimentos no montante de R$ 909.136, e (iii) dividendo mínimo obrigatório de R$ 433.979, e (iv) dividendo adicional proposto R$ 392.801.

Adicionalmente, também sujeito a aprovação da AGO, a Companhia propôs a realização da Reserva de Lucros a Realizar no montante de R$ 114.489, para pagamento dos dividendos obrigatórios às ações preferenciais, retidos no exercício de 2009, uma vez que esta parcela da equivalência patrimonial encontra-se realizada.

Os prejuízos acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, no montante de R$ 407.230, foram destinados para absorver a reserva de lucros a realizar naquele exercício.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976.

	2010	2009 (BR GAAP)
Lucro líquido do exercício	1.827.281	551.812
(-) Reserva legal	(91.364)	(27.518)
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar		(521.789)
Lucro líquido ajustado	1.735.917	2.505
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	433.979	626
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório das ações preferenciais		429
	433.979	1.055
Dividendos adicionais propostos	392.801	
Total da remuneração dos acionistas	**826.781**	**1.055**
Ações preferenciais	433.979	703
Ações ordinárias	392.801	352
Realização de reserva de lucros a realizar	114.489	
Dividendos a pagar - 2009		
Ações preferenciais	**114.489**	

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais foram calculados da seguinte forma:

	2010	2009
I – Critérios de 6% a.a. sobre o capital social		
Capital social subscrito	8.791.256	8.791.256
Total de ações em circulação (*)	177.858	177.858
Total de ações preferenciais em circulação (*)	118.549	118.549
Base de cálculo	5.859.708	5.859.708
Percentual de dividendos mínimo estatutário	6%	6%
Dividendo mínimo estatutário	351.582	351.582
II – Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação		
Patrimônio líquido	10.968.012	9.490.614
Total de ações em circulação (*)	177.858	177.858
Total das ações preferenciais em circulação (*)	118.549	118.549
Base de cálculo	7.310.599	6.325.857
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%	3%
Dividendo mínimo estatutário	219.318	189.776

(*) Em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos do exercício de 2010:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2009)		114.489	114.489
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2010)	82.397	351.582	433.979
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2010)	130.984	261.817	392.802
	213.381	**727.889**	**941.270**
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	**59.309**	**118.549**	

	Valor por ação/em reais		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2009)		0,965753	0,965753
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2010)	1,389283	2,965710	4,354993
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2010)	2,208501	2,208513	4,417014

Segue o demonstrativo dos dividendos do exercício de 2009:

	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2009)	352	703	1.055
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	59.309	118.549	

	Valor por ação/em reais		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos obrigatórios propostos (em 31 de dezembro de 2009)	0,005935	0,005930	0,011870

(f) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinários e preferenciais possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído, foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os acionistas ordinários e preferenciais.

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. Uma vez que a Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas, o lucro diluído por ação é calculado de forma similar ao lucro básico por ação.

	2010	2009
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.827.281	757.503
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	609.328	253.362
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	1.217.953	504.141
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	59.308.986	35.635.440
Ações preferenciais – básicas e diluídas	118.549.450	70.907.682
Lucro por ação:		
Ações ordinárias – básicas e diluídas	10,27	7,11
Ações preferenciais – básicas e diluídas	10,27	7,11

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A controlada Oi patrocina planos de benefícios de aposentadoria ("Fundos de Pensão") a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
PBS-TNCP	Oi (*)	Sistel
PAMA	Oi	Sistel
CELPREV	Oi (*)	Sistel
TelemarPrev	Oi	FATL

(*) Pela incorporação da Amazônia (Nota 1 (a)).

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A controlada Oi, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como "Patrocinadora".

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 2010, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêem a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC - Secretaria de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-TNCP e PAMA

Plano de benefício definido, que além do benefício da suplementação fornece assistência médica (PAMA) aos empregados aposentados e a seus dependentes, a custo compartilhado. As contribuições para os planos PBS-TNCP e PAMA são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é de 13,5% sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano, dos quais 12% são destinados ao custeio do plano PBS-TNCP.

O benefício de pensão é definido como a diferença entre 90% do salário médio dos últimos 36 meses, atualizado até a data da aposentadoria, e o valor da previdência pago pelo INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

O PBS-TNCP encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde abril de 2004.

(ii) CELPREV

Em 2004 a Amazônia (incorporada pela Oi vide Nota 1(a)) obteve aprovação da PREVIC para criação de um novo Plano de Pensão. O plano de contribuição definida, denominado CelPrev Amazônia, ("CELPREV") foi oferecido aos funcionários que não participavam do PBS-TNCP, sendo também oferecido aos novos profissionais admitidos pela controlada. Aos participantes do PBS-TNCP foi oferecida e incentivada a migração dos benefícios e recursos para o CELPREV.

O participante pode fazer três tipos de contribuições ao CELPREV, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual variável de 0% a 2% do seu salário-de-participação; (ii) contribuição normal adicional: percentual variável de 0% a 6% da parcela do seu salário-de-participação que for maior que uma Unidade de Referência Padrão do Plano; e (iii) contribuição voluntária: percentual livremente escolhido pelo participante e aplicado sobre seu salário-de-participação.

A patrocinadora pode fazer quatro tipos de contribuições, sendo: (i) contribuição normal básica: contribuição igual à contribuição normal básica do participante, deduzida a contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença e aquela destinada ao custeio das despesas administrativas; (ii) contribuição normal adicional: igual à contribuição normal adicional do participante, descontada a despesa administrativa; (iii) contribuição eventual: efetuada de modo voluntário e com frequência determinada pela patrocinadora; e (iv) contribuição especial: contribuição destinada exclusivamente aos funcionários da patrocinadora que não pertencem ao PBS e que ingressaram no prazo de 90 dias da data de início de vigência do CELPREV.

2) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

O plano TelemarPrev foi implementado em setembro de 2000 ainda sob a administração da SISTEL. Conforme facultado pelo art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, o Conselho Deliberativo da SISTEL protocolou em outubro de 2004 o pedido de transferência da administração do plano TelemarPrev para a FATL. A FATL foi constituída pela TMAR, e foi autorizada pela PREVIC em 12 de janeiro de 2005, a iniciar suas atividades. Em 28 de fevereiro de 2005, foi concluído o processo de transferência da administração do plano de benefícios TelemarPrev da SISTEL para a FATL.

As informações e os efeitos para divulgação, requeridos pelo pronunciamento emitido pelo IBRACON sobre contabilização de benefícios a empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 371/2000, estão apresentados a seguir:

Planos

TelemarPrev

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.

Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido:

Conciliação dos ativos e passivos:

	Consolidado 2010		
	TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	26.801	20.447	172
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	14.364		
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	41.165	20.447	172
Valor justo dos ativos do plano	(59.679)	(40.053)	(1.357)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(18.514)	(19.606)	(1.185)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	18.514	19.606	1.157
Ganhos ou (perdas) atuariais não reconhecidos			**28**
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido			

	Consolidado 2009		
	TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	15.649	16.603	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	18.485	2.328	220
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	34.134	18.931	220
Valor justo dos ativos do plano	(53.032)	(29.733)	(1.230)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(18.898)	(10.802)	(1.010)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	18.898	10.802	1.010
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido			

	Consolidado - 01/01/2009		
	TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	11.716	12.397	
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	18.959	4.238	190
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	30.675	16.635	190
Valor justo dos ativos do plano	(44.206)	(34.558)	(902)
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido	(13.531)	(17.923)	(712)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	13.531	17.923	712
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido			

Movimentação dos ativos dos planos:

	Consolidado 2010		
	TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
Vlr. presente da obrigação atuarial no início do exercício	34.134	18.931	220
Custo dos juros	3.803	2.082	24
Custo do serviço corrente	1.434	73	17
Contribuições de participantes vertidas no ano		34	8
Benefícios pagos líquidos	(1.966)	(1.426)	
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	3.760	753	(97)
Vlr. presente da obrigação atuarial no final do exercício	41.165	20.447	172
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	53.032	29.733	1.230
Rendimentos dos ativos do plano	8.613	11.694	100
Contribuições normais recebidas pelo plano		52	27
Patrocinadora		18	19
Participantes		34	8
Pagamento de benefícios	(1.966)	(1.426)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	59.679	40.053	1.357
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(18.514)	(19.606)	(1.185)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	18.514	19.606	1.157
Ganhos atuariais não reconhecidos			
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido			

	Consolidado 2009		
	TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
Vlr. presente da obrigação atuarial no início do exercício	30.675	16.635	190
Custo dos juros	3.529	1.904	22
Custo do serviço corrente	1.689	49	15
Contribuições de participantes vertidas no ano	(1.242)	43	
Benefícios pagos líquidos		(1.272)	8
(Ganho) ou perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(517)	1.572	(15)
Vlr. presente da obrigação atuarial no final do exercício	34.134	18.931	220
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	44.206	34.558	902
Rendimentos dos ativos do plano	10.068	(3.623)	300
Contribuições normais recebidas pelo plano		70	28
Patrocinadora		27	20
Participantes		43	8
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	(1.242)		
Pagamento de benefícios		(1.272)	
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	53.032	29.733	1.230
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(18.898)	(10.802)	(1.010)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	18.898	10.802	1.010
(=) Passivo/(ativo) atuarial líquido			

Principais premissas atuariais utilizadas

As principais premissas atuariais adotadas nos cálculos dos planos foram as seguintes:

			2010
	TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,77%	11,40%	11,40%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	Por Patrocinadora	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano		10,41%	10,78%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo Zimmermann	AT-2000 segregada por sexo Zimmermann	AT-2000 segregada por sexo Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o beneficio saldado	Nula	1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o beneficio saldado

			2009
	TelemarPrev	PBS-TNCP	CELPREV
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,40%	11,80%	12,50%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	7,63%	4,50%	6,59%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento total esperada sobre os ativos do plano	10,95%	14,20%	14,60%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo Zimmermann	AT-2000 segregada por sexo Zimmermann	AT-2000 segregada por sexo Zimmermann
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Nichzugs	Nichzugs	Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o beneficio saldado	Nula	1,5% a.a; nula a partir dos 50 anos de idade para o beneficio saldado

Informações adicionais – 2010

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2010.

b) Os dados cadastrais utilizados são de 31 de setembro de 2010, projetados para 31 de dezembro de 2010.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

	TelemarPrev	CELPREV	PBS-TNCP
Renda Fixa	100%	76%	85%
Renda Variável	25%	20%	12%
Investimentos estruturados	10%	2%	2%
Imóveis	2%		
Empréstimos a Participantes	2%	2%	1%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2010 está demonstrada a seguir:

	TelemarPrev	CELPREV	PBS-TNCP
Renda Fixa	84,2%	80,81%	88,38%
Renda Variável	12,7%	16,94%	10,38%
Investimentos estruturados	1,8%		
Imóveis	0,8%		
Empréstimos a Participantes	0,4%	2,25%	1,24%
Total	100%	100%	100%

(b) Participação dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e

• Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R$ 43.004 (2009 – R$ 16.173 e 01/01/2009 – R$ 24.801).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a reversões ou complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

(i) Plano de outorga de opções de ações da TNL

A AGE realizada em 11 de abril de 2007, aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações, constante do site da Companhia (www.oi.com.br/ri) e disponível na página da CVM (www.cvm.gov.br), atribui ao Conselho de Administração a gestão do referido Plano, ou por opção deste, deliberar a gestão a um Comitê formado por três membros do Conselho de Administração, sendo pelo menos um deles membro efetivo. Em reunião realizada em 12 de abril de 2007, o Conselho de Administração elegeu os membros do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações para atribuir ao Comitê poderes de estabelecer periodicamente os Programas de Opção de Compra de Ações.

Os beneficiários do Programa de Opção de Compra de Ações de 2007 fazem jus a uma outorga total correspondente de até 1,31% do capital social subscrito e integralizado da TNL, perfazendo uma reserva de 5.120 mil ações ordinárias (TNLP3). O programa é oferecido aos administradores da TNL, TMAR e Oi.

O preço de concessão foi baseado na média ponderada da cotação na BOVESPA nos 30 dias imediatamente anteriores à data da concessão, e será atualizado de acordo com a variação do IGP-M.

Em reunião do Comitê Gestor do Plano de Opção de Compra de Ações, realizada em 18 de setembro de 2008, foi deliberado aditar o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em 12 de abril de 2007, e outorgar aos beneficiários também a opção de compra de 2.713 mil ações preferenciais (TNLP4) da Companhia, total correspondente a 0,68% do capital social subscrito e integralizado, ao preço de exercício de R$ 27,31. As opções começaram a ser exercidas desde a data de sua outorga, condicionando o exercício das opções preferenciais ao exercício das opções ordinárias. As demais condições do Programa de Opções de Compra de Ações de 2007 não foram alteradas e continuam vigentes.

Os quadros a seguir resumem as operações efetuadas com as ações ordinárias e preferenciais até 31 de dezembro de 2010.

Ações ordinárias – TNLP3			Em Reais	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão 2010	Preço da concessão 2009
Concedidas em abril de 2007	5.120	50,98	65,27	58,63
Opções exercidas	(214)			
Opções canceladas	(1.720)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	**3.186**			

Ações preferenciais – TNLP4			Em Reais	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão 2010	Preço da concessão 2009
Concedidas em setembro de 2008	2.714	27,31	30,21	27,14
Opções exercidas	(309)			
Opções canceladas	(702)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	**1.703**			

Ações ordinárias – TNLP3			Em Reais	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão 2010	Preço da concessão 2009
Concedidas em março de 2010	702	32,56	35,27	
Opções exercidas	(6)			
Opções canceladas				
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	**696**			

Ações preferenciais – TNLP4			Em Reais	
	Quantidade em milhares de ações	Preço na data da concessão	Preço da concessão 2010	Preço da concessão 2009
Concedidas em março de 2010	371	27,32	29,59	
Opções exercidas				
Opções canceladas				
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2010	**371**			

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram exercidas 12.722 opções de ações ordinárias (31/12/2009 – 201.679) e 96.164 (31/12/2009 – 212.931) em opções de ações preferenciais, tendo sido a operação liquidada mediante a transferência das ações em tesouraria da TNL aos beneficiários do plano.

A tabela a seguir demonstra a posição das opções de compra das ações ordinárias e preferenciais em vigor em 31 de dezembro de 2010:

	Opções em vigor			Opções exercíveis	
Faixa de preço de exercício na data da concessão	**Quantidade em milhares de ações**	**Prazo remanescente (em meses)**	**Preço de exercício**	**Quantidade em milhares de ações**	**Preço de exercício**
R$ 20,00 a 29,99	371	76	29,59	371	29,59
R$ 30,00 a 39,99	696	76	35,27	696	35,27
R$ 30,00 a 39,99	1.703	52	30,21	1.703	30,21
R$ 60,00 a 70,00

TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

COMPANHIA ABERTA - CNPJ 02.558.154/0001-29

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorrerá da forma e prazos apresentados a seguir:

	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Ordinárias	12/04/2007	25%	12/04/2008	12/04/2012	65,27	722
		25%	12/04/2009	12/04/2013	65,27	808
		25%	12/04/2010	12/04/2014	65,27	822
		25%	12/04/2011	12/04/2015	65,27	834

	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Preferenciais	18/09/2008	25%	18/09/2008	12/04/2012	30,21	377
		25%	12/04/2009	12/04/2013	30,21	442
		25%	12/04/2010	12/04/2014	30,21	442
		25%	12/04/2011	12/04/2015	30,21	442

	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Ordinárias	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	35,27	171
		25%	12/04/2011	12/04/2015	35,27	175
		25%	12/04/2012	12/04/2016	35,27	175
		25%	12/04/2013	12/04/2017	35,27	175

	Concessão	Lote	Exercício a partir de	Outorga Prazo limite para exercício	Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (em milhares de ações)
Preferenciais	15/03/2010	25%	12/04/2010	12/04/2014	29,59	92
		25%	12/04/2011	12/04/2015	29,59	93
		25%	12/04/2012	12/04/2016	29,59	93
		25%	12/04/2013	12/04/2017	29,59	93

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções "Black&Scholes" com as seguintes premissas:

	12/04/2007 (TNPL3)				18/09/2008 (TNPL4)			
	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote
Ativo-lastro	67,03	67,03	67,03	67,03	27,51	27,51	27,51	27,51
Preço de exercício	50,98	50,98	50,98	50,98	27,31	27,31	27,31	27,31
Volatilidade esperada	54,10%	46,33%	44,36%	46,70%	0,00%	46,84%	41,08%	41,08%
Taxa de juros livre de riscos	2,43%	1,34%	0,97%	0,78%	0,00%	1,26%	0,85%	0,72%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4		1	2	3
Rendimento de dividendos	11,54%	11,34%	11,19%	11,10%	0,00%	13,84%	14,79%	15,07%
Valor justo na data de outorga	24,22	28,93	33,07	37,43	0,20	4,77	7,99	10,75

	15/03/2010 (TNLP3)				15/03/2010 (TNLP4)			
	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote	1º lote	2º lote	3º lote	4º lote
Ativo-lastro	39,79	39,79	39,79	39,79	33,45	33,45	33,45	33,45
Preço de exercício	32,56	32,56	32,56	32,56	27,32	27,32	27,32	27,32
Volatilidade esperada	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%	80,00%	87,00%	94,00%	103,00%
Taxa de juros livre de riscos	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%	1,74%	0,96%	0,70%	0,56%
Vida esperada (em anos)	1	2	3	4	1	2	3	4
Rendimento de dividendos	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%	12,01%	11,79%	11,64%	11,54%
Valor justo na data de outorga	8,19	18,43	23,80	28,16	6,93	15,74	20,17	23,79

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foi reconhecida despesa no resultado do exercício do Plano de Opções de Compra das Ações TNLP3 e TNLP4, no montante de R$ 3.296 (2009 - R$ 6.677). O saldo da conta de Reserva de opções de ações no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2010, é de R$ 9.973 (2009 - R$ 6.677).

Presumindo-se a não pactuação de outros contratos de remuneração baseada em ações, a Companhia deverá registrar, até o final do período de aquisição de direitos ("*vesting period*") dos atuais contratos, despesas no montante de R$ 4.940.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade;
- Dados: Oferece serviços de comunicação multimídia; e
- Outros: Os demais segmentos operacionais, que incluem serviços de TV por assinatura e meios de pagamentos, apesar de serem irrelevantes individualmente e de não serem reportados à Diretoria Executiva com os mesmos detalhes do segmento de telefonia móvel, estão sendo divulgados separadamente por terem apresentado prejuízo em 2010 e 2009, em linha com as exigências do item 13 (b) (ii) do CPC 22/IFRS 8.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Eliminações		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Receitas	329.322	327.261	8.063.418	5.894.252	216.317	49.389	(54.515)	(37.237)	8.554.542	6.233.665
Custos dos serviços prestados	**(239.419)**	**(267.258)**	**(3.678.211)**	**(2.961.647)**	**(169.594)**	**(32.985)**	**44.637**	**31.525**	**(4.042.587)**	**(3.230.365)**
Interconexão	(1.952)	(5.685)	(1.620.346)	(1.252.111)				31.525	(1.622.298)	(1.226.271)
Depreciação e amortização	(35.689)	(30.021)	(779.614)	(705.765)	(9.376)		5.512		(819.167)	(735.786)
Serviço de manutenção de rede	(20.945)	(22.779)	(215.179)	(102.349)	(967)				(237.091)	(125.128)
Aluguéis e seguros	(174.779)	(176.995)	(311.197)	(254.151)	(13.740)	5.215	1.571		(498.145)	(425.931)
Custos de aparelhos e acessórios	(506)		(125.012)	(96.788)	(16.016)	(13.563)			(141.534)	(110.350)
Outros custos e despesas	(5.548)	(31.778)	(626.863)	(550.483)	(129.495)	(24.637)	37.554		(724.352)	(606.899)
Lucro bruto	**89.903**	**60.003**	**4.385.207**	**2.932.605**	**46.723**	**16.404**	**(9.878)**	**(5.712)**	**4.511.955**	**3.003.300**
Receitas (Despesas) operacionais										
Comercialização de serviços	**(1.215)**	**3.027**	**(1.538.745)**	**(1.466.498)**	**(138.921)**	**(115.503)**	**18.807**	**7.850**	**(1.660.074)**	**(1.571.125)**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.036)	6.775	(225.718)	(213.359)	(20.712)	(23.345)	1.358		(246.108)	(229.929)
Comissão de vendas			(690.777)	(575.208)	(26.990)	(13.862)	2.379		(715.388)	(589.070)
Call Center			(207.332)	(224.876)	(34.617)	(27.224)	5.777		(236.172)	(252.099)
Postagem e cobrança	(13)	(14)	(87.022)	(63.075)	(12.709)	(9.420)	5.696	7.850	(94.048)	(64.660)
Publicidade e propaganda			(216.969)	(227.177)	(14.637)	(17.631)	1.079		(230.527)	(244.807)
Outros serviços de terceiros		(960)	(28.645)	(58.876)	(23.224)	(18.322)	152		(51.717)	(78.159)
Outros custos e despesas	(166)	(2.774)	(82.282)	(103.927)	(6.032)	(5.699)	2.366		(86.114)	(112.401)
Gerais e administrativas	**(1.701)**	**(19.499)**	**(499.702)**	**(414.518)**	**(32.371)**	**(29.982)**	**4.335**	**121**	**(529.439)**	**(463.878)**
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	**17.214**	**17.610**	**72.466**	**(1.834)**	**1.946**	**19.642**	**(18.718)**	**2.523**	**72.908**	**37.941**
Outras receitas operacionais	22.226	23.291	250.947	195.269	45.290	388	(26.254)		292.208	218.948
Outras despesas operacionais	(5.012)	(5.681)	(178.481)	(197.103)	(43.344)	19.254	7.536	2.523	(219.300)	(181.007)
Resultado financeiro	**(289)**	**183**	**245.530**	**116.525**	**(68.652)**	**(6.436)**	**5.454**		**182.043**	**110.272**
Receitas financeiras	13	2	550.335	301.798	5.894	21.091	(4.110)	(14.675)	552.132	308.216
Despesas financeiras	(302)	181	(304.805)	(185.273)	(74.546)	(27.527)	9.564	14.675	(370.089)	(197.944)
Resultado antes dos tributos	**103.912**	**61.324**	**2.664.756**	**1.166.280**	**(191.275)**	**(115.876)**		**4.782**	**2.577.393**	**1.116.510**
Provisão para IR/CSLL			(598.757)	(363.177)	(151.355)	8.952			(750.112)	(354.225)
Resultado líquido	**103.912**	**61.324**	**2.065.999**	**803.103**	**(342.630)**	**(106.924)**		**4.782**	**1.827.281**	**762.285**
Resultado atribuído ao controlador	103.912	61.324	2.065.999	803.103	(342.630)	(106.924)			1.827.281	757.503
Resultado atribuído aos acionistas não controladores								4.782		4.782
Informações adicionais										
Serviços prestados	329.322	327.261	7.870.689	5.688.045	161.802	12.152			8.361.813	6.027.458
Vendas			192.729	206.207					192.729	206.207
Receita de clientes externos	**329.322**	**327.261**	**8.063.418**	**5.894.252**	**161.802**	**12.152**			**8.554.542**	**6.233.665**
Receita entre segmentos					**54.515**	**37.237**				
Receita Total	**329.322**	**327.261**	**8.063.418**	**5.894.252**	**216.317**	**49.389**				
Ativos	3.445.617	2.953.690	12.810.249	11.484.398	1.091.666	90.415	(616.636)	(381.499)	16.730.896	14.147.004
Passivos	1.676.282	1.344.293	3.986.680	3.232.864	1.265.027	797.219	(616.636)	(381.499)	6.311.353	4.992.877
Depreciações e amortizações	36.027	30.669	808.642	694.570	23.008	10.570	(3.612)		864.064	735.808
Acréscimos de Capex	7.240	19.148	756.646	1.914.427	115.848	109.456			879.734	2.043.031

(i) Apesar da Diretoria Executiva da Companhia não avaliar os segmentos de TV a cabo e meios de pagamento de forma individualizada, conforme requerido pelo CPC 22 parágrafo 13, segue abaixo as principais referentes a estes segmentos:

Outros segmentos	TV a cabo		Meios de pagamento	
	2010	2009	2010	2009
Receita de clientes externos	188.383	14.443	27.934	34.946
Receita de juros	1.257		3.993	20.766
Despesa de juros	(6.706)		(16.210)	(26.949)
Depreciação e amortização	(11.764)		(15.739)	(15.180)
Prejuízo líquido	(82.723)	(37.785)	(70.457)	(185.954)
Ativos	311.492	41.704	181.447	350.289
Passivos	294.295	79.488	238.862	488.838

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Ativo						
Ativo Circulante						
Contas a receber						
BrT Celular				3.514	5.853	
BTSA				17.774	4.031	
TMAR				55.178	252.582	341.192
Serede				28	22	52
TNL					468.757	450.175
Créditos com pessoas ligadas						
Amazônia Celular S.A.			12.541			
TMAR				1.972.563	1.225.903	
Dividendos e juros sobre capital próprio						
Oi	446.675					
Ativo não Circulante						
Créditos com pessoas ligadas						
Amazônia Celular S.A.			42			

	Controladora			Consolidado		
	2010	2009	01/01/2009	2010	2009	01/01/2009
Passivo						
Fornecedores						
BrT Celular				5.262	2.185	
iG Brasil				7.115		
BrT Multimídia				2.253		
BTSA				303	2.135	
TMAR				162.585	430.733	255.684
Empréstimos e Financiamentos						
TMAR		1.108	12.541			
Dividendos e juros sobre capital próprio						
TNL				113.686	58.981	21.151
TMAR	546.604					7.770
Outras obrigações com partes relacionadas						
TNL				4.663		
TMAR	40.000	40.000		3.229	3.271	

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receita				
Receita dos serviços prestados				
BrT Celular			25.478	3.549
BTSA			107.379	69.833
Serede			311	
TMAR			2.078.016	1.881.629
Receitas financeiras				
TNL			2.493	53.754
TMAR			240.325	127.440
Oi		1.035		
Amazônia		317		
		1.352	**135.661**	**127.136**

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custos e despesas				
Custos dos serviços prestados				
BrT Celular			41.177	406
iG Brasil			4.141	
BrT Call Center			3.058	
BrT Multimídia			123	4.760
BTSA			50.192	49.214
TMAR			278.212	343.176
Despesas financeiras				
TMAR	(1)	(1.420)	6.171	23.015
TNL			11.291	3.627
Oi Internet				2
	(1)	**(1.420)**	**394.365**	**424.200**

(a) Linha de crédito cedida pela controladora

A linha de crédito concedida pela TMAR e repassada pela TNCP para a Amazônia (incorporada pela Oi) no valor de R$ 12 milhões, em 19 de setembro de 2008, foi totalmente quitada ao longo de 2009. A taxa de remuneração da linha de crédito correspondia a variação do CDI, acrescida de 4% a.a. até 30 de junho de 2009 e a partir de 1 de julho de 2009 passou a vigorar a taxa de 115% do CDI. Os valores a pagar à TMAR (R$ 1.108), após reestruturação societária, conforme descrito na Nota 1 (b), referentes a esta linha de crédito foram registrados respectivamente nas rubricas de "Empréstimos com a controladora" no Passivo exigível a longo prazo e "Empréstimos a receber" no Ativo não circulante, não tendo mais nenhum valor a receber da Oi.

(b) Debêntures privadas de emissão da TMAR

Em AGE realizada em 9 de dezembro de 2008 foi aprovada a emissão privada, pela TMAR, de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R$ 100.000, totalizando R$ 3.500.000, valor que, de acordo com a demanda, pode ser acrescido em até 20%. Em 11 de dezembro de 2008, a TNL efetuou subscrição no valor de R$1.500.000. A Oi adquiriu integralmente os títulos subscritos pela TNL, sendo R$ 1.000.000 em fevereiro de 2009, R$100.000 em julho de 2009 e R$ 400.000 em janeiro de 2010. O prazo final de vencimento das debêntures é 11 de dezembro de 2013, sem amortizações intermediárias. As debêntures remuneram CDI + 4,0% a.a.

(c) Contratos de financiamentos com o BNDES

A controlada Oi firmou contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detém 16,89% do capital votante da Telemar Participações S.A., empresa holding do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido pela Oi, relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício era de R$ 1.029.545.

As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES se encontram descritas na Nota 20.

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Benefícios de curto prazo			45.557	29.371
Remuneração com base em ações		24	3.296	6.677
		24	**48.853**	**36.048**

(e) Garantias

A TMAR é avalista da controlada Oi em financiamentos obtidos junto ao BNDES e empréstimos bancários junto ao BNB. Os contratos possuem, além do aval da TMAR, garantias de recebíveis da própria controlada Oi.

29. Seguros

A cobertura de seguros dos bens patrimoniais da Oi é administrada de forma corporativa pela controladora da TNCP, a TMAR. A administração entende que o montante contratado para fazer face aos eventuais danos materiais e perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes) é considerado suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado	
Modalidade de seguro	**2010**	**2009**
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Incêndio - estoques	100.000	60.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	166.620	174.120
Garantia de concessão - TMAR	25.560	25.389
Garantia de concessão - BrT	7.480	98.291
Roubo - estoques	20.000	30.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2010 (ptax) - US$ 1,6662

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acordo Oi, Banco do Brasil e Cielo

Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado, em 29 de setembro de 2010, a Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A. e Acordo de Investimentos Cielo S.A., os quais descrevemos abaixo:

(i) A TMAR, BrT, TNL PCS S.A. ("TNL PCS"), 14 Brasil Telecom Celular S.A., Paggo Administradora de Crédito Ltda. ("Paggo Administradora"), Way TV Belo Horizonte S.A. (em conjunto, "Oi") e o Banco do Brasil S.A. celebram Acordo de Parceria Comercial com o objetivo de estabelecer parceria negocial para emissão de cartões de crédito *"co-branded"* e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia *"Mobile Payment"* para a base de clientes atual e futura da Oi.

(ii) TNL PCS, Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. ("Paggo Acquirer", sociedade controlada pela TNL PCS), Cielo e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar", sociedade controlada pela Cielo) celebraram Acordo de Investimento, com o objetivo de regular a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. ("Paggo Soluções"). A Paggo Acquirer e a CieloPar deterão, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

A Paggo Soluções (a) será dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de "*Mobile Payment*" originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e (b) promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de adquirência de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

As operações acima serão apresentadas às autoridades brasileiras de defesa da concorrência (CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica, SDE - Secretaria de Direito Econômico e SEAE - Secretaria de Acompanhamento Econômico) nos termos e prazos previstos na legislação em vigor.

As Companhias esperam que essas operações sejam implementadas no prazo aproximado de seis meses a contar da data de assinatura.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aliança industrial entre Portugal Telecom e Grupo Oi

Em 25 de janeiro de 2011, a Portugal Telecom, Portugal Telecom SGPS S.A. - SGPS e sua controlada Bratel Brasil S.A. – Bratel celebraram com as Companhias e com os acionistas diretos e indiretos das Companhias componentes do bloco de controle da Telemar Participações S.A. – TmarPart., AG Telecom Participações – AG, LF Tel S.A. – LF TEL, Fundação Atlântico de Seguridade Social – FATL, BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros e Fundação dos Economiários Federais – Funcef, os instrumentos contratuais necessários à implementação da aliança industrial entre a Portugal Telecom, SGPS e a TmarPart e suas controladas.

A Aliança Industrial terá por fim o desenvolvimento de um projeto de telecomunicações de projeção global que permita a cooperação em diversas áreas buscando, dentre outros, partilhar das melhores práticas, alcançar benefícios de escala, potenciar iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, desenvolver tecnologias, ampliar a presença internacional das Partes, notadamente na América Latina e África, diversificar os serviços, maximizar sinergias e reduzir custos buscando sempre a oferta de melhores serviços e atendimento aos clientes de ambos os grupos e a criação de valor para os seus acionistas.

De forma a fortalecer a estrutura de capital das Empresas Oi, a Aliança Industrial envolverá a participação direta e indireta da Portugal Telecom na TMAR, em bases totalmente diluídas, de, pelo menos, 22,38%, mediante o dispêndio pela SGPS do valor total de R$ 8.321 milhões, sem ocasionar, contudo, a transferência do controle das empresas do Grupo Oi.

Nos termos dos instrumentos contratuais celebrados, a Portugal Telecom adquirirá ações de emissão da TmarPart, representativas de 12,07% de seu capital social:

(i) por compra e venda de ações e direitos de subscrição acordada com BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef; e

(ii) por subscrição, em aumento de capital a ser subscrito também por AG, LF TEL e FATL, no valor total de aproximadamente R$ 761 milhões, mediante a emissão de aproximadamente 187 milhões de novas ações ordinárias a serem emitidas pela TmarPart.

Após a concretização das operações de compra e venda e subscrição, o capital social da TmarPart ficará assim dividido entre seus acionistas:

Acionista	Número de ações ordinárias	Número de ações referenciais	Participação no capital total
AG	565.880.372		19,35%
LF TEL	565.880.372		19,35%
BNDESPAR	381.551.841	1.000.000	13,08%
Portugal Telecom	352.856.590		12,07%
FATL	336.439.733		11,50%
Previ	283.380.453		9,69%
Petros	218.777.747		7,48%
Funcef	218.777.747		7,48%
Outros	12		0,00%
Total	**2.923.544.867**	**1.000.000**	**100,00%**

Em decorrência da aquisição pela Portugal Telecom de participação no capital social da TmarPart, foram celebrados aditamentos aos Acordos de Acionistas da TmarPart, com o objetivo de incluir a Portugal Telecom como parte, de forma a garantir todos os direitos até então detidos pelo BNDESPAR, Previ, Petros e Funcef. Tais acordos de acionistas permanecerão com eficácia suspensa até a data em que for efetivada a aquisição das ações pela Portugal Telecom.

Com o objetivo de assegurar o fortalecimento da TMAR, face às oportunidades existentes no setor de *Telecom* no Brasil, assim como propiciar a redução de sua dívida líquida, a sua expansão internacional, bem como seu desenvolvimento operacional, serão deliberados aumentos de capital na TNL e na TMAR, como segue:

Aumento de capital da TNL com base no capital autorizado, mediante a emissão de até 126.218.801 novas ações ordinárias e até 252.437.601 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 38,5462 por cada ação ordinária e R$ 28,2634 por cada ação preferencial, totalizando até R$ 12 bilhões. O preço por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da TNL, com base na média das cotações diárias de mercado das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores a 28 de julho de 2010, data em que foi divulgado o aumento do capital da TNL. A TmarPart subscreverá, no mínimo, R$ 1.361 milhões em novas ações da TNL emitidas, sendo que, independentemente do exercício do direito de preferência na subscrição das novas ações pelos demais acionistas da TNL, a TmarPart subscreverá ações ordinárias da TNL em quantidade suficiente para lhe garantir a manutenção do controle acionário da TNL.

Aumento de capital da TMAR com base no capital autorizado, mediante a emissão de até 95.159.514 novas ações ordinárias e até 117.117.560 novas ações preferenciais classe A, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão de R$ 63,7038 por ação ordinária e de R$ 50,7010 por ação preferencial classe A, totalizando até R$ 12 bilhões. O preço por ação foi fixado sem diluição injustificada para os atuais acionistas da TMAR, com base na média das cotações diárias de mercado das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 60 dias anteriores a 28 de julho de 2010, data em que foi divulgado o aumento do capital da TMAR. A TNL subscreverá, no mínimo, R$ 2.961 milhões em novas ações da TMAR emitidas, sendo que, independentemente do exercício do direito de preferência na subscrição das novas ações pelos demais acionistas da TMAR, a TNL subscreverá ações ordinárias da TMAR em quantidade suficiente para, no mínimo, lhe garantir a manutenção do controle acionário da TMAR.

Os referidos aumentos de capital foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, da TNL e da TMAR, em reuniões realizadas em 17 de fevereiro de 2011. Tais aumentos de capital serão efetivados quando do encerramento do prazo para o exercício do direito de preferência dos acionistas não controladores.

A Portugal Telecom firmou com a TmarPart e a TNL compromisso de compra e venda de ações preferenciais e/ou ordinárias de emissão da TNL e/ou da TMAR, por meio do qual adquirirá ações até o limite do valor total de R$ 8.321 milhões. A quantidade de ações ordinárias e preferenciais de cada companhia emissora variará em função do exercício de preferência nos aumentos de capital pelos acionistas de TNL e TMAR.

Os aumentos de capital acima referidos, quando deliberados, serão objeto de Avisos aos Acionistas, dos quais constarão todas as condições destes aumentos de capital, bem como as informações para exercício de direito de preferência.

Foram, ainda, celebrados Contratos de Compra e Venda de Ações e Contratos de Subscrição e Integralização de Ações de Pasa Participações S.A. – AG PASA e de LF, entre a Portugal Telecom, a Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. – AG LTDA e a La Fonte Telecom S.A. – La Fonte, conforme o caso, por meio dos quais a Portugal Telecom adquirirá ações de emissão das referidas companhias, por subscrição e compra e venda, e passará a deter uma participação de 35% do capital social votante da AG PASA e da LF.

Em decorrência da aquisição de participação pela Portugal Telecom na AG PASA e na LF, foram celebrados Acordo de Acionistas da AG PASA, entre a Portugal Telecom e a AG LTDA, e Acordo de Acionistas da LF, entre a Portugal Telecom e a La Fonte, que regularão a relação das partes na qualidade de acionistas de AG PASA e de LF e, indiretamente, da TmarPart. Tais acordos de acionistas permanecerão com eficácia suspensa até a data em que for efetivada a aquisição das ações pela Portugal Telecom.

A implementação da Aliança Industrial ficará condicionada a que os investimentos da Portugal Telecom em AG PASA, LF, TmarPart, TNL e TMAR resultem na participação de pelo menos 22,38%, mediante o dispêndio do valor total de R$ 8.321 milhões que ocorrerá através de uma recém criada empresa "Holding" com participação direta na AG PASA, na LF, na TmarPart, na TNL e na TMAR.

Após a conclusão de todas as etapas da Aliança Industrial, a Oi buscará adquirir até 10% das ações representativas do capital social da Portugal Telecom, observando-se as condições de mercado e a legislação portuguesa aplicável. A Oi envidará seus melhores esforços para eleger tantos membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom quanto possíveis, proporcionalmente à sua participação no capital social daquela companhia, observadas a legislação aplicável e o Estatuto Social da Portugal Telecom.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha (Presidente)
Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa
João de Deus Pinheiro de Macedo
João Francisco da Silveira Neto
José Augusto da Gama Figueira
Pedro Jereissati
Otávio Marques de Azevedo
João José de Araujo Pereira Pavel

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Eduardo Falco Pires Corrêa (Diretor Presidente)
Alex Waldemar Zornig (Diretor de Finanças e Diretor de Relações com Investidores)
Marco Norci Schroeder (Diretor)

CONSELHO FISCAL

EFETIVOS
Allan Kardec de Melo Ferreira (Presidente)
Aparecido Carlos Correia Galdino
Fernando Linhares Filho

SUPLENTES
Denis Kleber Gomide Leite
Sidnei Nunes
Sérgio Bernstein

CONTADOR

Piero Carbone
CPF: 528.180.477-49
CRC-RJ 059672

GERENTE DE CONROLADORIA

David Tavares Neves Nunes
CPF: 900.108.767-15
CRC-RJ 069013

DIRETOR DE CONROLADORIA

Marco Norci Schroeder
CPF 407.239.410-68

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **TELE NORTE CELULAR PARTICIPAÇÕES S.A.**, em conformidade com as atribuições dispostas no Art. 163 da Lei 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras, o Balanço Patrimonial e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da Deloitte Touche Tohmatsu Brasil, os membros do Conselho, abaixo assinados, concluíram que as referidas Demonstrações Financeiras expressam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no Art. 163 da Lei 6.404/76, opinaram pelo encaminhamento dos referidos documentos para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Tele Norte Celular Participações S.A., que será realizada até o dia 30 de abril de 2011.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2011

Allan Kardec de Melo Ferreira
Aparecido Carlos Correia Galdino — **Fernando Linhares Filho**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
Tele Norte Celular Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tele Norte Celular Participações S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Tele Norte Celular Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de ca

nbs

A GENTE LEVA EDUCAÇÃO E CULTURA A LUGARES QUE FICAM BEM LONGE. AO FUTURO, POR EXEMPLO.

Oi Futuro é o instituto de responsabilidade social da Oi que trabalha para transformar a vida de milhões de brasileiros.

Em 10 anos, já beneficiamos mais de 4 milhões de pessoas, através de programas próprios nas áreas de educação, cultura, esportes e social, além do apoio a iniciativas de outras organizações via seleção por edital. É assim que estamos inserindo cada vez mais brasileiros no mapa da cidadania.

OIFUTURO.ORG.BR

oi FUTURO